



Formulário de Referência 2020
Ano base 2019

Atualizações

Versão/Data de atualização	Seções atualizadas
1 – 26/06/2020	
2 – 29/06/2020	12.5/6 e 12.7/8.
3 – 24/07/2020	12.
4 – 10/08/2020	12.5/6, 12.10, 12.12, 13.2, 13.3, 15.3 e 17.2.
5 – 11/08/2020	12.7/8 e 12.12.
6 – 31/08/2020	17.1, 17.2 e 17.5.
7 – 14/09/2020	12.5/6 e 12.7/8.
8 – 28/09/2020	12.7/8.
9 – 30/09/2020	1.2, 12.5/6 e 12.12.
10 – 26/10/2020	12.5/6, 12.7/8, 12.10 e 12.12.
11 – 06/11/2020	12.2.
12 – 13/11/2020	12.5/6, 12.7/8, 12.10 e 12.12.
13 – 03/12/2020	1, 12.5/6, 12.7/8, 12.10 e 12.12.
14 – 18/12/2020	12.5/6, 12.7/8, 12.10 e 12.12.
15 – 08/01/2021	12.5/6, 12.10 e 12.12.
16 – 11/01/2021	12.5/6, 12.7/8 e 12.12.
17 – 22/01/2021	12.5/6, 12.7/8, 12.10 e 12.12.
18 – 01/02/2021	12.5/6, 12.7/8, 12.12, 16.2, 16.3 e 16.4.
19 – 12/02/2021	11.1 e 11.2.
20 – 22/02/2021	12.7/8.

SUMÁRIO

DEFINIÇÕES	4
1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO	7
1.1. Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores	7
1.2. Declaração do novo ocupante do cargo de Presidente e do novo ocupante do cargo de Diretor de Relações com Investidores	8
2. AUDITORES	9
2.1/2.2. Identificação e Remuneração dos Auditores	9
2.3. Outras informações relevantes	11
3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	16
3.1. Principais saldos patrimoniais e de resultado	16
3.2. Medições não contábeis	16
3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício	17
3.4. Política de destinação dos resultados dos três últimos exercícios sociais	21
3.5. Destinação do lucro líquido	23
3.6. Dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas	24
3.7. Nível de Endividamento	24
4. FATORES DE RISCO	27
4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento	27
4.2. Principais riscos de mercado a que o Banco do Brasil está exposto	47
4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	51
4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3	59
4.4. Processos judiciais e partes contrárias	59
4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4	60
4.5. Processos sigilosos relevantes, não divulgados nos itens 4.3 e 4.4	60
4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos	60
4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6 ¹	62
4.7. Outras contingências relevantes	62
4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro	62
5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	63
5.1. Política de Gerenciamento de Fatores de risco	63
5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:	81
5.3. Controles internos	86
5.4. Mecanismos e procedimentos internos de integridade	88
5.5. Comentários sobre alterações significativas e expectativas	93
5.6. Fornecer outras informações que o Banco do Brasil julgue relevantes	94
6. HISTÓRICO DO EMISSOR	95
6.1. Constituição do emissor	95
6.2. Prazo de duração	95
6.3. Breve histórico	95
6.4. Data de registro na CVM	97
6.5. Pedido de falência	97
6.6. Outras informações relevantes	97
7. ATIVIDADES DO EMISSOR	98
7.1. Atividades desenvolvidas pelo Banco do Brasil e suas controladas	98
7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:	98
7.2. Informações sobre cada segmento	106
7.3. Descrição dos produtos e serviços	108
7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	115
7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do Banco do Brasil	116
7.6. Países dos quais o Banco do Brasil obtém receitas relevantes	139
7.7. Regulamentação em outros países	139
7.8. Políticas socioambientais	139
7.9. Outras informações relevantes	140
8. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS	141
8.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante não operacional	141
8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:	141
8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não	141
8.4. Outras informações relevantes	141
9. ATIVOS RELEVANTES	142
9.1. Bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades	142

9.2.	Outras informações relevantes	154
10.	COMENTÁRIOS DOS DIRETORES.....	155
10.1.	Os diretores devem comentar sobre:.....	155
10.2.	Os diretores devem comentar:.....	168
10.3.	Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras	176
10.4.	Comentários dos Diretores.....	178
10.5.	Políticas Contábeis Críticas	180
10.6.	Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco do Brasil	190
10.7.	Comentários sobre cada item indicado na seção item 10.6	191
10.8.	Principais elementos do plano de negócios do Banco do Brasil	193
10.9.	Outros fatores que influenciaram o desempenho operacional	196
11.	PROJEÇÕES	197
11.1.	Projeções ao mercado.....	197
11.2.	Projeções sobre as evoluções de indicadores	198
12.	ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO	201
12.1.	Descrição da estrutura administrativa do emissor	201
12.2.	Regras, políticas e práticas relativas às assembleias.....	219
12.3.	Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração.....	222
12.4.	Cláusula compromissória para resolução de conflitos	223
12.5/6.	Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	224
12.7/8.	Membros dos comitês estatutários, dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração	274
12.9.	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre	313
12.10.	Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	314
12.11.	Acordos firmados pelos administradores.....	318
12.12.	Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	319
13.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	341
13.1.	Política ou prática de remuneração dos administradores	341
13.2.	Remuneração dos administradores reconhecida no resultado	348
13.3.	Remuneração variável dos administradores	353
13.4.	Plano de remuneração dos administradores baseado em ações	356
13.5.	Remuneração de administradores baseada em ações reconhecidas no resultado	357
13.6.	Remuneração de administradores baseada em opções	359
13.7.	Opções exercidas e ações entregues.....	359
13.8.	Descrição sumária sobre remuneração baseada em ações ou opções	359
13.9.	Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas por administradores.....	360
13.10.	Planos de previdência de administradores.....	361
13.11.	Informações adicionais relativas ao CA, à diretoria estatutária e ao CF.....	361
13.12.	Benefícios aos administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria	362
13.13.	Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado.....	363
13.14.	Outros valores reconhecidos como remuneração de administradores	363
13.15.	Remuneração de administradores em partes relacionadas	364
13.16.	Outras informações relevantes	365
14.	RECURSOS HUMANOS	366
14.1.	Descrição dos recursos humanos do Banco do Brasil.....	366
14.2.	Alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.....	366
14.3.	Políticas de remuneração dos empregados do Banco do Brasil.....	367
14.4.	Relações entre o Banco do Brasil e sindicatos	372
14.5.	Outras informações relevantes	372
15.	CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO	373
15.1/15.2.	Posição Acionária	373
15.3.	Distribuição do capital, conforme apurado na última AGO	374
15.4.	Organograma dos acionistas controladores	374
15.5.	Acordo de acionistas arquivado na sede ou do qual o controlador seja parte.....	377
15.6.	Alterações relevantes nas participações do grupo de controle	377
15.7.	Principais operações societárias.....	377
15.8.	Outras informações relevantes	382
16.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	383
16.1.	Regras, políticas e práticas do BB em transações com partes relacionadas	383
16.2.	Informações adicionais sobre transações com partes relacionadas	384
16.3.	Outras informações adicionais sobre transações com partes relacionadas	385
16.4.	Outras informações relevantes	403
17.	CAPITAL SOCIAL	406

17.1.	Informações sobre o capital social.....	406
17.2.	Aumentos de capital do emissor	406
17.3.	Desdobramentos, grupamentos e bonificações	406
17.4.	Reduções de capital do Banco do Brasil	406
17.5.	Outras informações relevantes	407
18.	VALORES MOBILIÁRIOS	408
18.1.	Direitos de cada classe e espécie de ações emitidas.....	408
18.2.	Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.....	409
18.3.	Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos	409
18.4.	Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários.....	409
18.5.	Outros valores mobiliários emitidos no Brasil.....	409
18.6.	Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários são admitidos à negociação	410
18.7.	Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.....	410
18.8.	Outros valores mobiliários emitidos no exterior.....	415
18.9.	Ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários do Banco do Brasil	429
18.10.	Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários	429
18.11.	Ofertas públicas de aquisição de valores mobiliários	429
18.12.	Outras informações relevantes	429
19.	PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA	431
19.1.	Planos de recompra de ações	431
19.2.	Movimentação de ações mantidas em tesouraria.....	431
19.3.	Outras informações relevantes	431
20.	POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.....	433
20.1.	Política de negociação de valores mobiliários de sua emissão.....	433
21.	POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	436
21.1.	Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo Banco do Brasil	436
21.2.	Política de divulgação de ato ou fato relevante.....	436
21.3.	Administradores responsáveis pela política de divulgação de informações	437
21.4.	Outras informações relevantes	438

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Formulário de Referência, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se ao Banco do Brasil, salvo referência diversa neste Documento. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos, salvo referência diversa neste Documento:

ACC/ACE	Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio/ Adiantamentos sobre Câmbios Entregues
Acionista Controlador	União, por meio do Tesouro Nacional
Acordo da Basileia	Conjunto de regras prudenciais bancárias divulgado pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, com o objetivo de dar maior solidez ao sistema financeiro mundial, sendo algumas dessas regras adotadas ou adaptadas no Brasil por meio da Resolução CMN nº 2.099, de 17/08/1994
Administração	O Conselho de Administração, o Conselho Diretor e a Diretoria Executiva do Banco do Brasil
Administradores	Membros do Conselho de Administração, do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva do Banco do Brasil
AGO/AGE	Assembleia Geral de Acionistas/Assembleia Geral Extraordinária
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Banco do Brasil, Banco ou BB	Banco do Brasil S.A.
Banco Central, Bacen ou BCB	Banco Central do Brasil
Banco Patagonia	Banco Patagonia S.A.
Banco Votorantim, BV ou BVSA	Banco Votorantim S.A.
BB DTVM	BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
BEP	Banco do Estado do Piauí S.A.
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina S.A.
BESCRI	Besc S.A. Crédito Imobiliário
BIS	<i>Bank of International Settlements</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
BNDESPAR	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR
B3	Brasil, Bolsa, Balcão – Bolsa de Valores, Mercadorias, Futuros e Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (Cetip)
Brasil ou País	República Federativa do Brasil
CAGR ou TACC	Taxa Anual de Crescimento Composto (<i>Compound Annual Growth Rate</i>)
Cassi	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil
CDB	Certificado de depósito bancário, representativo de depósito a prazo fixo
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria interno do Banco do Brasil, em cumprimento à Resolução CMN nº 3.198, de 27/05/2004
Conselho de Administração	Conselho de Administração do Banco do Brasil
Conselho Diretor	Conselho Diretor do Banco do Brasil
Conselho Fiscal	Conselho Fiscal do Banco do Brasil
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil
Contrato do Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado da B3, celebrado em 31/05/2006, entre o Banco do Brasil, seus Administradores, o Acionista Controlador e a B3
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Diretoria Executiva	Diretoria Executiva do Banco do Brasil
Dólar, dólar norte-americano ou US\$	Moeda corrente dos Estados Unidos da América
Economática	Economática Software de Apoio a Investidores Ltda., que mantém o Sistema Economática, ferramenta para análise de investimentos em ações
Empregados	Pessoa(s) física(s) que figure(m) no quadro de funcionários da ativa do Banco do Brasil ou em quadro suplementar, e que mantenha(m) com o Banco um vínculo empregatício, nos termos da legislação trabalhista vigente, assim registrados em 31/12/2011
Estados Unidos	Estados Unidos da América
Estatuto Social	Estatuto Social do Banco do Brasil S.A.
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos

FGC	Fundo Garantidor de Crédito
FGCN	Fundo de Garantia para a Construção Naval, que detinha ações de emissão do Banco do Brasil por meio do Fundo de Investimento Caixa Garantia Construção Naval Multimercado
FGHAB	Fundo Garantidor da Habitação Popular, que detinha ações de emissão do Banco do Brasil por meio do Fundo de Investimento Caixa FGHAB Multimercado
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FI-FGCN	Fundo de Investimento Caixa Garantia Construção Naval Multimercado
FI-FGHAB	Fundo de Investimento Caixa FGHAB Multimercado
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame
Fitch	Agência de classificação de risco Fitch Ratings Brasil Ltda.
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Fundo de Amparo ao Trabalhador ou FAT	Fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério da Economia, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico
Governo Federal, União ou União Federal	Governo da República Federativa do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibracon	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS	Normas contábeis internacionais (<i>International Financial Reporting Standards</i>)
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela FGV
IGP-M	Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela FGV
Índice de Basileia	Indicador utilizado para avaliar o potencial nível de alavancagem de instituições financeiras, sendo calculado a partir de um conceito internacional definido pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No Brasil, a relação mínima exigida é dada pelo fator "F", de acordo com a Resolução CMN nº 4.193, atualmente em 9,25%.
Índice de Eficiência	Evidencia a eficiência operacional, indicando o percentual das receitas operacionais consumido pelas despesas administrativas. Quanto menor o índice melhor é a relação entre receitas e despesas operacionais
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
KPMG	KPMG Auditores Independentes
Lei da Reforma Bancária	Lei nº 4.595, de 31/12/1964
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15/12/1976
Lei de Responsabilidade Fiscal	Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000
MAPA/MF	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda
Margem de Contribuição	É o valor que representa a contribuição do produto, cliente ou dependência na formação do resultado gerencial. Tem por finalidade identificar a parcela de contribuição de cada produto/serviço ou unidade para a cobertura dos custos fixos e a formação do resultado do Banco
Novo Mercado	Segmento especial de listagem dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado
PAE	Postos de Atendimento Eletrônico
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCLD	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
Poupex	Em 28/04/1982, o Banco firmou um contrato com a Associação de Poupança e Empréstimos (Poupex), administrada pelo exército brasileiro, para oferecer uma conta de poupança especial. A Poupex é uma sociedade civil que atua em conjunto com a Fundação Habitacional do Exército – FHE para cobrar, estimular e divulgar a poupança
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou BR GAAP	Práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e regulamentos editados pela CVM, nos boletins técnicos do Ibracon e as diretrizes do Banco Central
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Real, real ou R\$	Moeda corrente do Brasil
Recursos Livres	Recursos utilizados pelas instituições financeiras da parte de suas captações sobre a qual não há exigibilidade específica de direcionamento
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3

Definições

Selic	Taxa básica de juros, referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, divulgada pelo Comitê de Política Monetária
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
Susep	Superintendência de Seguros Privados
TAA	Terminal de Auto Atendimento
TBF	Taxa Básica Financeira
Tesouro Nacional	Secretaria do Tesouro Nacional
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TMS	Taxa Média Selic
TR	Taxa Referencial
TVM	Títulos e Valores Mobiliários

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO.

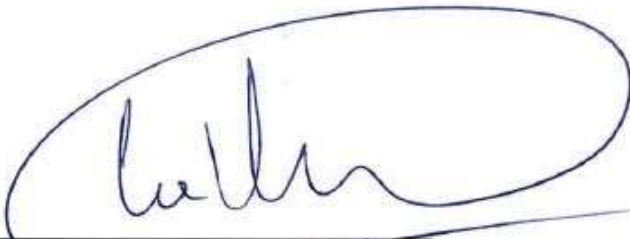
1.1. Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Rubem de Freitas Novaes**, Presidente do Banco do Brasil, declaro que revi este Formulário de Referência e que todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19, e, ainda, que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Banco do Brasil e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Rubem de Freitas Novaes

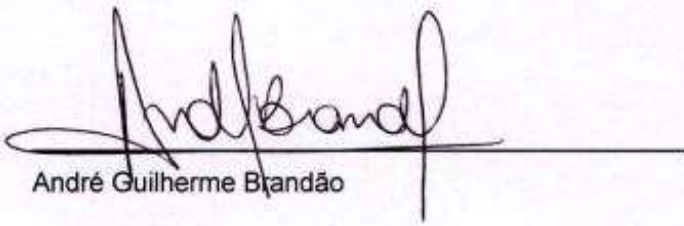
Eu, **Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo**, Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores do Banco do Brasil, declaro que revi este Formulário de Referência e que todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19, e, ainda, que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Banco do Brasil e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo


1.2. Declaração do novo ocupante do cargo de Presidente e do novo ocupante do cargo de Diretor de Relações com Investidores

Eu, André Guilherme Brandão, Presidente do Banco do Brasil, declaro que revi as informações que foram atualizadas neste Formulário de Referência após a data da minha posse, e que todas as informações atualizadas nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.



André Guilherme Brandão

Eu, Carlos José da Costa André, Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores do Banco do Brasil, declaro que revi as informações que foram atualizadas neste Formulário de Referência após a data da minha posse, e que todas as informações atualizadas nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº480, em especial aos arts. 14 a 19.



Carlos José da Costa André

2. AUDITORES

2.1/2.2. Identificação e Remuneração dos Auditores

Possui auditor	Sim
Código CVM	385-9
Tipo de Auditor	Nacional
Nome/Razão Social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ do auditor	49.928.567/0008-98
Data da contratação de serviços	27/02/2019
Descrição do serviço contratado	Prestação de serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Banco do Brasil, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – <i>International Financial Reporting Standards</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e de outros serviços correlatos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e prestação de serviços de revisão de números e emissão de carta conforto no âmbito de oferta pública de valores mobiliários.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço (em milhões de Reais)	No ano de 2019 foram pagos R\$ 16.625.000,00 referentes ao contrato 201985580011, de prestação de serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Banco do Brasil e serviços correlatos.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

2019

Nome do responsável técnico	Início da prestação de serviço	CPF	Endereço/Contato
Luiz Carlos Oseliero Filho	22/03/2019	273.435.738-02	SCS Quadra 9, Bloco C, Torre C, Ed. Parque da Cidade Corporate, Sala 1003, Parte L - CEP 70308-200 Brasília – DF Telefone: (55 11) 5186-1224 E-mail: luizoseliero@deloitte.com

Seção 2 - Auditores

Possui auditor	Sim
Código CVM	418-9
Tipo de Auditor	Nacional
Nome/Razão Social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ do auditor	57.755.217/0001-29
Data da contratação de serviços	17/03/2016
Descrição do serviço contratado	Prestação de serviços de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Banco do Brasil, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (<i>IFRS – International Financial Reporting Standards</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i> e de outros serviços correlatos.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço (em milhões de Reais)	No ano de 2019 foram pagos R\$ 6.237.414,89 referentes ao contrato 201685580016, de prestação de serviços de auditoria contábil e outros serviços correlatos.
Justificativa da substituição	Atingimento do limite legal de acréscimos de serviços contratados, conforme Lei 8.666/93, e obrigatoriedade de rodízio da empresa contratada para realização de trabalhos de auditoria externa na BB Seguridade Participações S.A. O Banco do Brasil obteve anuência da KPMG com relação à justificativa para a referida mudança, nos termos do art. 28 da Instrução CVM 308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A.

2018

Nome do responsável técnico	Início da prestação de serviço	CPF	Endereço/Contato
João Paulo Dal Poz Alouche	21/03/2018	252.326.558-33	Sai/So, Área 6580, Guará, Zona Industrial - Edifício ParkShopping Corporate 3º andar, Sala 302, Torre Norte, Bloco 02 – CEP: 71219-900 – Brasília – DF Telefone: (55 61) 3493-6927 E-mail: jalouche@kpmg.com.br

2017

Nome do responsável técnico	Início da prestação de serviço	CPF	Endereço/Contato
Marcelo Faria Pereira	17/03/2016	013.514.977-07	SBS Quadra 2, Bloco Q, lote 3, Salas 708 a 711-Ed. João Carlos Saad, CEP 70070-120 – Brasília – DF E-mail: mfpereira@kpmg.com.br

2.3. Outras informações relevantes

Como forma de evitar conflitos de interesses ou ameaças à independência ou objetividade do auditor externo, eventual contratação da mesma empresa que presta serviços de auditoria contábil para o Conglomerado Banco do Brasil para a realização de outros serviços é previamente submetida ao Comitê de Auditoria (Coaud).

a) honorários relativos a serviços de auditoria externa;

Contratos de Auditoria	a. Nome	b. Responsáveis	CPF	c. Data de Contratação	Data Final do Contrato	d. Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
Empresa Contratante							
Banco do Brasil S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	17/03/2016	30/09/2019	Serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Banco do Brasil, relativas ao exercício de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – <i>International Financial Reporting Standards</i>).	R\$6.237.414,89
Banco do Brasil S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	30/09/2019	30/01/2020	Serviços de auditoria independente para emissão de Carta de Conforto na oferta pública secundária de ações do BB pelo Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) desenvolvido de acordo com as condições e especificações constantes do Contrato.	R\$1.046.013,00
Banco do Brasil S.A.	DELOITTE TOUCHE	Luiz Carlos Oseliero Filho	273.435.738-02	22/03/2019	22/03/2020	Serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Banco do Brasil elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – <i>International Financial Reporting Standarts</i>) e de outros serviços correlatos.	R\$16.625.000,00
Banco do Brasil S.A.	DELOITTE TOUCHE	Luiz Carlos Oseliero Filho	273.435.738-02	27/09/2019	30/01/2020	Serviços de auditoria independente para emissão de Carta de Conforto na oferta pública secundária de ações do BB pelo Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) desenvolvido de acordo com as condições e especificações constantes do Contrato.	R\$1.061.224,49

Banco do Brasil S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	30/09/2019	30/01/2020	Serviços de auditoria independente para auditoria dos valores cedidos à União, por ocasião do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, estabelecido pela MP 2.196, de 24/08/2001, referente a carteira de créditos agrícolas renegociados ao amparo do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA (Resolução CMN 2.471, de 26/02/1998).	R\$195.000,00
----------------------	------	----------------------------	----------------	------------	------------	--	---------------

Contratos de Auditoria	a. Nome	b. Responsáveis	c. Data de Contratação	Data Final do Contrato	d. Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
Empresa Contratante						
Banco Votorantim S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	01/01/2019	31/12/2019	Audit. Dem. Fin.	742,19
BV Financeira S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	01/01/2019	31/12/2019	Audit. Dem. Fin.	622,00
BV Leasing S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	01/01/2019	31/12/2019	Audit. Dem. Fin.	123,78
Votorantim Asset Management	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	01/01/2019	31/12/2019	Audit. Dem. Fin.	77,20
Votorantim Cor.de Seguros	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	01/01/2019	31/12/2019	Audit. Dem. Fin.	14,53
BV Empreendimentos e Partic.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	01/01/2019	31/12/2019	Audit. Dem. Fin.	33,87
Brasilcap Cap.	KPMG	Adriana Narciso Elias	06/02/2019	30/09/2019	Auditoria de sorteio	90,74
Cateno	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	01/01/2019	31/12/2019	Audit. Dem. Fin.	463,50
IRB Brasil S.A	KPMG	-	21/03/2019	20/03/2020	Audit. Dem. Fin.	108,00
BB Xangai	KPMG	Ivan Xue	24/01/2019	24/01/2020	Audit. Dem. Fin.	171,66

Seção 2 - Auditores

Contratos de Auditoria	a. Nome	b. Responsáveis	CPF/CNPJ	c. Data de Contratação	Data Final do Contrato	d. Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
Empresa Contratante							
Banco Votorantim S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	885,43
BV Financeira S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	742,05
BV Leasing	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	147,67
Votorantim Corret. Títulos	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	50,01
Votorantim Asset Management	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	42,09
Votorantim Cor.de Seguros	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	17,34
BV Empreendimentos e Partic.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	40,41
Cibrasec	KPMG	Carlos Takauthi	144.090.838-99	01/01/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	210,96
Cielo S.A.	KPMG	Ricardo Algis Zibas	253.724.508-35	12/01/2018	20/05/2018	Audit. Dem. Fin.	98,70
Cateno	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	239.508.201-59	01/01/2018	31/01/2018	Audit. Dem. Fin.	450,00
Brasilcap	KPMG	Marcelo Andrade	013.960.607-66	16/04/2018	30/04/2018	Audit. Dem. Fin.	427,00
BB Xangai	KPMG	Eddie Goh	-	13/02/2018	13/02/2019	Audit. Dem. Fin.	96,20
BB Xangai	KPMG	Lewis Lu	-	13/02/2018	13/02/2019	Audit. Dem. Fin.	30,16
BB Xangai	KPMG	Lewis Lu	-	13/02/2018	13/02/2019	Audit. Dem. Fin.	32,50
Cielo S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/04/2018	31/03/2019	Audit. Dem. Fin.	1.490,04
Banco Patagonia S.A.	KPMG	Mauricio Eidelstein	-	01/04/2018	30/04/2019	Audit. Dem. Fin.	1.260,60
Banco Patagonia S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/04/2018	30/04/2019	Audit. Dem. Fin.	134,17
GPAT Compañía Financiera S.A.	KPMG	Esteban Dentice	-	01/04/2018	30/04/2019	Audit. Dem. Fin.	272,58
Patagonia Inv. S.A.	KPMG	Mauricio Eidelstein	-	01/04/2018	30/04/2019	Audit. Dem. Fin.	94,38
Patagonia Valores	KPMG	Mauricio Eidelstein	-	01/04/2018	30/04/2019	Audit. Dem. Fin.	19,80
Banco Patagonia Ur.	KPMG	Alvaro E. Scarpelli	-	01/04/2018	30/04/2019	Audit. Dem. Fin.	171,43
BB AG	KPMG	Cedric Barrat	-	18/04/2018	18/04/2018	Audit. Dem. Fin.	84,56
Brasilcap Cap.	KPMG	Jairton Guimarães	724.801.497-49	14/05/2018	30/04/2019	Audit. Dem. Fin.	427,33
BB AG	KPMG	Christiane Besser	-	11/05/2018	15/05/2018	Audit. Dem. Fin.	43,16
BB AG	KPMG	Christiane Besser	-	25/07/2018	24/09/2018	Audit. Dem. Fin.	107,91
GIC S.A.	KPMG	Cláudio Sertório	094.367.598-78	22/08/2018	31/12/2018	Audit. Dem. Fin.	60,00
BB Securities Asia	KPMG	Yvonne Chiu	-	02/11/2018	13/03/2019	Audit. Dem. Fin.	83,17
Brasilcap Cap.	KPMG	Adriana Narciso Elias	-	30/07/2018	30/11/2018	Auditoria de sorteio	49,20

b) quaisquer outros serviços prestados.

Contratos de Não Auditoria	a. Nome	b. Responsáveis	CPF/CNPJ	c. Data de Contratação	Data Final do Contrato	d. Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
Empresa Contratante							
Cielo	KPMG	Ricardo Algis Zibas	253.724.508-35	02/01/2019	31/05/2019	Consultoria	100,00
BV Financeira S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2019	31/12/2019	Consultoria	135,88
Banco Votorantim S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/01/2019	31/12/2019	Consultoria	12,31
BB Tóquio	KPMG	Koide Kazushige	-	01/01/2019	31/12/2019	Consultoria	175,86
Banco Patagonia S.A.	Deloitte	-	-	01/07/2019	30/06/2020	Consultoria	142,29

Contratos de Não Auditoria	a. Nome	b. Responsáveis	CPF/CNPJ	c. Data de Contratação	Data Final do Contrato	d. Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
Empresa Contratante							
BB Securities Asia	KPMG	Jonathan Paguntalan	-	01/01/2018	31/12/2018	Consult.Compliance	21,07
BB Securities Asia	KPMG	Jonathan Paguntalan	-	01/01/2018	31/12/2018	Consult.Compliance	19,91
Cielo	KPMG	Ricardo Algis Zibas	253.724.508-35	12/01/2018	30/05/2018	Consultoria	98,70
Banco Votorantim S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	75,57
Votorantim Asset	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	113,35
Banco Patagonia Ur.	KPMG	Alvaro Scarpelli	-	01/04/2018	30/06/2018	Assessoria	202,03
Banco Patagonia	KPMG	Mauricio Eidelstein	-	01/07/2018	30/09/2018	Assessoria	17,39
Brasil Seguros e Prev.	KPMG	Luciene Teixeira Magalhães	828.238.807-63	31/05/2018	30/06/2018	Consultoria	73,52
Brasil Seguros e Prev.	KPMG	Luciene Teixeira Magalhães	828.238.807-63	31/05/2018	30/06/2018	Consultoria	82,04
Banco Votorantim S.A.	KPMG	Edilberto Salge	175.226.298-02	20/07/2018	30/11/2018	Revisão Contábil	97,50
BV Financeira S.A.	KPMG	João Paulo Dal Poz Alouche	252.326.558-33	01/07/2018	31/12/2018	Relat. Asseguração	130,00
Kepler Weber S.A.	KPMG	Roberto Bordinhão	05.490.840/0001-01	01/10/2018	31/12/2018	Contabilidade	683,00
Banco do Brasil AG	Deloitte	-	-	11/12/2018	30/06/2019	Consultoria	204,00
Banco do Brasil Securities LLC	Deloitte	-	-	23/01/2018	12/02/2019	Consultoria Tributária	402,97

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras presentes neste documento, exceto em caso de indicação contrária, são apresentadas com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS.

3.1. Principais saldos patrimoniais e de resultado

R\$ milhões, quando não especificado	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
a. Patrimônio Líquido	101.238	104.540	109.971
b. Ativo Total	1.353.075	1.396.507	1.452.267
c. Receita de Juros	147.064	120.250	123.105
d. Receita Líquida de Juros	54.204	50.713	53.799
e. Lucro Líquido	12.275	15.086	18.888
f. Número de Ações ex-tesouraria (milhões)	2.785	2.786	2.851
g. Valor Patrimonial da Ação (R\$)	34,96	36,58	37,79
h. Resultado Básico por Ação (R\$)	3,82	4,96	5,86
i. Resultado Diluído por Ação (R\$)	3,82	4,96	5,86
j) Lucro por ação	3,82	4,96	5,86

3.2. Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Informar o valor das medições não contábeis;

RSPL:

O Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL) é uma das principais métricas de rentabilidade utilizadas pelo Banco.

O RSPL é calculado pela razão entre o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e a média aritmética do patrimônio líquido do início e do final do período em referência, excluídas as participações minoritárias nas controladas e as remensurações dos planos de benefícios definidos.

R\$ milhões, quando não especificado	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
a. Patrimônio Líquido	101.238	104.540	109.971
b. Participações Minoritárias nas Controladas	3.882	2.647	2.237
d. Patrimônio Líquido Médio (RSPL)	91.867	99.625	104.814
e. Lucro Líq. Atrib. aos Acion. Control.	10.629	13.826	16.397
f. RSPL (%)	11,57	13,88	15,64

ROA

O Retorno sobre os Ativos (ROA) é calculado pela razão entre o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e a média aritmética do ativo do início e do final do período em referência.

R\$ milhões, quando não especificado	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
a. Ativos	1.353.075	1.396.507	1.452.267
b. Ativos Médios	1.370.145	1.374.791	1.424.387
c. Lucro Líq. Atrib. aos Acion. Control.	10.629	13.826	16.397
d. ROA (%)	0,78	1,01	1,15

Risco Médio

Um dos principais indicadores de qualidade da carteira de crédito, o risco médio é calculado pela razão entre o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e a carteira de crédito.

R\$ milhões, quando não especificado	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
a. Provisão Total ¹	36.322	31.706	36.628
b. Carteira de Crédito ²	621.513	633.367	616.145
c. Risco Médio (%)	5,84	5,01	5,94

(1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

(2) Contempla o saldo de Operações de Crédito, Outros Créditos com Características de cessão de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil– Vide Nota 23 das Demonstrações Contábeis Consolidadas para os períodos

Índice de Cobertura

O índice de cobertura é calculado pela razão entre a receita líquida de tarifas e comissões e o somatório das despesas de pessoal e despesas administrativas.

R\$ milhões, quando não especificado	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
a. Receita líquida de tarifas e comissões	20.943	21.982	23.717
b. Despesas de Pessoal	20.560	21.093	22.798
c. Outras Despesas Administrativas	9.282	9.381	7.523
d. Índice de Cobertura (%)	70,18	72,13	78,22

Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As medidas não contábeis apresentadas neste item são utilizadas pelo Banco em razão de serem aquelas usualmente usadas pelo mercado para efeito de comparação entre os *players* do segmento Bancário. RSPL e ROA são métricas de rentabilidade conhecidas tanto no meio acadêmico quanto utilizada por empresas dos mais diversos setores. O Risco Médio é um dos índices utilizados pelo Banco para o estudo da qualidade de sua carteira e sua utilização é compreendida pelos usuários das informações. O Índice de Cobertura também é métrica utilizada usualmente para a compreensão da eficiência operacional.

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício**Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente****Pandemia Coronavírus (COVID-19)**

No 1º trimestre de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas, conforme comunicado ao mercado publicado em 24 de março de 2020.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País.
- Criação de Grupo Estratégico de Gestão de Crise para tratar do assunto de forma adequada, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para o público interno e externo.
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Afastamento por 14 dias de funcionários que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social).
- Afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social).
- Priorização do trabalho remoto (*home office*) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco.
- O trabalho remoto também foi priorizado para funcionários que coabitam com pessoas do grupo de risco.
- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Clientes e usuários

- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população, priorizando a abertura das salas de autoatendimento, abastecimento e funcionamento dos caixas eletrônicos.
- Atendimento presencial para os serviços considerados essenciais, que serão prestados excepcionalmente nas agências.
- Horário especial (9h00 às 10h00) exclusivo para atendimento de aposentados do INSS e público de maior risco.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet e celular, com ampliação do acesso para diversos perfis de clientes com atendimento por mensagem, além de realização de operações bancárias diretamente por aplicativo de mensagens para todos os clientes.
- Disponibilidade de até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltados para pessoas físicas, empresas, agronegócio, além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos. Os recursos referem-se a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.
- Em linha com nota emitida pela Febraban, em 16 de março de 2020, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, o BB disponibilizou opção para prorrogação das parcelas vincendas nos próximos 60 dias, mediante manifestação do cliente que poderá ser realizada pelos canais digitais do BB. Os clientes também poderão readequar seus compromissos financeiros a partir da repactuação de operações de crédito, com carência para pagamento da primeira parcela entre 60 e 180 dias, a depender da linha de crédito, e alongamento do prazo de pagamento. Este processo de repactuação também poderá ser realizado pelos canais digitais do BB.

Sociedade

- Doação de recursos por empresas do Conglomerado para fomentar as ações de combate à pandemia.
- Atuação da Fundação Banco do Brasil em ações de implementação de projetos assistenciais e de conscientização junto às comunidades.

O Banco do Brasil continua avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando os diversos segmentos e setores e tem adotado medidas proativas para a gestão do risco.

Adicionalmente, o Banco está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade das operações.

Implicações contábeis e de capital dos efeitos do Coronavírus

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado após 31 de dezembro de 2019.

Os possíveis efeitos da pandemia COVID-19 não foram considerados nos julgamentos e estimativas que afetaram os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas, descritos nas notas explicativas 3 e 4, das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS, pois são considerados eventos subsequentes que não requerem ajustes na mensuração em 31 de dezembro de 2019.

Os principais reflexos e medidas identificados após 31 de dezembro de 2019 até a data de aprovação das demonstrações contábeis consolidadas são apresentados a seguir.

a) Consolidação

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração do Banco, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

b) Distribuição de lucros

Conforme fato relevante divulgado em 07 de abril de 2020, em cumprimento ao art. 2º da Resolução CMN n.º 4.797, de 06 de abril de 2020, a remuneração do capital (juros sobre o capital próprio e dividendos) fica limitada ao mínimo obrigatório definido no estatuto social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme o art.48 do Estatuto Social do BB.

c) Gerenciamento de riscos e capital

Capitalização - Suficiência para proteção em um evento de *stress*.

Redução do adicional de conservação de capital principal dos bancos – Resolução CMN n.º 4.783/2020

A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) caiu de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida também melhora as condições para realização de eventuais renegociações, ajudando as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. A redução da alíquota amplia a folga de capital do SFN, o que permite uma expansão na concessão de crédito.

Liquidez - Suficiência para suportar longos períodos de *stress*

Aperfeiçoamento nas regras do *Liquidity Coverage Ratio* – Circulares Bacen N.os 3.986/2020 e 3.987/2020

A medida reduziu com segurança os requerimentos de liquidez para as instituições brasileiras. A redução na necessidade de as instituições financeiras carregarem outros ativos líquidos de alta qualidade permitirá que se amplie a capacidade de conceder crédito.

- Crédito, Mercado e Negócios - Estratégia para mitigar aumento na volatilidade no resultado (como limites de concentração e estímulos a diversificação de receitas).
- Risco Operacional - Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes).
- Reputação – Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos de forma a mitigar eventuais consequências negativas no valor de marca e reputação.
- Risco de crédito - Monitoramento, provisionamento, revisão de políticas e apetite ao risco.

d) Redução ao valor recuperável dos ativos

O Banco do Brasil realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

Não foram identificados impactos relevantes nos valores recuperáveis de ativos imobilizados, investimentos e intangíveis.

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item de gerenciamento de riscos e capital acima, o Banco do Brasil adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visavam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pela instituição.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos da pandemia Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

Não houve alteração nos modelos de negócios dos títulos e valores mobiliários do Conglomerado que venha a ensejar mudança na classificação desses instrumentos financeiros.

f) Perdas esperadas em empréstimos a clientes

A pandemia ocasionada pelo Coronavírus gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

Até o momento não foi identificado aumento significativo nos índices de inadimplência, sendo que será necessário reavaliar nossos modelos internos que ponderam um conjunto de possíveis resultados de perdas, considerando a probabilidade de ocorrência de diferentes cenários econômicos futuros (estimativas *forward-looking*), para que reflita adequadamente potenciais cenários econômicos futuros adversos e deteriorados.

g) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados novos estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as novas projeções de resultado do Banco ou de suas subsidiárias.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

h) Impactos na taxa de desconto e no valor justo dos ativos garantidores de planos de benefícios definidos

Após 31 de dezembro de 2019, foi identificado aumento na taxa de desconto utilizada nos cálculos atuariais, decorrente de alteração das cotações dos títulos do governo brasileiro, como também redução no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios definidos, entre eles ações de companhias abertas. Tais efeitos geram em conjunto ajustes líquidos nos passivos atuariais. No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, foi observado que essas duas premissas têm apresentado oscilações importantes que serão monitoradas.

i) Provisões Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

j) Planos de reestruturação

Não há expectativa de que ocorram reestruturações como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pelo Covid-19.

k) Outros possíveis efeitos identificados/esperados

Assistência governamental

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios e melhoria na performance do Banco. Relacionamos algumas dessas medidas e seus impactos no âmbito do Sistema Financeiro Nacional:

Tributos próprios:

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. O Conglomerado não adotou a faculdade concedida.

Apoio aos negócios:

Mudanças temporárias na taxa do imposto aplicável à entidade (repassado ao cliente) – IOF (Decreto n.º 10.305 - Zera a alíquota do IOF para as operações de crédito que especifica, quando contratadas entre 3/4/2020 e 3/6/2020).

Programa Emergencial de Suporte a Empregos oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas – Resolução CMN n.º 4.800/2020

O valor total do crédito é de R\$ 40 bilhões, sendo R\$ 20 bilhões por mês, dos quais 85% provenientes do Tesouro Nacional e o restante das instituições financeiras participantes. A empresa que participar não poderá demitir trabalhadores durante o período que vai da contratação do crédito e o 60º dia após a empresa receber a última parcela. A medida tem o potencial de atingir até 12,2 milhões de empregados em 1,4 milhão de empresas. O valor máximo financiado por trabalhador será de até dois salários mínimos. O recurso do financiamento irá direto para a conta do trabalhador, como é feito hoje por meio das folhas de pagamento operadas pelas instituições financeiras. O Programa entrou em operação em 6 de abril de 2020.

Redução adicional do compulsório – Circular Bacen n.º 3.993/2020

O Bacen reduziu a obrigatoriedade de os bancos manterem provisionados R\$ 68 bilhões em depósitos compulsórios sobre recursos a prazo. A alíquota caiu de 25% para 17%. A redução é temporária e disponibiliza mais liquidez para a economia, pois os bancos podem usar recursos que antes deixavam depositados no Banco Central. A nova liberação se soma ao montante de R\$ 50 bilhões já liberados a partir de 16 de março de 2020, decorrentes da redução anterior de 31% para 25%.

Repos de títulos soberanos em dólar – Circular Bacen n.º 3.990/2020

O Banco Central passou a fazer operações de oferta de liquidez em dólares por meio da compra com compromisso de revenda (*repos*) de títulos soberanos do Brasil denominados em dólar (*global bonds*) de posse de instituições financeiras nacionais. Os títulos serão comprados pelo Banco Central com desconto de 10% em relação aos preços de mercado. A medida visa garantir o bom funcionamento dos mercados e entrou em vigor em 18 de março de 2020.

Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais – Resolução CMN n.º 4.785/2020

O Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) é uma opção a mais de captação de recursos acessível a todas as instituições financeiras associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Trata-se da possibilidade de essas instituições captarem depósitos garantidos pelo FGC, o que também contribui para a continuidade da oferta de crédito para o setor real. A cobertura do FGC, antes limitada a

R\$ 20 milhões, foi ampliada para R\$ 40 milhões de reais por titular. Essa garantia não envolve recursos públicos, pois o FGC é uma entidade 100% privada.

Flexibilização nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) – Resolução CMN n.º 4.787/2020

Para permitir que mais instituições possam captar recursos com as LCAs, aumentando sua liquidez, a base de cálculo foi ajustada. Assim, foram flexibilizadas as regras para aplicação dos recursos provenientes da captação nas atividades do agronegócio.

Empréstimo com lastro em debêntures – Resolução CMN n.º 4.786/2020

O Banco Central passa a ter a possibilidade de realizar empréstimos para as instituições financeiras com lastro em debêntures (títulos privados). Essas operações têm também a garantia dos recursos que as instituições financeiras mantêm compulsoriamente em suas contas de reservas no próprio Banco Central, eliminando o risco para a autoridade monetária. Trata-se de uma Linha Temporária Especial de Liquidez que visa garantir a liquidez e o normal funcionamento do mercado de crédito cooperativo privado durante a crise.

Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras – Resolução CMN n.º 4.788/2020

Os maiores bancos poderão recomprar um volume maior de suas próprias letras financeiras. Com isso, os detentores desses papéis (em sua maioria, fundos de investimento) terão maior facilidade para resgatar os recursos aplicados, caso necessário. O percentual de recompra permitido passou de 5% para 20%.

Outras medidas divulgadas na coletiva de imprensa do Bacen no dia 23/03/2020

Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito

O Banco Central está desenvolvendo o arcabouço legal e operacional para conceder empréstimos às instituições financeiras tendo como garantia as carteiras de crédito das instituições. A medida dará liquidez e garantirá o normal funcionamento do mercado de crédito no país.

Injeção de recursos de prazos mais longos pelo Bacen via operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais (TPFs)

Em momentos de crise, as instituições podem ter dificuldades de acessar recursos líquidos por prazos mais longos. Para prover liquidez para o SFN, o Banco Central passou a ofertar operações compromissadas mais longas na ponta doadora de recursos, por meio de suas operações de mercado aberto. Com isso, as instituições podem obter recursos líquidos por prazos mais longos em contraposição à demanda por liquidez de curtíssimo prazo por parte dos agentes de mercado. A medida também facilita a gestão da liquidez em seus balanços, pois provê a redução do custo de manter uma carteira de mais longa duração (custo de *duration*).

Linha de swap de liquidez em dólares americanos

O Banco Central estabeleceu uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no valor de US\$ 60 bilhões em cooperação com o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos. A linha amplia a oferta potencial de dólares no mercado doméstico e não implica condicionalidades de política econômica; caso necessário, poderá ser utilizada para incrementar os fundos disponíveis para as atuações no mercado de câmbio pelo Banco Central. O acordo de swap entre o BC e o FED permanecerá em vigor por pelo menos seis meses.

3.4. Política de destinação dos resultados dos três últimos exercícios sociais

Descrever a política de destinação dos resultados dos três últimos exercícios sociais, indicando:

A destinação dos resultados do Banco do Brasil é efetuada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras (BR GAAP).

Seção 3 - Informações Financeiras Selecionadas

		Destinação de Resultado		
		2017	2018	2019
a. regras sobre retenção de lucros.	Os lucros retidos pelo Banco do Brasil podem ser destinados para as Reservas Estatutárias para Margem Operacional e para Equalização de Dividendos, nos termos do Estatuto Social (art. 47, inciso IV) e de acordo com o artigo 194 da Lei 6.404/76 (que trata da criação de reservas estatutárias). A Reserva para Margem Operacional foi criada "com a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, limitado a 80% (oitenta por cento) do capital social". A Reserva para Equalização de Dividendos visa "assegurar recursos para o pagamento de dividendos, constituída pela parcela de até 50% (cinquenta por cento) do saldo do lucro líquido, limitado a 20% (vinte por cento) do capital social". Entende-se por "saldo do lucro líquido", a parcela do resultado de cada semestre obtida após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal, ao pagamento de dividendos e à constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência e de Reservas de Lucros a Realizar.			
a.i. Valores das retenções.		Reserva Estatutária: R\$7.060.250.273,49.	Reserva Estatutária: R\$6.747.606.993,22.	Reserva Estatutária (1): R\$15.992.655.804,75
		Reserva Legal: R\$541.537.031,25.	Reserva Legal: R\$626.812.047,37.	Reserva Legal: R\$894.967.428,59
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados.		70%	59%	94%
b. regras sobre distribuição de dividendos.	Aos acionistas do Banco do Brasil é assegurado o recebimento semestral de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, como definido no art. 202 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social (art. 48). É admitida a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores a um semestre, deduzidos da conta de Reservas para Equalização de Dividendos, para complementar o montante distribuído, nos termos do Estatuto Social (art. 48, parágrafo 3º), observadas as competências estabelecidas ao Conselho Diretor (art. 29, I e VII) e ao Conselho de Administração (art. 21, II "a" e art. 48, parágrafo 1º). Essa periodicidade foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 28 de dezembro de 2006, com vigência a partir do exercício de 2007. Observada a legislação vigente e na forma da deliberação do Conselho de Administração, o Conselho Diretor poderá autorizar o pagamento ou crédito aos acionistas de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como a imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório (art. 49 do Estatuto Social do Banco). Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação pro-rata die da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre as contas do patrimônio líquido. Os valores dos dividendos e/ou JCP devidos aos acionistas sofrerão a incidência de encargos financeiros na forma da legislação, a partir do encerramento do semestre ou do exercício social em que forem apurados até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada em lei, pela Assembleia Geral ou por deliberação do Conselho Diretor. (Estatuto Social do Banco, art. 48, parágrafo 2º).			
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Desde o 1º trimestre de 2007, o Banco do Brasil adotou periodicidade de pagamento trimestral de dividendos/juros sobre capital próprio, em linha com a decisão da AGE de 28/12/2006.			
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Os bônus perpétuos (reabertura) emitidos em janeiro e março de 2012 e o bônus perpétuo emitido em janeiro de 2013 tiveram em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 1º de outubro de 2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013. Em razão das alterações promovidas nos termos e condições dos bônus perpétuos emitidos em 2012 e no bônus perpétuo emitido em 2013, caso os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Para o bônus perpétuo emitido em Junho/2014, o pagamento de juros não será devido nem pagável e nem acumulará se o valor exceder os recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração. Caso ocorra a suspensão do pagamento/acumulação de juros do título, o emissor recomendará à Assembleia de Acionistas que o pagamento de dividendos seja limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável, até que os pagamentos semestrais de juros sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente.			
e. Se possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	O Conselho de Administração aprovou a atual versão da Política Específica de Remuneração aos Acionistas em 08/05/2018, podendo ser consultada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri). O documento, em conformidade com a Lei 13.303/16 e Decreto nº 8.945/16, busca estabelecer as diretrizes relativas à remuneração aos acionistas de maneira transparente, incluindo os requisitos para fixação do payout, forma de distribuição e possíveis limitadores prudenciais ou contratuais, bem como garantir a devida valorização do acionista, conjugada à perenidade e à sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos do Banco, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção sustentável de seus negócios.			

(1) Utilizou-se R\$ 5.713.649 mil das reservas estatutárias para equalização de dividendos.

3.5. Destinação do lucro líquido

(Reais)	2017	2018	2019
Lucro líquido ajustado ¹	10.978.441.000,00	12.904.555.000,00	18.133.967.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	29,4	40,00	37,13
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido (%)	10,75	12,10	16,28
Dividendo distribuído total	3.228.953.000,00	5.161.822.000,00	6.732.541.000,00
Lucro líquido retido ²	7.601.787.000,00	7.374.420.000,00	16.887.623.000,00
Data da aprovação da retenção	25/04/2018	26/04/2019	-

	Montante	Data do Pagamento dividendo	Montante	Data do Pagamento dividendo	Montante	Data do Pagamento dividendo
Juros sobre Capital Próprio						
Ordinária	200.823.529,41	31/03/2017	227.558.823,53	29/03/2018	435.000.000,00	29/03/2019
Ordinária	509.477.115,19	31/05/2017	595.914.664,58	30/05/2018	1.155.938.857,17	31/05/2019
Ordinária	218.823.529,41	30/06/2017	215.029.411,76	29/06/2018	476.640.000,00	28/06/2019
Ordinária	559.958.207,40	31/08/2017	742.876.829,71	31/08/2018	1.229.989.356,89	30/08/2019
Ordinária	212.470.588,24	29/09/2017	238.140.000,00	28/09/2018	649.308.000,00	30/09/2019
Ordinária	621.703.626,34	30/11/2017	1.161.269.955,18	30/11/2018	1.040.834.433,50	29/11/2019
Ordinária	230.029.411,76	28/12/2017	350.059.500,00	28/12/2018	502.320.000,00	30/12/2019
Ordinária	675.667.312,59	12/03/2018	1.630.972.721,96	07/03/2019	1.242.510.521,99	05/03/2020

(1) Corresponde ao lucro líquido ajustado que serviu de base para o cálculo dos dividendos distribuídos. Lucro líquido individual de publicação sem deduzir a despesa de juros remuneratórios de IHCD.

(2) Valores evidenciados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos anos 2017, 2018 e 2019 na linha de Destinações - Reservas.

3.6. Dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas

Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, não foram declarados dividendos à conta de Lucros Retidos constituída em exercícios anteriores.

3.7. Nível de Endividamento

Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento do emissor, indicando: (a) soma do passivo circulante e do passivo não circulante; (b) índice de endividamento (passivo circulante mais o não circulante, dividido pelo patrim. líquido); (c) caso o emissor deseje, outro índice de endividamento, indicando: (c.i) o método utilizado para calcular o índice; e (c.ii) o motivo pelo qual entende que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento do emissor

R\$ milhões, exceto conforme indicado	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
a. Soma do passivo circulante e do passivo não circulante	1.251.837	1.291.968	1.342.295
b. índice de endividamento (passivo circulante + não-circulante / patrimônio líquido ¹)	12,9	12,7	12,5

(1) Considera o Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores.

3.8 Obrigações do emissor de acordo com o prazo de vencimento

Em forma de tabela, separando por obrigações (empréstimos, financiamentos e títulos de dívida) com garantia real, com garantia flutuante e quirografárias, ou com outro tipo de garantia ou privilégio, indicar o montante de obrigações do emissor de acordo com o prazo de vencimento

Exercício social 31/12/2019 Empréstimos						
Tipo de garantia	Inferior a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Garantia Real	-	-	-	-	-	
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-	
Quirografária	15.869.461.479	1.862.325.455	137.953.285	-	17.869.740.219	
Outras garantias/privilégios	-	-	-	-	-	
Exercício social 31/12/2019 Financiamentos						
Tipo de garantia	Inferior a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Garantia Real	-	-	-	-	-	
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-	
Quirografária	-	-	-	-	-	
Outras garantias/privilégios	-	-	-	-	-	
Exercício social 31/12/2019 Títulos de dívida						
Tipo de garantia	Inferior a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Garantia Real	-	-	-	-	-	
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-	
Quirografária	49.570.961.741	79.772.901.788	10.968.570.917	36.206.728.890	176.519.163.337	
Outras garantias/privilégios	-	-	-	-	-	
Total	65.440.423.219,54	81.635.227.243,66	11.106.524.202,35	36.206.728.890,38	194.388.903.555,93	

3.9. Outras informações relevantes

A seguir, o Banco identifica os instrumentos financeiros que contém disposições sobre “*cross default*” relativas às suas dívidas, incluindo suas subsidiárias:

Emissão	Moeda	Cupom %	VALOR OUTSTANDING	Data Emissão	Data Vencimento	Cláusulas de Cross - Default
BANBRA 6.000 20	USD	6,000	500.000.000	22/01/2010	22/01/2020	SIM
BANBRA 4.625 25	USD	4,625	1.000.000.000	23/10/2017	15/01/2025	SIM
BANBRA 3.875 22	USD	3,875	1.809.700.000	10/10/2012	10/10/2022	SIM
BANBRA 4.875 23	USD	4,875	750.000.000	19/04/2018	19/04/2023	SIM
BANBRA 5.375 21	USD	5,375	660.000.000	05/10/2010	15/01/2021	SIM
BANBRA 5.875 22	USD	5,875	1.500.000.000	26/05/2011	26/01/2022	SIM
BANBRA 5.875 23	USD	5,875	750.000.000	19/06/2012	19/01/2023	SIM
BANBRA 8.500 PERP	USD	8,500	898.512.000	20/10/2009	20/10/2020	SIM
BANBRA 9.250 PERP	USD	9,250	1.298.727.000	20/01/2012	15/04/2023	SIM
BANBRA 6.250 PERP	USD	6,250	1.988.000.000	31/01/2013	15/04/2024	SIM
BANBRA 9.000 PERP	USD	9,000	2.169.700.000	18/06/2014	18/06/2024	SIM
BANBRA 4.750 24	USD	4,750	750.000.000	20/03/2019	20/03/2024	SIM

Private Placement - Registrados em BB Londres	Moeda	Cupom %	VALOR OUTSTANDING	Data Emissão	Data Vencimento	Cláusulas de Cross - Default
BANBRA 8,51 25	COP	8,51%	160.000.000.000	21/11/2018	21/11/2025	SIM
BANBRA 6,50 27	COP	6,50%	520.000.000.000	25/10/2019	25/10/2027	SIM
BANBRA 8,50 26	MXN	8,50%	1.900.000.000	29/07/2019	29/07/2026	SIM
BANBRA 9,50 26	BRL	9,50%	298.000.000	30/04/2019	30/04/2026	SIM
BANBRA 10,15 27	BRL	10,15%	293.085.000	28/11/2017	28/11/2027	SIM

Emissão BB LONDRES	Moeda	Cupom %	VALOR OUTSTANDING	Data Emissão	Data Vencimento	Cláusulas de Cross - Default
Deutsche Bank AG - Schuldschein	EUR	3,500	100.000.000	12/03/2015	12/03/2025	SIM
China EximBank - Term	USD	4,500	300.000.000	11/01/2019	14/11/2023	SIM
Al-Rajhi - Murabaha ¹	SAR	0,000	500.000.000	08/03/2017	05/03/2020	SIM

Emissão BBNY	Moeda	Cupom %	VALOR OUTSTANDING	Data Emissão	Data Vencimento	Cláusulas de Cross - Default
BMO - Loan Agreement	USD	3,460	19.680.000	03/04/2019	30/03/2020	SIM
BMO - Loan Agreement	USD	2,820	71.153.000	01/08/2019	27/07/2020	SIM
HSBC - Loan Agreement	USD	3,260	20.000.000	09/04/2019	07/04/2020	SIM

Operações Estruturadas	Moeda	Cupom %	VALOR OUTSTANDING	Data Emissão	Data Vencimento	Cláusulas de Cross - Default
CLO 1	USD	6m USD L+250bps	500.000.000	09/12/2014	01/11/2034	SIM
CLO 2	USD	6m USD L+320bps	320.000.000	22/12/2015	15/12/2030	SIM
A Loan	USD	3m USD L+200bps	100.000.000	19/06/2017	15/11/2022	SIM
DPR S1	USD	3m USD L+120bps	100.000.000	02/07/2019	15/06/2024	SIM
DPR S2	USD	3m USD L+120bps	100.000.000	02/07/2019	15/06/2024	SIM
DPR S3	USD	3,70%	200.000.000	02/07/2019	15/06/2024	SIM
JPM	USD	4,56%	300.000.000	21/03/2018	22/03/2021	SIM

(1) Murabaha é uma estrutura de financiamento em que o Banco compra mercadorias e as vende para sua contraparte a um preço que inclui uma margem de lucro, que nessa transação específica equivale a um retorno de 4,9% a.a.

4. FATORES DE RISCO

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento

A seguir estão descritos os fatores de risco que, na data deste Formulário de Referência, o Banco considera relevantes e acredita que podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pelo Banco. Desta forma, potenciais investidores devem analisar cuidadosamente os riscos descritos a seguir, bem como as demais informações constantes deste Formulário de Referência.

Potenciais investidores devem observar, ainda, que os riscos abaixo relacionados não são os únicos riscos aos quais o Banco está sujeito. Outros fatores de risco adicionais que o Banco atualmente considera improváveis ou dos quais atualmente o Banco não tem conhecimento, se materializados, podem acarretar efeitos similares aos dos riscos abaixo relacionados.

a) Riscos relacionados ao Banco do Brasil:

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques cibernéticos que resultem em violações de segurança, acessos não autorizados, divulgação de dados confidenciais ou interrupção de negócios podem resultar em uma perda substancial de negócios, sanções regulatórias, responsabilização legal e/ou danos à reputação do Banco.

Devido à natureza das atividades, o Banco opera em um ambiente sujeito a incidentes de segurança cibernética, baseados em Tecnologia da Informação (TI), como *malware*, *phishing* e outros eventos, que podem incluir métodos sofisticados de ataques, com o objetivo de acesso não autorizado às infraestruturas e sistemas de TI, para a divulgação não autorizada de dados confidenciais, a manipulação ou destruição de dados e interrupção dos serviços.

Eventuais ataques cibernéticos que resultem em indisponibilidade de acesso aos sistemas do Banco, acesso não autorizado aos dados, perda ou divulgação não autorizada de dados, podem sujeitar o Banco a litígios significativos, multas regulatórias, perdas de clientes, danos à imagem e causar efeito adverso relevante.

Os negócios do Banco podem ser afetados por danos à sua reputação

O Banco depende de sua imagem e credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à reputação do Banco e criar uma percepção negativa da Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores, com o não cumprimento de obrigações legais, negócios irregulares com clientes, envolvimento com fornecedores com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta dos colaboradores e falhas na gestão de riscos, entre outros. Ações, adotadas por terceiros, como parceiros de mercado, podem, indiretamente, impactar a reputação do Banco perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à reputação podem impactar de forma adversa os negócios e clientes do Banco.

Existe possibilidade de que as políticas, processos, procedimentos, sistemas e modelos utilizados nas atividades do Banco sejam incompatíveis ou insuficientes para evitar exposições aos riscos, inclusive não categorizados ou não identificados, o que pode impactar adversamente a condição financeira e os resultados do Banco.

O conjunto de políticas, processos, procedimentos, sistemas e modelos utilizados nas atividades do Banco podem não capturar plenamente as exposições decorrentes dos riscos, inclusive não categorizados ou não identificados.

Os modelos estatísticos e as ferramentas de gestão utilizados na estimativa das exposições do Banco podem não ser precisos na mensuração do capital para a cobertura de riscos não identificados ou não categorizados. Da mesma forma, os testes de estresse, as avaliações de controles internos e *compliance* e as análises de sensibilidade podem não capturar todos os possíveis impactos no resultado do Banco. Podem ocorrer, ainda, perdas decorrentes de falhas, inadequações ou deficiências de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, além de situações que não sejam identificadas e tratadas pelos modelos afetos aos riscos adotados pelo Banco.

Destaca-se, também, que a alocação de capital para cobertura dos riscos pode ser insuficiente, uma vez que as perdas poderiam ser significativamente maiores do que as indicadas nos relatórios

divulgados ao mercado, ainda que o Banco possua margem prudencial para este fim. A ocorrência dessa situação poderia afetar negativamente a condição financeira e os resultados do Banco.

O Banco pode não ser capaz de impedir que seus administradores, funcionários ou terceirizados, agindo em seu nome, envolvam-se em situações qualificáveis como corrupção no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, o que poderia expor o Banco a sanções administrativas e judiciais, bem como nos causar efeito material adverso.

O Banco está sujeito à legislação anticorrupção brasileira, à dos países onde possui filiais, bem como àquelas com abrangência transnacional.

Essas legislações requerem adoção de procedimentos de integridade, visando mitigar o risco de que qualquer pessoa, agindo em nome do Banco, possa oferecer vantagem indevida a agente público, visando auferir benefícios de qualquer ordem.

As legislações de alcance transnacional, como o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* e o *U.K. Bribery Act*, bem como a legislação brasileira, exigem a manutenção de políticas e procedimentos específicos para a prevenção e o combate a atos ilícitos ligados à corrupção de entes da administração pública e de representantes do governo, que tenham como finalidade assegurar qualquer tipo de vantagem e requerem que o Banco mantenha livros e registros corretos e um sistema de controles internos para certificar a veracidade dos livros e registros e prevenir atividades ilegais.

Caso as políticas e procedimentos do Banco destinados a prevenir suborno e outras práticas corruptas não sejam capazes de impedir ação voluntária ou inadvertida de seus administradores, empregados ou terceiros, agindo em seu nome, que configure corrupção, as agências governamentais reguladoras, às quais o Banco responde têm o poder e a autoridade de impor multas e outras penalidades.

Além disso, os negócios e reputação podem ser afetados, caso o Banco venha a figurar como réu ou investigado em apuração relacionada à corrupção.

Adicionalmente, o Banco tem, em grande medida, que confiar nas informações ou declarações disponibilizadas. Tais procedimentos e controles podem não ser completamente eficazes na prevenção de que as contrapartes utilizem os relacionamentos estabelecidos com o Banco para ato de corrupção.

Se o Banco associado ou mesmo acusado de estar envolvido em casos de corrupção, sua reputação pode ser afetada e/ou pode estar sujeito a multas, sanções e/ou imposições legais, que podem produzir efeitos adversos relevantes sobre os resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Interrupções ou falhas na infraestrutura e sistemas de tecnologia da informação do Banco, a falta de integração e a falta de redundância nesses elementos poderão afetar adversamente as operações do Banco.

As operações do Banco dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. É preciso, por exemplo, que tais sistemas processem e armazenem um grande número de transações de forma eficiente e precisa, bem como que permitam a transmissão de dados confidenciais e outras informações sensíveis de forma tempestiva e segura. Desta forma, eventuais indisponibilidades de infraestrutura, *software* ou redes de telecomunicação podem impactar o processamento das transações realizadas pelos clientes do Banco, o que pode ocasionar prejuízos financeiros, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização. Esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados das operações do Banco.

Além disso, os equipamentos utilizados pelo Banco podem ser danificados ou ter seu funcionamento interrompido, parcial ou totalmente, por falhas próprias ou por intempéries da natureza, falha na prestação de serviços pelas operadoras de telecomunicações e fornecedores de soluções tecnológicas, invasão física ou eletrônica, e por demais fatos ou ocorrências semelhantes. Quaisquer um desses eventos pode causar interrupção, atrasos em processamento da informação e/ou perdas na transmissão de dados essenciais, o que pode afetar os negócios e as condições operacionais e financeiras do Banco.

O Banco pode não ser capaz de detectar, integralmente ou em tempo hábil, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e outras atividades ilegais ou impróprias (incluindo transações com alvos de sanções), o que poderia expor o Banco a responsabilidades adicionais e causar um efeito material adverso.

O Banco está sujeito a leis e regulamentações que dispõem sobre a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e a outras atividades ilícitas (incluindo transações com alvos de sanções), nas jurisdições em que atua.

Essas leis e regulamentos exigem, entre outras providências, adotar e aplicar políticas e procedimentos de "conheça o seu cliente" e de comunicação de operações suspeitas e de grande porte previstas em regulamentos para as autoridades competentes.

Tais leis e regulamentos têm se tornado cada vez mais detalhados e complexos e exigido o aprimoramento de sistemas e o emprego de pessoal especializado para fins de *compliance* e monitoramento, além de serem alvo de supervisão reforçada por parte de autoridades reguladoras.

As políticas e procedimentos do Banco destinados a detectar e prevenir o uso dos processos, produtos ou serviços do Banco para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e atividades relacionadas podem não eliminar completamente casos em que a estrutura seja utilizada, por agentes próprios ou terceiros, para atividades ilegais ou impróprias.

Caso o Banco seja capaz de cumprir integralmente as leis e regulamentos aplicáveis, as agências governamentais reguladoras, às quais responde, têm o poder e a autoridade de lhe impor multas e outras penalidades, incluindo a revogação de licenças.

Além disso, os negócios e reputação do Banco podem ser afetados, caso os processos, produtos e serviços sejam utilizados para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, ou para outros fins ilegais ou impróprios.

Adicionalmente, o Banco tem, em grande medida, que confiar nas informações ou declarações disponibilizadas sobre a correta aplicação das leis e regulamentos. Tais procedimentos e controles podem não ser completamente eficazes na prevenção de que terceiros usem os processos, produtos e serviços do Banco, ou de suas contrapartes, como canal para a lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou outras práticas ilícitas sem o conhecimento do Banco ou o de suas contrapartes.

Se o Banco for associado ou mesmo acusado de estar associado à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo ou a outras práticas ilícitas, sua reputação pode ser afetada e/ou pode estar sujeito a multas, sanções e/ou imposições legais, que podem produzir efeitos adversos relevantes sobre seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas futuras.

Falhas ou violações em processos críticos podem interromper os negócios do Banco, aumentando as despesas e causando perdas, o que pode afetá-lo adversamente.

Os negócios e processos de apoio mais importantes para a continuidade dos negócios estão sujeitos a interrupções, provocadas por diversos tipos de ameaças, incluindo eventos completamente ou parcialmente fora do controle do Banco, podendo causar:

- a) indisponibilidade total ou parcial de sistemas que suportam a operacionalização dos negócios;
- b) ausência de funcionários para a condução dos processos críticos que suportam os negócios, por quaisquer motivos, como adesão a movimentos sociais e de categorias trabalhistas, problemas no sistema de transportes, violência e caos urbano, doenças contagiosas;
- c) impossibilidade de acesso aos prédios onde são operacionalizados os processos críticos, por motivos como manifestações de pessoas nas entradas dos prédios, interdição de vias públicas de acesso às instalações, problemas nos edifícios vizinhos que provoquem a interdição dos prédios do Banco, problemas na infraestrutura predial (incêndio, inundação, esgoto, rachaduras, desmoronamento, etc.);
- d) interrupção no fornecimento de serviços terceirizados dos quais dependem os processos críticos de apoio aos negócios.

Eventuais interrupções nos processos críticos de suporte aos negócios podem provocar perdas financeiras, multas contratuais e sérios danos à reputação da organização.

A interrupção de alguns processos como a Compensação Nacional de Cheques (Compe), a Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), o Sistema de Pagamentos Brasileiro/STR e distribuição de numerário à rede bancária, podem afetar significativamente todo o sistema financeiro nacional.

Um rebaixamento dos ratings pode afetar negativamente o custo de captação de recursos, acesso aos mercados de capitais e de dívidas, liquidez e, como resultado, a posição competitiva do Banco.

Ratings de crédito representam a opinião das agências independentes de rating acerca da capacidade do Banco de pagar suas dívidas e afetam o custo e outros termos que servem de base para a captação de recursos. Cada agência revisa seus ratings e metodologias de rating periodicamente e pode decidir alterar uma nota a qualquer momento, com base em fatores que afetam a solidez financeira do Banco, tais como liquidez, capitalização, qualidade de ativos e lucratividade.

Segundo os critérios adotados pelas agências de rating, os ratings atribuídos às instituições financeiras brasileiras, incluindo o Banco, são limitados pelas notas atribuídas ao rating soberano do Brasil. Eventos além do controle do Banco, como crises econômicas ou políticas, podem levar ao rebaixamento do rating soberano do Brasil e um correspondente rebaixamento dos ratings atribuídos ao Banco.

Os ratings de crédito são essenciais para a capacidade de captar recursos e financiamentos por meio da emissão de títulos de dívida e de cobrir os custos desses tipos de financiamentos. Um rebaixamento potencial ou real nos ratings de crédito poderia ter um impacto adverso sobre as operações, receita e ponderação de risco do Banco. O lucro líquido, exigências de capital e retorno sobre níveis de capitais também seriam afetados, o que causaria um impacto negativo sobre a posição competitiva do Banco. Além disso, no caso de rebaixamento dos ratings de crédito, possíveis cláusulas relacionadas a rating nos contratos de financiamento com outras instituições poderiam ser ativadas e resultar na necessidade imediata de acrescentar mais garantias a contrapartes ou de tomar outras medidas nos termos dos contratos de derivativos do Banco, o que poderia impactar negativamente as margens de juros e o resultado das operações. Dessa forma, o fato do Banco não conseguir manter ratings e perspectivas favoráveis pode afetar o custo e a disponibilidade de conseguir financiamentos por meio do mercado de capitais ou de outras fontes, o que afetaria as margens de juros e a capacidade operacional do Banco.

O Banco do Brasil pode vir a aumentar suas despesas e provisões para contingências trabalhistas.

O Banco do Brasil implementou, em janeiro de 2013, o novo Plano de Funções, que passou a contemplar Funções de Confiança (jornada de 8h) e Funções Gratificadas (que tiveram suas jornadas reduzidas para 6h), adaptando a remuneração dessas funções à nova jornada.

Na ocasião, verificou-se o ingresso de demandas coletivas e individuais visando a manutenção da remuneração anterior para aqueles funcionários que optaram por Funções Gratificadas e passaram a cumprir jornada diária de 6h. O mesmo ocorreu em relação a funcionários que optaram pelas Funções de Confiança mantendo a jornada de trabalho de 8h, mas ainda assim pleiteiam na justiça a descaracterização da função de confiança (7ª e 8ª horas como extras).

No final de 2014, houve o vencimento de dois protestos interruptivos de prescrição obtidos por entidades representativas de funcionários na justiça brasileira. Como resultado, observou-se o incremento de demandas individuais e coletivas contra o Banco do Brasil, o que pode resultar em elevação de despesas e provisões para contingências trabalhistas.

Em novembro de 2016, foi implementada a Reorganização Institucional que, além de outras frentes buscando a eficiência operacional, envolveu a ampliação do Plano de Funções implementado em 2013 e um Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI), que elevaram o ajuizamento de ações deste público. Além disso, houve o ajuizamento de ações individuais e coletivas no intuito de manter a estabilidade remuneratória (Súmula 372 do TST) daqueles funcionários que perderam suas comissões ou sofreram redução salarial ao longo do processo de reorganização.

Com a aprovação da Lei 13.467/17 (Reforma Trabalhista), houve um movimento de trabalhadores buscando o Judiciário a fim de tentar garantir direitos modificados pela nova lei.

Há também, em estoque, um contingente de demandas trabalhistas individuais e coletivas diversas que, à medida que a situação processual avança, poderão sofrer alterações e, por consequência, influenciar a constituição, reforço ou reversão de provisões para demandas contingentes.

O Banco pode ser impactado em seu Balanço Patrimonial em decorrência do aumento de provisões ou do passivo atuarial, referentes aos benefícios de previdência e saúde que oferece aos seus funcionários, podendo afetar negativamente o Capital Principal da Instituição.

O Banco oferece aos seus funcionários planos de previdência e de saúde suplementar. Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos das Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação de normas regulamentares vigentes. O Banco também poderá vir a ser responsabilizado pelos encargos oriundos de obrigações legais e determinações judiciais específicas que incrementam os benefícios dos aposentados e pensionistas. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos no resultado das operações e no patrimônio do Banco. Do ponto de vista do ativo, o risco de EFPPS está associado à possibilidade de perdas (impacto negativo no Capital Principal do BB) resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado a

possibilidade de perdas (impacto negativo no Capital Principal do BB) decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

O Banco está sujeito a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados, podendo ser afetado adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”, prevista para entrar em vigor em 16/08/2020. A Lei transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos ao uso, compartilhamento e transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso não estejam em conformidade com a LGPD, o Banco e suas controladas podem estar sujeitas às seguintes sanções administrativas aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) multa de até 2% do faturamento da empresa ou do grupo limitada, no total, a R\$50 milhões por infração; (c) multa diária, limitada ao total descrito no item "b"; (d) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (e) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; e (f) eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração. Além disso, o Banco pode ser responsabilizado por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelo Banco e solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelas suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

O Banco atua como agente financeiro e/ou administrador de créditos e de diversos fundos e programas governamentais. Eventuais falhas nos processos envolvidos podem afetar passivos e/ou direitos registrados pelo Banco com impactos no resultado.

O Banco atua como agente financeiro e/ou administrador de diversos fundos e programas governamentais que destinam recursos para operações de crédito, com a finalidade de desenvolver a economia do País e promover a geração de emprego e renda. O Banco também atua como agente financeiro do BNDES e do FGTS, efetuando o repasse de recursos em financiamentos segundo critérios estabelecidos por essas instituições.

Nesses casos, o Banco registra passivos correspondentes aos recursos alocados, que estão sujeitos à conciliação de saldos e prestação de contas aos alocadores do *funding* e aos órgãos de controle.

O Banco ainda presta serviços de administração de créditos da União, abrangendo financiamentos com o setor rural e agroindustrial, incluindo carteiras de Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos - Pesa, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer II e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé.

Eventuais falhas nos processos de registro de passivos e/ou direitos registrados pelo Banco podem resultar em divergências entre os correspondentes registros contábeis e os montantes das carteiras administradas, impactando negativamente os resultados do Banco.

O Banco amplia sua atuação por meio de canais de atendimento *Call Center* e Correspondentes no País, dentre eles a ECT – Banco Postal, além do compartilhamento de canais de atendimento de instituições financeiras parceiras e do Banco24Horas, podendo incorrer em riscos operacionais e legais.

A contratação de terceiros e compartilhamento de canais podem gerar riscos inerentes às atividades com possibilidade de perdas financeiras, que podem afetar o Banco adversamente, relacionadas a:

- a) reclamações trabalhistas;
- b) falhas em sistemas de canais compartilhados, correspondentes e *Call Center* (Unidade de Resposta Audível URA), que podem gerar contestação pelo cliente;
- c) pendências de acerto financeiro do numerário sob custódia dos Correspondentes, decorrentes de sinistros, falhas operacionais ou fraude;
- d) atendimento inadequado ou falha operacional de contratado vinculado, que pode gerar contestação pelo cliente; e
- e) ações cíveis públicas relacionadas à terceirização de serviços.

b) Riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

Como acionista controlador do Banco, a União pode adotar políticas que ocasionem efeitos adversos sobre o Banco, incluindo danos à sua reputação.

O governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Economia, é o acionista controlador do Banco. Conforme artigo 21, da Lei 4.595, cabe ao Presidente da República do Brasil indicar o Presidente do Banco, que além de membro da Diretoria Executiva, também é integrante do Conselho de Administração.

A União indica, para eleição pela Assembleia Geral de Acionistas, seis membros para o Conselho de Administração, cabendo aos minoritários a indicação de, ao menos, dois membros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo. Hoje o Conselho de Administração do BB conta com um total de quatro membros independentes, tendo sido dois deles indicados pela União.

Por sua vez, cabe ao Conselho de Administração nomear os demais integrantes da Diretoria Executiva do BB, órgão estatutário responsável pela administração dos negócios do Banco.

Conforme Estatuto Social, artigo 5º, o Banco do Brasil, no âmbito da relação com a União, conforme legislação ou regulamentos vigentes, poderá ser contratado para:

a) executar encargos e serviços na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional e outras funções designadas em lei;

b) realizar financiamentos de interesse governamental e executar os programas oficiais mediante a aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza; e

c) conceder garantias em favor da União.

Contudo, como forma de mitigar os riscos a que estaria exposto, o Estatuto Social do BB veda a realização de transferências de recursos, serviços ou outras obrigações entre o Banco e suas Partes Relacionadas em desconformidade com sua Política de Transações com Partes Relacionadas e também estabelece que quaisquer ações ou medidas tomadas pelo Banco na qualidade de prestador de serviços contratado pela União estarão condicionadas ao cumprimento de determinadas condições, tais como:

a) a colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco;

b) a prévia e formal definição dos prazos e da adequada remuneração dos recursos a serem aplicados em caso de equalização dos encargos financeiros;

c) a prévia e formal definição dos prazos e da assunção dos riscos e da remuneração, nunca inferior aos custos dos serviços a serem prestados;

d) a prévia e formal definição do prazo para o adimplemento das obrigações e das penalidades por seu descumprimento.

A União, na condição de acionista controlador, poderia eventualmente influenciar as decisões dos conselheiros de administração cuja indicação lhe compete, no sentido de que o Banco desenvolva atividades negociais que priorizem objetivos ou programas de interesse governamental. Existe a possibilidade de que alguns desses negócios concorram com os objetivos econômicos da atuação do BB, o que poderia afetar o Banco adversamente e, eventualmente, causar danos à sua reputação.

Ressalte-se ainda que a União, na qualidade de contratante de serviços financeiros relacionados à execução de políticas públicas ou programas de interesse governamental, pode sofrer eventual insuficiência de recursos e não os disponibilizar ao Banco nos prazos acordados, o que poderia afetar o equilíbrio e a regular gestão desses contratos e dos serviços prestados, afetando o Banco de maneira adversa.

Algumas obrigações referentes aos instrumentos de dívida podem limitar o pagamento de dividendos.

Os bônus perpétuos emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012 e o bônus perpétuo emitido em janeiro de 2013 tiveram, em 27.09.2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil.

Em razão das alterações promovidas nesses bônus, caso os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório

determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente.

Além disso, para o bônus perpétuo emitido em junho/2014, caso ocorra a suspensão do pagamento/acumulação de juros do título, o emissor recomendará à Assembleia de Acionistas que o pagamento de dividendos seja limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável, até que os pagamentos semestrais de juros sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente.

Dessa forma, nos casos indicados acima, os acionistas do Banco poderão ter seus dividendos reduzidos ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente.

As compensações financeiras devidas pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, relativas à equalização do crédito rural, sujeitam-se às disponibilidades e à programação orçamentária daquele Órgão.

A equalização de juros, modalidade de subvenção econômica instituída pela Lei 8.427/1992, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural.

O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquela Secretaria, conforme estabelece a Legislação. A não equalização das compensações financeiras por parte do Tesouro Nacional pode afetar o Banco de maneira adversa.

c) Riscos relacionados a seus acionistas:

O Banco do Brasil pode vir a precisar de recursos adicionais no futuro. Isso poderá ser sanado por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

O Banco do Brasil pode necessitar de recursos que podem ser captados por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço das ações e na diluição da participação do investidor.

d) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas:

Há a possibilidade de que as condições políticas, macroeconômicas e relacionadas à legislação local da Argentina possam trazer efeitos adversos ao investimento realizado no Banco Patagonia.

Desde 2015, quando Mauricio Macri assumiu a presidência da Argentina, várias mudanças foram implementadas na condução da política econômica visando alcançar o equilíbrio na gestão macroeconômica e reduzir as distorções na alocação dos fatores produtivos do país. A contenção nos gastos públicos e a retirada de subsídios ao consumo levaram o país a uma recessão econômica ao longo de 2016, bem como a aceleração da já elevada inflação. Em 2018, o país voltou a apresentar forte desvalorização de sua moeda, inflação crescente e elevação substancial da taxa de juros, afetando negativamente o consumo e os investimentos, levando o país de volta à recessão.

Em 10.12.2019, Alberto Fernández assumiu a presidência da Argentina. Ainda não houve a implementação de medidas significativas, sendo prematuro falar em mudanças e seus impactos na política econômica. Contudo, uma deterioração adicional do ambiente de negócios e das condições macroeconômicas da Argentina, a exemplo de eventuais desdobramentos das negociações da dívida do país com o FMI e credores internacionais, teria potencial para atingir diretamente os negócios do Banco Patagonia, comprometendo a lucratividade, o pagamento de dividendos e limitando a concretização de suas estratégias negociais.

O Banco pode se deparar com riscos relacionados aos efeitos advindos das operações de incorporações, fusões, aquisições, alienações de participações e constituição de parcerias estratégicas.

Nos últimos anos, o Banco do Brasil realizou operações de incorporação, aquisição e alienação de participações acionárias em outras sociedades, assim como constituiu parcerias estratégicas no Brasil

e no exterior, como parte de sua estratégia de crescimento e de ganhos de sinergia nos mercados nacional e internacional.

A depender das estratégias definidas, o Banco pode realizar novas incorporações, alienações, aquisições e parcerias estratégicas e, desta forma, estar sujeito aos riscos relativos a essas transações. Esses riscos incluem a possibilidade de:

- a) superestimar o valor do negócio objeto de aquisição/parceria, especialmente se for considerado que esses negócios podem não oferecer os resultados previstos e, portanto, os investimentos podem não oferecer o retorno esperado;
- b) ocorrer problemas na integração de produtos, base de clientes, serviços, tecnologia, instalações e pessoal, os quais podem afetar/comprometer adversamente os controles internos, procedimentos e políticas;
- c) não haver sinergias financeiras e operacionais esperadas com as aquisições, incorporações e parcerias estratégicas, podendo ainda provocar efeitos adversos nos negócios do Banco e nos seus resultados operacionais e de fluxo de caixa;
- d) registrar passivos e/ou contingências inesperados relacionados aos negócios adquiridos ou às parcerias estratégicas realizadas;
- e) ser responsabilizado pelos passivos das instituições objeto de aquisição ou incorporação, inclusive pelos fatos geradores que ocorreram antes da transação, pelos atos dos administradores anteriores e potenciais passivos dos atos ocorridos antes da transação;
- f) contabilizar prejuízos relativos às operações das empresas ou mesmo na ocasião de saída do BB destas parcerias, decorrentes da formalização de documentos societários contendo termos e condições que, devido à passagem do tempo, não estão compatíveis com os redirecionamentos estratégicos do Banco do Brasil;
- g) não mapear de forma exaustiva as autorizações regulatórias necessárias para determinado processo de incorporação, aquisição ou constituição de parceria estratégica e sofrer sanção administrativa ou pecuniária; e
- h) subestimar o valor do negócio objeto de alienação de participação, direta ou indireta, especialmente se for considerado um negócio não estratégico, ou se a alienação se der em função da abertura de capital da companhia.

O Banco pode ter seu resultado impactado em decorrência de sua participação em empresas controladas e coligadas, no Brasil e no Exterior.

O Banco possui participações diretas e indiretas em diversas empresas financeiras e não financeiras no Brasil e no exterior. O resultado dessas participações, seja em empresas controladas ou coligadas, compõe o resultado do Banco.

Dessa forma, resultados eventualmente obtidos nas atividades dessas empresas podem impactar o resultado do Banco. Adicionalmente, em razão de eventuais resultados negativos nas empresas controladas e coligadas, não há garantia de que o Banco receberá quaisquer dividendos ou outras distribuições dessas sociedades.

e) Risco relacionado a fornecedores:

Existe a possibilidade de que os critérios legais, técnicos e operacionais empregados na aquisição de bens, contratação de serviços e monitoramento de fornecedores não sejam totalmente eficazes para evitar a exposição a eventos adversos ou descontinuidade dos negócios, que poderá impactar o resultado do Banco.

O Banco do Brasil, enquanto sociedade de economia mista, está sujeito a legislações específicas que regulam as compras e contratações públicas, tendo como princípios a seleção da proposta mais vantajosa, isonomia, impessoalidade, legalidade, publicidade, dentre outros. Assim, como regra, os fornecedores são selecionados via processo licitatório, o que pode limitar a dinâmica de substituição de fornecedores.

Os fornecedores do Banco atuam em diversos setores, como material de expediente, software, equipamentos, mobiliário, serviço de vigilância bancária, demais serviços de apoio terceirizado, dentre outros, com complexidades distintas. Os critérios atualmente empregados na aquisição de bens, na contratação de serviços e no monitoramento de fornecedores podem não ser suficientes para capturar completamente a exposição decorrente de riscos não identificados ou imprevistos, atrelados a cada setor, bem como aqueles decorrentes de aspectos legais. Questões como concentração de

contratações em poucos fornecedores, monopólio e a falta de capacidade técnica e operacional das empresas contratadas podem prejudicar a continuidade dos negócios e gerar impactos negativos para o Banco.

f) Riscos relacionados a seus clientes:

A retomada em curso da economia ainda se mostra gradual e incorpora riscos para a recuperação consistente da capacidade de pagamento das empresas e famílias.

Os indicadores de atividade já indicam retomada da economia, mas em ritmo ainda moderado. A materialização de riscos associados ao ambiente econômico, pode gerar deterioração adicional da capacidade de pagamento das famílias e levar à retração das carteiras de crédito, bem como aumento dos níveis de atraso das operações. Tal movimento implicaria impactos negativos no resultado operacional do Banco do Brasil.

O Banco está sujeito a perdas decorrentes do não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco se expõe ao risco de crédito de contraparte nas operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, inclusive derivativos, uma vez que tais operações estão sujeitas ao risco bilateral de perda relacionado à incerteza do valor de mercado dessas operações, haja vista as oscilações associadas ao movimento dos fatores subjacentes de risco de mercado ou à deterioração da qualidade creditícia da contraparte. O descumprimento da operação financeira, quando da liquidação final dos fluxos, incorre em perda econômica à Instituição, no caso de o Banco figurar em posição ativa (ganhadora) na operação. Em mercados com maior volatilidade, sem a adequada vinculação de mitigadores pelas contrapartes, o sucesso nas operações de derivativos pode acentuar o risco de crédito das contrapartes nas exposições mantidas pelo Banco. A ocorrência de qualquer um dos riscos mencionados pode afetar adversamente os resultados operacionais e os níveis de capital do Banco.

Garantias com relação a empréstimos e financiamentos não pagos podem ser difíceis de serem recuperadas e, finalmente, transformadas em valor para o Conglomerado.

Garantias vinculadas a empréstimos e financiamentos não pagos podem ser difíceis de serem alcançadas, pois dependem de variável externa ao Conglomerado, ou seja, do curso do processo na justiça que podem ser objeto de recursos judiciais por parte dos devedores, visando postergar o pagamento das obrigações. Nas situações em que o devedor está com sua situação econômico-financeira abalada, pode ocorrer, também, a concorrência com créditos preferenciais e privilegiados (trabalhistas e fiscais). Nas situações em que ocorre o alcance judicial da garantia (arrematação, adjudicação), há um esforço adicional para incorporar os bens ao patrimônio do Banco para posterior leilão para venda, com a efetiva transformação em valor. Na realização do leilão, podem ocorrer situações em que o valor efetivamente alcançado na venda seja menor do que aquele previsto inicialmente.

Se as perdas reais de crédito do BB, incluindo o Banco Votorantim, excederem as provisões para risco de crédito, o Banco pode ser adversamente afetado.

A condição financeira e os resultados das operações dependem da capacidade de avaliar as perdas associadas aos riscos aos quais o Banco está exposto. As provisões para créditos concedidos pelo BB e pelo Banco Votorantim são realizadas de acordo com os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99 e usam estimativas que envolvem muitos fatores, incluindo perdas recentes ou eventos padrão, o cenário econômico e a classificação de risco interno. A projeção das provisões envolve ainda estimativas da Administração, as quais podem ser alteradas se novas informações relevantes forem disponibilizadas ou atualizadas.

Caso as perdas reais de crédito do Banco, incluindo o Banco Votorantim, excederem as provisões para risco de crédito, o Banco pode ser adversamente afetado.

O Banco está sujeito a perdas associadas à eventual concentração da carteira de crédito, principalmente em razão da inadimplência de clientes com exposições elevadas e dos segmentos aos quais têm exposição de crédito significativa

A qualidade da carteira de crédito do Banco está associada ao risco de inadimplência dos segmentos nos quais atua. Quaisquer alterações nas condições econômicas e políticas e diminuição na demanda dos clientes podem afetar negativamente a taxa de crescimento e a composição da carteira de crédito

do Banco. Entre os clientes com os quais o Banco possui exposições elevadas pode haver piora de risco em função de condições idiossincráticas do cliente e de sua cadeia de valor e com isso elevar o risco de inadimplência desses clientes.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue:

A rentabilidade dos negócios do Banco poderá ser prejudicada pelo agravamento das condições econômicas domésticas ou globais e pela percepção de riscos e incertezas relacionados a certas empresas brasileiras.

Como Instituição que atua nos mercados doméstico e internacional, o Banco está sujeito aos efeitos adversos de uma piora das condições gerais dos ambientes econômicos local e global. Fatores como crescimento econômico, liquidez dos mercados, inflação, taxas de juros, preços dos ativos, nível de inadimplência, entre outros, têm potencial para afetar a rentabilidade dos negócios do Banco. Além disso, com a presença do Banco no exterior, alterações na regulamentação do sistema financeiro local e internacional são potenciais fatores de risco para o desempenho do Banco.

Da mesma forma, a percepção de riscos e incertezas associadas ao ambiente interno podem impactar os negócios, considerando o aumento à aversão ao risco de ativos brasileiros que tal movimento pode gerar. Nesse sentido, para o atual cenário econômico, o principal risco refere-se a não concretização da agenda de reformas, especialmente no âmbito fiscal, que pode impactar negativamente a retomada do crescimento econômico, com a queda da confiança de investidores, possível novo rebaixamento de nota pelas agências de classificação de risco, afetando, conseqüentemente, os negócios do Banco.

O Governo Federal exerce influência sobre a economia brasileira e as ações governamentais podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os negócios do Banco, sua condição financeira e o resultado de suas operações.

As mudanças nos regulamentos em relação a controles cambiais, impostos e outras áreas, aplicáveis aos serviços que instituições financeiras oferecem, podem afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados de operações do Banco.

Descontrole da inflação, grandes variações cambiais, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos e diplomáticos, assim como a resposta do governo brasileiro a tais eventos, podem afetar negativamente os negócios e estratégia do Banco. Além disso, a incerteza em relação às diretrizes da política econômica e, principalmente, na regulamentação do mercado financeiro pode contribuir para a desconfiança dos agentes financeiros e aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, bem como no preço dos títulos de emissores brasileiros. O Banco não pode prever perfeitamente a adoção de determinada política econômica (a exemplo das políticas fiscal, monetária creditícia, cambial, entre outras) pelo governo brasileiro e os impactos dessas políticas sobre a economia brasileira ou se afetará adversamente sua condição financeira e os resultados de suas operações. No entanto, mudanças nas políticas econômicas ou regulação governamental podem afetar ou envolver fatores, tais como:

- a) taxas de juros;
- b) volatilidade da moeda;
- c) inflação;
- d) reserva e/ou requerimentos de capital;
- e) liquidez dos mercados de capitais e de crédito;
- f) medidas macro prudenciais;
- g) inadimplência;
- h) políticas monetária e fiscal;
- i) controles cambiais e restrições a remessas ao exterior; e
- j) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem o Brasil.

A incerteza sobre a implementação de mudanças por parte do governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira. Como exemplo, a recente deterioração dos resultados fiscais dos governos federal, estadual e municipal causaram um aumento nos valores da dívida bruta, bem como da relação desse indicador em relação ao PIB. Nesse ambiente, o governo federal pode ter dificuldades para honrar os compromissos com a dívida interna, o que afetaria negativamente as receitas financeiras do Banco.

Além disso, o ambiente político brasileiro tem historicamente influenciado e continua influenciando o desempenho econômico brasileiro. A última crise econômica e política que teve início em 2015 e que redundaram no impeachment da presidente do Brasil naquele momento, afetaram e continuaram afetando a confiança dos investidores e do público em geral e foi um dos fatores que resultaram a maior recessão histórica do Brasil. Mudanças na estrutura do governo brasileiro podem resultar em alterações nas políticas governamentais, fiscais, monetárias e cambiais. Essas mudanças podem afetar variáveis que são relevantes para a estratégia de crescimento do Banco como câmbio e taxas de juros, liquidez no mercado de câmbio, carga tributária e crescimento econômico, limitando assim as operações do Banco em determinados mercados, afetando a liquidez e a capacidade de pagamento dos clientes e, conseqüentemente, o Banco.

Eventos adversos que geram instabilidade política podem contribuir para o aumento da volatilidade dos mercados de capitais brasileiros e a maior volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras, o que, por sua vez, pode ter um impacto adverso no Banco. Além disso, os desenvolvimentos diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior que afetam o Brasil também podem afetar o Banco.

Conseqüentemente, a continuação de qualquer desses fatores ou a combinação pode ter um efeito adverso sobre a situação financeira e os resultados das operações do Banco.

A economia do Brasil é vulnerável a eventos externos que podem ter um efeito adverso importante sobre o crescimento econômico do Brasil, sobre os negócios do Banco e sobre o seu resultado operacional.

A globalização do mercado de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil pode ser afetado negativamente por eventos financeiros e econômicos adversos com origem em outros países. A crise financeira global que ocorreu em meados de 2008 levou à redução da liquidez, problemas no mercado de crédito e recessão econômica nos países desenvolvidos, o que afetou negativamente os mercados emergentes. As perdas financeiras e deficiências de caixa, as falências de instituições financeiras e não financeiras e uma diminuição na confiança dos agentes econômicos aumentaram a aversão ao risco e levaram a empréstimos mais cautelosos.

Além disso, problemas fiscais em vários países, especialmente na Europa, intensificaram as preocupações quanto à sustentabilidade fiscal de economias mais frágeis e reduziu a confiança dos investidores internacionais, trazendo volatilidade aos mercados. Esse ambiente pode afetar a capacidade do Banco e de outras instituições financeiras brasileiras de obter financiamento no mercado de capitais internacional, restringindo o mercado de crédito.

Em 31.12.2019, foi descoberto o novo agente causador da doença denominada coronavírus (COVID-19), após casos registrados na China. Tendo em vista o número de casos e o alcance mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia da doença. O governo brasileiro decretou estado de emergência sanitária e confirmou o registro de casos no país. A disseminação da doença pode provocar impacto nas atividades do Banco, causando perda de negócios na rede.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições econômicas no Brasil e os impactos resultantes, como o comprometimento da capacidade de pagamento dos clientes do sistema bancário, teria um impacto direto sobre os negócios do Banco, limitando sua capacidade de alcançar as estratégias e afetar os resultados operacionais.

O Banco está sujeito à instabilidade cambial, a qual pode afetar negativamente sua condição financeira e resultado de suas operações.

A desvalorização do real em relação ao dólar pode resultar em efeitos adversos significativos sobre as atividades do Banco, uma vez que nessas condições ocorre um aumento no custo de captação de recursos estrangeiros necessário para cobrir as obrigações expressas ou indexadas ao dólar. Por outro lado, quando a moeda brasileira se valoriza, o Banco pode incorrer em perdas em seus ativos denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Além disso, o Banco não pode assegurar que mudanças bruscas nas taxas de câmbio não dificultarão a capacidade de seus clientes de pagar suas obrigações expressas ou indexadas ao dólar, afetando adversamente sua condição financeira e os resultados de suas operações, podendo gerar impactos negativos sobre o preço de mercado de suas ações.

A depreciação do real em relação ao dólar pode também criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e afetar adversamente os negócios do Banco do Brasil. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar pode levar a uma deterioração das transações correntes e do balanço de pagamentos no Brasil, em função de um aumento das importações. Qualquer um dos dois movimentos na taxa de

câmbio (depreciação ou apreciação do real) pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais do Banco do Brasil.

Variações da taxa de juros por parte do Banco Central podem afetar adversamente o resultado operacional do Banco e a sua lucratividade.

Em meados de 1999, o Brasil adotou oficialmente o regime de metas para a inflação. Nesse sistema, a taxa básica de juros – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) – é o principal instrumento de política monetária, o qual é utilizado pelo Banco Central do Brasil para buscar a convergência da inflação para a meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional. A condução da política monetária pressupõe, entre outros aspectos, que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) ajuste a taxa básica de juros em resposta aos movimentos de demanda e oferta, que possam provocar desvios da inflação em relação à meta. Assim, oscilações da taxa básica de juros são frequentes.

Dessa forma, os negócios do Banco estão sujeitos a movimentos da taxa básica de juros, os quais podem afetar adversamente a demanda por crédito, os custos de captação, os spreads das operações, as margens financeiras e as taxas de inadimplência dos clientes, com potenciais impactos sobre o resultado operacional e lucratividade da Instituição.

O crescimento do ambiente competitivo na indústria bancária brasileira pode afetar adversamente o Banco.

As atuais características do mercado financeiro brasileiro, tais como: spread elevado, forte concentração dos negócios em grandes instituições, crescente exigência regulatória e alto custo de servir, associadas ao novo comportamento do consumidor, que demanda soluções baratas e inovadoras, desafiam o mercado bancário a se reinventar continuamente.

É neste contexto que surgem as *fintechs*, através da interação entre serviços financeiros e tecnologia, com uma estratégia focada na experiência do cliente, provocando mudanças profundas em áreas como meios de pagamentos, crédito, seguros e assessoria financeira. Esse movimento tem influenciado significativamente as instituições financeiras atuais, que buscam rever estratégias e posicionamentos para atuar em novos mercados e com novos modelos de negócios.

Adicionalmente, a queda da taxa básica de juros e, conseqüentemente, na rentabilidade, traz reflexões importantes sobre a necessidade de realocação na carteira de ativos e maior incremento de outras fontes de receitas. Considerando esse cenário, os bancos elevaram seus investimentos em eficiência operacional, reduziram despesas e otimizaram processos.

Dessa forma, a entrada de novos participantes no mercado financeiro (*fintechs*) pode resultar em ambiente competitivo acirrado, exigindo que o BB se adapte rapidamente a esse novo ambiente para se manter entre os principais provedores de serviços financeiros.

O controle de capitais implementado pelo governo brasileiro pode afetar o negócio, as operações ou as perspectivas do Banco.

As operações de câmbio e de comércio exterior no Brasil são regidas por regulações do Banco Central do Brasil e por legislação específica. O modelo cambial vigente manteve as premissas previstas na legislação federal, tais como:

- a) curso forçado da moeda nacional;
- b) operações sujeitas a registro no Banco Central do Brasil;
- c) formalização de operações via contrato de câmbio; e
- d) manutenção das regras relativas a capitais estrangeiros no País.

Eventos adversos podem fazer com que o Governo Federal adote política mais restritiva de movimentação de capitais, impondo restrições às operações de câmbio e de comércio exterior no Brasil a qualquer momento. Esses fatores incluem:

- a) montante de reservas cambiais;
- b) disponibilidade de divisas estrangeiras suficientes na data em que o pagamento de uma obrigação seja devido;
- c) encargo do serviço da dívida do Brasil em relação à economia como um todo; e
- d) quaisquer restrições políticas a que o Brasil possa estar sujeito.

Quaisquer restrições podem afetar adversamente os negócios, operações ou perspectivas do Banco e a capacidade do Banco de efetuar o pagamento em moeda estrangeira de suas obrigações fora do Brasil.

A exposição à dívida do Governo Federal pode provocar efeitos adversos sobre o Banco.

O Banco investe em títulos da dívida do Governo Federal. Apesar de parte da remuneração desses títulos ser predefinida, os preços no mercado estão sujeitos a oscilações, podendo impactar a rentabilidade da carteira de TVM do Banco. Isso pode ocorrer por alterações na conjuntura macroeconômica doméstica e/ou global ou por outros eventos capazes de afetar a percepção dos agentes em relação à capacidade de pagamento do Governo Federal, seja do principal ou de cupons dos títulos representativos de sua dívida dentro do prazo de maturação desses papéis.

Caso haja mudanças inesperadas nas condições do mercado de negociação da carteira de TVM, que reduzam a liquidez/valor de mercado desses títulos, e/ou, eventualmente, o Governo Federal deixe de honrar os compromissos referentes ao pagamento de principal ou de cupons dos títulos representativos de sua dívida dentro do prazo desses papéis, o resultado operacional e a situação financeira do Banco poderão ser afetados de forma adversa em decorrência da marcação a mercado dos títulos públicos mantidos em carteira.

Uma futura elevação substancial da inflação pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados das operações do Banco.

No passado, o Brasil conviveu com elevadas taxas de inflação. Diversas medidas e planos que foram adotados pelo governo brasileiro, a fim de combater a inflação, afetaram negativamente a economia brasileira. Não há garantias de que a economia brasileira não possa ser afetada no futuro por novas pressões inflacionárias.

No entanto, se o governo brasileiro falhar no controle da inflação e esta vier no futuro a superar o teto do intervalo de metas, os resultados operacionais e a condição financeira do Banco podem ser adversamente afetados, impactando negativamente a capacidade de cumprir com suas obrigações, uma vez que o Banco do Brasil possui diversos contratos que são ajustados pela inflação. As pressões inflacionárias também podem reduzir a capacidade do Banco de acessar mercados financeiros estrangeiros, afetar a capacidade dos clientes em honrar seus compromissos e levar a intervenções adicionais do governo na economia, incluindo a introdução de políticas econômicas que podem afetar adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, a condição financeira e resultado das operações do Banco.

Certos fatores externos que fogem ao controle do Banco, incluindo as taxas de juros, câmbio e do preço de mercado de sua carteira de valores mobiliários, podem afetar adversamente seu negócio.

O resultado operacional do Banco está sujeito a fatores exógenos, incluindo as variações observadas em mercado nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços dos títulos e dos valores mobiliários.

Conseqüentemente, a capacidade de assegurar taxas satisfatórias de retorno sobre seus ativos e sobre seu patrimônio líquido depende da habilidade do Banco de aumentar suas receitas, reduzir seus custos e ajustar sua carteira de ativos para minimizar impactos adversos oriundos das flutuações dos fatores macroeconômicos.

Em 31 de dezembro de 2019, o portfólio de títulos e valores mobiliários do Banco Múltiplo no país era composto de aproximadamente:

- a) 74,1% títulos relacionados a Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou a Taxa Média SELIC (TMS);
- b) 23,8% títulos prefixados de renda fixa; e
- c) 2,1% títulos relacionados a outros índices.

Conseqüentemente, a maior parte do portfólio de títulos e valores mobiliários do Banco é composta de taxas de juros flutuantes. Os investimentos externos do Banco podem afetar negativamente a lucratividade no caso de variações significativas na taxa de câmbio Real/Moedas Estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição cambial total do Banco, calculada de acordo com a Circular Bacen nº 3.641, era de R\$ 3,404 bilhões. As principais moedas estrangeiras com as quais o Banco realiza operações são: Dólar Americano, Euro, Franco Suíço, Libra Esterlina e Iene.

O Banco está sujeito a todos os riscos relativos a operações de longo prazo, sejam relacionados à atividade econômica, níveis de taxas de juros, descasamentos de prazos ou alterações nos requerimentos estabelecidos pelo Banco Central. No caso de variações nas taxas de juros negociadas no mercado, quaisquer dos títulos pré-fixados sofreriam efeitos, seja no resultado do Banco para os títulos classificados como para negociação ou no patrimônio líquido para os títulos classificados como disponíveis para venda. Nenhum desses fatores está sob o controle do Banco e podem provocar efeitos adversos sobre a rentabilidade futura, situação financeira e resultado operacional do Banco.

A capacidade do Banco para efetuar pagamentos de juros pode ser limitada por restrições de liquidez no Brasil.

A ocorrência de um evento que possa levar a uma fuga de capitais do Brasil e/ou induzir o Banco Central do Brasil a elevar de maneira brusca e repentina a taxa de juros básica da economia poderia ter reflexos sobre as condições de liquidez local. Essas incertezas no ambiente financeiro, que podem ser tanto de origem externa como interna, têm o potencial de elevar o nível de exposição ao risco de liquidez decorrente do impacto negativo nas principais fontes de recursos do Banco, especialmente depósitos de curto prazo, elevando os custos de financiamento, o que causaria um efeito adverso nas receitas e nos níveis de liquidez. Além disso, eventos adversos que afetem a economia brasileira podem atingir, direta ou indiretamente, a capacidade de alguns clientes em honrar seus compromissos financeiros com o Banco, afetando negativamente a condição financeira ou os resultados das operações do Banco.

A concentração de fontes de captação de recursos pode elevar o risco de liquidez do Banco e o seu custo de captação de recursos.

A concentração de fontes de captação em entes públicos ou privados pode gerar a necessidade de recomposição de recursos em curto ou médio prazos, o que poderia elevar o custo de captação de recursos, uma vez que o Banco poderia ter que elevar a remuneração dos depósitos para:

- a) assegurar a manutenção dos depósitos no Banco ou
- b) captar novos depósitos de forma a recompor as suas fontes de recursos.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue:

Conforme a legislação brasileira, a União deve manter o controle acionário da empresa.

O Banco é uma empresa de capital aberto organizada como uma sociedade anônima de economia mista. O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, prevê que a União deve manter a maioria do capital votante das sociedades de economia mista, como o Banco. A União só poderá deter menos do que a maioria das ações votantes do Banco, se houver uma mudança futura na condição de sociedade anônima de economia mista ou na redação do Decreto-Lei nº 200, ambas condicionadas a uma decisão do Presidente da República. Em 30.06.2019, a União por meio do Ministério da Economia, detinha 50,725% das ações do Banco.

O governo brasileiro regula as operações das instituições financeiras e alterações nos regulamentos existentes ou a imposição de novos regulamentos podem afetar negativamente as operações e receitas do Banco.

Os bancos brasileiros estão sujeitos à extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do governo brasileiro. Esta regulação é exercida, principalmente, pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que monitoram o setor bancário e podem impor sanções disciplinares. Estas regulações são relacionadas com as seguintes áreas, entre outras:

- a) exigências de capital mínimo;
- b) processos internos para avaliar a adequação de capital;
- c) depósitos compulsórios;
- d) exigências relativas a investimentos em renda fixa;
- e) limites de empréstimos e outras restrições de crédito, incluindo alocações compulsórias;
- f) limites e outras restrições relacionadas a tarifas;
- g) limites para cobrança e capitalização de juros;
- h) requisitos contábeis e estatísticos;

- i) distribuição e intermediação de valores mobiliários;
- j) administração de carteiras de valores; e
- k) outras exigências ou limitações resultantes de crise financeira global.

No passado, o governo brasileiro aplicou políticas econômicas específicas, como, por exemplo, controle de disponibilidade de crédito, a fim de reduzir o consumo, o que afetou a capacidade do Banco de conceder crédito e restringiu o crescimento da carteira de crédito. Aumentos nos depósitos compulsórios reduziram a rentabilidade do Banco, uma vez que os retornos sobre os depósitos compulsórios são menores do que de outras linhas. Futuras alterações na regulação podem ter semelhante efeito adverso sobre os resultados do Banco ao longo do tempo.

Essa estrutura regulatória à qual as instituições financeiras estão sujeitas evolui continuamente devido a mudanças ou novos acordos internacionais, volatilidade dos mercados e o desejo do governo brasileiro de fortalecer o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Como resultado desses fatores, o governo brasileiro pode futuramente mudar leis e regulamentos de forma a afetar adversamente a liquidez, a solvência dos clientes, a estratégia de captação, o crescimento do crédito, os custos ou outros aspectos do negócio do Banco.

As reformas tributárias podem afetar negativamente os negócios do Banco.

O Governo Federal propõe reformas e outras alterações no regime tributário que podem impactar o Banco. Essas reformas muitas vezes requerem a readequação de sistemas e procedimentos internos e, ocasionalmente, são instituídos tributos temporários, cuja arrecadação visa atender aos propósitos designados pelo governo. Como exemplo de alteração significativa em norma tributária, cita-se a Lei 13.169, de 06.10.2015, que majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas financeiras, de 15% para 20%, no período compreendido entre 01.09.2015 e 31.12.2018.

A Lei Complementar nº 157/2016, relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), alterou a tributação de alguns serviços, que deixam de ser devidos ao município do estabelecimento prestador e passam a ser devidos ao município do tomador dos serviços. Essa definição legal impactou a operacionalização relativa à apuração, recolhimento e cumprimento das obrigações acessórias desse imposto.

Está em discussão no Congresso Nacional ampla reforma tributária, principalmente designada para aumentar a eficiência de alocação dos recursos da economia. Nos moldes em que foi apresentada, a aprovação da reforma, envolverá uma ampla reestruturação do sistema tributário brasileiro, incluída a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) incidente sobre bens e serviços que substituiria diversos tributos (as contribuições sociais, o imposto federal sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras e o imposto sobre circulação de bens e serviços).

Os efeitos dessas alterações ou de quaisquer outras reformas adicionais, se aprovadas, ainda não podem ser quantificados, pois a proposta de emenda constitucional dispõe como passo seguinte a regulamentação dos novos tributos, cuja proposta ainda não foi apresentada. Essas alterações podem trazer impactos sobre os negócios do Banco que ainda não podem ser apurados, se serão positivos ou negativos. Acrescenta-se que alterações passadas no sistema tributário provocaram incertezas no sistema financeiro, aumentando o custo dos empréstimos.

Resultados inesperados e/ou adversos nos negócios do Banco, decorrentes de alterações legais/regulatórias aplicáveis.

Os negócios vinculados à concessão, cobrança e recuperação de créditos, bem como transações com moedas estrangeiras, entre outros, podem sofrer impactos negativos em função das alterações legais e regulatórias que venham a ser divulgadas pelo Governo/reguladores, ou mesmo pela divergência no entendimento jurídico do BB, bem como de decisões proferidas por determinados Tribunais.

Determinados projetos de lei, já em tramitação ou a tramitar, podem trazer insegurança jurídica, operacional e negocial às operações firmadas pelo BB, tais como a possibilidade de alterações contratuais em acordos já pactuados anteriormente, a limitação de cobranças, entre outros.

Os efetivos impactos dos riscos vinculados a tais possíveis alterações legais/regulatórias são imprevisíveis. Contudo, há de se considerar seus riscos em face da possibilidade de que alterações da espécie (sejam no Brasil ou nos países nos quais o Banco tem negócios) tendam a buscar atender ou ampliar os direitos dos consumidores de serviços bancários, e, eventualmente, impactar os modelos de negócio utilizados pelo Banco.

O projeto de lei que propõe a alteração do Código de Defesa do Consumidor, por exemplo, permitiria aos tribunais alterar os termos e condições dos contratos de crédito em determinadas situações, impondo certas dificuldades para a cobrança de valores de consumidores finais. Adicionalmente, podem ser mencionados os projetos de lei destinados a impor medidas de segurança e normas para atendimento aos clientes, como determinação do horário bancário, exigência de segurança armada 24 horas por dia e especificações sobre funcionamento de caixas eletrônicos periodicamente propostos por órgãos legislativos estaduais e municipais.

O Banco está sujeito a demandas judiciais decorrentes de planos econômicos, podendo afetar adversamente seu resultado.

De 1987 a 1991, o governo brasileiro adotou medidas para estabilizar e promover o crescimento da economia, incluindo o estabelecimento de orientações econômicas visando estimular o crescimento, o desenvolvimento e a distribuição de renda. Para isso, o governo brasileiro criou programas de estabilização, também conhecidos como "planos econômicos", especificamente os planos Bresser (junho de 1987), Verão (janeiro de 1989), Collor I (março de 1990) e Collor II (fevereiro de 1991). Entre outras medidas, esses planos ajustaram taxas de juros e índices econômicos praticados pelo sistema financeiro e demais segmentos da economia, além de preços e salários.

A implantação desses planos econômicos gerou diferença no rendimento para as cadernetas de poupança e para os depósitos judiciais mantidos nas instituições financeiras brasileiras. Além disso, gerou divergências na cobrança da correção monetária dos créditos rurais, por ocasião do plano Collor I. No final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2018. O Banco do Brasil aderiu formalmente ao acordo em 02.03.2018 o que significa que deverá efetuar pagamentos aos poupadores, conforme as regras previstas no acordo.

No que se refere aos depósitos judiciais, ainda se encontra em tramitação recurso extraordinário recentemente admitido nos autos do RESP 1.131.360/RJ, por meio do qual se discute a incidência dos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos também sobre os saldos dos depósitos judiciais e, em caso positivo, sobre a responsabilidade das instituições financeiras de arcarem com tal pagamento. Recentemente, o Plenário do STF reconheceu a repercussão geral da matéria constitucional devolvida no referido recurso, tendo o relator — Min. Edson Fachin — determinado a suspensão dos processos que versem sobre depósitos judiciais e que estejam tramitando em todo o território nacional.

Quanto ao crédito rural, no final de 2015, foi julgado ERESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi mantida condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil, à devolução dos valores pagos pelos mutuários rurais que mantinham financiamento em março de 1990, com a correção monetária pactuada pelos mesmos índices de reajustes da caderneta de poupança. A diferença se refere ao IPC de março de 1990 (84,32%), aplicado na correção do financiamento rural e o BTN-f fixado em idêntico período (41,28%), pela Lei 8024/90. O acordo coletivo firmado não contempla as ações de crédito rural e depósitos judiciais.

O Banco pode não ser capaz de registrar todos os créditos fiscais diferidos.

Os créditos tributários são provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ou diferenças temporárias, principalmente relacionadas com a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os créditos tributários são regulamentados pela Resolução CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (atualizada pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006, CMN nº 3.655/2008, CMN nº 4.192/2013 e CMN nº 4.441/2015). De acordo com estas resoluções, o Banco pode apenas efetuar o registro contábil de créditos tributários quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) tiver um histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social comprovado pela ocorrência dessas situações em pelo menos três dos últimos cinco anos (incluindo o ano em curso); e
- b) esperar, com base em estudo interno de probabilidade, gerar lucros tributáveis futuros ou receitas para fins de imposto de renda e contribuição social em períodos subsequentes, que permitirão que os créditos tributários sejam realizados dentro dos dez anos seguintes.

A Resolução CMN nº 4.441 trouxe a necessidade de disponibilizar ao Banco Central, durante o período previsto para realização, o estudo técnico elaborado pela Instituição em que demonstre a realização do crédito tributário em até dez anos. A outra novidade trazida pela norma é a possibilidade de ser

dispensado, a critério do Banco Central, o requisito de apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios.

Caso o Banco seja incapaz de manter o lucro tributável no futuro, poderá ser obrigado pelo Banco Central a baixar ou reverter os créditos tributários, e assim os ativos e/ou patrimônio líquido podem ser reduzidos. Qualquer baixa ou reversão poderia afetar adversamente a condição financeira e resultados das operações do Banco.

O investimento de estrangeiros em bancos brasileiros é limitado por lei.

Segundo o artigo 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República, mediante decreto, ou o Banco Central do Brasil, conforme o Decreto nº 10.029/2019, poderão aumentar a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, caso entendam se tratar de tema de interesse nacional. Conforme Decreto Presidencial vigente, o investimento em ações ordinárias do Banco do Brasil por estrangeiros está limitado a 30% do capital total do Banco.

Qualquer aumento deste limite depende da promulgação de um novo Decreto Presidencial, o que está fora do controle do Banco.

Caso o número de ações em circulação (*free-float*) do Banco detidas por acionistas estrangeiros se aproxime do limite de 30%, a venda das ações do Banco a investidores estrangeiros poderá não ser possível. Esta limitação pode impactar a liquidez e o preço das ações do Banco.

A capacidade do Banco de cobrar os pagamentos devidos a partir de operações de crédito consignado está atrelada às leis e regulamentações, interpretações judiciais e políticas de entidades públicas relacionadas às deduções na folha de pagamento, além de licenças e acordos com os empregadores privados ou públicos envolvidos.

Parte das receitas do Banco resulta de operações de crédito consignado, em que as taxas de juros e a parcela de reembolso são deduzidas diretamente dos contracheques dos empregados ou aposentados. O Banco tem expandido sua presença neste setor nos últimos anos. A capacidade do Banco de fazer deduções na folha de pagamento é regulada por diversas leis e/ou regulamentos federais, estaduais e municipais, que estabelecem limites para as deduções, e depende das licenças emitidas por entidades públicas pertinentes e acordos com os empregadores do setor privado. Eventuais alterações nos regulamentos aplicáveis ou interpretações judiciais poderão exigir ajustes nos procedimentos operacionais de cobrança de parcelas.

Se qualquer um destes fatores ocorrer, o sistema de cobrança na folha de pagamento será comprometido e um novo sistema de cobrança pode ser necessário. Qualquer sistema de substituição provavelmente não seria tão eficaz como o consignado, podendo ter custos operacionais mais elevados. Neste caso, o Banco pode ser obrigado a direcionar a concessão de crédito para linhas de maior risco com taxas de juros mais elevadas, o que pode reduzir o número de clientes.

Qualquer um desses eventos pode aumentar o risco da carteira de crédito do Banco ao consumidor e aumentar a necessidade de medidas de controle através de restrições relativas a novos empréstimos, o que pode afetar adversamente a condição financeira e resultados das operações do Banco.

Alterações nos níveis mínimos de exigibilidade para as fontes de recursos de empréstimos para habitação e agricultura podem afetar negativamente a lucratividade do Banco.

A Resolução CMN 3.549/2008 permitiu às instituições financeiras, autorizadas a captar poupança rural, a também captar poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). A partir dessa resolução, fica direcionado o percentual de 90% das captações em poupança para compor a exigibilidade do crédito rural e 10% para compor a exigibilidade dos recursos da poupança habitacional. Em 2017, a exigibilidade do crédito imobiliário foi de 65% dos 10% direcionados a esse setor, enquanto a do crédito rural, foi de 74% para o período de janeiro a junho/2017, 65% para o período de julho a novembro/2017 e 60% para aplicações a partir de 01/12/2017.

A alteração nos citados percentuais resulta da necessidade de ampliação ou redução da disponibilidade de recursos ao setor. Contudo, os impactos financeiros estão associados à regra sobre os recolhimentos compulsórios obrigatórios e adicionais, bem como às negociações com o Tesouro Nacional relativas aos valores a serem pagos para o Banco relacionados ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários, a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural, definidos como equalização de encargos financeiros no caso das operações rurais. Os impactos negativos na lucratividade do BB poderão ser observados caso os recursos sejam alocados

para financiamentos de menor resultado financeiro (spread) ou para cumprir as exigibilidades dos compulsórios bancários.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue:

O Banco está presente na América do Norte, América do Sul, Ásia e Europa. Neste contexto, mudanças adversas que afetem a economia dessas regiões, a regulamentação bancária local e as regras e definições de órgãos reguladores internacionais podem comprometer adversamente os resultados do Banco.

Qualquer situação adversa que afete a economia dos países onde o Banco atua pode gerar impactos nos resultados das unidades localizadas nos mercados afetados e, a depender do mercado atingido, do perfil de clientes que o Banco tem em cada um destes mercados e da natureza da adversidade econômica, a redução da quantidade de clientes atendidos poderá gerar impactos no resultado.

Outro fator que pode interferir na rentabilidade das unidades está relacionado às alterações na regulamentação bancária e no cumprimento de regras e definições de órgãos reguladores internacionais.

j) Riscos relacionados a questões socioambientais:

O Banco pode incorrer em perdas financeiras e reputacionais por conta de relacionamento com *stakeholders*, especialmente clientes assistidos por operações de crédito e financiamento, cujas atividades possam vir a gerar impactos socioambientais negativos.

A atuação em segmentos econômicos como mineração, petróleo e gás, papel e celulose, construção pesada e indústria química, a participação em projetos como construção de hidrelétricas, o exercício das atividades nas áreas do agronegócio e da agricultura familiar e o gerenciamento das cadeias de compra e consumo para o suporte e desenvolvimento de suas atividades administrativo-operacionais fazem com que o Banco do Brasil opere com extensa e diversificada gama de *stakeholders* que podem ter suas atividades econômicas expostas a risco socioambiental. Potenciais impactos socioambientais nas atividades econômicas desses *stakeholders* podem acontecer nas mais variadas formas e graus de intensidade, impondo-lhes perdas financeiras e reputacionais, que podem afetar seu relacionamento com o Banco do Brasil, impactando adversamente os negócios, a reputação e o resultado do Conglomerado.

Os negócios do Banco do Brasil poderão ter sua rentabilidade afetada pelas mudanças climáticas, considerando seus impactos nos empréstimos e nos financiamentos. A ocorrência de eventos climáticos extremos pode representar perdas financeiras para os clientes afetados, resultando em inadimplência. As mudanças climáticas representam um risco sistêmico, impactando todos os setores econômicos. Esse risco provém da intensificação das alterações do clima, provocado pelo aumento da concentração e emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera. É amplamente aceito pela comunidade científica que a atividade humana esteja provocando essa intensificação, através da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento de florestas nativas, dentre outras práticas. Os efeitos das mudanças climáticas são evidenciados pela ocorrência de eventos mais intensos relacionados a estiagem, tempestades, vendavais e inundações. As implicações prováveis para a sociedade estão relacionadas à disponibilidade de terra cultivável, de água e seus impactos sobre a saúde, o bem-estar e os processos produtivos. Para o Banco, há o risco de seus clientes serem impactados pelos fatores relacionados à transição para uma economia de baixo carbono, como por exemplo, alterações regulatórias e redução da demanda por produtos intensivos em carbono. Além disso, os clientes podem estar expostos a eventos físicos extremos e, por consequência, incorrerem na inadimplência de operações financiadas.

k) Riscos relacionados às Ações Ordinárias ou ADSs (*American Depositary Share*) do Banco:

A relativa volatilidade e a liquidez limitada do mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários podem limitar substancialmente a habilidade dos investidores do Banco em vender as ações subjacentes aos ADSs, ao preço e no tempo desejado.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, normalmente, maior risco em comparação ao mercado norte-americano ou de outros mercados desenvolvidos, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários nos

Estados Unidos ou em outros países. Desse modo, a habilidade do investidor de vender as ações subjacentes às ADSs do Banco ao preço e no tempo desejado pode ser substancialmente limitada.

A venda efetiva ou prevista de um número substancial de Ações Ordinárias emitidas pelo Banco no futuro poderá reduzir os preços de mercado das ADSs.

Atualmente a União, por meio do Ministério da Economia detém 50% das ações do Banco. A venda de um número substancial de ações emitidas pelo Banco, no futuro, ou a expectativa de tal venda poderá afetar negativamente os preços de mercado das Ações ou ADSs do Banco. Caso o acionista controlador do BB, um acionista relevante ou um grande investidor futuro decidam efetuar vendas substanciais de Ações, o preço de mercado das ADSs poderá cair significativamente. Com isso, os detentores de ADSs poderão não ser capazes de vendê-las por preço igual ou superior ao preço pago por elas.

As sentenças judiciais brasileiras referentes às Ações ou ADSs do Banco serão exigíveis somente em Reais.

Caso sejam ajuizados processos perante as autoridades judiciárias brasileiras para executar obrigações referentes às Ações ou ADSs do Banco, este não será obrigado a quitar suas obrigações em outra moeda que não seja o Real. De acordo com as limitações de controle de câmbio brasileiro e as leis brasileiras, a obrigação de pagar, no Brasil, valores denominados em moeda que não seja o Real somente poderá ser satisfeita em moeda nacional pela taxa de câmbio determinada pelo Banco Central ou por juízo competente, em vigor na data da sentença; em seguida, tais valores são ajustados de forma a refletir as oscilações da taxa de câmbio até a data do pagamento efetivo. O câmbio então vigente poderá não permitir aos investidores não brasileiros a plena satisfação de suas eventuais demandas resultantes ou relacionadas às obrigações do Banco em função das Ações ou ADSs.

Os investidores que permutarem as ADSs por ações ordinárias poderão perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e de obter certas vantagens fiscais brasileiras.

O custodiante no Brasil das ações ordinárias que lastreiam as ADSs do Banco deverá obter certificado de registro do Banco Central para ter o direito de remeter dólares norte-americanos para o exterior em razão de pagamentos de dividendos e demais distribuições relacionadas às ações ordinárias do Banco ou quando da alienação de ações ordinárias. Se um detentor de ADSs decidir permutar suas ADSs pelas ações ordinárias que lhe originaram, terá direito de remeter dólares norte-americanos ao exterior pelo prazo de cinco dias úteis contados da data da permuta do certificado de registro do agente de custódia.

Após esse prazo, o detentor poderá não ser capaz de obter e remeter dólares norte-americanos para o exterior quando da alienação ou de distribuições referentes às ações ordinárias do Banco, a menos que obtenha seu próprio certificado de registro ou proceda o registro de acordo com a Resolução CMN nº 4.373 de 29.09.2014, que confere direitos a investidores estrangeiros registrados de comprar e vender em bolsas de valores brasileiras. Se o detentor não obtiver certificado de registro nem proceder o seu registro de acordo com a Resolução nº 4.373, ficará, de modo geral, sujeito a tratamento fiscal menos favorável no que diz respeito a ganhos relacionados às ações ordinárias do Banco.

As disposições obrigatórias sobre arbitragem existentes no estatuto social do Banco podem limitar a capacidade de um detentor de ADSs executar responsabilidades nos termos da legislação de valores mobiliários dos Estados Unidos.

De acordo com o Estatuto Social do Banco, qualquer litígio entre a Companhia, os acionistas e a administração em relação à aplicação das regras do Novo Mercado, da Lei das Sociedades por Ações e das regras e regulamentos dos mercados brasileiros de capitais será solucionado por arbitragem conduzida conforme as Regras de Arbitragem da B3 na Câmara de Arbitragem do Mercado. Quaisquer litígios entre os acionistas, incluindo os detentores de ADSs, e litígios entre o Banco e seus acionistas, incluindo os detentores de ADSs, também será submetido à arbitragem. Em consequência disso, um tribunal dos Estados Unidos poderá exigir que uma demanda proposta por um detentor de ADS com fundamento na legislação norte-americana de valores mobiliários seja submetida à arbitragem em conformidade com o estatuto social do Banco. Nessa hipótese, o comprador das ADSs estaria efetivamente impedido de buscar medidas reparadoras perante os tribunais norte-americanos com fundamento na legislação norte-americana de valores mobiliários.

A condição do Banco de emissor estrangeiro privado o isenta de alguns dos padrões de governança corporativa da New York Stock Exchange ("NYSE"), limitando as proteções oferecidas aos investidores.

O Banco é um "emissor estrangeiro privado" na aceção das normas de governança corporativa da NYSE. Segundo as regras da NYSE, um emissor estrangeiro privado pode optar por cumprir com as práticas de seu país de origem e o não cumprimento de certas exigências de governança corporativa da NYSE, incluindo os seguintes requisitos:

- a) a maioria do conselho de administração ser composto por conselheiros independentes;
- b) um comitê de nomeação e governança corporativa formalmente estabelecido e composto inteiramente por conselheiros independentes, com estatuto formal direcionando sua finalidade e responsabilidades;
- c) um comitê de remuneração formalmente estabelecido e composto inteiramente por conselheiros independentes, com estatuto formal direcionando sua finalidade e responsabilidades; e
- d) avaliação de desempenho anual dos comitês de nomeação e governança corporativa e de remuneração.

Caso essas práticas não estejam inteiramente em conformidade com as exigências da NYSE, os acionistas não terão as mesmas proteções oferecidas aos acionistas de empresas sujeitas a todas as exigências de governança corporativa da NYSE.

Detentores de Ações e ADSs podem não receber dividendos e/ou juros sobre Capital Próprio.

O Estatuto Social do Banco do Brasil determina o pagamento semestral aos seus acionistas de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. O BB distribui dividendos sobre o lucro líquido calculado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que podem ser diferentes do apurado no padrão contábil internacional (IFRS). Não obstante, o lucro líquido do Banco pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido para a constituição de reservas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404). Além disso, a Lei das S.A. permite suspender a distribuição obrigatória de dividendos em um determinado exercício na hipótese de o Conselho de Administração comunicar aos acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da companhia. Em ambas hipóteses os detentores de ações e ADSs poderão ter seus dividendos reduzidos ou não receber dividendos.

O detentor de ADSs do Banco terá maiores dificuldades para exercer seus direitos de voto nas assembleias gerais do que os detentores das ações ordinárias.

Os detentores de ADSs somente poderão exercer direitos de voto inerentes às ações ordinárias representadas por ADSs do Banco em conformidade com o contrato de depósito referente às ADSs. Entretanto, há limitações de ordem prática à capacidade de detentores de ADSs de exercer seus direitos de voto em virtude das medidas procedimentais adicionais envolvidas na comunicação com esses detentores. Por exemplo, os acionistas do Banco receberão aviso de assembleias gerais por meio da publicação de aviso no Diário Oficial no Brasil e serão capazes de exercer seus direitos de voto mediante comparecimento à assembleia pessoalmente ou mediante voto manifestado através de procurador. Os detentores de ADSs não receberão aviso diretamente do Banco. De acordo com o contrato de depósito, o Banco transmitirá aviso ao banco depositário que, por sua vez, assim que viável, postará aos detentores de ADSs o aviso da assembleia e os termos descrevendo as instruções de voto. Para exercer seus direitos de voto, os detentores de ADSs deverão assim instruir o banco depositário como votar. Em virtude desses procedimentos envolvendo o banco depositário, o processo de exercício dos direitos de voto levará mais tempo para os detentores de ADSs do que para os detentores de ações ordinárias. As ADSs com relação às quais o banco depositário não receber instruções tempestivas de voto não exercerão o direito de voto em qualquer assembleia.

Os titulares de ADSs talvez não consigam exercer seus direitos de preferência em relação às ações ordinárias relativas às ADSs.

Os titulares de ADSs residentes nos Estados Unidos talvez não consigam exercer seus direitos de preferência relativos às ações ordinárias subjacentes das ADSs do Banco, exceto se houver declaração de registro de acordo com o *Securities Act* em vigor a respeito de tais direitos ou isenção dos requisitos de registro de acordo com o *Securities Act*. O Banco não é obrigado a arquivar uma declaração de registro em relação às ações ordinárias relativas aos direitos de preferência e, desse modo, pode não arquivar tal declaração. Caso a declaração de registro não seja feita e não haja a isenção do registro,

o banco depositário tentará vender os direitos de preferência, e os titulares de ADSs terão o direito de receber os resultados da venda. No entanto, os direitos de preferência expiram caso o depositário não à venda.

Os titulares de ADSs possuem direitos que diferem dos direitos dos acionistas de companhias organizadas sob as leis dos Estados Unidos e de outros países e poderão ter dificuldades em proteger seus interesses.

Os negócios corporativos do Banco são regidos pelo Estatuto Social e pela Lei Brasileira das Sociedades Anônimas, que diferem dos princípios legais que poderiam ser aplicados caso tivessem sido estabelecidos em uma jurisdição nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar fora do Brasil. Além disso, os direitos de um titular de ADS, que são derivados dos direitos dos titulares de ações ordinárias do Banco, de proteger seus interesses contra ações do Conselho de Administração são diferentes de acordo com a Lei Brasileira das Sociedades Anônimas, comparadas às leis em outras jurisdições. As regras quanto a comércio interno e auto negociação e a preservação dos interesses dos acionistas também podem ser diferentes no Brasil em relação aos Estados Unidos. Existem, também, menos advogados de defesa dedicados ao cumprimento dos direitos dos acionistas no Brasil do que nos Estados Unidos. Além disso, os acionistas nas companhias brasileiras normalmente não possuem representação para instaurar uma ação de classe.

O Banco é uma companhia de economia mista de capital aberto organizada de acordo com as leis do Brasil e todos os conselheiros e diretores residem no Brasil. Substancialmente, todos os ativos e bens dos diretores e conselheiros estão localizados no Brasil. Portanto, pode não ser possível para os titulares de ADSs ajuizar demanda contra o Banco ou seus conselheiros e executivos nos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou de executar contra o Banco ou seus conselheiros e executivos, sentenças obtidas nos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil. Devido ao fato de as sentenças dos tribunais americanos relativas a responsabilidades civis com base nas leis de garantias federais americanas somente poderem ser executadas no Brasil se determinados requisitos forem atendidos, os titulares de ADSs podem enfrentar dificuldades para proteger seus interesses em ações contra o Banco ou seus conselheiros e executivos do que os acionistas de uma empresa estabelecida em um estado ou em outra jurisdição dos Estados Unidos.

4.2. Principais riscos de mercado a que o Banco do Brasil está exposto

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

O Banco do Brasil considera como riscos de mercado aos quais está sujeito, os seguintes fatores de riscos:

- I. taxa de juros;
- II. taxa de câmbio;
- III. preço de ações; e
- IV. preço de mercadorias (commodities).

O risco de exposição à taxa de juros (item "I") engloba os riscos de flutuações nas taxas prefixadas de juros, de cupons de moedas estrangeiras, de cupons de índices de preços e de cupons de outras taxas de juros. Exemplo: Prefixado, cupom de Dólar, cupom de IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), cupom de TR (Taxa Referencial); o risco de exposição à taxa de câmbio (item "II") é o risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. Exemplo: Real x Dólar, Real x Euro, Real x Iene; o risco de exposição a preço de ações (item "III") é o risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE3 (Vale-ON) e o risco de exposição a preço de mercadorias (commodities) (item "IV") é o risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. Exemplo: Arroz, Boi Gordo, Café, Soja e Milho.

Para analisar os riscos de mercado aos quais está sujeito, o Banco segregava suas posições no âmbito da Carteira de Negociação e Não Negociação, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com a Circular Bacen nº 3.354/07, a saber:

I. Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da Carteira de Negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis.

Seção 4 - Fatores de Risco

II. Carteira de Não Negociação (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, de acordo com as Políticas e Estratégias adotadas para o gerenciamento de risco de mercado.

Apresentadas tais considerações, na tabela a seguir, as exposições do Banco do Brasil são segregadas pelos fatores de riscos de mercado mais relevantes (taxas de juros e taxas de câmbio), as quais são objeto de acompanhamento pela Alta Administração do Banco do Brasil:

R\$ bilhões	Mapa de Descasamentos por Indexadores e Cupons de Taxas de Juros								
	Ativo			Passivo			Descasamento Líquido		
Fator de Risco	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Prefixado	735,5	794,3	848,0	(363,9)	(369,8)	(424,9)	371,6	424,5	423,1
CDI/TMS	251,5	229,1	243,6	(380,3)	(369,2)	(307,7)	(128,8)	(140,1)	(64,1)
TR/TBF/IRP	168,7	168,4	145,1	(308,5)	(340,7)	(368,3)	(139,8)	(172,3)	(223,2)
Índice de Preços	20,7	14,6	12,3	(4,6)	(1,4)	(1,5)	16,1	13,2	10,8
TJLP	24,8	22,2	15,3	(36,7)	(32,4)	(29,5)	(11,9)	(10,2)	(14,2)
Dólar/Outras Moedas	244,4	276,8	279,2	(252,4)	(287,2)	(288,5)	(8,0)	(10,4)	(9,3)

Os riscos de mercado indicados geram exigência de capital até o limite do volume financeiro alocado na Carteira de Negociação (R\$ 4.142.711 mil, posição de Dez/2019), mais as exposições em mercadorias da Carteira Bancária (R\$ 115.109 mil, posição de Dez/2019) e ao descasamento cambial do Conglomerado (R\$ 3.403.827 mil, posição de Dez/2019).

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 4,01 e manutenção da taxa Selic em 4,50% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2019.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil:

Fator de Risco	de Conceito	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		31.12.2019	de Resultado	31.12.2018	de Resultado	31.12.2017	de Resultado
		Variação de Taxas		Variação de Taxas		Variação de Taxas	
Taxa fixada	Risco de pré-varição das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	16.667
Cupons TMS e CDI	Risco de pré-varição de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Redução	243	Manutenção	--
Cupom IPCA	Risco de pré-varição de cupons índices de preços	Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	4.081
Taxas câmbio	Risco de pré-varição	Redução	(2.733)	Redução	(9.784)	Aumento	4.006

		das taxas de câmbio							
Fator Risco	de Conceito	Cenário II		31.12.2018		31.12.2017			
		31.12.2019	de Resultado	Variação Taxas	de Resultado	Variação Taxas	de Resultado		
Taxa fixada	Risco de pré-varição das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(43.412)	Redução	(350)	Aumento	(143.847)		
Cupons TMS e CDI	Risco de pré-varição de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Aumento	(71)	Manutenção	--		
Cupom IPCA	Risco de pré-varição de cupons índices de preços	Aumento	(921)	Aumento	(143)	Aumento	(18.303)		
Taxas câmbio	Risco de pré-varição das taxas de câmbio	Redução	(141.386)	Redução	(157.768)	Redução	(123.468)		

		Cenário III		31.12.2018		31.12.2017	
Fator Risco	de Conceito	31.12.2019	de Resultado	Variação Taxas	de Resultado	Variação Taxas	de Resultado
		Taxa fixada	Risco de pré-varição das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(82.650)	Redução	(693)
Cupons TMS e CDI	Risco de pré-varição de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Aumento	(142)	Manutenção	--
Cupom IPCA	Risco de pré-varição de cupons índices de preços	Aumento	(1.819)	Aumento	(281)	Aumento	(35.346)
Taxas câmbio	Risco de pré-varição das taxas de câmbio	Redução	(282.772)	Redução	(315.536)	Redução	(246.935)

Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações.

Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos "disponíveis para venda". Os impactos das oscilações em taxa de juros, em um cenário de estresse, são minimizados pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural).

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading) e da Carteira Bancária (Banking), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Seção 4 - Fatores de Risco

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		31.12.2019		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	de Resultado	Variação de Taxas	de Resultado	Variação de Taxas	de Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--	Aumento	(2.215.999)
Cupom de TR		Manutenção	--	Manutenção	--	Aumento	1.228.076
Cupom de TBF	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	23	Redução	(318)	Aumento	5.024
Cupom de TJLP		Aumento	475.433	Redução	(6.269)	Aumento	(33.417)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(887.667)	Redução	208.086	Aumento	837.005
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Manutenção	--	Aumento	70.266
Cupom de INPC		Manutenção	--	Manutenção	--	Aumento	(73.999)
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Manutenção	--	Aumento	(614.995)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	943.906	Aumento	737.258	Aumento	824.461
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(17.962)	Redução	(44.678)	Aumento	20.150

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		31.12.2019		31.12.2018		30.06.2018	
		Variação de Taxas	de Resultado	Variação de Taxas	de Resultado	Variação de Taxas	de Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(11.243.321)	Aumento	(9.154.584)	Aumento	(9.419.773)
Cupom de TR		Redução	(6.365.512)	Redução	(4.852.166)	Redução	(4.171.163)
Cupom de TBF	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(238)	Redução	(469)	Redução	(2.155)
Cupom de TJLP		Redução	(431.684)	Redução	(95.595)	Aumento	(20.304)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(1.033)	Aumento	(7.554)	Aumento	(999.708)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(28.241)	Aumento	(495.898)	Aumento	(403.536)
Cupom de INPC		Aumento	(68.805)	Aumento	(121.600)	Aumento	(154.092)
Cupom de IPCA		Aumento	(4.327)	Aumento	(1.000.438)	Aumento	(1.443.773)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(771.269)	Redução	(832.428)	Redução	(957.024)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(929.228)	Redução	(817.437)	Redução	(621.006)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		31.12.2019		31.12.2018		30.06.2018	
		Variação de Taxas	de Resultado	Variação de Taxas	de Resultado	Variação de Taxas	de Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(21.742.022)	Aumento	(17.679.203)	Aumento	(18.037.145)
Cupom de TR		Redução	(12.913.290)	Redução	(9.581.770)	Redução	(8.183.811)
Cupom de TBF	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(477)	Redução	(940)	Redução	(4.328)
Cupom de TJLP		Redução	(882.031)	Redução	(200.331)	Aumento	(43.554)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(2.065)	Aumento	(15.104)	Aumento	(2.004.468)
Cupom de IGP-M		Aumento	(55.950)	Aumento	(1.075.797)	Aumento	(869.226)

Cupom de INPC	Risco de variação de Aumento	(136.787)	Aumento	(240.520)	Aumento	(303.694)
Cupom de IPCA	cupons de índices de Aumento	(8.393)	Aumento	(1.886.635)	Aumento	(2.730.917)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras Redução	(1.574.660)	Redução	(1.714.600)	Redução	(1.972.911)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio Redução	(1.858.457)	Redução	(1.440.874)	Redução	(1.242.012)

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Descrever processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam partes, discriminando entre trabalhistas, tributários cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

Os processos referentes ao item 4.3 foram obtidos a partir de uma materialidade de R\$ 836 milhões e da possibilidade de êxito do autor do processo. Dessa forma, foram selecionados para compor a amostra do Banco, aqueles itens cujos impactos financeiros superem a referida materialidade.

Processo nº: 0024950650077 (8647/2797510)

a. juízo	24ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	09/08/1995
d. partes no processo	Autor: Banco do Brasil S.A. Réu: Mendes Junior Engenharia S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 304.219.249,34, em 09.08.1995. Valor da causa atualizado em 31.12.2019: R\$ 1.510.730.773,09. Valor pretendido: R\$ 1.875.515.865,48 em 31.01.2018. Valor pretendido atualizado em 31.12.2019: R\$ 2.094.722.832,31.
f. principais fatos	Trata-se de ação de execução para recuperação de crédito representado por cédula de crédito industrial. Os embargos do devedor foram julgados improcedentes. Decisão mantida pelo Tribunal Estadual. Interpostos pelo réu: Recurso Especial (admitido e ainda não julgado) e Recurso Extraordinário (inadmitido). Processo de execução em andamento, vez que o recurso pendente de julgamento não possui efeito suspensivo.
g. chance de perda	É remota a chance de perda do Banco do Brasil.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda neste processo: (a) sob o aspecto jurídico, o impacto será o não recebimento do crédito inadimplido, além de eventual ônus de sucumbência; (b) sob o aspecto contábil: os valores não pagos ao Banco (credor) por contratantes de operações de crédito (devedores), incluindo as dívidas em cobrança objeto de recuperação judicial, como ocorre no processo em referência, são classificados por níveis de risco e para cada situação é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Tal classificação de risco e constituição de provisão são efetivadas em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 e alterações posteriores. Assim, conforme o risco de não recebimento dos valores em cobrança judicial e o tempo de inadimplemento, a provisão é gradativamente efetivada até corresponder a 100% do valor da dívida, o que ocorre em até 180 dias do vencimento. Assim, a provisão suficientemente efetivada, anula eventual impacto no resultado do Banco, ainda que, ao final, a cobrança judicial resulte em algum prejuízo financeiro.

Processo nº:	0200434000180009 (2009/0151375)
a. juízo	21ª Vara Federal de Brasília/DF
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	27/05/2004
d. partes no processo	Autor: Banco do Brasil S.A Réu: INSS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.000,00, em 27.05.2004. Valor da causa atualizado em 31.12.2019: R\$ 5.303,55. Valor pretendido: R\$ 2.619.055.753,33, atualizado em 31.12.2019.
f. principais fatos	Mandado de Segurança impetrado em face do INSS, visando o reconhecimento judicial da desobrigação do recolhimento de Contribuição Previdenciária Patronal sobre os abonos pagos aos funcionários (verba não salarial). A sentença denegou a segurança pleiteada. O TRF, em sede de apelação, acolheu a tese do Banco e, reformando a decisão de primeiro grau, declarou a natureza indenizatória dos valores pagos. Foram interpostos, pela Fazenda Nacional, os Recursos Especial e Extraordinário, ambos inadmitidos. A Corte Especial do TRF-1 negou provimento ao Agravo Regimental interposto pela Fazenda Nacional.
g. chance de perda	É possível a perda por parte do Banco do Brasil.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O montante integral do débito tributário foi depositado judicialmente em 15.06.2004 (R\$ 493.768.334,85). No caso de perda do processo, vislumbra-se as seguintes consequências: (a) sob o aspecto jurídico, a Receita Federal do Brasil (antes INSS) levantará o montante depositado, ou seja, haverá conversão em renda da integralidade do depósito judicial já realizado nos autos;); (b) sob o aspecto contábil: na hipótese de levantamento do depósito em favor da União Federal (INSS), haveria impacto negativo no resultado do Banco decorrente do registro do valor da Contribuição Previdenciária, como despesa de tributos e dos juros e multa de mora.

Processo nº:	199834000022783 (2005/0015007)
a. juízo	16ª Vara Federal de Brasília/DF
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	29/01/1998
d. partes no processo	Autor: Banco do Brasil S.A. Réu: Delegacia da Receita Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.000,00, em 29.01.1998. Valor da causa atualizado em 31.12.2019: R\$ 17.995,67 Valor pretendido: R\$ 19.785.046.447,46, em 31.12.2019.
f. principais fatos	Mandado de Segurança que pede a declaração de Inconstitucionalidade/ilegalidade da limitação da compensação dos prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL, no percentual de 30%, para cada ano-base. Segurança denegada. Há Recurso Extraordinário do Banco (RE nº 354.322), suspenso desde 26.05.2011, em face de decisão do STF que reconheceu a repercussão geral do tema nos autos do RE-591.340 (Tema 117). O RE-591.340 foi julgado pelo STF em 25.6.2019, oportunidade em que aquele Tribunal fixou a tese da constitucionalidade da limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e de base de cálculo negativa da CSLL.
g. chance de perda	É provável a perda por parte do Banco do Brasil.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O montante integral do débito tributário foi depositado judicialmente (saldo de R\$ 19.121.030.598,69 em 31.12.2019). No caso de perda do processo, vislumbra-se as seguintes consequências: (a) sob o aspecto jurídico, a Receita Federal do Brasil levantará o montante do depósito judicial (ou seja, haverá conversão em renda da integralidade do depósito judicial já realizado nos autos); (b) sob o aspecto contábil: diante da finalidade do mandado de segurança em referência (declarar inconstitucional a obrigação legal que limita a dedução de prejuízos fiscais), o Banco constituiu 100% de provisão para os valores em questão, em cumprimento às regras dispostas na Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Dessa forma, na hipótese de levantamento do depósito em favor da União Federal, não haveria impacto negativo no resultado do Banco, tendo em vista que os valores em questão foram integralmente provisionados, líquido dos efeitos da atualização dos tributos pagos a maior em decorrência das retificações das obrigações acessórias (ECF) com base nos protestos interruptivos.

Processo nº:	1016422-34.2017.8.26.0100 (2017/0035882)
a. juízo	1ª Vara de Falências e Recup. Judiciais da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	23/02/2017
d. partes no processo	Autores/Credores: Banco do Brasil S/A e outros Réu/Recuperandas: PDG Realty S/A Empreendimentos Imobiliários e Participações e outras (Grupo PDG)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor habilitado na recuperação judicial: R\$ 405.370.986,69, em 23.02.2017. Valor da dívida atualizada até 31.12.2019: R\$ 415.163.440,22 (compreende R\$ 231.460.844,99 dos créditos habilitados nas classes II e III, bem como R\$ 183.702.595,23 de coobrigações habilitadas na classe III).
f. principais fatos	Mandado de Segurança que pede a declaração de Inconstitucionalidade/ilegalidade da limitação da compensação dos prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL, no percentual de 30%, para cada ano-base. Segurança denegada. Há Recurso Extraordinário do Banco (RE nº 354.322), suspenso desde 26.05.2011, em face de decisão do STF que reconheceu a repercussão geral do tema nos autos do RE-591.340 (Tema 117). O RE-591.340 foi julgado pelo STF em 25.6.2019, oportunidade em que aquele Tribunal fixou a tese da constitucionalidade da limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e de base de cálculo negativa da CSLL.
g. chance de perda	É remota a chance de perda do Banco.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda neste processo: (a) sob o aspecto jurídico, não há risco de perda, pois o crédito encontra-se habilitado e não há questionamentos; (b) sob o aspecto contábil: os valores não pagos ao Banco (credor) por contratantes de operações de crédito (devedores), incluindo as dívidas em cobrança objeto de recuperação judicial, como ocorre no processo em referência, são classificados por níveis de risco e para cada situação é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Tal classificação de risco e constituição de provisão são efetivadas em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 e alterações posteriores. Assim, conforme o risco de não recebimento dos valores em cobrança judicial e o tempo de inadimplemento, a provisão é gradativamente efetivada até corresponder a 100% do valor da dívida, o que ocorre em até 180 dias do vencimento. Assim, a provisão suficientemente efetivada, anula eventual impacto no resultado do Banco, ainda que, ao final, a cobrança judicial resulte em algum prejuízo financeiro.

Processo nº:	0203711-65.2016.8.19.0001 (2016/0123909)
a. juízo	7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/06/2016
d. partes no processo	Autores/Recuperandas: OI S.A. e outras (Grupo OI)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor habilitado na recuperação judicial: R\$ 4.376.873.111,44, em 20.06.2016. Valor da dívida atualizada até 31.12.2019: R\$ 4.309.302.442,54
f. principais fatos	Em 20.06.2016, o Grupo Oi requereu recuperação judicial. Publicada a lista de credores das recuperandas, o Banco e a BB DTVM apresentaram divergência de crédito ao administrador judicial, o qual a acolheu em parte. Na lista de credores, o Banco do Brasil S.A. e a BB DTVM foram classificados na Classe III, pelo valor de R\$ 3.934.904.150,40 e R\$ 441.429.250,27, respectivamente. Em razão disso, o Banco do Brasil S.A. apresentou impugnação à relação de credores visando adequar o valor do seu crédito para R\$ 3.935.443.861,17; a impugnação está pendente de julgamento. Na assembléia geral de credores, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, o plano foi aprovado. Em 08.01.2018, o plano foi homologado pelo juízo e está em fase de cumprimento. Na data do pedido de recuperação judicial, o Banco do Brasil S.A. detinha bonds emitidos pelo Grupo Oi, no valor de EUR 30.000.000,00 e US\$ 30.000.000,00; referidos bonds foram alienados pelo Banco do Brasil S.A. em janeiro de 2018; o valor informado na alínea "e", acima, já contempla tal situação. Em dezembro de 2019, a recuperanda requereu o não encerramento da Recuperação Judicial, em razão da complexidade processual e do grande número de credores.
g. chance de perda	É remota a chance de perda do Banco.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda neste processo: (a) sob o aspecto jurídico, não há risco de perda em relação ao crédito já habilitado; o risco de perda repousa, unicamente, na diferença entre o valor habilitado e o valor pretendido (R\$ 539.710,77) pelo Banco do Brasil S.A., além dos ônus da sucumbência sobre essa diferença; (b) sob o aspecto contábil: os valores não pagos ao Banco (credor) por contratantes de operações de crédito (devedores), incluindo as dívidas em cobrança objeto de recuperação judicial, como ocorre no processo em referência, são classificados por níveis de risco e para cada situação é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Tal classificação de risco e constituição de provisão são efetivadas em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 e alterações posteriores. Assim, conforme o risco de não recebimento dos valores em cobrança judicial e o tempo de inadimplemento, a provisão é gradativamente efetivada até corresponder a 100% do valor da dívida, o que ocorre em até 180 dias do vencimento. Assim, a provisão suficientemente efetivada, anula eventual impacto no resultado do Banco, ainda que, ao final, a cobrança judicial resulte em algum prejuízo financeiro.

Processo nº:	0142307-13.2016.8.19.0001 (2016/0084137)
a. juízo	3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	29/04/2016
d. partes no processo	Autores/Credores/Interessado: Banco do Brasil S/A e outros Réu/Recuperandas: Sete Brasil Participações S.A. e outras (Grupo Sete Brasil)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor habilitado na recuperação judicial: USD 276.289.290,56 (R\$ 1.011.219.479,32), na Classe II, e USD 723.276.005,27 (R\$ 2.658.614.091,46), na Classe III, em 29.04.2016.
f. principais fatos	Valor da dívida atualizada até 31.12.2019: R\$ 4.028.947.837,90 Mandado de Segurança que pede a declaração de Inconstitucionalidade/ilegalidade da limitação da compensação dos prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL, no percentual de 30%, para cada ano-base. Segurança denegada. Há Recurso Extraordinário do Banco (RE nº 354.322), suspenso desde 26.05.2011, em face de decisão do STF que reconheceu a repercussão geral do tema nos autos do RE-591.340 (Tema 117). O RE-591.340 foi julgado pelo STF em 25.6.2019, oportunidade em que aquele Tribunal fixou a tese da constitucionalidade da limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e de base de cálculo negativa da CSLL.
g. chance de perda	É remota a chance de perda do Banco.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda neste processo: (a) sob o aspecto jurídico, não há risco de perda, pois o crédito encontra-se habilitado e não há questionamentos a respeito da sua existência ou valor; (b) sob o aspecto contábil: os valores não pagos ao Banco (credor) por contratantes de operações de crédito (devedores), incluindo as dívidas em cobrança objeto de recuperação judicial, como ocorre no processo em referência, são classificados por níveis de risco e para cada situação é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Tal classificação de risco e constituição de provisão são efetivadas em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 e alterações posteriores. Assim, conforme o risco de não recebimento dos valores em cobrança judicial e o tempo de inadimplemento, a provisão é gradativamente efetivada até corresponder a 100% do valor da dívida, o que ocorre em até 180 dias do vencimento. Assim, a provisão suficientemente efetivada, anula eventual impacto no resultado do Banco, ainda que, ao final, a cobrança judicial resulte em algum prejuízo financeiro.

Processo nº:	9600120188 (86489913594)
a. juízo	8ª Vara Federal de Brasília/DF
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	21/06/1996
d. partes no processo	Autor: Arlindo Chinaglia Junior Réu: Banco do Brasil e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.362.918.257,28, em 17.06.1996. Valor da causa atualizado em 31.12.2019: R\$ R\$ 2.396.231.405,14 Valor pretendido: R\$ 1.362.918.257,28, em 17.06.1996. Valor pretendido atualizado em 31.12.2019: R\$ R\$ 2.396.231.405,14
f. principais fatos	O autor popular pede a anulação do acordo extrajudicial firmado entre o Banco do Brasil e o INSS, a homologação judicial do ato em ação de cobrança promovida pelo Banco do Brasil contra o INSS. A ação foi extinta em primeiro grau, havendo provimento parcial do recurso de apelação do autor popular no TRF 1ª Região. Há recurso especial do Banco do Brasil aguardando julgamento no STJ, RESP n. 1.134.275.
g. chance de perda	Remota a chance de perda do Banco do Brasil.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo, (a) sob o aspecto jurídico, haveria o cancelamento do acordo com a devolução ao INSS dos valores envolvidos; (b) sob o aspecto contábil: a Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece que deve ser constituída provisão para as demandas contingentes que indicarem provável perda financeira. Caso seja possível a perda financeira, não haverá provisão. Haverá somente comunicação ao mercado. Na hipótese de remota possibilidade de perda, assim como concluiu a análise jurídica para o presente caso (alínea "g"), não há necessidade de constituição de provisão, nem mesmo de comunicação ao mercado. Contudo, se mesmo com essa conclusão, ainda venha ocorrer desembolso, haverá impacto no resultado do Banco, no valor da respectiva perda financeira.

Processo nº:	1999.34.00.010188-7 (2012/0070977)
a. juízo	22ª Vara Federal de Brasília/DF
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	26/04/1999
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal e outros Réu: Banco do Brasil e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 1.047.225.000,00, em 26.04.1999. Valor da causa atualizado em 31.07.2019: R\$ 1.100.077.990,68. Valor pretendido: R\$ 1.047.225.000,00, em 22.04.1999. Valor pretendido atualizado em 31.12.2019: R\$ 1.446.327.545,48.
f. principais fatos	Trata-se de ação popular com objetivo de declarar a nulidade das operações (venda de dólares) realizadas pelo BACEN por intermédio do BB BI. O TRF 1ª Região julgou à unanimidade pela improcedência do feito. Houve interposição de recurso especial pelo MPF.
g. chance de perda	Remota a chance de perda do Banco do Brasil.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo, (a) sob o aspecto jurídico, haveria a obrigação subsidiária do Banco em indenizar o BACEN juntamente com as demais partes; (b) sob o aspecto contábil: a Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece que deve ser constituída provisão para as demandas contingentes que indicarem provável perda financeira. Caso seja possível a perda financeira, não haverá provisão. Haverá somente comunicação ao mercado. Na hipótese de remota possibilidade de perda, assim como concluiu a análise jurídica para o presente caso (alínea "g"), não há necessidade de constituição de provisão, nem mesmo de comunicação ao mercado. Contudo, se mesmo com essa conclusão, ainda venha ocorrer desembolso, haverá impacto no resultado do Banco, no valor da respectiva perda financeira.

Processo nº:	1050977-09.2019.8.26.0100
a. juízo	1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	29/05/2019
d. partes no processo	Autores/Credores/Interessado: Banco do Brasil S/A e outros Réu/Recuperandas: Atvos Agroindustrial S.A. e outras (Grupo Atvos)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor consolidado habilitado na recuperação judicial: R\$ 3.817.665.482,13, posição em 29.05.2019. Valor Atualizado até 31.12.2019: R\$ 3.680.458.300,50.
f. principais fatos	Em 29.05.2019, o Grupo Atvos requereu recuperação judicial. Na relação de credores apresentada pelo administrador judicial, o crédito do BB constou pelo valor consolidado de R\$ 3.552.239.212,50. O plano de recuperação judicial foi apresentado pelo Grupo Atvos em 06.08.2019. Foram realizadas 3 (três) assembleias gerais de credores, as quais foram suspensas, e a próxima está agendada para o dia 28.01.2020.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda neste processo: (a) sob o aspecto jurídico, não há risco de perda em relação ao crédito já listado na relação de credores apresentada pelo administrador judicial; o risco de perda repousa, unicamente, na diferença (que se refere ao montante de R\$ 265.426.269,63) entre o valor habilitado pelo Banco do Brasil S.A. e o valor apurado pelo Administrador Judicial, além de eventuais ônus de sucumbência sobre essa diferença. (b) sob o aspecto contábil: os valores não pagos ao Banco (credor) por contratantes de operações de crédito (devedores), incluindo as dívidas em cobrança objeto de recuperação judicial, como ocorre no processo em referência, são classificados por níveis de risco e para cada situação é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Tal classificação de risco e constituição de provisão são efetivadas em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 e alterações posteriores. Assim, conforme o risco de não recebimento dos valores em cobrança judicial e o tempo de inadimplemento, a provisão é gradativamente efetivada até corresponder a 100% do valor da dívida, o que ocorre em até 180 dias do vencimento. Assim, a provisão suficientemente efetivada, anula eventual impacto no resultado do Banco, ainda que, ao final, a cobrança judicial resulte em algum prejuízo financeiro.

Processo nº:	1057756-77.2019.8.26.0100
a. juízo	1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	17/06/2019
d. partes no processo	Autores/Credores/Interessado: Banco do Brasil S/A e outros Réu/Recuperandas: Odebrecht S.A. e outras (Grupo Odebrecht)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor consolidado habilitado na recuperação judicial: R\$ 6.424.652.046,27, posição em 17.06.2019. Valor Atualizado até 31.12.2019 correspondente a R\$ 8.094.727.533,85.
f. principais fatos	Em 17.06.2019, o Grupo Odebrecht requereu recuperação judicial. O plano de recuperação judicial foi apresentado pelo Grupo Odebrecht em 26.08.2019. Foram realizadas 3 (três) assembleias gerais de credores, as quais foram suspensas. A próxima está agendada para o dia 29.01.2020.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda neste processo: (a) sob o aspecto jurídico, não há risco de perda em relação ao crédito já habilitado; o risco de perda repousa, unicamente, na diferença (que se refere ao montante de R\$ 29.939.202,62) entre o valor habilitado pelo Banco do Brasil S.A. e o valor apurado pelo Administrador Judicial, além de eventuais ônus de sucumbência sobre essa diferença. (b) sob o aspecto contábil: os valores não pagos ao Banco (credor) por contratantes de operações de crédito (devedores), incluindo as dívidas em cobrança objeto de recuperação judicial, como ocorre no processo em referência, são classificados por níveis de risco e para cada situação é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Tal classificação de risco e constituição de provisão são efetivadas em cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 e alterações posteriores. Assim, conforme o risco de não recebimento dos valores em cobrança judicial e o tempo de inadimplemento, a provisão é gradativamente efetivada até corresponder a 100% do valor da dívida, o que ocorre em até 180 dias do vencimento. Assim, a provisão suficientemente efetivada, anula eventual impacto no resultado do Banco, ainda que, ao final, a cobrança judicial resulte em algum prejuízo financeiro.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Não há valor provisionado.

4.4. Processos judiciais e partes contrárias

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o Banco do Brasil ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou investidores do Banco do Brasil ou de suas controladas

Processo nº:	35446-59.2015.4.01.3400 (2015/0113610)
a. juízo	8ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/06/2015
d. partes no processo	Autor: Banco do Brasil S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 361.788.835,35, em 19.06.2015. Valor da causa atualizado: R\$ 375.799.872,37, em 31.12.2019. Valor pretendido: R\$ 361.788.835,35, em 19.06.2015. Valor pretendido atualizado: R\$ 375.799.872,37, em 31.12.2019.
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança por serviços prestados de administração de contratos de dação em pagamento com a obrigação contratual de acompanhar e controlar os vencimentos das operações de crédito concedidos pela União Federal com recursos do FUNCAFÉ. A ação foi contestada e o Banco apresentou réplica. Autos conclusos para sentença. O Banco do Brasil apresentou alegações finais em 13.07.2016.
g. chance de perda	É remota a chance de perda do Banco do Brasil S/A.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo: (a) sob o aspecto jurídico, o impacto será o não recebimento dos valores devidos em decorrência dos serviços prestados, além de suportar os ônus de sucumbência; (b) sob o aspecto contábil: a Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece que deve ser constituída provisão para as demandas contingentes que indicarem provável perda financeira. Caso seja possível a perda financeira, não haverá provisão. Haverá somente comunicação ao mercado. Na hipótese de remota possibilidade de perda, assim como concluiu a análise jurídica para o presente caso (alínea "g"), não há necessidade de constituição de provisão, nem mesmo de comunicação ao mercado. Contudo, se mesmo com essa conclusão, ainda venha ocorrer desembolso, haverá impacto no resultado do Banco, no valor da respectiva perda financeira.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não há valor provisionado.

4.5. Processos sigilosos relevantes, não divulgados nos itens 4.3 e 4.4

Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

O Banco e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos considerados relevantes.

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o Banco do Brasil ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributárias, cíveis e outros, e indicando:

a. valores envolvidos

R\$ (mil)	31/12/2019
Valores envolvidos para Demandas Judiciais	12.261.622
Demandas Cíveis	8.157.361
Demandas Fiscais	1.952.358
Demandas Trabalhistas	2.151.903

(1) Correspondem à soma do valor de provisão (PDC) para os processos de metodologia massificada e individualizada (classificação provável), e o valor de risco para os processos de metodologia individualizada de classificação possível.

b. prática do Banco do Brasil ou de sua controlada que causou tal contingência**Ações de Natureza Cível**

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança, depósitos judiciais e outros investimentos financeiros relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como as ações que pretendem a restituição de diferença de correção monetária cobrada em operações de crédito rural, em decorrência do Plano Collor I.

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, após a análise de cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo, tendo este sido homologado pelo Supremo Tribunal Federal. A partir de maio/2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Os valores provisionados das ações dos Planos Bresser, Verão e Collor, classificadas como "Perda Provável" pelos assessores jurídicos do Banco do Brasil, encontram-se totalizados no subitem 4.6.1 deste Formulário de Referência.

Plano Bresser

O Banco é parte passiva em ações em que o autor pleiteia obter o pagamento das diferenças com relação ao Plano Bresser em cadernetas de poupança, depósitos judiciais e outros investimentos financeiros. As ações exigem o pagamento da diferença entre o índice de correção monetária aplicado pelo BB (estabelecido pelo plano econômico) e o supostamente devido (mês anterior ao plano) para ajustar os investimentos financeiros no primeiro mês de sua vigência.

Plano Verão

O Banco é parte passiva em ações em que o autor pleiteia obter o pagamento das diferenças com relação ao Plano Verão em cadernetas de poupança, depósitos judiciais e outros investimentos financeiros. As ações exigem o pagamento da diferença entre o índice de correção monetária aplicado pelo BB (estabelecido pelo plano econômico) e o supostamente devido (mês anterior ao plano) para ajustar os investimentos financeiros no primeiro mês de sua vigência.

Plano Collor

O Banco é parte passiva em ações nas quais o autor reivindica o pagamento de diferenças relativas ao Plano Collor em cadernetas de poupança, depósitos judiciais e outros investimentos financeiros. As ações exigem o pagamento da diferença entre o índice de correção monetária aplicado pelo BB (estabelecido pelo plano econômico) e o supostamente devido (mês anterior ao plano) para ajustar os investimentos financeiros no primeiro mês de sua vigência.

No que se refere ao crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença de correção monetária utilizada pelo Banco para corrigir os empréstimos e a que eles consideram correta. Sobre esse tema, no final de 2015, foi julgado RESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32%) e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da oposição de embargos de declaração ao acórdão que julgou e proveu de embargos de divergência aviados pela União e pelo Banco do Brasil, bem como da interposição de recurso extraordinário pelo Banco Central.

Com o trânsito em julgado do acórdão, poderá haver impacto no resultado do Banco, não obstante a cobrança possa ser dirigida a qualquer um dos devedores solidários (União, Bacen e BB), sendo legalmente prevista a possibilidade de regresso do devedor adimplente da cota parte dos demais.

Para mitigar o risco, o Banco indica o litisconsórcio passivo necessário com a União e o Bacen; o abatimento da Lei 8.088/90 (74,60%) nos casos em que o referido índice tenha sido aplicado nas operações de crédito sub judice; a redução de eventual indenização via PROAGRO; confirmação de inexistência de Diferencial em conta apartada (Fundo 16470); confirmação de operações que foram

objeto de renegociação via PESA e/ou Securitização; compensação de eventuais débitos em DAU nas operações de crédito cedidas à União.

A classificação “Demais Demandas Cíveis” comporta, na maioria, ações com pedidos de dano moral, material e lucros cessantes, revisionais, prestação de contas, repetição de indébito, honorários de sucumbência, anulabilidade/nulidade de contrato, anulabilidade/nulidade de título de crédito, anulação e substituição de título, cobrança, exclusão de cadastro restritivo, nulidade de débito, comissão de permanência – ilegalidade e juros – ilegalidade de capitalização.

Ações Fiscais

A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, ou imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos tanto por empregados da ativa quanto por ex-empregados (ações individuais), bem como pelos Sindicatos de Bancários e pelo Ministério Público do Trabalho (ações coletivas). Dentre os vários pedidos constantes destas ações, destacam-se, pela quantidade, as horas extras e a estabilidade financeira (empregados descomissionados que pretendem manter o recebimento da gratificação de função).

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6¹

R\$ (mil)	31/12/2019
Provisões para Demandas Judiciais	8.695.245
Demandas Cíveis	6.460.794
Demandas Fiscais	160.562
Demandas Trabalhistas	2.073.889

(1) Correspondem à soma do valor de provisão (PDC) para os processos de metodologia massificada e individualizada (classificação provável).

4.7. Outras contingências relevantes

Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

O Banco e suas controladas não possuem outras contingências consideradas relevantes, além daquelas informadas nos itens anteriores.

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro

Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos; b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários; c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação; d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável e e) outras questões do interesse dos investidores.

Não se aplica ao Banco, porquanto não se enquadra como emissor estrangeiro, conforme definição prevista no art. 1º, §1º, do Anexo 31-I da Instrução CVM 480.

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Política de Gerenciamento de Fatores de risco

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o Banco do Brasil possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o Banco do Brasil não adotou uma política

O Banco do Brasil possui um conjunto de políticas específicas para a gestão de riscos e controle. Suas empresas controladas, coligadas e participadas podem definir seus direcionamentos a partir dessas políticas, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas. O rol de políticas do Banco do Brasil contempla:

Políticas Específicas de:

1. Risco de Mercado (aprovada em 19/11/2018)
2. Risco de Liquidez (aprovada em 19/11/2018)
3. Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos (aprovada em 19/11/2018)
4. Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção (aprovada em 25/11/2019)
5. Crédito (aprovada em 13/06/2019)
6. Identificação de Clientes (aprovada em 31/01/2017)
7. Gestão da Continuidade de Negócios (aprovada em 25/11/2019)
8. Relacionamento do Banco com Fornecedores (aprovada em 13/12/2019)
9. Risco Operacional (aprovada em 27/12/2019)
10. Segurança da Informação e Cibernética (aprovada em 25/11/2019)
11. Gerenciamento de Capital (aprovada em 30/08/2019)
12. Risco Legal (aprovada em 28/11/2019)
13. Responsabilidade Socioambiental (aprovada em 19/12/2019)
14. Divulgação de Informações de Gestão de Riscos e de Capital (aprovada em 30/08/2019)
15. Risco de Estratégia (aprovada em 19/12/2019)
16. Risco de Reputação (aprovada em 19/11/2018)
17. Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários (EFPPS) (aprovada em 19/11/2018)
18. Controles Internos e Compliance (aprovada em 03/12/2019)
19. Risco de Modelo (aprovada em 18/01/2019)
20. Risco de Contágio (aprovada em 19/11/2018)
21. Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (aprovada em 19/11/2018)
22. Gestão da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e de Derivativos (aprovada em 19/11/2018)

Alçada de Aprovação

A aprovação das políticas é atribuída ao Conselho de Administração, conforme artigo 21, item I, do Estatuto Social.

Periodicidade de Revisão

As políticas são revisadas no máximo a cada três anos, exceto quando há regulamentação que prescreva periodicidade distinta. Independentemente disso, a maioria das políticas passa por um processo de revisão anual por parte do Banco.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

O Banco possui processos para identificação dos riscos que irão compor inventário e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes, os quais são revisados anualmente, considerando aqueles incorridos nos diversos segmentos de negócios explorados pelo Banco do Brasil ou por suas subsidiárias.

Os riscos abaixo relacionados compõem o conjunto corporativo de riscos relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil:

- **Risco de Mercado** – possibilidade de perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.
- **Risco de Liquidez** – possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária** – possibilidade de perdas decorrentes do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.
- **Risco de Crédito** – possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
- **Risco de Crédito da Contraparte** – possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.
- **Risco de Concentração de Crédito** – é a possibilidade de perdas decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.
- **Risco Operacional** – possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Esta definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal.
- **Risco Legal** – possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, de sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais, de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição, bem como das propostas em curso nos processos legislativo e regulatório, aferidos inclusive por meio do monitoramento do ambiente legal e da interpretação jurídica das normas e jurisprudência aplicáveis.
- **Risco de Estratégia** – possibilidade de resultados observados diferentes dos inicialmente esperados, em virtude de mudanças no ambiente de negócios ou da utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.
- **Risco de Reputação** – possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre o Banco por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio.
- **Risco Socioambiental** – possibilidade de perdas decorrentes da exposição a danos socioambientais gerados pelas atividades do Banco do Brasil.
- **Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários** – possibilidade de impacto negativo no patrimônio do banco decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.
- **Risco de Modelo** – possibilidade de perdas decorrentes do desenvolvimento ou uso inadequados de modelos, em função da imprecisão ou insuficiência de dados ou à formulação incorreta na sua construção.
- **Risco de Contágio** – possibilidade de perdas para as entidades integrantes do conglomerado prudencial, incluindo a instituição financeira líder, decorrentes de seus relacionamentos (contratuais ou não) com entidades não consolidadas.

- **Risco de Conformidade (Compliance)** – possibilidade de perdas ou sanções decorrentes de falha no cumprimento ou falta de aderência dos processos corporativos às leis e regulamentos externos ou aos princípios corporativos de governança.
- **Risco Cibernético** - possibilidade de perdas financeiras ou danos à reputação decorrentes de ataques cibernéticos contra pessoas, infraestrutura de TI ou sistemas corporativos, afetando a integridade, confidencialidade e disponibilidade.
- **Risco de TI** - possibilidade de perdas decorrentes de inadequações ou falhas na entrega e suporte de soluções e serviços de tecnologia, envolvendo infraestrutura, construção, operação.
- **Risco de Conduta** - possibilidade de perdas decorrentes de comportamento inadequado na observância de leis e regulamentos externos, normas internas, código de ética, normas de conduta e demais princípios de governança corporativa pela empresa ou por seus agentes internos na condução das suas atividades junto aos clientes, usuários e demais partes interessadas.
- **Risco Climático** - possibilidade de perdas decorrentes da transição dos negócios para uma economia de baixo carbono, do desencadeamento de eventos climáticos extremos ou que trarão consequências a longo prazo, podendo afetar a geração de valor pelas empresas.
- **Risco de Fornecedor** – possibilidade de perdas financeiras decorrentes do processo de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços pelos fornecedores.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento dos riscos é realizado com base em boas práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária.

As atividades de gestão dos riscos são realizadas em todos os níveis da organização, agrupadas em linhas de defesa, com atribuições conforme abaixo:

- 1º Linha de Defesa – Gestor de Riscos em Processos: observa orientações corporativas sobre o gerenciamento de riscos das áreas de gestão de riscos e controles internos de 2º Linha de Defesa, abrangendo a identificação, mensuração, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e reporte dos riscos em seus processos;
- 1º Linha de Defesa – Gestor Específico de Riscos: define e orienta de forma corporativa quanto a processos chave (incluindo visão de negócios, riscos e controles);
- 2º Linha de Defesa – Gestor de Riscos Corporativos: orienta de forma corporativa quanto ao gerenciamento de riscos e controles, supervisiona a gestão de riscos e assessora as áreas de 1º Linha de Defesa sobre a gestão de riscos e controles, com participação e assessoramento técnico das áreas especializadas na tomada de decisão.

As atividades de gestão dos riscos contemplam instrumentos, metodologias e ferramentas, com procedimentos formalizados em Instruções Normativas (IN), dentre os quais se destacam:

- Indicadores de Capital: índices que apresentam o nível de capital vis-à-vis os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). Esses índices comparam o nível de risco com o Capital Principal, Capital Nível 1 e Patrimônio de Referência, apurados segundo as normas de supervisão e regulação bancária;
- Testes de Estresse por Categoria de Risco: avaliação da exposição aos riscos sob condições adversas ou severas, porém plausíveis de ocorrer;
- Teste de Estresse Integrado de Capital (TEIC): teste de estresse baseado em cenário único de condições macroeconômicas adversas ou severas ou em cenário idiossincrático, conforme o caso, aplicável de forma integrada às variáveis de risco, às variáveis de negócios e seus impactos nos resultados, no Patrimônio Líquido e nos indicadores de capital da instituição;
- Plano de Capital: abrange horizonte temporal mínimo de 36 meses, vinculado às orientações negociais e econômicas contidas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB), com objetivo de assegurar que o capital seja suficiente para amparar, além dos riscos relevantes, o crescimento dos negócios, de modo a garantir os índices de solvência da instituição, considerando inclusive cenários de estresse;
- Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos: apresenta a exposição máxima que o Banco aceita incorrer para atingir seus objetivos, tanto em relação ao consumo de capital quanto em relação a outros indicadores de exposição aos riscos, traduzidos em limites globais, específicos e operacionais;

- Recomendação Técnica de Risco (RTR): visa recomendar medidas/procedimentos corretivos para prevenir, corrigir ou inibir fragilidades, deficiências ou não conformidades que possam gerar riscos, aumentar perdas ou prejudicar a adequada gestão do capital alocado de acordo com os níveis estabelecidos pelo Banco;
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP): autoavaliação anual dos processos de gestão de riscos e de capital, a partir de visão crítica em relação à regulação vigente e às melhores práticas de mercado, podendo indicar ações de aprimoramento a serem acompanhadas pela Alta Administração; e
- Painel de Riscos: instrumento de reporte à Alta Administração acerca da situação dos indicadores e limites de risco, contribuindo para a tomada de decisão e manutenção das exposições aos riscos em níveis aceitáveis.

A seguir são relacionados os instrumentos utilizados para gestão específica dos riscos relevantes elencados anteriormente.

Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada em cada uma das etapas estabelecidas, que perpassam pela concessão de crédito, limites, análise de risco setorial, gestão da cobrança, recuperação e liquidação de crédito.

A mensuração do risco de crédito é realizada por meio de sistemas de classificação, de acordo com a finalidade dos modelos que abrangem o risco de clientes, o risco de operações, a cobrança e recuperação, e os parâmetros de risco, balizadores no estabelecimento de limites individuais, tratamentos de exceção e extrapolações e mecanismos de mitigação e transferência de risco.

O controle da exposição ao risco de crédito é realizado por meio dos indicadores: VaR de crédito (com visão de provisão de crédito), contemplando o perfil de risco da carteira (perda esperada + perda inesperada); atraso de crédito (considerado a partir do 15º dia após o vencimento); o índice de inadimplência 90 dias (Icred90); índice de concentração; *spread* da carteira de crédito em relação ao Icred90; e o consumo de capital para o risco de crédito.

Embora o Banco apure e divulgue a necessidade de capital para a cobertura do risco de crédito em conformidade com as normas publicadas pelo Regulador (Abordagem Padronizada), como referência para a gestão, também tem sido utilizado o cálculo de capital econômico, com base nos parâmetros internos de risco e nos portfólios de crédito relevantes.

Risco de Crédito da Contraparte

O Banco do Brasil admite assumir exposições a risco de crédito da contraparte com clientes que tenham sido previamente analisados pela metodologia de cálculo de risco e estabelecimento de limite de crédito aplicável ao seu perfil, condicionado à existência de margem operacional suficiente para amparar tais operações.

Desse modo, as exposições a risco de crédito da contraparte concorrem com as demais exposições em operações de crédito do cliente no limite de crédito a ele atribuído.

As operações da espécie incidem no limite de crédito do cliente pela estimativa do valor exposto ao risco de crédito da contraparte em evento de descumprimento, sendo ponderados os mitigadores de risco aplicáveis, tais como o risco do emissor do ativo adjacente, a volatilidade do ativo, as garantias aportadas, o percentual subtraído dos ativos usados como colateral (*haircut*) e as regras de chamadas de margem de garantias adicionais, conforme características da operação efetuada.

Nas operações cursadas via Câmaras de Compensação e Liquidação (*clearings*), há transferência de risco, sendo que o valor das operações incide no limite de crédito da referida câmara.

Para operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, o Banco do Brasil segue o exposto na Circular Bacen nº 3.068/01, considerando tal risco como parâmetro para cálculo do ajuste ao valor de mercado de tais exposições, com efeitos no resultado do período ou em conta destacada do patrimônio líquido, conforme a classificação da exposição.

Risco de Concentração de Crédito

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito, inclusive quanto à gestão de exposições significativas a uma mesma contraparte. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base

no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para risco de crédito.

O Panorama Setorial considera, dentre outros, aspectos mercadológicos e macroeconômicos favoráveis e desfavoráveis, bem como riscos setoriais, tendências das vendas e taxas esperadas de crescimento dos diferentes segmentos da atividade econômica. Adicionalmente, é contemplada a gestão dos limites de atividades agropecuárias.

A gestão do risco contempla também indicadores de exposição máxima por país estrangeiro. O risco soberano é definido por meio da adoção de norteadores de risco conforme classificação dada por agências de *rating* internacionais. Em complemento, as análises contemplam o risco de transferência, verificando-se a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial de valores recebidos fora do país.

Risco Socioambiental

O Banco do Brasil possui base de registro de perdas relacionadas às suas atividades administrativas e operações de crédito e financiamentos, com ocorrências geradas e identificadas por fatores socioambientais. Efetua ainda, em seu sistema corporativo, registro no cadastro do cliente de anotação relativa a trabalho escravo, o que suspende o limite de crédito e impede análise de novas operações.

A área responsável pelo risco socioambiental possui rotina que objetiva solucionar dúvidas e questionamentos da rede de agências e de apoio aos negócios, oriundos de legislação e normas internas sobre este risco.

Com objetivo de adequar o gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado, o Banco do Brasil realiza procedimento que identifica, acompanha e compara a legislação ambiental. Tal rotina inclui o assessoramento da área jurídica e embasa a alteração dos normativos internos.

Para avaliar o risco socioambiental nas atividades com maior potencial de causar danos, o Banco do Brasil aplica os critérios dos Princípios do Equador, pacto voluntário do qual é signatário desde 2005.

Para o acolhimento de imóveis urbanos em garantia de operações de crédito, dação em pagamento, arrematação ou adjudicação, o Banco do Brasil aplica o formulário Levantamento de Índícios de Contaminação (LIC), conforme determina o Normativo SARB nº 14.

O Banco do Brasil conta também com processos que contribuem para a implementação de ações de responsabilidade socioambiental pautados pelos: Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), Agenda 30 e Fórum de Sustentabilidade.

Risco Climático

Para mitigar o impacto do clima nos negócios, o Banco utiliza-se de ferramentas como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Sistema Referencial Técnico Agropecuário (RTA), desenvolvido internamente.

A ferramenta Zarc indica os municípios com aptidão climática e de solo para determinadas culturas e as cultivares mais adaptadas. Por sua vez, o RTA mantém informações sobre custos de produção, histórico de preços e produtividade por cultura e município. O histórico da produtividade do sistema é alimentado a cada safra e diretamente afetado pela incidência de fenômenos climáticos. A série histórica de produtividade é sensível aos eventos prejudiciais, que afetam o grau de atratividade de uma cultura em determinado município, sendo fundamental para as análises de financiamento de custeio das lavouras.

O monitoramento de risco climático é realizado em todo território nacional, baseado em Alertas de Eventos Climáticos emitidos pela rede de assessores de agronegócios do Banco, que são registrados no sistema Painel de Acompanhamento da Safra.

Risco de Mercado e de Taxa de Juros da Carteira Bancária

O Banco utiliza procedimentos que permitem o gerenciamento dos riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária de suas posições, considerando os cenários econômicos internos e externos, visando minimizar possíveis impactos no resultado financeiro.

No processo de gerenciamento dos riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária do Banco, as posições próprias são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação. Assim, a Carteira de Negociação do Conglomerado Prudencial abrange todas as operações de posições

próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis.

De forma excludente, as operações de posições próprias não classificadas na Carteira de Negociação são consideradas como componentes da Carteira de Não Negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Prudencial não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão dos riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada, a fim de garantir efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações de cada jurisdição.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos. A mensuração dos riscos de mercado e de taxa de juros da carteira bancária é feita de acordo com as Circulares Bacen nº 3.646/13 e nº 3.365/07.

Além disto, o Banco mantém programa de testes de estresse no qual avalia as perdas potenciais advindas de movimentos adversos de mercado que possam gerar desvalorizações severas nos valores de mercado dos seus ativos mantidos para negociação ou incrementar significativamente o descasamento cambial da instituição.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez segrega a liquidez em moeda nacional (Real) da liquidez em moedas estrangeiras. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos:

- Liquidez Intradia: o Banco utiliza indicadores de Exigência Máxima de Liquidez Intradia (EMLI) e de Liquidez Intradia Disponível (LID) com o objetivo de identificar situações que possam afetar sua capacidade de cumprir suas obrigações de pagamento no momento esperado;
- Liquidez Observada: calculada de acordo com composição específica e definida com base em requisitos estabelecidos, seu saldo é avaliado diariamente, após o fechamento dos movimentos contábeis e financeiros;
- Liquidez Projetada: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez da instituição. Adicionalmente cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador de deterioração no Plano de Recuperação do Banco;
- Cenários de Risco de Liquidez: a gestão do risco de liquidez leva em consideração a ocorrência dos seguintes cenários: Base (estimativa mais provável); e de Estresse (situações de alta severidade, porém baixa probabilidade de ocorrência);
- Limites de Risco de Liquidez: são adotados limites para a) Reserva de Liquidez, b) Colchão de Liquidez, c) Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL), d) Índice de Concentração de Captação (IC); e) Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) e f) Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR);
- Monitoramento Prospectivo de Risco de Liquidez (MPRL): objetiva identificar, administrar e reportar de forma proativa os Estados de Risco de Liquidez, buscando antecipar ações e medidas para evitar a ocorrência de Estado de Risco de Liquidez “Crítico” e de “Estresse”;
- Fórum de Risco de Liquidez (FRL): seu acionamento visa promover a avaliação da situação da Liquidez e a recomendação, ou não, da adoção de Medidas de Contingência de Liquidez; das medidas e estratégias para o reenquadramento ao limite do NSFR, ou ainda; de ações alternativas para produtos de captação;
- Plano de Contingência de Liquidez (PCL): conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades que visa identificar, administrar e reportar situações de Estresse de Liquidez tendo como principais objetivos assegurar a manutenção do fluxo de caixa, ter uma estratégia para restaurar o nível de liquidez desejado e estabelecer divisão de responsabilidades; Teste de Estresse de Liquidez: realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à Reserva de Liquidez (RL), avaliando se o volume potencial de Medidas de Contingência de

Liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;

- Teste de Eficácia das MCL: verifica se, havendo extrapolação da Reserva de Liquidez, em qualquer cenário, o volume potencial das MCL é suficiente para restabelecer a liquidez a nível acima da Reserva de Liquidez;
- Avaliação e monitoramento dos modelos de Risco de Liquidez: conduzida pela Diris, possibilita que o desenvolvimento e a manutenção de modelos utilizados sejam acurados e adequados para aplicação na gestão de riscos.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez (PCL), que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Risco Operacional

A identificação dos riscos conta com dicionário corporativo de risco operacional, que possui inventário dos riscos operacionais aos quais o Banco do Brasil pode estar exposto, de forma a padronizar a taxonomia dentro da organização. Os riscos são identificados pelos gestores, na primeira linha de defesa, e avaliados pela área de controles internos (segunda linha de defesa), onde são classificados quanto ao seu impacto e vulnerabilidade. Para os riscos de maior criticidade são propostos planos de ação visando sua mitigação. São realizadas periodicamente reavaliações desses riscos visando avaliar a efetividade das ações implementadas.

O Painel de Risco Operacional é o instrumento utilizado para realizar a gestão de perdas operacionais e acompanhar o enquadramento ao Limite Global e Limites Específicos estabelecidos, sendo reportado ao CEGRC, CSGRC e CA. O painel apresenta posição mensal e anual, com o respectivo detalhamento dos Limites, acompanhamento do histórico de perdas operacionais e principais ocorrências por categoria.

Quanto à mensuração do risco operacional, que considera também os impactos decorrentes do risco legal, o Banco utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme Circular Bacen nº 3.640/13. Importante ressaltar que, para a gestão dos riscos, a instituição também utiliza modelo interno de capital econômico.

Risco Legal

O Banco definiu a Diretoria de Gestão de Riscos como gestora do risco legal, cabendo-lhe as atividades de controle, monitoramento e reporte do risco, que incluem:

- Propor metodologias e modelos para cálculo de Provisão para Demandas Contingentes (PDC);
- Propor estratégias e parâmetros para acordos judiciais e extrajudiciais;
- Coletar informações relevantes para a base de dados de risco operacional;
- Gerir os serviços jurídicos financeiros associados a provisões.

Complementarmente, em razão das especificidades técnicas atinentes ao risco legal, a Diretoria Jurídica é responsável pela execução das atividades que requerem conhecimento jurídico especializado, tanto no âmbito estratégico, quanto no tático e no operacional, podendo ser destacadas, as seguintes ações:

- Desempenhar a advocacia contenciosa, conduzindo a defesa jurídica do Banco nas esferas jurídica e administrativa, bem como realizando a avaliação do risco jurídico das ações judiciais em que o Banco é parte;
- Desempenhar a advocacia consultiva, produzindo análises, pareceres, consultorias jurídico-legais, bem como orientando às demais áreas sobre suas atividades, produtos e serviços, no âmbito do processo decisório;
- Desempenhar a advocacia preventiva, visando mitigar a possibilidade de ocorrência de eventos de perdas decorrentes do risco legal.

As demais Unidades Estratégicas, Táticas e Operacionais são responsáveis pela identificação e mitigação do risco em seu âmbito de atuação, assegurando a aderência dos produtos e processos sob sua gestão à legislação aplicável, com a prerrogativa de valer-se da assessoria jurídica para subsidiar suas decisões, inclusive quanto aos acordos extrajudiciais.

Para melhor eficiência na gestão, o Banco utiliza uma plataforma dedicada de operacionalização dos serviços jurídicos, o Portal Jurídico, que contém a base de ações judiciais e administrativas, as respectivas movimentações financeiras, bem como o banco de dados referente à prestação de assessoria jurídica a todas as dependências do Banco.

Risco de Estratégia

Na formulação da Estratégia Corporativa, o Banco adota como prática a análise de cenários macroeconômicos e da indústria financeira, com o objetivo de melhor avaliar as oportunidades e ameaças do mercado e mitigar os riscos de decisões estratégicas equivocadas.

A exposição ao risco de estratégia é gerenciada por intermédio das dimensões Banco, Decisões Estratégicas e Entidades Ligadas ao Banco do Brasil.

Na dimensão Banco, é avaliado o risco da estratégia global aprovada pelo Conselho de Administração (CA), materializado nas peças estratégicas e de indução: Plano Diretor (PD) e Plano de Negócios dos Mercados (PNM), Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS), Planejamento Estratégico, Orçamento, ATB e Conexão.

Quanto à dimensão Decisões Estratégicas, avalia-se o risco de estratégia relativo às decisões estratégicas relevantes, tais como, iniciativas e ações estratégicas, programas estratégicos, processos priorizados, propostas de inovação, investimentos relevantes, entrada em novos mercados, modelo de relacionamento, produtos, aquisições e parcerias realizadas pelo Banco do Brasil.

Por fim, na dimensão Entidades Ligadas ao Banco do Brasil, é avaliado o risco da estratégia para com as ELBBs, além da estratégia das entidades que fazem parte do Conglomerado Prudencial e de seus movimentos que podem gerar impactos na estratégia do Banco.

Risco de Reputação

A estrutura de gerenciamento do risco de reputação segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da marca, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

O BB monitora, periodicamente, indicadores que refletem o nível de risco de reputação incorrido pela instituição. Além disso, o Banco executa testes de estresse de risco de reputação para avaliar o impacto de cenários adversos ou severos.

Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e Operadoras de Saúde a Funcionários (EFPPS)

A gestão do risco de EFPPS no BB está fundamentada em elementos que permitem a identificação, mensuração, avaliação, entre outros aspectos, de potenciais impactos no Capital Principal (CP), decorrentes do risco atuarial dos Planos de Benefícios de Previdência Privada e de Saúde Complementar, os quais destacamos:

- Acompanhamento e reporte tempestivo à alta administração do BB do indicador do resultado atuarial (déficit/superávit), como forma de antever potenciais impactos no Capital Principal (CP) da instituição;
- Estimativa de capital econômico, baseada em modelo interno para cobertura do risco;
- Avaliação da suficiência de capital;
- Testes de estresse com a utilização de cenários macroeconômicos e incorporação dos resultados ao processo de Teste de Estresse Integrado (TEI); e
- Acompanhamento dos principais fatores de risco associados ao risco de EFPPS (taxa de juros e preço das principais ações da carteira) e análise de sensibilidade desses fatores no resultado atuarial.

Destaca-se que a estrutura de gerenciamento do risco de EFPPS no BB segrega o processo de gestão do risco que está sob a responsabilidade da área de gestão de riscos dos demais processos relacionados à apuração do resultado atuarial (déficit/superávit) e à governança junto às Entidades Patrocinadas, que estão sob a responsabilidade das demais áreas intervenientes, de acordo com suas atribuições institucionais.

Dentre os Planos de Benefícios dos quais o BB é patrocinador, a principal exposição encontra-se no Plano de Benefícios 1 (PB1), vinculado à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

(Previ). Neste contexto, o BB está exposto ao risco de EFPPS, especificamente nas seguintes modalidades:

- Risco de ativo: constitui-se na possibilidade de perdas resultantes da flutuação no valor justo dos ativos do plano; e
- Risco de passivo atuarial: constitui-se na possibilidade de perdas decorrentes da flutuação no valor presente das obrigações atuariais dos planos de Benefício Definido (BD).

Risco de Modelo

Os modelos identificados são catalogados em repositório único, denominado Inventário Corporativo de Modelos (ICM), permitindo visão unificada do escopo para as linhas de defesa.

A gestão do risco de modelo abrange todo ciclo de vida dos modelos, percorrendo as fases de desenvolvimento, validação, aprovação, implementação e uso dos modelos inventariados.

Destaca-se que os modelos catalogados são validados previamente à sua aprovação e, posteriormente, durante o uso na gestão, considerando a criticidade e exposição ao risco de modelo. Esse procedimento favorece maior acurácia na implementação dos modelos corporativos, uma vez que estes são testados previamente.

Cabe ressaltar ainda que a estrutura das atividades de avaliação e monitoramento de modelos é segregada das atividades de desenvolvimento, de validação independente e de Auditoria Interna, preservando a independência das linhas de defesa no Banco.

Risco de Contágio

O modelo de gestão do Risco de Contágio tem por objetivo identificar e acompanhar os riscos associados às ELBB, bem como avaliar a materialidade da exposição a outras fontes, decorrentes dos demais relacionamentos (contratuais ou não) das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, com entidades não consolidadas, como fundos de investimento, parcerias, entidades patrocinadas nos âmbitos cultural ou esportivo, entre outros.

Dentre os instrumentos utilizados na gestão, destaca-se o Ciclo de Supervisão dos processos de gestão de riscos, controles internos e segurança institucional conduzidos pelas entidades ligadas.

Além disso, de forma contínua, são realizadas análises de documentos relacionados aos processos de gestão de riscos das ELBB, com o intuito de promover alinhamento com as diretrizes do Banco do Brasil. Também são realizados pareceres, sob o ponto de vista do Risco de Contágio, nos estudos e deliberações realizados pelo BB, em relação a aportes de capital e movimentações societárias.

Risco de Conformidade (*Compliance*)

O escopo de atuação do modelo de gestão do risco de conformidade (*compliance*) está relacionado ao cumprimento e à aderência dos processos corporativos às normas legais, infra legais e aos princípios corporativos de governança do Banco do Brasil.

Em observância às fronteiras entre os demais riscos relevantes, o modelo quantitativo foi aprimorado de modo a mensurar o impacto financeiro por meio do acompanhamento das perdas ou sanções oriundas dos Órgãos de Supervisão Bancária e demais reguladores/fiscalizadores – *compliance* regulatório.

O Banco aprovou em 2017 o Programa de *Compliance*, que visa à gestão do risco de conformidade (*compliance*), com foco no atingimento do estado de conformidade, sustentabilidade e segurança nos negócios, processos, produtos e serviços, possibilitando ainda melhoria na prevenção de atos ilícitos, desvios de conduta e danos à reputação, contribuindo para a redução de perdas financeiras. O programa fundamenta-se nos pilares Prevenção, Detecção e Correção, com os seguintes orientadores:

- Apoio da Alta Administração – tom do topo;
- Avaliação de riscos;
- Código de Ética, Normas de Conduta e Política de *Compliance*;
- Treinamento e comunicação;
- Monitoramento regulatório;
- *Due diligence*;
- Controles internos;

- Canais de denúncias; e
- Investigações internas e gestão das consequências.

No contexto de *compliance*, o Banco possui um Programa de Integridade que prevê um conjunto de mecanismos, procedimentos internos e incentivos à denúncia de irregularidades, com foco em medidas anticorrupção e prevenção de atos ilícitos.

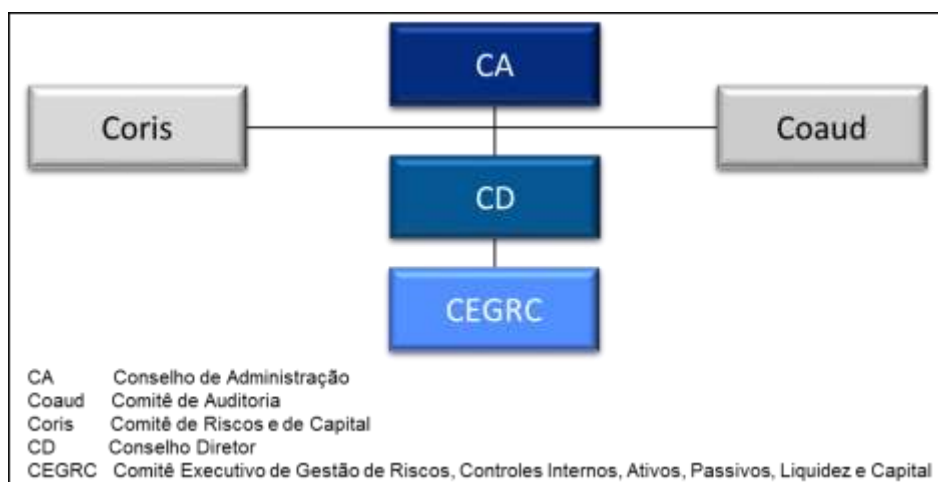
iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração (CA), na forma do disposto no art. 56, §1º, da Resolução CMN nº 4.557, de 23.02.2017, e conforme competências constantes de seu Regimento Interno, é responsável pelas informações referentes à estrutura de gerenciamento de risco e de capital do BB disponibilizadas neste relatório.

O modelo de governança definido para o gerenciamento de riscos e de capital adotado pelo Banco do Brasil envolve estrutura de Comitê Executivo, composta por Vice-Presidentes, contemplando os seguintes aspectos:

- Segregação de funções: negócio x risco;
- Estrutura específica de gestão de risco;
- Processo de gestão definido;
- Decisões em diversos níveis hierárquicos;
- Normas claras e estrutura de alçadas;
- Referência às melhores práticas de gestão.

A figura a seguir representa a estrutura de governança definida para gestão de riscos e de capital do Banco do Brasil:



Os Comitês e Fóruns envolvidos na gestão de riscos e de capital do Banco do Brasil, bem como suas principais finalidades estão descritas a seguir.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração	Principais Finalidades
Comitê de Auditoria (Coaud)	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno; • avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; • avaliar e monitorar as exposições de risco do Banco do Brasil, na forma da Lei 13.303/16; • avaliar relatórios sobre as atividades desenvolvidas pela área de integridade, de que trata o Decreto 8.945/2016; • avaliar relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratam de indícios de ilicitude relacionados às atividades da instituição; • avaliar relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratam dos sistemas de conformidade e controle interno; • avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

	<ul style="list-style-type: none"> comunicar ao Conselho de Administração e ao Banco Central as evidências de erro ou fraude representadas por inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da instituição.
Comitê de Riscos e de Capital (Coris)	<ul style="list-style-type: none"> assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital; supervisionar a observância, pela Diretoria Executiva do Banco, dos termos da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos; avaliar propostas de criação e revisão de políticas estratégicas relacionadas à gestão de riscos e de capital; supervisionar o cumprimento das políticas e estratégias relacionadas à gestão de riscos e de capital; avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital; avaliar e reportar ao Conselho de Administração relatórios que tratem de processos de gestão de riscos e de capital.

Comitê Estratégico	Principais Finalidades
Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC)	<ul style="list-style-type: none"> aprovar estratégias para gestão de riscos; aprovar limites globais de exposição à riscos; aprovar estratégias para gestão dos ativos, passivos e liquidez e gerenciamento de capital; aprovar diretrizes para atuação da tesouraria, observados os limites globais de riscos; aprovar diretrizes para a gestão de <i>funding</i> e exigibilidades; aprovar estratégias, diretrizes e medidas destinadas à correção das deficiências identificadas no sistema de controles internos; manifestar-se sobre a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos.

Fóruns	Principais Finalidades
Fórum de Capital	<ul style="list-style-type: none"> assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) com análises técnicas sobre temas relativos ao processo de gerenciamento de capital, ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) e ao Plano de Capital; analisar o comportamento da exigência de capital com base no regime de consolidação estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen); analisar os testes de estresse aplicados aos indicadores de capital.
Fórum de Cenários	<ul style="list-style-type: none"> analisar os cenários corporativos e sua integração com a estratégia, o orçamento e os riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado; promover a unicidade e a sinergia na aplicação dos cenários macroeconômicos, inclusive em relação aos testes de estresse; assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) nas deliberações que demandam análise das premissas e variáveis constantes dos cenários macroeconômicos.
Fórum PCLD	<ul style="list-style-type: none"> identificar incorreções na classificação de risco das operações; propor ações proativas que possam evitar variações indevidas na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e corrigir inconsistências na classificação de risco das operações; identificar origem, evolução e tendência da PCLD e da utilização de provisão (perdas).
Fórum de Risco de Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> promover a avaliação da situação da liquidez e recomendação da adoção de Medidas Prudenciais de Risco de Liquidez (MPRL), quando necessário.

Seção 5 - Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

<p>Fórum Técnico de Avaliação, Monitoramento e Validação de Modelos Aplicados à Gestão de Riscos (FTMGR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • analisar as propostas de definição ou de alteração de modelos, metodologias, técnicas, indicadores, métricas, critérios e parâmetros aplicados à gestão de riscos; • assessorar as deliberações do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) com relação aos modelos, metodologias, técnicas, indicadores, métricas, critérios e parâmetros aplicados à gestão de riscos; • promover a integração e o alinhamento das ações desenvolvidas pelas áreas integrantes do Fórum, no que se refere aos aspectos técnicos e aos impactos dos modelos analisados.
<p>Fórum de Controles Internos e Gestão de Riscos nas ELBB e Rede Externa (FCIGRE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • promover discussões sobre modelos e metodologias de controles internos nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) e na Rede Externa; • promover discussões sobre riscos relevantes identificados e sobre controles internos implementados nas ELBB e na Rede Externa; • integrar as ações desenvolvidas pelas áreas de controles internos e de gestão de riscos no que se refere às ELBB e Rede Externa.
<p>Fórum Teste de Estresse</p>	<ul style="list-style-type: none"> • analisar a influência dos cenários sistêmicos e idiossincráticos nas simulações de testes de estresse individuais dos riscos e no teste de estresse integrado (TEI); • analisar os resultados dos testes de estresse aplicados aos negócios, aos riscos e aos indicadores de capital; • assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) nas deliberações que envolvam os resultados dos testes de estresse no processo de gerenciamento de capital, Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), Plano de Capital e Plano de Recuperação.
<p>Fórum de Avaliação da Perda Permanente para a carteira TVM</p>	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar ativos classificados ou qualificáveis como ativos problemáticos; • avaliar propostas de inclusão; • analisar os resultados dos testes de estresse aplicados aos negócios, aos riscos e aos indicadores de capital; • assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) nas deliberações que envolvam os resultados dos testes de estresse no processo de gerenciamento de capital, Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), Plano de Capital e Plano de Recuperação.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos normatizadas na Resolução CMN 4.557/17, o CA indicou o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o responsável pelo gerenciamento de risco (CRO, *Chief Risk Officer*) do Conglomerado.

A gestão do capital do Banco do Brasil consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes, para suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador e para alcançar os objetivos estratégicos e orçamentários, definidos internamente, com objetivo de otimizar a alocação de capital.

O processo de gerenciamento integrado de riscos e capital é realizado com base no apetite a riscos, no plano de capital e nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco, permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança da instituição, compreendendo o Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e os Fóruns.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco é composta pelo Comitê Estratégico, pelas Diretorias de Contadoria, de Controladoria, de Finanças, de Gestão de Riscos e pelos fóruns. O Conselho de Administração indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Banco Central do Brasil.

As áreas definidas na estrutura de gerenciamento de capital respondem individualmente ou em conjunto pela(o):

- identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- avaliação do capital necessário para suportar os riscos;
- projeção dos indicadores de risco e de capital;
- apuração do Capital Principal, do Capital Nível 1 e do Patrimônio de Referência;
- elaboração do plano de capital e do plano de contingência;
- avaliação de fontes de capital e recomposição de capital;

- elaboração do plano de recuperação;
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP);
- testes de estresse;
- reportes gerenciais;
- Política Específica de Gerenciamento de Capital; e
- Política Específica de Remuneração aos Acionistas.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco do Brasil permite o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Com isso, o Banco do Brasil adota postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) é a área do Banco do Brasil responsável pelo gerenciamento global dos riscos, exceto Risco de Conformidade (*Compliance*), que está sob a gestão da Diretoria de Controles Internos (Dicoi).

A Dicoi também responde pela avaliação e certificação de controles, validação dos modelos de gestão de riscos, avaliação do sistema de controles internos, identificação, avaliação e mitigação do risco operacional nos processos, produtos e serviços do Banco.

A Auditoria Interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

Indicação da periodicidade dos treinamentos de empregados sobre Código de Conduta ou integridade realizados no exercício social anterior, bem como o índice de participação, além de informar a periodicidade prevista para treinamentos no exercício social em curso

O Código de Ética é atualizado a cada 3 anos, ou extraordinariamente, a qualquer tempo. Anualmente, os funcionários, estagiários e aprendizes são orientados a realizar a leitura e registrar a ciência eletrônica do Código de Ética. Ao final da campanha de adesão de 2019, 99,05% dos funcionários haviam realizado tal procedimento.

O Banco do Brasil disponibiliza treinamentos sobre o Código de Ética e assuntos correlatos a todos os funcionários por meio da Trilha Ética, disponível no Portal UniBB (Universidade Corporativa do Banco do Brasil). A Trilha Ética agrega cursos que suscitam a reflexão acerca dos valores éticos e morais na vida pessoal e profissional dos funcionários. O Banco do Brasil avalia anualmente a necessidade de criação de novos cursos para compor a Trilha Ética. A seguir a relação dos cursos, com a quantidade total de usuários (da UniBB) que os realizaram e o percentual do total de funcionários capacitados até 31 de dezembro de 2019:

Total de funcionários em Dez/19: 93.190.

Curso	Conclusões em 2019	Conclusões Total	% do Total de Funcionários
Roda Viva BB: Reflexões sobre a Ética no ambiente bancário	0	95.824	98,90%
Ser Ético é BOMPRATODOS – Módulo I	1.247	92.766	98,07%
Ser Ético é BOMPRATODOS – Módulo II	1.344	92.316	97,47%
Sapiência Ética com Mário Sérgio Cortella	0	96.889	100,00%
Pensando fora da caixa: Liderança e Relacionamento	1.120	92.465	97,90%
Pensando fora da caixa: Gestão e Liderança	1.188	92.488	97,79%
Pensando fora da caixa: Gestão e Mudança	1.332	91.759	96,87%
Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual	1.432	91.506	96,49%
Prevenção e Combate à Corrupção	3.876	57.365	57,01%
Conhecendo o Código de Ética e as Normas de Conduta	3.430	58.767	59,00%
O Banco do Brasil cuida de Valores	6.433	54.454	50,97%

Seção 5 - Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Sinapse Programa de Gestão da Ética no Banco do Brasil	0	30.491	31,47%
Equidade de Gênero: uma questão cultural?	0	95.824	98,90%

Em 2017, o Banco adicionou novos cursos à Trilha Ética: “Prevenção e Combate à Corrupção”, “O Banco do Brasil cuida de Valores” e “Conhecendo o Código de Ética e as Normas de Conduta”.

No ano seguinte, o Banco realizou as seguintes ações:

- atualizou a Trilha de Ética com o acréscimo da “Cartilha Orientações para uso das Mídias Sociais”;
- publicou uma série de videoaulas denominada “Empresa e a Prevenção à Corrupção”, com o objetivo de identificar elementos que compõe os diversos aspectos de integridade nas empresas e mecanismos para fortalecê-los dentro da cultura corporativa.
- lançou na Rádio UniBB, disponível para todos os funcionários, um podcast sobre “Segurança Institucional”, em que especialistas da área falavam sobre o tratamento de denúncias anticorrupção no Banco do Brasil e a importância de conhecer e utilizar os canais de denúncias;
- lançou o treinamento “Alta Administração em Foco”, destinado aos administradores (membros dos órgãos de governança – Conselho de Administração e seu comitê de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva), com o objetivo identificar os implicadores éticos e legais no exercício da gestão pela administração do Banco do Brasil;
- realizou em Brasília evento de capacitação no encontro de lideranças do Banco do Brasil, que contou com a participação de especialista da área e mais de dois mil funcionários.

Quanto a periodicidade, os cursos estão acessíveis para realização a qualquer momento (*site* e *App*), através da plataforma da Universidade Corporativa do Banco do Brasil – UniBB.

Para o exercício social 2020 a projeção de incremento de realização dos cursos da Trilha Ética é:

Curso	Conclusões em 2020 (previsão)	% do Total de Funcionários
Ser Ético é BOMPRATODOS – Módulo I	178	0,19
Ser Ético é BOMPRATODOS – Módulo II	403	0,43
Pensando fora da caixa: Liderança e Relacionamento	329	0,35
Pensando fora da caixa: Gestão e Liderança	317	0,34
Pensando fora da caixa: Gestão e Mudança	682	0,73
Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual	808	0,87
Prevenção e Combate à Corrupção	3.576	3,84
Conhecendo o Código de Ética e as Normas de Conduta	3.436	3,69
O Banco do Brasil cuida de Valores	3.867	4,15
Total	13.596	14,59

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A adoção do Modelo Referencial de Linhas de Defesa - MRLD auxilia no atingimento dos objetivos estratégicos, à medida que reforça as competências e responsabilidades de todo o Banco dentro da estrutura de gestão de riscos e controles. O Modelo promove maior inter-relação entre negócios, gestão de riscos, controles e auditoria, buscando a mitigação dos riscos, redução de perdas, melhoria dos processos, sustentabilidade e, por consequência, melhores resultados financeiros. A atuação mais integrada entre as linhas de defesa favorece a consolidação de um sistema de controles internos robusto, proporcionando ambiente adequado e seguro à execução dos negócios.

A abordagem é uma forma eficaz para melhorar a comunicação e a conscientização sobre os papéis e as responsabilidades essenciais de gerenciamento de riscos e controles, caracterizando-se assim na definição das três linhas de defesa.

As responsabilidades de cada linha de defesa estão claramente estabelecidas, divulgadas e pressupõem uma atuação integrada e coordenada dos recursos.

As áreas que desenvolvem e comercializam os produtos e serviços compõem a Primeira Linha de Defesa e sua atuação implica identificar e avaliar os riscos associados aos processos, produtos ou serviços do Banco, bem como implementar, executar e monitorar controles que mitiguem esses riscos.

Já a Segunda Linha de Defesa corresponde às funções corporativas típicas de gestão de riscos, controles internos e conformidade, bem como pelos processos desenvolvidos pelas funções de organização, segurança e jurídico, que auxiliam na mitigação dos riscos incorridos na Primeira Linha de Defesa.

Em sua atuação como Segunda Linha de Defesa, a Diretoria de Controles Internos é responsável pela avaliação consolidada da adequação e eficácia dos controles internos do Banco e de suas participações, incluindo a efetividade do MRLD, pelo *compliance* e pela validação dos modelos de gestão de riscos e de gerenciamento de capital. Os resultados dos trabalhos da Diretoria são reportados periodicamente à governança do Banco.

Por fim, a Auditoria Interna é responsável pela Terceira Linha de Defesa e possui a função de avaliar a efetividade de todo o ciclo de gerenciamento de riscos e controles da organização, atuando com autonomia e independência na avaliação do Sistema de Controles Internos do Banco do Brasil.

Avaliação realizada pela Auditoria Interna evidenciou que a estrutura organizacional e o orçamento disponibilizado para as funções que compõem a Segunda Linha de Defesa estão adequadas às atividades e ao porte do Banco do Brasil, tendo como referência o ano de 2019.

A atuação integrada dessas funções objetiva criar visão ampla dos riscos e controles e obter sinergia entre as ações voltadas para mitigação dos diversos riscos que o Banco está exposto.

Indicação do número de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou integridade recebidas pela companhia no exercício social anterior, com a indicação, ainda, dos aperfeiçoamentos que foram realizados em decorrência dessas denúncias no exercício anterior e os que serão implantados no exercício em curso.

Em 2019, foram recebidas por meio dos canais da Ouvidoria Interna do Banco do Brasil (*e-mail*, intranet, carta ou via sindicatos) 1.437 denúncias relativas a eventuais violações ao Código de Ética, conforme tabela a seguir:

Procedência	Total
Com Acordo	149
Em Estudo	9
Encaminhado para Apuração	723
Feedback	329
Improcedente	86
Improcedente com Feedback	4
Ind. Assédio Sexual - Encaminhado Auditoria	4
Prejudicado	37
Procedente	68
Sem Acordo	28
Total Geral	1437

Deste total de ocorrências, ainda se encontram em fase de condução 9 casos. Dos processos já encerrados, 68 foram consideradas procedentes, resultando em medidas administrativas (*feedback*, orientação, plano de ação, período de observação, aprimoramento de processos e outras) e outros 149, conduzidos como mediações de conflitos, resultaram em acordo entre as partes.

Além disso, foram recebidas 723 denúncias relativas a supostas irregularidades, das quais resultaram a aplicação de 261 sanções disciplinares (advertências, suspensões, destituições, demissões e outras).

Em decorrência de denúncias recebidas, foram emitidas recomendações aos gestores para aperfeiçoamento de normas, fluxos operacionais, políticas e processos, resultando em melhoria das

práticas de gestão de pessoas, negócios e processos, mitigação de riscos e identificação de oportunidades de inovação, com foco na melhoria da experiência dos diversos públicos de relacionamento do Banco do Brasil.

No âmbito da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), foram concluídas em 2019 as apurações de 87 denúncias, sendo nove consideradas procedentes e 78 improcedentes, outras 38 estão “em andamento”. Em relação aos processos de investigação preliminar instaurados, cinco foram concluídos como procedentes, 21 improcedentes e nove estão “em andamento”. Em relação aos processos administrativos de responsabilização, um foi considerado procedente, sete foram considerados improcedentes e nove estão “em andamento”.

Destaca-se as seguintes iniciativas, concluídas em 2019, relacionadas à promoção da integridade e da transparência e ao combate à corrupção e aperfeiçoamentos no processo de prevenção e combate à corrupção:

- Premiação Selo Empresa Pró-Ética, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos, que consiste em fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que se mostram comprometidas em implementar ações voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude;
- Realização de Ação de endomarketing, denominada Game Integridade, com objetivo de incentivar os funcionários a indicarem falhas e fragilidades em processos que tenham potencial de viabilizar a ocorrência de corrupção, fraude ou lavagem de dinheiro;
- Conclusão do Ciclo 2018/2019 da avaliação do risco de integridade, considerando a base de processos corporativos, conforme aprovado na revisão do Programa de Integridade;
- Capacitação de mais de 60 mil funcionários no curso “Prevenção e Combate à Corrupção”, habilitando-os à identificação de situações ou negócios que configurem indícios de corrupção, em conformidade com as exigências legais, e orientando-os a usar o devido canal de comunicação para o reporte de situações suspeitas ou que caracterizem ilícitos;
- Capacitação de mais de 2 mil funcionários no curso “Empresas e a Prevenção à Corrupção”, elaborado em parceria com a *Alliance for Integrity*, contemplando situações do cotidiano em que se apresentam riscos de integridade, visando habilitar o funcionário a atuar como agente que aplica as medidas de integridade em seu cotidiano;
- Capacitação de membros da Comissão de Investigação Preliminar ao Processo Administrativo de Responsabilização – Coinp e Comissão para Condução do Processo Administrativo de Responsabilização – Copar no “Curso de Responsabilidade da Pessoa Jurídica, Lei Anticorrupção e Compliance”, na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- Ampla divulgação do tema integridade para o público interno, visando reforçar a cultura de integridade na instituição;
- Disponibilização de *podcasts*, na Rádio UniBB, relativos ao tema integridade;
- Monitoramento de sites de notícias com o objetivo de verificar Pessoas Jurídicas envolvidas em crimes relacionados à corrupção e/ou lavagem de dinheiro, para registro de devida anotação cadastral, para que as situações sejam ponderadas pela área competente, previamente à realização de negócios;
- Monitoramento periódico do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e do *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), para subsidiar análise da manutenção da relação negocial do Banco com as empresas punidas por corrupção;
- Monitoramento de processos que possibilitam a identificação de fatos passíveis de tratamento pela Lei 12.846/2013, a exemplo de processos disciplinares e processos administrativos relacionados à área de licitações e contratos;
- Revisão do curso Prevenção e Combate à Corrupção, disponível no Portal UniBB;
- Aprimoramento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), alinhando-o aos Guias de melhores práticas publicados pela Controladoria-Geral da União;
- Elaboração do Plano Anual de Comunicação em Integridade;
- Emissão de orientações específicas para a condução do Processo de Prevenção e Combate à Corrupção nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB).

Destacamos, a seguir, os aperfeiçoamentos realizados em decorrência do recebimento de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou Integridade:

- Em 2019, realizada a contratação de consultor externo com a finalidade de aprimorarmos o Código de Ética. Foi elaborado novo modelo do documento, mais didático, claro e acessível aos colaboradores, e desenvolvido com formatação mais moderna (no modelo de revista/cartilha digital).
- Com a finalidade de dar conhecimento aos funcionários sobre as denúncias de desvios comportamentais recebidas e soluções aplicadas, o Banco do Brasil encaminha aos funcionários, trimestralmente, o “Boletim Trimestral da Ética”. Este informe contém a quantidade de demandas recebidas, como se deu sua condução e o resultado de sua apuração. Tal procedimento visa conscientizar o corpo funcional sobre os desvios recorrentes e suas consequências. Neste Boletim também constam as quantidades de consultas sobre Conflito de Interesses e seus resultados. As consultas são recebidas pelo Banco a partir de registros feitos pelos funcionários no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), disponível no Portal de Consultas da Controladoria-Geral da União.
- No decorrer de 2019, o Banco identificou a necessidade de orientar o corpo funcional sobre as formas de comunicação interna. Observamos que nos diversos canais internos de comunicação do Banco do Brasil, havia utilização de linguagens que suscitavam conflitos e impasses, acarretando, inclusive, denúncias à Ouvidoria Interna do BB. Diante de tal situação, o Comitê Executivo de Ética e Disciplina deliberou sobre a adoção de ações estratégicas para adequar a condução e uso dos meios de comunicação internos à luz da ética corporativa. As ações relacionadas à comunicação interna foram reconhecidas por meio da premiação Melhores Ouvidorias do Brasil, promovida pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (Abrarec).
- A atuação dos Comitês de Ética do Banco vem sendo reforçada desde 2017 e, de forma mais significativa, em 2018 e 2019, quando as decisões sobre desvios éticos, que eram tratadas no âmbito da Ouvidoria Interna, passaram a ser delegadas a esses colegiados. Atualmente, os processos conduzidos pela Ouvidoria Interna são remetidos aos Comitês, que deliberam sobre as melhores soluções a serem aplicadas aos envolvidos nas denúncias. Além de ser uma forma de tornar os Comitês mais atuantes e representativos, a condução do processo torna-se mais imparcial, neutra e confiável, dada a segregação das ações.
- No sentido de promover constantes melhorias na condução e solução de processos que envolvem desvios éticos, o Banco do Brasil desenvolveu em 2019 novas possibilidades de solução. Inicialmente, todas as demandas consideradas procedentes implicavam impedimento do envolvido na participação em processos de ascensão, premiação e reconhecimentos, ainda que tratassem de desvios leves. Foram criadas novas soluções, dentre as quais, uma solução mais branda, que não envolve impedimento ou registro no histórico funcional do envolvido. Dependendo da gravidade do comportamento avaliado as soluções podem ser:
 - **Solução 1:** *feedback*, plano de ação, sem impedimento, 6 meses de observação e sem registro no Cadastro de Ocorrências Disciplinares do Funcionário (ODI); ou
 - **Solução 2:** *feedback*, plano de ação, impedimento de 3 meses em processos de ascensão, premiação e reconhecimentos e 6 meses de observação, sem impacto no PDG; ou
 - **Solução 3:** *feedback*, plano de ação, impedimento de 6 meses em processos de ascensão, premiação e reconhecimentos e 12 meses de observação; ou
 - **Solução 4:** *feedback*, plano de ação, impedimento de 9 meses em processos de ascensão, premiação e reconhecimentos e 18 meses de observação; ou
 - **Solução 5:** *feedback*, plano de ação, impedimento de 12 meses em processos de ascensão, premiação e reconhecimentos e 24 meses de observação.
- O Banco do Brasil possui em sua Universidade Corporativa – UniBB – uma série de trilhas de conhecimento e, dentre elas, a Trilha Ética. Após identificados alguns conteúdos que necessitavam de atualizações, em 2019 foi iniciada a revisão dos cursos da trilha, com a inclusão/atualização de novos conteúdos e desenvolvimento de novos recursos para tornar os temas mais interessantes e acessíveis. A realização dos cursos da Trilha Ética gera aos funcionários uma pontuação para a participação em processos seletivos internos e programas de reconhecimento do Banco do Brasil.
- O Banco do Brasil é signatário no Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. Nas reuniões e seminários realizados no decorrer de 2018 e 2019, a prática da Mediação Restaurativa, desenvolvida pelo Banco do Brasil, foi divulgada e disseminada entre os membros do fórum. Considerando a visibilidade dessa boa prática e seu alto índice de sucesso, as demais empresas do Fórum demandaram o Banco para obter treinamentos ou benchmarking sobre a metodologia.

Assim, o Banco do Brasil vem realizando o treinamento Mediação: Práticas Restaurativas para os participantes do Fórum de Ética das Empresas Estatais.

- Em 2019 foi implementado o Círculo Restaurativo, uma nova metodologia de condução pela Ouvidoria Interna. À luz das práticas restaurativas e partindo dos mesmos pressupostos da Mediação Restaurativa, o Círculo busca restabelecer o diálogo e a qualidade das relações, através da criação de um espaço de escuta empática entre os funcionários e do estímulo à conscientização de autorresponsabilidade de todos os envolvidos. A prática trata conflitos interpessoais entre três ou mais pessoas, com foco prospectivo, visando restabelecer um bom clima organizacional e mitigar o agravamento das situações de conflito, as quais impactam na produtividade, nos índices de absenteísmo, além de ser um meio de atenuar os riscos de judicialização de questões trabalhistas.
- Em outubro de 2019 foi divulgado o Boletim Trimestral da Ética referente às ocorrências do 3º trimestre (julho a setembro), contendo a quantidade de demandas recebidas, conduções utilizadas e resultados das apurações. Este procedimento visa conscientizar o corpo funcional sobre os desvios recorrentes e suas consequências.
- Elaboração do novo Código de Ética, contando com a anuência formal e por escrito de toda Alta Administração do Banco (Presidente, Membros do Conselho Diretor e do Conselho de Administração), como forma de reforçar a importância do referido documento.
- Em 2019, o Banco do Brasil participou de 12 reuniões do Fórum de Ética das Empresas Estatais:
 - 11/01/2019 – INB – Rio de Janeiro/RJ
 - 15/02/2019 – BNDES – Rio de Janeiro/RJ
 - 15/03/2019 – BNB – Fortaleza/CE
 - 12/04/2019 – Correios – Brasília/DF
 - 23 e 24/05/2019 – Eletrosul – Florianópolis/SC
 - 17/06/2019 – Eletronorte – Brasília/DF
 - 12/07/2019 – Finep – Rio de Janeiro/RJ
 - 16/08/2019 – Nuclep – Rio de Janeiro/RJ
 - 13/09/2019 – Valec – Brasília/DF
 - 25/10/2019 – Dataprev – Brasília/DF
 - 08/11/2019 – Chesf – Recife/PE
 - 06/12/2019 – Eletrobrás – Rio de Janeiro/RJ

Informar se a companhia possui algum tipo de política de gerenciamento de risco de fraude. Caso positivo: (i) informar como os riscos de fraude são identificados; (ii) o que é feito para melhor preveni-los ou, ao menos, detectá-los o mais cedo possível; e (iii) que processos estão em curso para investigar fraudes e adotar as medidas corretivas. Caso negativo, informar o motivo de a Companhia entender não ser necessário adotar uma política formal de detecção e prevenção de fraudes.

O Banco do Brasil não declara política específica de gerenciamento de risco de fraude, porém mantém procedimentos de prevenção à ocorrência de fraudes, devidamente registrados e alinhados com a Política Específica de Risco Operacional.

A Diretoria Segurança Institucional - Disin é a responsável pela prospecção e desenvolvimento de estratégias e procedimentos para a prevenção e combate as ocorrências de fraude. A Disin define ações proativas e reativas para o enfrentamento às fraudes.

Dentre as ações proativas, são desenvolvidas soluções estruturadas e métodos de identificação com a utilização de modelos estatísticos transacionais e comportamentais, para criação e melhoria na performance de critérios das regras de alertas de monitoramento de fraudes. Ainda de forma complementar, possui integrados aos seus sistemas, soluções especializadas externas, referenciadas como melhores práticas do mercado para identificação desses alertas.

Cada alerta gera uma ficha em sistema que é direcionada e tratada por uma equipe dedicada, com script e treinamento específico, para dar o encaminhamento adequado a cada ocorrência.

Todas as ocorrências de contestações de fraudes são registradas em sistemas e ferramentas internas do Banco e analisadas por equipe de especialistas. As informações são agrupadas por tipo de ocorrência, que são utilizadas para identificar as fragilidades, ameaças e vulnerabilidades que servem

de elementos para a implementação de medidas corretivas antifraude eficazes, que retroalimentam o sistema.

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o Banco do Brasil possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o Banco do Brasil não adotou uma política

O Banco possui as políticas de riscos de mercado e de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, em 12 de fevereiro de 2020.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

O Banco do Brasil considera como riscos de mercado, aos quais está sujeito, os seguintes fatores:

1. taxa de juros;
2. taxa de câmbio;
3. preço de ações; e
4. preço de mercadorias (*commodities*).

O risco de exposição à taxa de juros (item "1") engloba os riscos de flutuações nas taxas prefixadas de juros, de cupons de moedas estrangeiras, de cupons de índices de preços e de cupons de outras taxas de juros. O risco de exposição à taxa de câmbio (item "2") é o risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado; o risco de exposição a preço de ações (item "3") é o risco da variação dos preços de ações praticados no mercado; e o risco de exposição a preço de mercadorias (*commodities*) (item "4") é o risco da variação dos preços de mercadorias no mercado.

O Banco gerencia a exposição ao risco cambial de forma a minimizar os seus efeitos sobre o resultado.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A política de gerenciamento de riscos de mercado do Banco tem por objetivos o mapeamento, o controle e a mitigação dos riscos e descasamentos apurados. Neste contexto, a Diretoria de Gestão de Riscos é responsável pelo mapeamento e apuração dos riscos de mercado e dos descasamentos de prazos, moeda e indexadores identificados entre as posições ativas e passivas do Banco. A partir deste levantamento, a Diretoria de Gestão de Riscos informa à Diretoria de Finanças os limites corporativos estabelecidos e os valores calculados.

A Diretoria de Finanças, por meio da Gerência Gestão da Estrutura de Capital e de Descasamentos de Ativos e Passivos, é responsável pela gestão dos descasamentos apurados e, para tal, analisa as informações recebidas juntamente com a conjuntura econômica corrente e a utilização de cenários, sugerindo direcionamentos estratégicos e eventuais proteções (*hedges*) que se fizerem necessárias.

O Banco adota a estratégia de *hedge* fiscal com o objetivo de reduzir a volatilidade do resultado após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento de posições próprias e para atendimento de necessidades de seus clientes. As operações com instrumentos financeiros derivativos utilizadas com o objetivo de compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros, considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), são segregadas daquelas não destinadas a *hedge*, ambas com limites e objetivos próprios.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a *hedge* são classificadas de acordo com a natureza em:

Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a relação risco e retorno e considerando o cenário econômico, sendo os principais:

1. Contratos futuros e opções de taxas de juros, *commodities*, índices, ações e de câmbio negociados na B3;
2. Contratos futuros de câmbio e *commodities* negociados na Chicago Mercantile e Exchange Group (CME);
3. Contratos futuros de *commodities* negociados na Bolsa de NYBOT/ICE;
4. Contratos a Termo de Moeda – *Non-Deliverable Forward (NDF)*; e
5. Contratos de swap de taxas de juros e taxas de câmbio.

Relativamente ao risco cambial, o Banco adotou, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.641, de 04/03/2013, a estratégia de assumir posição vendida em moeda estrangeira, via ingresso de recursos externos, em razão dos efeitos tributários decorrentes de variações cambiais incidentes sobre os seus investimentos no exterior.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O Banco utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

1. Valor em Risco (VaR);
2. Análise de Sensibilidades; e
3. Teste de Estresse.

O gerenciamento das exposições aos fatores de risco de mercado é realizado por meio do monitoramento do valor líquido das exposições, já considerado o *hedge* das posições próprias e a verificação do enquadramento dessas exposições aos limites aprovados na Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Valor em Risco (VaR)

O *VaR* é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Para mensuração do *VaR*, o Banco do Brasil adota a técnica de Simulação Histórica e os seguintes parâmetros:

1. 99% de intervalo de confiança unicaudal;
2. 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e
3. horizonte temporal de 10 dias úteis.

O desempenho da métrica de *VaR* é avaliado periodicamente mediante a aplicação de processo de *backtesting*, executado mensalmente e cujo objetivo é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de *VaR*.

Análise de Sensibilidades

Por meio das métricas de sensibilidade, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

A Análise de Sensibilidades utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes, avaliando o impacto da flutuação de um único fator de risco de mercado por vez, mediante a aplicação de choques positivos e negativos (de 0% a 100%) nos fatores de riscos.

Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Testes de Estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Por meio dos Testes de Estresse, objetiva-se dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência, nos requerimentos de capital regulatório e econômico. Os Testes de Estresse abrangem simulações das exposições, tanto de caráter retrospectivas, baseadas em séries históricas de choques nos fatores de riscos de mercado, quando de caráter prospectivas, baseadas em projeções de cenários econômico-financeiros.

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado, ou de maiores perdas do Banco, considerando os seguintes parâmetros:

1. Métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
2. Extensão da série histórica: de 04/01/2000 até a data-base;
3. Período de manutenção (*holding period*): um mês (21 dias úteis); e
4. Periodicidade do teste: mensal.

O método do teste prospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições sujeitas aos fatores de riscos subjacentes à exigência de capital para cobertura de riscos de mercado, mediante a aplicação de choques nos fatores de riscos de mercado, estimados a partir de cenários de estresse gerados pela Diretoria Estratégia e Organização e pela Diretoria de Finanças, considerando os seguintes parâmetros:

1. Métricas: maiores perdas e maiores ganhos estimados para os retornos da carteira de negociação no período;
2. Extensão da série: prospecção para 21 dias úteis;
3. Período de manutenção (*holding period*): um mês (21 dias úteis); e
4. Periodicidade do teste: mensal.

Os testes prospectivos de estresse objetivam simular, de forma prospectiva, adversidades baseadas em características da carteira do Banco, da instituição e do ambiente macroeconômico, sob condições severas e plausíveis.

v. se o Banco do Brasil opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O Banco do Brasil também utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posições intencionais com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado, considerando os limites de risco de mercado previamente estabelecidos pelo Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Em conformidade com a Resolução nº 4.557, emitida pelo Conselho Monetário Nacional e publicada pelo Banco Central do Brasil em 23/02/2017, a estrutura de gerenciamento de risco, entre outros aspectos, tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar, mitigar e aprimorar o risco de mercado a que a instituição esteja sujeita de maneira relevante, considerando os riscos associados ao conglomerado prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas, por seus integrantes, ou das quais estes participem.

O Banco dispõe de estrutura para gerenciamento dos riscos de mercado representada pela Diretoria de Gestão de Riscos, que está compatível com as características das operações do Banco e segregada das unidades de negócios e da unidade de Auditoria Interna. Entre as responsabilidades da Diretoria

de Gestão de Riscos destacam-se: a proposição de políticas, diretrizes, metodologias e limites de risco de mercado do Conglomerado Prudencial.

Após avaliar a revisão de 2016 das políticas específicas, inclusive a que envolve o gerenciamento do risco de mercado, a Diretoria Executiva, por recomendação do Comitê de Auditoria, aprimorou, no primeiro trimestre de 2017, os normativos relacionados às políticas específicas de riscos, com o objetivo de torná-los mais claros e funcionais.

Em setembro/2017, no processo de revisão da política específica de risco de mercado, o Conselho de Administração aprovou sugestão do Coaud para incluir enunciado relacionado à utilização dos resultados do programa de testes de estresse, em conformidade à Resolução CMN 4.557/2017.

O Banco do Brasil segrega na estrutura organizacional as funções de decisão, de execução e de controle. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos está descrita no item 5.1.b.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna faz parte do Sistema de Controles Internos do Banco do Brasil, no qual atua como terceira linha de defesa. Realiza avaliação dos processos corporativos e presta consultoria, de forma independente e objetiva, visando ao aprimoramento da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles. Sua atuação contribui para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização.

A Auditoria Interna desenvolve suas atividades de maneira integrada e sinérgica, no País e no exterior, considerando a natureza e a complexidade do ambiente organizacional em que o Banco está inserido.

O processo de avaliação do gerenciamento de riscos de mercado abrange o conjunto de atividades relacionadas com a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos riscos decorrentes das flutuações nos preços e taxas de mercado vinculadas a posições detidas pelo Banco.

Essa avaliação é realizada anualmente por uma gerência de auditoria especializada. A configuração permite a integração de assuntos relacionados, a padronização de procedimentos, a economicidade de recursos e a realização de avaliações por equipe técnica especializada, contribuindo para melhor interlocução com os gestores e com as entidades reguladoras/supervisoras.

Eventuais vulnerabilidades identificadas nos trabalhos de auditoria são objeto de recomendações. As fragilidades e as respectivas recomendações emitidas são registradas em intranet corporativa, com vistas a assegurar tratamento efetivo e tempestivo pelas áreas responsáveis e dar transparência às informações.

Os relatórios de auditoria são direcionados aos gestores dos processos avaliados e encaminhados para o conhecimento dos seguintes representantes da governança interna: Conselho de Administração (CA), Conselho Fiscal (CF), Comitê de Auditoria (Coaud) e Comitê de Riscos e de Capital (Coris).

Diretoria de Controles Internos

Função de Compliance

Em 2016, visando ao aprimoramento do processo de gestão do Sistema de Controles Internos, o Conselho de Administração – CA aprovou a readequação organizacional da Diretoria de Controles Internos – Dicoi, reforçando as funções e subfunções de *compliance* na diretoria.

Em 2017, com o advento da Resolução CMN 4.595, o CA aprovou a revisão da Política Específica de Controles Internos e Conformidade (*Compliance*) do Banco do Brasil, estabelecendo novas diretrizes relacionadas ao gerenciamento do risco de conformidade (*compliance*), bem como o Programa de *Compliance* e do *framework* de gestão do risco de conformidade.

Em 2018 o *compliance* ganhou maior destaque e relevância na comunicação e nas rotinas da empresa, permeando os valores e a cultura organizacional nos seus diversos níveis, como uma prática permanente e cotidiana para todos os funcionários.

Em 2019, foi realizado diagnóstico dos pontos fortes em gestão de riscos, indicando aspectos para aprimoramento constante da função de *Compliance*. Houve foco no aprimoramento da estratégia de gestão e na disseminação da cultura de *compliance* desde os mais altos níveis estratégicos da Organização até os níveis transacionais. A maior aproximação da área de controles internos com os gestores e as agências, por meio do assessoramento na identificação e mitigação dos riscos em seus processos, também foi significativa para aperfeiçoar a gestão integrada de riscos.

Gestão do Risco de Conformidade (*Compliance*)

Em 2016, o Comitê Superior de Risco Global (CSRG), atualmente Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC), aprovou a inclusão do Risco de Conformidade (*Compliance*) no conjunto corporativo de riscos relevantes do Banco do Brasil.

Em 2017, o Conselho Diretor (CD) atribuiu a responsabilidade pela gestão do risco de conformidade à Dicoi, que assumiu novas responsabilidades e funções dedicadas ao tema *Compliance*.

Em 2018, o aprimoramento do *framework* do risco de conformidade, da Metodologia Integrada de Identificação e Avaliação de Riscos Operacionais, Riscos de Conformidade, Controles Internos, Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) e do Painel do Sistema de Controles, além da criação da *Trilha de Compliance*, Riscos e Controles na Universidade Corporativa BB (UniBB), proporcionaram maior assertividade na gestão do risco de conformidade, bem como alinhamento ao Programa de *Compliance*.

Ainda em 2018, foi implementado o indicador de conformidade para as Unidades Estratégicas, bem como foram desenvolvidas ações específicas para o Monitoramento Regulatório (acompanhamento permanente das normas legais e infralegais), com destaque para: normatização da responsabilidade do monitoramento regulatório; estabelecimento da seção Aderência Regulatória nas instruções normativas das Unidades Estratégicas; e, elaboração de formulários para orientar a prospecção, análise, acompanhamento e manutenção do repositório de normas.

Em 2019, foi realizada revisão da metodologia do risco de conformidade, permitindo mensuração mais acurada das perdas e avaliação mais precisa da criticidade dos eventos de risco. Foram implementados pontos de contato para atender as dúvidas de compliance, a criação de indicadores e a revisão da taxonomia de riscos.

O modelo de avaliação do risco de conformidade tem contribuído para adequada identificação da criticidade dos eventos e dos pontos de melhoria nos processos, bem como para o atingimento dos objetivos estratégicos.

Quanto ao Monitoramento Regulatório, desenvolveu-se, com o uso de inteligência artificial, ferramenta para a captura de exigências regulatórias. Além de permitir aos gestores a internalização de normas sob suas responsabilidades, a ferramenta serve de repositório para o acompanhamento dos planos de ação e admite a atribuição de interveniências.

Para formação da cultura organizacional e compromisso com a ética nas relações do Banco do Brasil e de seus colaboradores, são realizadas, periodicamente, ações de capacitação e disseminação, por meio de eventos que incluem seminários, *workshops*, conteúdos na intranet corporativa, agência de notícias e disponibilização de cursos da Trilha de *Compliance* na Universidade Corporativa BB – UniBB.

Programa de *Compliance*

O *compliance* é responsabilidade de todos os funcionários, estagiários, colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores da instituição, sem distinção da função exercida. Estar em *compliance* significa estar em conformidade com leis, regulamentos, normas, políticas e procedimentos, incorporando ainda, princípios de integridade, conduta ética e, também, de eficiência.

O Programa de *Compliance* do Banco é composto por 9 orientadores que se baseiam em princípios/normas internacionais (ISO 19600:2014), em recomendações da legislação internacional (*The Federal Sentencing Guidelines – Effective Compliance and Ethics Program*) e se apoiam em pilares que têm como objetivo prevenir, detectar e corrigir práticas inadequadas em atividades operacionais e negócios da instituição.

O Programa define a forma de atuação do *Compliance*, estando apoiado em pilares que têm como objetivo prevenir, detectar e corrigir práticas inadequadas em atividades operacionais e negócios do Banco. A cultura de controles internos e *compliance*, os princípios éticos e as boas práticas de governança corporativa são a base de sustentação desses pilares.

Foi aprovada Agenda de Compromissos do Programa de *Compliance* – ciclo 2019/2020 contemplando diversas ações decorrentes dos trabalhos de avaliação de riscos e controles e das ações estratégicas propostas para o ano de 2019.

A instituição mantém processo evolutivo de aprimoramento da conformidade e da integridade corporativa. Evidenciam essa tendência, a aprovação da nova Agenda de Compromissos, o apoio da Alta Administração incentivando a consulta de documentos relevantes para os temas *compliance* e ética e o fortalecimento da cultura tanto na Rede como na Sede.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura organizacional do Banco do Brasil possui atribuições definidas e governança estabelecida, com participação da Administração do Banco, o que a torna compatível com a complexidade dos produtos, com a natureza das operações e a dimensão da exposição a risco de mercado. Além disso, é segregada da área de negociação.

A estrutura mostra-se adequada para a implementação de políticas e realização das atividades referentes ao gerenciamento do risco de mercado, considerando-se a mesma aderente à regulação vigente e às melhores práticas de mercado.

O Banco possui processos e ferramentas que permitem o cumprimento de suas políticas de risco de mercado, tornam possíveis a identificação, avaliação, mensuração, monitoramento e controle das suas exposições, além de possibilitar o cumprimento das definições e demandas de reguladores e da Administração da instituição.

A Diretoria de Controles Internos tem como função validar os modelos priorizados em função de seu nível de criticidade, determinação regulatória, exposição a riscos ou sua relevância, sobre as perspectivas de documentação, premissas, bases de dados e uso na gestão.

Em 2019, foram validados modelos relacionados à gestão do risco de mercado, destacando-se os modelos de apuração do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM), Modelo Padronizado de Exigência de Capital para Risco de Mercado (DDR), Curvas, Testes de Estresse, VaR e VaR Estressado. Os modelos se mostraram gerenciados de forma adequada e com controles satisfatórios, possibilitando a mitigação dos fatores de risco relacionados ao tema.

Adicionalmente, foram promovidas alterações na gestão do risco de modelo, com mudanças no ciclo de vida dos modelos, que contribuíram para o aprimoramento da gestão de riscos, compatível com a dimensão e exposição do Banco, permitindo o alinhamento com as melhores práticas de mercado e os objetivos estratégicos.

Dessa forma, os processos e as ferramentas são considerados compatíveis com a natureza das operações do Banco, bem como com a complexidade de seus produtos e serviços e com a dimensão da exposição a risco de mercado, além de permitirem que seja feita uma gestão adequada desse risco.

5.3. Controles internos

Em relação aos controles adotados pelo Banco do Brasil para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração do Banco do Brasil é responsável por estabelecer, manter e aprimorar os controles internos, observando as políticas aprovadas pela Alta Administração e os procedimentos instituídos para assegurar que as Demonstrações Contábeis reflitam, com razoável grau de certeza, as operações ativas e passivas, as garantias prestadas, as posições detidas e custodiadas pelo Banco e a consolidação das demais empresas do Conglomerado.

Baseados no Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), esses controles são implementados pelas áreas de primeira e segunda linhas com o objetivo de assegurar a veracidade, a completude, a coerência e precisão das informações, além de prevenir ou detectar oportunamente a aquisição, o uso e a destinação não autorizada de bens e direitos pertencentes ao Banco.

Seguindo referenciais direcionadores reconhecidos pelo mercado, tais como o *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission (COSO 2013)*, *Framework for the Evaluation of Internal Control Systems (COSO 2017)* e *Framework for Enterprise Risk Management e Control Objectives for Information and Related Technology (CobiT)*, a Administração avaliou a efetividade dos controles internos relacionados com as Demonstrações Contábeis consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e concluiu que os controles são efetivos, não sendo encontrados descumprimentos relevantes de dispositivos legais e regulamentares a serem reportados.

Eventuais pontos de atenção foram encaminhados para avaliação e tratamento pelas áreas responsáveis, e são objeto de monitoramento permanente pela Governança do Banco, por meio dos Comitês Estratégicos, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Com base no Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), descrito no item 5.1.c, cabe às Unidades integrantes da Primeira Linha de Defesa a identificação dos riscos e a implementação de controles para o correto registro contábil, bem como o monitoramento das transações contábeis relacionadas aos seus processos, produtos ou serviços. Essas Unidades têm a atribuição de fornecer, tempestivamente, informações contábeis, assegurando sua veracidade, completude, coerência e precisão.

Como integrante da Primeira Linha de Defesa, cabe à Diretoria Contadoria a consolidação das informações e a elaboração das demonstrações contábeis, sendo de sua responsabilidade a disponibilidade, integridade, fidedignidade e conformidade das informações contábeis do Banco.

Adicionalmente, é de competência da Contadoria a normatização de documentos, parametrização de roteiros contábeis, registros e controles contábeis do Banco do Brasil e de suas subsidiárias integrais no país e no exterior.

Em sua atuação como Segunda Linha de Defesa, e dentro das atribuições de avaliação da efetividade do MRLD, cabe à Diretoria de Controles Internos a avaliação da adequação e eficácia dos controles necessários para assegurar a elaboração das Demonstrações Contábeis; do *compliance* das demonstrações com os normativos emitidos pelos órgãos reguladores; e o assessorando às Unidades de Primeira Linha de Defesa.

A avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos é encaminhada para conhecimento e aprovação do Conselho de Administração do Banco, para posterior disponibilização ao regulador.

Como integrante da Terceira Linha de Defesa, a Auditoria Interna é responsável por avaliar a efetividade de todo o ciclo de gerenciamento de riscos e controles do Banco, atuando com autonomia e independência na avaliação do Sistema de Controles Internos.

c. se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do Banco do Brasil, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria de Controles Internos (Dicoi) é responsável pela avaliação consolidada do Sistema de Controles Internos do Banco.

Essa avaliação é realizada em processos relevantes para o atingimento dos objetivos estratégicos do Banco, que são definidos a partir de aspectos quantitativos, qualitativos e regulatórios, revisados e aprovados anualmente pelo Comitê de Administração da Dicoi e com conhecimento das Unidades avaliadas.

As avaliações baseiam-se na identificação e avaliação dos riscos e controles, atribuindo-se nível de criticidade aos riscos, considerando a eficácia dos controles implementados e o impacto direto ou indireto decorrente de cada risco.

As deficiências identificadas são reportadas aos gestores e, dependendo da sua criticidade, podem gerar Recomendações Técnicas de Controles (RTC).

Além das RTC, a segunda e terceira linhas de defesa e os comitês estratégicos podem emitir outras recomendações, tais como: Recomendações Técnicas de Risco; Recomendações Técnicas de Segurança; acompanhamento das decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC; Conselho Diretor; Conselho de Administração; Recomendações de Auditoria; e Recomendações de Entidades Externas.

Todas as recomendações são acompanhadas pela Governança por meio do Painel do SCI, que tem como objetivo possibilitar o acompanhamento consolidado das deficiências identificadas na avaliação dos processos empresariais que são endereçadas às Unidades responsáveis.

Por fim, em atendimento à Resolução CMN nº. 2554/98, a Dicoi elabora o Relatório de Avaliação do Sistema de Controles Internos, emitindo um parecer conclusivo sobre a efetividade dos controles na mitigação dos riscos. Esse relatório é encaminhado para apreciação de comitês estratégicos e posterior aprovação pelo Conselho de Administração do Banco.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao Banco do Brasil pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conformidade com a Circular Bacen 3.467, de 14.09.2009, e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, a auditoria independente apresentou em março de 2020, o relatório

circunstanciado sobre os procedimentos contábeis, os controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, emitindo parecer sem ressalvas.

Como resultado dos procedimentos, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares a serem reportados.

Observações pontuais, destacadas pela auditoria independente, foram devidamente encaminhadas para avaliação e tratamento pelas áreas responsáveis, e são objeto de monitoramento permanente pela Governança do Banco, por meio dos Comitês Estratégicos, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com fundamento nas análises do relatório circunstanciado e nos trabalhos realizados pela área de Controles Internos, entendemos que não há deficiências significativas a ponto de gerar distorções relevantes sobre as Demonstrações Contábeis.

5.4. Mecanismos e procedimentos internos de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, o Banco do Brasil possui uma [Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção](#), aprovada pelo Conselho de Administração, que orienta a sua atuação e compõe a relação de políticas associadas ao gerenciamento do risco operacional da instituição.

Os principais procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, adotados pelo Banco do Brasil estão detalhados no [Programa de Integridade do Banco do Brasil](#), aprovado pelo Conselho de Administração, que é um documento público e apresenta as ações que a instituição adota com o objetivo de prevenir, detectar e remediar práticas de atos lesivos qualificáveis como corrupção, contra a administração pública, nacional ou estrangeira, praticado por um funcionário ou terceiro em seu interesse ou benefício; bem como o de prevenir, detectar e punir atos lesivos que possam ser tentados por pessoas jurídicas contra o Banco.

As medidas de integridade são aplicáveis à Alta Administração e a todos os funcionários, observam as exigências da legislação brasileira e das principais legislações estrangeiras de prevenção e combate à corrupção, servindo de referência para que todas as áreas da instituição mantenham seus processos, produtos e serviços em conformidade com a orientação dessas legislações.

Também voltado para a detecção e prevenção de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, o Banco do Brasil possui [Programa de Compliance](#), aprovado pelo Conselho de Administração, que é um instrumento de governança corporativa, composto por orientadores que pautam as atividades operacionais e as práticas de negócios do Banco, sustentados pelos pilares da prevenção, detecção e correção de desvios em relação às leis, às normas e ao Código de Ética.

O Banco do Brasil possui estrutura organizacional especializada e dedicada ao cumprimento das obrigações oriundas da regulamentação brasileira sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção.

A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Em seu artigo 5º, são listados os atos qualificáveis como lesivos à administração pública. O Decreto nº 8.420/2015 regulamenta a aplicação da Lei junto à administração pública federal, exigindo a atuação do Banco em duas frentes:

- Identificar e mitigar riscos relacionados a atos contra a administração pública, praticados por agente próprio ou terceiros, de interesse ou que beneficie o Banco, com ou sem o conhecimento ou consentimento de funcionário, administrador, dirigente, estatutário ou acionista do Banco; e
- Identificar e mitigar o risco de ocorrência de atos contra o patrimônio do Banco, praticados por agente ou representante de uma pessoa jurídica, de seu interesse ou benefício, bem como a implementação de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

A Diretoria Segurança Institucional (Disin), como gestora do processo de Prevenção e Combate à Corrupção, realiza o mapeamento e monitoramento dos processos que podem expor o Banco ao risco de corrupção com a finalidade de verificar a suficiência dos controles existentes e promover a permanente atualização do Programa de Integridade. Cabe a todas as unidades do Banco, além de garantir a aderência de seus processos e serviços aos padrões de integridade, atender as solicitações da Disin, de maneira tempestiva e completa, para que a mitigação do risco de integridade seja efetiva.

O Banco classifica seus processos, produtos e serviços em relação aos riscos de corrupção, nas situações de potencial autor e potencial vítima de ato lesivo, bem como define os procedimentos de integridade adequados à mitigação de tais riscos. Para a identificação do nível de risco de corrupção nos processos, produtos e serviços em muito alto, alto, médio, moderado, baixo e muito baixo, são considerados critérios relacionados ao impacto (discricionariedade da decisão do agente público, complexidade operacional, transparência do processo/produto/serviço, ambiente de negócio e pessoalidade e interações entre as pessoas jurídicas e a administração pública) e a probabilidade (resiliência, regulação/supervisão, reputação, intervenção hierárquica e orçamento/financeiro).

As unidades estratégicas gestoras devem implementar ou aprimorar controles, de acordo com o risco de integridade inerente aos processos, de forma a reduzir o nível de risco a limites pré-estabelecidos como aceitáveis.

Ainda, independentemente do processo de avaliação e tratamento de riscos, quando identificadas deficiências, fragilidades ou não conformidades nos processos, produtos e serviços do Banco, que possam viabilizar a ocorrência de atos de corrupção, é emitida Recomendação Técnica de Segurança (RTS) para a unidade estratégica gestora, para adoção de medidas e/ou procedimentos para prevenir, corrigir ou remediar a vulnerabilidade.

Anualmente, o Banco avalia o processo de prevenção e combate à corrupção nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) e, quando necessário, orienta a implantação de diretrizes e controles para mitigar o risco de contágio.

O Banco também realiza monitoramento do Portal da Transparência (CNEP) e de sites internacionais especializados, para verificação de clientes punidos pelo FCPA, *UK Bribery Act* e demais legislações estrangeiras anticorrupção. Quando é verificado que um cliente da instituição consta desses cadastros, são adotadas medidas para que as áreas de negócios tomem conhecimento do fato e adotem restrições julgadas oportunas.

Além disso, o Banco do Brasil também monitora sites de notícias para identificar pessoas envolvidas em crimes relacionados à corrupção e/ou lavagem de dinheiro e promove o registro de anotação cadastral, para que as situações sejam ponderadas pelas unidades, previamente à realização de negócios.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Conselho de Administração (CA) e o Conselho Diretor (CD) aprovam as macro diretrizes para o processo de prevenção e combate à corrupção, assim como os padrões de comportamento a serem adotados por todos os integrantes, com o objetivo de repudiar práticas de atos de corrupção, suborno, extorsão, propina, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e quaisquer outros ilícitos. Essas diretrizes e padrões de comportamento estão reunidos na Política Específica de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção (PLDFTC), disponível para todos os funcionários e para o público geral no Portal BB, em oito idiomas oficiais de países em que o Banco atua. A PLDFTC é revisada anualmente ou extraordinariamente, a qualquer tempo, e sua aprovação é de competência exclusiva do CA.

Ainda no âmbito da Alta Administração do Banco, o Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais (CEPI) tem entre suas competências decidir sobre medidas de prevenção e combate à corrupção. A deliberação sobre demandas relacionadas à prevenção e o combate à corrupção é uma das atribuições do CEPI, que discute e aprova as diretrizes para a gestão do processo

de prevenção e combate à corrupção, composto pelo Programa de Integridade BB e pelo Processo Administrativo de Responsabilização (PAR). O CEPI reúne-se bimestralmente, ou extraordinariamente, a qualquer tempo, e é composto pelos gestores (diretores ou gerentes gerais) de Unidades Estratégicas, todos integrantes da Alta Administração do Banco.

A gestão do processo de prevenção e combate à corrupção compete à Diretoria Segurança Institucional (Disin) e entre as suas atribuições, cabe auxiliar e orientar todas as áreas da instituição na implementação de políticas e procedimentos de integridade, assim como orientar as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) a manterem diretrizes e práticas alinhadas às do Banco.

Os processos que compõem o Programa de Integridade do Banco contam com a atuação de diversas unidades estratégicas do Banco, como por exemplo, a Diretoria Gestão da Cultura e de Pessoas, que é responsável pelo Programa Gestão da Ética; a Diretoria de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio, que é a gestora do processo de licitações e contratos no Banco; a Diretoria Contadoria, que é a gestora do processo contábil, entre outras, que promovem ações para mitigar o risco de corrupção em suas respectivas áreas de atuação.

A Disin exerce o papel de monitoramento e supervisão do Programa de Integridade, atuando como interlocutora e principal promotora do Programa no Banco, interligando de maneira sistêmica os processos, acompanhando a gestão desses processos, de acordo com o risco, prestando consultoria sobre o tema e disseminando a cultura de prevenção e combate à corrupção. A Disin tem no exercício de suas atribuições a prerrogativa de acesso para consulta a todos os arquivos, documentos, metodologias, bases de dados, sistemas de informação e transações eletrônicas, além de livre acesso a ambientes, equipamentos e softwares de propriedade ou de uso do Banco. Caso sejam identificadas deficiências, fragilidades ou não conformidades nos trabalhos, a Disin pode utilizar o instrumento Recomendação Técnica de Segurança (RTS), que insere na governança da instituição o acompanhamento sobre a remediação recomendada.

A Disin também orienta e acompanha o processo de prevenção e combate à corrupção nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) e nas dependências localizadas no exterior, prestando assessoramento na implementação e manutenção de suas respectivas políticas e programas de integridade. Os *compliance officers* de cada dependência do Banco com sede no exterior devem observar o Programa de Integridade do Banco do Brasil e a legislação local na elaboração de seus respectivos programas de integridade.

A Diretoria de Controles Internos (Dicoi) avalia os controles relacionados ao processo de Prevenção e Combate à Corrupção, notadamente no que tange ao Programa de Integridade. A partir da avaliação, a Dicoi pode emitir Recomendação Técnica de Controle (RTC) às unidades gestoras, com recomendações para adoção de medidas e/ou procedimentos para mitigar deficiências, fragilidades ou não conformidades identificadas em processos, produtos ou serviços e fortalecer a estrutura de controles internos no Banco.

No ciclo 2019, a Dicoi realizou avaliação do risco de conformidade do Programa de Integridade do Banco do Brasil e dos normativos internos vinculados ao tema Prevenção e Combate à Corrupção verificando sua aderência regulatória à legislação vigente (Lei Anticorrupção nº 12.846/2013) e melhores práticas adotadas pelas instituições financeiras (Normativo SARB 21/2019, emitido pela Federação Brasileira de Bancos – Febraban).

A Auditoria Interna (Audit) avalia regularmente os procedimentos e práticas voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública no âmbito do Processo Corporativo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e à Corrupção, apontando a necessidade de ações para aprimoramento dos controles e mitigação dos riscos envolvidos. Essas avaliações são realizadas de forma conclusiva, a cada dois anos, e com foco nos principais riscos relacionados ao processo.

A partir do resultado das avaliações dos mecanismos e procedimentos internos de integridade e de responsabilização são emitidas recomendações de auditoria, com registro na *intranet* corporativa, de forma a permitir o acompanhamento, assegurar o tratamento efetivo e tempestivo pelas áreas responsáveis e dar transparência às informações. O relatório de auditoria, com as conclusões das avaliações, é encaminhado ao gestor do processo para providências, e aos integrantes da Alta Administração para conhecimento.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética do Banco do Brasil é o instrumento de realização do propósito, visão e valores da instituição, apresenta os compromissos e diretrizes do Banco em relação ao seu público de relacionamento e à sociedade, e os deveres e comportamentos esperados no ambiente de trabalho. O Código de Ética é aplicado à Alta Administração – Conselheiros, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores, inclusive de empresas controladas; aos funcionários do Banco, no Brasil e no exterior; aos colaboradores – estagiários, aprendizes, dirigentes e empregados de empresas contratadas; e àqueles que estejam atuando ou prestando serviços em nome ou para o Banco do Brasil.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Anualmente, todos os funcionários, inclusive os membros da Alta Administração, devem ler e dar ciência do Código de Ética. A ciência dos funcionários é pré-requisito para a ascensão profissional e movimentação na empresa. O Código de Ética é atualizado a cada 3 anos, ou extraordinariamente, a qualquer tempo.

Desde 2017, está disponível o treinamento Alta Administração em Foco, destinado aos administradores (membros dos órgãos de governança – Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva), tendo como objetivo identificar os implicadores éticos e legais no exercício da gestão pela administração do Banco do Brasil.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O regulamento interno que define as soluções aplicáveis a funcionários envolvidos em irregularidades, as quais incluem a hipótese de violação ao código ou a outras normas relacionadas ao assunto é a Instrução Normativa nº 383 (IN 383), relativa ao Controle Disciplinar. Os procedimentos disciplinares podem resultar na aplicação de medidas administrativas, com caráter puramente educativo, ou de sanções disciplinares, com caráter educativo e restritivo de direitos. Ambas estão normatizadas na IN 383 e implicam em registro, via Sistema Corporativo, da ocorrência disciplinar no histórico do envolvido.

São medidas administrativas o Termo de Ciência (orientação formal ao envolvido sobre a forma correta de proceder em relação à irregularidade praticada) e a Responsabilização Pecuniária (desconto pecuniário, proporcional à perda financeira causada, limitado ao percentual de 25% dos proventos recebidos pelo envolvido à época da irregularidade). O Termo de Ciência pode ser aplicado cumulativamente com a pecúnia.

A seguir estão listadas as sanções disciplinares aplicáveis:

- **Advertência:** reprimenda formal, acompanhada de impedimento, por seis meses, para concorrência, participação em processos seletivos e exercício de função com remuneração bruta superior à exercida, além de período de observação de dois anos, durante o qual será considerado agravante o envolvimento em qualquer outra infração disciplinar. Pode ser aplicada cumulativamente com a Responsabilização Pecuniária;
- **Suspensão:** suspensão de comparecimento ao trabalho por até 30 dias, sem remuneração durante o período, porém com a cobrança das consignações pessoais e patronais e perda proporcional de férias. É acompanhada de impedimento, por um ano, para concorrência, participação em processos seletivos e exercício de função com remuneração bruta superior à exercida, além de período de observação de três anos, durante o qual será considerado agravante o envolvimento em qualquer outra infração disciplinar;
- **Destituição:** perda da função e da vantagem em caráter pessoal (VCP), acompanhada de impedimento, por um ano, para concorrência, participação em processos seletivos e exercício de função de confiança ou gratificada, bem como exercício de atividade de Caixa Executivo, mesmo em caráter de substituição, além de período de observação de quatro anos, durante o qual será considerado agravante o envolvimento em qualquer outra infração disciplinar; e
- **Demissão:** rescisão do contrato de trabalho, com as consequências resultantes da modalidade demissional.

A dosimetria da solução a ser aplicada pondera a natureza da participação do envolvido; materialidade da ocorrência; abrangência dos fatos comprovados; consequências da irregularidade, prejuízos resultantes, danos à imagem da empresa; e circunstâncias atenuantes e agravantes identificadas.

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco do Brasil dispõe, desde 2000, de Código de Ética de forma a sistematizar os valores praticados pelo Banco nos relacionamentos com os diversos segmentos da sociedade, no Brasil e no exterior. Os documentos são revisados a cada três anos ou, extraordinariamente, a qualquer tempo. A versão atual dos documentos foi validada pelo Comitê Executivo de Ética e Disciplina e pelo Conselho Diretor e aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019.

O Código de Ética encontra-se disponível nas instruções normativas internas e na intranet corporativa, nos idiomas oficiais dos países em que o Banco atua. Além disso, está disponível no Portal BB, em texto (português e inglês) e em áudio (português).

Endereço: Portal BB (bb.com.br) › Sobre Nós › Ética e Integridade › Saiba mais.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Ouvidoria Interna do Banco do Brasil é o canal oficial da gestão da ética, por meio do qual a empresa busca solucionar os conflitos no ambiente do trabalho pelo diálogo e mediação, humanizar as relações, valorizar a ética nas relações de trabalho e contribuir para o aprimoramento das políticas, processos, programas e práticas de gestão de pessoas e responsabilidade socioambiental.

O Banco possui canal próprio para recebimento de denúncias de ilícitos criminais disponível no Portal BB. O canal de denúncia de ilícitos permite o registro de denúncias anônimas e, se identificadas, provê garantia de proteção aos denunciantes de boa-fé.

A Diretoria Segurança Institucional é responsável pelo acolhimento e encaminhamento do reporte à área competente para tratamento das situações com indícios de ilicitude. Compete também à essa diretoria elaborar relatório semestral com as informações sobre as denúncias de ilícitos para deliberação pelo Conselho de Administração do Banco.

se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

A Ouvidoria Interna é o canal de comunicação direta dos funcionários da ativa (no país e no exterior), estagiários, aprendizes e trabalhadores de empresas contratadas com banco.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Qualquer desvio de conduta de funcionários ou colaboradores pode ser reportado à Ouvidoria Interna, de forma anônima, ou identificada. O canal de denúncia de ilícitos permite o registro de denúncias anônimas e, se identificadas, provê garantia de proteção aos denunciantes de boa-fé.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

No Banco do Brasil concomitantemente às diligências para averiguação de atos ilícitos praticados por pessoas jurídicas contra a instituição, bem como àquelas para identificar, interromper e remediar eventual violação praticada por funcionário, ex-funcionário ou terceiro contra a administração pública, em benefício ou em nome do Banco, aquele funcionário que estiver envolvido em tais ilícitos será responsabilizado disciplinarmente.

Assim, os funcionários ou ex-funcionários que cometerem irregularidades, aí inclusos, também, os atos lesivos contra a administração pública, na forma do artigo 5º da Lei 12.846/2013, podem vir a ter sua conduta avaliada sob a perspectiva disciplinar, por meio do Controle Disciplinar.

A apuração de irregularidades funcionais, a depender da natureza da ocorrência, dependência de origem, valor vinculado e função do envolvido, pode ocorrer na própria dependência onde o funcionário está lotado, ou em instâncias especializadas centralizadoras das apurações (Gecoi), ou na Auditoria Interna do Banco do Brasil.

A Ouvidoria Externa presta atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primários da instituição. Embora a Ouvidoria Externa não tenha como finalidade recepcionar denúncias de ilícitos, ela possibilita que quaisquer demandantes do público externo se manifestem anonimamente, por meio de demandas intermediadas pelo Banco Central do Brasil, as quais podem ser tratadas como reportes anônimos.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

O Banco, por meio de equipe especializada em operações societárias, adota procedimentos que buscam identificar vulnerabilidades e riscos existentes nas pessoas jurídicas envolvidas em processos de investimento e desinvestimento em participações societárias, incorporações e fusões.

As operações societárias são precedidas de *due diligence* nas pessoas jurídicas que estão participando da transação, com o objetivo de realizar investigação e auditoria dos documentos e das informações de ordem administrativa, financeira, contábil, tecnológica, de controles internos e de aspectos jurídicos, tais como societário, contratual, regulatório, concorrencial, tributário, cível, contencioso, trabalhista, previdenciário, imobiliário e ambiental. A avaliação das empresas envolvidas inclui a verificação da existência de procedimentos voltados ao cumprimento das legislações relacionadas ao programa de integridade, à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.

Se houver eventuais vulnerabilidades e práticas irregulares na pessoa jurídica avaliada, haverá estudo e negociação para verificar se é possível implementar soluções para correção da situação ou mitigação dos riscos identificados.

A avaliação das oportunidades de aquisições, incorporações e fusões prevê realização dos seguintes procedimentos (cuja ordem pode ser alterada de acordo com as particularidades de cada operação): prospecção, avaliação estratégica, assinatura de acordo de confidencialidade e contratação de empresas para prestação de serviços técnicos profissionais especializados.

O Banco do Brasil não realiza investimentos, nem estabelece parcerias societárias, com terceiros enquadrados nos crimes de lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores, financiamento ao terrorismo, atos considerados lesivos à administração pública, que exerça qualquer outra atividade ilegal, ou que ofereça garantias provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, entre outros.

Nas operações societárias são observadas as Políticas Gerais e Específicas do Banco, sobretudo a [Política Específica de Participações Societárias](#), onde constam as diretrizes que orientam os negócios que envolvam participações societárias diretas e indiretas no Brasil e no exterior.

A decisão estratégica na consecução de cada operação societária é amparada por análise de diversas áreas do Banco, conforme a expertise de sua atuação, responsáveis por estratégia, finanças, riscos, contabilidade, controladoria, assessoria jurídica, dentre outras, que sejam afins aos assuntos objeto de análise, além de assessores técnicos especializados, contratados de acordo com a necessidade de cada operação societária.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, conforme políticas e programas detalhados nos itens acima.

5.5. Comentários sobre alterações significativas e expectativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o Banco do Brasil está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do Banco do Brasil a tais riscos

Em relação ao último exercício e tendo em vista os fatores de risco descritos no item 4.1 (Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento), bem como os riscos que advém dos fatores, elencados no item 5.1.b.i (riscos para os quais se busca proteção), seguem as seguintes observações em relação à expectativa de exposição do Banco aos riscos:

a) possibilidade de impacto futuro decorrente de mudanças diversas de temperatura, desencadeando eventos climáticos extremos, tais como enchentes, terremotos e crises hídricas. O risco climático pode trazer mudanças para os negócios do Banco em decorrência da transição para uma economia de baixo carbono, causando impacto financeiro, legal, regulatório, tecnológico e no crédito.

b) aumento da relevância do risco de fornecedor, em função de movimentações da indústria financeira e da estratégia corporativa, em que se considera a transformação digital por meio de realização de parcerias e contratação de serviços;

c) aumento da relevância do risco de tecnologia da informação, tendo em vista a ampliação da transformação digital no segmento bancário;

d) possibilidade de materialização do risco cibernético, causando violações de segurança, acessos não autorizados, divulgação de dados confidenciais, podendo resultar em uma perda substancial de negócios, sanções regulatórias, responsabilização legal e/ou danos à reputação do Banco

5.6. Fornecer outras informações que o Banco do Brasil julgue relevantes

Estratégias e Processos de Gestão

A Diretoria Gestão de Riscos, enquanto 2ª Linha de Defesa, é responsável pela gestão corporativa do risco operacional no Banco do Brasil, pela mitigação dos riscos operacionais de seus processos, produtos e serviços e reporte dos resultados à alta administração do Banco, órgãos reguladores e fiscalizadores. Para tal a Diris coordena ações para o desenvolvimento de metodologias e instrumentos que proporcionem uma gestão mais efetiva do risco operacional.

O Banco possui estrutura de gerenciamento dos riscos operacional e legal com foco na identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação, mensuração e reporte dos riscos operacionais, contando com diversas ferramentas que auxiliam na gestão efetiva do risco. Estas fases são interdependentes e representam um processo contínuo de gestão do risco operacional, cabendo a Diris o controle, monitoramento, mensuração e reporte e a Diretoria de Controles Internos a identificação, avaliação e mitigação.

A fase de controle consiste em controlar o comportamento dos riscos e eventos de perda operacional por meio de limites, indicadores e outros mecanismos, de forma a garantir que permaneçam dentro dos níveis desejados.

Na etapa de monitoramento, as fragilidades detectadas nas etapas anteriores são levadas ao conhecimento da Alta Administração, retroalimentando o processo de gerenciamento do risco operacional.

A atuação na fase de mensuração consiste na apuração dos montantes de perdas operacionais observados pela instituição, bem como do cálculo de impacto no capital.

E o reporte consiste em dar conhecimento à alta administração das informações obtidas nas fases anteriores.

O Banco atua, também, na análise de incidentes de segurança, com monitoramento contínuo, buscando inibir investidas e recuperar valores. São desenvolvidas ações para mitigação das perdas operacionais com fraudes eletrônicas e medidas para coibir ações criminosas relacionadas a roubos externos.

Limites de Exposição a Perdas Operacionais

Para garantir efetividade à gestão do risco operacional, o Banco utiliza-se de limites de exposição a perdas operacionais, os quais visam estabelecer níveis aceitáveis de perdas operacionais que são acompanhados mensalmente pelo Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC).

Neste sentido, o Banco do Brasil instituiu Limite Global e Limites Específicos de Perdas Operacionais, pelos quais é possível atribuir perdas operacionais aos gestores de produtos, serviços e processos do Banco, que são responsáveis pela adoção de ações de mitigação.

Alinhado a esses limites, foram desenvolvidos indicadores vinculados aos acordos de trabalho dos gestores de processos, produtos e sistemas, permitindo melhor identificar o fato gerador e o impacto gerado pelas perdas.

6. HISTÓRICO DO EMISSOR

6.1. Constituição do emissor

Com relação à constituição do emissor, informar:

- a. data: 12/10/1808
- b. forma: Sociedade anônima aberta de economia mista.
- c. país de constituição: Brasil.

6.2. Prazo de duração

Indeterminado.

6.3. Breve histórico

Constituído sob a natureza de pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta de economia mista, o Banco do Brasil tem como acionista controlador a União. O Banco do Brasil foi o primeiro banco a operar no País e também a primeira empresa a realizar uma oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro. Com mais de 210 anos de existência, o Banco do Brasil contribui ativamente para o desenvolvimento do Brasil. Os valores do Banco constituem princípios que guiam a organização: Foco no Cliente, Inovação, Senso de Dono, Ética, Eficiência, Confiabilidade e Espírito Público.

Desde 2006, o Banco do Brasil é o único banco listado no Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, segmento que reúne as empresas com as melhores práticas de governança corporativa. Com isso, o Banco demonstra seu comprometimento com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade corporativa, apoiado no uso de ferramentas de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos ao interesse dos acionistas e da sociedade em geral.

Em janeiro de 2017, o Banco instituiu sua Política de Transações com Partes Relacionadas. Em março, a Política de Indicação e Sucessão de Administradores e, em junho, a Política de Remuneração aos Acionistas.

Ainda no primeiro semestre de 2017, o Conselho de Administração (CA) aprovou a criação do Comitê de Riscos e de Capital, ao qual cabe lhe assessorar no exercício de suas funções relativas à gestão de riscos e de capital.

Em agosto de 2017, o BB foi certificado pela B3 no Programa Destaque em Governança de Estatais. O Programa tem o objetivo de certificar companhias estatais que se comprometem, voluntariamente, com as melhores práticas de governança corporativa. Em 2019, quando do monitoramento anual realizado pela B3 com base no Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais, a pontuação do BB foi elevada de 50 para 56 pontos (dos 60 possíveis), remanescendo 04 pontos para o completo cumprimento do Programa, o que deverá ocorrer até 07/08/2020.

Ainda em 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) criou o Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG). O índice, que é composto pelas dimensões governança pública, governança e recursos humanos, governança e gestão de TI, e governança e gestão de contratações, fez um amplo diagnóstico sobre governança pública no Brasil, compreendendo empresas estatais, sociedades de economia mista, autarquias, ministérios, tribunais, fundações, entre outros.

No total, 488 empresas e órgãos da Administração Pública Federal fizeram parte da pesquisa e o Banco do Brasil obteve a melhor pontuação dentre as entidades participantes, alcançando 91% e enquadrando-se como uma empresa com a governança aprimorada, segundo a metodologia aplicada pelo próprio TCU. Em nova edição do IGG, realizada em 2018, o Banco do Brasil evoluiu para 94%. Em 2019, não houve a aplicação do questionário do IGG pelo TCU.

O Banco do Brasil também foi certificado em quatro ciclos avaliatórios consecutivos (2017 a 2019), com o Selo de Governança Nível I, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Economia. O Indicador de Governança (IG-SEST) tem por objetivo acompanhar a qualidade da governança das empresas estatais federais, para alinhamento às melhores práticas de governança corporativa e cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e seu respectivo Decreto Regulamentador, bem como de diretrizes estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de

Participações Societárias da União - CGPAR. Para a certificação, as empresas estatais foram avaliadas nas seguintes dimensões: Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretoria. Com base no resultado apurado, o Banco do Brasil atingiu a pontuação máxima (nota 10), em todos os quesitos avaliados.

Em abril de 2018, o Banco do Brasil realizou operação de recompra de US\$600 milhões de bônus perpétuos, remunerados à taxa de 8,5% a.a. e US\$100 milhões, remunerados à taxa de 9,25% a.a. A operação impactou negativamente o resultado do 2º Trimestre de 2018 em aproximadamente R\$ 115 milhões, líquidos de impostos e reduziu despesas financeiras com o pagamento de juros em torno de R\$ 28 milhões por trimestre, líquidos de impostos.

Em maio de 2018, o Conselho de Administração definiu o intervalo de 30% a 40% do lucro líquido a ser distribuído como *payout* aos acionistas, a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio para o exercício de 2018. Para 2019, este intervalo foi mantido.

Em junho de 2018 os acionistas minoritários do Banco Patagonia notificaram o Banco do Brasil sobre o exercício de opção de venda de sua participação no banco argentino. A transferência das ações para o Banco do Brasil ocorreu em setembro e, com isso, o Banco passou a ser titular de 578.116.870 ações ordinárias (80,38% do total) do Banco Patagonia.

Ainda no mês de junho, o CA do Banco do Brasil aprovou a reestruturação da parceria com o Grupo Segurador BB Mapfre.

Em agosto, o CA aprovou ajustes no Programa de Desempenho Gratificado (PDG) para o segundo semestre de 2018. Com isso, 50% da premiação dos funcionários qualificados se dará, em 2019, com a utilização de ações de emissão do Banco do Brasil.

Em 2018 e 2019, o Banco do Brasil foi eleito o melhor banco do país, de acordo com o guia *Época Negócios 360º*. A avaliação das empresas foi realizada com base em seis dimensões: gestão de pessoas, governança corporativa, sustentabilidade, inovação, desempenho financeiro e visão de futuro. O Banco foi o primeiro no setor em Governança Corporativa, Pessoas e Visão de Futuro.

Em janeiro de 2019, o BB foi considerado o banco mais sustentável do mundo no ranking Global 100, da *Corporate Knights*. O anúncio, realizado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, lista o Banco do Brasil em primeiro lugar no segmento financeiro e em oitavo lugar no ranking mundial, dentre as mais de 7.500 empresas avaliadas de 21 países diferentes.

Em setembro de 2019, o Banco integrou o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova Iorque, nas carteiras *World* e *Emerging Markets*, que abrange as empresas internacionalmente reconhecidas como líderes em sustentabilidade e é referência para instituições administradoras de recursos que se baseiam neste índice para suas decisões de investimentos.

Ainda em 2019, o BB manteve-se listado pelo 15º ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3 - que reúne as empresas de capital aberto no país com as melhores práticas em sustentabilidade - e, pelo 4º ano consecutivo, no FTSE4 *Good Index Series* - índice da Bolsa de Londres que avalia e classifica empresas com melhores práticas de sustentabilidade.

No segundo semestre de 2019, o CA aprovou a ampliação do escopo de atuação do Comitê de Remuneração e Elegibilidade, que passou a se chamar Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, com competência para auxiliar os conselheiros em relação ao estabelecimento da Política de Gestão de Pessoas, indicação dos administradores, membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e Conselheiros Fiscais, bem como para verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos conselheiros fiscais.

Em outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a criação do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei), que tem por finalidade assessorar aquele Conselho em temas relacionados a tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, projetos ou iniciativas de inovação para fazer frente a essas tendências e seus efeitos sobre o Banco, bem como no acompanhamento da execução da Estratégia Corporativa.

Em outubro de 2019, o Banco do Brasil aderiu a oferta pública secundária de ações, movimento iniciado pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), para venda de ações em tesouraria. A participação do controlador ficou em 50,0000001% após esse movimento.

Em novembro de 2019, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto Social, dentre as quais destacamos: (i) a previsão de que a administração de recursos de terceiros também possa ser realizada mediante contratação de empresa coligada ao BB; (ii) a previsão de que os membros de órgãos de administração do Banco sejam residentes no País; e (iii) o aprimoramento dos requisitos para a investidura em cargo da Diretoria Executiva, mantendo-se requisitos adicionais, conforme exigido pelo artigo 24, inciso II, do Decreto 8.945/2016.

Em dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a revisão da Arquitetura Organizacional do BB, com a redução da Diretoria Executiva e a reorganização de suas atribuições. A quantidade de Vice-Presidências foi reduzida de nove para sete, e a quantidade de Diretorias foi reduzida de 27 para 26.

O organograma com a nova Macroestrutura do BB está disponível em: <https://ri.bb.com.br/o-banco-do-brasil/estrutura-organizacional>.

6.4. Data de registro na CVM

20/07/1977.

6.5. Pedido de falência

Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos:

Não há informação, até o presente momento, acerca de pedido de falência, nem de recuperação judicial ou extrajudicial do Banco do Brasil S.A.. Além disso, a Lei nº 11.101/2005, que dispõe sobre falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, não se aplica ao Banco do Brasil S.A..

6.6. Outras informações relevantes

Todas as informações julgadas relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.1. Atividades desenvolvidas pelo Banco do Brasil e suas controladas

Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo Banco do Brasil e suas controladas

Fundado em 12 de outubro de 1808, o Banco do Brasil S.A. foi a primeira instituição bancária a operar no país e a primeira empresa a realizar uma oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro. Com sede em Brasília, o Banco do Brasil é um banco múltiplo constituído sob a forma de sociedade anônima aberta de economia mista e tem como acionista controlador a União.

O Banco do Brasil é um dos maiores conglomerados financeiros do País em termos de ativos com 18,5% de participação de mercado, de acordo com os últimos dados divulgados pelo Banco Central. Somos também o maior banco em gestão de ativos, com 22,4% de participação de mercado, nos empréstimos ao agronegócio com participação de mercado de 55,4%; e no setor de crédito consignado, com 21,2% de participação de mercado. Em mais de 210 anos de existência, nossa principal força está no varejo bancário. Por meio de parcerias estratégicas, empresas coligadas e controladas oferecemos uma ampla variedade de serviços.

O Banco do Brasil tem presença significativa em todos os estados brasileiros, além de desenvolver atividades em importantes centros financeiros mundiais contribuindo ativamente para o desenvolvimento do País, através da oferta de serviços financeiros, empréstimos e financiamentos à produção. Contamos com 93,2 mil funcionários, sendo 64,5% com mais de 10 anos de tempo de casa. Pagamos R\$ 21.320 milhões entre salários, benefícios e participação nos lucros e resultados (PLR) e investimos mais de R\$ 75 milhões em treinamentos e capacitação, aumento de 4,1% se comparado a 2018.

O nosso foco é realizar negócios com rentabilidade compatível com os riscos de mercados em que atuamos. Para oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo, o Banco do Brasil segmenta seus clientes em cinco grandes mercados: varejo pessoa física, varejo pessoa jurídica, atacado, private e setor público. O conhecimento dos mercados permite desenvolvimento de propostas de valor adequadas aos perfis de clientes: modelo de atendimento, canais, portfólios de produtos e serviços, abordagem de comunicação integrada e, quando for o caso, marca específica.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía 70,2 milhões de clientes, 37,6 milhões de contas correntes e uma das maiores redes de varejo do Brasil, com 65.806 pontos de atendimento, incluindo 4.356 agências próprias.

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

A Lei nº 4.595/64 instituiu o Sistema Financeiro Nacional, composto pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil (Bacen), Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais instituições financeiras. A mesma lei definiu o Banco do Brasil como agente financeiro do Tesouro Nacional e principal instrumento de execução da política de crédito do Governo Federal, sendo responsável pelo financiamento de atividades comerciais, industriais e rurais, difusão e orientação do crédito, efetivação da política de comércio exterior, entre outras atribuições. Com mais de 210 anos, o Banco do Brasil atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

O Plano Plurianual – PPA, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Compete ao Ministério da Economia, em articulação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo, coordenar os processos de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPA vigente, e disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão (Lei nº 13.249/16 regulamentada pelo Decreto nº 8.759/16).

O Banco do Brasil insere-se no PPA como agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da aplicação de fundos de financiamentos (governamentais), outras iniciativas (recursos próprios) e realização de investimentos fixos do próprio Banco, alinhadas aos Programas, Objetivos e Metas previamente definidos pelo Ministério da Economia e pelos Órgãos Setoriais (OS) que correspondem aos ministérios executores das políticas públicas.

As iniciativas governamentais que compõem o PPA devem manter coerência com os direcionamentos da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil.

Vale destacar que o PPA tem duração quadrienal e a seguir são apresentados os resultados alcançados das iniciativas sob gestão do Banco do Brasil para o PPA 2016-2019.

b) Política Pública	BB Crédito Acessibilidade
i. descrição	O BB Crédito Acessibilidade foi criado em 2012 a partir do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem limite (Decreto nº 7.612). É uma linha de crédito, exclusiva do BB, destinada ao financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva voltados a pessoa com deficiência.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 6,5 milhões Realizado em 2017: R\$ 6,5 milhões (100,4% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 7,5 milhões Realizado em 2018: R\$ 6,7 milhões (89,8% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 8,5 milhões Realizado em 2019: R\$ 7,7 milhões (90,4% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	De 2012 à 2019 foram desembolsados R\$ 568,9 milhões e contratadas 76.196 operações.
v. custos incorridos	Custo Fixo Unitário: Contratação R\$ 28,69 / Manutenção: R\$ 4,09.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Depósitos à vista captados pelas instituições financeiras, conforme Resolução CMN nº 4.000/11.
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 9,5 milhões em 2019.

Seção 7 - Atividades do Emissor

b) Política Pública	Concessão de Microcrédito Prod. Orientado (MPO)
i. descrição	Concessão de financiamento às instituições de microcrédito buscando atender diretamente os micronegócios e microempreendedores populares.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 500,0 milhões Realizado em 2017: R\$ 412,9 milhões (82,6% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 550,0 milhões Realizado em 2018: R\$ 337,3 milhões (61,3% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 700,0 milhões Realizado em 2019: R\$ 235,8 milhões (33,7% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Valor desembolsado em 2019 pelo BB: R\$ 235,8 milhões.
v. custos incorridos	Custos administrativos e tributários.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos da exigibilidade do microcrédito (2% dos depósitos compulsórios à vista).
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 19,7 milhões em 2019.
b) Política Pública	Concessão de Crédito aos Produtores Rurais pelo Banco do Brasil
i. descrição	Concessão de crédito aos produtores rurais pelo BB, exceto operações com cooperativas, programa ABC BB, linhas BNDES/FINAME, operações com recursos da União, Pronamp, crédito agroindustrial e Pronaf.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 39,9 bilhões Realizado em 2017: R\$ 44,5 bilhões (111,5% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 41,9 bilhões Realizado em 2018: R\$ 53,8 bilhões (128,3% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 44,0 bilhões Realizado em 2019: R\$ 51,4 bilhões (116,8% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Valor desembolsado em 2019 pelo BB: R\$ 51,4 bilhões.
v. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos são: - Poupança Rural; - Depósitos à Vista.
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 3,7 bilhões em 2019.

b) Política Pública	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)
i. descrição	Concessão de crédito rural ao amparo do Pronamp (Resolução CMN nº 3.987/11) pelo BB (exceto operações com cooperativas, linhas BNDES/FINAME e operações com recursos da União), abrangendo recursos direcionados da poupança, recursos livres, fundos constitucionais e IHCD.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 13,2 bilhões Realizado em 2017: R\$ 11,7 bilhões (88,4% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 7,5 bilhões Realizado em 2018: R\$ 11,6 bilhões (154,1% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 7,5 bilhões Realizado em 2019: R\$ 12,4 bilhões (164,9% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Valor desembolsado em 2019 pelo BB: R\$ 12,4 bilhões.
v. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos são: - Poupança Rural; - Depósitos à Vista.
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 691 milhões em 2019.
b) Política Pública	Concessão de Crédito às Cooperativas e Associações
i. descrição	Concessão de crédito às cooperativas e associações pelo BB, a partir de recursos de poupança, recursos livres, fundos constitucionais, LCA e IHCD (exceto operações com recursos do BNDES, OGU e Crédito Agroindustrial).
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 5,8 bilhões Realizado em 2017: R\$ 6,9 bilhões (119,4% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 6,1 bilhões Realizado em 2018: R\$ 4,4 bilhões (72,7% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 6,4 bilhões Realizado em 2018: R\$ 2,5 bilhões (39,4% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Valor desembolsado em 2019 pelo BB: R\$ 2,5 bilhões.
v. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos são: - Poupança Rural; - Depósitos à Vista.
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 31 milhões em 2019.

Seção 7 - Atividades do Emissor

b) Política Pública	Concessão de Crédito aos Pescadores e Aquicultores
i. descrição	Concessão de crédito aos pescadores e aquicultores pelo BB (exceto linhas que utilizam recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ou BNDES e Agroindustrial).
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 220,5 milhões Realizado em 2017: R\$ 107,8 milhões (48,9% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 160,0 milhões Realizado em 2018: R\$ 206,6 milhões (129,1% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 243,1 milhões Realizado em 2019: R\$ 96,2 milhões (39,6% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Valor desembolsado em 2019 pelo BB: R\$ 96,2 milhões.
v. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos são: - Poupança Rural; - Depósitos à Vista.
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 174 mil em 2019.
b) Política Pública	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
i. descrição	O Pronaf objetiva estimular a geração de renda e valorizar o uso da mão-de-obra familiar nas propriedades rurais, desde que atendidas as prerrogativas do Manual de Crédito Rural (MCR), inclusive cooperativas enquadradas como público-alvo .
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 13,0 bilhões Realizado em 2017: R\$ 13,1 bilhões (101,0% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 10,5 bilhões Realizado em 2018: R\$ 13,5 bilhões (128,2% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 10,5 bilhões Realizado em 2019: R\$ 12,7 bilhões (120,5% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Valor desembolsado em 2019 pelo BB: R\$ 12,7 bilhões.
v. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos por meio do Pronaf são: - Poupança Rural; - Depósitos à Vista; - IHCD; - FCO; - Tesouro Nacional.
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 729 milhões em 2019.

b) Política Pública	FCO - Rural
i. descrição	O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi instituído pela Lei nº 7.827/1989 e tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. No âmbito do crédito rural, com recursos do FCO Rural, são financiados investimentos fixo e semifixo, custeio associado a projeto de investimento, custeio agrícola e pecuário.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 4,5 bilhões Realizado em 2017: R\$ 6,3 bilhões (140,6% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 4,3 bilhões Realizado em 2018: R\$ 7,3 bilhões (169,7% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 3,2 bilhões Realizado em 2019: R\$ 4,1 bilhões (130,3% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Valor desembolsado em 2019 pelo BB: R\$ 4,1 bilhões.
v. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos provenientes do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO).
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 1,0 bilhão em 2019.
b) Política Pública	Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)
i. descrição	Concessão de crédito para financiamento de sistemas sustentáveis de produção agropecuária com capacidade reconhecida para reduzir emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), além de promover a produção de vegetação/biomassa, a produção de alimentos e a preservação do meio ambiente.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 915,9 milhões Realizado em 2017: R\$ 788,0 milhões (86,0% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 961,7 milhões Realizado em 2018: R\$ 1,6 bilhão (169,7% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 1,0 bilhão Realizado em 2019: R\$ 1,4 bilhão (140,7% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Valor desembolsado em 2019 pelo BB: R\$ 1,4 bilhão.
v. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos são: - Poupança Rural; - Depósitos à Vista.
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 130 milhões em 2019.

Seção 7 - Atividades do Emissor

b) Política Pública	FCO Empresarial
i. descrição	Financiamento de cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial do BB, com recursos oriundos do FCO, no caso denominado FCO Empresarial.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 2,9 bilhões Realizado em 2017: R\$ 1,9 bilhão (66,5% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 3,1 bilhões Realizado em 2018: R\$ 1,9 bilhão (61,2% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 3,2 bilhões Realizado em 2019: R\$ 3,2 bilhões (99,7% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Desembolso de R\$ 3,2 bilhões no ano de 2019.
v. custos incorridos	Taxa de juros dos Fundos Constitucionais (TFC) e demais custos administrativos.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos provenientes do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Resultado gerencial apurado de R\$ 343,1 milhões em 2019.
b) Política Pública	Proger Exportação
i. descrição	O Proger Exportação tem por propósito promover o incremento das exportações de micro e pequenas empresas (MPE), com geração de emprego e renda.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	<p>Meta planejada para 2017: R\$ 20,0 milhões Realizado em 2017: R\$ 21,7 milhões (108,3% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2018: R\$ 25,0 milhões Realizado em 2018: R\$ 12,9 milhões (51,6% da meta)</p> <p>Meta planejada para 2019: R\$ 30,0 milhões Realizado em 2019: R\$ 6,5 milhões (21,5% da meta)</p>
iv. investimentos realizados	Desembolso de R\$ 6,5 milhões no ano de 2019.
v. custos incorridos	Custo da linha: TLP (Taxa de Longo Prazo) + remuneração ao agente financeiro.
vi. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de micro e pequenas empresas brasileiras por meio da Resolução nº 330/03, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).
vii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do BB ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas	Margem de contribuição gerencial (líquida de PCLD) para a iniciativa foi de R\$ 997,0 mil em 2019.

A seguir são apresentadas as metas planejadas das iniciativas constantes do PPA vigente, que compreende o quadriênio 2020-2023, e que estão sob gestão do Banco do Brasil.

b) Política Pública	BB Crédito Acessibilidade
i. descrição	O BB Crédito Acessibilidade foi criado em 2012 a partir do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem limite (Decreto nº 7.612). É uma linha de crédito, exclusiva do BB, destinada ao financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva voltados a pessoa com deficiência.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	Meta planejada para 2020: R\$ 8,5 milhões
	Meta planejada para 2021: R\$ 8,8 milhões
b) Política Pública	Concessão de Microcrédito Prod. Orientado (MPO)
i. descrição	Concessão de financiamento às instituições de microcrédito buscando atender diretamente os micronegócios e microempreendedores populares.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	Meta planejada para 2020: R\$ 800,0 milhões
	Meta planejada para 2021: R\$ 800,0 milhões
b) Política Pública	Concessão de Crédito aos Produtores Rurais pelo Banco do Brasil
i. descrição	Concessão de crédito aos produtores rurais pelo BB, exceto operações com cooperativas, programa ABC BB, linhas BNDES/FINAME, operações com recursos da União, Pronamp, crédito agroindustrial e Pronaf.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	Meta planejada para 2020: R\$ 52,5 bilhões
	Meta planejada para 2021: R\$ 52,5 bilhões
b) Política Pública	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
i. descrição	O Pronaf objetiva estimular a geração de renda e valorizar o uso da mão-de-obra familiar nas propriedades rurais, desde que atendidas as prerrogativas do Manual de Crédito Rural (MCR).
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	Meta planejada para 2020: R\$ 12,1 bilhões
	Meta planejada para 2021: R\$ 12,1 bilhões

b) Política Pública	FCO - Rural
i. descrição	O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi instituído pela Lei nº 7.827/1989 e tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. No âmbito do crédito rural, com recursos do FCO Rural, são financiados investimentos fixo e semifixo, custeio associado a projeto de investimento, custeio agrícola e pecuário.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	Meta planejada para 2020: R\$ 3,1 bilhões Meta planejada para 2021: R\$ 3,1 bilhões
b) Política Pública	FCO Empresarial
i. descrição	Financiamento de cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial do BB, com recursos oriundos do FCO, no caso denominado FCO Empresarial.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	Meta planejada para 2020: R\$ 2,5 bilhões Meta planejada para 2021: R\$ 2,7 bilhões
b) Política Pública	Proger Exportação
i. descrição	O Proger Exportação tem por propósito promover o incremento das exportações de micro e pequenas empresas (MPE), com geração de emprego e renda.
ii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), alinhada à Estratégia Corporativa do BB (ECBB) e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).
iii. metas (planejadas/realizadas)	Meta planejada para 2020: R\$ 16 milhões Meta planejada para 2021: R\$ 19 milhões

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

O Banco do Brasil realiza estudo de viabilidade econômico-financeira para a precificação de suas linhas de crédito. Esse processo envolve a identificação do custo financeiro do funding, custos administrativos, riscos atrelados, tributação, além de pesquisa de mercado. Em relação a prestação de serviços, o Banco do Brasil tem sua remuneração estabelecida na forma de tarifa. A tarifa é calculada de acordo com o índice de eficiência do respectivo serviço, que expressa a relação entre as despesas administrativas e as receitas oriundas.

7.2. Informações sobre cada segmento

Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos: bancário, de investimentos, de gestão de recursos, de seguridade (seguros, previdência e capitalização) e de meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico e internacional, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do Banco do Brasil

As informações estão descritas na tabela a seguir.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do Banco do Brasil

As informações estão descritas na tabela a seguir.

Seção 7 - Atividades do Emissor

	2017		2018		2019	
	R\$ milhões	(%)	R\$ milhões	(%)	R\$ milhões	(%)
Receita Total¹	208.739	100,0	178.134	100,0	186.480	100,0
Segmento Bancário	175.356	84,0	149.389	83,9	149.410	80,1
Segmento Investimentos	1.244	0,6	1.377	0,8	1.255	0,7
Segmento Gestão de Recursos	2.162	1,0	2.399	1,3	2.625	1,4
Segmento Seguridade	23.944	11,5	20.070	11,3	27.701	14,9
Segmento Meios de Pagamento	6.041	2,9	5.329	3,0	4.607	2,5
Outros Segmentos	2.695	1,3	2.834	1,6	3.195	1,7
Transações Intersegmentos	(2.703)	(1,3)	(3.264)	(1,9)	(2.313)	(1,3)
Despesa Operacional Total²	(118.584)	100,0	(87.973)	100,0	(89.093)	100,0
Segmento Bancário	(118.895)	100,3	(88.269)	100,3	(89.406)	100,4
Segmento Investimentos	(343)	0,3	(240)	0,3	(150)	0,2
Segmento Gestão de Recursos	-	-	-	-	-	-
Segmento Seguridade	-	-	-	-	-	-
Segmento Meios de Pagamento	(17)	-	(19)	-	(33)	-
Outros Segmentos	(116)	0,1	(154)	0,2	(206)	0,2
Transações Intersegmentos	787	(0,7)	709	(0,8)	702	(0,8)
Despesas Não de Juros³	(58.449)	100,0	(54.128)	100,0	(61.389)	100,0
Segmento Bancário	(39.459)	67,5	(39.642)	73,2	(41.989)	68,4
Segmento Investimentos	(68)	0,1	(265)	0,5	(321)	0,5
Segmento Gestão de Recursos	(153)	0,3	(160)	0,3	(169)	0,3
Segmento Seguridade	(16.739)	28,6	(12.803)	23,7	(16.897)	27,5
Segmento Meios de Pagamento	(2.766)	4,7	(2.536)	4,7	(2.326)	3,8
Outros Segmentos	(1.180)	2,0	(1.277)	2,4	(1.298)	2,1
Transações Intersegmentos	1.916	(3,2)	2.555	(4,8)	1.611	(2,6)
Total Receita Líquida⁴	31.706	100,0	36.033	100,0	35.998	100,0
Segmento Bancário	17.002	53,6	21.478	59,6	18.015	50,0
Segmento Investimentos	833	2,6	872	2,4	784	2,2
Segmento Gestão de Recursos	2.009	6,3	2.239	6,2	2.456	6,8
Segmento Seguridade	7.205	22,7	7.267	20,2	10.804	30,0
Segmento Meios de Pagamento	3.258	10,3	2.774	7,7	2.248	6,2
Outros Segmentos	1.399	4,5	1.403	3,9	1.691	4,8
Transações Intersegmentos	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Total⁵	12.661	100,0	14.258	100,0	20.644	100,0
Segmento Bancário	4.635	36,6	6.400	44,9	10.304	49,9
Segmento Investimentos	490	3,9	477	3,3	437	2,1
Segmento Gestão de Recursos	1.033	8,2	1.153	8,1	1.377	6,7
Segmento Seguridade	3.988	31,5	4.063	28,5	6.531	31,6
Segmento Meios de Pagamento	1.672	13,2	1.410	9,9	1.145	5,5
Outros Segmentos	843	6,6	755	5,3	850	4,2

(1) Composta pelas receitas de juros e receitas não de juros.

(2) Representa a soma das despesas de juros e da despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes.

(3) Representa a soma das despesas de pessoal, administrativas e outras despesas.

(4) Composta pela receita total, líquida das despesas operacionais totais e das despesas não de juros.

(5) Refere-se ao lucro depois dos impostos. O lucro líquido atribuível aos nossos acionistas controladores totalizou R\$ 11.011 milhões em 2017, R\$ 12.862 milhões em 2018 e R\$ 18.162 milhões em 2019.

A seguir é apresentada a conciliação do resultado gerencial e do resultado consolidado em IFRS. As práticas contábeis adotadas no consolidado gerencial diferem daquelas descritas das principais práticas contábeis do Banco do Brasil Consolidado, principalmente, em função dos investimentos em entidades controladas em conjunto serem consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

R\$ milhões	2017			2018			2019		
	Gerencial	Ajustes ¹	Consolid.	Gerencial	Ajustes ¹	Consolid.	Gerencial	Ajustes ¹	Consolid.
Receita Total	208.738	(29.917)	178.821	178.134	(23.906)	154.228	186.480	(24.479)	162.001
Despesa Oper. Total	(118.584)	2.860	(115.725)	(87.974)	5.813	(82.161)	(89.093)	(161)	(89.254)
Desp. Não de Juros	(58.448)	23.177	(35.272)	(54.128)	16.042	(38.087)	(61.389)	20.576	(40.813)
Total Receita Líquida	31.706	(3.881)	27.825	36.032	(2.051)	33.981	35.998	(4.064)	31.934
Lucro Líquido Total	12.661	(386)	12.275	14.258	828	15.086	20.644	(1.756)	18.888

(1) Os ajustes estão descritos na Nota Explicativa 47 das Demonstrações Contábeis em IFRS.

7.3. Descrição dos produtos e serviços

A seguir serão apresentadas características dos principais produtos e serviços do Banco do Brasil. As informações estão agrupadas pelos segmentos descritos no item 7.2 deste Formulário de Referência.

Segmento Bancário: Operações de Crédito

O Banco do Brasil disponibiliza soluções em crédito aos seus clientes. O seu portfólio é segmentado em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

O crédito para as pessoas físicas tem importância social e econômica por facilitar o acesso ao consumo de bens, produtos e serviços, gerar renda e emprego e realimentar o crescimento da economia. As principais linhas são: crédito consignado, financiamento imobiliário e financiamento de veículos.

Com o objetivo de apoiar o crescimento das empresas (micro, pequenas, médias e grandes), o Banco do Brasil possui uma ampla variedade de linhas de crédito. As operações de capital de giro e de investimento são as linhas mais representativas do portfólio.

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País, atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco do Brasil financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como a construção e ampliação de armazéns, a aquisição e modernização de máquinas e implementos, além do beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários e a adequação de propriedades rurais à legislação ambiental.

a) características do processo de produção	<p>A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida pelo cálculo de risco de crédito, conforme metodologias desenvolvidas internamente e que seguem as melhores práticas de gestão de riscos.</p> <p>O risco do cliente, que reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até doze meses, é calculado utilizando-se informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente. Esse cálculo é importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.</p> <p>O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros. As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes. O processo corporativo de criação/produção de uma nova linha de crédito é caracterizado por considerar os cenários e tendências do macroambiente, as necessidades e expectativas dos clientes, o posicionamento institucional, o resultado econômico-financeiro, a avaliação dos impactos socioambientais, a logística de distribuição, os riscos, as leis e regulamentos, a inserção na programação orçamentária e os princípios de controles internos e <i>compliance</i>.</p>
b) características do processo de distribuição	<p>Os produtos de crédito comercializados pelo Banco do Brasil podem ser contratados nos canais de atendimento disponíveis aos seus clientes, tais como terminais de autoatendimento (TAA), Central de Relacionamento Banco do Brasil (CRBB), sítio do Banco (bb.com.br), aplicativo Banco do Brasil, rede de correspondentes bancários e rede própria de agências, presentes em todo o território nacional.</p>
c) características dos mercados de atuação:	
i) participação em cada um dos mercados	<p>O Banco do Brasil possui 17,0% de participação de mercado na carteira de crédito classificada do Sistema Financeiro Nacional (SFN) de acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil.</p>
ii) condições de competição nos mercados	<p>O mercado de crédito no Brasil é caracterizado pela concorrência significativa entre os seus participantes.</p>
d) eventual sazonalidade	<p>O mercado de crédito apresenta sazonalidade, com maior desembolso no quarto trimestre do exercício social. Nas operações relacionadas ao agronegócio há sazonalidade pontual, em razão dos momentos de plantio, colheita, armazenagem ou outras obrigações;</p>
e) principais insumos e matérias primas:	
i) sujeição a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação	<p>No exercício de suas atividades, o Banco do Brasil está sujeito à supervisão e regulação do Banco Central do Brasil (Lei nº 4.595/64).</p>
ii) dependência de poucos fornecedores	<p>Não há dependência do Banco em relação a poucos fornecedores.</p>
iii) volatilidade em preços	<p>As taxas de juros cobradas nos produtos de crédito dependem das condições macroeconômicas, tais como taxas de juros, índices de inadimplência, impostos e alíquota de recolhimentos compulsórios, dentre outros.</p>

Segmento Bancário: Captações

O Banco do Brasil é um dos líderes no mercado de captações bancárias no País, o que reforça a confiança dos seus clientes na sua solidez. Dentre os produtos de captação ofertados, destaque para

os depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo. Outras modalidades relevantes são as letras de crédito do agronegócio, as letras de crédito imobiliário e as letras financeiras.

No Banco do Brasil, os depósitos a prazo são negociados nas modalidades pré-fixados e pós-fixados. Os pós-fixados possuem remuneração atrelada ao DI, com opção de liquidez diária ou somente no vencimento da operação.

As letras de crédito são títulos de crédito nominativos, que estabelecem a definição de remuneração, prazo de aplicação e condições de resgate no momento da contratação. No Banco do Brasil, elas são negociadas na modalidade pós-fixados com liquidez diária após o período de carência de 90 dias e sem liquidez diária nas modalidades com carência de 360 e 720 dias.

Por fim, as letras financeiras são títulos de crédito de emissão de instituições financeiras sob a forma escritural, mediante registro em sistema autorizados pelo Bacen. A sua remuneração é por meio de taxa de juros fixa ou flutuante, sendo vedada atualmente a emissão com cláusula de variação cambial. É admitido o pagamento periódico de rendimentos em intervalos de, no mínimo, 180 dias.

a) características do processo de produção	O processo de criação de um novo produto de captação é caracterizado por considerar os cenários e tendências do macroambiente, as necessidades e expectativas dos clientes, o posicionamento institucional, o resultado econômico-financeiro, a avaliação dos impactos socioambientais, a logística de distribuição, os riscos, as leis e regulamentos, a inserção na programação orçamentária e os princípios de controles internos e <i>compliance</i> .
b) características do processo de distribuição	Os produtos de captação comercializados pelo Banco do Brasil podem ser contratados nos canais de atendimento disponíveis aos seus clientes, tais como terminais de autoatendimento (TAA), Central de Relacionamento Banco do Brasil (CRBB), sítio do Banco (bb.com.br), aplicativo Banco do Brasil, rede de correspondentes bancários e rede própria de agências, presentes em todo o território nacional.
c) características dos mercados de atuação:	
i) participação em cada um dos mercados	O Banco do Brasil possuía 23,9% de participação de mercado nos depósitos à vista, 15,7% nos depósitos a prazo e 21,1% nos depósitos de poupança do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em dezembro de 2019 de acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil.
ii) condições de competição nos mercados	O mercado de captação no Brasil é caracterizado pela concorrência significativa entre os seus participantes.
d) eventual sazonalidade	O mercado de captações apresenta maior volume de depósitos no quarto trimestre do exercício social, e mais resgates de aplicações no primeiro trimestre.
e) principais insumos e matérias primas:	
i) sujeição a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação	No exercício de suas atividades, o Banco do Brasil está sujeito à supervisão e regulação do Banco Central do Brasil (Lei nº 4.595/64).
ii) dependência de poucos fornecedores	Não há dependência do Banco em relação a poucos fornecedores.
iii) volatilidade em preços	As letras financeiras estão sujeitas a risco de mercado.

Segmento Investimentos: Colocação/Emissão de Valores Mobiliários

O Banco do Brasil, por meio do BB-Banco de Investimento S.A., é uma das instituições mais atuantes no mercado de capitais brasileiro, coordenando operações de securitização, renda fixa e renda variável. No mercado externo, por meio de suas corretoras (BB Securities), localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, o Banco do Brasil presta serviço para investidores institucionais e para empresas brasileiras com atividades internacionais.

Dentre os principais serviços disponibilizados, o Banco do Brasil atua na estruturação e distribuição de emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, notas promissórias comerciais, letras financeiras, fundos de investimento em direitos creditórios, certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio.

Em novembro de 2019 o BB-BI e o UBS celebraram acordo de associação (“Associação”) para a formação de uma parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

O relacionamento comercial do BB com seus clientes, por meio de sua rede de agências e escritórios de atacado, continuará sendo um dos principais instrumentos para a originação das operações, cuja estruturação e distribuição ficarão a cargo da Associação. A fim de oferecer uma solução integrada de

produtos de *corporate* e *investment banking*, os gerentes de relacionamento do BB atuarão conjuntamente com os profissionais da Associação de forma a oferecer um amplo portfólio de produtos e serviços.

BB e UBS entendem que a parceria estratégica ora estabelecida cria uma plataforma de banco de investimentos completa, ao combinar a rede de relacionamentos do BB no País com a expertise e plataforma de distribuição global do UBS.

Em dezembro de 2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou a parceria, sem restrições, condicionando sua concretização ao atendimento de condições contratuais precedentes ao fechamento e aprovação do Banco Central do Brasil e demais instâncias competentes.

a) características do processo de produção	<p>Oferta de valores mobiliários é o processo de estruturação e colocação, junto ao público, de um certo número de títulos e valores mobiliários para venda. Envolve desde o levantamento das intenções do mercado em relação aos valores mobiliários ofertados, a estruturação até a efetiva colocação dos valores mobiliários junto ao público, incluindo a divulgação de informações, o período de subscrição, entre outras etapas.</p> <p>As ofertas devem ser realizadas por intermédio de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, como os bancos de investimento, corretoras ou distribuidoras. Essas instituições poderão se organizar em consórcios com o fim específico de distribuir os valores mobiliários no mercado e/ou garantir a subscrição da emissão, sempre sob a organização de uma instituição líder, que assume responsabilidades específicas.</p> <p>No Banco do Brasil, as atividades de banco de investimentos são executadas pelo BB-Banco de Investimento (BB-BI), que atua na estruturação e distribuição de diversos títulos de valores mobiliários, tais como: ações, debêntures, notas promissórias, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários, fundos de investimentos imobiliários e fundos de investimentos em direitos creditórios.</p>
b) características do processo de distribuição	<p>Os produtos desse segmento são comercializados por meio da rede de agências do Banco do Brasil, pelo sítio de investimentos BB (investimentos.bb.com.br) e também por contato direto com investidores institucionais.</p>
c) características dos mercados de atuação:	
i) participação em cada um dos mercados	<p>Em 2019, o BB-BI obteve as seguintes participações/classificação nos segmentos relacionados ao mercado de capitais:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Originação de Renda Fixa: 10,7% de participação de mercado, ocupando a 4ª posição; o Distribuição de Renda Fixa: 10,6% de participação de mercado, ocupando a 4ª posição; o Securitização: 6º colocado no Ranking Anbima de origemação por número de operações, sendo o 2º colocado em emissões de CRA e 4º colocado no Ranking Anbima de origemação por volume; o Renda Variável (consolidado) com partes relacionadas: 7º colocado no Ranking Anbima de número de operações.
ii) condições de competição nos mercados	<p>Em 2019, o mercado de capitais de renda fixa atingiu o patamar de R\$ 233,8 bilhões em Ofertas Públicas, totalizando 572 operações considerando o Ranking Anbima de Mercado de Capitais. Dentre os principais concorrentes, destacam-se Itaú BBA, Bradesco BBI e Santander para emissões de Renda Fixa, e Bradesco BBI, Santander, Itaú BBA e BTG Pactual para distribuições de Renda Fixa.</p>
d) eventual sazonalidade	<p>Depende das condições econômicas.</p>
e) principais insumos e matérias primas:	
i) sujeição a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação	<p>No exercício de suas atividades, o Banco do Brasil e o BB-Banco de Investimentos estão sujeitos à supervisão e regulação do Banco Central do Brasil (Lei nº 4.595/64), além da Lei nº 6.385/76 (Lei do Mercado de Capitais), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) e normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).</p>
ii) dependência de poucos fornecedores	<p>Não há dependência do Banco em relação a poucos fornecedores.</p>
iii) volatilidade em preços	<p>Em relação ao título de renda fixa, bem como renda variável, a volatilidade nos preços pode influenciar a decisão dos investidores e empresas emissoras.</p>

Segmento Gestão de Recursos: Administração Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil atua no segmento de administração de recursos de terceiros por meio de sua subsidiária integral, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB DTVM). A empresa tem como atividades principais: a administração, gestão e distribuição de fundos e carteiras administradas.

A BB DTVM é líder na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimentos desde 1994. A gestora conta com profissionais qualificados e possui produtos destinados aos diversos segmentos de investidores, tais como: varejo, alta renda, *private*, *middle market*, *corporate*, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, poder público, regimes próprios de previdência social, sociedades seguradoras e resseguradoras, sociedades de capitalização e de arrendamento mercantil, fundos e clubes de investimentos.

O portfólio de produtos da BB DTVM dispõe de fundos de renda fixa, ações, multimercados, cambial, previdência, entre outros. Também oferece fundos exclusivos customizados de acordo com a necessidade e perfil do investidor.

a) características do processo de produção	<p>A estruturação de fundos de investimento pela BB DTVM, multicotistas ou exclusivos/restritos, parte do acompanhamento da indústria de fundos local e avaliação da oportunidade de construção de portfólios que complementem a grade de fundos já ofertada aos diversos segmentos de clientes, considerando os mercados de ativos local e internacional, este último quando admitidos nos regulamentos dos fundos.</p> <p>Além da observação dos normativos apresentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Receita Federal do Brasil (RFB), em alguns casos se faz necessária, ainda, a observação de aspectos regulamentares específicos para alguns públicos, tais como Seguradoras, Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) ou Regimes Próprios de Previdência Complementar (RPPS), além dos Códigos de Administração de Recursos de Terceiros e de Distribuição de Produtos de Investimento estabelecidos pelo regulador Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais).</p> <p>Na criação de novos fundos ou apresentação de propostas de ajustes em fundos já existentes para análise e deliberação pelos cotistas em assembleia, além das áreas internas da BB DTVM, também participam das discussões as áreas do Banco do Brasil responsáveis pelo relacionamento comercial com os diversos segmentos de clientes (tais como varejo, varejo alta renda, <i>private</i>, governo e institucionais), avaliando a aderência do produto proposto aos perfis de investidores do Banco do Brasil.</p> <p>No processo de gestão de portfólios, a BB DTVM conta com equipes especializadas nas avaliações de risco e conformidade, segregados das equipes responsáveis pela gestão dos investimentos, além de times dedicados na realização de análises macroeconômica, de crédito (renda fixa) e fundamentalista (ações).</p>
b) características do processo de distribuição	<p>Os produtos desse segmento podem ser contratados nos canais de atendimento disponíveis aos seus clientes, tais como terminais de autoatendimento (TAA), Central de Relacionamento Banco do Brasil (CRBB), sítio do Banco (bb.com.br), aplicativo Banco do Brasil, e rede própria de agências, presentes em todo o território nacional.</p>
c) características dos mercados de atuação:	
i) participação em cada um dos mercados	<p>De acordo com o ranking de administração de recursos da Anbima, a BB DTVM encerrou 2019 com R\$ 1.055,9 bilhões em recursos de terceiros sob administração e participação de mercado de 22,4%, consolidando sua posição de maior administradora do país. Esse resultado representou um crescimento de 12,2% em relação ao encerramento do ano anterior.</p>
ii) condições de competição nos mercados	<p>O mercado de administração de recursos de terceiros no Brasil é caracterizado pela concorrência significativa entre os seus participantes.</p>
d) eventual sazonalidade	<p>A sazonalidade observada nos fundos de investimento no Banco do Brasil refere-se à aplicação/resgate de recursos do setor público. No mês de dezembro, geralmente observam-se saques nos fundos destinados a esse público, enquanto em janeiro, a captação nesses fundos é positiva devido ao início do período de arrecadação de impostos e taxas. Destacam-se também as movimentações positivas relevantes geralmente observadas nos fundos do segmento de previdência no final do ano, tendo em vista o aumento da demanda por investimentos em planos de previdência nesse período, com o objetivo de otimização tributária pelas pessoas físicas.</p>
e) principais insumos e matérias primas:	
i) sujeição a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação	<p>No exercício de suas atividades, a BB DTVM está sujeita à supervisão e regulação do Banco Central do Brasil (Lei nº 4.595/64, Resolução CMN nº 1.120/86 e Resolução Bacen nº 4.557/17), além de regulamentos e normas da Comissão de Valores Mobiliários.</p>
ii) dependência de poucos fornecedores	<p>Não há dependência do Banco em relação a poucos fornecedores.</p>
iii) volatilidade em preços	<p>Não se aplica.</p>

Segmento Seguridade: Seguros, Previdência (aberta) e Capitalização

A BB Seguridade, por meio de suas coligadas, atua nos segmentos de seguros, previdência complementar aberta, títulos de capitalização e planos privados de assistência odontológica (BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap e Brasil dental), com acesso a rede Banco do Brasil para comercialização de produtos no canal bancário. Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultadas em <http://www.bbseguridaderi.com.br/>.

Até junho de 2019, a empresa IRB Brasil Resseguros (IRB), que atua no segmento de resseguros, fez parte do grupo de empresas coligadas da BB Seguridade. Em julho de 2019, após um procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), a BB Seguros alienou as 47.520.213 ações que detinha do IRB.

a) características do processo de produção	As etapas de criação de produtos ou serviços relacionados ao segmento de seguridade são: ideação, aprovações, desenvolvimento, implantação e gestão do portfólio. Durante a fase de desenvolvimento, é fundamental apresentar uma visão geral sobre o novo produto/serviço e descrever a geração de valor que a BB Seguridade conquistará após sua implantação. Os principais atributos descritos durante o desenvolvimento são: <ul style="list-style-type: none"> ○ Canais e segmentos em que o produto deve estar disponível; ○ Funções/etapas do produto disponíveis (exemplos: contratação, consulta, endosso etc.) para cada canal; ○ Número máximo de telas, campos e comandos necessários para que o produto seja comercializado pelas agências; ○ Resultado mínimo de pesquisas e testes prévios com clientes e vendedores; ○ Tempo máximo para a etapa de desenvolvimento; e ○ Tamanho e duração do piloto.
b) características do processo de distribuição	Os produtos desse segmento podem ser contratados nos canais de atendimento disponíveis aos seus clientes, tais como terminais de autoatendimento (TAA), Central de Relacionamento Banco do Brasil (CRBB), sítio do Banco (bb.com.br), aplicativo Banco do Brasil e rede própria de agências, presentes em todo o território nacional.
c) características dos mercados de atuação:	
i) participação em cada um dos mercados	Com base em dados disponibilizados pela SUSEP e considerando apenas o faturamento gerado no canal bancário para os segmentos de seguros, previdência, capitalização e planos odontológicos, em 2019 a BB Seguridade obteve as seguintes participações/classificação nos produtos relacionados ao seu segmento de atuação: <ul style="list-style-type: none"> ○ Seguro de Vida: 12,9% de participação de mercado, ocupando a 1ª posição no <i>ranking</i> de faturamento de prêmios (Vida e Acidentes Pessoais); ○ Seguro Prestamista: 15,4% de participação de mercado, ocupando a 2ª posição; ○ Seguros Rurais: 60,9% de participação de mercado, ocupando a 1ª posição no <i>ranking</i> de faturamento de prêmios; ○ Seguro Habitacional: 7,0% de participação de mercado, ocupando a 4ª posição; ○ Seguros Residenciais: 6,6% de participação de mercado, ocupando a 5ª posição; ○ Planos de Previdência: 33,3% e 30,3% de participação de mercado, ocupando a 1ª posição no <i>ranking</i> de arrecadação quanto no de provisões totais, respectivamente; ○ Títulos de Capitalização: 22,5% e 27,1% de participação de mercado, ocupando a 2ª posição no ranking de arrecadação total e de provisões totais.
ii) condições de competição nos mercados	O mercado de seguros no Brasil é caracterizado pela concorrência significativa entre os seus participantes.
d) eventual sazonalidade	A dinâmica do processo orçamentário do Banco do Brasil resulta em maiores volumes de vendas no segundo e quarto trimestres de cada exercício, com exceção do segmento de seguros rurais, cuja contratação está vinculada aos períodos de início de safra. O efeito da sazonalidade nas vendas de produtos de seguros sobre as contas de resultado é amenizado pelo diferimento das receitas de corretagem na BB Corretora, e pela constituição de provisão para prêmios não ganhos (PPNG) nas coligadas que atuam no segmento de seguros. As despesas de corretagem (custo de aquisição) também são diferidas pelas coligadas de seguros. Desta forma, parte relevante das receitas e despesas tende a ser diferida ao longo do prazo previsto na apólice.
e) principais insumos e matérias primas:	
i) sujeição a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação	No exercício de suas atividades, a BB Seguridade está sujeita à supervisão e regulação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
ii) dependência de poucos fornecedores	Não há dependência do Banco em relação a poucos fornecedores.

iii) volatilidade em preços Não se aplica.

Segmento Meios de Pagamento: Cartões

O Banco do Brasil atua no mercado de meios de pagamento como um dos líderes no segmento. Investindo continuamente em novas tecnologias e enriquecendo a experiência do cliente, o Banco do Brasil disponibiliza soluções modernas e inovadoras de meios de pagamento, tais como pagamento por aproximação, utilizada em smartphones, pulseiras ou nos cartões tradicionais emitidos com a essa tecnologia, proporcionando rapidez e conveniência. Outra facilidade é o Ourocard-e, um cartão virtual para compras online com opções extras de segurança, como limitação no valor e na quantidade das compras que serão realizadas.

Investindo na praticidade, rapidez e segurança dos meios de pagamento para seus clientes, o Banco do Brasil disponibiliza soluções como o aplicativo Ourocard e atendimento por meio do WhatsApp. Além de otimizar a experiência do cliente, essa estratégia representa importante redução nos custos da estrutura.

Por fim, o amplo portfólio de soluções de pagamento para pessoa física, jurídica, agronegócio, governo e outros nichos, garantem o crescimento contínuo e sólido dos negócios com meios de pagamento do Banco.

a) características do processo de produção

Os produtos desenvolvidos e comercializados no segmento de meios eletrônicos de pagamento são divididos em três categorias: débito, pré-pago e crédito.

Na categoria débito, os produtos e serviços são vinculados à uma conta de depósitos. O pagamento a débito é realizado por meio de cartão físico com *chip* ou soluções *mobile* com tecnologia NFC (*near-field communication*) ou similar, e *software* como o App Ourocard, Samsung Pay ou Apple Pay, entregues ao cliente e vinculados às bandeiras Elo, Visa ou Mastercard.

A categoria pré-pago, similar ao débito, não envolve a análise/concessão de crédito por parte do Banco, é vinculada a uma conta de pagamento, que é um registro individualizado das transações de pagamento com aporte inicial por parte do cliente e operacionalizada por meio de cartão físico.

Por fim, a modalidade crédito, condicionada à existência de limite de crédito para o portador, que seguem os modelos de concessão amparados em metodologias de cálculo de risco de crédito. A principal forma de utilização desta modalidade é por meio de plástico físico dotado de *chip*. Outra forma de utilização ocorre por meio de tecnologias sem contato, como a NFC e MST (*magnetic secure transmission*), que simula a passagem da tarja magnética do cartão no terminal de leitura do cartão. Há ainda a possibilidade de geração de um cartão virtual, com as informações necessárias para utilização em compras não presenciais.

b) características do processo de distribuição

Os produtos do segmento de meios de pagamento comercializados pelo Banco do Brasil podem ser contratados nos canais de atendimento disponíveis aos seus clientes, tais como terminais de autoatendimento (TAA), Central de Relacionamento Banco do Brasil (CRBB), sítio do Banco (bb.com.br), aplicativo Banco do Brasil, rede de correspondentes bancários e rede própria de agências, presentes em todo o território nacional. Somos ainda responsáveis por parte da estratégia e comercialização de produtos e serviços de nossas coligadas em nossa rede de canais, a exemplo da Cielo e Stelo.

c) características dos mercados de atuação:

i) participação em cada um dos mercados

A partir das informações divulgadas pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS, com dados das principais bandeiras que atuam no país, a participação de mercado do Banco do Brasil no faturamento total (crédito e débito) foi de 16,9% em setembro de 2019 (última informação disponibilizada).

ii) condições de competição nos mercados

O mercado de meios de pagamento no Brasil é caracterizado pela concorrência significativa entre os seus participantes.

d) eventual sazonalidade

O volume de faturamento com cartões segue a sazonalidade das datas comemorativas tais como, Dia das Mães, Dia das Crianças, Natal, entre outras.

e) principais insumos e matérias primas:

i) sujeição a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação

No exercício de suas atividades, o Banco do Brasil está sujeito à supervisão e regulação do Bacen (Lei nº 4.595/64).

ii) dependência de poucos fornecedores

Não há dependência do Banco em relação a poucos fornecedores.

iii) volatilidade em preços

Não se aplica.

Outros Segmentos: Consórcios

O Banco do Brasil atua no segmento de consórcios por meio da sua subsidiária integral, a BB Consórcios. Com sede em Brasília, a empresa tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do país. De acordo com informação divulgada pelo Banco Central em 2019, a BB Consórcios mantém a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras.

Ainda de acordo com os últimos dados divulgados pelo Banco Central, a carteira concentra 88,03% de sua composição, em quantidade de cotas, nas modalidades de automóveis (63,27%), motocicletas (20,07%) e imóveis (4,69%). Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada a instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, serviços, outros bens móveis (eletroeletrônicos) e trator/caminhão, além das destacadas acima.

a) características do processo de produção	<p>O segmento de consórcio se caracteriza pelo autofinanciamento dos participantes do grupo, sendo os recursos administrados em consonância com exigências regulatórias. Especificamente, no âmbito da BB Consórcios, utiliza-se uma política de crédito, específica às particularidades do produto, que observa análise cadastral e capacidade de pagamento, sendo a adesão ao produto submetida a critérios estabelecidos pela Administradora.</p> <p>Outra característica relevante do produto é que se constitui em 2 etapas: i) fase "poupança", na qual o cliente disponibiliza contribuições ao grupo antes de sua contemplação e tendo como objetivo o uso futuro do crédito; ii) fase "crédito", na qual o cliente após contemplação da cota, diante de uma nova análise de cadastro e capacidade de pagamento, passa a ter acesso ao uso do crédito.</p>
b) características do processo de distribuição	<p>Os produtos desse segmento podem ser contratados nos canais de atendimento disponíveis aos seus clientes, tais como terminais de autoatendimento (TAA), Central de Relacionamento Banco do Brasil (CRBB), sítio do Banco (bb.com.br), aplicativo Banco do Brasil, representantes comerciais e rede própria de agências, presentes em todo o território nacional.</p>
c) características dos mercados de atuação:	
i) participação em cada um dos mercados	<p>A BB Consórcios possuía em sua carteira, ao final de 2019, 948 mil cotas. De acordo com informação divulgada pelo Banco Central em janeiro de 2020 (dados de novembro de 2019), a empresa ocupa atualmente a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras.</p>
ii) condições de competição nos mercados	<p>O mercado de consórcios no Brasil é caracterizado pela concorrência significativa entre os seus participantes.</p>
d) eventual sazonalidade	<p>Depende das condições econômicas.</p>
e) principais insumos e matérias primas:	
i) sujeição a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação	<p>No exercício de suas atividades, a BB Consórcios está sujeita à supervisão e regulação do Banco Central do Brasil (Lei nº 11.795/08).</p>
ii) dependência de poucos fornecedores	<p>Há dependência do fornecedor de <i>software</i> de gestão do sistema de consórcios.</p>
iii) volatilidade em preços	<p>Não se aplica.</p>

7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando: (a) montante total de receitas provenientes o cliente e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes dos clientes.

O Banco do Brasil não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do Banco do Brasil

Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor:

a. **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.**

Visão Geral Regulatória

A estrutura institucional básica do sistema financeiro brasileiro foi estabelecida em 1964 pela Lei nº 4.595, conforme alterada, a “Lei da Reforma Bancária”. O Banco do Brasil, na condição de empresa do mercado financeiro, sociedade de economia mista e presente no mercado de valores mobiliários, está sujeito à regulação e supervisão de entidades do Sistema Financeiro Nacional.

Principais Órgãos e Entidades Reguladoras e de Supervisão

O sistema financeiro nacional é composto, entre outros, pelos seguintes órgãos regulatórios e de fiscalização:

- CMN (Conselho Monetário Nacional);
- Banco Central do Brasil (Bacen)
- CVM (Comissão de Valores Mobiliários);
- CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados);
- SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);
- PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar);
- Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais); e
- CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar).

Conselho Monetário Nacional (CMN)

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão colegiado criado pela Lei nº 4.595/64, na condição de autoridade máxima do SFN, respondendo pela formulação das políticas orçamentárias, creditícias, fiscais, monetárias e da dívida pública brasileira.

O CMN tem poderes para regulamentar as operações de crédito de instituições financeiras brasileiras e a moeda brasileira, supervisionar as reservas cambiais e de ouro, estabelecer políticas de economia e investimento e regulamentar o mercado de capitais brasileiro com a finalidade global de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O CMN também supervisiona as atividades do Banco Central e da CVM. Especificamente, as principais responsabilidades da CMN são as seguintes:

- ajustar o volume das formas de pagamentos às necessidades da economia brasileira;
- estabelecer a política cambial e regular a taxas de juros;
- regulamentar a estrutura e o funcionamento das instituições financeiras;
- orientar o investimento dos fundos das instituições financeiras, públicas ou privadas, tendo em vista as diferentes regiões do país e as condições favoráveis para o desenvolvimento estável da economia nacional;
- fiscalizar as reservas de ouro e moeda estrangeira;
- possibilitar a melhoria dos recursos das instituições financeiras e suas ferramentas;
- conceder poderes ao Banco Central para emitir moeda e estabelecer níveis de exigência de reserva;
- proteger a liquidez e a solvência das instituições financeiras;
- coordenar as políticas monetárias, creditícias, orçamentárias, fiscais e de dívida pública;
- estabelecer regras gerais para os mercados bancário, de capitais e financeiro.

Banco Central do Brasil (Bacen)

O Bacen é uma autarquia federal criada pela Lei nº 4.595/64, com a finalidade de implementar as políticas estabelecidas pelo CMN que se relacionam a matérias de controle monetário e cambial, bem

como emitir moeda, exercer o controle do crédito, supervisionar as instituições financeiras públicas e privadas e monitorar e regulamentar o investimento estrangeiro no Brasil.

Especificamente, as principais responsabilidades do Banco Central são administrar o controle diário sobre as entradas e saídas de capital estrangeiro (capital de risco e empréstimos sob qualquer forma); estabelecer as normas administrativas e regulamentações para registro de investimentos; monitorar remessas de moeda estrangeira; controlar a repatriação de recursos (na hipótese de sério déficit na balança de pagamentos do Brasil, o Banco Central poderá limitar remessas de lucros e proibir remessas de capital por um prazo de tempo limitado); receber recolhimentos compulsórios e depósitos voluntários à vista de instituições financeiras; realizar operações de redesconto e conceder empréstimos a instituições financeiras bancárias e demais instituições por ele autorizadas a operar; agir como depositário das reservas de ouro e moeda estrangeira; e controlar e aprovar a constituição, funcionamento, transferência de controle e reorganização societária de instituições financeiras e demais instituições por ele autorizadas a operar.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A CVM é uma autarquia federal criada pela Lei nº 6.385/76, com competência para regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar as políticas do CMN relativas ao mercado de valores mobiliários. As principais atribuições da CVM são implementar e regulamentar as políticas de valores mobiliários e de câmbio estabelecidas pelo CMN de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e a Lei de Valores Mobiliários.

A CVM ainda é responsável por controlar e supervisionar o mercado brasileiro de valores mobiliários e derivativos: aprovar, suspender e cancelar o cadastro de companhias abertas; autorizar corretoras e distribuidoras para operar no mercado de valores mobiliários e ofertas públicas de valores mobiliários; supervisionar as atividades de companhias abertas, bolsas de valores, bolsas de commodities e futuros, membros do mercado, fundos de investimento financeiro e fundos de renda variável; exigência de divulgação integral de eventos relevantes que afetam o mercado, a apresentação de informações anuais e trimestrais por companhias abertas; e impor sanções aplicáveis às infrações no mercado de valores mobiliários.

De acordo com a Lei nº 10.198, de 14 de fevereiro de 2001, conforme alteração, e a Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, a regulação e supervisão de fundos mútuos financeiros e fundos de renda variável e de transações envolvendo derivativos foram transferidas para a CVM. De acordo com a lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, (também conhecida como Lei de Valores Mobiliários), a CVM é administrada por um Presidente e quatro Diretores nomeados pelo Presidente da República (e aprovados pelo Senado). As pessoas nomeadas para a CVM deverão ter reputação ilibada e ser reconhecidas como experts no setor de mercado de capitais. Os diretores da CVM são nomeados para mandato único de cinco anos, sendo que um quinto dos membros deverão ser renovados anualmente.

Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)

O CNSP é um órgão colegiado criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, ao qual compete, por exemplo, fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, prescrever os critérios de constituição das sociedades seguradoras e disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor.

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

A SUSEP é uma autarquia criada pelo Decreto-Lei nº 73/66, que é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro no Brasil.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

A Previc é uma autarquia criada pela Lei nº 12.154/09, atuando como entidade de fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o respectivo regime de previdência complementar.

Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC)

O CNPCC é um órgão colegiado criado pela Lei nº 12.154/09, para regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest)

A Sest foi criada pelo Decreto nº 8.818/16, para atuar sobre as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, ou seja, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, além das suas subsidiárias e controladas, denominadas empresas estatais.

Compete à Sest o acompanhamento e disponibilização das informações econômico-financeiras das empresas estatais, bem como se manifestar sobre os pleitos das empresas estatais, no que se refere à política salarial, aos planos de previdência e ao quantitativo de empregados.

Regulamentos sobre captações

O Banco do Brasil é um dos líderes no mercado de captações bancárias no País, o que reforça a confiança dos seus clientes na sua solidez. Dentre os produtos de captação ofertados, destaque para os depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo. Outras modalidades de captação com bastante relevância no portfólio são as letras de crédito do agronegócio, as letras de crédito imobiliário e as letras financeiras.

Letras Financeiras

A Medida Provisória nº 472, promulgada em 15 de dezembro de 2009 e posteriormente convertida na Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010 criou um título de dívida de longo prazo (letra financeira, ou “LF”), permitindo uma nova categoria de captação de recursos pelas instituições financeiras brasileiras e por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Inicialmente, foi estabelecido pela Resolução nº 3.836 (“Resolução CMN nº 3.836”) que as LFs deveriam ter um valor nominal mínimo de R\$ 300.000 e um prazo mínimo de 24 meses. Posteriormente, em 23 de agosto de 2012, o CMN promulgou a Resolução nº 4.123, conforme alterada, (“Resolução CMN nº 4.123”), reformulando as regras aplicáveis às LFs. Por fim, a Resolução CMN nº 4.733, de 27 de junho de 2019, conforme alterada, reduziu o valor nominal mínimo unitário das LFs sem cláusula de subordinação de R\$ 150.000 para R\$ 50.000 e estabeleceu que as LFs com prazos superiores a 36 meses podem ser recompradas ou revendidas antes do vencimento, desde que atendidas certas condições. As LFs subordinadas podem ser contabilizadas como parte do capital regulatório, desde que cumpridas condições especificadas pelo CMN. A Resolução 4.733 entrou em vigor em 1º de outubro de 2019.

Certificados de Operações Estruturadas

Em 5 de setembro de 2013, o CMN promulgou a Resolução CMN nº 4.263, conforme alterada (“Resolução CMN nº 4.263”), que regulamenta as emissões de Certificados de Operações Estruturadas (“COEs”), instrumento financeiro criado pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. O COE é um certificado emitido sobre um investimento inicial, representativo de um conjunto único e indivisível de direitos e obrigações, com uma estrutura de rentabilidade com características de instrumentos financeiros derivativos. Os COEs possuem forma escritural e somente podem ser emitidos por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, pelo BNDES e caixas econômicas podendo ser referenciados em diversos tipos de ativos ou taxas.

Derivativos

São ativos financeiros cujo valor deriva, integral ou parcialmente, do valor de outro ativo financeiro ou mercadoria. O Banco do Brasil se utiliza de derivativos para proteção de suas posições contra oscilações de preços, sejam assumidas pelo Banco em suas operações com clientes ou para proteções de descasamentos estruturais do Banco do Brasil.

Considerando que o Banco do Brasil deve observar o disposto na Resolução CMN nº 4.662/18, todas as operações de instrumentos derivativos realizadas com contrapartes são cobertas por garantias, com exceção de (i) FX *forward* com liquidação física, (ii) FX swap com liquidação física, (iii) derivativos realizados entre instituições financeiras do mesmo conglomerado prudencial e (iv) derivativos integrantes da Carteira de Ativos de Letra Imobiliária Garantida, que devem ser cobertas por garantia inicial de variação que, dentre outras restrições, não pode ser reutilizada para quaisquer outras finalidades.

O mercado de derivativos está regulamentado, entre outras, por meio da Resolução CMN nº 3.505/07, Resolução CMN nº 3.568/08, Lei nº 11.033/04, Instrução Normativa RFB nº 1.585/15, pela Resolução CMN nº 2.873/01 e pela Resolução CMN nº 4.662/18.

Principais limitações e restrições sobre instituições financeiras

As atividades realizadas pelas instituições financeiras estão sujeitas a restrições. Em termos gerais, essas limitações estão relacionadas à concessão de crédito, concentração de risco, investimentos, operações compromissadas, empréstimos e transações em moeda estrangeira, administração de fundos de investimento, microcrédito e crédito consignado.

Restrições à concessão de crédito

De acordo com a Lei 4.595/1964, alterada pela Lei 13.506/2017, é vedado às instituições financeiras realizar operações de crédito com suas partes relacionadas, assim consideradas:

- a) seus controladores, diretores e membros de demais órgãos estatutários ou contratuais (conselho de administração, conselho fiscal, consultivo e outros), inclusive respectivos cônjuges, companheiros e parentes até o 2º grau;
- b) as pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação qualificada em seu capital (equivalente a 15% ou mais, conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.693/2018);
- c) as pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, possuam participação societária qualificada (equivalente a 15% ou mais, conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.693/2018);
- d) as pessoas jurídicas nas quais tenham controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- e) as pessoas jurídicas com as quais possuam diretores ou membros do conselho de administração em comum.

Essa vedação, no entanto, não se aplica, respeitados os limites e as condições estabelecidos pela Resolução CMN 4.693/2018, para:

- a) operações realizadas em condições compatíveis com as de mercado, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes com o mesmo perfil da respectiva instituição;
- b) operações com empresas controladas pela União, no caso de instituições financeiras públicas federais;
- c) operações de crédito que tenham como contraparte instituição financeira integrante do mesmo conglomerado prudencial da referida instituição, desde que contenham cláusula contratual de subordinação, exceto no caso das operações que competem privativamente ao Banco Central do Brasil;
- d) os depósitos interfinanceiros na forma da lei;
- e) as obrigações assumidas entre partes relacionadas e suas respectivas contrapartes em operações conduzidas no âmbito das câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

Restrições às operações de crédito

A Resolução CMN nº 4.589, de 29 de junho de 2017, estabelece, entre outros dispositivos, que o valor das operações de crédito de cada instituição financeira e de outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central em favor de entidades e agências públicas é limitado a 45% (quarenta e cinco por cento) de seu Patrimônio de Referência (PR). Tal limite não têm aplicabilidade para as operações de crédito com a Petrobras, suas subsidiárias e controladas e empresas do grupo Eletrobras.

Operações com títulos de renda fixa

Essas operações se caracterizam por regras definidas de remuneração; isto é, são aquelas cujo rendimento é conhecido previamente (juros prefixados) ou que dependem de índice de remuneração pós-fixado (inflação, taxa de juros etc.).

A negociação dos títulos públicos federais consiste na compra e venda definitiva dos títulos emitidos pelo Governo Federal, sendo registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), nos termos da Circular Bacen nº 3.587/12. O Decreto nº 9.292/2018, que substituiu o Decreto nº 3.859/01 estabelece as características dos títulos da dívida pública federal, existindo uma grande variedade de títulos, com características próprias em termos de prazos (vencimentos) e rentabilidade.

Operações compromissadas

Nos termos da Resolução CMN nº 3.339, de 26/01/06, as operações compromissadas são operações de compra ou venda de títulos de renda fixa com compromisso de revenda ou recompra em data acordada entre as partes, sendo admitida a antecipação da revenda ou da recompra, mediante acordo entre as partes.

As operações compromissadas estão sujeitas ao limite operacional, com base no patrimônio de referência (conforme definido na Resolução CMN nº 4.192 de 01/03/13) da instituição financeira, ajustado segundo a regulamentação do Bacen. Uma instituição financeira somente poderá realizar operações compromissadas no valor de até 30 vezes o seu patrimônio de referência. Dentro deste limite, uma operação compromissada que envolva títulos privados não pode exceder cinco vezes o valor do patrimônio de referência. Limites para as operações compromissadas envolvendo valores mobiliários lastreados por autoridades governamentais variam de acordo com o tipo de segurança envolvido na operação e o risco percebido do emitente.

Empréstimos em moeda estrangeira

As instituições financeiras podem celebrar operações de crédito com credores domiciliados no exterior, sem a necessidade de prévia aprovação do Banco Central, sendo permitida a realização de repasses dos fundos obtidos a companhias brasileiras e a outras instituições financeiras. As instituições financeiras são autorizadas a realizar tais operações de empréstimo denominados em reais, embora sejam ajustados pela variação cambial. Os termos de empréstimo devem refletir os termos da operação original. A taxa de juros cobrada no empréstimo externo subjacente também deve ser coerente com as práticas do mercado internacional. Além do custo original da transação, a instituição financeira só pode cobrar uma taxa adicional de empréstimo.

O Banco Central pode estabelecer limitações ao prazo, taxa de juros e condições gerais desses empréstimos em moeda estrangeira. Tais limitações podem variar conforme o ambiente econômico e a política monetária vigente.

Regulamentação da Administração de Carteiras de Valores Mobiliários

O Banco do Brasil atua no segmento de fundos de investimento por meio de sua subsidiária integral, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB DTVM). A empresa é regida pela Lei nº 13.303/16, pelo Decreto nº 8.945/16, além de órgãos como a CVM e a Sest.

A atividade de administração de carteiras de valores mobiliários chegou a ser regulada conjuntamente pelo Banco Central e pela CVM. De acordo com a Lei nº 10.198, de 14 de fevereiro de 2001, conforme alterada, e a Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, conforme alterada, a regulação e a supervisão tanto de fundos de renda fixa quanto de fundos de renda variável foram transferidas para a CVM. Em 5 de julho de 2002, a CVM e o Banco Central assinaram um memorando de entendimentos em que concordaram na transferência de tais atividades para a CVM. Adicionalmente, a atividade de administração e recursos é autorregulada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), que edita regras e políticas, sobretudo relativas a marketing e publicidade dos associados.

De acordo com a Instrução nº 558, emitida pela CVM em 26 de março de 2015, conforme alterada, indivíduos e companhias autorizadas pela CVM podem atuar como administradores de carteiras de valores mobiliários. Instituições financeiras devem segregar tal atividade das demais. Essas instituições devem indicar um diretor responsável pela administração fiduciária e pela supervisão dos ativos administrados.

O Banco Central, exceto em circunstâncias muito específicas, proíbe as instituições financeiras que administram recursos de terceiros, bem como suas empresas coligadas, de investirem em fundos de renda fixa por eles administrados. A CVM permite investimentos em fundos de participações (*equity funds*). Há regras específicas sobre a diversificação e a composição de carteiras de fundos de investimento de renda fixa, visando à redução de certos riscos.

Em 17 de dezembro de 2014, a CVM editou a Instrução nº 555, conforme alterada, a qual consolidou as regras aplicáveis a fundos de investimento (exceto os fundos de investimento estruturados, os quais são regulados por regras específicas).

Regulação do microcrédito

O Governo Federal adotou várias medidas destinadas a incentivar pessoas de baixa renda a acessarem os recursos do Sistema Financeiro Nacional. Tais medidas incluem a exigência de concessão de

alocação de crédito, a simplificação dos procedimentos bancários e a liberalização dos regulamentos das cooperativas de crédito.

Os bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e CEF devem alocar 2,0% de seus depósitos à vista em operações de empréstimos com taxas de juros baixas - destinadas à população de baixa renda, pequenas empresas e empreendimentos informais, orientado a partir de uma metodologia específica. De acordo com a Resolução nº 4.713 de 28 de março de 2019, as taxas de juros desses empréstimos não podem exceder 4,0% ao mês, o prazo da operação não pode ser inferior a 120 dias e somatório dos saldos devedores das operações de microcrédito produtivo orientado do tomador do crédito não pode ser superior a R\$21.000,00 na mesma instituição financeira.

Regulamentação do crédito para micro e pequenas empresas

No âmbito dos Programas Proger Urbano-Investimento e Proger Urbano Capital de Giro, o Banco orienta-se pelas normas divulgadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), órgão colegiado do Ministério da Economia (ME).

A instituição desses programas se dá por meio de Resolução e a operacionalização das linhas pelo Plano de Trabalho, observada a Programação Anual de Depósitos Especiais (PDE) do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Termo de Alocação de Depósito Especial (TADE) do FAT, ambos formalizados junto ao ME. No Plano de Trabalho constam a finalidade do crédito, o público-alvo, os itens financiáveis e não-financiáveis, a forma de habilitação ao crédito, o limite e o teto financiável, o prazo do financiamento, os encargos financeiros, as garantias, os impedimentos entre outras características. Na PDE são estabelecidos os valores a serem disponibilizados para aplicação no decorrer do ano, enquanto o TADE define o cronograma de disponibilização dos valores alocados na PDE.

A Resolução nº 800 de 13 de dezembro de 2017, fixou prazo para contratação de financiamentos no âmbito do Programa Proger Urbano Capital de Giro até 31/12/2018. No âmbito do Programa Proger Urbano Investimento para o ano de 2019 não houve o estabelecimento da PDE.

O Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste é uma linha de crédito que financia empreendimentos situados na Região Centro-Oeste e tem como foco empreendimentos ligados aos setores agropecuário, agroindustrial, industrial, mineral, de empreendimentos comerciais e de serviços.

O FCO foi criado pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social nos Estados de GO, MT, MS e no DF. Consideram-se prioritários projetos com tomadores de menor porte (pequenos miniprodutores rurais e pequenas e microempresas), de setores produtivos, preservação e recuperação do meio ambiente com o uso de tecnologias inovadoras, bem como a implantação, expansão e modernização de empreendimentos que contribuam para a redução das desigualdades regionais.

Regulamentação das principais linhas de crédito à pessoa física

Em relação às características afetas aos contratos de financiamento de veículos entre o Banco do Brasil e seus mutuários, em geral, esses empréstimos são regulados pelas leis aplicáveis a todas as transações comerciais e pelo Código Civil (Lei nº 10.406/02), principalmente pelos artigos 1.361 ao 1.368-A, dentro do título sobre o direito de propriedade, no que trata da alienação fiduciária de bens móveis. Além do Código Civil, aplicam-se aos Contratos de Financiamento de Veículos o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e a Lei nº 10.931/04, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.

Especificamente sobre a modalidade de crédito consignado, o Banco do Brasil concede crédito em conformidade com as leis e regulamentos específicos, a exemplo da Lei Federal nº 10.820/03, regulamentada pelo Decreto nº 4.840/03, que disciplina a concessão de empréstimos consignados a empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; do artigo 45 da Lei nº 8.112/90, regulamentado pelo Decreto nº 8.690/16, que disciplina o crédito a servidores públicos federais; e da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/08, que disciplina a concessão de crédito a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social.

No que se refere ao crédito imobiliário, o Bacen autorizou, conforme Ofício Deorf/Cofin I 2008/06283, a criação de carteira de crédito imobiliário no Banco do Brasil, de acordo com as diretrizes da Lei nº 4.380/64. Em 2018, as diretrizes foram atualizadas com a publicação da Resolução CMN nº 4.676/18, que dispõe sobre os integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos

recursos captados em depósitos de poupança. Especificamente sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, a regulamentação da concessão de crédito segue a Lei nº 11.977/09, e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto nº 7.499/11.

Regulamentação das principais linhas de crédito à pessoa jurídica

Em relação à regulamentação das linhas de crédito de Capital de Giro à pessoa jurídica, destaca-se a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, a qual estabeleceu a regulação do Programa de Integração Social (PIS) e o Programa do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). O Banco do Brasil, na condição de administrador das cotas do PASEP, aplica os recursos provenientes do Fundo/PASEP, com objetivo de conceder crédito para capital de giro para micro e pequenas empresas e empreendedores individuais.

A Lei nº 13.677, de 13/06/2018, alterou a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do PASEP, notadamente quanto às condições de saque dos saldos pelos participantes do PIS-PASEP.

Nesse cenário, ressalta-se que a concessão de crédito para capital de giro com funding do Fundo de Participação PIS-PASEP depende da disponibilidade de recursos disponibilizados ao Banco do Brasil S.A, na forma da Resolução Bacen nº 2.655, de 05/10/1999, a qual estabelece as condições de aplicação dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP.

Instituído pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, em virtude do disposto na Constituição Federal, artigo 159, inciso I, alínea C, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) é um fundo que objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e regional.

Segundo disposto no art. 6º da Lei nº 7.827/89, suas principais fontes de recursos correspondem ao repasse do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do IR e do IPI, aos retornos e resultados das suas aplicações e ao resultado da remuneração dos recursos momentaneamente que não foram aplicados.

A Lei nº 13.682, em 19 de junho de 2018, modificou a metodologia de cálculo de encargos financeiros que incidem sobre as operações de crédito não rural, bem como a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores. Sua publicação revogou dispositivos da Lei nº 9.126/95 (aplicação da TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais) e da MP nº 2.199-14/01, que substituiu a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, além de alterar as Leis nº 10.177/01, 7.827/89 e 10.260/01, MPs 2.156-5/01 e 2.157-5/01 e Lei Complementar nº 129/09.

Regulamentação sobre o crédito ao setor público

A regulamentação das operações de crédito com órgãos e entidades públicas possuem duas principais vertentes: a primeira diz respeito à legislação aplicável às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e a segunda à legislação aplicável ao tomador do crédito.

O contingenciamento de crédito ao Setor Público, regulamentado pelo CMN, por meio da Resolução nº 4.589/17, estabelece as regras que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem observar para a realização de operações de crédito com estes clientes, e estabelece que será definido pelo CMN, anualmente, o valor global das operações a serem contratadas por entes públicos.

O CMN também definiu por meio da Resolução nº 3.751/09, os procedimentos de salvaguarda às instituições financeiras, bem como procedimentos quanto à comprovação de cumprimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito com os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Aos entes públicos, a Lei Complementar nº 101/00, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 32, estabelece a obrigatoriedade de o tomador do crédito submeter as operações de crédito, previamente à contratação, à Verificação de Limites e Condições pelo Ministério da Economia, realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão integrante da estrutura daquele Ministério, ou pela própria Instituição financeira, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 501/17 do Ministério da Economia.

As operações de crédito da carteira do Banco do Brasil são submetidas previamente à verificação de limites e condições, e são contratadas após a obtenção da autorização emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Crédito rural

Instituído pela Lei nº 4.829/65, o crédito rural está normatizado no Manual de Crédito Rural, publicado e atualizado pelo Bacen. As instituições financeiras têm a obrigação de manter aplicado em operações de crédito rural valor correspondente a: (i) percentual da média aritmética do Valor Sujeito a Recolhimento (VSR) relativo aos recursos à vista, apurado no período de cálculo; (ii) percentual da média aritmética do VSR relativo aos depósitos da poupança rural, apurado no período de cálculo; (iii) percentual da média aritmética dos saldos diários das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), apurado no período de cálculo. Essas instituições devem fornecer ao Bacen, além dos relatórios mensais entregues até o vigésimo dia do mês subsequente ao de apuração, documento final que evidencia o cumprimento da obrigação, até o vigésimo dia do mês de julho de cada ano. Encerrado tal período, a instituição que incorrer em deficiência com relação à exigibilidade fica sujeita, no primeiro dia útil do mês de agosto do ano em que for finalizado o período de cumprimento, ao pagamento de custo financeiro.

(i) na safra 2019/20, valor deve ser correspondente a 30% da média aritmética do VSR relativo aos depósitos à vista.

(ii) na safra 2019/20, valor deve ser correspondente a 60% da média aritmética do VSR relativo aos depósitos da poupança rural.

(iii) na safra 2019/20, valor deve ser correspondente a 35% da média aritmética dos saldos das LCA.

BB Consórcios

Desde o surgimento do consórcio no país, a atividade viveu longo período sob forma não sistemática, observando as regras de direito civil. Até que, no início da década de 70, foi promulgada a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

A Lei nº 10.738, de setembro de 2003, autorizou o Banco do Brasil criar uma administradora de consórcios, sob a forma de subsidiária integral. Em 19 de fevereiro de 2004, o funcionamento da BB Administradora de Consórcios S.A. foi autorizado pelo Banco Central.

Em 08 de outubro de 2008, ocorreu o chamado marco legal do Sistema de Consórcios: a edição da Lei nº 11.795/08, que dispõe única e exclusivamente sobre o funcionamento do sistema de consórcios. A referida Lei entrou em vigor em fevereiro de 2009, trazendo importantes benefícios e aperfeiçoamentos ao mecanismo.

Como subsidiária integral do Banco do Brasil, a BB Administradora de Consórcios é supervisionada pela Sest, vinculada ao Ministério da Economia. A BB Administradora de Consórcios S.A. é regida também pela Lei nº 13.303/16, pelo Decreto nº 8.945/16.

Regulamentos que visam a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Restrição à concentração de risco

A Resolução CMN nº 4.677, de 31.07.2018, estabelece limites máximos de exposição por cliente e de exposições concentradas. O BB deve limitar o total das suas exposições perante um mesmo cliente ao montante máximo de 25% do seu Capital de Nível 1 (CN1). Adicionalmente, o total das exposições concentradas (exposição total perante um mesmo cliente com valor igual ou maior que 10% do CN1) é limitado a 600% do CN1.

Restrições ao Investimento

As instituições financeiras não podem, dentre outras atividades proibidas, manter, de forma consolidada, ativos permanentes que excedam 50,0% de seu capital regulatório, realizar transações que não cumpram os princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos, conceder empréstimos ou adiantamentos sem um contrato apropriado que comprove essa dívida, possuir bens imóveis próprios, exceto imóveis para seus próprios escritórios e pontos de atendimento, exceto aqueles recebidos pela liquidação de dívidas incobráveis ou quando expressamente autorizado pelo Banco Central; ou adquirir investimentos patrimoniais no Brasil ou no exterior, sem aprovação prévia do Banco Central, respeitadas algumas exceções a bancos múltiplos e bancos de investimento.

Procedimentos internos de *Compliance*

Em 17 de outubro de 2016, o Conselho de Administração do BB aprovou a primeira versão da Política Específica de Controles Internos e Conformidade (*Compliance*) e, em 14.11.2016, aprovou alterações

na arquitetura organizacional do Banco para alinhar a sua estrutura às responsabilidades e funções inerentes à sua forma de atuação.

Em 28 de agosto de 2017, o CMN promulgou a Resolução nº 4.595, prevendo que as instituições financeiras brasileiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central devem implementar e manter uma política de *compliance* compatível com a natureza, porte, complexidade, estrutura, perfil de risco e modelo de negócio da instituição.

Em dezembro de 2017 houve a primeira revisão do documento e o estabelecimento de novas diretrizes relacionadas ao risco de conformidade (*compliance*). O objetivo da Política vigente é de estabelecer princípios e diretrizes a serem observados para assegurar o efetivo gerenciamento do risco de conformidade e o fortalecimento do sistema de controles internos, disseminando a cultura de controles e *compliance*, bem como a ênfase na responsabilidade de que essas atividades são atribuições de todos os funcionários, em seus diversos níveis hierárquicos.

Em observância ao escopo de cumprir e fazer cumprir as Leis e regulamentos externos e internos, destacamos algumas medidas adotadas a partir da aprovação da Política: o engajamento da Alta Administração para o cumprimento das obrigações de *compliance*; a segregação das atividades de gerenciamento da função de conformidade (*compliance*) das atividades de negócio e de auditoria interna, garantindo a imparcialidade de opiniões; e a sistematização de práticas de gestão de conformidade, estruturadas e integradas entre as áreas de negócios, controle e riscos, observando o Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD).

Audidores Independentes e Comitê de Auditoria

A Resolução CMN 3.198, de 27 de maio de 2004, conforme alterada, exige que as instituições financeiras tenham um comitê de auditoria e estabeleceu certos requisitos em relação aos seus auditores independentes.

Todas as instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes. A fim de ser contratados, os auditores independentes devem cumprir os seguintes requisitos: (i) devem estar registrados na CVM, (ii) certificados em análise bancária especializada pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e (iii) atender a certos requisitos que garantem sua independência. De acordo com a Resolução CMN nº 3.198, as instituições financeiras devem substituir a pessoa, diretor, gerente, supervisor ou qualquer de seus membros responsáveis pelo trabalho da empresa de auditoria, após emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos. Ex-auditores podem ser transferidos para a equipe de auditoria somente após três anos completos desde o serviço anterior.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198, todas as instituições financeiras: (i) com capital regulatório ou capital regulatório consolidado igual ou superior a R\$ 1 bilhão; (ii) gerenciar ativos de terceiros em valor igual ou superior a R\$ 1 bilhão; ou (iii) gerenciar ativos e depósitos de terceiros no valor agregado igual ou superior a R\$ 5 bilhões, devem criar um comitê de auditoria interna no prazo de um ano a partir da indicação em suas demonstrações financeiras que qualquer um dos parâmetros foi atingido. O comitê de auditoria deve ser criado de acordo com os estatutos da instituição financeira e deve ser composto de, no mínimo, três indivíduos, pelo menos um dos quais é especialista em contabilidade e auditoria. O comitê de auditoria deve se reportar diretamente ao conselho de administração.

Os auditores independentes, no curso de seus procedimentos de auditoria ou revisão, e o comitê de auditoria devem comunicar formalmente o Banco Central da existência ou evidência de erro ou fraude no prazo máximo de três dias úteis a partir da respectiva identificação, representada por não conformidade com normas legais e regulamentares que colocam em risco a continuidade da entidade auditada, fraude de qualquer quantia perpetrada pela administração da referida instituição, fraude relevante perpetrada por funcionários da entidade ou terceiros ou erros que resultam em erros significativos nos registros contábeis da entidade.

Comitê de Auditoria

Os membros do comitê de auditoria de instituições financeiras com ações negociadas em bolsa de valores ou controladas pelo governo brasileiro não podem ser ou terem sido nos últimos 12 meses, anteriores à nomeação para o comitê: a) diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta; b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na empresa pública ou sociedade de economia mista. Além disso, não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no item "a".

Os membros do comitê de auditoria de instituições financeiras de capital aberto também são proibidos de receber qualquer outro tipo de remuneração da instituição ou de suas afiliadas que não seja a relativa ao respectivo cargo como membro do comitê de auditoria. Caso um membro do comitê de auditoria da instituição também seja membro do conselho de administração da instituição ou de suas afiliadas, esse membro deverá optar pela remuneração relacionada a um dos cargos.

O comitê de auditoria deve reportar ao conselho de administração ou diretores, conforme o caso. Suas principais funções são: opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente; supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição; supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras; monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Instituição; avaliar e monitorar exposições de risco; avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as suas recomendações, e registrar, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Coaud em relação às demonstrações financeiras; e, avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelos fundos de pensão, quando a Instituição for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

Além disso, a regulamentação brasileira também permite a criação de um comitê de auditoria único para todo um grupo de empresas.

Requisitos para elaboração de relatórios financeiros

A lei brasileira exige que as instituições financeiras preparem suas demonstrações financeiras de acordo com certos padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76) e outros regulamentos aplicáveis. Como instituição financeira, o Banco é obrigado a ter suas demonstrações financeiras auditadas a cada seis meses. As informações financeiras trimestrais, conforme exigido pelos regulamentos do Banco Central e da CVM, também estão sujeitas a revisão por auditores independentes.

Regulamento para registro e classificação de venda ou transferência de ativos

A Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008 (“Resolução CMN nº 3.533”), contém alterações na maneira pela qual são registradas, classificadas e divulgadas as vendas e transferências de ativos nos livros dos bancos (nos termos da Resolução CMN nº 3.809, de 28 de outubro de 2009). O tratamento contábil passa a seguir os critérios de transferência de risco e, de forma acessória, de transferência de controle. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533, se o cedente retém, substancialmente os riscos e benefícios dos ativos cedidos, tais créditos não podem ser contabilizados como empréstimos fora do balanço. Tal disposição é igualmente aplicável às operações: (i) com compromissos de recompra; (ii) nas quais o cedente assume a obrigação de compensar o cessionário por perdas; e (iii) feitas em conjunto com a aquisição de ações subordinadas de Fundos de Investimento de Diretos Creditórios (“FIDC”).

Diretrizes de Adequação de Capital

As instituições financeiras brasileiras devem cumprir diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), equivalentes àquelas do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (CBSB), em decorrência dos riscos e de requerimentos mínimos de adequação de capital. Os bancos fornecem ao Bacen as informações necessárias para o exercício das suas funções de fiscalização, que incluem o controle dos movimentos de solvência e de adequação de capital.

Os índices de capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192, de 01.03.2013, e nº 4.193, de 01.03.2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

O Patrimônio de Referência (PR) é o montante de capital disponível levado em consideração para os fins de determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras. Conforme regulamentação vigente, o PR é constituído pelo somatório do Nível 1 e Nível 2, sendo o Nível 1 composto pelo Capital Principal e Capital Complementar.

O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) corresponde ao capital requerido das instituições financeiras para fazer frente aos riscos decorrentes da atividade bancária. De acordo com a regulamentação em vigor, o PRMR corresponde à aplicação do fator “F” ao montante de RWA, sendo 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

Na apuração do RWA considera-se a soma das seguintes parcelas:

I - RWACPAD, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

II - RWAMPAD, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; e,

III - RWAOPAD, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O escopo de consolidação, utilizado como base para a verificação dos limites operacionais, considera o Conglomerado Prudencial, conforme Resolução CMN nº 4.280, de 31.10.2013.

De forma complementar, em consonância aos requisitos de Basileia 3, foram instituídos requerimentos mínimos de capital principal (4,5% do RWA) e de nível 1 (6% do RWA). Além dos requisitos mínimos de capital, o Regulamento de Basileia III exige um Adicional de Capital Principal (ACP) de 3,5% do RWA, correspondente à soma das parcelas do ACP de Conservação, ACP Contracíclico e ACP Sistêmico.

O papel do setor público no sistema bancário brasileiro

Em meio à crise financeira global o Presidente da República promulgou regulamentos relacionados ao uso de reservas internas de moedas estrangeiras pelo Banco Central para fornecer liquidez às instituições financeiras por meio de redescontos e operações de empréstimo. Além disso, em 21 de outubro de 2008, foi promulgada a Medida Provisória nº 443, aumentando o papel do setor público no sistema bancário brasileiro. Tais regulamentos autorizam: (i) o Banco do Brasil e a CEF a adquirir, direta ou indiretamente, participações (com ou sem controle acionário) em instituições financeiras públicas e privadas no Brasil, incluindo seguradoras, empresas do ramo previdenciário e de capitalização; (ii) a criação da Caixa Banco de Investimentos S.A., subsidiária integral da CEF, com o objetivo de realizar atividades de banco de investimento; e (iii) o Banco Central realizar swaps com os bancos centrais de outros países. Essa medida provisória foi convertida na Lei nº 11.908, promulgada em 3 de março de 2009.

A Resolução CMN nº 4.222, de 23 de maio de 2013, conforme alterada, modificou o estatuto social do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), mantendo a regra de que o FGC pode investir até 50,0% de seu patrimônio líquido em: (i) aquisição de direitos creditórios de instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil; (ii) títulos de renda fixa emitidos por instituições associadas, desde que garantidos por direitos de crédito criados ou a serem criados com recursos das respectivas aplicações; e (iii) operações ativas vinculadas, de acordo com a Resolução CMN nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002. O FGC poderá vender quaisquer ativos adquiridos nas transações descritas nos itens (i), (ii) e (iii).

Em 04 de janeiro 2018 foi promulgada a Lei Complementar nº 161, que alterou o artigo 2º da Lei Complementar nº 130/2009, tornando possível a captação, pelas cooperativas de crédito, de recursos dos municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas e ainda estabelecendo que a captação desses recursos, em valor superior ao limite assegurado pelos fundos garantidores, obedecerá aos requisitos prudenciais a serem estabelecidos pelo CMN. A resolução Bacen nº 4.659, de 26 de abril de 2018, estabeleceu regras para captação de crédito por cooperativas de crédito, de recursos de municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controlados, e sobre o correspondente cálculo da garantia prestada pelos fundos garantidores. As regras determinam que a cooperativa mantenha títulos públicos federais no montante de recursos captados que excederem a garantia prestada pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Esse requisito pode ser cumprido diretamente pela cooperativa, ou por meio de aplicação na cooperativa central de crédito. Além disso, a norma estabelece requerimentos de governança corporativa para as cooperativas que captam recursos municipais, e disciplina a forma de cálculo da garantia proporcionada pelo FGCoop. Para iniciar a captação de cada município, a cooperativa deve atender plenamente os requerimentos prudenciais.

Estrutura Societária

Exceto em caso de exceções previstas em lei, as instituições financeiras devem ser organizadas como sociedades por ações e estão sujeitas às disposições da Lei 6.404/1976, aos regulamentos emitidos

pelo Banco Central e às fiscalizações da CVM, desde que estejam registradas como companhias abertas.

O capital social das instituições financeiras pode ser dividido em ações com direito a voto e ações sem direito a voto, no qual as ações sem direito a voto não podem exceder 50,0% do capital social total, de acordo com o artigo 15 da Lei das Sociedades por Ações.

Classificação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

De acordo com a regulamentação do Banco Central, as instituições financeiras devem classificar suas operações de crédito em nove categorias, do AA, até o H, de acordo com seus riscos. A avaliação de risco de crédito deve considerar o tomador, o garantidor e a operação de crédito.

Essas classificações de crédito devem ser determinadas de acordo com os critérios do Banco Central relacionados às condições do devedor e do garantidor, tais como situação econômica e financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, atraso em pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limites de crédito e os termos da operação, tais como sua natureza e objetivo, características das garantias, especialmente quanto à suficiência e liquidez e o valor total do crédito.

Cada categoria possui um percentual mínimo de provisão, do seguinte modo:

Categoria	Provisão Mínima (%)
AA	0,0
A	0,5
B	1,0
C	3,0
D	10,0
E	30,0
F	50,0
G	70,0
H	100,0

Em geral, os bancos devem revisar suas classificações de risco anualmente. No entanto, exceto para empréstimos que totalizam menos de R\$ 50.000, os bancos devem revisar empréstimos:

- semestralmente, em qualquer caso em que o valor agregado de empréstimos concedidos a um único tomador ou grupo econômico exceda 5,0% do patrimônio líquido de referência do banco; e
- mensalmente, caso os empréstimos se tornem vencidos.

As operações de empréstimo classificadas como risco de nível H devem ser transferidas para uma conta de compensação, com a correspondente provisão de dívida, após seis meses de sua classificação nesse nível de risco.

No caso de empréstimos com pessoas físicas, a transação é classificada com base em dados que incluem renda, patrimônio líquido e histórico de crédito (além de outros dados pessoais).

Para empréstimos vencidos, os regulamentos estabelecem classificações máximas de risco, como segue:

Número de Dias de Atraso¹	Classificação Máxima
1 a 14 dias	A
15 a 30 dias	B
31 a 60 dias	C
61 a 90 dias	D
91 a 120 dias	E
121 a 150 dias	F
151 a 180 dias	G
Mais de 180 dias	H

(1) Os bancos devem anular qualquer empréstimo 6 meses após sua categorização como "H".

As instituições financeiras devem determinar, mensalmente, se algum empréstimo deve ser reclassificado como resultado das classificações de risco e, se for o caso, devem ajustar suas provisões para perdas de acordo com os regulamentos relativos às provisões mínimas descritas acima.

Além disso, as instituições financeiras são obrigadas a disponibilizar suas políticas de classificação de empréstimos ao Banco Central e a seus auditores independentes. Eles também devem fornecer informações relacionadas à sua carteira de empréstimos, juntamente com suas demonstrações financeiras, incluindo, pelo menos uma discriminação das atividades de empréstimo, classificadas pela natureza do tomador de empréstimo e pela linha de negócios do tomador, vencimento dos empréstimos, e montantes de empréstimos prolongados, remidos e recuperados.

Perdas esperadas em ativos financeiros

Periodicamente, o Banco do Brasil revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento. Instrumentos financeiros enquadrados no primeiro estágio são identificados sob a ótica de perdas nos próximos 12 meses, para os enquadrados nos demais estágios, durante a vida da operação.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *Impairment*

Ao final de cada período de reporte, o Banco do Brasil avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco do Brasil utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo. A perda reconhecida por *impairment* é sujeita a reversão em períodos futuros, com exceção da perda reconhecida em ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco do Brasil efetua anualmente o teste de *impairment* de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de *impairment* de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Sistema de Risco de Crédito do Banco Central

As instituições financeiras devem fornecer ao Banco Central informações sobre as operações de crédito relacionadas no artigo 3º da Resolução CMN 4.571, de 2017, fortalecendo a capacidade de supervisão do Banco Central, aumentando sua eficácia na avaliação dos riscos inerentes à atividade, além de possibilitar a adoção de medidas preventivas, sempre observando o sigilo bancário

São disponibilizados de forma individualizada ao Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR), os registros de crédito dos clientes cujo somatório de operações de crédito, repasses interfinanceiros, coobrigações, limites e créditos a liberar, seja igual ou superior a R\$ 200,00 (duzentos reais). Trata-se de instrumento de registro sob gestão do Banco Central e atualizado mensalmente pelas instituições financeiras.

Regulamentação de Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, alterada pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017 ("Lei Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), desempenha um papel

importante para aqueles que exercem atividades bancárias e financeiras no Brasil. A referida Lei estabelece a definição e as penalidades aplicáveis a pessoas envolvidas em atividades que compõem a "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e ativos, bem como uma proibição de usar o sistema financeiro para estes atos ilícitos.

De acordo com a Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Circular nº 3.461 promulgada pelo Banco Central em 24 de julho de 2009, conforme alterada, que consolidou e aprimorou a legislação brasileira de combate à lavagem de dinheiro, as instituições financeiras (incluindo suas filiais e subsidiárias no exterior) são obrigadas a: (i) manter registros atualizados sobre seus clientes; (ii) manter controles internos à prevenção de lavagem de dinheiro; (iii) analisar operações ou propostas que possam indicar atividade criminosa; (iv) manter registros de transferências eletrônicas e cheques por pelo menos 5 anos; (v) manter registros de transações realizadas por indivíduos ou entidades pertencentes ao mesmo grupo de empresas em um valor que exceda R\$10.000 em um mês calendário ou revelem um padrão que possa sugerir um esquema para burlar os mecanismos de identificação; (vi) manter registro de transferência de fundos que permitam a identificação de (a) depósitos, transferências bancárias e cheques, entre outros e (b) emissões de cheques e pedidos de pagamento, entre outros, em montantes que excedam R\$1.000; (vii) notificar a autoridade competente, sem conhecimento do cliente ou de qualquer outra pessoa, de qualquer transação que possa ser considerada suspeita pela instituição financeira.

Em 3 de março de 1998, o Governo Federal criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no âmbito do Ministério da Economia. A finalidade do COAF consiste em averiguar, examinar, identificar e aplicar penas administrativas referente a quaisquer atividades suspeitas ou ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro no Brasil, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades. As instituições financeiras devem informar ao COAF, e abster-se de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, incluindo aqueles a que a informação se refere, de quaisquer transações dos tipos (iii) e (iv) referidos acima, bem como de operações de depósito em espécie ou saque em espécie de valor a partir de R\$50.000. Não obstante, as instituições financeiras devem analisar as operações que tenham características que possam indicar a existência de um crime e informar ao COAF no prazo de um dia útil da operação proposta ou executada. As informações e os registros acima mencionados devem ser mantidos por pelo menos cinco anos ou dez anos, dependendo da natureza da informação, contados a partir do primeiro dia do ano seguinte ao do término da relação com o cliente ou da conclusão das operações. O descumprimento de qualquer das obrigações acima indicadas pode sujeitar a instituição financeira e os seus administradores a multas e penalidades, inclusive poderia levar a administradores a serem considerados inaptos para exercer qualquer posição em uma instituição financeira e/ou o cancelamento da licença de operação da instituição financeira.

Em 12 de março de 2012, o Banco Central editou a Carta Circular nº 3.542 que ampliou a relação de operações e situações que podem caracterizar a existência de indícios de lavagem de dinheiro. O Banco Central alterou as regras aplicáveis aos procedimentos que devem ser adotados pelas instituições financeiras na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, como resposta às recomendações Grupo de Ação Financeira Internacional. As principais medidas incluem: (i) promulgação da Circular nº 3.583, que estabelece que (a) as instituições financeiras não devem iniciar qualquer relação com os clientes ou prosseguir com as relações existentes, se não for possível identificar plenamente tais clientes e (b) os procedimentos de combate à lavagem de dinheiro também são aplicáveis às agências e subsidiárias das instituições financeiras brasileiras localizadas no exterior; (ii) promulgação da Circular nº 3.691, que regula a resolução nº 3.568, datada de 29 de maio de 2008.

Lei Anticorrupção

O Banco do Brasil mantém estrutura organizacional especializada dedicada ao cumprimento das obrigações oriundas da regulamentação brasileira sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção.

A Lei nº 12.846/2013, ou a "Lei Anticorrupção", prevê a responsabilização administrativa e civil objetiva de empresas pela prática de atos contra a administração pública. São vedadas condutas como suborno, fraude em contratos públicos, manipulação de ofertas (e qualquer conduta que vise restringir concorrência em licitações públicas), fraude em contratos assinados com autoridades públicas, manipular o equilíbrio econômico-financeiro de um contrato público e adquirir qualquer tipo de vantagem com alterações ou prorrogações de contratos com a Administração. O Decreto nº 8.420/2015 regulamenta a aplicação da Lei junto à administração pública federal.

A Lei exige do Banco a atuação em duas frentes:

- a) identificar e mitigar riscos relacionados a atos contra a administração pública, praticados por agente próprio ou terceiros, de interesse ou que beneficie o Banco, com ou sem o conhecimento ou consentimento de funcionário, administrador, dirigente, estatutário ou acionista do Banco; e
- b) identificar e mitigar o risco de ocorrência de atos contra o patrimônio do Banco, praticados por agente ou representante de uma pessoa jurídica, de seu interesse ou benefício, bem como a implementação de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

Segurança Cibernética

Em 26 de abril de 2018, foi editada a Resolução CMN nº 4.658, que dispõe sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições financeiras e demais entidades reguladas pelo Bacen. A Resolução entrou em vigor no dia 30 de abril de 2018, data a partir da qual instituições financeiras e demais entidades devem observar, na celebração de contratos para prestação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e de computação em nuvem exigências contratuais e procedimentais mínimas estabelecidas. O prazo de adequação para contratos existentes naquela data não pode ultrapassar 31 de dezembro de 2021. O local de processamento e armazenamento de dados pode ser localizado fora do Brasil, mas deverá ser assegurado ao Banco Central a fiscalização e a troca de informações a esse respeito.

Lei Geral de Proteção de Dados

A Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) disciplina as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais e traz mudanças significativas nas regras e regulamentações aplicáveis ao processamento desses dados, com um conjunto de regras a serem cumpridas em atividades como coleta, processamento, armazenamento, uso, transferência, compartilhamento e eliminação de informações sobre pessoas naturais identificadas ou identificáveis, e entrará em vigor em dezembro de 2020.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet. Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD.

Regulamentação de *Fintechs*

O CMN aprovou, em 26 de abril de 2018, as Resoluções nº 4.656 e 4.657, que regulamentam a operação das empresas de tecnologia financeira que atuam no mercado de crédito, as chamadas “*fintechs*”. Com esse novo regulamento, tais *start-ups*, que hoje operam como correspondentes bancários no mercado de crédito, podem conceder crédito sem a intermediação de um banco. As novas regras são aplicáveis imediatamente a essas entidades e permitem que as empresas interessadas iniciem o processo de autorização.

Dessa forma, de acordo com o regulamento aprovado, as *fintechs* podem ser estruturadas como (a) Empresas de Crédito Direto, que realizarão operações com recursos próprios por meio de uma plataforma eletrônica; ou (b) Empresa de Empréstimos Interpessoais, focada na intermediação financeira (ponto a ponto). Em 29 de outubro de 2018, o governo brasileiro promulgou o Decreto nº 9.544, autorizando o investimento estrangeiro em até 100% no capital social em Sociedades de Crédito Direto e de Sociedades de Empréstimo entre Pessoas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As *fintechs*, que devem estar atentas aos processos de conformidade das atividades às normas do sistema financeiro e de proteção de dados, serão impactadas de maneira significativa pela LGPD, considerando que a sua aplicação é para agentes públicos e privados, estabelecendo um padrão que deverá ser integrado às relações específicas de cada setor.

Open Banking

Em abril de 2019 o Banco Central divulgou o Comunicado nº 33.455, delineando as diretrizes para a implementação do Sistema Financeiro Aberto no Brasil (“Open Banking”). O Open Banking consiste na integração de sistemas de informação, permitindo o compartilhamento de dados, produtos e serviços

por instituições financeiras e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. O Open Banking é considerado pelo Banco Central como uma ferramenta importante para a inovação no mercado financeiro, tornando o setor bancário mais eficiente e competitivo. De acordo com o Comunicado nº 33.455, o modelo de Sistema Financeiro Aberto em vias de implementação no Brasil incluirá instituições financeiras, instituições de pagamento e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, tornando possível compartilhar, mediante autorização do cliente, (i) dados sobre produtos e serviços, (ii) dados de registros de clientes e (iii) dados de transações de clientes. O Sistema Financeiro Aberto eventualmente cobrirá a prestação de serviços de pagamento, cujos critérios e especificações ainda serão anunciados. Nesse contexto, as instituições autorizadas a operar pelo Banco Central que optarem por participar do Open Banking devem compartilhar as informações listadas acima com outras instituições participantes.

Ainda em 2019, o Banco Central divulgou o Edital da Consulta Pública nº 73/2019 a respeito do Sistema Financeiro Aberto (Open Banking), com o objetivo de definir os atos normativos que regulamentarão o segmento. Além das diretrizes previstas no Comunicado nº 34.455, a consulta detalha quais são os dados e serviços que deverão ser compartilhados pelas instituições participantes, o cronograma de implementação, prevendo início do compartilhamento para o primeiro trimestre de 2020, as responsabilidades, o ressarcimento de custos, a gratuidade de chamadas e a estrutura de governança do Sistema Financeiro Aberto. O prazo para o envio das respostas foi encerrado em 31 de janeiro de 2020.

Sandbox Regulatório

Em novembro de 2019, o Banco Central publicou o Edital de Consulta Pública nº 72/2019, divulgando: (i) as propostas de atos normativos que dispõem sobre o Ambiente Controlado de Testes para Inovações Financeiras e de Pagamentos (*Sandbox* Regulatório), e (ii) minuta de circular que dispõe sobre as regras específicas do primeiro ciclo. O *Sandbox* Regulatório é um ambiente em que entidades serão autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a fim de testar, por período determinado, projeto inovador (produto, serviço ou modelo de negócio experimentais no âmbito do Sistema Financeiro Nacional ou do Sistema de Pagamentos Brasileiro), observando um conjunto específico de disposições regulamentares que amparam a realização controlada e delimitada de suas atividades. Cada ciclo de experimentação do *Sandbox* terá início por meio de ato de convocação editado pelo Banco Central contendo as regras específicas que tangem os seguintes aspectos: período de duração do ciclo, número máximo de participantes, área de concentração temática dos projetos, documentação necessária para inscrição e o cronograma das fases do ciclo.

Pagamentos Instantâneos

Em agosto de 2019, o Banco Central divulgou o comunicado nº 34.085, que trata dos requisitos fundamentais para o ecossistema de pagamentos instantâneos brasileiro, e o comunicado nº 34.836, que trata do cronograma de disponibilização de ambiente de homologação e os critérios de participação nos testes para fins de liquidação de pagamentos instantâneos. Pagamentos instantâneos são transferências monetárias eletrônicas na qual a transmissão da ordem de pagamento e a disponibilidade de fundos para o usuário recebedor ocorre em tempo real e cujo serviço está disponível durante 24 horas por dia, sete dias por semana e em todos os dias do ano. As transferências ocorrem diretamente da conta do usuário pagador para a conta do usuário recebedor, sem a necessidade de intermediários, o que propicia custos de transações menores. A implementação do ecossistema de pagamentos instantâneos no Brasil está prevista para novembro de 2020. Além de aumentar a velocidade em que pagamentos ou transferências são feitos e recebidos, tem o potencial de alavancar a competitividade e a eficiência do mercado; baixar o custo, aumentar a segurança e aprimorar a experiência dos clientes; promover a inclusão financeira e preencher uma série de lacunas existentes na cesta de instrumentos de pagamentos disponíveis atualmente à população. Esse modelo está em linha com a revolução tecnológica em curso, possibilita a inovação e o surgimento de novos modelos de negócio e a redução do custo social relacionada ao uso de instrumentos baseados em papel.

Pessoas Politicamente Expostas (PPE)

De acordo com a Circular Bacen nº 3.461/09, as instituições financeiras e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem adotar procedimentos destinados a prevenir sua utilização na prática dos crimes de que trata a Lei nº 9.613/98 (Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro) para estabelecer relações comerciais e acompanhar as transações financeiras de clientes consideradas pessoas expostas politicamente.

Para fins de tal regulamento, PPEs incluem familiares e outras pessoas de relacionamento próximo de agentes públicos, considerados como aqueles que desempenham ou tenham desempenhado, nos

últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes. O prazo de cinco anos é contado retroativamente a partir da data em que o cliente deixou de ser um indivíduo exposto politicamente.

Regulamentos que afetam a liquidez do mercado financeiro

Exigências de reserva e outros

O Bacen impõe, dentre outras exigências, vários recolhimentos compulsórios às instituições financeiras, utilizando essas reservas como um mecanismo para controlar a liquidez do sistema financeiro. Os recolhimentos de reservas incidem sobre recursos à vista, depósitos de poupança e recursos a prazo. A seguir, alguns dos tipos atuais de reservas:

Recursos à Vista

Os bancos e outras instituições financeiras em geral foram obrigados, até 27/04/18, a depositar 40% do saldo médio diário de seus depósitos, recursos em trânsito de terceiros, cheques administrativos, cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, obrigações por prestação de serviços de pagamento, operações de assunção de dívida e resultados de operações de garantias conforme estabelecido pela Circular nº 3.867 de 19/12/17. A Circular nº 3.888 de 28/03/18, alterou a alíquota para 25% e extinguiu as deduções do saldo de Caixa e a isenção das contas de governo com efeitos a partir de 30/04/18. Em 22/11/18, o Bacen emitiu a Circular nº 3.917 alterando a alíquota de depósito para 21% e extinguiu a dedução do valor-base, a partir de 24/12/18.

Depósitos de Poupança

As instituições com depósitos de poupança rural foram obrigadas a depositar em uma conta remunerada no Bacen, semanalmente, uma quantia em dinheiro equivalente a 21% do saldo médio total das contas de poupança até 04/05/18. A Circular Bacen nº 3.890, de 28/03/18, alterou a Circular Bacen nº 3.093/02 (redefine e consolida as regras do encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança) estabelecendo a alíquota de 20% a partir de 07/05/18.

No Banco do Brasil (e no Banco da Amazônia e Banco do Nordeste), os recursos da Poupança são direcionados ao crédito rural. A exigibilidade de direcionamento para operações de crédito rural correspondeu a 74% dos recursos da Poupança Rural até 07/07/17. A Resolução Bacen nº 4.579, de 07/06/17, alterou o Manual de Crédito Rural (MCR) passando este percentual para 65% até 29/11/17. A Resolução Bacen nº 4.614, de 30/11/17, alterou o Manual de Crédito Rural (MCR) e reduziu o percentual deste direcionamento obrigatório para 60%.

Além disso, o Banco utiliza a prerrogativa prevista na Resolução CMN nº 3.549/08, de que as instituições autorizadas a receber depósitos de poupança rural podem captar depósitos de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Neste sentido, no mínimo 65% do montante total de depósitos em contas de poupança no SBPE devem ser utilizados para financiar imóveis habitacionais, com exceção de situações específicas. Os valores que podem ser utilizados para satisfazer esta exigência incluem, em adição ao direcionado aos financiamentos de imóveis residenciais, letras hipotecárias, encargos de empréstimos imobiliários residenciais e outros financiamentos. Nos termos da Resolução nº 4.410/15, do CMN, a alíquota de depósito compulsório foi estabelecida em 24,5% de encaixe e fundos captados pelas entidades do SBPE. Em 28/03/18, o Bacen emitiu a Circular nº 3.890 alterando a alíquota de depósito para 20% a partir de 07/05/18.

Recursos a prazo

As instituições financeiras depositaram em uma conta no Bacen 34% dos depósitos a prazo entre 02/01/18 e 28/12/18, conforme a Circular Bacen nº 3.867 de 19/12/17. Em 26/06/2019, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.951, alterando a alíquota para 31% sobre a base de cálculo. O saldo desta conta é remunerado com base na taxa Selic.

Regulamentação sobre o Relacionamento entre instituições financeiras e seus clientes

O relacionamento entre instituições financeira e seus clientes é disciplinado pelas leis civis e comerciais em geral, incluindo o Código Civil Brasileiro. Todavia, o CMN e o Banco Central emitiram regulamentação específica endereçando as atividades bancárias e os contratos, em complementação às leis gerais.

Política Específica de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços

Criada em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.539/2016, a Política de Relacionamento com Clientes e Usuários do BB, aprovada pelo Conselho de Administração em 17/07/2017, consolida as diretrizes e valores organizacionais que devem nortear o comportamento do Banco no relacionamento com seus clientes e usuários nas fases de pré-venda, contratação e pós-venda.

O processo de implementação da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários no Banco passou pela aprovação da política, ações de capacitação, disseminação dos princípios a serem observados no relacionamento com clientes e usuários, definição de indicadores para acompanhamento, implementação de avaliação de maturidade, entre outras ações.

Em relação à disseminação dos princípios entre o corpo funcional, desde dezembro de 2018 está disponível, em ferramenta corporativa, funcionalidade que permite ao funcionário tomar conhecimento e aderir às Políticas de Relacionamento com Clientes e Usuários, Controles Internos e Conformidade. A medida busca aprimorar a comunicação com os funcionários e disseminar a existência e o propósito daquelas políticas.

Outra evolução recente foi a aprovação da metodologia para a avaliação do grau de maturidade do BB para a implementação da Política, baseada em cinco eixos (cultura, *suitability*, gestão do relacionamento, sistema de metas e incentivos, e governança), sendo os processos avaliados de acordo com a aderência e a efetividade à Resolução CMN 4.539/16.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC)

Em 1990, o CDC foi promulgado para estabelecer regras rígidas que regem a relação entre os fornecedores de produtos e serviços e os seus consumidores. Em junho de 2006, o Supremo Tribunal Federal de Justiça determinou que o CDC também se aplica a operações entre instituições financeiras e seus clientes. Essas instituições também estão sujeitas à regulamentação do CMN, que especificamente regula o relacionamento entre instituições financeiras e seus clientes. Nesse sentido, a Resolução CMN nº 3.694/09, conforme alterada, estabeleceu critérios atinentes à prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras, impondo condições a serem observadas no relacionamento com os consumidores de serviços e produtos bancários. Já a Resolução CMN nº 3.919/10 alterou e consolidou as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras.

Regulamentação de serviço de atendimento ao consumidor (SAC)

A Lei nº 8.078/90 prevê obrigatoriedade da existência do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). O Decreto nº 6.523/08 regulamenta a lei supracitada, fixando as normas gerais para o SAC por telefone, aos fornecedores de serviços regulados pelo Poder Público Federal, visando observância aos direitos básicos do consumidor em obter informação adequada e clara sobre os serviços que contratar e manter-se protegido contra práticas abusivas ou ilegais impostas no fornecimento dos mesmos.

Em conformidade ao Decreto, as ligações para SAC serão sempre gratuitas, tanto pelo 0800.729.0722 quanto pelo 0800.729.0088, que contempla o acesso por pessoas com deficiência auditiva ou de fala.

Ouvidoria

A Ouvidoria Externa do Banco atende aos requisitos regulamentares da Resolução CMN nº 4.433, de 23 de julho de 2015, conforme alterada pela Resolução CMN nº 4.629, de 25 de janeiro de 2018. A Ouvidoria Externa do Banco é responsável por (i) servir, em última instância, às demandas dos clientes do Banco que não foram resolvidas em seus canais primários de atendimento; (ii) atuar como canal de comunicação entre o Banco e seus clientes; e (iii) informar o Conselho de Administração do Banco sobre suas ações. Um relatório contendo informações detalhadas sobre as atividades da Ouvidoria Externa é disponibilizado semestralmente.

Sigilo Bancário

As instituições financeiras devem manter o sigilo das operações bancárias e serviços prestados aos seus clientes, inclusive com um desdobramento do direito constitucionalmente assegurado à privacidade. A Lei Complementar nº 105/01, que disciplina o assunto, também permite que o Bacen ou a CVM possam trocar informações com autoridades governamentais estrangeiras, desde que um tratado específico a este respeito tenha sido previamente acordado. Os auditores da Receita Federal do Brasil também podem inspecionar os documentos, livros e registros financeiros de uma instituição

financeira em determinadas circunstâncias, desde que obtenham permissão do cliente ou recebam uma ordem judicial.

Cadastro Positivo

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi historicamente avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet e atualmente também estamos passando pelas transformações trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18) que entrará em vigor em agosto de 2020.

As alterações na Lei do Cadastro Positivo entraram em vigor em 9 de julho de 2019. Posteriormente, a Lei do Cadastro Positivo foi regulamentada pelo Decreto nº 9.936/19 e a Resolução CMN nº 4.737/19. O Decreto nº 9.936/19 disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito e o Banco do Brasil está aderente à toda legislação.

Sistema de Pagamento Brasileiro

As regras para a liquidação de pagamentos no Brasil baseiam-se nas diretrizes adotadas pelo BIS. O Sistema de Pagamento Brasileiro ("SPB"), que compreende as entidades, sistemas e procedimentos relacionados ao processamento e liquidação de operações de transferência de fundos, transações com moeda estrangeira ou ativos financeiros e valores mobiliários. As seguintes entidades são membros do SPB: verificação de serviços de compensação, compensação e liquidação de ordens eletrônicas de débito e crédito, transferência de dinheiro e outros ativos financeiros, compensação e liquidação de transações com valores mobiliários, compensação e liquidação de operações realizadas em commodities e bolsa de futuros, e outras, coletivamente referidas como operadores de infraestrutura de mercado financeiro (FMI). A partir de outubro de 2013, com a promulgação da Lei nº 12.865, os instituidores de arranjo de pagamento e instituições de pagamento também passaram a fazer parte do SPB.

O SPB apresenta um alto grau de automação, com o uso crescente de meios eletrônicos para transferência de fundos e liquidação de obrigações, para substituir instrumentos baseados em papel. Até meados da década de 1990, as mudanças no SPB foram impulsionadas pela necessidade de lidar com altas taxas de inflação e, portanto, o progresso tecnológico alcançado foi principalmente destinado a aumentar a velocidade de processamento das transações financeiras.

Na remodelação conduzida pelo Banco Central até 2002, o foco foi redirecionado para a gestão de riscos. A entrada em operação do Sistema de Transferência de Reserva ("STR"), em abril de 2002, conforme estabelecido pela Circular do Banco Central 3.100 de 28 de março de 2002, marca o início de uma nova fase da SPB. O STR, gerido e operado pelo Banco Central, é um sistema de liquidação bruta em tempo real para transferências de fundos no Brasil. O STR é o sistema central do SPB, pois estabelece transações nos mercados monetário, cambial e de capitais entre as instituições financeiras que mantêm contas no Banco Central. As transferências de fundos são liquidadas pelo STR nas contas detidas no Banco Central. Além desses fluxos financeiros, as posições líquidas dos sistemas de compensação e liquidação são liquidadas através dos participantes diretos do STR. O STR pode emitir ordens de transferência de fundos em seu próprio nome ou em nome de terceiros. Os receptores podem ser outros participantes diretos do STR ou seus clientes. As transferências de fundos são definitivas, ou seja, irrevogáveis e incondicionais. Nesse sentido, só é possível desfazer uma transação através de outra transação na direção oposta. Além disso, a fim de garantir a estabilidade do sistema, as transferências de fundos STR são condicionadas à existência de saldo suficiente na conta do participante transferidor.

O Banco Central e as instituições por ele autorizadas operar, os operadores da infraestrutura do mercado financeiro (FMI), como o B3, e a Secretaria do Tesouro Nacional são participantes do STR.

Com esse sistema, o Brasil passou a fazer parte do grupo de países em que as transferências de fundos interbancários ocorrem em tempo real, irrevogavelmente e incondicionalmente. A fim de garantir a liquidez e, conseqüentemente, um melhor funcionamento do sistema de pagamento no ambiente de liquidação em tempo real, dois aspectos são especialmente importantes:

- a) utilização pelos bancos dos saldos das reservas mínimas ao longo do dia para fins de liquidação de obrigações, uma vez que a verificação da conformidade é baseada em saldos de fim de dia; e
- b) acionamento pelo Banco Central de uma rotina para otimizar o processo de liquidação de ordens de transferência de fundos mantidos em filas dentro do STR.

As instituições financeiras e outras instituições dirigidas pelo Banco Central também são submetidas a regras que obrigam a estruturação de um quadro de gestão de riscos e de gestão de capital, de acordo com determinados procedimentos estabelecidos pelo Banco Central, tais como a Resolução nº 4.557, emitida pela CMN em 23 de fevereiro de 2017. O quadro de gestão dos riscos deve incluir:

- a) políticas e estratégias de gestão de riscos, claramente documentadas, que estabelecem limites e procedimentos para manter a exposição aos riscos;
- b) processos efetivos de acompanhamento e reporte, em tempo, de exceções às políticas de gestão de riscos, limites e níveis de apetite ao risco;
- c) sistemas, rotinas e procedimentos para a gestão de riscos;
- d) avaliação periódica da adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos mencionados no item acima;
- e) políticas, processos e controles adequados para garantir a identificação de riscos;
- f) papéis e responsabilidades para fins de gestão de riscos, claramente documentados, que estabeleça atribuições ao pessoal da instituição em seus vários níveis, incluindo prestadores de serviços terceirizados;
- g) programa de teste de stress;
- h) avaliação contínua da efetividade das estratégias de mitigação de riscos utilizadas, considerando, entre outros aspectos, os resultados dos testes de estresse;
- i) políticas e estratégias claramente documentadas para a gestão da continuidade dos negócios; e
- j) relatórios de gerência oportunos para o Conselho de Administração, se existente, o Comitê de Riscos e a Diretoria sobre, entre outras questões, ações para mitigações de risco e sua efetividade e premissas e resultados dos testes de estresse.

Meios de Pagamento

A Lei nº 12.865/13, determina, dentre outros assuntos, o Banco Central do Brasil (Bacen) como órgão regulador do mercado de meios de pagamento no país. A referida lei foi o marco regulatório para o mercado citado e instituiu uma série de termos e respectivos conceitos antes inexistentes, como: (i) arranjo de pagamento, (ii) instituidor de arranjo de pagamento, (iii) instituição de pagamento, (iv) conta de pagamento, (v) instrumento de pagamento e (vi) moeda eletrônica.

A partir da promulgação da Lei, em 09 de outubro de 2013, todos os participantes do mercado de meios de pagamento devem se enquadrar em algum dos tipos de instituição estabelecidos. Além disso, todos eles devem cumprir requisitos especificados na Lei e encaminhar ao Bacen solicitação de autorização para funcionamento.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou, também em 2013, a Circular nº 4.282, que estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). O CMN publicou, ainda, a Circular nº 4.283, que altera a Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, que dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Em 2018, as Circulares Bacen nº 3.886 e 3.887 e a Carta Circular nº 3.872 introduziram mudanças relevantes ao funcionamento dos arranjos de pagamento e estabeleceu os limites máximos para a tarifa de intercâmbio. No mesmo período a publicação da Resolução CMN nº 4.655, modificou o método de cobrança de encargos em decorrência de atraso no pagamento ou liquidação das faturas de cartão de crédito. No último trimestre de 2018, a Resolução Bacen nº 4.692, estabeleceu diretrizes sobre a alteração de limites de crédito, quando não realizada por iniciativa do cliente.

Aquisição de Empresas por Instituições Financeiras

Em 29 de março de 2012, o CMN promulgou a Resolução CMN nº 4.062, que alterou o artigo 8 da Resolução CMN nº 2.723, de 31 de maio de 2000. Nos termos do regulamento anterior, as instituições financeiras deveriam informar o Banco Central de sua participação no capital de qualquer outra empresa sediada no Brasil e a alienação parcial ou total de sua participação nessas empresas. A nova regra, no entanto, exige que instituições financeiras, como o Banco e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, solicitem autorização prévia do Banco Central para ter participação direta ou indireta no capital social de qualquer empresa com sede no Brasil ou no exterior, exceto para interesses corporativos típicos de carteiras de investimento ou desenvolvimento mantidas por bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos e agências de fomento. A Resolução CMN nº 4.062 também estabelece que o Banco Central somente permitirá participações em empresas que realizem atividades complementares ou complementares às atividades da instituição financeira.

A Circular nº 3.590, de 26 de abril de 2012, conforme alterada, estabelece que o Banco Central examinará certas reorganizações societárias e outros atos que envolvam duas ou mais instituições financeiras, não apenas considerando seus efeitos potenciais no sistema financeiro e sua estabilidade, mas também quaisquer impactos potenciais relacionados à concentração de mercado e à concorrência. De acordo com a Circular nº 3.590, tais atos estarão sujeitos à análise do Banco Central, exceto no caso de transações envolvendo instituições do mesmo grupo econômico, cessão de crédito que não envolva transferência de negócios ou transações envolvendo apenas administradores de consórcio ou instituições de pagamento. A metodologia e os parâmetros utilizados na análise de concentração de mercado de tal atividade serão incluídos no Guia para Análise de Atos de Concentração do Banco Central. Após a aprovação da transação, o Banco Central poderá estabelecer certas restrições e exigir que as instituições financeiras assinem um acordo que estabeleça como os recursos e a participação no mercado serão compartilhados.

Investimento Estrangeiro e Constituição Brasileira

Bancos estrangeiros

Nenhuma instituição financeira, bancária ou de crédito pode operar no Brasil sem a aprovação prévia do Banco Central. Além disso, bancos e instituições financeiras estrangeiras devem ser expressamente autorizados a operar no Brasil por decreto presidencial, conforme estipulado no artigo 52 da Lei de Disposições Constitucionais Transitórias (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT) e no artigo 18 da Lei de Reforma Bancária. Uma instituição financeira estrangeira devidamente autorizada a operar no Brasil através de uma agência ou subsidiária está sujeita às mesmas regras, regulamentos e requisitos aplicáveis a qualquer instituição financeira brasileira.

Investimento estrangeiro em instituições financeiras brasileiras

A Constituição brasileira permite que indivíduos ou empresas estrangeiras invistam nas ações com direito a voto das instituições financeiras brasileiras somente se tiverem recebido autorização específica do Governo Federal com base no interesse nacional ou reciprocidade.

Os investidores estrangeiros podem adquirir ações sem direito a voto de instituições financeiras brasileiras negociadas em bolsa de valores ou certificado de depósito de valores mobiliários oferecidos no exterior representando ações sem direito a voto sem autorização específica.

Consolidação de Regras de Câmbio

Em 23 de março de 2010, o CMN promulgou a Resolução nº 3.844, conforme alterada, consolidando regras gerais referentes ao capital estrangeiro que chega ao Brasil por meio de investimentos diretos e transações financeiras. Essa resolução rege o registro de operações de investimento diretos, créditos, royalties, transferências de tecnologia e arrendamento mercantil estrangeiro, entre outras coisas. Atualmente, o Banco Central regula o registro de transações transfronteiriças de acordo com as Circulares 3.689, conforme alterada, e 3.691, conforme alterada, ambas datadas de 16 de dezembro de 2013.

b. política ambiental do Banco do Brasil

Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulamentação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

Política Específica de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil

O Banco do Brasil possui uma Política Específica de Responsabilidade Socioambiental – PRSA aprovada pelo Conselho de Administração em 2015, que orienta o comportamento do Banco em relação à responsabilidade e ao risco socioambiental, sendo pautada pelos princípios da relevância, proporcionalidade e eficiência.

A Política se estende às entidades ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) que optaram por aderir à PRSA do BB. Espera-se, ainda, que as demais ELBB definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas. A Política de Responsabilidade Socioambiental do BB foi atualizada em 2019 e está disponível em <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade>.

Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB

O Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil, intitulado Agenda 30 BB, é o instrumento por meio do qual o Banco aprimora seus negócios e processos, alinhando-se às melhores práticas mundiais e contribuindo para que a responsabilidade socioambiental permeie todo o Conglomerado, buscando a geração de resultados sustentáveis.

O Plano é formatado a partir de desafios que se desdobram em compromissos assumidos pelo Banco com base nas melhores práticas e tendências nacionais e internacionais de sustentabilidade, índices de mercado e demandas da sociedade em geral. Os desafios da Agenda 30 BB estão alinhados à agenda internacional de desenvolvimento sustentável adotada pela ONU em 2015, que contempla Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem implementados por todos os países do mundo até 2030.

A Agenda 30 BB é elaborada para um período de três anos, com revisões a cada biênio, realizadas por meio de um processo que envolve todas as áreas do Banco e representantes de seus principais públicos de relacionamento (funcionários, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas/investidores, representantes da sociedade civil e especialistas em sustentabilidade, concorrentes, órgãos reguladores, imprensa/mídia e governo).

Para o triênio 2019-2021 foram estabelecidas 50 ações e 86 indicadores vinculados a 21 desafios, os quais impactam positivamente a agenda global do desenvolvimento sustentável com a contribuição aos ODS e às metas do Acordo de Paris.

Desde 2005 foram implementadas aproximadamente 500 ações para aprimoramento das práticas de sustentabilidade do BB.

A Agenda 30 BB está disponível ao público e pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.bb.com.br/docs/portal/pub/CadernoAgenda30BB.pdf>

Padrões Nacionais e Internacionais de Proteção Ambiental

O Banco do Brasil é signatário das seguintes práticas de proteção ambiental:

a) CDP (*Carbon Disclosure Project*): é uma iniciativa internacional presente em mais de 50 países e que atua há mais de 20 anos com o objetivo de contribuir para uma transição econômica baseada na sustentabilidade. Seu foco é incentivar investidores, empresas e governos (nacionais, estaduais e municipais) a adotarem indicadores de desempenho baseados em métricas ambientais, sociais e de governança (ASG) e apresentá-los ao mercado por meio do reporte de suas ações para medir e mitigar, reduzir ou neutralizar os impactos ambientais. A iniciativa também oferece ferramentas que auxiliam nesse reporte, análise, medição e mitigação de impactos climáticos. O BB participa da iniciativa por meio dos Programas *Climate Change* (desde 2010) e *Supply Chain* (desde 2016)

b) *Caring for Climate* – Pacto Global das Nações Unidas: adotado pelo Banco do Brasil a partir de setembro de 2009, trata-se de uma plataforma adicional de compromissos do Pacto Global lançada em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável para participantes que queiram avançar em soluções sobre mudanças climáticas.

c) Programa Brasileiro GHG Protocol: é a principal metodologia de identificação e cálculo de emissões de gases de efeito estufa e suporte para o seu gerenciamento, sendo utilizado pelas maiores empresas do mundo. Anualmente o Banco do Brasil publica seu inventário de emissões no site do [Registro Público de Emissões](#), gerido pela iniciativa brasileira GHG Protocol.

d) Empresas pelo Clima: trata-se de uma iniciativa empresarial permanente, cujo objetivo é mobilizar, sensibilizar e articular lideranças empresariais para a gestão e redução das emissões de gases de efeito estufa, a gestão de riscos climáticos e a proposição de políticas públicas e incentivos positivos no contexto das mudanças climáticas. A iniciativa é coordenada pela Fundação Getúlio Vargas e o Banco do Brasil foi um dos membros fundadores. Desde o lançamento em 2009, o Banco participa ativamente dos debates e posicionamentos com o objetivo de orientar o processo de adaptação da economia brasileira às mudanças climáticas.

e) Índice Carbono Eficiente – ICO2: A B3 e o BNDES criaram o ICO2 com o objetivo de incentivar as empresas emissoras das ações mais negociadas a aferir, divulgar e monitorar suas emissões de GEE, preparando-se, dessa forma, para atuar em uma economia chamada de “baixo carbono”. Desde o seu lançamento o Banco do Brasil (BBAS3) integra a iniciativa sempre estando entre as cinco instituições mais representativas na composição da carteira.

f) Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS: é uma associação civil sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável nas empresas que atuam no Brasil, por meio da articulação junto aos governos e a sociedade, além de divulgar os conceitos e práticas atuais referentes ao tema. O Conselho é o representante brasileiro da rede *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), que conta com quase 60 conselhos nacionais e regionais em 36 países e de 22 setores industriais, além de 200 grupos empresariais que atuam em todos os continentes, sendo que o Banco do Brasil participa dos debates desde a sua criação.

g) Princípios do Equador: conjunto de critérios para gerenciamento de risco socioambiental adotados por 101 bancos em 38 países e referenciados nos Padrões de Desempenho de Sustentabilidade Socioambiental da *International Finance Corporation* (IFC) e nas Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial. O Banco do Brasil adotou voluntariamente os Princípios do Equador em 2005 e adequou os seus procedimentos de gerenciamento de risco socioambiental aos novos padrões de desempenho socioambientais.

Este conjunto de critérios é aplicável aos Financiamentos de Projeto (*Project Finance*) e aos serviços de Assessoria para Financiamento de Projeto (*Project Finance Advisory Service*), ambos para projetos cujo custo total de capital seja igual ou superior a US\$ 10 milhões. Os Princípios do Equador aplicam-se também a financiamentos Corporativos Dirigidos a Projetos (*Project Related Corporate Loans*) e a Empréstimos-ponte (*Bridge Loans*).

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Em seu relacionamento com o público externo, o Banco do Brasil busca utilizar apenas marcas registradas ou em processo de registro de modo a não se expor a riscos de imagem e garantir segurança jurídica.

Atualmente, o Banco do Brasil é titular de dezenas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, tais como “Banco do Brasil”, “BB”, “Ourocard” e “Fundação Banco do Brasil”, as quais são extremamente relevantes para suas atividades. O Banco do Brasil também é titular de alguns nomes de domínio relevantes associados a tais marcas, bem como alguns programas de computador, patentes e desenhos industriais.

O Banco do Brasil é proprietário de todas as marcas do conglomerado, sendo que a utilização das marcas por suas subsidiárias e coligadas se dá por meio de contratos de licenciamento.

Não obstante, o Banco do Brasil possui marcas registradas também no exterior, tais como “Banco do Brasil Americas”, “BB Americas” e “Banco do Brasil Securities”, as quais utiliza para se posicionar e atuar nos respectivos mercados.

Com exceção da autorização para funcionamento outorgada pelo Banco Central e das marcas relevantes mencionadas no item 9.1.b do Formulário de Referência, o Banco não possui dependência em relação a quaisquer patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

7.6. Países dos quais o Banco do Brasil obtém receitas relevantes

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede e sua participação na receita líquida total

O Banco do Brasil obteve uma receita total de R\$ 162.001 milhões em 2019, predominantemente de suas atividades no Brasil, correspondente à 94% de sua receita total.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total

O Banco do Brasil não obteve receitas relevantes de suas participações em países estrangeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total

O Banco do Brasil não obteve receitas relevantes em países estrangeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

7.7. Regulamentação em outros países

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulamentação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.

O Banco do Brasil não obteve receitas relevantes em países estrangeiros no ano de 2019. Contudo, previamente à aquisição de instituição financeira fora do Brasil ou à instalação de dependência no exterior, o Banco, com o apoio de consultorias especializadas internacionalmente reconhecidas, realiza um exame detalhado do ambiente regulatório desses países a fim de verificar a capacidade de cumprimento das exigências legais emanadas dos órgãos de supervisão locais e, conseqüentemente, de estar em conformidade com a legislação aplicável. Como resultado desses exames, o Banco do Brasil confirma se a regulamentação específica da localidade não acarreta impacto relevante em suas operações. Em caso afirmativo, o estudo com vistas à aquisição ou instalação de nova dependência é reavaliado sob o aspecto da conveniência e da oportunidade.

7.8. Políticas socioambientais

Em relação a políticas socioambientais, indicar:

I. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

O Banco do Brasil divulga informações sociais e ambientais por meio do Relatório Anual, nas versões português e inglês. Trata-se de um documento que apresenta as principais iniciativas e os resultados alcançados ao longo do ano de referência. Com esta publicação, o Banco do Brasil divulga a forma de realizar a gestão dos negócios e os impactos das atividades nas esferas econômica, ambiental e social.

Em 2015, o Conselho de Administração do Banco do Brasil aprovou a sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que orienta o nosso comportamento em relação ao tema e considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social e ambiental nos negócios; na relação ética e transparente com nossas partes interessadas; na promoção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais do trabalho; e no respeito e na valorização da diversidade e da equidade nas relações.

Em 2019, a PRSA do BB foi atualizada em alinhamento às Resoluções CMN 4.327/14, CMN 4.557/17 e normativo SARB 14, de 28/04/14 (autorregulação Febraban).

a. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

O Relatório Anual divulga aos acionistas, investidores, clientes, funcionários, representantes do governo e para a sociedade como o Banco do Brasil opera e gere seus negócios e decorrentes impactos

nas dimensões econômica, ambiental e social. Publicado em meio eletrônico desde 2010, o relatório é elaborado de acordo com os GRI Standards, opção Essencial. O Relatório é alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios do Relato Integrado, tendo como objetivo demonstrar a criação de valor por meio dos resultados alcançados em resposta aos nossos desafios em sustentabilidade.

b. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Relatório Anual do Banco do Brasil é assegurado por empresa de auditoria independente.

c. o link direto de onde essas informações podem ser encontradas no site da companhia

O Relatório Anual e a PRSA do Banco do Brasil estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade/>.

d. se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da companhia

Com o objetivo de integrar a gestão ao relato, os temas mais relevantes a serem abordados no Relatório Anual do Banco do Brasil correspondem aos desafios em sustentabilidade convencionados em nosso Plano de Sustentabilidade, intitulado Agenda 30 BB. Desde 2016, alinhamos nossa materialidade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletindo a conexão de nossas estratégias de negócios com as prioridades globais.

Em resposta aos desafios e às oportunidades identificados, o Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, para o período 2019-2021, conta com 50 ações e 86 indicadores, vinculados aos 21 desafios elencados, que impactam positivamente os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 1, ODS 2, ODS 4, ODS 5, ODS 6, ODS 7, ODS 8, ODS 9, ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 15, ODS 16 e ODS 17. No Relatório Anual 2019 apresentamos os indicadores não confidenciais e vinculados aos desafios considerados relevantes, os quais estão estruturados sobre os cinco pilares dos ODS (Prosperidade, Parceria, Pessoas, Planeta e Paz).

O Sumário de Conteúdo GRI, disponível no Relatório Anual, apresenta uma correlação com os 10 Princípios do Pacto Global e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

7.9. Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

8.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante não operacional

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

Todas as alienações e aquisições de qualquer ativo relevante correspondentes aos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente foram devidamente descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do Banco do Brasil nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve celebração de contratos relevantes entre o Banco do Brasil e suas controladas nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4. Outras informações relevantes

Não se aplica.

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. Bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades

Descrever os bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do Banco do Brasil, indicando especialmente:

a. ativos imobilizados, inclusive alugados ou arrendados, e sua localização

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	31/12/2019
				Tipo de propriedade
Ed. BB DF	Brasil	DF	Brasília	Alugado
Ed. Sede III	Brasil	DF	Brasília	Alugado
Ed. Datacenter	Brasil	DF	Brasília	Próprio
ICI BB	Brasil	DF	Brasília	Próprio
Ed. Sede IV	Brasil	DF	Brasília	Próprio
Ed. CARJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugado
Ed. Sedan	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Próprio
Ed. BB SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugado
Verbo Divino	Brasil	SP	São Paulo	Próprio
Complexo São João	Brasil	SP	São Paulo	Alugado
Ed. Cacex	Brasil	SP	São Paulo	Alugado
Ed. Ansarah	Brasil	SP	São Paulo	Alugado

b. ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

I - Marcas e Titularidades

31/12/2019

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da Perda dos direitos
Marca	Banco do Brasil	16/11/2023		
Marca	BB	18/07/2025	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem ser negados. Mesmo aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não venham apresentar processos de oposição, nulidade, caducidade ou de outra natureza.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pelo Banco do Brasil acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional, como perda de espaço na Internet para a concorrência, prejuízos de imagem e financeiro frente ao mercado e clientes. Em decorrência disso, o Banco do Brasil encontraria dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que o Banco do Brasil não comprove ser legítimo titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de ser demandado judicialmente na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marca	Ourocard	24/10/2025		
Marca	Brasilprev	26/09/2025		
Marca	Brasilcap	27/11/2028		
Marca	Ourocap	03/03/2028	No âmbito judicial, embora o Banco seja titular do registro de suas marcas, é assegurado a terceiros contestá-lo quanto a possíveis violações de seus direitos de propriedade intelectual.	
Marca	BB Seguros	05/02/2029		
Marca	BB DTVM	12/08/2024	A manutenção dos registros de marcas, por sua vez, é realizada por meio do pagamento periódico de taxas ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para a manutenção dos registros e o consequente direito do titular.	
Marca	BB Consórcios	16/10/2027		
Marca	Fundação Banco do Brasil	22/01/2028		
Marca	CCBB	09/10/2027		
Domínio de Internet	w w w .bb.com.br	04/03/2028	Não renovação, no prazo de cobertura, pelo Banco	Perda de espaço na Internet para a concorrência, prejuízos de imagem e financeiro frente ao mercado e clientes.
Domínio de Internet	w w w .bancodobrasil.com.br	09/02/2023	Não renovação, no prazo de cobertura, pelo Banco	Perda de espaço na Internet para a concorrência, prejuízos de imagem e financeiro frente ao mercado e clientes.
Domínio de Internet	w w w .bancobrasil.com.br	14/03/2023	Não renovação, no prazo de cobertura, pelo Banco	Perda de espaço na Internet para a concorrência, prejuízos de imagem e financeiro frente ao mercado e clientes.

c. as sociedades em que o Banco do Brasil tenha participação e a respeito delas informar:

- i. denominação social;**
- ii. CNPJ;**
- iii. país sede;**
- iv. UF sede;**
- v. município sede;**
- vi. atividades desenvolvidas;**
- vii. participação do Banco do Brasil;**
- viii. se a sociedade é controlada ou coligada;**
- ix. número de registro na CVM;**
- x. razões para aquisição e manutenção de tal participação.**
- xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários;**
- xii. valor contábil da participação;**
- xiii. valorização ou desvalorização (%) de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil e o valor de mercado;**
- xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais;**

i. denominação social		ii. CNPJ	
BB - Banco de Investimento S.A.		24.933.830/0001-30	
iii. país sede	iv. UF sede	v. município sede	
Brasil	RJ	Rio de Janeiro	
vi. descrição das atividades desenvolvidas			
Banco de Investimento			
vii. participação do emissor (%)			
100,00			
viii. sociedade controlada ou coligada			
Controlada			
ix. registro CVM			
A instituição é autorizada pelo Banco Central e possui registro de banco de investimentos e custódia de valores mobiliários. Não possui código CVM.			
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação			
Subsidiária constituída com o objetivo de complementar os serviços de banco de investimento à atividade principal do Conglomerado BB. O BB-Banco de Investimento S.A. detém participações acionárias em coligadas e controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, dentre as quais, Ativos S.A..			
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões)			
A sociedade não possui ações negociadas em mercados organizados de valores mobiliários.			
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões)			
Dez/19			
468,89			
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
valor contábil	1,80%	3,12%	-85,21%
valor de mercado	-	-	-
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
	1.295,0	1.448,8	657,3

Seção 9 - Ativos Relevantes

i. denominação social BB Elo Cartões Participações S.A.		ii. CNPJ 05.105.802/0001-80	
iii. país sede Brasil	iv. UF sede DF	v. município sede Brasília	
vi. descrição das atividades desenvolvidas Participação em outras sociedades.			
vii. participação do emissor (%) Participação direta de 100%			
viii. sociedade controlada ou coligada Controlada			
ix. registro CVM Não possui registro na CVM.			
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação Trata-se de Sociedade Anônima fechada utilizada como veículo de participação em outras sociedades, notadamente de meios eletrônicos de pagamento. Atualmente possui participação direta na empresa Elo Participações S.A, na Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A., Cielo S.A. (operação sujeita à aprovação dos órgãos reguladores) e indiretamente na Elo Serviços S.A e na Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (Alelo).			
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões) A sociedade não possui ações negociadas em mercados organizados de valores mobiliários.			
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões)			
	Dez/19		
	9.774,0		
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
valor contábil	4,70%	2,59%	89,53%
valor de mercado	-	-	-
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
	370,5	523,8	529,6

i. denominação social		ii. CNPJ	
Banco Votorantim S.A.		59.588.111/0001-03	
iii. país sede	iv. UF sede	v. município sede	
Brasil	SP	São Paulo	
vi. descrição das atividades desenvolvidas			
Banco múltiplo.			
vii. participação do emissor (%)			
Participação direta de 50,00%.			
viii. sociedade controlada ou coligada			
Coligada			
ix. registro CVM			
Não possui registro na CVM.			
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação			
Trata-se de participação estratégica do Conglomerado BB.			
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões)			
A sociedade não possui ações negociadas em mercados organizados de valores mobiliários.			
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões)			
Dez/19			
5.575,6			
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
valor contábil	5,03%	-4,81%	8,87%
valor de mercado	-	-	-
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
	55,3	97,3	540,0

Seção 9 - Ativos Relevantes

i. denominação social BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Val. Mobiliários S.A.		ii. CNPJ 30.822.936/0001-69	
iii. país sede Brasil	iv. UF sede RJ	v. município sede Rio de Janeiro	
vi. descrição das atividades desenvolvidas Gestão de recursos de terceiros e administração dos fundos de investimento.			
vii. participação do emissor (%) Participação direta de 100%.			
viii. sociedade controlada ou coligada Controlada.			
ix. registro CVM Não possui registro na CVM.			
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação Subsidiária constituída com o objetivo de complementar a atividade principal do Conglomerado Banco do Brasil.			
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões) A sociedade não possui ações negociadas em mercados organizados de valores mobiliários.			
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões)			
Dez/19 132,0			
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
valor contábil	0,00%	0,00%	0,00%
valor de mercado	-	-	-
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
	939,5	1.100,3	1.269,2

i. denominação social		ii. CNPJ	
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		31.546.476/0001-56	
iii. país sede	iv. UF sede	v. município sede	
Brasil	DF	Brasília	
vi. descrição das atividades desenvolvidas			
Prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis ou imóveis, realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, direitos creditórios e demais operações facultadas a sociedade de arrendamento mercantil.			
vii. participação do emissor (%)			
Participação direta de 100%.			
viii. sociedade controlada ou coligada			
Controlada.			
ix. registro CVM			
Não possui registro na CVM.			
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação			
Subsidiária constituída com o objetivo de complementar a atividade principal do Conglomerado Banco do Brasil.			
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões)			
A sociedade não possui ações negociadas em mercados organizados de valores mobiliários.			
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões)			
Dez/19			
4.731,8			
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
valor contábil	3,92%	2,57%	1,43%
valor de mercado	-	-	-
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
	73,4	43,9	36,2

Seção 9 - Ativos Relevantes

i. denominação social BB Cayman Islands Holding		ii. CNPJ 05.528.375/0001-42													
iii. país sede Ilhas Cayman	iv. UF sede -	v. município sede Grand Cayman													
vi. descrição das atividades desenvolvidas Holding constituída tendo por objetivo participar, direta ou indiretamente, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades e empresas, bem como dedicar-se a qualquer ato ou atividade legal em virtude da qual sociedades possam ser constituídas segundo a Companies Law, desde que a sociedade não seja constituída para dedicar-se a qualquer ato ou atividade que requeira o consentimento ou aprovação de qualquer oficial, departamento, conselho, agência ou outro órgão sem que tal consentimento ou aprovação prévia seja antes obtida.															
vii. participação do emissor (%) Participação direta de 100%.															
viii. sociedade controlada ou coligada Controlada.															
ix. registro CVM Não possui registro na CVM.															
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação Trata-se de participação estratégica do Conglomerado Banco do Brasil.															
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões) A sociedade não possui ações negociadas em mercados organizados de valores mobiliários.															
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões) <table><thead><tr><th></th><th colspan="3">Dez/19</th></tr><tr><th></th><th colspan="3">1.752,5</th></tr></thead></table>					Dez/19				1.752,5						
	Dez/19														
	1.752,5														
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%) <table><thead><tr><th></th><th>Dez/17</th><th>Dez/18</th><th>Dez/19</th></tr></thead><tbody><tr><td>valor contábil</td><td>4,04%</td><td>5,80%</td><td>5,34%</td></tr><tr><td>valor de mercado</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr></tbody></table>					Dez/17	Dez/18	Dez/19	valor contábil	4,04%	5,80%	5,34%	valor de mercado	-	-	-
	Dez/17	Dez/18	Dez/19												
valor contábil	4,04%	5,80%	5,34%												
valor de mercado	-	-	-												
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões) <table><thead><tr><th></th><th>Dez/17</th><th>Dez/18</th><th>Dez/19</th></tr></thead><tbody><tr><td></td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr></tbody></table>					Dez/17	Dez/18	Dez/19		-	-	-				
	Dez/17	Dez/18	Dez/19												
	-	-	-												

i. denominação social		ii. CNPJ	
Banco do Brasil Aktiengesellschaft (BB AG)		-	
iii. país sede	iv. UF sede	v. município sede	
Áustria	-	Viena	
vi. descrição das atividades desenvolvidas			
Banco comercial.			
vii. participação do emissor (%)			
Participação direta de 100%.			
viii. sociedade controlada ou coligada			
Controlada.			
ix. registro CVM			
Não possui registro na CVM.			
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação			
Trata-se de participação estratégica do Conglomerado Banco do Brasil.			
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões)			
A sociedade não possui ações negociadas em mercados organizados de valores mobiliários.			
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões)			
Dez/19			
919,9			
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
valor contábil	-13,32%	27,23%	-0,03%
valor de mercado	-	-	-
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
	-	-	-

Seção 9 - Ativos Relevantes

i. denominação social Banco Patagonia S.A.		ii. CNPJ 08.884.213/0001-35	
iii. país sede Argentina	iv. UF sede -	v. município sede Buenos Aires	
vi. descrição das atividades desenvolvidas Banco múltiplo.			
vii. participação do emissor (%) Participação direta de 80,3894%.			
viii. sociedade controlada ou coligada Controlada.			
ix. registro CVM Não possui registro na CVM.			
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação Trata-se de participação estratégica do Conglomerado Banco do Brasil na América do Sul, cuja aquisição teve por objetivo ampliar a parceria entre empresas brasileiras e argentinas, por meio da geração de negócios e diversificação de produtos e serviços.			
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões)			
Dez/19 1.700,0			
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões)			
Dez/19 1.376,5			
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
valor contábil	0,63%	-2,67%	35,67%
valor de mercado	40,30%	-53,70%	0,00%
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
	192,2	159,1	157,1

i. denominação social		ii. CNPJ	
BB Seguridade Participações S.A.		17.344.597/0001-94	
iii. país sede	iv. UF sede	v. município sede	
Brasil	DF	Brasília	
vi. descrição das atividades desenvolvidas			
Participação em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e sociedades que operam planos privados de assistência à saúde, empresas que detenham participação em outras sociedades administradoras de bens, corretagem e viabilização de negócios envolvendo empresas de seguros dos ramos elementares, de vida e capitalização, planos previdenciários, seguro saúde e em sociedades que operam planos privados de assistência à saúde.			
vii. participação do emissor (%)			
Participação direta de 66,25%.			
viii. sociedade controlada ou coligada			
Controlada.			
ix. registro CVM			
02315-9			
x. razões para aquisição e manutenção de tal participação			
Empresa constituída com o objetivo de complementar a atividade principal do Conglomerado Banco do Brasil.			
xi. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários (R\$ milhões)			
Dez/19			
49.952,5			
xii. valor contábil da participação (R\$ milhões)			
Dez/19			
3.631,9			
xiii. valorização ou desval. de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais (%)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
valor contábil	6,89%	-16,39%	-13,84%
valor de mercado	0,67%	-3,16%	0,00%
xiv. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais (R\$ milhões)			
	Dez/17	Dez/18	Dez/19
	2.179,2	2.313,0	2.698,0

9.2. Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o Banco do Brasil julgue relevantes

Marcas e Titularidades

O Banco do Brasil possui 446 marcas registradas e 43 marcas em processo de registro no Brasil, sendo as marcas mais relevantes: Banco do Brasil, BB, Ourocard, Brasilprev, Brasilcap, Ourocap, BB Dental, BB Seguros, BB DTVM, BB Consórcio, BB Corretora, BB Leasing, BB Financeira, Fundação Banco do Brasil, CCBB, Mais BB, dentre outras. No exterior, temos 70 marcas registradas em diversos países das Américas, Europa e Ásia.

i. duração

No Brasil, adquire-se a propriedade de uma marca somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo assegurado ao seu titular o direito de uso exclusivo em todo o território nacional por 10 anos, contados da data de concessão do registro, prorrogáveis por iguais períodos sucessivos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços. A prorrogação ou não do registro é feita de acordo com interesse do negócio.

Ativos Relevantes (item 9.1.c)

Apesar do Conglomerado Banco do Brasil deter participações em várias empresas, as empresas discriminadas no item 9.1.c são compreendidas pelo emissor como relevantes para o desenvolvimento de suas atividades. Além deste critério, optamos por divulgar as empresas em que o valor contábil de participação do Banco do Brasil é superior ao valor de materialidade (R\$ 811 milhões em 2017 e 2018 e R\$ 836 milhões em 2019). É válido ressaltar que o valor de materialidade, critério definido a partir do valor do patrimônio líquido do exercício imediatamente anterior das demonstrações financeiras em IFRS, é utilizado também como ponto de corte para a descrição dos processos judiciais exigidos no item 4.3, além das transações com partes relacionadas, presente na seção 16 deste Formulário.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Nós, membros da Diretoria Executiva do Banco do Brasil, na forma da Instrução CVM 480/09, comentamos nesta seção 10 do Formulário de Referência os principais aspectos relativos ao Banco, retrospectivamente aos exercícios de 2017, 2018 e 2019. Declaramos que as informações são verdadeiras, completas e consistentes.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A análise das alterações significativas em cada item do Balanço Patrimonial (BP) das Demonstrações Contábeis em IFRS entre os exercícios 2019/2018 e 2018/2017 é apresentada no tópico "10.1.h". A análise das alterações significativas dos itens do resultado (DRE) é apresentada no item 10.2 deste Formulário.

Os ativos do Banco do Brasil em 2019 totalizaram R\$ 1.452 bilhões, crescimento de 4,0% (+56 bilhões) na comparação com o exercício 2018. Na comparação 2018/2017, o aumento foi de R\$ 43 bilhões (+3,2%).

O lucro líquido do Banco atingiu R\$ 18.888 milhões em 2019, o que corresponde a Retorno sobre o Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL) de 15,64% no exercício, ante 13,88% em 2018 e 11,57% em 2017.

	2017	2018	2019
RSPL - %	11,57	13,88	15,64
ROA - %	0,90	1,10	1,33
Lucro por Ação (Básico e Diluído) - R\$	3,82	4,96	5,86
Risco Médio - % ¹	5,84	5,01	5,94
Índice de Cobertura - % ²	70,18	72,13	78,22

(1) O indicador representa a razão entre a provisão e o total de empréstimos a clientes.

(2) O indicador representa a razão entre as receitas líquidas de tarifas e comissões e a soma das despesas administrativas e de pessoal.

b. estrutura de capital

Nos últimos três exercícios sociais, o Banco do Brasil manteve a representatividade do capital de terceiros nos níveis que considera adequado, conforme demonstrado na tabela a seguir.

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	% em relação ao passivo total	2018	% em relação ao passivo total	2019	% em relação ao passivo total
Patrimônio Líquido	101.238	7,5	104.540	7,5	109.971	7,6
Capital de Terceiros	1.251.837	92,5	1.291.967	92,5	1.342.296	92,4
Passivo Total	1.353.075	100,0	1.396.507	100,0	1.452.267	100,0

Na tabela a seguir é demonstrado o índice de endividamento do Banco do Brasil.

R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de		
	2017	2018	2019
a. montante total da dívida, de qualquer natureza	1.251.837	1.291.968	1.342.295
b. Índice de Endividamento (Passivo Circ.+ Não Circulante/PL) ¹	12,9	12,7	12,5
c. caso o emissor deseje, outro indicador de endividamento	Não há	Não há	Não há

(1) O PL atribuível aos controladores foi de R\$ 97.357 milhões, R\$ 101.893 milhões e R\$ 107.735 milhões em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

Índice de Basileia

R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de			Variação %	
	2017	2018	2019	18/17	19/18
Patrimônio de Referência (PR)	135.511	134.178	132.150	(1,0)	(1,5)
Nível I ¹	95.228	95.290	96.380	0,1	1,1
Capital Principal (CP)	72.320	71.169	71.289	(1,6)	0,2
Capital Complementar	22.908	24.121	25.091	5,3	4,0
Nível II	40.283	38.889	35.770	(3,5)	(8,0)
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)²	63.812	61.366	56.912	(3,8)	(7,3)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	689.857	711.490	711.402	3,1	(0,0)
Risco de Crédito - RWACPAD	616.822	624.019	612.630	1,2	(1,8)
Risco de Mercado - RWAMPAD	17.296	26.390	21.393	52,6	(18,9)
Risco Operacional - RWAOPAD	55.738	61.081	77.380	9,6	26,7
Margem sobre o PRMR	71.700	72.812	75.238	1,6	3,3
Índice de Basileia (PR/RWA)	19,64	18,86	18,58	-	-
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	13,80	13,39	13,55	-	-
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,48	10,00	10,02	-	-

(1) Os Instrumentos autorizados pelo Bacen a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/07 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022. Esse decaimento é aplicado sobre os valores que compunham o PR em 31/12/2012.

(2) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01/10/2013 a 31/12/2015; 9,875%, de 01/01/2016 a 31/12/2016; 9,25%, de 01/01/2017 a 31/12/2017; 8,625%, de 01/01/2018 a 31/12/2018 e 8% a partir de 01/01/2019.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos seus compromissos assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências externas e da sua capacidade de acesso ao mercado internacional de capitais.

O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política de Risco de Liquidez estabelecida pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

Em 31 de dezembro de 2019, verificou-se acréscimo nos ativos de liquidez, em comparação com o mesmo período de 2018, principalmente, pelo aumento do saldo nos ativos financeiros. Na comparação 2018/2017 o crescimento nos ativos de liquidez decorreu, principalmente, da elevação das aplicações em operações compromissadas.

R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de			Variação %	
	2017	2018	2019	18/17	19/18
Ativos de Liquidez (A)	527.447	578.780	640.204	9,7	10,6
Aplicações em Operações Compromissadas	348.187	386.874	390.772	11,1	1,0
Ativos Financeiros	130.672	143.933	197.701	10,1	37,4
Empréstimos a Instituições Financeiras	35.117	34.372	37.559	(2,1)	9,3
Caixa e Depósitos Bancários	13.471	13.601	14.171	1,0	4,2
Passivos de Liquidez (B)	400.892	436.975	433.814	9,0	(0,7)
Obrigações por Operações Compromissadas	376.243	402.901	404.355	7,1	0,4
Valores a Pagar a Instituições Financeiras	24.649	34.073	29.459	38,2	(13,5)
Saldo de Liquidez (A - B)	126.555	141.806	206.390	12,1	45,5

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Fontes de Captação e Aplicação de Recursos

Os indicadores da próxima tabela demonstram a relação entre as fontes de captação e aplicação de recursos no Banco do Brasil. Como pode ser observado, o Banco do Brasil utiliza diversas fontes de captação para financiar as operações de empréstimos no país. As mais relevantes em moeda nacional

são os depósitos de clientes, letras de crédito do agronegócio (LCA) e letras de crédito imobiliário (LCI). Além disso, para aproveitar as oportunidades de sua posição em títulos do Governo, o Banco do Brasil pode captar recursos no mercado interbancário oferecendo estes ativos como garantia.

R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de			Variação %	
	2017	2018	2019	18/17	19/18
Total de Captações (A)	726.434	730.313	742.565	0,5	1,7
Depósitos Totais	426.077	452.368	485.002	6,2	7,2
LCA+LCI	105.784	96.202	92.875	(9,1)	(3,5)
Obrigações no Exterior ¹	76.908	80.377	87.061	4,5	8,3
Obrigações por Repasses no País e no Exterior	80.885	66.732	60.909	(17,5)	(8,7)
Dívida Subordinada no País	53.516	47.306	38.488	(11,6)	(18,6)
Operações Compromissadas com Títulos Privados	23.576	17.418	12.958	(26,1)	(25,6)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.795	15.522	17.013	(7,6)	9,6
IHCD no País	8.100	8.100	8.100	-	-
Letras Financeiras + Debêntures	3.875	5.403	5.284	39,4	(2,2)
Compulsórios	(69.081)	(59.115)	(65.124)	(14,4)	10,2
Carteira de Crédito Líquida (B)	585.191	601.661	579.517	2,8	(3,7)
Empréstimos a Clientes	621.513	633.367	616.145	1,9	(2,7)
Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes	(36.322)	(31.706)	(36.628)	(12,7)	15,5
Disponibilidades (A-B)	141.243	128.652	163.048	(8,9)	26,7
Indicadores (%)					
Carteira de Crédito Líquida/Depósitos Totais	137,3	133,0	119,5		
Carteira de Crédito Líquida/Total de Captações	80,6	82,4	78,0		
Disponibilidades/Total de Captações	19,4	17,6	22,0		

(1) Inclui obrigações por empréstimo no exterior, obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários no exterior e bônus perpétuos emitidos no exterior.

O representativo volume de depósitos à vista e de poupança, além das captações através de LCA/LCI, em relação ao total de captações reduz o custo médio ponderado de captação e, dada a sua pulverização, permite estabilidade no fluxo de caixa do Banco do Brasil.

R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de			Variação %	
	2017	2018	2019	18/17	19/18
Total de Depósitos (A)	450.726	486.442	514.461	7,9	5,8
Depósitos a Prazo	195.629	209.492	232.750	7,1	11,1
Depósitos de Poupança	160.290	174.855	180.943	9,1	3,5
Depósitos à Vista	70.158	68.022	71.310	(3,0)	4,8
Depósitos de Instituições Financeiras	24.649	34.073	29.459	38,2	(13,5)
Compulsórios (B)	(69.081)	(59.115)	(65.124)	(14,4)	10,2
Outros Recursos (C)	263.659	246.706	236.665	(6,4)	(4,1)
LCA + LCI	105.784	96.202	92.875	(9,1)	(3,5)
Obrigações no Exterior	76.908	80.377	87.061	4,5	8,3
Dívida Subordinada no País	53.516	47.306	38.488	(11,6)	(18,6)
Operações Compromissadas com Títulos Privados	23.576	17.418	12.958	(26,1)	(25,6)
Letras Financeiras + Debêntures	3.875	5.403	5.284	39,4	(2,2)
Total de Recursos Não do Governo (D=A+B+C)	645.303	674.032	686.002	4,5	1,8
Recursos do Governo Federal (E)	105.780	90.353	86.022	(14,6)	(4,8)
Recursos de Repasses	80.885	66.731	60.909	(17,5)	(8,7)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.795	15.522	17.013	(7,6)	9,6
IHCD no País	8.100	8.100	8.100	-	-
Total de Recursos (F=D+E)	751.083	764.386	772.024	1,8	1,0

A tabela a seguir apresenta de forma discriminada as operações de crédito.

R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de			Variação %	
	2017	2018	2019	18/17	19/18
Empréstimos e Títulos Descontados	200.537	205.679	214.293	2,6	4,2
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	186.668	191.792	183.366	2,7	(4,4)
Financiamentos	136.567	126.764	113.540	(7,2)	(10,4)
Financiamento Imobiliário	54.716	56.364	54.426	3,0	(3,4)
Outros Créd. c/ Caract. de Concessão de Crédito	42.131	52.130	49.998	23,7	(4,1)
Operações de Crédito Vinculadas a Cessões	496	405	331	(18,3)	(18,3)
Operações de Arrendamento Mercantil	399	234	191	(41,4)	(18,1)
Total dos Empréstimos a Clientes	621.513	633.367	616.145	1,9	(2,7)
(Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes)	(36.322)	(31.706)	(36.628)	(12,7)	15,5
Total	585.191	601.661	579.517	2,8	(3,7)

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O Banco do Brasil se utiliza de instrumentos de gestão que permitem a identificação antecipada de cenários que indiquem possíveis deficiências de liquidez.

Dessa forma, se necessário, o Banco poderá utilizar mecanismos para elevar o volume de recursos, tais como aumento de taxas para captação de depósitos a prazo, captações de curto-prazo no mercado aberto e emissões de títulos no mercado brasileiro e internacional, para reequilíbrio das disponibilidades, garantindo, assim, a continuidade de seus negócios.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O Banco do Brasil está sujeito aos parâmetros exigidos pelas autoridades monetárias, de acordo com os princípios de Basileia e cumpre os índices de capital regulatório estabelecidos pelas normas vigentes no Brasil.

O Banco do Brasil emite títulos e valores mobiliários no mercado de capitais nacional e internacional, utilizando tanto instrumentos de dívida não subordinada, subordinada e instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), particularmente os instrumentos perpétuos. O objetivo é captar recursos para livre utilização e reforçar o Patrimônio de Referência do Banco com aqueles recursos que são elegíveis a Capital. Essas emissões têm, costumeiramente, investidores institucionais, instituições financeiras e clientes de *private banking* como público-alvo.

Quanto às dívidas subordinadas, que integram o capital Nível II, tais como Certificados de Depósitos Bancários (CDB) subordinados, dívidas subordinadas emitidas no exterior, Letras Financeiras Subordinadas (LFS) e recursos do FCO, seu pagamento é subordinado aos demais passivos do Banco, exceto àqueles que compõem o capital Nível I.

Os IHCDs emitidos no exterior, sob a forma de bônus perpétuos, são, mediante autorização do Banco Central do Brasil, classificados como capital de Nível I, e seu pagamento é subordinado aos demais passivos, com exceção dos elementos que compõem o capital principal. Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 25.091 milhões compunha o Patrimônio de Referência (PR) em 31/12/2019, de R\$ 24.121 milhões em 31/12/2018 e de R\$ 22.908 milhões em 31/12/2017.

Em 28/08/2014, o IHCD emitido no país no valor de R\$ 8,1 bilhões, que até então era classificado como capital complementar, foi autorizado pelo Banco Central a compor o Patrimônio de Referência na qualidade de capital principal. O referido instrumento possui pagamento subordinado aos demais passivos na hipótese de dissolução da Instituição.

Além disso, para fins de composição de seu Patrimônio de Referência, o Banco do Brasil classifica os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) como capital da seguinte

forma: até 30/06/2018, esses recursos eram computados de acordo com a Resolução CMN 4.192/13; após 30/06/2018, os valores são computados de acordo com o disposto na Resolução CMN 4.679/18. O montante de R\$ 29.337 milhões apurado em 31/12/2019 e em 31/12/2018 e de R\$ 27.870 milhões apurado em 31/12/2017 compunham o Patrimônio de Referência Nível II do Banco do Brasil.

A tabela a seguir sintetiza o grau de subordinação dos instrumentos emitidos pelo Banco do Brasil.

Tipo de Capital	Instrumentos Emitidos	Subordinação
Nível I		
Capital Principal	IHCD País ¹	Todos os Passivos
Capital Complementar	Bônus Perpétuos Emitidos no Exterior - IHCD ¹	Todos os Passivos, exceto Capital Principal
Nível II		
	Certificados de Depósitos Bancários Subordinados	
Capital Nível II	Dívida Subordinada no Exterior Letras Financeiras Subordinadas Recursos do FCO	Todos os Passivos, exceto Capital Principal e Complementar

(1) Exceto a atualização do instrumento.

Informações adicionais sobre títulos e valores mobiliários emitidos pelo Banco do Brasil podem ser obtidas nas seções 18.5 (Outros valores mobiliários emitidos no Brasil) e 18.8 (Outros valores mobiliários emitidos no exterior).

As próximas três tabelas detalham as captações realizadas pelo Banco do Brasil por meio de dívidas subordinadas, obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e bônus perpétuos.

Dívidas Subordinadas¹ (R\$ milhões)

Captações	Ano captação	Venc.	Moeda	Valor	Remuneração a.a.	2017	2018	2019	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Banco do Brasil										
Dívidas Subordinadas no Exterior						9.826	11.523	11.999	17,3	4,1
	2010	2021	USD	660	5,38%	2.232	2.617	2.724	17,2	4,1
	2011	2022	USD	1.500	5,88%	5.060	5.935	6.182	17,3	4,2
	2012	2023	USD	750	5,88%	2.534	2.971	3.094	17,3	4,1
Letras Financeiras Subordinadas						25.680	18.006	9.191	(29,9)	(49,0)
	2012	2018	BRL	4.845	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	8.924	-	-	(100,0)	-
	2012	2019	BRL	215	112,00% do CDI	409	438	-	7,2	(100,0)
	2013	2019	BRL	4.681	111,00% do CDI 112,50% do CDI	8.401	9.000	-	7,1	(100,0)
	2012	2020	BRL	151	IPCA + 5,45%	286	309	331	7,9	7,1
	2014	2020	BRL	541	112,00% a 114,00% do CDI	848	910	972	7,3	6,8
	2014	2021	BRL	3.868	113,00% a 115,00% do CDI	6.151	6.605	7.059	7,4	6,9
	2014	2022	BRL	400	IPCA + 8,08%	661	743	829	12,4	11,6
Dívidas Subord. emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior						(34)	(37)	(40)	8,4	10,0
Total das Dívidas Subordinadas						35.472	29.492	21.150	(16,9)	(28,3)

(1) Não inclui recursos do FCO.

Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque para: (i) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); (ii) Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira (Cacau); (iii) Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop); (iv) Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e (v) Poupança Rural. Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de			Variação %	
	2017	2018	2019	18/17	19/18
Obrigações por Empréstimos	19,455	20,898	17,870	7.4	(14.5)
Obrigações por Repasses	80,885	66,732	60,909	(17.5)	(8.7)
Total	100,340	87,630	78,778	(12.7)	(10.1)

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O Banco do Brasil não realizou captações cujas características de financiamentos se aplicam a projeto de longo prazo.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir são apresentadas as análises evolutivas do Balanço Patrimonial Consolidado e da Demonstração do Resultado Consolidado dos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019, elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e disponibilizados pelo Banco do Brasil no site de Relações com Investidores.

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2018, exceto pela aplicação da IFRS 16 – Arrendamentos e da IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Imposto sobre a Renda, que entraram em vigor em 01/01/2019.

O Banco optou pela adoção da IFRS 16 na abordagem retrospectiva modificada, cujos efeitos foram aplicados no saldo de abertura, não sendo necessário refazer a informação comparativa. Informações adicionais referentes à aplicação da IFRS 16 estão divulgadas nas notas explicativas 2.d, 3.o, 28 e 30.a das demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2019.

A IFRIC 23 estabelece parâmetros a serem atendidos pelas empresas com relação à existência de incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro. Salienta-se que adoção da IFRIC 23 não provocou impactos significativos para as demonstrações contábeis consolidadas.

Balanco Patrimonial – Ativo

A seguir são descritas as variações relevantes ocorridas no ativo do Banco do Brasil entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de						Variação 19/18	
	2017	%	2018	%	2019	%	Abs.	%
Ativo	1.353.075	100,0	1.396.507	100,0	1.452.267	100,0	55.759	4,0
Caixa e Depósitos Bancários	13.471	1,0	13.601	1,0	14.171	1,0	570	4,2
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	69.081	5,1	59.115	4,2	65.124	4,5	6.009	10,2
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado Líquidos ¹	1.036.297	76,6	1.098.475	78,7	1.077.415	74,2	(21.060)	(1,9)
Empréstimos a Instituições Financeiras	35.117	2,6	34.372	2,5	37.559	2,6	3.188	9,3
Aplicações em Operações Compromissadas	348.187	25,7	386.874	27,7	390.772	26,9	3.898	1,0
Empréstimos a Clientes	585.191	43,2	601.661	43,1	579.517	39,9	(22.144)	(3,7)
Títulos e Valores Mobiliários ²	10.457	0,8	24.180	1,7	25.423	1,8	1.243	5,1
Outros Ativos Financeiros ³	57.345	4,2	51.388	3,7	44.144	3,0	(7.244)	(14,1)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	8.453	0,6	6.878	0,5	3.806	0,3	(3.072)	(44,7)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	7.798	0,6	6.194	0,4	2.985	0,2	(3.210)	(51,8)
Derivativos	655	0,0	683	0,0	821	0,1	138	20,2
Ativos Fin. ao Valor Justo por Meio de Outros Res. Abrangentes ³	120.215	8,9	119.753	8,6	172.278	11,9	52.525	43,9
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda ⁴	95	0,0	177	0,0	368	0,0	191	108,0
Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	20.532	1,5	18.727	1,3	17.415	1,2	(1.313)	(7,0)
Ativo Imobilizado	7.466	0,6	7.685	0,6	11.475	0,8	3.790	49,3
Ativos Intangíveis	7.615	0,6	5.795	0,4	5.921	0,4	125	2,2
Ativos Fiscais	47.870	3,5	46.520	3,3	68.083	4,7	21.564	46,4
Correntes	8.389	0,6	8.246	0,6	8.049	0,6	(196)	(2,4)
Diferidos	39.480	2,9	38.274	2,7	60.034	4,1	21.760	56,9
Outros Ativos ⁵	21.980	1,6	19.781	1,4	16.211	1,1	(3.570)	(18,0)

(1) O grupamento foi incluído no Balanço Patrimonial em 2018 para adequação ao IFRS 9.

(2) Nas Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS de 2017, o grupamento era apresentado como "Ativos financeiros mantidos até o vencimento".

(3) Nas Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS de 2017, o grupamento era apresentado como "Ativos Financeiros disponíveis para venda".

(4) Nas Demonstrações Contábeis consolidadas em IFRS de 2017, o grupamento era apresentado como "Ativos não correntes disponíveis para a venda".

(5) O valor difere do publicado em 2018 devido ao desmembramento de parte do montante para a linha de Outros Ativos Financeiros.

Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil totalizaram R\$ 65.124 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 6.009 milhões em relação a 2018. A variação foi influenciada pelo aumento nos recolhimentos de depósitos à vista (R\$ 2.735 milhões), nos depósitos a prazo (R\$ 2.118 milhões) e em poupança (R\$ 1.105 milhões).

Na comparação 2018/2017 os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil decresceram R\$ 9.966 milhões, influenciados pelas reduções dos recursos do crédito rural (R\$ 7.408 milhões), nos depósitos a prazo (R\$ 2.101 milhões) e nos depósitos à vista (R\$ 1.524 milhões). Esse desempenho reflete a revogação das regras de recolhimento por deficiência de aplicação de operações do crédito rural e a redução das alíquotas dos recolhimentos compulsórios.

Empréstimos a Instituições Financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras totalizaram R\$ 37.559 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 3.188 milhões em relação a 2018. O crescimento deve-se, principalmente, ao acréscimo de R\$ 4.852 milhões em aplicações em depósitos interfinanceiros, parcialmente compensado pelo decréscimo de R\$ 1.664 milhões nas carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente.

Na comparação 2018/2017 os empréstimos a instituições financeiras decresceram R\$ 745 milhões, reflexo do decréscimo de R\$ 4.094 milhões nas carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente, parcialmente compensado pelo acréscimo nas aplicações nos depósitos interfinanceiros (R\$ 3.349 milhões).

As carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente referem-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas. De acordo com as normas em IFRS, os ativos financeiros cedidos, cujos riscos e benefícios decorrentes da propriedade não tenham sido transferidos em sua totalidade, devem permanecer contabilizados na instituição cedente, a qual reconhecerá um passivo financeiro pela contrapartida recebida, ocasionando a contabilização de um ativo financeiro por parte da instituição adquirente.

Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes líquidos de provisões totalizaram R\$ 579.517 milhões em 2019, decréscimo de R\$ 22.144 milhões em relação a 2018. O desempenho foi influenciado pela redução de R\$ 31.708

milhões nas operações de pessoas jurídicas (PJ) e R\$ 2.198 milhões nos financiamentos rurais. O destaque positivo foi o crescimento de R\$ 16.685 milhões nas operações com pessoas físicas (PF).

No segmento PJ, a principal redução foi na indústria (R\$ 23.515 milhões), em especial nos financiamentos (R\$ 11.196 milhões), nos financiamentos agroindustriais (R\$ 4.289 milhões) e nos empréstimos e títulos descontados (R\$ 2.140 milhões).

Nos financiamentos rurais a redução se concentrou nas operações de aplicações obrigatórias (R\$ 3.710 milhões). As operações com aplicações repassadas e refinanciadas cresceram R\$ 721 milhões e as livres R\$ 150 milhões.

No segmento PF, destaque para o crescimento de R\$ 16.095 milhões nos empréstimos e títulos descontados, nas operações em atraso de financiamentos (R\$ 833 milhões) e de financiamento imobiliário (R\$ 851 milhões, sendo R\$ 582 milhões de novas operações e R\$ 269 milhões nas em atraso).

Na comparação 2018/2017 os empréstimos a clientes aumentaram em R\$ 16.470 milhões, influenciados pelo acréscimo de R\$ 10.471 milhões nas operações com PF e R\$ 8.650 milhões nas operações rurais. Na mesma comparação, operações com PJ decresceram em R\$ 7.267 milhões.

No segmento PF, destaque para o crescimento de R\$ 7.347 milhões nos empréstimos e R\$ 3.975 milhões nos financiamentos imobiliários. Em relação ao segmento PJ, a redução pode ser explicada pela redução nos setores: (a) outros serviços (R\$ 5.568 milhões), (b) industrial (R\$ 4.222 milhões), e (c) comércio (R\$ 2.955 milhões).

Outros Ativos Financeiros

Os outros ativos financeiros foram desmembrados dos outros ativos no exercício 2019 afim de melhorar a evidenciação das informações. Os outros ativos financeiros totalizaram R\$ 44.144 milhões em 2019, decréscimo de R\$ 7.244 milhões em relação a 2018. A variação foi influenciada pela redução de R\$ 5.180 milhões em depósitos judiciais para fins de demandas fiscais, trabalhistas e cíveis, R\$ 1.666 milhões em títulos e créditos a receber e R\$ 406 milhões de Fundo de Compensação de Variações Salariais – Incorporadas.

Na comparação 2018/2017 os outros ativos financeiros decresceram R\$ 5.957 milhões, em função da redução: (a) de R\$ 4.522 milhões em títulos e créditos a receber, principalmente, em transações de pagamentos, devido à reclassificação para a carteira de crédito; (b) R\$ 1.179 milhões em títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, e (c) R\$ 494 milhões em direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais, sendo R\$ 246 milhões de baixa de ativos não performados e o restante amortizações e recebimentos.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado totalizaram R\$ 3.806 milhões em 2019, decréscimo de R\$ 3.072 milhões em relação a 2018. A variação decorre, principalmente, do decréscimo nos instrumentos de dívida e patrimônio (R\$ 3.210 milhões), destes R\$ 2.623 milhões em títulos de governos estrangeiros e R\$ 1.427 milhões em títulos públicos federais brasileiros.

Na comparação 2018/2017 os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado decresceram R\$ 1.576 milhões, influenciados pela queda de R\$ 1.604 milhões em instrumentos de dívida e patrimônio, com destaque para redução de R\$ 769 milhões nos títulos públicos federais brasileiros, R\$ 636 milhões nas aplicações em fundos mútuos de investimento e de R\$ 342 milhões nos títulos emitidos por empresas não financeiras.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes totalizaram R\$ 172.278 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 52.525 milhões em relação a 2018. O crescimento foi segmentado da seguinte forma: títulos públicos federais brasileiros (R\$ 41.452 milhões), títulos públicos brasileiros emitidos no exterior (R\$ 3.879 milhões), fundos mútuos de investimento (R\$ 3.338 milhões), títulos emitidos por empresas não financeiras (R\$ 2.261 milhões) e títulos de governos estrangeiros (R\$ 1.690 milhões).

Vale ressaltar que este grupamento era classificado como “ativos financeiros disponíveis para venda” até o exercício 2017.

Na comparação 2018/2017 houve decréscimo de R\$ 462 milhões nos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, principalmente, em títulos de governos estrangeiros (R\$ 1.521 milhões) e em títulos públicos federais brasileiros (R\$ 968 milhões). O destaque positivo foi o

aumento de R\$ 1.647 milhões nos títulos emitidos por empresas não financeiras, R\$ 521 milhões nos fundos mútuos de investimento e R\$ 211 milhões em títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.

Investimentos em coligadas e *joint ventures*

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* totalizaram R\$ 17.415 milhões em 2019, decréscimo de R\$ 1.313 milhões em relação a 2018. A queda foi influenciada pela alienação, em junho de 2019, do investimento na Neoenergia (R\$ 1.749 milhões), parcialmente compensada pelo acréscimo de R\$ 454 milhões no Banco Votorantim.

Na comparação 2018/2017 os investimentos em coligadas e *joint ventures* decresceram R\$ 1.805 milhões devido à alienação do investimento na Mapfre BB SH2 Participações S.A (R\$ 1.775 milhões).

Ativo Imobilizado

Os ativos imobilizados totalizaram R\$ 11.475 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 3.790 milhões em relação a 2018. O crescimento pode ser explicado, principalmente, pela adoção do IFRS 16, com acréscimo de R\$ 3.432 milhões nos direitos de uso de edificações, a partir de 2019, decorrentes de arrendamentos operacionais do Banco que referem-se essencialmente aos imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. Nos ativos imobilizados de uso, o acréscimo foi de R\$ 358 milhões, em especial, nos móveis e equipamentos (R\$ 205 milhões) e nas edificações (R\$ 136 milhões).

Na comparação 2018/2017 os ativos imobilizados aumentaram R\$ 219 milhões, em função do crescimento de R\$ 145 milhões em terrenos e R\$ 120 milhões em equipamentos e processamento de dados, parcialmente compensados pela redução de R\$ 49 milhões em benfeitorias em propriedades de terceiros.

Ativos Fiscais

Os ativos fiscais totalizaram R\$ 68.083 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 21.564 milhões em relação a 2018. O desempenho foi influenciado pelo crescimento de R\$ 21.760 milhões nos ativos fiscais diferidos, com destaque para a provisão com planos de benefícios pós emprego (R\$ 8.786 milhões), perda esperada com empréstimos a clientes (R\$ 6.237 milhões), provisões trabalhistas, fiscais e cíveis (R\$ 1.906 milhões), prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL (R\$ 1.494 milhões) e outras provisões (R\$ 3.259 milhões).

No período entre 31/12/2018 a 30/11/2019, os ativos e passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15% de CSLL. A majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20%, conforme Art. 32 da Emenda Constitucional nº 103/2019, ajustou estes ativos em 31 de dezembro de 2019.

Na comparação 2018/2017 os ativos fiscais decresceram R\$ 1.350 milhões, influenciados pela redução nos ativos fiscais diferidos (R\$ 1.206 milhões) devido às perdas esperadas com empréstimos a clientes (R\$ 3.862 milhões), provisões trabalhistas, fiscais e cíveis (R\$ 408 milhões) e na marcação a mercado negativa dos ativos financeiros (R\$ 316 milhões), parcialmente compensados pelo crescimento de R\$ 992 milhões em prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL, R\$ 451 milhões na provisão com planos de benefícios pós-emprego, R\$ 305 milhões na combinação de negócios e R\$ 1.616 milhões em outras provisões.

Outros Ativos

Os outros ativos totalizaram R\$ 16.211 milhões em 2019, decréscimo de R\$ 3.570 milhões em relação a 2018. Vale ressaltar que a partir de 2019 os outros ativos financeiros foram desmembrados dos outros ativos afim de melhorar a evidenciação das informações.

O principal impacto para o decréscimo na comparação 2019/2018 foi o plano de benefício pós emprego (R\$ 3.611 milhões), concentrado principalmente no plano I da Previ (R\$ 3.584 milhões).

Na comparação 2018/2017 o decréscimo de R\$ 2.199 milhões é explicado pelos seguintes fatores: (a) redução de R\$ 2.386 milhões em devedores diversos no país e (b) redução de R\$ 769 milhões nos planos de benefícios pós emprego (R\$ 799 milhões no Plano I – Previ).

Balanço Patrimonial – Passivo

A seguir são descritas as variações relevantes ocorridas no passivo do Banco do Brasil entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

R\$ milhões, exceto percentuais	Em 31 de dezembro de				Variação 19/18			
	2017	%	2018	%	2019	%	Abs.	%
Passivo e Patrimônio Líquido	1.353.075	100,0	1.396.507	100,0	1.452.267	100,0	55.759	4,0
Passivo	1.251.837	92,5	1.291.968	92,5	1.342.295	92,4	50.328	3,9
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.200.926	88,8	1.239.259	88,7	1.272.378	87,6	33.118	2,7
Depósitos de Clientes	426.077	31,5	452.368	32,4	485.002	33,4	32.634	7,2
Valores a Pagar a Instituições Financeiras	24.649	1,8	34.073	2,4	29.459	2,0	(4.614)	(13,5)
Obrigações por Operações Compromissadas	376.243	27,8	402.901	28,9	404.355	27,8	1.454	0,4
Obrigações por Emissão de TVM e Outras Obrigações	337.982	25,0	311.765	22,3	301.745	20,8	(10.020)	(3,2)
Outros Passivos Financeiros ¹	35.975	2,7	38.152	2,7	51.817	3,6	13.665	35,8
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	790	0,1	809	0,1	962	0,1	152	18,8
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	9.600	0,7	9.781	0,7	12.931	0,9	3.150	32,2
Prov. p/ Perdas com Garant. Prest. e Compr. de Emprést.	203	0,0	490	0,0	912	0,1	422	86,2
Passivos Fiscais	5.435	0,4	4.888	0,3	5.932	0,4	1.044	21,4
Correntes	2.365	0,2	2.426	0,2	2.720	0,2	295	12,1
Diferidos	3.069	0,2	2.462	0,2	3.211	0,2	749	30,4
Outros Passivos	34.884	2,6	36.740	2,6	49.181	3,4	12.441	33,9
Patrimônio Líquido	101.238	7,5	104.540	7,5	109.971	7,6	5.431	5,2
Capital Social	67.000	5,0	67.000	4,8	67.000	4,6	-	-
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100	0,6	8.100	0,6	8.100	0,6	-	-
Ações em Tesouraria	(1.850)	(0,1)	(1.833)	(0,1)	(340)	(0,0)	1.494	(81,5)
Reserva de Capital	5.604	0,4	5.241	0,4	6.593	0,5	1.352	25,8
Reservas de Lucros	35.281	2,6	42.613	3,1	53.815	3,7	11.202	26,3
Outros Resultados Abrangentes Acumulados	(13.960)	(1,0)	(16.482)	(1,2)	(23.387)	(1,6)	(6.905)	41,9
Resultados Acumulados Não Apropriados	(2.818)	(0,2)	(2.745)	(0,2)	(4.047)	(0,3)	(1.301)	47,4
Total do PL Atribuível aos Acionistas Controladores	97.357	7,2	101.893	7,3	107.735	7,4	5.842	5,7
Participações de Acionistas Não Controladores	3.882	0,3	2.647	0,2	2.237	0,2	(410)	(15,5)

Depósitos de Clientes

Os depósitos de clientes totalizaram R\$ 485.002 milhões em 2019, aumento de R\$ 32.634 milhões em relação a 2018. O crescimento pode ser explicado pela apropriação de encargos dos depósitos a prazo e pelo aumento na captação líquida de depósitos de poupança.

Na comparação 2018/2017 os depósitos de clientes cresceram R\$ 26.291 milhões, influenciados pelo aumento da captação e à apropriação de encargos de depósitos de poupança e depósitos judiciais.

Valores a Pagar a Instituições Financeiras

Os valores a pagar a instituições financeiras totalizaram R\$ 29.459 milhões em 2019, redução de R\$ 4.614 milhões em relação a 2018. O decréscimo deve-se, principalmente, à diminuição de R\$ 4.540 milhões nos depósitos de instituições financeiras.

Na comparação 2018/2017 os valores a pagar a instituições financeiras aumentaram R\$ 9.424 milhões, devido ao acréscimo de R\$ 9.516 milhões nos depósitos de instituições financeiras.

Obrigações por Operações Compromissadas

As obrigações por operações compromissadas totalizaram R\$ 404.355 milhões em 2019, elevação de R\$ 1.454 milhões em relação a 2018. Esse desempenho foi influenciado pelos seguintes motivos:

(a) carteira própria: crescimento de R\$ 3.796 milhões, sendo R\$ 8.232 milhões nas operações lastreadas em LFT, compensado parcialmente pela redução nos títulos privados (R\$ 4.460 milhões);

(b) carteira de terceiros: redução de R\$ 2.342 milhões, devido ao decréscimo nas operações lastreadas em NTN (R\$ 13.024 milhões) e LTN (R\$ 6.130 milhões), compensada parcialmente pelo aumento nas operações com LFT (R\$ 16.813 milhões).

Na comparação 2018/2017 as obrigações por operações compromissadas cresceram R\$ 26.658 milhões, influenciadas pelo aumento na carteira de terceiros (R\$ 27.324 milhões), principalmente, nas operações compromissadas lastreadas em LTN (R\$ 29.629 milhões).

Obrigações por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários e Outras Obrigações

As obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações totalizaram R\$ 301.745 milhões em 2019, redução de R\$ 10.020 milhões em relação a 2018. A variação pode ser explicada, principalmente, pelo decréscimo de R\$ 8.341 milhões nas dívidas subordinadas, com destaque para as letras financeiras subordinadas;

Na comparação 2018/2017 as obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações apresentaram redução de R\$ 26.217 milhões, influenciadas pelos motivos a seguir listados:

(a) decréscimo de R\$ 14.154 milhões nas obrigações por repasses, principalmente, pela devolução de R\$ 7.408 milhões de recursos do crédito rural, além das reduções das obrigações com recursos do BNDES (R\$ 5.171 milhões) e do Finame (R\$ 4.637 milhões), compensadas pelo acréscimo nas obrigações com recursos da Caixa Econômica Federal (R\$ 2.855 milhões);

(b) decréscimo de R\$ 8.998 milhões em emissão de títulos e valores mobiliários, com destaque para as reduções de R\$ 9.961 milhões em letras de crédito do agronegócio e de R\$ 2.435 milhões em certificado de depósitos.

Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

As provisões trabalhistas, fiscais e cíveis totalizaram R\$ 12.931 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 3.150 milhões em relação a 2018. O aumento refere-se, principalmente, ao reforço de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais (R\$ 6.508 milhões).

Na comparação 2018/2017 as provisões trabalhistas, fiscais e cíveis cresceram R\$ 181 milhões, influenciados por dois motivos: maior baixa por pagamentos (-R\$ 2.462 milhões) e reforço de provisão (+R\$ 2.321 milhões).

Provisões para Perdas com Garantias Prestadas e Compromissos de Empréstimos

As provisões para perdas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos totalizaram R\$ 912 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 422 milhões em relação a 2018. O desempenho foi influenciado pelo aumento nas provisões com compromissos de empréstimos (R\$ 244 milhões) e nas garantias prestadas (R\$ 179 milhões).

Na comparação 2018/2017 as provisões para perdas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos aumentaram R\$ 287 milhões, devido ao crescimento nas provisões com compromissos de empréstimos (R\$ 203 milhões).

Outros Passivos

Os outros passivos totalizaram R\$ 100.998 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 26.106 milhões em relação a 2018. O crescimento deve-se ao aumento de R\$ 13.665 milhões dos outros passivos financeiros e de R\$ 12.441 milhões dos outros passivos não financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, a variação foi influenciada pelo aumento de R\$ 8.010 milhões nos adiantamentos recebidos por contratos de câmbio, R\$ 3.558 milhões nos passivos de arrendamento (IFRS 16) e R\$ 2.920 milhões nas obrigações por transações de pagamento. O desempenho dos outros passivos não financeiros pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de R\$ 12.833 milhões nos planos de benefícios pós-emprego (R\$ 8.232 milhões Plano I da Previ e R\$ 3.920 milhões da Cassi).

Na comparação 2018/2017 os outros passivos apresentaram crescimento de R\$ 4.033 milhões, sendo R\$ 2.177 milhões nos outros passivos financeiros e R\$ 1.856 milhões nos outros passivos não financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, o aumento ocorreu devido à elevação de R\$ 1.533 milhões nas obrigações por transações de pagamento e de R\$ 1.321 milhões nos adiantamentos recebidos por contrato de câmbio, compensado parcialmente pela redução nos depósitos vinculados a garantias (R\$ 1.041 milhões). O desempenho dos outros passivos não financeiros pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento nos dividendos, gratificações e bonificações a pagar (R\$ 1.719 milhões).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$ 109.971 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 5.431 milhões em relação a 2018. A variação reflete, principalmente, a retenção do lucro do período parcialmente consumido pelo ajuste atuarial de planos de benefícios contidos na linha Outros Resultados Abrangentes.

Na comparação 2018/2017 o patrimônio líquido aumentou R\$ 3.302 milhões, refletindo a retenção do lucro do período parcialmente consumido pelo ajuste atuarial de planos de benefícios contidos na linha Outros Resultados Abrangentes.

Capital Social

O capital social totalizou R\$ 67.000 milhões em 2019, sem alteração em relação aos exercícios de 2018 e 2017.

Resultados Acumulados não Apropriados

Os resultados acumulados não apropriados totalizaram um saldo negativo de R\$ 4.047 milhões, aumento de R\$ 1.301 milhões em relação a 2018. Na comparação 2018/2017, os resultados acumulados não apropriados apresentaram uma redução de R\$ 72 milhões.

Vale ressaltar que o lucro líquido apurado, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, é totalmente destinado na forma de dividendos, JCP e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nesta conta, das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

Demonstração do Resultado do Exercício

A análise das variações relevantes dos componentes da Demonstração do Resultado Consolidado publicada pelo Banco do Brasil ocorridas nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019 será realizada na seção 10.2.

10.2. Os diretores devem comentar:**a. resultado das operações do emissor:****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

O Banco do Brasil é companhia aberta registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários no Brasil, e, em razão disto as Demonstrações Contábeis consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IFRS" e "IASB" respectivamente). Em razão disso, os números apresentados a seguir foram apurados de acordo com as normas IFRS.

Na tabela a seguir são apresentados os principais componentes do resultado do Banco do Brasil e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido médio.

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	2018	2019	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Receitas de Juros	147.064	120.250	123.105	(18,2)	2,4
Despesas de Juros	(92.860)	(69.537)	(69.306)	(25,1)	(0,3)
Receita Líquida de Juros	54.204	50.713	53.799	(6,4)	6,1
Perda Líquida Esperada com	(22.864)	(12.624)	(19.948)	(44,8)	58,0
Empréstimos a Instituições Financeiras ¹	-	(13)	(1.274)	-	-
Empréstimos a Clientes ²	(22.864)	(12.463)	(16.959)	(45,5)	36,1
Outros Ativos Financeiros ³	-	(149)	(1.714)	-	-
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	31.340	38.090	33.851	21,5	(11,1)
Receitas Não de Juros	31.757	33.978	38.896	7,0	14,5
Despesas Não de Juros	(47.166)	(51.653)	(61.608)	9,5	19,3
Lucro Antes dos Impostos	15.930	20.414	11.140	28,1	(45,4)
Impostos	(3.655)	(5.328)	7.749	45,8	-
Lucro Líquido do Exercício	12.275	15.086	18.888	22,9	25,2
Atribuível aos Acionistas Controladores	10.629	13.826	16.397	30,1	18,6
Atribuível às Partic. de Acionistas Não Controladores	1.647	1.260	2.491	(23,5)	97,7
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio - %	11,6	13,9	15,6		

(1) Em 2017, o grupamento era apresentado como "Despesa líquida c/ provisão p/ perdas em emprést. a inst. fin.".

(2) Em 2017, o grupamento era apresentado como "Despesa líquida c/ provisão p/ perdas em emprést. a clientes".

(3) Grupamento incluído para adequação à IFRS 9.

Os resultados das principais operações do Banco do Brasil serão apresentados na seguinte ordem: (i) Receitas de Juros; (ii) Despesas de Juros; (iii) Provisão para Perdas Esperadas; (iv) Receitas não de Juros e (v) Despesas não de Juros.

Receitas de Juros

Em 2019, houve um incremento nas receitas de juros impulsionadas pelo acréscimo nas receitas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que representam 9,3% do total, e nas receitas de aplicações em operações compromissadas, que correspondem a 22,5%.

As receitas de juros reduziram em 2018 influenciadas pela queda nas receitas de aplicações em operações compromissadas, que representam 22,0% do total, e nas receitas de empréstimos a clientes, que correspondem a 61,0%.

A seguir, a composição das receitas de juros e explicação para as variações relevantes:

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Receitas de Juros	147.064	100,0	120.250	100,0	123.105	100,0	(18,2)	2,4
Empréstimos a Clientes	83.418	56,7	73.304	61,0	73.598	59,8	(12,1)	0,4
Aplicações em Oper. Compromissadas	38.691	26,3	26.452	22,0	27.658	22,5	(31,6)	4,6
Ativos Fin. ao Valor Justo por meio de Outros Res. Abrang. ¹	10.139	6,9	8.469	7,0	11.413	9,3	(16,5)	34,8
Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	3.862	2,6	2.607	2,2	2.372	1,9	(32,5)	(9,0)
Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado ²	1.287	0,9	1.682	1,4	1.127	0,9	30,7	(33,0)
Empréstimos a Instituições Financeiras	350	0,2	766	0,6	843	0,7	119,1	10,0
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ³	798	0,5	874	0,7	248	0,2	9,5	(71,7)
Outras Receitas de Juros?	8.519	5,8	6.096	5,1	5.848	4,8	(28,4)	(4,1)

(1) Em 2017, o grupamento era apresentado como "Ativos financeiros disponíveis para venda".

(2) Em 2017, o grupamento era apresentado como "Ativos financeiros mantidos até o vencimento".

(3) Em 2017, o grupamento era apresentado como "Ativos financeiros ao valor justo".

(4) Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Em 2019, houve um incremento nas receitas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, principalmente, no resultado com títulos de governos estrangeiros e títulos emitidos por empresas não financeiras. Acréscimo parcialmente compensado pela redução no resultado com títulos públicos federais.

As receitas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangente decresceram em 2018 devido, principalmente, ao menor resultado com títulos emitidos por empresas não financeiras e títulos públicos federais.

Aplicações em Operações Compromissadas

Em 2019, o incremento nas receitas de aplicações em operações compromissadas foi impulsionado principalmente pela elevação dos saldos médios. Esse efeito foi compensado parcialmente pela queda da taxa média das operações, em linha com a queda da TMS efetiva (7,4% em relação a 2018).

As receitas de aplicações em operações compromissadas decresceram em 2018 impactadas pela queda da TMS efetiva de 35,5% em relação a 2017. Esse efeito foi compensado parcialmente pela elevação dos saldos médios das aplicações em operações compromissadas.

O Banco do Brasil realiza aplicações em títulos com compromisso de revenda e captações de recursos mediante venda de títulos com compromisso de recompra compreendendo, principalmente, títulos públicos federais. Os compromissos de revenda e de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou de venda, acrescido dos juros incorridos.

Os títulos adquiridos com contrato de revenda não são reconhecidos. O valor pago, incluindo os juros apropriados, é registrado como ativo de operações compromissadas, considerando a natureza econômica da transação como um empréstimo concedido pelo Banco do Brasil.

Os títulos vendidos com contrato de recompra, por sua vez, não são baixados, já que o Banco do Brasil retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente ao caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco do Brasil. Os encargos incorridos nessas transações são evidenciados na conta de despesas de obrigações por operações compromissadas.

Despesas de Juros

Em 2019, as despesas de juros decresceram principalmente pela redução nas despesas com obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações, que correspondem a 25,6% do total e decréscimo nas despesas com obrigações por operações compromissadas, que correspondem a 39,7%. Variação parcialmente compensada pelo incremento em despesas de depósitos de clientes, que correspondem a 32,6%, e pelo reconhecimento de despesas com passivos de arrendamento, que representam 0,5%.

As despesas de juros caíram em 2018, influenciadas pelo decréscimo nas despesas com obrigações por operações compromissadas, que representam 39,6% do total, nas despesas com obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações, que correspondem a 26,9%, e nas despesas com depósitos de clientes, que representam 31,8%.

A seguir, a composição das despesas de juros e explicação para as variações relevantes:

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Despesas de Juros	(92.860)	100,0	(69.537)	100,0	(69.306)	100,0	(25,1)	(0,3)
Obrigações por Oper. Compromissadas	(40.357)	43,5	(27.557)	39,6	(27.515)	39,7	(31,7)	(0,2)
Depósitos de Clientes	(27.585)	29,7	(22.089)	31,8	(22.585)	32,6	(19,9)	2,2
Obrig. p/ Emissão de TVM e Outras Obrig.	(24.268)	26,1	(18.732)	26,9	(17.751)	25,6	(22,8)	(5,2)
Valores a Pagar a Instituições Financeiras	(649)	0,7	(1.159)	1,7	(1.120)	1,6	78,5	(3,4)
Passivos de Arrendamento	-	0,0	-	0,0	(336)	0,5	-	-

Obrigações por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários e Outras Obrigações

Em 2019, houve uma redução nas despesas com obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações, impulsionadas por um decréscimo nas despesas com dívidas subordinadas, despesas com letras financeiras e letras de crédito do agronegócio (LCA), devido à queda dos saldos médios e das taxas médias, e despesas com obrigações por repasses do país, devido principalmente à queda dos saldos médios e taxas médias. Decréscimo parcialmente compensado pelo incremento nas despesas com títulos e valores mobiliários no exterior.

As despesas com obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações decresceram em 2018 impactadas, principalmente, pela redução nas despesas com letras de crédito do agronegócio (LCA), devido à queda das taxas e dos saldos médios.

Obrigações por operações compromissadas

A redução nas obrigações por operações compromissadas em 2019 deve-se à queda da taxa média das operações, compensada parcialmente pela elevação dos saldos médios.

Em 2018, ocorreu um decréscimo nas despesas de obrigações por operações compromissadas impactado pela queda da TMS efetiva de 35,5%, em relação a 2017. Esse efeito foi compensado parcialmente pela elevação dos saldos médios dessas obrigações.

Depósitos de Clientes

As despesas de depósitos de clientes aumentaram em 2019 influenciadas pelo acréscimo nas despesas com depósitos a prazo, devido principalmente à elevação dos saldos médios das operações do Banco Múltiplo, aliado ao incremento das despesas nas Dependências Externas. Incremento parcialmente compensado pelo decréscimo nas despesas com depósitos de poupança.

Em 2018, as despesas de depósitos de clientes foram impactadas pelo decréscimo nas despesas com depósitos a prazo e depósitos de poupança, devido a uma queda das taxas, compensada parcialmente pela elevação dos saldos médios.

Passivos de arrendamento

Com a adoção da IFRS 16, que entrou em vigor em 01.01.2019, o valor a ser desembolsado referente às parcelas de arrendamento de imóveis, em contratos em que o Banco do Brasil figure como arrendatário, passaram a ser reconhecidas no balanço patrimonial como Outros Passivos – Passivos de Arrendamento. As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento totalizaram R\$ 336 milhões em 2019.

Informações adicionais referentes à aplicação da IFRS 16 estão divulgadas nas notas explicativas 2.d, 3.o, 28 e 30.a das demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2019.

A tabela a seguir, apresenta a evolução do saldo das obrigações por emissão de TVM e outras obrigações:

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Obrigações por Emissão de TVM	133.766	39,6	124.767	40,0	129.411	42,9	(6,7)	3,7
Obrigações por Repasses	80.885	23,9	66.732	21,4	60.909	20,2	(17,5)	(8,7)
Dívidas Subordinadas	63.342	18,7	58.829	18,9	50.487	16,7	(7,1)	(14,2)
Bônus Perpétuos	23.622	7,0	24.928	8,0	25.958	8,6	5,5	4,1
Fundos Fin. e de Desenvolvimento	16.795	5,0	15.522	5,0	17.013	5,6	(7,6)	9,6
Outras	19.572	5,8	20.987	6,7	17.967	6,0	7,2	(14,4)
Total	337.982	100,0	311.765	100,0	301.745	100,0	(7,8)	(3,2)

Provisão para Perdas Esperadas

Perda Líquida Esperada com Empréstimos a Instituições Financeiras

O incremento de R\$ 1.262 milhões em 2019 deve-se ao maior reconhecimento de perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros.

Perda Líquida Esperada com Empréstimos a Clientes

Em 2019, houve um incremento de R\$ 4.497 milhões nas despesas com perdas líquidas esperadas, devido ao acréscimo de R\$ 1.640 milhões em operações de financiamentos, R\$ 1.111 milhões em empréstimos e direitos creditórios descontados, R\$ 1.063 milhões em financiamentos rurais e agroindustriais e R\$ 941 milhões em financiamentos imobiliários. Incremento parcialmente compensado pelo maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo.

Em 2018, as despesas liquidas com provisão reduziram no montante de R\$ 10.402 milhões, com destaque para o decréscimo de R\$ 9.823 milhões em operações de empréstimos e direitos creditórios descontados.

Perda Líquida Esperada com Outros Ativos Financeiros

Houve um incremento de R\$ 1.565 milhões nas despesas com provisões para perdas esperadas em 2019, destacando-se o aumento de R\$ 870 milhões nas perdas esperadas com os compromissos de empréstimos e garantias financeiras prestadas, R\$ 383 milhões com títulos emitidos por empresas não financeiras e R\$ 222 milhões para títulos emitidos por empresas financeiras.

Para atender às exigências da IFRS 9, que entrou em vigor em 01.01.2018, a metodologia para cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) passou a utilizar o conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que sua situação de risco de crédito se altere. Conforme evidenciado na nota explicativa 3 das demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2019, o modelo para cálculo da perda esperada engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios: operações em normalidade (estágio 1), operações com aumento significativo de risco (estágio 2) e operações em descumprimento ou ativos problemáticos (estágio 3). Esse estágio de enquadramento é revisto periodicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como em cenários econômicos. O cálculo da perda esperada é prospectivo, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico. A estimativa de perda esperada considera todos os históricos de dados disponíveis, aspectos financeiros e pondera uma gama de possíveis resultados de perdas, considerando a probabilidade de ocorrência de diferentes cenários econômicos futuros.

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	2018	2019	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Constituição de Provisão	(27.050)	(17.367)	(22.179)	(35,8)	27,7
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ¹	4.185	4.905	5.219	17,2	6,4
Desp. Líq. c/ Prov. p/ Perdas em Emprést. a Clientes²	(22.864)	(12.463)	(16.959)	(45,5)	36,1

(1) Refere-se apenas à recuperação de principal.

(2) Despesa apurada no exercício/2019 e no exercício/2018 com base no modelo de perda esperada – IFRS 9 (no exercício/2017, apurada com base no conceito de perda incorrida – IAS 39).

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	2018	2019	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Saldo Inicial¹	33.947	36.455	31.706	7,4	(13,0)
Constituição de Provisão	27.050	17.367	22.179	(35,8)	27,7
Saldos Baixados	(24.762)	(22.167)	(17.164)	(10,5)	(22,6)
Variação Cambial – Provisões no Exterior	87	50	(93)	(42,5)	-
Saldo Final	36.322	31.706	36.628	(12,7)	15,5

(1) Saldo inicial em 01.01.2018, ajustado para refletir os impactos da adoção da IFRS 9.

Receitas não de Juros

A seguir, a composição e evolução das receitas não de juros dos últimos três exercícios:

Seção 10 - Comentários dos Diretores

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Receitas Não de Juros	31.757	100,0	33.978	100,0	38.896	100,0	7,0	14,5
Receita Líquida de Tarifas e Comissões	20.943	65,9	21.982	64,7	23.717	61,0	5,0	7,9
Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Instrumentos Financeiros	44	0,1	1.056	3,1	511	1,3	-	(51,6)
Ao Valor Justo por meio do Resultado	(428)	(1,3)	650	1,9	668	1,7	-	2,8
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	405	1,2	(157)	(0,4)	-	(138,8)
Disponíveis para Venda	472	1,5	-	-	-	-	-	-
Ganhos/(Perdas) Líquidos em Coligadas e Joint Ventures	3.751	11,8	3.538	10,4	4.044	10,4	(5,7)	14,3
Ganhos/(Perdas) Líq. em Op. de Câmbio e em Conv. Moedas Estrang.	(214)	(0,7)	(1.978)	(5,8)	(703)	(1,8)	-	(64,5)
Outras Receitas Operacionais	7.232	22,8	9.380	27,6	11.326	29,1	29,7	20,7

Receita Líquida de Tarifas e Comissões

Em 2019, o resultado líquido com tarifas e comissões totalizaram R\$ 23.717 milhões, acréscimo de R\$ 1.735 milhões (7,9%) em relação ao observado em 2018. Entre as maiores variações pode-se destacar as receitas oriundas de comercialização de seguros, capitalização e previdência (R\$ 583 milhões), receitas com serviços de conta corrente (R\$ 487 milhões) e de administração de recursos de terceiros (R\$ 446 milhões), sobretudo de administração de fundos de investimento e consórcios, em função do aumento no volume de recursos administrados.

Em 2018, o resultado líquido com tarifas e comissões totalizaram R\$ 21.982 milhões, acréscimo de R\$ 1.039 milhões (5,0%) em relação ao observado em 2017. Entre as maiores variações pode-se destacar as receitas de administração de recursos de terceiros (R\$ 756 milhões), sobretudo de fundos de investimento e consórcios, em função do aumento no volume de recursos administrados, receitas com serviços de conta corrente (R\$ 534 milhões) e receitas oriundas de comercialização de seguros (R\$ 439 milhões). A variação positiva foi compensada pelo aumento nas despesas de tarifas e comissões (R\$ 376 milhões), pela queda nas receitas de comercialização de produtos de previdência (R\$ 236 milhões) e nas tarifas de cobrança (R\$ 158 milhões).

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Receitas de Tarifas e Comissões	24.713	118,0	26.128	118,9	28.068	118,3	5,7	7,4
Prestação de Serviços a Clientes	13.084	62,5	13.634	62,0	14.482	61,1	4,2	6,2
Conta Corrente	6.446	30,8	6.980	31,8	7.467	31,5	8,3	7,0
Rendas de Cartões	1.868	8,9	1.942	8,8	2.089	8,8	4,0	7,6
Cobrança	1.448	6,9	1.290	5,9	1.332	5,6	(10,9)	3,3
Arrecadações	1.113	5,3	1.116	5,1	1.108	4,7	0,3	(0,7)
Operações de Crédito e Cadastro	937	4,5	1.027	4,7	1.004	4,2	9,6	(2,2)
Rendas do Mercado de Capitais	776	3,7	788	3,6	975	4,1	1,7	23,7
Câmbio	230	1,1	232	1,1	224	0,9	0,9	(3,4)
Interbancária e Transf. de Recursos	176	0,8	145	0,7	150	0,6	(17,1)	3,4
Outros	92	0,4	114	0,5	133	0,6	23,9	16,7
Adm. de Recursos de Terceiros	6.816	32,5	7.572	34,4	8.018	33,8	11,1	5,9
Comissões	3.060	14,6	3.219	14,6	3.802	16,0	5,2	18,1
Comercialização de Seguros	2.275	10,9	2.714	12,3	3.137	13,2	19,3	15,6
Comercialização de Produtos de Cap.	371	1,8	332	1,5	444	1,9	(10,5)	33,7
Comercialização de Produtos de Prev.	409	2,0	173	0,8	222	0,9	(57,7)	28,3
Colocação de TVM	5	-	-	-	-	-	(100,0)	-
Garantias Prestadas	154	0,7	171	0,8	111	0,5	11,0	(35,1)
Outros Serviços	1.600	7,6	1.532	7,0	1.655	7,0	(4,3)	8,0
Despesa de Tarifas e Comissões	(3.770)	(18,0)	(4.146)	(18,9)	(4.351)	(18,3)	10,0	4,9
Prestação de Serviços	(3.516)	(16,8)	(3.890)	(17,7)	(4.070)	(17,2)	10,6	4,6
Despesas de Comissões	(7)	-	(8)	-	(7)	-	14,3	(12,5)
Outros Serviços	(247)	(1,2)	(248)	(1,1)	(275)	(1,2)	0,4	10,9
Receitas Líq. de Tarifas e Com.	20.943	100,0	21.982	100,0	23.717	100,0	5,0	7,9

Outras Receitas Operacionais

Em 2019, as outras receitas operacionais totalizaram R\$ 11.326 milhões, acréscimo de R\$ 1.946 milhões, representando um aumento de 20,7% na comparação anual. Esse efeito decorre, principalmente, do ganho na alienação de valores e bens (R\$ 3.538 milhões), sobretudo da participação societária no IRB – Instituto de Resseguros do Brasil e aumento da reversão de provisões para pagamentos diversos (R\$ 612 milhões). A variação positiva foi compensada pela redução em títulos e créditos a receber (R\$ 1.687 milhões) decorrente, principalmente, do registro no ano anterior de receita relativa a atualização de créditos cedidos no âmbito do PESA (securitização agrícola) e nas receitas de atualização de ativo atuarial (R\$ 477 milhões).

Em 2018, as outras receitas operacionais totalizaram R\$ 9.380 milhões, acréscimo de R\$ 2.148 milhões, representando um aumento de 29,7% na comparação anual. Esse efeito decorre, principalmente, do aumento em títulos e créditos a receber (R\$ 1.496 milhões), sobretudo receita relativa a atualização de créditos cedidos no âmbito do PESA (securitização agrícola), acréscimo nas receitas de atualização de ativo atuarial (R\$ 647 milhões) e ganhos na alienação de valores e bens (R\$ 253 milhões), compensados por menores receitas, em 2018, decorrentes de reversão de provisões para pagamentos diversos (R\$ 505 milhões).

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Outras Receitas Operacionais	7.232	100,0	9.380	100,0	11.326	100,0	29,7	20,7
Ganhos/(Perdas) na Alienação de Val. e Bens ¹	201	2,8	454	4,8	3.992	35,2	125,9	-
Recuperação de Encargos e Despesas	2.046	28,3	2.136	22,8	2.110	18,6	4,4	(1,2)
Títulos e Créditos a Receber	2.220	30,7	3.716	39,6	2.029	17,9	67,4	(45,4)
Atualização das Destinações do Superávit - Previ Plano ¹	647	8,9	801	8,5	893	7,9	23,8	11,5
Reversão de Provisões para Pag. Diversos	599	8,3	94	1,0	706	6,2	(84,3)	-
Operações com Cartões	409	5,7	458	4,9	457	4,0	12,0	(0,2)
Atualização de Ativo Atuarial ¹	17	0,2	664	7,1	187	1,7	-	(71,8)
Ganhos Derivados de Investimentos Societários ²	304	4,2	287	3,1	59	0,5	(5,6)	(79,4)
Ganhos/(Perdas) Líquidos em Operações de Câmbio	22	0,3	-	-	-	-	(100,0)	-
Ganhos/(Perdas) na Alien. de Invest. em Colig. e Joint Ventures	-	-	-	-	(109)	(1,0)	-	-
Outras	766	10,6	769	8,2	1.001	8,8	0,4	30,2

(1) No exercício/2019, refere-se principalmente ao ganho com a alienação da participação no IRB-Brasil Resseguros.

(2) Refere-se principalmente à atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Despesas não de Juros

A seguir, a composição e evolução das despesas não de juros dos últimos três exercícios:

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Despesas Não de Juros	(47.166)	100,0	(51.653)	100,0	(61.608)	100,0	9,5	19,3
Despesa com Pessoal	(20.560)	43,6	(21.093)	40,8	(22.798)	37,0	2,6	8,1
Despesas Administrativas	(9.282)	19,7	(9.381)	18,2	(7.523)	12,2	1,1	(19,8)
Contribuições, Taxas e Outros Impostos	(5.482)	11,6	(5.077)	9,8	(5.003)	8,1	(7,4)	(1,5)
Amortização de Ativos Intangíveis	(2.416)	5,1	(1.856)	3,6	(1.627)	2,6	(23,2)	(12,3)
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	(2.833)	6,0	(5.438)	10,5	(11.805)	19,2	92,0	117,1
Depreciação	(1.163)	2,5	(1.196)	2,3	(2.359)	3,8	2,8	97,2
Outras Despesas Operacionais	(5.429)	11,5	(7.613)	14,7	(10.492)	17,0	40,2	37,8

Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 22.798 milhões em 2019, acréscimo de R\$ 1.705 milhões em relação ao observado em 2018. O acréscimo de 8,1% nessas despesas decorre do reajuste salarial 2018/2019 de 5,00%, o reajuste 2019/2020 de 4,31% e aumento de 42,7% na participação nos lucros (R\$ 700 milhões), refletindo a elevação dos resultados e a constituição de provisão do novo modelo da Cassi (R\$ 514 milhões).

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 21.093 milhões em 2018, acréscimo de R\$ 533 milhões em relação ao observado em 2017. O aumento de 2,6% nessas despesas reflete o reajuste salarial 2017/2018 de 3,75% e o reajuste 2018/2019 de 5,00%. Houve aumento na participação dos lucros de R\$ 218 milhões (15,3%), refletindo a elevação dos resultados.

Seção 10 - Comentários dos Diretores

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Despesas com Pessoal	(20.560)	100,0	(21.093)	100,0	(22.798)	100,0	2,6	8,1
Proventos	(11.175)	54,4	(11.506)	54,5	(11.908)	52,2	3,0	3,5
Encargos Sociais	(3.957)	19,2	(3.895)	18,5	(3.897)	17,1	(1,6)	0,1
Benefícios	(3.021)	14,7	(3.053)	14,5	(3.651)	16,0	1,1	19,6
Participação nos Lucros	(1.422)	6,9	(1.640)	7,8	(2.340)	10,3	15,3	42,7
Previdência Complementar	(875)	4,3	(878)	4,2	(880)	3,9	0,4	0,2
Treinamentos	(64)	0,3	(73)	0,3	(75)	0,3	14,0	2,7
Honorários de Diretores e Conselheiro	(46)	0,2	(48)	0,2	(46)	0,2	4,5	(4,2)

Provisões

Em 2019, as despesas com provisões cresceram 117,1% (R\$ 6.367 milhões) frente ao ano anterior. Essa variação decorre, principalmente, da elevação nas demandas cíveis (R\$ 4.559 milhões) e trabalhistas (R\$ 1.513 milhões) devido ao aumento de despesas com custas e condenações, reforço de provisões em função de novos processos, agravamento de riscos e regularização de valores desconciliados de depósitos judiciais efetivados pelo Banco do Brasil em outras instituições financeiras.

Em 2018, as despesas com provisões cresceram 92,0% (R\$ 2.605 milhões) em relação a 2017. Essa variação decorre, principalmente, da elevação nas demandas cíveis (R\$ 2.485 milhões) devido ao reforço de provisões em função de novos processos, agravamento de risco e regularização de valores desconciliados de depósitos judiciais efetivados pelo Banco do Brasil em outras instituições financeiras.

Escalonamento dos Empréstimos a Clientes por Prazos de Vencimentos

O escalonamento dos Empréstimos a Clientes por prazos de vencimentos é apresentado na tabela a seguir. Em se tratando das parcelas vincendas, mais da metade da carteira possui prazo superior a 360 dias.

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Parcelas Vincendas	610.847	98,3	623.833	98,5	606.940	98,5	2,1	(2,7)
01 a 30 dias	42.047	6,8	45.437	7,2	42.450	6,9	8,1	(6,6)
31 a 60 dias	23.076	3,7	25.835	4,1	20.589	3,3	12,0	(20,3)
61 a 90 dias	22.561	3,6	17.627	2,8	17.374	2,8	(21,9)	(1,4)
91 a 180 dias	48.960	7,9	57.736	9,1	56.323	9,1	17,9	(2,4)
181 a 360 dias	83.918	13,5	88.290	13,9	88.487	14,4	5,2	0,2
361 a 1080 dias	160.845	25,9	147.138	23,2	146.473	23,8	(8,5)	(0,5)
1081 a 1800 dias	89.379	14,4	94.710	15,0	88.615	14,4	6,0	(6,4)
Acima de 1800 dias	139.664	22,5	146.634	23,2	146.628	23,8	5,0	(0,0)
Demais ¹	397	0,1	427	0,1	-	-	7,6	(100,0)
Parcelas Vencidas	10.666	1,7	9.533	1,5	9.205	1,5	(10,6)	(3,4)
01 a 14 dias	2.378	0,4	2.782	0,4	2.030	0,3	17,0	(27,0)
15 a 30 dias	597	0,1	438	0,1	517	0,1	(26,7)	18,1
31 a 60 dias	1.047	0,2	732	0,1	976	0,2	(30,1)	33,3
61 a 90 dias	838	0,1	634	0,1	601	0,1	(24,3)	(5,3)
91 a 180 dias	2.074	0,3	1.375	0,2	1.567	0,3	(33,7)	13,9
181 a 360 dias	2.854	0,5	2.056	0,3	2.521	0,4	(28,0)	22,6
Acima de 360 dias	877	0,1	1.517	0,2	993	0,2	72,9	(34,5)
Total	621.513	100,0	633.367	100,0	616.145	100,0	1,9	(2,7)

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Proceira, FAT, BNDES e FCO. Inclui o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 48 milhões, que obedecem às regras definidas em cada programa para ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando em risco de crédito para o Banco.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram 37,8% em 2019, acréscimo de R\$ 2.879 milhões em relação ao observado em 2018. Destaque para o aumento nas perdas por *impairment* sobre direitos de

gestão de folhas de pagamento de Estados (R\$ 967 milhões), constituição de perdas na posição monetária líquida (R\$ 824 milhões), aumento nas despesas objeto de discussão judicial (R\$ 759 milhões), acréscimo nas despesas com bônus de relacionamento negocial (R\$ 632 milhões) e baixa de direitos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (R\$ 604 milhões). A variação negativa foi compensada parcialmente pelo *impairment* do ágio na aquisição de investimentos (R\$ 592 milhões), ocorrido no ano anterior, e pela redução nas despesas de falhas em serviço e perdas operacionais (R\$ 320 milhões).

As outras despesas operacionais aumentaram 40,2% em 2018, acréscimo de R\$ 2.184 milhões em relação ao observado em 2017. Destaque para o aumento nas despesas de provisão para ativos sem características de concessão de crédito (R\$ 1.299 milhões), despesa de *impairment* do ágio na aquisição de investimentos (R\$ 592 milhões), menores ganhos de capital (R\$ 182 milhões) e acréscimo nas despesas de falhas em serviço e perdas operacionais (R\$ 173 milhões). A variação negativa foi compensada parcialmente pelo decréscimo nas despesas objeto de discussão judicial (R\$ 332 milhões), refletindo a queda na taxa Selic.

R\$ milhões, exceto percentuais	2017	%	2018	%	2019	%	Var.% 18/17	Var.% 19/18
Outras despesas Operacionais	(5.429)	100,0	(7.613)	100,0	(10.492)	100,0	40,2	37,8
Bônus de Relacionamento Negocial	(1.067)	19,7	(1.024)	13,5	(1.656)	15,8	(4,0)	61,7
Atualização de Obrigações Fiscais Objeto de Discussão Judicial	(1.027)	18,9	(695)	9,1	(1.454)	13,9	(32,3)	109,2
Atualização de Obrigações Atuariais	(1.410)	26,0	(1.310)	17,2	(1.394)	13,3	(7,1)	6,4
Perdas por Impairment sobre Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento	-	-	(20)	0,3	(987)	9,4	-	-
Perdas na Posição Monetária Líquida ¹	-	-	-	-	(824)	7,9	-	-
Prov. para Perdas com o Fundo de Compen. de Variação Salarial - FCVS	-	-	-	-	(604)	5,8	-	-
Remuneração de Correspondentes Bancários e Parceiros Comerciais	(533)	9,8	(524)	6,9	(397)	3,8	(1,7)	(24,2)
Perdas na Alienação de Ativos Financeiros	(32)	0,6	-	-	(284)	2,7	(100,0)	-
Prêmio de Seguro de Vida – Crédito Direto ao Consumidor	(132)	2,4	(129)	1,7	(150)	1,4	(2,3)	16,3
Falhas em Serviço e Perdas Operacionais	(294)	5,4	(467)	6,1	(147)	1,4	58,8	(68,5)
Remuneração pelas Transações do Banco Postal ²	(237)	4,4	(203)	2,7	(143)	1,4	(14,3)	(29,6)
Comissões por Recebimento de Créditos	(68)	1,3	(77)	1,0	(116)	1,1	13,2	50,6
Ganhos/(Perdas) de Capital	327	(6,0)	145	(1,9)	(100)	1,0	(55,7)	-
(Constituição)/Reversão de Perdas por desvaloriz. de Val. e Bens	35	(0,6)	(30)	0,4	(35)	0,3	-	16,7
Atualização de Valores a Liberar	(47)	0,9	(49)	0,6	(35)	0,3	4,3	(28,6)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	(54)	1,0	(40)	0,5	(33)	0,3	(25,9)	(17,5)
Credenciamento do Uso do Sisbacen	(21)	0,4	(22)	0,3	(23)	0,2	4,8	4,5
Atualização de Recursos ao Tesouro Nacional	(72)	1,3	(88)	1,2	(14)	0,1	22,2	(84,1)
Despesa de Ajuste ao Valor Recuperável do Imobilizado	(12)	0,2	(44)	0,6	(4)	0,0	-	(90,9)
Despesas com Proagro	(23)	0,4	(3)	0,0	(4)	0,0	(87,0)	33,3
Impairment do Ágio na Aquisição de Investimentos	-	-	(592)	7,8	-	-	-	(100,0)
Outras	(762)	14,0	(2.439)	32,0	(2.085)	19,9	-	(14,5)

(1) Refere-se aos ajustes de hiperinflação incidentes sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29.

(2) Despesas oriundas da parceria entre o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, pela utilização da rede Banco Postal.

Impostos

Em 2019, a linha de IR/CS sofreu efeito dos ajustes nos ativos fiscais diferidos, principalmente por conta da majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20%.

As despesas com impostos totalizaram R\$ 5.328 milhões em 2018, acréscimo de R\$ 1.673 milhões em comparação a 2017. As despesas com impostos correntes se mantiveram estáveis e as despesas com impostos diferidos aumentaram em R\$ 1.659 milhões. Essa variação ocorreu basicamente pela maior despesa de provisão para crédito de liquidação duvidosa em 2017, com impacto de R\$ 1.737 milhões, e aumento em outras despesas diferidas, compensadas pelo reconhecimento de prejuízos fiscais de imposto de renda.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variações nas taxas de juros podem afetar nossos resultados, uma vez que geram efeitos nos custos de captação e taxas de empréstimos. Mudanças no cenário macroeconômico podem afetar a demanda por crédito. Os impactos dessas variáveis nos resultados foram apresentados ao longo da seção 10.2.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações nas taxas de juros podem afetar nossos resultados operacionais, uma vez que geram efeitos nos custos de captação e taxas de empréstimos. Mudanças no cenário macroeconômico podem afetar a demanda por crédito. Os impactos dessas variáveis nos resultados foram apresentados ao longo da seção 10.2.

10.3. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Reorganizações societárias na área de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros

Acordo de reestruturação da parceria com grupo segurador BB Mapfre

Em 26.06.2018, o Banco comunicou ao mercado, por meio de fato relevante, a aprovação pelo seu Conselho de Administração da reestruturação da parceria com o Grupo Segurador BB Mapfre. E conforme divulgado, em 30.11.2018, o Banco concluiu a reestruturação.

O Banco, juntamente com a BB Seguridade Participações S.A. e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), celebrou Acordo de Reestruturação de Parceria com a Mapfre S.A., a Mapfre Internacional S.A. e a Mapfre Brasil Participações S.A. (Mapfre Brasil), que resultou em uma reorganização societária, de acordo com os seguintes atos:

(i) Incorporação pela Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2) da totalidade das ações representativas do capital social da Mapfre Vida S.A., mediante cisão parcial da BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1);

(ii) Incorporação pela SH1 da totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A., mediante cisão parcial desproporcional da SH2.

Após estes atos societários, houve alienação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SH2 de titularidade da BB Seguros à Mapfre Brasil pelo valor de R\$ 2,4 bilhões, do qual foram deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos. Após estas deduções, a BB Seguros recebeu da Mapfre o montante de R\$ 2,3 bilhões.

Ciclic Corretora de Seguros S.A.

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora"), subsidiária integral da BB Seguridade e a PFG do Brasil 2 Participações Ltda. ("PFG2"), participada da PFG do Brasil Ltda. ("PFG"), após a obtenção das aprovações dos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores competentes assinaram em 10.08.2018, o Acordo de Acionistas ("Acordo") com vigência até 27.10.2032, para atuação conjunta focada, inicialmente, na distribuição de produtos de previdência privada no canal digital, por meio da Ciclic Corretora de Seguros S.A.(Ciclic).

Ato contínuo à assinatura do Acordo, foi realizado o aumento de capital da Ciclic no montante de R\$ 26.997.600,00, mediante a emissão de 13.498.300 novas ações ordinárias ("ON") e 13.499.300 novas ações preferenciais ("PN"), com aporte total de R\$ 20.247.600,00 realizado pela BB Corretora para aquisição de 6.748.300 ações ON e 13.499.300 ações PN. Com o aumento de capital e a aquisição de ações pela BB Corretora, o capital total da Ciclic passa a ser composto por 26.998.600 ações, divididas conforme abaixo:

	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	6.748.300	49,990	13.499.300	100,000	20.247.600	74,995
PFG do Brasil 2 Participações Ltda.	6.751.000	50,010	-	-	6.751.000	25,005
Total	13.499.300	100,000	13.499.300	100,000	26.998.600	100,000

IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB-Brasil RE)

Em 10.07.2019, o Conselho de Administração do Banco do Brasil deliberou pela aprovação de orientação aos representantes do Banco nos órgãos de governança da BB Seguridade Participações S.A. – empresa controlada do Banco – no sentido de que fosse dado início à oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de 15,23% das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do IRB-Brasil RE, de titularidade de sua subsidiária integral, a BB Seguros.

Em 19.07.2019, o Banco informou que foi fixado o preço por ação em R\$ 88,00, no âmbito da oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de ações do IRB-Brasil RE. Em 23.07.2019, foi realizada a efetiva liquidação da oferta, com a entrega das ações aos respectivos investidores e o concomitante recebimento, pela BB Seguros, do montante de R\$ 4.181 milhões pela venda das ações.

	23/07/2019
Valor da venda	4.181.000
Valor contábil do investimento no IRB	(582.653)
Ganho registrado na venda	3.598.347

Transferência de Ações Banco Patagonia S.A

Em 06.09.2018, foi realizada a transferência de 154.014.912 ações escriturais dos acionistas minoritários do Banco Patagonia S.A. (Patagonia) para o Banco do Brasil, conforme fato relevante, divulgado naquela data.

Com a operação, o Banco tornou-se titular de 578.116.870 ações ordinárias escriturais classe B e reconhecerá 80,3894% do resultado gerado pelo Patagonia.

	06/09/2018
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores adquiridos	474.033
Preço pago pela aquisição das ações	(839.454)
Valor reconhecido no patrimônio líquido e atribuível aos acionistas controladores	(365.421)

Movimento Societário BB-BI e BB Elo

Em 18.01.2019, o Banco do Brasil informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do patrimônio do BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI), referente a participação acionária na Cielo S.A. (Cielo) e a transferência da parte cindida para a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo).

O movimento societário pretendeu promover a centralização das participações em empresas do segmento de meios de pagamento sob uma única holding, a BB Elo, buscando alinhamento com a estratégia de simplificação da organização societária do Conglomerado Banco do Brasil.

Em 28.06.2019, houve a transferência da participação na empresa Cielo para a BB Elo. Ocorreu efeito residual reconhecido no resultado das empresas.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A. - GIC

Em 14.06.2017, o Banco do Brasil firmou os documentos necessários à constituição da empresa Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – GIC em conjunto com o Banco Bradesco S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., a Caixa Econômica Federal, por meio de sua subsidiária Caixa Participações S.A. e o Banco Itaú Unibanco S.A. Cada uma das partes detêm 20% do capital social da GIC, sendo o controle da companhia compartilhado entre as partes.

A Bureau de crédito desenvolverá um banco de dados com objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis. Tal atuação propiciará, através de um conhecimento mais profundo do perfil das pessoas físicas e jurídicas, um significativo aperfeiçoamento dos nossos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito realizados pelos entes participantes do Sistema Financeiro Nacional, resultando, assim, na melhoria do ambiente de crédito do país em uma perspectiva de médio e longo prazos.

O aporte de capital ocorreu em julho de 2017, sendo o valor do investimento reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Comentários dos Diretores

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Desde a primeira adoção das IFRS pelo Banco, ocorrida em 01/01/2009, o IASB vem editando certas melhorias às IFRS e novos pronunciamentos contábeis, que foram ou serão adotados no futuro, com possíveis impactos na posição patrimonial e no resultado do Banco.

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo IASB e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidência relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas alterações editadas com vigência a partir de 2017, 2018 e 2019.

Vigência em 2017

Alterações à IAS 12 – Impostos sobre a Renda – O IASB emitiu alterações à IAS 12, as quais não possuem finalidade de alterar nenhum procedimento contábil aplicado anteriormente. As alterações possuem como principal objetivo esclarecer parágrafos da norma e acrescentar exemplos ilustrativos.

Alterações à IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa – O IASB emitiu alterações à IAS 7, com intuito de auxiliar os investidores na avaliação de variações do passivo decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças de fluxos de caixa e mudanças que não envolvam caixa (como ganhos ou perdas cambiais). O Banco incluiu um quadro com a conciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento na Nota Explicativa 34 - Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações para atendimento aos requisitos dessas alterações.

Vigência em 2018

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Em julho de 2014, o IASB publicou a IFRS 9, sendo a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir a IAS 39. O projeto de substituição da IAS 39 foi dividido em três principais fases: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

IFRS 9 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de mensuração para ativos financeiros:

a) custo amortizado (CA);

b) valor justo por meio do resultado (VJR) e

c) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Custo amortizado: Um ativo é mensurado nesta categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de “somente pagamento de principal e juros” e a Administração pretende mantê-lo em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo por meio do resultado: Um ativo é mensurado nesta categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de “somente pagamento de principal e juros” ou quando a Administração pretende mantê-lo em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes: Um ativo é mensurado nesta categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de “somente pagamento de principal e juros” e a Administração pretende mantê-lo em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

(ii) Metodologia de redução ao valor recuperável

Outra alteração refere-se ao cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros. De acordo com os novos requerimentos, as perdas são apuradas com base em um modelo prospectivo de perdas esperadas, diferentemente do anterior modelo de perdas incorridas.

(iii) Contabilização de cobertura

A nova norma também incluiu um modelo de contabilidade geral de hedge, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de hedge com a gestão de riscos.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – O IASB publicou uma nova norma que especifica como e quando são reconhecidas as receitas de contratos e requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis.

Vigência em 2019

IFRS 16 – Arrendamentos – Em janeiro de 2016, o IASB publicou a IFRS que altera os requerimentos de contabilização de obrigações oriundas de contratos de leasing para o arrendatário. A IFRS 16 abandona a classificação de leasing em operacional e financeiro, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento.

A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A contabilização para arrendadores também não sofre mudanças significativas. Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de sua subsidiária BB Leasing. A nova norma mantém o tratamento contábil dessas operações substancialmente inalterado.

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço como Ativo imobilizado – De direito de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto as taxas incrementais representadas pelo custo das captações institucionais.

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro – A IFRIC 23 estabelece parâmetros a serem atendidos pelas empresas com relação à existência de incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro.

Com relação às incertezas sobre os tratamentos dispensados à tributação sobre o lucro, as normas foram interpretadas com base nas disposições do IFRIC 23. Também foram consideradas as devidas aplicações da norma e seus reflexos contábeis. O Banco observou ainda, os procedimentos e requisitos para reconhecimento e mensuração de valores envolvidos.

Assim, analisados os procedimentos de contabilização, apuração e recolhimentos dos tributos calculados sobre o lucro, no que tange aos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, conclui-se que a adoção da IFRIC 23 não provocou impactos significativos para as demonstrações contábeis consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2017, a aplicação das emendas e interpretações não apresentou efeitos significativos sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

No exercício de 2018, a adoção da IFRS 9 apresentou efeitos significativos sobre o Balanço Patrimonial Consolidado. Como o Banco optou pela transição prospectiva da norma, a transição entre as datas de 31.12.2017 e 01.01.2018, foram reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido.

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com a IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo a IFRS 9 (Valor Justo por meio do Resultado – VJR, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e Custo Amortizado – CA):

Efeitos da Adoção da IFRS 9 nas Carteiras de Ativos Financeiros (R\$)

Classificação IAS 39	Classificação IFRS 9	Saldo em 31.12.2017	Ajustes de Perda	Reclassificação	Saldo em 01.01.2018
Empréstimos e Recebíveis	CA	1.051.046.814	(156.229)	-	1.050.890.585
Disponível para Venda	VJORA	120.214.877	-	(624.760)	119.590.117
Mantido até o Vencimento	CA	10.457.429	(544.382)	624.760	10.327.807
Mantido para Negociação	VJR	8.453.138	-	-	8.453.138
Total		1.190.172.258	(700.611)	-	1.189.471.647

A seguir são detalhados os efeitos no Patrimônio Líquido decorrentes da adoção inicial da IFRS 9:

Conciliação do Patrimônio Líquido (R\$ mil)

Patrimônio Líquido em 31.12.2017	101.238.428
Ajustes Decorrentes da Adoção Inicial da IFRS 9	(1.105.290)
Perda Esperada com Garantias Prestadas e Compromissos de Empréstimos	(653.875)
Adoção da IFRS 9 em Empresas Controladas em Conjunto	(324.420)
Perda Esperada com Empréstimos a Clientes	(133.667)
Perda Esperada com Empréstimos a Instituições Financeiras	(22.562)
Perda Esperada com Títulos Mensurados ao Custo Amortizado	(544.382)
Reclassificação de Ativos Decorrentes das Novas Categorias	1.709
Imposto de Renda Diferido	571.907
Patrimônio Líquido em 01.01.2018, após Ajustes da IFRS 9	100.133.138

No exercício de 2019, a adoção da IFRS 16 apresentou efeitos sobre o Balanço Patrimonial Consolidado. O Banco optou pela transição retrospectiva modificada, cujos efeitos foram aplicados no saldo de abertura, não sendo necessário refazer a informação comparativa.

Os quadros abaixo apresentam a movimentação do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento do período compreendido entre 01.01.2019 à 31.12.2019:

Ativo de Direito de Uso - Edificações (R\$ mil)	31/12/2019
Custo	
Saldo em 01/01/2019	4.188.816
Aquisições	344.162
Baixas	(86.892)
Remensurações	93.169
Saldo em 31/12/2019	4.539.255
Depreciação acumulada	
Saldo em 01/01/2019	-
Despesas de depreciação	(1.112.821)
Baixas	5.811
Saldo em 31/12/2019	(1.107.010)
Valor contábil	
Saldo em 31/12/2019	3.432.245
Passivo de arrendamento (R\$ mil)	31/12/2019
Saldo em 01/01/2019	4.188.816
Adições	344.162
Despesas de juros	335.601
Baixas	(82.783)
Pagamento de arrendamentos	(1.320.734)
Remensurações	93.169
Saldo em 31.12.2019	3.558.231

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em 2017, 2018 e 2019, o relatório dos auditores independentes foi emitido sem ressalvas ou ênfases.

10.5. Políticas Contábeis Críticas

Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas, explorando em especial estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: (a) redução ao valor recuperável de ativos financeiros; (b) contingências; (c) reconhecimento de receitas e despesas; (d) créditos fiscais; (e) ativos de longa duração; (f) vida útil de ativos não-circulantes; (g) planos de pensão; h) ajustes de conversão em moeda estrangeira; i) custos de

recuperação ambiental; (j) critérios para teste de recuperação de ativos não financeiros e (k) instrumentos financeiros.

a. redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco do Brasil, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 - Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 - Operações com aumento significativo de risco – Os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 - Operações em descumprimento (ativos problemáticos) – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – em geral 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como cenários econômicos prospectivos. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do Estágio 1 para o Estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O Banco avalia as características do instrumento para determinação do aumento do risco de crédito. Em geral, quantitativamente, o Banco entende que após 30 dias de atraso nos pagamentos contratuais, essa condição é atingida. No entanto, o Banco pode refutar essa hipótese quando houver evidências que comprovem que não houve aumento de risco.

Os ativos considerados de baixo risco de crédito não são monitorados para verificação de uma piora no risco da operação, sendo o cálculo da perda esperada efetuado sempre para os próximos 12 meses do ativo.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – Em geral, a migração para o Estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais a mais de 90 dias (com exceção de operações de financiamento imobiliário, que a migração ocorre após atraso de 180 dias). No entanto, outros dados qualitativos podem ser utilizados, caso apresentem evidências para refutar essa hipótese.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- a) Probabilidade de Descumprimento – PD,
- b) Perda Dado o Descumprimento – LGD e
- c) Exposição no Descumprimento – EAD (ou Fator de Conversão de Crédito - FCC).

O cálculo é prospectivo, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico. A estimativa de perda esperada considera todos os históricos de dados disponíveis (obtidos sem custos expressivos para a instituição), aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e pondera uma gama de possíveis resultados de perdas, considerando a probabilidade de ocorrência de diferentes cenários econômicos futuros (estimativas *forward-looking*).

Probabilidade de Descumprimento - É a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como descumprido. Critério quantitativo é relacionado a 90 dias de atraso e critério qualitativo com existência de forte indicativo de futuro atraso acima de 90 dias, em algum momento nos próximos 12 meses, ou então para o final da vida do ativo.

Perda Dado o Descumprimento – Perda após o default. É a estimativa do percentual de perda econômica decorrente do descumprimento do cliente, considerando todos fatores relevantes, como custo de recuperação, de oportunidade, administrativos e de captação de recursos. Representa a

proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento de inadimplência.

Exposição no Descumprimento – Saldo devedor no momento do default. É a estimativa de exposição da operação (saldo) no caso desta entrar em situação de descumprimento. Para medir a exposição no descumprimento dos compromissos de empréstimo, o Banco estima o valor que o devedor terá sacado no momento da inadimplência.

Periodicamente, o Banco do Brasil revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas por impairment devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento. Instrumentos financeiros enquadrados no primeiro estágio são identificados sob a ótica de perdas nos próximos 12 meses, para os enquadrados nos demais estágios, aquelas durante a vida da operação.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que venham impactar a capacidade financeira do cliente, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

b. provisões (para compromissos de crédito, prestação de garantias e demandas judiciais), passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (off-balance), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A metodologia de cálculo para perdas esperadas em compromissos de empréstimos e prestação de garantias utilizam os mesmos parâmetros da perda esperada na carteira de empréstimos a clientes.

As provisões para demandas judiciais, são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados – Processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Individualizados – Processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não possuem provisão nem divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em

ulgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

c. reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Receita de tarifas e comissões – O reconhecimento de receitas de tarifas e comissões é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado, as receitas de tarifas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Caso contrário, estas receitas são reconhecidas à medida em que as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas.

O reconhecimento destas receitas deve ser por um valor que reflita a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para um cliente. Em consonância com o método de saída e com as características intrínsecas das obrigações de desempenho envolvidas, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período em função do tempo transcorrido. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: conta corrente, cartões, cobrança, administração de recursos de terceiros, comissão de corretagem e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.

Quanto ao preço de transação destes contratos, identificam-se tarifas, anuidades, taxas e comissões com expectativa de recebimento em até doze meses.

O principal expediente prático adotado se refere à existência de componente de financiamento significativo. O componente financeiro não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o serviço prometido é transferido para o cliente e o momento no qual o cliente paga por esse serviço é de um ano ou menos.

Receita de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto – As receitas oriundas da aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.

d. ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas, identificadas pelo Banco, que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores como: (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes; (ii)

mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) mudanças nos índices de inflação; (v) processos ou disputas judiciais adversas; (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento; (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e. ativos de longa duração

Investimentos em coligadas e joint ventures – Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial com base no valor do respectivo patrimônio líquido da investida. As demonstrações contábeis das agências e subsidiárias no exterior são convertidas em Reais (R\$) de acordo com a IAS 21 e os efeitos da variação cambial são reconhecidos no resultado do período ou em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, quando aplicável. Os demais investimentos em instrumentos patrimoniais são avaliados ao valor justo, em conformidade com a IFRS 9.

Imobilizado de Uso – O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação acumulada (calculada pelo método linear) e de perdas por impairment.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou no momento de sua alienação. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas operacionais, impactando o resultado do período em que o ativo foi alienado.

Ágio e outros ativos intangíveis – O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados serão transferidos para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de softwares são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de softwares.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

f. vida útil de ativos não circulantes

O prazo de vida útil estimada de bens do ativo imobilizado é definido com base nos percentuais abaixo:

Ativo Imobilizado	Taxa Anual %
Edificações ¹	4,0 a 10,0
Móveis e Equipamentos	10,0
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	4,0 a 10,0
Equipamentos de Processamento de Dados	10,0 a 20,0
Veículos	10,0
Outros	10,0

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O prazo de vida útil estimada de bens dos ativos intangíveis é definido com base nos percentuais abaixo:

Ativo Intangível	Taxa Anual %
Software	10,0
Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento	10,0 a 20,0
Relacionados a Clientes, Adquiridos em Combinações de Negócios	10,0 a 50,0
Relacionados a Contratos, Adquiridos em Combinações de Negócios	10,0 a 35,0
Outros	20,0

g. pensões e outros benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência no período em que os serviços são prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, foram avaliados, em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017 de acordo com os critérios estabelecidos na forma da IAS 19.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa. Assim, a despesa é reconhecida no resultado no período em que os respectivos serviços são prestados pelos empregados como contrapartida às contribuições do mesmo período.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. Dessa forma, são necessárias premissas atuariais para a mensuração das obrigações e despesas do plano, bem como existe a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais. Como decorrência, o Banco registra um passivo quando o valor presente das obrigações atuariais for maior que o valor justo dos ativos do plano, ou um ativo, quando o valor justo dos ativos for maior que o valor presente das obrigações do plano. Nessa última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que ele poderá reduzir efetivamente as contribuições do Banco ou de que será reembolsável no futuro.

O Banco, conforme permitido pela IAS 19, reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, sendo que: (i) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e (ii) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

h. ajustes de conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Grupo.

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado do período em que surgirem.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária, com exceção do Banco Patagonia) são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período e (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período.

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado

consolidado. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, as diferenças cambiais acumuladas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial consolidado.

i. custos de recuperação ambiental

Não se aplica.

j. critérios para teste do valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução ao valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Quanto aos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, o Banco aplica os requerimentos da IFRS 9 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total.

Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado quanto à redução ao valor recuperável como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sempre que a aplicação da IFRS 9 indicar que o investimento tem problemas de recuperação. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida nessas circunstâncias não é alocada a nenhum ativo em particular, incluindo ágio, que constitui parte do valor contábil do investimento na coligada ou entidade controlada em conjunto.

Na hipótese do valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como retificadora do saldo de outras despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – Na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a qual estabelece os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – Na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Ágios sobre investimentos adquiridos em combinação de negócios

A metodologia de apuração do valor recuperável dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo CAPM.

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos por aquisição de folhas de pagamento está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem o desempenho esperado, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – Os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Os ativos intangíveis adquiridos por combinação de negócios, representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte para verificar se existem indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Se qualquer indicação existe para esses ativos, o Banco estima os seus valores recuperáveis. A metodologia de apuração do valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – Independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

k. instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e mensuração subsequente

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.
- Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:
 - recebimento de fluxos de caixa contratuais;
 - venda de ativos financeiros; ou
 - ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de capital e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Ativos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido do custo da transação (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável (perdas esperadas). As receitas financeiras geradas são registradas em receita de juros.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Empréstimos a instituições financeiras – São constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios, diminuído pela perda esperada.

Empréstimos a clientes – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis. O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta redutora de perda esperada com crédito de liquidação duvidosa, sendo esse valor reconhecido no resultado como “perda líquida esperada com empréstimos a clientes”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

a) vendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra e;

b) vendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Valor justo por meio do resultado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são reconhecidos como receita de juros. Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são reconhecidos no resultado do período.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, aplicações em fundos mútuos de investimento, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos. Incluem ações ordinárias sem opção de venda, instrumentos com opção de venda, instrumentos que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra parte uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, alguns tipos de ações preferenciais, dentre outros.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

a) swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;

b) derivativos não qualificados para *hedge accounting*, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e

c) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Esses ativos são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Na mensuração subsequente, esses ativos também serão passíveis de cálculo de perdas esperadas, sendo as perdas reconhecidas no resultado, em contrapartida ao Patrimônio Líquido, sem efeito no valor contábil do ativo.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, aplicações em fundos mútuos de investimento, dentre outros.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros (incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos) são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao valor justo ou ao custo amortizado.

Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado – São mensurados e registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos.

Passivos mensurados ao custo amortizado – São inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os principais passivos mensurados nessa categoria são:

Depósitos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida, representando uma importante fonte de captação de recursos do Banco.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – São geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no balanço patrimonial somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no balanço patrimonial, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado no resultado.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- a) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- b) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Outros ativos e outros passivos financeiros – São instrumentos financeiros que não se enquadram em qualquer das categorias supracitadas e estão evidenciados na Nota 30. Esses ativos e passivos são mensurados ao custo amortizado.

Determinação do valor justo – Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado (principal ou o mais vantajoso) na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação. Um mercado é tido como ativo se transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nas situações em que não existe um preço cotado em mercado ativo para um determinado instrumento financeiro, o Banco estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. O método de avaliação escolhido incorpora todas as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco. Os métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valoração conhecidos.

Quando necessário, os valores gerados pelos modelos são ajustados para refletir a variação entre os preços de compra e venda; o custo de liquidação da posição; o risco de crédito da contraparte; e a liquidez da posição. Os ajustes efetuados também possuem a intenção de suprir as limitações teóricas dos modelos.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco do Brasil

a. os ativos e passivos detidos pelo Banco do Brasil, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu Balanço Patrimonial (*off balance sheet items*):

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Referidos valores estão registrados no Ativo Imobilizado de Direito de Uso e em Outros Passivos de Arrendamento, nas demonstrações contábeis consolidadas IFRS. Maiores informações sobre os arrendamentos operacionais podem ser encontradas na Nota Explicativa 28 – Imobilizado – De Direito de Uso, e Nota Explicativa 30 – Outros Ativos e Outros Passivos.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

iv. contratos de construção não terminada

Referidos valores estão registrados no Ativo Imobilizado de Uso nas demonstrações contábeis IFRS, em linha com as demonstrações contábeis BRGAAP, oriundo do COSIF imobilizações em curso. Mais informações podem ser encontradas na Nota Explicativa 28 - "Imobilizado - De Uso".

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O Banco do Brasil não possui ativos ou passivos fora do balanço patrimonial, além dos indicados em notas explicativas que compõem as demonstrações contábeis, conforme as melhores práticas de governança corporativa. Os ativos e passivos considerados *off-balance sheet* existentes no Banco do Brasil estão adequadamente evidenciados em notas explicativas no encerramento do exercício de 2018. As notas explicativas que tratam desses itens são: (i) Nota 20 – Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, (ii) Nota 27 – Envolvimento com Entidades Estruturadas não Consolidadas; (iii) Nota 35 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e (iv) Nota 39 – Garantias Financeiras e Outros Compromissos.

10.7. Comentários sobre cada item indicado na seção item 10.6**a. como tais itens alteram ou podem vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras.**

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base na IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

As ações de natureza trabalhistas representam vários pedidos reclamados, como indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações de natureza fiscais são pedidos relacionados com ISSQN, cobrança e outras obrigações fiscais oriundas da Secretaria da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social. As principais contingências têm origem em:

a) Autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.326 milhões, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 930 milhões e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 676 milhões.

b) Autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.819 milhões.

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

R\$ milhões	Dez/17	Dez/18	Dez/19
Demandas Trabalhistas	194	219	230
Demandas Fiscais	12.476	13.053	11.426
Demandas Cíveis	2.327	2.360	2.185
Total	14.997	15.632	13.841

Contratos de Instrumentos Financeiros Derivativos

R\$ milhões	Dez/17	Dez/18	Dez/19
Valor de Referência - Posição Ativa			
Contratos de Futuros	5.629	5.630	12.958
Contratos de Operações a Termo	6.180	8.173	10.031
Contratos de Opções	126	357	569
Contratos de Swap	7.261	9.804	9.069
Outros Contratos de Derivativos	670	5.497	1.483
Valor de Referência - Posição Passiva			
Contratos de Futuros	12.139	14.801	6.264
Contratos de Operações a Termo	5.333	7.212	12.880
Contratos de Opções	391	719	1.025
Contratos de Swap	6.610	7.351	12.498
Outros Contratos de Derivativos	4.064	3.740	6.168

O valor de referência é o valor nominal (*notional*) dos contratos de instrumentos financeiros derivativos que são contabilizados em contas off balance para fins de controle.

Garantias prestadas

O Banco do Brasil concede garantias a pessoas físicas e jurídicas, inclusive outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, mediante a cobrança de encargos financeiros e contragarantias dos beneficiários, nas operações em moeda nacional ou estrangeira, realizadas no país ou no exterior. As garantias configuram-se principalmente, quando prestadas no Brasil, em avais, fianças e cartas de garantias. Nas operações com garantias internacionais, as modalidades adotadas pelo Banco do Brasil são: *Bid Bond*, *Performance Bond*, *Refundment Bond*, Aval Internacional, Fiança Internacional, Carta de Crédito *Standby*.

As garantias concedidas a terceiros totalizaram R\$ 7.994 milhões em 31/12/2019 (R\$ 5.885 milhões em 31/12/2018 e R\$ 3.977 milhões em 31/12/2017), para as quais está constituída provisão para perdas esperadas, conforme IFRS 9, no valor de R\$ 457 milhões em 2019 (R\$ 285 milhões em 2018). Em 2017 foi constituída provisão no valor de R\$ 203 milhões de acordo com a IAS 37 – Provisão, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

Créditos contratados a liberar

Entre os compromissos assumidos pelo Banco do Brasil, há linhas de crédito não utilizadas de operações de crédito e arrendamento mercantil contratadas que totalizam R\$ 121.904 milhões em 31/12/2019 (R\$ 119.813 milhões em 31/12/2018 e R\$ 118.982 milhões em 31/12/2017). Tais operações, quando financeiramente realizadas, serão registradas no Balanço Patrimonial de acordo com a modalidade da linha de crédito disponibilizada.

Créditos a liberar são contratados por um período de tempo determinado para efetuar empréstimo a um cliente que tenha atendido a condições contratuais pré-determinadas, incluindo os limites atribuídos às operações de cheque especial e de cartões de crédito. As cartas de crédito em aberto ("*standby*") e as garantias por avais e fianças são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimos.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue, como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com compromissos de empréstimos, conforme IFRS 9, no montante de R\$ 229 milhões em 2019 (R\$ 205 milhões em 2018).

Créditos de exportação confirmados e créditos abertos para importação

Em decorrência de operações de comércio exterior, há cartas de crédito de importação e cartas de crédito de exportação confirmadas que somam R\$ 651 milhões em 31/12/2019 (R\$ 612 milhões em 31/12/2018 e R\$ 398 milhões em 31/12/2017). Tais operações irão compor a carteira de crédito do Banco do Brasil, quando concretizados os contratos de importação ou exportação.

b. natureza e o propósito da operação

A natureza e propósito das operações são descritas no item “a”.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do Banco do Brasil em decorrência da operação.

A natureza e montantes são descritas no item “a”.

10.8. Principais elementos do plano de negócios do Banco do Brasil

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2019, o Banco do Brasil investiu no Plano de Investimentos Fixos – PFix, R\$ 1.837 milhões, aplicados na modernização do parque tecnológico e da rede de agências e postos de atendimento bancário, além de soluções de negócios suportados em TI. Esses investimentos tiveram como objetivo criar condições de infraestrutura física e tecnológica para suportar o crescimento de negócios do Banco do Brasil e viabilizaram várias ações.

Para 2020, estão destinados R\$ 2.759,0 milhões para intensificar os investimentos em projetos de modernização e suporte ao crescimento de negócios, dos quais R\$ 950,3 milhões estão destinados para os investimentos do Programa de Infraestrutura Física dos Bens.

Em 2019 destacam-se os investimentos em:

a) Expansão e adequação da rede de atendimento Varejo, no montante de R\$ 65,82 milhões, sendo:

a.1) **Expansão da rede de atendimento Varejo:** R\$ 1,0 milhão na expansão da rede especializada de atendimento, visando a ampliação do potencial de negócios. Os investimentos viabilizaram a instalação de 151 unidades subordinadas no País;

Tendo em vista a estratégia de expandir o atendimento especializado a clientes MPE e Agro, foram inauguradas 44 agências para atendimento específico a esses segmentos, além da inauguração de 1 Escritório Digital para atendimento a clientes Pessoa Física.

Para implantação dessas estruturas, foram aproveitados espaços já existentes em agências de atendimento varejo, ou seja, a instalação das novas Unidades de Negócio ocorreu sem necessidade de novos investimentos.

Tivemos também a inauguração de 2 PAAs, além de Unidades Subordinadas a agências Varejo que totalizaram 67 PAEs e 37 PABs. A maior parte dessas estruturas possui o prazo de instalação mais rápido e não demanda investimento alto.

a.2) **Adequação da rede Varejo:** R\$ 64,8 milhões na adequação de 257 dependências, grandes reformas e realocações, com objetivo de garantir a melhoria na estrutura e ambiência de agências Varejo, Estilo Empresas e Escritórios Digitais, permitindo oferecer maior conforto e segurança aos clientes, ao patrimônio do Banco e aos funcionários, além de assegurar a conformidade com as normas de órgãos reguladores.

b) **Rede Private:** adequação da estrutura física de atendimento ao padrão proposto pelo modelo de atendimento BB Private, de forma a promover a satisfação dos clientes atendidos e a melhoria das condições de trabalho dos funcionários.

Em 2019, os recursos aprovados foram de R\$ 6,8 milhões, tendo sido imobilizados o total de R\$ 3,0 milhões, destinados a reformas e realocações de bases de atendimento (vinte projetos concluídos e sete em andamento, com conclusão prevista para 2020) situadas em locais estratégicos, permitindo a modernização da rede.

c) **Revitalização da rede de atendimento Atacado:** do valor de R\$ 28,2 milhões aprovado para o ano de 2019, foram investidos R\$ 14,2 milhões na adequação de instalações físicas de unidades especializadas no atendimento aos segmentos de médias e grandes empresas. Os valores investidos focaram em projetos de reforma das instalações físicas e realocação de agências, ambos visando a padronização visual das dependências do Pilar Atacado e na realização de pequenas reformas e melhorias em plataformas de atendimento e unidades de negócios.

Dos R\$ 14,2 milhões investidos, destacamos que R\$ 9,3 milhões se referem à adequação de imóveis de uso e R\$ 4,9 milhões na aquisição e instalação de mobiliários e equipamentos de TI.

Os investimentos resultaram na conclusão dos subprojetos abaixo:

- Demais reformas (quantidade: 5): Pequenas intervenções, como ajustes de layout nas unidades da Rede Dicor;
- Reformas (quantidade: 14): Intervenções nas unidades de negócios da Rede Dicor para adequá-las ao Padrão de Ambiência Atacado 2.0;
- Relocalizações (quantidade: 9): das unidades de negócios da Rede Dicor com objetivo de otimizar espaços, visando a redução de despesas administrativas e compartilhamento com outras dependências do BB;
- Entrega de 262 notebooks aos gerentes de relacionamento da Rede Dicor.

d) **Investimentos fixos na rede Externa:** R\$ 18,6 milhões, sendo que R\$ 15,4 milhões para manutenção/adequação em TI, R\$ 993 mil para manutenção/adequação da rede física e R\$ 2,2 milhões em software para auxiliar na prevenção e combate à lavagem de dinheiro na rede externa. Tais investimentos visam assegurar a manutenção da estrutura de funcionamento das unidades no exterior, cujas ações estão associadas à modernização, automação, demandas regulatórias, reposição de bens móveis, equipamentos de TI, manutenção dos imóveis de uso e ações em investimentos vinculados à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

e) **Investimentos em Infraestrutura Física:** R\$ 612,7 milhões, relacionados à aquisição de bens móveis em geral, execução de obras de construção e reformas de imóveis, visando evitar a obsolescência do ativo imobilizado e promover a modernização, adequação ou substituição de equipamentos prediais, com os seguintes destaques:

e.1) **Reposição de Mobiliários, Equipamentos de Uso e Utensílios** – reposição de itens para manutenção do funcionamento e adequações às normas de acessibilidade;

e.2) **Conservação Predial dos Imóveis de Uso** – execução de reformas na infraestrutura predial dos imóveis de uso do Banco do Brasil para manutenção de suas funcionalidades;

e.3) **Adequação Física de Unidades Estratégicas, Táticas e Rede de Apoio** - adequações físicas dos Edifícios Banco do Brasil-DF, Banco do Brasil-SP e Banco do Brasil-TO;

e.4) **Modernização de Recursos não Padronizados de TI** – aquisição para automação escritório/bancária destinada à manutenção do enxoval das dependências que possuem obsolescência prevista para o ano;

e.5) **Datacenter** - adequações físicas e aquisições de bens para áreas de Datacenters;

e.6) **Relocalização e Construção de Valores/Seret** – Reforma da infraestrutura do Valores Florianópolis (SC), realocação do Seret São José dos Campos (SP) e construção de novo Seret em Balsas (MA);

e.7) **Modernização dos Sites Primário e Secundário – DAT BH e DAT SJP** – revitalização dos sites primários e secundários dos DAT, localizados nas cidades de Belo Horizonte e Curitiba;

e.8) **Modernização dos Sites Primário e Secundário – DAT RJ e DAT SP** - revitalização dos sites primários e secundários dos DAT, localizados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo;

e.9) **Conservação Predial Ed. Sede III DF** – adequações de conservação predial e de infraestrutura predial do Ed. Sede III localizado em Brasília;

e.10) **Eficiência Energética** – modernização do sistema de iluminação dos imóveis de uso do Banco do Brasil, visando aprimorar a eficiência energética de suas dependências;

e.11) **Conservação Predial Visin SP** – conservação ou reposição de bens existentes de edifícios localizados em São Paulo, evitando a obsolescência no ativo imobilizado do Banco;

e.12) **Conservação Predial Ed. Sedan RJ** – conservação ou reposição de bens existentes do Ed, Sedan, localizado no Rio de Janeiro, evitando a obsolescência no ativo imobilizado do Banco;

- e.13) **Relocalização CARJ RJ** - construção das novas instalações da Valores Rio (RJ), tendo em vista a necessidade de relocalização da dependência;
- e.14) **Modernização dos CCBs** – Modernização dos CCBs Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte prevê a compra de equipamentos diversos e obras nos espaços dos Centros Culturais;
- e.15) **Relocalização CENOP, CSA - CENESP** – relocalização de Centros de Serviços de Apoio do Banco, localizados em São Paulo, para o Edifício Empresarial de São Paulo – CENESP;
- e.16) **Reforma nas dependências da Disem: Reforma da Disem-RJ**, em padrão ambiência DG 2.0, localizada nos andares 37 e 38 do Ed. Sedan (RJ);
- e.17) **RAVN Rastreamento Automático de Valores de Numerário**: Aquisição de leitoras e impressoras de código de barras e QR Code;
- e.18) **Espaço UniBB**: Aquisição de módulo de treinamento a ser instalado em ambiente interno das agências, dedicado à realização de treinamentos à distância;
- e.19) **Relocalização da Gerência Regional de Controles Internos do Paraná - Gecoi PR**: Investimento em infraestrutura predial para viabilizar a relocalização da Unidade para o 4º andar do mesmo edifício em que está instalada atualmente (Edifício Dr. Muricy).
- f) Em 2019 foram investidos R\$ 701,7 milhões em aquisições voltadas ao cumprimento da estratégia corporativa do Banco, destinados a processamento e armazenamento de dados e rede/telecomunicações, especialmente no que se refere à modernização da infraestrutura para prover conectividade para os clientes, contribuindo, entre outros, para a melhoria do modelo de atendimento digital, da produtividade, ampliação da inteligência nos negócios, inovação, atendimento de exigências legais e de conformidade. Destacam-se os investimentos em:
- f.1) **Infraestrutura de Processamento e Armazenamento** – Substituição de equipamentos da solução de fitoteca mainframe; atualização e expansão do ambiente de processamento central; aquisição de componentes da solução de *backup high-end*, chaveadores dinâmicos; aquisição de subsistemas de discos para atendimento das plataformas mainframe e *high-end*, expansão do licenciamento de utilitários para DB2; adequação da capacidade computacional em plataforma X86-64; modernização das *appliances* IDAA; aquisição de servidores *power*, e solução de *Blockchain*;
- f.2) **Ambiente de TI, Gestão Corporativa, Rede de dados e Telecomunicações**: Elementos de infraestrutura para *datacenters*; expansão da solução de conectividade da infraestrutura básica de TI; equipamentos e ferramentas para *mobile* e *UX*; solução de gestão de Portfólio de Cartões de Crédito; soluções voltadas à rede de dados entre as dependências; e soluções de telecomunicação de pequeno e grande porte, para melhoria do atendimento telefônico nas agências, sistemas de videoconferência e solução BOB – *Branch-office-in-a-box*.
- g) **Segurança em TI** – atualização de soluções de infraestrutura de TI destinadas ao aprimoramento na segurança de TI, conforme abaixo:
- g.1) Modernização e expansão das soluções de Segurança da Informação e Segurança Física e Patrimonial para os ambientes de negócios, totalizando R\$ 52 milhões, contemplando 17.481 equipamentos de segurança para Rede de Agências (Sistema de CFTV, Detectores de Metais, Cofres e Fechaduras de Retardo e Geradores de Neblina), em 2019. 100% do valor foi imobilizado, 52,5% performado;
- g.2) Modernização dos equipamentos de segurança com substituição, em virtude da obsolescência, do parque tecnológico e reformas decorrentes de ampliação/adequação de segurança dos ambientes de valores (tesouraria) do Banco do Brasil, com investimentos de R\$ 9,6 milhões em 2019. 69,2% do valor foi imobilizado, 37,8% performado;
- g.3) Modernização da solução UTM para garantir a segurança dos arquivos armazenados nos servidores das agências, aprimorando a segurança do tráfego de dados na rede, totalizando R\$ 279,4 mil;
- g.4) Aquisição AntiDDoS - Modernização e expansão da solução para elevar o nível de segurança da rede, permitindo que o Banco mantenha capacidade de atuar contra possíveis ataques de negação de serviço, totalizando R\$ 1,88 milhão.
- Para o ano de 2020, estão destinados investimentos em soluções para modernização das ferramentas de segurança, dentre as quais as soluções anti-spam, SIEM, IPS, modernizações das soluções para testes estático e dinâmicos de vulnerabilidades em aplicações, atualização de firewalls, além da implementação de ferramentas tecnológicas para aprimoramento de segurança de endpoints, inspeção de segurança no tráfego criptografado e solução para segurança forense, a fim de manter e aprimorar os níveis de resiliência e segurança na infraestrutura tecnológica do Banco.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2019 houve a aquisição de recursos de TI, como microcomputadores, scanners portáteis, terminais dispensadores de senhas, impressoras de caixa e notebooks que propiciaram a substituição de equipamentos obsoletos e expandiram sua disponibilidade, modernizando os ambientes de trabalho, otimizando e melhorando a capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços

Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2019, foi imobilizado Plano de Investimentos Fixos - PFix no montante de R\$ 12,0 milhões na aquisição e entrega de dispositivos biométricos às agências (*finger print*) para uso em terminais de múltiplas funções da rede de atendimento.

10.9. Outros fatores que influenciaram o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

O planejamento estratégico de comunicação (PEC) é um orientador de longo prazo para todo o Banco do Brasil, que tem a função de ampliar o reconhecimento do posicionamento da marca, apoiar efetivamente as estratégias negociais, o rejuvenescimento da marca e promover a integração e a unicidade na comunicação da empresa com os públicos externo e interno. Para essa finalidade, no PEC, documento que deriva da Estratégica Corporativa, estão definidos os objetivos que orientam as decisões de comunicação da instituição.

Derivado dos orientadores estratégicos e do PEC, o Plano Anual de Comunicação – PAC reúne as ações de comunicação do Banco do Brasil planejadas para o ano, as quais visam contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos e de negócios dos mercados do Banco do Brasil.

As ações de comunicação são definidas de forma a otimizar os recursos disponíveis e garantir a aderência da estratégia de comunicação aos direcionamentos estratégicos da Empresa, consideradas as expectativas de todos os setores que compõem o ecossistema de públicos da estratégia da marca.

A seguir é apresentada tabela com os valores orçados e realizados dos itens relativos as despesas de publicidade e propaganda e promoções e patrocínio no período.

R\$ milhões	2019	
	Orçado	Realizado
Publicidade	478	459
Patrocínio	163	156

11. PROJEÇÕES

As projeções e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais projeções e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas.

Dados os riscos e incertezas aqui descritos, as projeções podem não vir a se concretizar e não consistem, portanto, em garantia de um desempenho futuro. Ainda, os resultados futuros e o desempenho do Banco do Brasil podem diferir substancialmente daqueles previstos em suas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência (FR), muitos dos quais estão além da capacidade de controle ou previsão por parte do Banco. Adicionalmente, tais estimativas baseiam-se em premissas que podem não se concretizar. Tendo em vista estas incertezas e limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste FR.

11.1. Projeções ao mercado

a. objeto da projeção

As estimativas divulgadas constituem um conjunto de indicadores que permitem aos analistas de mercado projetar o resultado futuro do Banco do Brasil. Para o exercício 2021 foram divulgados os seguintes indicadores:

Indicador	Conceito
Lucro Líquido Ajustado	Lucro Líquido Anual desconsiderando os Itens Extraordinários.
Margem Financeira Bruta	Corresponde ao Resultado Bruto da Intermediação Financeira sem provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e ajustado por realocações (DRE Realocada), líquida das receitas de recuperação de operações em perdas.
Carteira de Crédito	Representa a soma da carteira de crédito orgânica no Brasil, das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas, excluindo as carteiras adquiridas. Não considera crédito a Governo.
Negócios Varejo	Corresponde à carteira de crédito pessoa física ampliada orgânica adicionada da carteira de crédito classificada Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) que é composta por empresas com faturamento anual de até R\$ 200 milhões.
Atacado PJ	Composta pelas grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões, adicionadas ao crédito agroindustrial e TVM. Não considera crédito a Governo.
Rural	Abrange as operações destinadas ao custeio, investimento ou comercialização realizadas com produtores rurais e empresas da cadeia do agronegócio.
PCLD Ampliada	Corresponde à PCLD Líquida (despesas com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida da recuperação de crédito), adicionada aos descontos concedidos e a imparidade.
Rendas de Prestação de Serviços	Compreende a soma das Receitas de Prestação de Serviços e das Rendas de Tarifas Bancárias.
Despesas Administrativas	Compreende a soma das Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas ajustadas por realocações.

b. período projetado e prazo de validade das projeções

No Banco do Brasil, as projeções indicam valores esperados para o ano corrente. Na divulgação de resultados de cada exercício são divulgados os indicadores esperados para o exercício seguinte.

Trimestralmente o acompanhamento dos indicadores é divulgado no relatório gerencial Análise do Desempenho, disponível em www.ri.bb.com.br, e, quando necessário, são efetuadas alterações nos indicadores projetados, com justificativas para os desvios e ou diferenças em relação aos valores esperados. Além disso, a partir da publicação da ICVM 480/09, a divulgação desse acompanhamento

também é apresentada no formulário de informações trimestrais - ITR e no formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP.

c. premissas das projeções**Premissas influenciadas pela Administração para o exercício 2021:**

- a) Preservar o atual modelo de negócios;
- b) Otimização da alocação de capital;
- c) Foco no relacionamento, buscando ser o principal provedor de soluções, de forma a potencializar a experiência do cliente e o resultado do banco;
- d) Intensificação da Estratégia Digital, com investimentos na racionalização da estrutura operacional;
- e) Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado.

Premissas que escapam ao controle da Administração para o exercício 2021:

- a) Alterações regulatórias que possam impactar os negócios;
- b) Nível de atividade econômica doméstica e mundial;
- c) Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica;
- d) Taxa de desemprego.

d. valores dos indicadores objeto da previsão

Indicador	Projeção 2021
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	16 a 19
Margem Financeira Bruta	2,5% a 6,5%
Carteira de Crédito	8% a 12%
Negócios Varejo	9% a 13%
Atacado PJ	7% a 11%
Rural	7% a 11%
Receitas de Prestação de Serviços	-1,5% a 1,5%
Despesas Administrativas	-1,5% a 1,5%
PCLD Ampliada - R\$ bilhões	-17 a -14

11.2. Projeções sobre as evoluções de indicadores

Os indicadores apresentados e acompanhados para as projeções de 2019 permanecem inalterados em 2021.

O Banco do Brasil informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que suspendeu as projeções para o ano de 2020, conforme Fato Relevante divulgado em 07 de maio de 2020.

b. projeções relativas a períodos já transcorridos

Para os exercícios 2018 e 2019:

Indicador	Conceito
Lucro Líquido Ajustado	Lucro Líquido Anual desconsiderando os Itens Extraordinários.
Margem Financeira Bruta sem Recuperação de Operações em Perdas	Corresponde ao Resultado Bruto da Intermediação Financeira sem PCLD e ajustado por realocações (DRE Realocada), líquida das receitas de recuperação de operações em perdas.
Margem Financeira Bruta	Corresponde ao Resultado Bruto da Intermediação Financeira sem provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e ajustado por realocações (DRE Realocada), líquida das receitas de recuperação de operações em perdas.
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	Representa a soma da carteira de crédito orgânica no Brasil, das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas, excluindo as carteiras adquiridas.
Pessoa Física	Representa a soma dos empréstimos e financiamentos realizados com clientes pessoa física.
Pessoa Jurídica	Representa a soma dos empréstimos e financiamentos realizados com empresas, inclusive do segmento agroindustrial.
Rural	Abrange as operações destinadas ao custeio, investimento ou comercialização realizadas com produtores rurais e empresas da cadeia do agronegócio.
Despesa de PCLD Líquida de Recuperação de Operações em Perdas	Intervalo da despesa de PCLD líquida de recuperação de operações em perdas.
Rendas de Tarifas	Compreende a soma das Receitas de Prestação de Serviços e das Rendas de Tarifas Bancárias.
Despesas Administrativas	Compreendem as Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas ajustadas por realocações.

A seguir apresentamos os resultados realizados das projeções e alterações efetuadas nos intervalos dos indicadores:

Projeções e resultados observados para o exercício de 2020

O Banco do Brasil informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que suspendeu as projeções para o ano de 2020, conforme Fato Relevante divulgado em 07 de maio de 2020.

Projeções e resultados observados para o exercício de 2019

Os indicadores Carteira de Crédito e Despesas Administrativas foram alterados conforme a seguir:

- Carteira de Crédito: o saldo da carteira PJ não contém as operações com Governo.
- Despesas Administrativas: A composição das Despesas Administrativas foi alterada para refletir reclassificação de saldos entre as linhas de Outras Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais.

Os demais indicadores não foram alterados em relação aos divulgados em 2018.

Indicador	Projeção Inicial	1T19		1S19		9M19		2019
		Observado	Revisão	Observado	Revisão	Observado	Revisão	Observado
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	14,5 a 17,5	4,2	Mantido	8,7	Mantido	13,2	16,5 a 18,5	17,8
Margem Financeira Bruta	3% a 7%	6,3%	Mantido	4,5%	Mantido	4,6%	Mantido	6,4%
Carteira de Crédito	3% a 6%	0,9%	Mantido	1,1%	-2% a 1%	-0,1%	Mantido	-1,6%
Pessoa Física	7% a 10%	9,0%	Mantido	9,7%	8% a 11%	10,4%	Mantido	10,3%
Pessoa Jurídica	0% a 3%	-7,1%	Mantido	-6,3%	-13% a -10%	-8,6%	Mantido	-12,3%
Rural	3% a 6%	4,4%	Mantido	2,4%	Mantido	0,8%	0,5% a 3%	0,6%
Despesa de PCLD - R\$ bilhões	-14,5 a -11,5	-3,1	Mantido	-6,7	Mantido	-10,0	Mantido	-13,0
Rendas de Tarifas	5% a 8%	3,8%	Mantido	6,7%	Mantido	7,3%	Mantido	6,4%
Despesas Administrativas	2% a 5%	1,7%	Mantido	0,3%	Mantido	0,7%	Mantido	2,8%

Projeções e resultados observados para o exercício de 2018

As projeções de 2018 contemplaram os mesmos indicadores que foram fornecidos e acompanhados durante o exercício de 2017.

Seção 10 - Comentários dos Diretores

Indicador	Projeção Inicial	1T18		1S18		9M18		2018
		Observado	Revisão	Observado	Revisão	Observado	Revisão	Observado
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	11,5 a 14	3,0	Mantido	6,3	Mantido	9,7	Mantido	13,5
Margem Financeira Bruta	-5% a 0%	-11,5%	Mantido	-8,1%	Mantido	-6,9%	-6,5% a -5,0%	-5,8%
Carteira de Crédito	1% a 4%	-1,3%	Mantido	-1,0%	Mantido	2,2%	Mantido	3,0%
Pessoa Física	4% a 7%	2,9%	Mantido	4,0%	Mantido	5,6%	Mantido	7,5%
Pessoa Jurídica	-3% a 0%	-7,3%	Mantido	-7,0%	Mantido	-2,2%	Mantido	-1,4%
Rural	4% a 7%	6,4%	Mantido	5,1%	Mantido	6,6%	Mantido	6,1%
Despesa de PCLD Líquida de Recuperação de Operações em Perdas	-19 a -16	-4,2	Mantido	-7,8	-16 a -14	-11,1	Mantido	-14,2
Rendas de Tarifas	4% a 7%	5,4%	Mantido	5,5%	Mantido	5,3%	Mantido	5,8%
Despesas Administrativas	1% a 4%	-0,2%	Mantido	1,2%	Mantido	0,8%	Mantido	0,6%

Após o final do exercício 2018, as razões que levaram aos desvios entre o observado e as projeções foram:

- a) Carteira de Crédito PF: desempenho impactado pela priorização do crescimento em linhas com melhor relação entre risco e retorno;
- b) Despesas Administrativas: resultado influenciado pela gestão contínua da eficiência.

c. projeções relativas a períodos ainda em curso:

Até a publicação da versão 19 do Formulário de Referência 2020, atualizado conforme determina o anexo 24 da IN CVM 480/09, não há resultado realizado da projeção do exercício em curso.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Descrição da estrutura administrativa do emissor

Descrição da estrutura administrativa do Banco do Brasil, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno

São órgãos de administração do Banco do Brasil, integrados por brasileiros dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, *compliance*, integridade e responsabilização corporativas, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo:

- I. o Conselho de Administração; e
- II. a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor e pelos demais Diretores, todos residentes no País, na forma estabelecida no art. 24 do Estatuto Social.

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão independente de decisão colegiada, tem, na forma prevista em Lei e no Estatuto Social do Banco do Brasil, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, e é composto por oito membros eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas até três reconduções consecutivas.

No mínimo 30% dos membros do Conselho de Administração são Conselheiros Independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Programa Destaque em Governança de Estatais, estando nessa condição os conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários.

Cabe à União a indicação de até seis membros no Conselho de Administração. Dentre eles, um representante é indicado pelos empregados do Banco escolhido pelo voto direto de seus pares, dentre os empregados ativos da empresa, em eleição organizada e regulamentada pelo Banco, em conjunto com as entidades sindicais que os representam, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.353/10. O conselheiro representante dos empregados está sujeito a todos os critérios, exigências, requisitos, impedimentos e vedações previstas em Lei e no Estatuto Social para o exercício do cargo. Além disso, esse representante não participará das discussões e deliberações em que ficar caracterizado conflito de interesses, tais como relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, bem como matérias de previdência complementar e assistenciais, dentre outros assuntos em que fique configurado conflito de interesses. A união indica, ainda, à deliberação da Assembleia Geral: quatro membros indicados pelo Ministro de Estado da Economia e o Presidente do Banco do Brasil, indicado pelo Presidente da República.

Respeitadas as definições do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração regular o seu funcionamento por meio do Regimento Interno.

A versão vigente do Regimento Interno do Conselho de Administração foi aprovada em 18 de julho de 2019 e está disponível em <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/conselho-de-administracao/>

O Conselho de Administração delibera por maioria de votos, exceto para os seguintes assuntos, que demandam voto favorável de pelo menos cinco conselheiros:

- I. aprovação: das Políticas; do Código de Ética e das Normas de Conduta; do Código de Governança Corporativa; da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa; do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa; do Regulamento de Licitações; da Estratégia Corporativa; do Plano de Investimentos; do Plano Diretor; e do Orçamento Geral do Banco do Brasil;
- II. definição das atribuições da Auditoria Interna e regulamentação do seu funcionamento, cabendo-lhe, ainda, nomear e dispensar o seu titular;
- III. escolha e destituição dos auditores independentes; e
- IV. aprovação do seu regimento interno e decisão sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês de assessoramento não estatutários no âmbito do próprio Conselho de Administração.

A aprovação das demais matérias depende do voto favorável da maioria dos conselheiros presentes à reunião, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente do Conselho, ou do seu substituto no exercício das funções.

Em conformidade com o artigo 21 do Estatuto Social do Banco do Brasil, são atribuições do Conselho de Administração: (I) aprovar as Políticas, o Código de Ética, as Normas de Conduta, o Código de Governança Corporativa, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, o Regulamento de Licitações, a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor e o Orçamento Geral do Banco do Brasil; (II) deliberar sobre: (a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; (b) pagamento de juros sobre o capital próprio; (c) aquisição das próprias ações, em caráter não permanente; (d) participações do Banco em sociedades, no País e no exterior; (e) captações por meio de instrumentos elegíveis ao capital principal; (f) alteração dos valores estabelecidos nos incisos I e II do artigo 29 da Lei nº 13.303/16; (III) analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal; (IV) manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em Assembleia; (V) supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos; (VI) definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e dos membros da Diretoria Executiva, por proposta do Conselho Diretor; (VII) identificar a existência de ativos não de uso próprio do Banco e avaliar a necessidade de mantê-los, de acordo com as informações prestadas pelo Conselho Diretor; (VIII) definir as atribuições da Auditoria Interna, regulamentar o seu funcionamento, bem como nomear e dispensar o seu titular; (IX) escolher e destituir os auditores independentes, cujos nomes poderão ser objeto de veto, devidamente fundamentado, pelo Conselheiro eleito na forma do §2º do artigo 19 do Estatuto Social do Banco do Brasil, se houver; (X) fixar o número, eleger os membros da Diretoria Executiva, definir suas atribuições e fiscalizar sua gestão, observado o artigo 24 do Estatuto Social e o disposto no artigo 21 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964; (XI) aprovar o seu regimento interno e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês de assessoramento não estatutários no âmbito do próprio Conselho de Administração; (XII) aprovar os Regimentos Internos dos comitês de assessoramento a ele vinculados, bem como os Regimentos Internos da Diretoria Executiva e do Conselho Diretor; (XIII) decidir sobre a participação dos empregados nos lucros ou resultados do Banco; (XIV) apresentar à Assembleia Geral lista tríplice de empresas especializadas para determinação do preço justo da companhia, para as finalidades previstas no parágrafo único do artigo 10 do Estatuto; (XV) estabelecer meta de rentabilidade que assegure a adequada remuneração do capital próprio; (XVI) eleger e destituir os membros dos comitês constituídos no âmbito do próprio Conselho; (XVII) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o seu próprio desempenho, o da Diretoria Executiva, da Secretaria Executiva, dos comitês a ele vinculados e do Auditor Geral e, ao final de cada semestre, o desempenho do Presidente do Banco; (XVIII) manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão do Banco; e (XIX) deliberar sobre os casos omissos no Estatuto Social, limitado à questões de natureza estratégica de sua competência.

Além das atribuições definidas nas normas aplicáveis e no Estatuto Social, compete ao Conselho:

- I. determinar a contratação de especialistas ou peritos para melhor instruírem as matérias sujeitas à sua deliberação.

A composição atual do Conselho de Administração encontra-se no item 12.5 deste Formulário de Referência.

Com relação à avaliação dos trabalhos da auditoria independente, o Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, é o responsável por supervisionar a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avaliar, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, e a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição.

O Banco do Brasil não dispõe de política de contratação de serviços de extra-auditoria com auditor independente. Para a contratação de outros serviços da auditoria independente é necessário consultar o Comitê de Auditoria previamente, para que sejam avaliados possíveis conflitos ou ameaças à independência do auditor.

Além disso, a unidade contratante deve exigir a apresentação de declaração formal com os motivos pelos quais, em seu entendimento, a prestação de tais serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Uma cópia da declaração deve ser encaminhada ao Comitê de Auditoria para subsidiar a análise daquele Comitê.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), é um órgão de caráter permanente e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria e

de fiscalização. Conforme o art. 33 do Estatuto Social, com as atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/16, no Decreto nº 8945/16, nas regulamentações da CVM e demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno, o Comitê será formado por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos, em sua maioria independentes, com mandato de três anos não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição, sendo certo que: (i) até 1/3 dos membros do Comitê de Auditoria poderá ser reeleito para mandato de três anos; e (ii) os demais membros do Comitê de Auditoria poderão ser reeleitos para o mandato de dois anos..

Os membros do Comitê de Auditoria são eleitos pelo Conselho de Administração e obedecem às condições mínimas de elegibilidade e às vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto no Estatuto Social e no seu Regimento Interno. Além disso, o Comitê de Auditoria observa os seguintes critérios: (I) ao menos um membro titular é escolhido dentre os indicados pelos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários; (II) os demais membros titulares são escolhidos dentre os indicados pelos Conselheiros de Administração indicados pela União; (III) pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria; e (IV) pelo menos um membro é um Conselheiro de Administração Independente, conforme definido no artigo 18, §7º, inc. I do Estatuto Social.

Perderá o cargo o membro do Comitê de Auditoria que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões alternadas durante o período de doze meses, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, e, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê de Auditoria supervisionar permanentemente as atividades e avaliar os trabalhos da auditoria independente, bem como exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas que adotarem o regime de Comitê de Auditoria Único. Cabe ao Comitê, ainda, acompanhar e avaliar as atividades de auditoria interna, avaliar e monitorar exposições de risco do Banco, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações, bem como assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias de sua competência, notadamente aquelas relacionadas com a fiscalização da gestão do Banco e a rigorosa observância dos princípios e regras de conformidade, responsabilização corporativa e governança.

O funcionamento do Comitê de Auditoria será regulado por meio do seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração, observado que o Coaud que reunir-se-á: (I) ordinariamente, no mínimo quatro vezes por mês; (II) mensalmente, com o Conselho de Administração; (III) trimestralmente, com o Conselho Diretor, com a Auditoria Interna e com a Auditoria Independente; (IV) com o Conselho Fiscal, com o Conselho de Administração e com o Comitê de Riscos e de Capital, por solicitação desses Colegiados, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (V) extraordinariamente, por convocação do coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação da Administração do Banco. O Comitê de Auditoria poderá convidar para participar, sem direito a voto, das suas reuniões: (a) membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Riscos e de Capital; (b) o titular e outros representantes da Auditoria Interna; e (c) quaisquer membros da Diretoria Executiva ou empregados do Banco.

Ademais, são atribuições do Comitê de Auditoria, além de outras previstas na legislação própria: (I) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento e submetê-las à aprovação do Conselho de Administração; (II) revisar as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e do auditor independente, previamente à publicação; (III) avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno; (IV) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; (V) recomendar, ao Conselho de Administração, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessária; (VI) avaliar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, o Acordo de Trabalho, o orçamento e as propostas de fixação das atribuições e de regulamentação do funcionamento da Auditoria Interna; (VII) avaliar o Regulamento da Auditoria Interna; (VIII) avaliar a adequação da estrutura e do orçamento da Auditoria Interna em relação ao desempenho de suas funções, publicando o resultado dessa avaliação no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria; (IX) avaliar e monitorar as exposições de risco do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 13.303/2016; (X) avaliar e recomendar, se for o caso, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (XI) avaliar o cumprimento, pela Diretoria Executiva, das recomendações feitas pelo Coaud e pelos auditores independentes ou internos; (XII) avaliar os relatórios sobre as atividades desenvolvidas pela área de integridade, de que trata o Decreto nº 8.945/16, e os relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratam de indícios de ilicitude relacionados às atividades da Instituição, de conformidade e dos sistemas de controle interno; (XIII) avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os

cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelas entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas pelo Banco do Brasil; (XIV) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banco do Brasil, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador, como anonimato e garantia da confidencialidade da informação; (XV) comunicar ao Conselho de Administração e ao Banco Central do Brasil, no prazo máximo de três dias úteis da data em que tomar conhecimento, a existência ou as evidências de erro ou fraude representadas por: (a) inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da instituição; (b) fraudes de qualquer valor perpetradas por dirigentes estatutários da Instituição; (c) fraudes relevantes perpetradas por funcionários da instituição ou terceiros; e (d) erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição; (XVI) avaliar os relatórios relativos às atividades da Ouvidoria nas datas-base de 30 de junho, 31 de dezembro e sempre que identificada ocorrência relevante; (XVII) acompanhar os trabalhos de *fairness opinion* contratados por demanda do Conselho de Administração, de modo a assegurar que estejam aderentes às melhores práticas; (XVIII) tomar ciência do resultado de verificações do Banco Central do Brasil; (XIX) propor ao Conselho de Administração a constituição do Comitê de Auditoria nas empresas ligadas ao Banco do Brasil, caso julgue cabível, observadas as exigências previstas na legislação; (XX) avaliar eventuais divergências entre a auditoria independente e a Diretoria Executiva relativas às demonstrações contábeis e aos relatórios financeiros e informar ao Conselho de Administração; (XXI) avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; (XXII) avaliar anualmente as transações com partes relacionadas recorrentes, a fim de verificar a conveniência de sua continuidade e informar as conclusões ao Conselho de Administração; (XXIII) acompanhar e verificar o atendimento das medidas do Programa Destaque em Governança de Estatais, da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), em relação: (a) à divulgação de informações; (b) ao Código de Ética e Normas de Conduta; (c) ao processo de indicação de administradores, avaliando a observância das regras contempladas no Programa Destaque em Governança de Estatais; (XXIV) acompanhar, por meio de relatórios e reuniões periódicas as atividades de controles internos do Banco do Brasil; (XXV) monitorar a qualidade das informações e medições divulgadas pelo Banco do Brasil; e (XXVI) cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração e pelo Banco Central do Brasil.

Os membros do Coaud têm total independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas.

A composição do Comitê de Auditoria encontra-se no item 12.7 deste Formulário de Referência.

O funcionamento do Comitê de Auditoria é regulado pelo seu Regimento Interno, que é aprovado pelo Conselho de Administração.

A versão vigente do Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi aprovada em 07 de agosto de 2019 e está disponível em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/comites/>

Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade

O Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem), em conformidade com o art. 34 do Estatuto Social e artigos 2º e 3º do seu Regimento Interno, funciona de forma permanente e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento das políticas de: gestão de pessoas; remuneração de administradores; e indicação e sucessão de administradores do Banco do Brasil. É constituído por cinco membros efetivos, com mandato de dois anos, sendo permitidas no máximo três reconduções.

O Corem também exerce suas atribuições e responsabilidades relacionadas à remuneração de administradores junto às sociedades controladas pelo Banco do Brasil que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único.

Os membros do Corem são eleitos pelo Conselho de Administração e obedecem às condições mínimas de elegibilidade e às vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto no Estatuto Social do Banco do Brasil e em seu Regimento Interno. O Comitê é composto da seguinte forma: (I) um membro escolhido dentre os integrantes do Conselho de Administração indicados pelos acionistas minoritários; (II) um membro escolhido dentre os integrantes do Conselho de Administração indicados pela União e; (III) três membros escolhidos a critério do Conselho de Administração, observado que o Comitê deverá ser composto em sua maioria por membros independentes.

O Corem reúne-se: (I) no mínimo semestralmente para avaliar e propor ao Conselho de Administração a remuneração fixa e variável dos administradores do Banco e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê único; (II) nos três primeiros meses do ano para avaliar e propor o montante global anual de

remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais do Banco e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único; (III) por convocação do coordenador, para opinar sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações dos indicados para cargos nos órgãos de administração, no Conselho Fiscal e nos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração; (IV) por convocação do coordenador, para verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos conselheiros fiscais; (V) por convocação do coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação da Administração do Banco.

Além das responsabilidades estabelecidas no Estatuto Social do Banco, ao Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade compete: (I) avaliar as políticas e práticas de gestão de pessoas do BB; (II) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco do Brasil, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (III) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores do Banco; (IV) revisar anualmente a política de remuneração de administradores do Banco, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (V) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/1976; (VI) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (VII) analisar a política de gestão de pessoas em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar eventuais necessidades de melhoria; (VIII) analisar a política de remuneração de administradores do Banco em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (IX) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nas disposições legais; (X) propor ao Conselho de Administração a constituição de Comitê de Remuneração nas empresas ligadas do Banco do Brasil, caso julgue cabível, observadas as exigências previstas na legislação; (XI) cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração e pelo Banco Central do Brasil; (XII) opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; e (XIII) verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos conselheiros fiscais.

Os membros do Corem têm total independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas do Banco do Brasil.

O funcionamento do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade é regulado pelo seu Regimento Interno, que é aprovado pelo Conselho de Administração.

A versão vigente do Regimento Interno do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade foi aprovada em 23 de outubro de 2019 e está disponível em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/comites/>.

Comitê de Riscos e de Capital

O Comitê de Riscos e de Capital (Coris), que funciona de forma permanente, é órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade precípua assessorar aquele Conselho no que concerne ao exercício das suas funções relativas à gestão de riscos e de capital. Em conformidade com o artigo 35 do Estatuto Social, o Comitê é formado por quatro membros efetivos, com mandato de dois anos, sendo admitidas até três reconduções consecutivas, nos termos das normas vigentes. Os membros do Comitê de Riscos e de Capital são eleitos pelo Conselho de Administração, obedecendo às condições mínimas de elegibilidade e às vedações para o exercício da função disposta na Política de Indicação e Sucessão do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto no Estatuto Social do Banco e em seu Regimento Interno, sendo: três membros escolhidos pelos Conselheiros de Administração indicados pela União e um membro escolhido pelos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários.

O Coris é composto, em sua maioria, por integrantes que atendam aos seguintes requisitos, além daqueles previstos na Política de Indicação e Sucessão do Banco, na legislação e regulamentação aplicáveis: (a) ser graduado em curso superior; (b) possuir comprovados conhecimentos e experiência nas áreas de atuação do Comitê; (c) não ser integrante da Diretoria Executiva do Banco do Brasil ou de quaisquer de suas Entidades Ligadas; (d) não ser funcionário da ativa do Banco do Brasil; (e) não ter sido funcionário do Banco do Brasil nos últimos seis meses; (f) não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nos itens “d” e “e”; (g) não

figurar como autor de ação judicial contra o Banco do Brasil ou quaisquer de suas Entidades Ligadas; (h) não receber do Banco do Brasil outro tipo de remuneração que não decorra do exercício da função de integrante do Comitê ou do Conselho de Administração.

O Coris reúne-se: (I) ordinariamente, no mínimo duas vezes por mês, em data, local e horário estabelecidos por seu coordenador; (II) bimestralmente com o Conselho de Administração; (III) trimestralmente, com o Conselho Diretor; (IV) com o Conselho Fiscal, com o Conselho de Administração e com o Comitê de Auditoria, por solicitação desses Colegiados, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (V) extraordinariamente, por convocação do coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação da Administração do Banco.

São atribuições do Coris: (I) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento e submetê-las à aprovação do Conselho de Administração; (II) assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital, proporcionando ao Colegiado uma visão abrangente e integrada dos riscos e seus impactos associados ao Conglomerado Prudencial; (III) assessorar o Conselho de Administração no que diz respeito ao processo de identificação e o acompanhamento dos riscos associados às Entidades Ligadas ao Banco do Brasil relevantes; (IV) avaliar propostas de revisão da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e do Plano de Capital; (V) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; (VI) supervisionar a observância, pela Diretoria Executiva do Banco, dos termos da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos; (VII) avaliar propostas de criação e revisão de políticas e estratégias relacionadas à gestão de riscos e de capital; (VIII) supervisionar o cumprimento das políticas e estratégias relacionadas à gestão de riscos e de capital; (IX) avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital; (X) supervisionar a atuação e o desempenho do Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos; (XI) avaliar e reportar ao Conselho de Administração relatórios que tratem de processos de gestão de riscos e de capital; (XII) propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao Conselho de Administração sobre: (a) as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos; (b) as políticas e as estratégias de gerenciamento de capital, que estabeleçam procedimentos destinados a manter o Patrimônio de Referência (PR), o Capital Nível I e o Capital Principal, de que trata a Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, em níveis compatíveis com riscos incorridos; (c) o programa de testes de estresse, conforme norma vigente; (d) as políticas e as estratégias para a gestão de continuidade de negócios; (e) o Plano de Contingência de Liquidez; (f) o Plano de Capital e o Plano de Contingência de Capital; (XIII) tomar conhecimento dos trabalhos executados pelas auditorias interna e externa pertinentes à gestão de riscos e de capital e dos seus resultados; (XIV) manter registros de suas deliberações e decisões; (XV) posicionar regularmente o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê; e (XVI) cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração.

Os membros do Coris têm independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas.

O funcionamento do Comitê de Riscos e de Capital é regulado pelo seu Regimento Interno, que é aprovado pelo Conselho de Administração.

A versão vigente do Regimento Interno do Comitê de Riscos e de Capital foi aprovada em 07 de agosto de 2019 e está disponível em <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/comites/>.

Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação

O Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei), que funciona de forma permanente, é órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar aquele Conselho em temas relacionados a tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, projetos ou iniciativas de inovação para fazer frente a essas tendências e seus efeitos sobre o Banco, bem como no acompanhamento da execução da Estratégia Corporativa.

Em conformidade com o artigo 36 do Estatuto Social, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos nas normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, o Cotei será formado por até quatro membros efetivos, não remunerados, com mandato de dois anos, admitidas até três reconduções consecutivas, nos termos das normas vigentes.

Os membros do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo a seguinte composição, além das condições mínimas de elegibilidade e as vedações dispostas na Política de Indicação e Sucessão e no Estatuto Social do Banco: (a) um membro será o Vice-Presidente de Tecnologia do BB; e (b) até três conselheiros de administração do BB, sendo pelo menos um deles indicado pelos acionistas minoritários.

O Cotei reúne-se: (I) ordinariamente, duas vezes por mês, em data, local e horário estabelecidos por seu Coordenador; (II) mensalmente com o Conselho de Administração, para tratar das matérias correlatas à sua atuação; e (III) extraordinariamente, por convocação do Coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer de seus membros ou por solicitação da Administração do Banco, especialmente em momentos críticos, como na análise de iniciativas tecnológicas disruptivas.

São responsabilidades do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação: (I) avaliar cenários, tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, bem como seus impactos sobre o comportamento do consumidor e sobre os negócios do Banco do Brasil; (II) apoiar o Conselho de Administração nas discussões sobre as estratégias de tecnologia e inovação e emitir pareceres e recomendações para subsidiar as decisões do CA; (III) avaliar projetos, iniciativas e propostas de investimentos em tecnologia e inovação emitindo recomendações ao Conselho de Administração; (IV) apreciar as diretrizes orçamentárias propostas pelo Conselho Diretor, de forma a incentivar o desenvolvimento de soluções tecnológicas; (V) acompanhar a execução da Estratégia Corporativa; (VI) monitorar a performance de indicadores e ações estratégicas, em especial os relacionados a iniciativas de tecnologia e inovação; (VII) analisar e emitir recomendações sobre as regras operacionais complementares para o seu funcionamento, as quais deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração; (VIII) propor ações de capacitação em temas sob condução do Comitê, que abrangem os conselheiros de administração e fiscais, membros da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento ao CA, a fim de que se cumpra o disposto na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e no Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais, da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A.; e (IX) cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração.

Os membros do Cotei têm independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas.

O funcionamento do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação é regulado pelo seu Regimento Interno, que é aprovado pelo Conselho de Administração.

A versão vigente do Regimento Interno do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação foi aprovada em 23 de outubro de 2019 e está disponível em <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/comites/>.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, órgão responsável pela administração do Banco, tem entre dez e trinta e sete membros, sendo o Presidente e até nove Vice-Presidentes (que formam o Conselho Diretor), e até vinte e sete Diretores. Os eleitos terão prazo de gestão unificado de dois anos, permitidas até três reconduções consecutivas. O Presidente do Banco do Brasil é nomeado e demissível pelo Presidente da República, na forma da Lei. Os Vice-Presidentes e Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração mediante indicação do Presidente do Banco do Brasil. Já o cargo de Diretor é privativo de funcionários da ativa.

As atribuições da Diretoria Executiva estão previstas no art. 28 do Estatuto Social do Banco do Brasil, que estabelece que cabe à Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração, e exercer as atribuições que lhe forem definidas por esse Conselho, observando os princípios de boa técnica bancária e as boas práticas de governança corporativa, e, também, o disposto na Lei nº 6.404/76, Lei nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno.

O funcionamento da Diretoria Executiva é regulado pelo seu Regimento Interno, que é aprovado pelo Conselho de Administração.

A versão vigente do Regimento Interno foi aprovada em 17 de julho de 2017 e está disponível em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/diretoria-executiva/>.

A composição da Diretoria Executiva do Banco do Brasil encontra-se no item 12.5 deste Formulário de Referência.

Atribuições e poderes individuais dos membros da Diretoria

Cabe a cada um dos membros da Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social do Banco, as deliberações da Assembleia Geral de acionistas e do Conselho de Administração e as decisões colegiadas do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, observando os princípios de boa técnica bancária e de boas práticas de governança corporativa, e, também, o disposto na Lei nº 6.404/76, Lei nº

13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno.

A Diretoria Executiva, responsável pela administração dos negócios, é composta pelo Presidente, pelos Vice-presidentes e pelos Diretores.

São atribuições:

- I. do Presidente:
 - a. presidir a Assembleia Geral de Acionistas, convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva e supervisionar a sua atuação;
 - b. propor, ao Conselho de Administração, o número de membros da Diretoria Executiva, indicando-lhe, para eleição, os nomes dos Vice-Presidentes e dos Diretores;
 - c. propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Vice-Presidentes e dos Diretores, bem como eventual remanejamento;
 - d. supervisionar e coordenar a atuação dos Vice-Presidentes, dos Diretores e titulares de unidades que estiverem sob sua supervisão direta;
 - e. nomear, remover, ceder, promover, comissionar, punir e demitir empregados, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa;
 - f. indicar, dentre os Vice-Presidentes, coordenador com a finalidade de convocar e presidir, em suas ausências ou impedimentos, as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva; e
 - g. decidir, *ad referendum* do Conselho Diretor, sobre as matérias de competência daquele Colegiado que exijam solução urgente.
- II. de cada Vice-Presidente:
 - a. administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas e a atuação dos Diretores e dos titulares das unidades que estiverem sob sua supervisão direta; e
 - b. coordenar as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, quando designado pelo Presidente.
 - c. São atribuições do Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos, individualmente:
 - i. supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
 - ii. responder pela adequação, à Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (DAT) e aos objetivos estratégicos do Banco, das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos;
 - iii. responder pela adequada capacitação dos integrantes das unidades gestoras de riscos, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros;
 - iv. subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o conselho de administração.
- III. de cada Diretor:
 - a. administrar, supervisionar e coordenar as atividades da diretoria e unidades sob sua responsabilidade;
 - b. prestar assessoria aos trabalhos do Conselho Diretor, no âmbito das respectivas atribuições; e
 - c. executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo membro do Conselho Diretor ao qual estiver vinculado.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor é formado pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, e compõe a Diretoria Executiva junto aos Diretores do Banco do Brasil.

Conforme disposto no artigo 29 do Estatuto Social, são competências do Conselho Diretor: (I) submeter ao Conselho de Administração, por intermédio do Presidente do Banco, ou pelo Coordenador por este designado, propostas à sua deliberação, em especial sobre as matérias relacionadas nos incisos I, II, XII e XIII do artigo 21 do Estatuto Social; (II) fazer executar as Políticas, a Estratégia Corporativa, o Plano de

Investimentos, o Plano Diretor e o Orçamento Geral do Banco; (III) aprovar e fazer executar o Plano de Negócios dos Mercados e o Acordo de Trabalho; (IV) aprovar e fazer executar a alocação de recursos para atividades operacionais e para investimentos; (V) autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa; (VI) decidir sobre os planos de cargos, salários, vantagens e benefícios, e aprovar o Regulamento de Pessoal do Banco, observada a legislação vigente; (VII) distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente; (VIII) decidir sobre a criação, instalação e supressão de sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento no País e no exterior, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa; (IX) decidir sobre a organização interna do Banco, a estrutura administrativa das diretorias e das demais unidades e a criação, extinção e funcionamento de comitês no âmbito da Diretoria Executiva; (X) fixar as atribuições e alçadas dos comitês e das unidades administrativas, dos órgãos regionais, das redes de distribuição e dos demais órgãos da estrutura interna, bem como dos empregados do Banco, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa; (XI) autorizar, verificada previamente a segurança e a adequada remuneração em cada caso, a concessão de créditos a entidades assistenciais e a empresas de comunicação, bem como o financiamento de obras de utilidade pública, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa; (XII) decidir sobre a concessão, a fundações criadas pelo Banco, de contribuições para a consecução de seus objetivos sociais, limitadas, em cada exercício, a 5% (cinco por cento) do resultado operacional; (XIII) aprovar os critérios de seleção e a indicação de conselheiros e Diretores, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, para integrarem os conselhos e as diretorias de empresas e instituições das quais o Banco, suas subsidiárias, controladas ou coligadas participem ou tenham direito de indicar representante; e (XIV) decidir sobre situações não compreendidas nas atribuições de outro órgão de administração e sobre casos extraordinários, no âmbito de sua competência.

As outorgas de poderes previstas nos itens V, VIII, X e XI acima, quando destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão formalizadas por meio de instrumento de mandato assinado pelo Presidente e um Vice-Presidente ou por dois Vice-Presidentes.

As decisões do Conselho Diretor obrigam toda a Diretoria Executiva.

O funcionamento do Conselho Diretor é regulado pelo seu Regimento Interno, que é aprovado pelo Conselho de Administração.

A versão vigente do Regimento Interno do Conselho Diretor foi aprovada em 17 de setembro de 2018 e está disponível em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/diretoria-executiva/>

Comitês Estratégicos

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada. Com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil, a administração utiliza comitês estratégicos, acionados no âmbito da Diretoria Executiva, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão. Os principais comitês estratégicos são:

Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC tem por finalidade:

- I. aprovar, em relação à Gestão de Riscos:
 - a. o inventário de riscos e o conjunto corporativo de riscos relevantes;
 - b. estratégias para gestão de riscos;
 - c. limites globais de exposição a riscos;
 - d. limites específicos de exposição a risco com países (LEP);
 - e. planos de contingência de riscos;
 - f. fatores de riscos e sua descrição;
- II. aprovar, em relação a Controles Internos:
 - a. estratégias, diretrizes e medidas destinadas à correção das deficiências identificadas no sistema de controles internos.
- III. aprovar, em relação ao Gerenciamento de Capital:

- a. estratégias para o gerenciamento de capital;
 - b. a adoção de medidas constantes do plano de contingência de capital;
 - c. os cenários a serem utilizados no processo de gerenciamento de capital.
- IV. aprovar, em relação à Gestão de Ativos, Passivos e Liquidez:
- a. estratégias para gestão de ativos e passivos e liquidez;
 - b. diretrizes para atuação da tesouraria, observados os limites globais de riscos;
 - c. diretrizes para gestão da liquidez do Conglomerado;
 - d. diretrizes para a gestão de *fundings* e exigibilidades;
 - e. diretrizes para a hierarquização dos produtos de captação;
 - f. medidas de correção de descasamentos e demais medidas corretivas relacionadas à gestão de *fundings* e exigibilidades.
- V. manifestar-se sobre:
- a. políticas relacionadas à:
 - i. gestão de riscos;
 - ii. controles internos;
 - iii. gerenciamento de capital;
 - iv. gestão de ativos, passivos e liquidez.
 - b. a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos;
 - c. o Plano de Capital;
 - d. o Relatório sobre o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP);
- VI. acompanhar:
- a. o cenário macroeconômico;
 - b. a evolução das provisões vinculadas a:
 - i. créditos de liquidação duvidosa (PCLD);
 - ii. demandas contingentes (PDC);
 - iii. títulos e valores mobiliários e derivativos (marcação a mercado e/ou marcação a modelo);
 - iv. exposições atuariais;
 - v. outros tipos de exposições.
 - c. os relatórios relacionados a:
 - i. gestão de riscos;
 - ii. controles internos;
 - iii. gerenciamento de capital;
 - iv. gestão de ativos, passivos e liquidez.
 - d. as avaliações, ações e reportes inerentes à gestão de *fundings* e exigibilidades;
 - e. o resultado das avaliações de controles internos;
 - f. o resultado das validações inerentes à gestão de riscos;
 - g. o planejamento e a realização dos trabalhos de validação inerente à gestão de riscos;
 - h. o resultado dos testes de estresse de capital;
 - i. o plano de capital;
 - j. o plano de contingência de capital e as medidas de contingência de capital;
 - k. o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP);
 - l. a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo de Segurança

O Comitê Executivo de Segurança – CESEG tem por finalidade:

- I. decidir sobre diretrizes, modelos e medidas relacionadas à:
 - a. segurança da informação, segurança de TI, segurança lógica, segurança digital e segurança cibernética;
 - b. segurança de ambientes, processos, produtos, serviços, canais de atendimento e pessoas;
 - c. fraudes;
 - d. gestão da continuidade de negócios (GCN);
- II. acompanhar:
 - a. a implementação de medidas relacionadas à:
 - i. segurança da informação, segurança de TI, segurança lógica, segurança digital e segurança cibernética;
 - ii. segurança de ambientes, processos, produtos, serviços, canais de atendimento e pessoas;
 - iii. fraudes;
 - b. assuntos relacionados ao processo de gestão da continuidade de negócios (GCN);
 - c. execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê

Comitê Executivo de Divulgação

O Comitê Executivo de Divulgação – CEDIV tem por finalidade:

- I. aprovar:
 - a. o conjunto de estimativas (*guidance*) utilizadas nas comunicações com o mercado investidor, revisando-as de acordo com a dinâmica dos negócios;
 - b. a evidenciação dos componentes extraordinários identificados na consolidação dos resultados trimestrais;
 - c. medidas para a melhoria da percepção do mercado investidor, com ênfase na minimização de descontos sobre a formação do preço das ações do Banco do Brasil no mercado.
- II. avaliar e submeter à aprovação do CD:
 - a. anualmente, as seções específicas do Formulário de Referência que devem compor o edital de convocação da AGO, conforme determina a CVM;
 - b. anualmente, Formulário de Referência completo após a realização da AGO ;
 - c. os documentos e relatórios corporativos a serem publicados em atendimento à legislação societária, normas de transparência de estatais, normas emitidas pela CVM e regulamentos da B3;
 - d. outros documentos, mediante avaliação dos membros permanentes do comitê e autorização do Coordenador.
- III. avaliar a efetividade das ações de divulgação de informações ao mercado investidor.
- IV. promover a harmonização das ações das diversas áreas intervenientes no processo de divulgação de informações ao mercado.
- V. acompanhar:
 - a. o processo de divulgação de informações ao mercado investidor e o cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Banco do Brasil, de modo a assegurar a qualidade, transparência, consistência e tempestividade das informações prestadas;
 - b. a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo de Negócios

O Comitê Executivo de Negócios – CENEG tem por finalidade:

- I. aprovar::
 - a. o modelo de governança de TI;
 - b. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI);
 - c. o modelo de uso da capacidade de atendimento de TI;
 - d. o modelo de gestão do Portfólio Estratégico;
 - e. a composição do Portfólio Estratégico, bem como:
 - i. o orçamento para desenvolvimento de soluções de TI e de modelagem de processos vinculados às iniciativas estratégicas;
 - ii. objetivos, benefícios, indicadores e prazos vinculados às iniciativas estratégicas;
 - f. a arquitetura de processos;
 - g. :
- II. definir:
 - a. a distribuição das capacidades de atendimento de TI e de modelagem de processos;
- III. decidir sobre:
 - a. modelos, critérios e parâmetros para gestão de produtos e serviços, de canais, do atendimento e do relacionamento com o cliente, observado o modelo organizacional aprovado;
 - b. ações de relacionamento, mobilização e premiação, bem como os respectivos critérios e regulamentos, quando enquadradas em suas alçadas decisórias;
 - c. a formalização de acordos, convênios e parcerias promocionais e varejistas, bem como seus respectivos apoios, quando enquadradas em suas alçadas decisórias;
- IV. acompanhar:
 - a. a performance do Portfólio Estratégico do Banco, bem como a sua contribuição para o atingimento dos objetivos da ECBB;
 - b. a utilização da capacidade de atendimento de TI e de modelagem de processos;
 - c. a performance do modelo de governança de TI;
 - d. a execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI);
 - e. a performance do portfólio de produtos e serviços;
 - f. a efetividade das estratégias de canais e soluções de atendimento e relacionamento com o cliente;
 - g. a efetividade dos modelos de atendimento e relacionamento com o cliente;
 - h. a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo de Governança de Entidades Ligadas

O Comitê Executivo de Governança de Entidades Ligadas - CEGOV tem por finalidade:

- I. Composição Plena:
 - a. aprovar, em relação às Entidades Ligadas:
 - i. mecanismos, ferramentas e padrões para a governança;
 - ii. critérios para avaliação da performance e do resultado;
 - iii. critérios para a capacitação e a avaliação de desempenho dos representantes do Banco.
 - b. manifestar-se sobre:
 - i. propostas, vinculativas ou não, relacionadas a atos que possam oferecer impacto sobre a participação acionária do Banco nas Entidades Ligadas, abrangendo, no que couber, as Entidades Patrocinadas e Fundações;

- ii. acordos de acionistas e de associação no âmbito das Entidades Ligadas;
 - iii. propostas de critérios para seleção e para indicação de representantes do Banco.
 - c. promover:
 - i. o alinhamento das políticas e práticas de governança das Entidades Ligadas com aquelas estabelecidas para o próprio Banco;
 - ii. a discussão e o compartilhamento de melhores práticas de governança entre as áreas do Banco e as Entidades Ligadas.
 - II. acompanhar:
 - a. o desempenho econômico, financeiro e operacional das Entidades Ligadas;
 - b. a implementação dos processos de aquisições e parcerias estratégicas aprovados pelo Banco;
 - c. os resultados das avaliações de desempenho dos representantes do Banco;
 - d. a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.
 - III. Composição Alternativa - Comitê de Elegibilidade para Entidades Ligadas ao Banco do Brasil:
 - a. assessorar o Conselho Diretor do Banco em relação à conformidade das indicações para empresas administradas, patrocinadas, fundações e para aquelas que possuam Comitê de Elegibilidade próprio;
 - b. assessorar os órgãos deliberativos do Banco e, no que couber, das entidades ligadas ao BB, no estabelecimento da política e de critérios de indicação e sucessão a serem adotados nas entidades ligadas ao BB;
 - c. opinar sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as eleições de candidatos a administrador, membro de comitê de assessoramento e Conselheiro Fiscal de entidades ligadas ao BB, de modo a auxiliar nas respectivas indicações;
 - d. verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração ou, quando não houver, da Diretoria das entidades ligadas ao BB, assim como dos Conselheiros Fiscais das entidades ligadas ao BB;
 - e. exercer suas finalidades e responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco do Brasil que, para constituir Comitê de Elegibilidade estatutário, aderirem ao regime de compartilhamento da respectiva estrutura com o BB;
 - f. acompanhar a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo de Pessoas e Cultura Organizacional

O Comitê Executivo de Pessoas e Cultura Organizacional – CEPES tem por finalidade:

- I. Composição Plena
 - a. aprovar:
 - i. alterações em objetivos e diretrizes de:
 - 1. modelos relativos aos subsistemas de gestão de pessoas; e
 - 2. programas de gestão de pessoas já existentes.
 - b. promover o alinhamento da cultura organizacional e dos modelos e programas de gestão de pessoas com os direcionamentos estratégicos do Banco.
 - c. acompanhar:
 - i. a execução das políticas e práticas de gestão de pessoas e, quando necessário, propor ações para melhoria;
 - ii. a execução de medidas e ações estruturantes para fortalecer a cultura organizacional;
 - iii. a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.
- II. Composição Alternativa - Ética e Disciplina

- i. em relação à ética: decidir sobre:
 - 1. conflitos e dilemas éticos de caráter institucional;
 - 2. a aplicação de medidas de orientação e sanções, conforme alçada estabelecida;
 - 3. o encaminhamento de processos para análise sob a ótica disciplinar, observados os critérios definidos no rito do processo ético;
 - ii. conduzir o processo referente a desvios éticos envolvendo:
 - 1. funcionários do primeiro e segundo níveis gerenciais em Unidades Estratégicas (UE) e do primeiro nível gerencial de Unidades Táticas e de Apoio aos Negócios e à Gestão, excetuando-se o primeiro e o segundo níveis gerenciais da Auditoria Interna (Audit), que terão tratamento para casos da espécie, bem como os segmentos técnicos da Audit (Gerente de Auditoria, Coordenador de Auditoria e Auditor), cujos processos serão conduzidos e julgados pelo Comitê de Administração da Audit;
 - 2. os representantes estaduais eleitos pelos empregados;
 - iii. manifestar-se sobre a adequabilidade dos documentos institucionais relativos à ética corporativa;
 - iv. elaborar recomendações de conduta ética institucional a serem encaminhadas às Unidades Organizacionais, dando conhecimento ao Conselho Diretor;
 - v. encaminhar ao Conselho Diretor:
 - 1. os assuntos relativos a desvios éticos que possam causar impacto significativo à imagem do Banco;
 - 2. propostas de melhoria dos processos empresariais envolvendo preceitos éticos corporativos, para deliberação;
 - vi. promover a disseminação dos preceitos éticos adotados pelo Banco;
- b. em relação à disciplina:
- i. decidir sobre ações disciplinares, de acordo com suas competências e alçadas;
 - ii. analisar e julgar pedidos de revisão de sanções disciplinares aplicadas pelo próprio Comitê;
 - iii. emitir parecer ao Conselho Diretor sobre:
 - 1. ações disciplinares, conforme suas competências e alçadas;
 - 2. pedidos de revisão de sanções disciplinares aplicadas pelo próprio Conselho Diretor.
- c. acompanhar a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo de Limite de Crédito

O Comitê Executivo de Limite de Crédito – CELC tem por finalidade:

- I. decidir sobre:
 - a. estabelecimento de risco de clientes;
 - b. limite de crédito;
 - c. viabilidade técnica de projetos de investimentos.
- II. acompanhar a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo de Operações de Crédito

O Comitê Executivo de Operações de Crédito – CEOP tem por finalidade:

- I. decidir sobre operações que apresentem risco de crédito, observadas as competências e alçadas estabelecidas;
- II. manifestar-se sobre operações de sua competência, cujo valor seja superior às suas alçadas;

- III. acompanhar a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo Administrativo-Operacional

O Comitê Executivo Administrativo-Operacional – CEAO tem por finalidade:

- I. decidir, observadas as alçadas estabelecidas, sobre:
 - a. aquisição, locação, arrendamento mercantil, cessão em comodato, doação, conservação, manutenção e alienação de bens e serviços;
 - b. demais assuntos de natureza administrativa-operacional;
 - c. pagamento de ocorrências de perdas associadas ao risco operacional;
 - d. dispêndios destinados à solução de litígios trabalhistas.
- II. em relação ao Plano de Investimentos Fixos - PFix:
 - a. manifestar-se sobre o Plano, previamente à submissão aos Conselhos Diretor e de Administração, e acompanhar a sua implementação;
 - b. selecionar e autorizar dispêndios para implementação de projetos de investimentos fixos, conforme alçadas estabelecidas;
 - c. encerrar formalmente os projetos de investimentos fixos.
- III. acompanhar a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais

O Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais – CEPI tem por finalidade:

- I. decidir sobre diretrizes, modelos e medidas de prevenção e combate:
 - a. a ilícitos financeiros e cambiais (lavagem de dinheiro);
 - b. à corrupção;
 - c. ao financiamento do terrorismo;
- II. manifestar-se sobre:
 - a. o Programa de Integridade.
- III. acompanhar:
 - a. a implementação de medidas relacionadas a prevenção e combate à lavagem de dinheiro, à corrupção e ao financiamento do terrorismo;
 - b. ações relacionadas ao Programa de Integridade;
 - c. a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho - CERD

O Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho – CERD tem por finalidade:

- I. Composição Plena:
 - a. Aprovar, como desdobramento da Estratégia Corporativa, do Plano Diretor e dos direcionamentos estratégicos do CD e do CA::
 - i. Ações e orientações para:
 - a. elevar a rentabilidade e o desempenho, em alinhamento com estratégias, indicadores e metas definidas pelo CD;
 - b. aprimorar a eficiência operacional e a racionalização de custos e despesas;
 - ii. . diretrizes para orientar a atuação do Banco em mercados e negócios;
 - iii. alterações em indicadores e metas do Plano de Negócios de Mercados, exceto aqueles que compõem o Acordo de Trabalho das Unidades e que impliquem em alterações no Orçamento Geral;
 - b. coordenar a implementação das orientações estratégicas do CD;
 - c. acompanhar:

- i. projeções de resultados;
 - ii. o desempenho do Banco em mercados e negócios;
 - iii. a execução de medidas e soluções negociais;
 - iv. a execução do Plano de Negócios dos Mercados;
 - v. a execução do planejamento das unidades estratégicas;
 - vi. a performance das Unidades avaliadas pelo Acordo de Trabalho em todos os seus modelos (ATB/Conexão);
 - vii. a qualidade e a efetividade da composição de indicadores e dos modelos de Acordo de Trabalho (ATB/Conexão);
 - viii. ações e indicadores relativos à rentabilidade e à eficiência operacional;
 - ix. as ações e prestações de contas relativas ao desempenho do Banco do Brasil no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal;
 - x. a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.
- II. Composição Alternativa - ATB/Conexão - Unidades Táticas e Operacionais:
- a. aprovar:
 - i. a composição de indicadores dos acordos de trabalho das Unidades Táticas e Operacionais – módulos Conexão (módulos "Avaliação de Desempenho" e "Mobilização") e ATB;
 - ii. a inclusão e a exclusão de indicadores dos acordos das Unidades Táticas e Operacionais modelos Conexão (módulos "Avaliação de Desempenho" e "Mobilização") e ATB;
 - iii. alterações em metas e conceitos de indicadores componentes dos acordos das Unidades Táticas e Operacionais modelos Conexão (módulos "Avaliação de Desempenho" e "Mobilização");
 - iv. alterações nos pesos dos módulos "Próprio" e "Equipe/Dependência" dos acordos das Unidades avaliadas pelo Programa de Indução de Vendas vigente.
 - b. Acompanhar:
 - i. a performance das Unidades Táticas e Operacionais avaliadas pelo Acordo de Trabalho (modelos Conexão e ATB);;
 - ii. a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.
- III. Composição Alternativa – Verba de Relacionamento Negocial – VRN:
- a. decidir sobre o emprego da verba de relacionamento negocial;
 - b. acompanhar a execução de medidas, recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

A composição dos Comitês encontra-se no item 12.7 deste Formulário de Referência.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conselho Fiscal

Trata-se do órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa e funciona de modo permanente. De acordo com o disposto no Estatuto Social, artigo 40, o Conselho será composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral, com prazo de atuação de dois anos, sendo permitidas até duas reconduções consecutivas e cabendo aos acionistas minoritários o direito de escolher dois de seus membros. O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que julgado necessário por qualquer de seus membros ou pela Administração do Banco do Brasil, além de participar das reuniões do Conselho de Administração em que se deliberam assuntos sobre os quais deva opinar.

A Lei nº 6.404/76 estabelece, em seu artigo 163, que compete ao Conselho Fiscal: (I) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres

legais e estatutários; (II) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (III) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (IV) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (V) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (VI) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (VII) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (VIII) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Além das determinações constantes na mencionada Lei e no Estatuto Social do Banco do Brasil, são também atribuições do Conselho Fiscal, previstas em seu Regimento Interno: (I) apreciar a proposta do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna e acompanhar sua execução; (II) solicitar ao órgão de auditoria interna a remessa dos relatórios produzidos sobre os fatos da administração do Banco, e a apuração de fatos específicos; (III) deliberar sobre o seu Regimento Interno; (IV) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; e (V) acompanhar, por meio de relatórios e reuniões periódicas: a) com representantes da Diretoria Gestão de Riscos, as atividades de gestão de riscos e de capital do Banco do Brasil; b) com representantes da Diretoria de Controles Internos, as atividades de controles internos do Banco do Brasil. e (VI) tomar ciência do parecer do Conselho Fiscal e do relatório da Auditoria Independente nas demonstrações financeiras das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) mais relevantes.

A composição atual do Conselho Fiscal encontra-se no item 12.5 deste Formulário de Referência.

A versão vigente do Regimento Interno do Conselho Fiscal foi aprovada em 25 de setembro de 2019 e está disponível em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/conselho-fiscal/>

Data de instalação

Comitê	Data de Criação
Conselho Fiscal	28/08/1905
Comitê de Auditoria	12/11/2003
Comitê de Remuneração e Elegibilidade	26/04/2012
Comitê de Riscos e de Capital	20/03/2017
Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação	23/10/2019
Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital - CEGRC	20/05/2019
Comitê Executivo de Segurança - CESEG	20/05/2019
Comitê Executivo de Divulgação - CEDIV	11/01/2011
Comitê Executivo de Negócios - CENEG	20/05/2019
Comitê Executivo de Governança de Entidades Ligadas - CEGOV	02/05/2012
Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional - CEPES	20/05/2019
Comitê Executivo de Limite de Crédito - CELC	21/08/2001
Comitê Executivo de Operações - CEOP	21/08/2001
Comitê Executivo Administrativo-Operacional - CEAO	21/08/2001
Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho - CERD	21/08/2001
Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais e de Segurança da Informação - CEPI	08/04/2019

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

A avaliação de desempenho da administração do Banco compreende dois processos com os públicos a seguir:

- I. Conselho de Administração e

II. Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor e pelos demais Diretores.

O Conselho de Administração, conforme estabelecido no artigo 23 do Estatuto Social do Banco do Brasil, realizará anualmente uma avaliação formal do seu desempenho. Cabe ainda ao Conselho de Administração, conforme define o inciso XVII do artigo 21 do Estatuto, avaliar formalmente, ao término de cada ano, o desempenho da Diretoria Executiva e dos comitês constituídos no âmbito do próprio Conselho. Também é avaliada pelo Conselho de Administração a atuação da Secretaria Executiva, área responsável pelo apoio administrativo a tal colegiado bem como a atuação do Auditor Geral. O processo de avaliação é realizado conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração, cabendo à Diretoria Gestão da Cultura e de Pessoas o apoio metodológico ao processo de avaliação.

É de competência do Presidente do Conselho de Administração conduzir o processo de avaliação.

A avaliação do CA é realizada anualmente de forma individual e coletiva, ocorrendo da seguinte forma:

- I. Cada conselheiro avalia a atuação do Conselho de Administração;
- II. Cada conselheiro avalia a atuação do Presidente do Conselho;
- III. Cada conselheiro avalia sua própria atuação no Conselho;
- IV. Cada conselheiro avalia a atuação do Comitê de Auditoria - Coaud;
- V. Cada conselheiro avalia individualmente os membros do Coaud;
- VI. Cada conselheiro avalia a atuação do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade - Corem;
- VII. Cada conselheiro avalia individualmente os membros do Corem;
- VIII. Cada conselheiro avalia a atuação do Comitê de Riscos e de Capital - Coris;
- IX. Cada conselheiro avalia individualmente os membros do Coris;
- X. Cada conselheiro avalia a atuação da Secretaria Executiva; e
- XI. Cada conselheiro avalia a atuação do Auditor Geral.

A avaliação da Diretoria Executiva é realizada de forma individual e coletiva conforme a seguir: semestralmente de duas formas:

Semestralmente:

- I. Autoavaliação: realizada pelo próprio dirigente; e
- II. Avaliação pelo superior hierárquico: de forma que os membros do Conselho de Administração avaliam o Presidente, que por sua vez avalia os Vice-Presidentes e Diretores a ele vinculados, e, por fim, os Vice-Presidentes avaliam os Diretores vinculados à sua área de atuação.

Anualmente:

- I. Avaliação da Diretoria Executiva, individual e coletiva, pelo CA;

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Os itens que compõem o instrumento de avaliação, abrangem diferentes aspectos da governança corporativa, representando expectativas em relação ao desempenho dos avaliados.

As avaliações realizadas pelos membros do Conselho de Administração são voltadas ao desempenho geral de cada órgão avaliado. Além da avaliação realizada por cada um dos membros do CA em relação ao próprio CA e aos demais órgãos, o Banco instituiu critérios de avaliação a fim de atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.921/10, que estabeleceu que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen devem implementar e manter política de remuneração de administradores compatível com a política de gestão de riscos da instituição.

Em 2018 foram implementados ajustes no modelo de avaliação com objetivo de promover maior evidência ao que determina a Lei nº 13.303/16.

Os instrumentos de avaliação são compostos por blocos que fazem referência às atribuições, responsabilidades e aos aspectos de governança de cada órgão avaliado e ainda abrangem os quesitos previsto na Lei nº 13.303/16, com escala de avaliação que indica a demonstração de competências pelo avaliado ao longo do ano.

Para a Diretoria Executiva, o Banco instituiu instrumento específico de avaliação, onde recebem orientações e tutorial para acesso à Plataforma de Avaliação, bem como o prazo para conclusão da avaliação.

As competências requeridas representam alguns aspectos da estratégia corporativa, tais como: Atos de gestão e qualidade das decisões, comunicação estratégica, comprometimento, mobilização e engajamento, relacionamento com *stakeholders*, resultados sustentáveis, inovação, foco no cliente, visão estratégica e de mercado. O instrumento é composto também por competências específicas da área de cada avaliado.

Na avaliação da Diretoria executiva, os conceitos extremos requerem justificativas.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

O Conselho de Administração toma conhecimento dos resultados da avaliação e delibera sobre necessidade ou não de aprimoramentos. Caso haja alguma ação necessária para aprimoramento, o Conselho demanda área responsável ou o próprio Comitê para implementar essas ações. Ao longo do ano, durante o contato dos órgãos com o CA são oferecidos *feedbacks* sobre sua atuação.

Tais ações de aprimoramento podem ser acionadas independentemente dos resultados do processo de avaliação. Muitas são definidas no planejamento anual de cada órgão.

Dentre os critérios definidos pela política específica de indicação e sucessão, o Banco do Brasil considera a avaliação de desempenho.

O resultado final da avaliação individual de desempenho, juntamente com o resultado do estilo de gestão na pesquisa de clima organizacional, compõe um dos indicadores considerados no cálculo da remuneração variável dos dirigentes Banco do Brasil. Em 2019, para o Presidente o impacto desse indicador na remuneração variável foi de 10% e para os Vice-Presidentes e Diretores foi de 15%.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Os modelos de avaliação utilizados pelo Banco do Brasil, para o Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria Executiva, foram desenvolvidos internamente, sem participação de consultorias ou assessorias externas.

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazo de convocação

Tendo em vista que o Banco do Brasil é uma companhia aberta, o prazo de convocação obedece à disposição prevista no art. 124, §1º, inciso II da Lei nº 6.404/76, considerando que o prazo de antecedência da primeira convocação será de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias. Entretanto, em função do Banco do Brasil possuir programa patrocinado ADR Nível I, observa-se o prazo estabelecido na Instrução CVM 559, de 27 de março de 2015, que em seu artigo 8º, determina que o emissor de ações que sirvam de lastro para programa DR (*Depositary Receipts*) patrocinado deve convocar assembleia geral com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência. O Estatuto Social do Banco prevê, em seu artigo 9º que as assembleias gerais de acionistas do Banco serão convocadas com, no mínimo, 30 dias de antecedência, em todos os casos.

b. competências

Segundo o art. 10 do Estatuto Social do Banco do Brasil, compete exclusivamente à Assembleia Geral, dentre outras atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, deliberar sobre:

- I. alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social do Banco ou de suas controladas; abertura do capital; aumento do capital social por subscrição de novas ações; renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas; venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade do Banco de emissão de empresas controladas; ou, ainda, emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;
- II. transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;
- III. permuta de ações ou outros valores mobiliários; e
- IV. práticas diferenciadas de governança corporativa e celebração de contrato para essa finalidade com bolsa de valores.

Além disso, a escolha da instituição ou empresa especializada para apuração do preço justo do Banco, nas hipóteses previstas nos artigos 59 e 60 do Estatuto, é de competência privativa da Assembleia Geral, mediante apresentação de lista tríplice pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

- I. Físico: Secretaria Executiva do Banco do Brasil: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 16º andar, Asa Norte - Brasília (DF);
- II. Eletrônico: <https://ri.bb.com.br/publicacoes-e-comunicados/assembleias-e-reunioes/>.

d. identificação e administração dos conflitos de interesse

O Banco do Brasil não possui política estruturada para identificação e administração de conflitos de interesses nas assembleias gerais. Dessa forma, em relação a esses conflitos, o Banco do Brasil adota o mesmo mecanismo previsto nas regras constantes na legislação brasileira.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não aplicável, uma vez que o Banco do Brasil não faz pedidos públicos de procuração na forma da Instrução CVM nº 481/09.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado nas assembleias gerais por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador do Banco do Brasil ou advogado; na companhia aberta, como é o caso do Banco, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte nas assembleias gerais, excepcionalmente para as convocadas em de 2020, o acionista que for representado por procurador será dispensado de depositar o instrumento de mandato na sede do Banco do Brasil, devendo encaminhar o documento por meio do endereço eletrônico secex.assembleia@bb.com.br em até 48 horas antes da realização das Assembleias.

Para admissão nas assembleias, conforme prevê o artigo 126 da Lei nº 6.404/76, o acionista, ou seu representante legal, deverá apresentar documento hábil de identidade e, no caso de titulares de ações escriturais ou em custódia, deverá apresentar também comprovante expedido pela instituição financeira depositária.

As procurações outorgadas na forma eletrônica pelos acionistas aos seus representantes deverão utilizar certificados emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

As formalidades acima descritas foram alteradas em relação às assembleias realizadas no último exercício social em decorrência da pandemia de COVID-19.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notorização e consularização

O acionista que optar por exercer o voto em assembleias gerais por meio do preenchimento e entrega do boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá enviar os seguintes documentos, exclusivamente para o endereço eletrônico secex.assembleia@bb.com.br:

- I. boletim de voto a distância com todas as folhas rubricadas e assinado;
- II. cópia dos seguintes documentos:
 - a) pessoa física:
 - documento de identidade com foto e CPF;
 - b) pessoa jurídica:
 - Documento de identidade com foto e CPF do representante legal
 - estatuto ou contrato social consolidado e atualizado;
 - Documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.
 - c) fundo de investimento:
 - regulamento consolidado e atualizado do fundo;

- estatuto ou contrato social do seu administrador, conforme o caso, observada a política de voto do fundo,
- documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- documento de identidade com foto e CPF do representante legal.

Excepcionalmente para as Assembleias Gerais convocadas em 2020, será dispensada a obrigatoriedade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede do Banco do Brasil, bem como o reconhecimento de firma e autenticação nos documentos que acompanham o boletim, sendo necessário somente o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos de representação do Acionista por meio eletrônico.

A Companhia não exigirá que seja juramentada a tradução de documento lavrado em idioma estrangeiro.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: Carteira ou Cédula de Identidade, Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Passaporte ou Carteira de Identidade Profissional expedida pelos conselhos de profissionais liberais ou entidades congêneres.

Mais orientações acerca do voto a distância são disponibilizadas no momento da publicação da convocação das assembleias gerais.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico para o envio do boletim de voto a distância e oferece aos acionistas plataforma digital para participação remota e simultânea nas Assembleias Gerais e exercício do seu direito de voto.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Pedido de inclusão de propostas no boletim de voto a distância deve ser encaminhado por escrito, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, observando-se o disposto nos artigos 21-L e 21-M da Instrução CVM nº 481/09, alterada pela Instrução CVM nº 561/15, à Secretaria Executiva do Banco do Brasil, no Setor de Autarquias Norte - SAUN, Quadra 05, Lote B, s/nº, 16º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília (DF), Brasil, CEP 70.040-912, ou ao endereço eletrônico sececx.assembleia@bb.com.br.

Para a inclusão de candidatos aos Conselhos de Administração e Fiscal, deve-se observar os requisitos estabelecidos nas Leis nº 6.404/76 e 13.303/16 e no Estatuto Social do Banco do Brasil.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fórum e página na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central poderão transmitir as instruções de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

Os acionistas detentores de ações em ambiente escritural poderão encaminhar as instruções de voto a distância para o endereço eletrônico aescriturais@bb.com.br., acompanhado dos seguintes documentos:

- I. boletim de voto a distância com todas as folhas rubricadas e assinado;
- II. cópia dos seguintes documentos:
 - a) pessoa física:
 - documento de identidade com foto e CPF;
 - b) pessoa jurídica:
 - Documento de identidade com foto e CPF do representante legal
 - estatuto ou contrato social consolidado e atualizado;

- Documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.
- c) fundo de investimento:
 - regulamento consolidado e atualizado do fundo;
 - estatuto ou contrato social do seu administrador, conforme o caso, observada a política de voto do fundo;
 - documentos societários que comprovem os poderes de representação;
 - documento de identidade com foto e CPF do representante legal.
- d) acionista com domicílio fiscal no exterior:
 - adicionalmente, serão exigidos documentos comprobatórios da origem dos recursos, conforme Resolução CMN nº 4.373/14 ou Lei nº 4.131/62 e demais legislações correlatas.

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração:

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Em 2019 foram realizadas 41 reuniões, sendo 12 ordinárias e 29 extraordinárias.

b. as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordo de acionistas do Banco do Brasil S.A.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O artigo 4º, inciso II, do Estatuto Social do Banco do Brasil veda a compra ou venda de bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração e dos comitês a ele vinculados, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Por sua vez, o inciso III, do mesmo artigo, veda a transferência de recursos, serviços ou outras obrigações em desconformidade com a Política de Transações com Partes Relacionadas do BB.

O Estatuto Social, em seu artigo 11, §3º, determina que os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração não poderão ser acumulados com o de Presidente do Banco, ainda que interinamente.

Consoante o art. 14 do Estatuto Social do Banco do Brasil, fica vedado aos integrantes dos órgãos de administração intervir no estudo, deferimento, controle ou liquidação de qualquer operação em que: (I) sejam interessadas, direta ou indiretamente, sociedades de que detenham, ou que seus cônjuges ou parentes consanguíneos ou afins até terceiro grau, detenham, o controle ou participação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social; ou (II) tenham interesse conflitante com o do Banco. O impedimento de que trata o inciso I se aplica, ainda, quando se tratar de empresa em que ocupem, ou tenham ocupado, cargo de administração nos seis meses anteriores à investidura no Banco.

Em seu art. 18, § 6º, o Estatuto Social prevê que o conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, bem como nas demais hipóteses em que ficar configurado o conflito de interesses.

O art. 16 do Regimento Interno do CA indica que será realizada reunião específica, ao menos uma vez no ano, sem a presença do Conselheiro de Administração que exercer o cargo de Presidente do Banco Brasil, para aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

d. política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco do Brasil possui uma Política de Indicação e Sucessão, aprovada pelo Conselho de Administração, que reúne os padrões de comportamento que norteiam a nomeação dos membros do

Conselho de Administração (CA), dos seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal (CF), da Diretoria Executiva e do titular da Auditoria Interna. Ela complementa e delinea as definições advindas da legislação e do Estatuto Social do Banco do Brasil, abordando o processo de indicação para os cargos da Alta Administração e os requisitos mínimos e vedações que deverão ser observados em cada caso.

A última revisão da Política de Indicação e Sucessão foi aprovada pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 23 de outubro de 2019 e está disponível em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/estatuto-politicas-e-codigos>

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

No Banco do Brasil o processo de indicação e sucessão constitui o planejamento que assegura a identificação, o provimento contínuo e a retenção de líderes, preservando os valores e as competências essenciais da Organização. Ele abrange os processos de recrutamento, indicação, aprovação prévia pela Casa Civil, análise e parecer do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem), eleição e posse, considerando aspectos como as condições para o exercício do cargo, exigidas pela legislação e pela regulamentação vigente. No ano de 2019 a Política de Indicação e Sucessão do Banco do Brasil foi revista para prever: (i) o Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei), comitê de assessoramento ao Conselho de Administração, criado em 23.10.2019, como órgão abrangido pela Política; (ii) o novo nome do Corem, que passou a se chamar Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade; (iii) a obrigatoriedade de indicação de conselheiro independente, por parte do Ministro de Estado da Economia, caso os minoritários não o façam, de forma a garantir o percentual mínimo de independentes estabelecido no Estatuto Social; e (iv) os novos pré-requisitos para ingresso na Diretoria Executiva, em alinhamento aos novos §§4º, 5º e 6º, do artigo 24, do Estatuto Social.

Os princípios nela refletidos, como meritocracia, planejamento da sucessão, diversidade de competências, alinhamento aos objetivos estratégicos, requisitos e vedações, dentre outros, são reconhecidamente fundamentais para o processo de indicação e sucessão do Banco do Brasil, por meio do qual buscamos garantir que os cargos da administração sejam ocupados por pessoas preparadas, experientes, familiarizadas com as atividades do Banco e aptas a implementar a estratégia definida.

Por meio dessa Política, o Banco do Brasil ratifica seu compromisso com o processo de sucessão, ressaltando e valorizando aspectos como transparência, diversidade de qualificações, experiência e competência técnica.

Como informado no item anterior, a versão atualizada da Política de Indicação e Sucessão do Banco do Brasil está disponível em <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/estatuto-politicas-e-codigos>

12.4. Cláusula compromissória para resolução de conflitos

Descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

A cláusula compromissória está prevista no art. 54 do Estatuto Social do Banco do Brasil, conforme segue:

Art. 54. O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei 6.404/76, no Estatuto Social do Banco, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado da B3, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica às disputas ou controvérsias que se refiram às atividades próprias do Banco, como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, e às atividades previstas no art. 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e demais leis que lhe atribuam funções de agente financeiro, administrador ou gestor de recursos públicos.

§ 2º Excluem-se, ainda, do disposto no *caput*, as disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis.

12.5/6. Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Hélio Lima Magalhães	29/12/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/11/2019	2019/2021	0
344.224.557-53	Engenheiro	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	27/11/2019	sim	100,00%
Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação					
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Citibank Brasil; Financeiro</p> <p>- cargos: Presidente.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Enel Distribuição São Paulo (Eletropaulo); Energia</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Companhia Melhoramentos São Paulo</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.</p>					

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.
 - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Regulamento Novo Mercado, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Decreto Nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
André Guilherme Brandão	30/12/1964	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/12/2020	2019/2021	0
091.534.908-60	Bancário	33 – Conselheiro Efetivo e Diretor Presidente	09/12/2020	Sim	0,00%
Presidente do Banco do Brasil com nomeação e posse em 22/09/2020 – Prazo indeterminado.					

- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração; Presidente.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 - nome e setor de atividade da empresa: HSBC Bank USA; Financeiro.
 - cargos: Head of GBM Americas - New York
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: não
 - nome e setor de atividade da empresa: HSBC Bank PLC; Financeiro.
 - cargos: Head of GBM Europe - London
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: não
 - nome e setor de atividade da empresa: UBS BB; Financeiro.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: sim
 - nome e setor de atividade da empresa: Fundação Banco do Brasil; Fundação
 - cargos: Presidente do Conselho Curador - Conselheiro Nato

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: não

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrência.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Waldery Rodrigues Júnior	25/07/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2019/2021	2
357.025.913-72	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	26/04/2019	Sim	84,00%
Não há.					
- nome e setor de atividade da empresa: Ministério da Economia (extinto Ministério da Fazenda) - cargos: Secretário Especial da Fazenda; Assessor Especial do Ministro da Fazenda - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim - nome e setor de atividade da empresa: Senado Federal - cargos: Consultor Legislativo - Política Econômica/Sistema Financeiro - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim - nome e setor de atividade da empresa: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. - cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal					

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim

- nome e setor de atividade da empresa: BB Administradora de Consórcios S.A.

- cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor :Não há.

descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: Sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: Sem ocorrência.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, b.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

-se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Débora Cristina Fonseca	05/05/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2019/2021	0
352.314.628-37	Bancária	22 - Conselheiro de Administração (Efetivo)	26/04/2019	Não	100,00%
Não há.					

- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.

- cargos: Assessora UT na Super Large Corporate-SP; Gerente de Serviços na Agência Large Corporate 3132-SP

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrência.
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não
- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não
- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Fabio Augusto Cantizani Barbosa	08/06/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/12/2020	2019/2021	0
074.379.967-40	Analista de Sistemas	22 - Conselheiro de Administração (Efetivo)	09/12/2020	Sim	0.00%
Coordenador do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação.					
<ul style="list-style-type: none"> - nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial. - cargos: Membro do Conselho de Administração; Coordenador do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação ; Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia; Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação; Vice-Presidente de Tecnologia - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim. - nome e setor de atividade da empresa: Stone Pagamentos; Instituição de pagamentos (credenciadora). - cargos: Diretor estatutário e/ou Conselheiro de Administração - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não. - nome e setor de atividade da empresa: Mundipagg Tecnologia em Pagamentos; Meio de pagamentos. - cargos: Diretor estatutário e/ou Conselheiro de Administração - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há. 					

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Luiz Serafim Spinola Santos	22/02/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2019/2021	3
093.068.627-68	Engenheiro Civil	27 - Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Não.	93.00%
Membro do Comitê de Auditoria, Coordenador do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade e Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação.					
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas</p> <p>- cargos: Vice-Presidente</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Cremer S.A.; Indústria e Comércio de Produtos Têxteis, Cirúrgicos, Hospitalares, adesivos Cirúrgicos e Industriais. Cosméticos, Perfumaria e Higiene. Comércio de Medicamentos.</p> <p>- cargos: Vice-Presidente do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: João Fortes Engenharia S.A.; Incorporação e Construção de Imóveis; Execução Por Administração de Obras de Construção Civil.</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- cargos: Membro do Conselho de Administração.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: Aegea Saneamento e Participações S.A.; Saneamento, Serv. Água e Gás.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
 - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.
 iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
 - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.
 - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.
 - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Regulamento Novo Mercado, Lei Nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Decreto Nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
José Guimarães Monforte	06/07/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	2019/2021	0
447.507.658-72	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/07/2020	Sim.	0,00%
Membro do Comitê de Riscos e Capital.					
- nome e setor de atividade da empresa: Eletrobrás; Energia. - cargos: Presidente do Conselho de Administração. - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim. - nome e setor de atividade da empresa: Cyrela S.A.; Construção.					

- cargos: Membro do Conselho de Administração.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: JBS S.A.; Alimentação.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: Premix S.A.; Nutrição animal.
 - cargos: Presidente do Conselho Consultivo.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: Instituto Elos
 - cargos: Presidente do Conselho Consultivo.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Regulamento Novo Mercado, Lei Nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Decreto Nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Paulo Roberto Evangelista de Lima	26/02/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	2019/2021	0

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

117.512.661-68	Administrador	27 - Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Não	100,00%
Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade e Membro do Comitê de Riscos e Capital					
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Cecria Revestimentos Cerâmicos S.A.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho Fiscal</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Tupy S.A.; Fundação</p> <p>- cargos: Membro Suplente do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor. Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Grupo Avidus School; Educação</p> <p>- cargos: Membro do Conselho Consultivo</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.; Siderurgia</p> <p>- cargos: Presidente do Conselho Fiscal; Membro do Conselho Fiscal</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco de Brasília S.A.</p> <p>- cargos: Presidente; Membro do Conselho de Administração; Coordenador do Comitê de Tecnologia</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Cartão BRB S.A.</p> <p>- cargos: Presidente do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrência.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não</p>					

- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Regulamento Novo Mercado, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. e Decreto Nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Lucas Pedreira do Couto Ferraz	26/02/1971	Conselho Fiscal	09/12/2020	2019/2021	0
205.350.278-93	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	09/12/2020	Sim	00.00%
Não há.					
<p>m) informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nome e setor de atividade da empresa: Ministério da Economia - cargos: Secretário de Comércio Exterior - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há</p> <p>n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: Sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transita em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: Sem ocorrência.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Sem ocorrência.</p> <ul style="list-style-type: none"> - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, d. - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não. 					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Rafael Cavalcanti de Araújo	29/08/1979	Conselho Fiscal	27/11/2019	2019/2021	0
025.969.274-38	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/11/2019	Sim	100,00%
Não há.					
<p>m) informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nome e setor de atividade da empresa: Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da Economia - cargos: Coordenador-Geral de Estudos Econômicos-Fiscais - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim - nome e setor de atividade da empresa: Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria / Ministério da Fazenda - cargos: Subsecretário de Governança Fiscal e Regulação de Loteria - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim - nome e setor de atividade da empresa: Secretaria de Política Econômica / Ministério da Fazenda - cargos: Coordenador-Geral de Política Fiscal e Tributária; Chefe de Gabinete; Coordenador de Política Fiscal e Tributária - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há</p> <p>n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: Sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transita em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: Sem ocorrência.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Sem ocorrência.</p> <ul style="list-style-type: none"> - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não. 					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita	24/10/1980	Conselho Fiscal	30/07/2020	2019/2021	0
285.292.988-02	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/07/2020	Sim	00.00%
Não há.					
<p>m) informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nome e setor de atividade da empresa: Ministério da Economia - cargos: Assessor Especial do Ministro de Estado da Economia - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim - nome e setor de atividade da empresa: Kapitalo Investimentos Ltda. - cargos: Gestor de Investimentos - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não - nome e setor de atividade da empresa: Bozano Investimentos Ltda. - cargos: Economista-chefe - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há</p> <p>n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: Sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transita em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: Sem ocorrência.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Sem ocorrência.</p> <ul style="list-style-type: none"> - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não. - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não. 					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
lêda Aparecida de Moura Cagni	30/05/1974	Conselho Fiscal	26/04/2019	2019/2021	3
820.132.251-72	Servidora pública.	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	26/04/2019	Sim.	0,00%
Não há.					
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; representar a União na execução de sua dívida ativa de caráter tributário.</p> <p>- cargos: Procuradora da Fazenda Nacional.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM.</p> <p>- cargos: Conselheira Fiscal Titular.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO</p> <p>- cargos: Conselheira de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa</p> <p>- cargos: Conselheira de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há</p> <p>- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrência.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação de nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Eduardo Salloum	16/04/1966	Conselho Fiscal	26/04/2019	2019/2021	2
082.852.568-47	Servidor Público Federal.	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	26/04/2019	Sim.	100,00%
Não há.					
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.</p> <p>- cargos: Chefe de Gabinete; Coordenador Geral.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Administradora de Cartões.</p> <p>- cargos: Conselheiro Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há.</p> <p>- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transita em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.</p> <p>- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Lena Oliveira de Carvalho	13/01/1976	Conselho Fiscal	30/07/2020	2019/2021	0
634.710.191-20	Servidora Pública Federal.	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/07/2020	Sim.	00.00%
Não há.					
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Ministério da Economia / Secretaria do Tesouro Nacional.</p> <p>- cargos: Coordenadora de Planejamento Estratégico da Dívida Pública; Auditora Federal de Finanças e Controle.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há.</p> <p>- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transita em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.</p> <p>- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Aloísio Macário Ferreira de Souza	10/04/1960	Conselho Fiscal	26/04/2019	2019/2021	0
540.678.557-53	Aposentado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	26/04/2019	Não.	88,00%
Não há.					
<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nome e setor de atividade da empresa: Usiminas - Usiminas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.; Siderurgia - cargos: Membro do Conselho Fiscal; Vice-Presidente de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional; Membro do Conselho de Administração - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não - nome e setor de atividade da empresa: Celesc; Elétrico - cargos: Membro do Comitê de Auditoria Estatutário - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não - nome e setor de atividade da empresa: Eletrobrás S.A.; Energético - cargos: Membro do Conselho Fiscal; Membro do Comitê de Auditoria - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim - nome e setor de atividade da empresa: Cemig, Cemig D e Cemig GT; Energético - cargos: Membro Suplente do Conselho de Administração; Membro do Comitê de Recursos Humanos - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não - nome e setor de atividade da empresa: Guarani S.A. - cargos: Membro do Conselho Fiscal - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não. <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há.</p> <ul style="list-style-type: none"> - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: <p>i. qualquer condenação criminal. Mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrência.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <ul style="list-style-type: none"> - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não. - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não. 					

- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Eleito pelos Acionistas Minoritários.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação de nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Robert Juenemann	22/10/1965	Conselho Fiscal	26/04/2019	2019/2021	0
426.077.100-06	Advogado	48 – C.F. (Suplente) Eleito p/Minor.Ordinaristas	26/04/2019	Não	0,00%
Não há.					
<p>- nome e setor de atividade da empresa: JBS; Indústria de Alimentos</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: IBGC; Governança Corporativa</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Gerdau S.A.; Indústria do Aço</p> <p>- cargos: Membro do Conselho Fiscal</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Vale S.A.; Mineração; Logística; Energia; Siderurgia</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Eletrobrás S.A.; Energia</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal; Membro Suplente do Conselho Fiscal</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Eternit S.A.; Indústria de Material de Construção e Acabamento</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrência.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Eleito pelos Acionistas Minoritários.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso	01/12/1949	Conselho Fiscal	26/04/2019	2019/2021	4
315.096.737-68	Economista.	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	26/04/2019	Não.	100,00%
Não há.					

- nome e setor de atividade da empresa: Marisa Lojas S.A.; Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios.

- cargos: Membro do Conselho Fiscal

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.
- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.
- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Eleito pelos Acionistas Minoritários.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Alexandre Gimenez Neves	14/04/1961	Conselho Fiscal	26/04/2019	2019/2021	3
707.072.007-68	Contador.	48 – C.F. (Suplente) Eleito p/Minor.Ordinaristas	26/04/2019	Não.	0,00%
Não há.					

- nome e setor de atividade da empresa: Grupo Othon; hotelaria, agroindústria e empreendimentos imobiliários.
- cargos: Diretor Financeiro Corporativo.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos - RJ; abastecimento de água, esgotamento sanitário e demais soluções em saneamento ambiental
- cargos: Assessor de Governança Corporativa (status de Diretor conforme Estatuto de Empresa)
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há.
- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 - i. qualquer condenação criminal. Mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrência.
 - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.
- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.
- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Eleito pelos Acionistas Minoritários.

Diretoria Executiva

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Bernardo de Azevedo Silva Rothe	09/08/1967	Pertence apenas à Diretoria.	15/10/2020	2019/2021	0
776.890.627-68	Bancário	19 – Outros Diretores	20/10/2020	Sim.	0,00%
Não há.		Vice-Presidente de Negócios de Atacado (Vipat).			
Em razão de limitação do Sistema Empresas.NET as informações relativas ao administrador que deveriam ser indicadas neste campo, estão dispostas no item 12.12 deste Formulário de Referência.					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Carlos José da Costa André	09/08/1963	Pertence apenas à Diretoria.	24/11/2020	2019/2021	0
834.157.697-04	Bancário	19 – Outros Diretores	01/12/2020	Sim.	0,00%
Não há.		Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores (Vifin).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Gestão de Recursos DTVM S.A.; Gestão e administração de fundos de investimento.</p> <p>- cargos: Diretor Presidente; Diretor de Gestão de Fundos.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p>					

- nome e setor de atividade da empresa: Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE; Seguros.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Ativos S.A.; Prestadora de serviços de cobrança de dívidas.
 - cargos: Membro do Conselho Fiscal
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Gerdau S.A.; Setor siderúrgico.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Metalúrgica Gerdau S.A. - Holding do setor siderúrgico
 - cargos: Membro do Conselho de Administração.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Associação das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA
 - cargos: Vice-presidente.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Carlos Motta dos Santos	03/09/1970	Pertence apenas à Diretoria.	01/07/2019	2019/2021	2
933.876.287-49	Bancário	19 – Outros Diretores	03/07/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Vice-Presidente de Negócios de Varejo (Vivar).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Vice-Presidente de Negócios de Varejo; Vice-Presidente de Distribuição de Varejo; Gerente Geral na Unidade Negócios Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Agro; Superintendente Estadual de Varejo-BA; Gerente Executivo na Diretoria Estratégia e Organização; Gerente Executivo na Diretoria de Distribuição São Paulo; Superintendente Regional de Varejo-RJ.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Carlos Renato Bonetti	10/09/1970	Pertence apenas à Diretoria.	01/07/2019	2019/2021	2
092.198.248-84	Bancário	19 – Outros Diretores	03/07/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vici).			
Em razão de limitação do Sistema Empresas.NET as informações relativas ao administrador que deveriam ser indicadas neste campo, estão dispostas no item 12.12 deste Formulário de Referência.					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Gustavo de Souza Fosse	14/05/1972	Pertence apenas à Diretoria	04/11/2020	2019/2021	0
978.160.007-15	Bancário	19 - Outros Diretores	04/11/2020	Sim	0,00%
Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação.		Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia (Vinet)			
Em razão de limitação do Sistema Empresas.NET as informações relativas ao administrador que deveriam ser indicadas neste campo, estão dispostas no item 12.12 deste Formulário de Referência.					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
João Pinto Rabelo Júnior	03/03/1969	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
364.347.521-72	Bancário	19 – Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Vice-Presidente de Agronegócios e Governo (Vipag)			
Em razão de limitação do Sistema Empresas.NET as informações relativas ao administrador que deveriam ser indicadas neste campo, estão dispostas no item 12.12 deste Formulário de Referência.					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Mauro Ribeiro Neto	13/03/1988	Pertence apenas à Diretoria	19/12/2019	2019/2021	0
096.002.066-78	Advogado	19 - Outros Diretores	06/01/2020	Sim	0,00%
Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade.		Vice-Presidente Corporativo (Vikor)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Vice-Presidente Corporativo; Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade; Assessor Especial da Presidência.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Seguridade Participações S.A.; Empresa de participações (holding) em negócios de seguridade.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Cielo S.A.; Setor Financeiro e Meios de Pagamento.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Neoenergia S.A.; Setor Elétrico.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Ministério da Economia/Secretaria de Governança e Avaliação de Empresas Estatais; Setor Governamental</p> <p>- cargos: Diretor de Governança e Avaliação.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Ministério da Economia; Setor Governamental</p> <p>- cargos: Procurador.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.</p>					

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação de nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Ana Paula Teixeira de Sousa	02/09/1970	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
536.875.581-34	Bancária	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretora de Controles Internos (Dicoi)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretora de Controles Internos; Gerente Executiva na Diretoria de Gestão de Riscos</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM.</p> <p>- cargos: Diretora Executiva Comercial e de Produtos</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BESCVAL - Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</p> <p>- cargos: Diretora-Presidente</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; Prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis ou imóveis.</p> <p>- cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
 - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Antônio Carlos Wagner Chiarello	03/02/1981	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2020	2019/2021	0
956.263.100-10	Bancário	19 - Outros Diretores	19/03/2020	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Agronegócios (Dirag).			
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial. - cargos: Diretor de Agronegócios; Gerente Executivo da Diretoria de Soluções Empresariais; Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios. - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há. n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c. - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Camilo Buzzi	12/01/1970	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
051.569.178-01	Bancário	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretor Corporate Bank (Dicor).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor Corporate Bank; Superintendente Atacado Large Corporate; Gerente Geral UN.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Kepler Weber S.A.; Soluções em armazenagem de grãos.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco Patagonia S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor Suplente</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Seguradora.</p> <p>- cargos: Diretor Comercial, Marketing e Clientes.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Grupo Segurador - Aliança do Brasil Seguros S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Brasilveículos Companhia de Seguros, Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A.; Seguradora.</p> <p>- cargos: Diretor Geral de Grandes Riscos.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Carla Nesi	19/08/1971	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
101.295.868-03	Bancária	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretora de Clientes Varejo MPE e PF (Direc)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretora de Clientes Varejo MPE e PF; Diretora de Clientes Pessoas Físicas; Gerente Executiva da Diretoria de Clientes Pessoas Físicas; Gerente Executiva da Unidade Integração Varejo e Gerente Executiva da Unidade de Canais.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Edson Rogério da Costa	29/12/1970	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
510.309.260-34	Bancário	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Meios de Pagamento (Dimep).			
Em razão de limitação do Sistema Empresas.NET as informações relativas ao administrador que deveriam ser indicadas neste campo, estão dispostas no item 12.12 deste Formulário de Referência.					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Eduardo Cesar Pasa	02/09/1970	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	3
541.035.920-87	Bancário	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Contadoria (Coger)			
Em razão de limitação do Sistema Empresas.NET as informações relativas ao administrador que deveriam ser indicadas neste campo, estão dispostas no item 12.12 deste Formulário de Referência.					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Ênio Mathias Ferreira	30/03/1971	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
725.078.106-53	Bancário	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Governo (Digov)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor de Governo; Gerente Executivo das Diretorias de Governo e de Tecnologia.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- nome e setor de atividade da empresa: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Entidade fechada de previdência.
 - cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal; Membro Titular do Conselho Deliberativo.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil; Entidade fechada de previdência complementar.
 - cargos: Membro Titular do Conselho Deliberativo.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: não
 ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
 n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência
 ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências
 iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência
 - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
 - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Felipe Guimarães Geissler Prince	25/05/1978	Pertence apenas à Diretoria	21/01/2020	2019/2021	0
036.345.856-50	Bancário	19 - Outros Diretores	22/01/2020	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Crédito (Dicre)			
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial. - cargos: Diretor de Crédito; Gerente Executivo na Diretoria de Crédito; Gerente de Soluções na Diretoria de Crédito - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim. ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há. n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:					

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Francisco Augusto Lassalvia	26/10/1979	Pertence apenas à Diretoria	08/05/2020	2019/2021	0
288.355.918-05	Bancário	19 - Outros Diretores	08/05/2020	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de Mercado Financeiro e de Capitais (Dimef)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor de Mercado Financeiro e de Capitais; Diretor de Mercado de Capitais e Infraestrutura; Gerente Geral da Unidade Private Bank; Superintendente de Varejo e Governo de São Paulo; Gerente Executivo na Diretoria de Distribuição Sudeste; Superintendente Regional em Florianópolis.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - BESCVAL.</p> <p>- cargos: Diretor.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. - PREVI.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho Consultivo do Previ Futuro.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Brasilprev.</p> <p>- cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- nome e setor de atividade da empresa: BB Securities LLC.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 - nome e setor de atividade da empresa: Sebrae; Empreendedorismo.
 - cargos: Membro do Conselho Deliberativo.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: Planejar
 - cargos: Membro do Conselho de Administração.
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
 - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.
 iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
 - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
 - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Gerson Eduardo de Oliveira	12/01/1969	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
435.431.620-04	Bancário	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Gestão de Riscos (Diris).			
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial. - cargos: Diretor de Gestão de Riscos; Gerente Executivo na Diretoria de Gestão de Riscos					

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Entidade Fechada de Previdência Complementar.

- cargos: Membro do Conselho Consultivo do Plano de Benefícios 1

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Tecnologia e Serviços; Prestadora de Serviços de Processos de Negócios e de Serviços de Tecnologia da Informação.

- cargos: Membro do Comitê de Auditoria

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Gerson Eduardo de Oliveira 43543162004; Empresário Individual na área de Educação.

- cargos: Sócio Proprietário; Professor

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:
Sócio Proprietário e Professor na Gerson Eduardo de Oliveira 43543162004 – Empresário Individual na área de Educação.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
João Leocir Dal Rosso Frescura	03/08/1970	Pertence apenas à Diretoria	24/11/2020	2019/2021	0
488.634.670-72	Bancário	19 - Outros Diretores	17/12/2020	Sim	00,00%
Não há.		Diretor de Operações (Diope).			

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.
 - cargos: Diretor de Operações; Gerente Geral da Unidade de Operações; Gerente Executivo da Unidade de Operações
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 - nome e setor de atividade da empresa: Economus Instituto de Seguridade Social.
 - cargos: Membro do Conselho Fiscal
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.
 - cargos: Membro do Conselho Fiscal
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há
 n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência
 ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências
 iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência
 - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
 - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
João Vagnes de Moura Silva	10/10/1971	Pertence apenas à Diretoria	29/12/2020	2019/2021	0
584.043-411-68	Bancário	19 - Outros Diretores	26/01/2021	Sim	00,00%
Não há.		Diretor de Controladoria (Dirco).			
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial. - cargos: Diretor de Controladoria; Gerente Executivo na Diretoria de Crédito					

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Tecnologia e Serviços S.A.; Prestação de serviços e de tecnologia da informação.

- cargos: Presidente

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Gestão de Recursos DTVM S.A.; Gestão e administração de fundos de investimento.

- cargos: Diretor de Administração de Fundos e Gestão da Empresa

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Economus Instituto de Seguridade Social.

- cargos: Diretor de Investimentos; Membro do Conselho Deliberativo.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Entidade Fechada de Previdência Complementar

- cargos: Membro Suplente do Conselho Deliberativo.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

- nome e setor de atividade da empresa: Associação das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA

- cargos: Membro da Comissão de Administração de Recursos de Terceiros

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
------	--------------------	---------------------	-----------------	------------------	---------------------------------

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
José Avelar Matias Lopes	07/06/1968	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
300.213.833-91	Bancário	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor Gestão da Cultura e de Pessoas (Dipes).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor Gestão da Cultura e de Pessoas; Gerente Geral do Projeto Estratégico Entidades Patrocinadas; Secretário Executivo; Gerente Executivo na Diretoria de Marketing e Comunicação; Superintendente de Varejo e Governo</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB-Banco de Investimento S.A.; Financeira</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco Votorantim S.A.; Financeira.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Comitê de Remuneração e Recursos Humanos</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: CASSI - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil; Associação gestora de planos de saúde.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Deliberativo</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ; Previdência Complementar.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Consultivo do Plano de Benefícios 1</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Federação Brasileira de Bancos - Febraban; Representatividade de Bancos.</p> <p>- cargos: Membro Titular da Comissão Executiva de Recursos Humanos</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência</p>					

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
José Ricardo Fagonde Forni	27/02/1971	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
455.261.501-78	Bancário e Economista	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio (Disec).			
Em razão de limitação do Sistema Empresas.NET as informações relativas ao administrador que deveriam ser indicadas neste campo, estão dispostas no item 12.12 deste Formulário de Referência.					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Júlio César Rodrigues da Silva	09/09/1970	Pertence apenas à Diretoria	21/01/2020	2019/2021	0
424.473.131-87	Bancário	19 - Outros Diretores	22/01/2020	Sim	0,00%
Não há.		Diretor Comercial Varejo (Divar)			
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- cargos: Diretor Comercial Varejo; Gerente Geral na Unidade Negócios Varejo e Setor Público; Superintendente Estadual na Super Varejo Governo SP Norte; Gerente Executivo nas Diretorias de Distribuição e de Distribuição Sudeste; Superintendente Regional na Super Varejo e Governo MG

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Previdência; Fundo de pensão Banco do Brasil.

- cargos: Membro Titular do Conselho Deliberativo

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Lucinéia Possar	08/02/1966	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
540.309.199-87	Bancária, Advogada e Professora Universitária	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretora Jurídica (Dijur).			
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.					
- cargos: Diretora Jurídica; Gerente Executiva Jurídica e Gerente de Divisão Jurídica.					
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.					
- nome e setor de atividade da empresa: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB; prestação de serviços educacionais.					

- cargo: Professora.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Seguridade; Atuação no ramo de seguridade.

- cargo: Conselheira Fiscal Titular.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Previ; Atuação no ramo de previdência privada.

- cargos: Conselheira Deliberativa Suplente.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: FEBRABAN; Federação Brasileira de Bancos.

- cargos: Diretora Setorial Adjunta da Comissão Executiva de Assuntos Jurídicos.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Banco Votorantim S.A.

- cargos: Comitê de Partes Relacionadas

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transita em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Luiz Fernando Ferreira Martins	17/09/1968	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2020	2019/2021	0
843.144.517-34	Bancário	19 - Outros Diretores	06/05/2020	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Segurança Institucional (Disin).			
<p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial. - cargos: Diretor de Segurança Institucional; Gerente Executivo na Diretoria Segurança Institucional. - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim. - nome e setor de atividade da empresa: Federação Brasileira de Bancos - Febraban. - cargos: Membro Titular na Comissão Executiva de Segurança Bancária; Membro Titular na Comissão Executiva de Prevenção a Fraudes. - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência <ul style="list-style-type: none"> - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c. - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não 					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Marco Túlio de Oliveira Mendonça	30/06/1970	Pertence apenas à Diretoria	21/01/2020	2019/2021	0
749.403.336-04	Bancário	19 - Outros Diretores	22/01/2020	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de de Soluções em Empréstimos e Financiamentos (Diemp)			
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.					

- cargos: Diretor de Soluções em Empréstimos e Financiamentos; Diretor de Produtos Pessoa Física, Diretor de Crédito; Gerente Regional no Exterior; Gerente Executivo; Gerente de Projeto I.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:
Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Márvio Melo Freitas	09/11/1977	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	0
692.983.941-87	Bancário.	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de Estratégia e Organização (Direo).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor de Estratégia e Organização; Diretor de Controladoria; Gerente Executivo da Controladoria.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco Patagonia S.A.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Directorio (Diretor Titular)</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco Votorantim S.A.; Banco Múltiplo.</p> <p>- cargos: Membro do Comitê de Finanças.</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Banco Votorantim S.A.; Banco Múltiplo.

- cargos: Conselheiro Fiscal Suplente.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Seguridade Participações S.A.; atua nos segmentos de seguros, previdência, capitalização, resseguros e planos de assistência odontológica.

- cargos: Membro do Comitê de Transações de Partes Relacionadas.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Tecnologia e Serviços (BBTS); informática.

- cargos: Membro do Conselho de Administração.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Catenio; Gestão de Contas de Pagamento S.A..

- cargos: Conselheiro Fiscal.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Mauricio Nogueira	10/08/1970	Pertence apenas à Diretoria	07/08/2019	2019/2021	0
991.894.537-00	Bancário.	19 - Outros Diretores	07/08/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de Finanças (Difin).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor de Finanças; Gerente Executivo na Diretoria de Finanças.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Paula Sayão Carvalho Araújo	20/06/1975	Pertence apenas à Diretoria	29/12/2020	2019/2021	0
539.989.951-53	Bancária	19 - Outros Diretores	11/01/2021	Sim	0,00%
Não há.		Diretora de Marketing e Comunicação (Dimac)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretora de Marketing e Comunicação; Diretora de Negócios Digitais; Gerente Executiva na Diretoria de Marketing e Comunicação; Gerente Geral do CCBB Brasília.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Febraban - Federação Brasileira de Bancos.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Comitê Executivo S1/S2 do Open Banking; Membro Titular da Comissão Executiva de Inovação</p>					

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.

- cargos: Membro Suplente do Conselho de Administração

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim

- nome e setor de atividade da empresa: Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

- cargos: Membro Suplente do Conselho de Administração

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim

- nome e setor de atividade da empresa: Cartões Elo S.A.

- cargos: Membro Titular do Comitê de Marketing e Produto

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim

- nome e setor de atividade da empresa: Elo Participações S.A.

- cargos: Membro Titular do Comitê de Marketing e Produto

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Rodrigo Felipe Afonso	26/05/1973	Pertence apenas à Diretoria	19/12/2019	2019/2021	0

173.173.698-37	Bancário	19 - Outros Diretores	02/01/2020	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Governança de Entidades Ligadas (Direg).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor de Governança de Entidades Ligadas; Gerente Executivo na Unidade Relações com Investidores; Gerente Executivo na Diretoria de Finanças</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Grupo Elopap (Elo Participações Ltda, Alelo S.A., Livelio S.A., Banco Digio S.A., IBI Promotora de Vendas Ltda., Elo Holding Financeira S.A., Karta Participações Ltda., Alpha Serviços de Redes de Autoatendimento S.A.. Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.).</p> <p>- cargos: Diretor Executivo Estatutário</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura).</p> <p>- cargos: Diretor Executivo; Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.</p> <p>- cargos: Conselheiro Fiscal Suplente</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Ronaldo Simon Ferreira	11/06/1972	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
117.685.018-07	Bancário.	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais (Dirao).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais; Gerente Executivo da Diretoria de Crédito, Gerente Geral em Santiago - Chile</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.</p> <p>- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.</p> <p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.</p> <p>- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Santuzza Bretas de Almeida	23/12/1966	Pertence apenas à Diretoria	04/11/2020	2019/2021	0
576.408.826-72	Bancária / Analista de Sistemas	19 - Outros Diretores	04/11/2020	Sim	0,00%
Não há.		Diretora de Tecnologia (Ditec).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretora de Tecnologia; Gerente Geral de TI</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p>					

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Thiago Affonso Borsari	07/10/1983	Pertence apenas à Diretoria	13/01/2021	2019/2021	0.
305.759.718-19	Bancário	19 - Outros Diretores	01/02/2021	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de Negócios Digitais (Dined).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor de Negócios Digitais; Gerente Executivo da Diretoria de Gestão da Cultura e de Pessoas; Gerente de Soluções da Diretoria de Gestão da Cultura e de Pessoas.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB AG - Banco do Brasil Aktiengesellschaft; Banco Comercial.</p> <p>- cargos: Supervisory Board.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil; Operadora de autogestão em saúde.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho Deliberativo.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Previdência complementar.</p> <p>- cargos: Membro Suplente do Conselho Consultivo - Previ Futuro.</p>					

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos.

- cargos: Membro do Comitê de Remuneração e Pessoas.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: TecBan - Tecnologia Bancária S.A..

- cargos: Membro do Comitê de Remuneração.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: QUOD; Gestora de Crédito.

- cargos: Membro do Comitê de Remuneração e Pessoas.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Thompson Soares Pereira César	08/04/1969	Pertence apenas à Diretoria	07/08/2019	2019/2021	0.
995.503.187-53	Bancário	19 - Outros Diretores	07/08/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de Atendimento e Canais (Dirac).			

- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.
- cargos: Diretor de Atendimento e Canais; Gerente Geral da Unidade Comércio Exterior; Superintendente da Super Private Bank; Gerente Executivo da Unidade Private Bank.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 - i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.
 - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

12.7/8. Membros dos comitês estatutários, dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

Comitês Estatutários**Comitê de Auditoria**

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Egídio Otmar Ames	01/09/1958	Membro do Comitê (Efetivo)	17/09/2020	2020/2023
257.146.780-87	Aposentado	Comitê de Auditoria	21/09/2020	
	0	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99		
Membro do Comitê de Remuneração e de Elegibilidade		Não aplicável.		
Vide Comitê de Remuneração e de Elegibilidade - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim - Instrução CVM nº 509				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Luiz Serafim Spinola Santos	22/02/1947	Membro do Comitê (Efetivo)	19/09/2019	2019/2021
093.068.627-68	Engenheiro Civil	Comitê de Auditoria	19/09/2019	96,74%

	4	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação.		Não aplicável.
Vide conselho de administração - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Instrução CVM nº 509.		

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Marcos Tadeu Siqueira	27/09/1955	Membro do Comitê (Efetivo)	17/09/2020	2020/2022
945.554.198-04	Administrador de Empresas	Comitê de Auditoria	18/09/2020	100,00%
	2	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99		
Não possui.		Não aplicável.		
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI).</p> <p>- cargos: Membro do Comitê de Auditoria.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Casa Palicourea Construções e Arquitetura Ltda.</p> <p>- cargos: Sócio-Diretor.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: M Siqueira Projetos e Consultoria Ltda.</p> <p>- cargos: Sócio-Diretor.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BRF S.A. - Brasil Foods.</p> <p>- cargos: Conselheiro Fiscal - Suplente.</p>				

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: SESI/CNI - Sistema Indústria.

- cargos: Diretor de Operações - Nacional.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Magazine Luiza S.A.

- cargos: Conselheiro Fiscal - Titular.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Vale S.A.

- cargos: Conselheiro Fiscal - Suplente.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

-se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.

-se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim - Instrução CVM nº 509

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias	11/08/1958	Membro do Comitê (Efetivo)	09/02/2021	2021/2024
492.846.497-49	Contadora e Advogada.	Comitê de Auditoria	09/02/2021	-
	0	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99		
Não possui.		Não aplicável.		
- nome e setor de atividade da empresa: Indústrias Romi S.A				

- cargo: Conselheira Fiscal.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Associação dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC.

- cargo: Diretora.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ.

- cargo: membro do Conselho Empresarial de Governança e Compliance.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC

- cargo: Coordenadora.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

-se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.

-se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não

- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim - Instrução CVM nº 509

Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Luiz Serafim Spinola Santos	22/02/1947	Membro do Comitê (Efetivo) Coordenador	13/06/2019	2019/2021
093.068.627-68	Engenheiro Civil	Comitê de Remuneração	13/06/2019	100,00%
	2	Não aplicável.		
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação .		Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade.		
Vide item 12.5/6 acima. - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Membro independente escolhido a critério do Conselho de Administração.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Egídio Otmar Ames	01/09/1958	Membro do Comitê (Efetivo)	19/09/2019	2019/2021
257.146.780-87	Aposentado	Comitê de Remuneração	19/09/2019	100,00%
	7	Não aplicável.		
Coordenador do Comitê de Auditoria		Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade.		
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco Múltiplo, com carteira comercial - cargos: Membro do Comitê de Riscos e de Capital - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim - nome e setor de atividade da empresa: BB Seguridade Participações S.A.; Holding de Instituições não Financeiras - cargos: Coordenador do Comitê de Auditoria - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim - nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco Múltiplo, com carteira comercial				

- cargos: Coordenador do Comitê de Auditoria
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim
 - nome e setor de atividade da empresa: Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros); Previdência complementar fechada
 - cargos: Coordenador do Comitê de Auditoria
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não
 ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
 - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.
 iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
 - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.
 - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.
 - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Membro Independente escolhido a critério do Conselho de Administração.

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Mauro Ribeiro Neto	13/03/1988	Membro do Comitê (Efetivo)	16/01/2020	2020/2022
096.002.066-78	Advogado	Comitê de Remuneração	16/01/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente Corporativo, Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional e Membro do Comitê Executivo de Pessoas e Cultura Organizacional.		Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade.		
Vide item 12.5/6 acima.				
- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não. Membro escolhido a critério do Conselho de Administração.				

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Paulo Roberto Evangelista de Lima	26/02/1957	Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2019	2019/2021
117.512.661-68	Administrador	Comitê de Remuneração	07/05/2019	100,00%
	0	Não aplicável.		
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Riscos e de Capital.		Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade.		
Vide item 12.5/6 acima.				
- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Membro escolhido dentre os integrantes do Conselho de Administração indicados pelos acionistas minoritários				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Cibele Castro	04/11/1965	Membro do Comitê (Efetivo)	16/07/2020	2020/2022
070.025.358-03	Psicóloga	Comitê de Remuneração	16/07/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Não		Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade.		
- nome e setor de atividade da empresa: Distrito; Plataforma de inovação para grandes empresas				

- cargos: Mentora de Negócios (startups e scale ups)

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

- nome e setor de atividade da empresa: SITAWI Finance for Good; Gestão de organização sem fins lucrativos

- cargos: Membro do Comitê de Gestão de Talento

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

- nome e setor de atividade da empresa: Intercement Participações S.A.; Materiais de construção

- cargos: Vice-Presidente de Pessoas e Gestão Corporativo Global e UN Brasil

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

- nome e setor de atividade da empresa: Instituto Intercement

- cargos: Membro do Conselho Deliberativo

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

- nome e setor de atividade da empresa: Enel Distribuição São Paulo; Elétrico

- cargos: Membro efetivo e Coordenadora do Comitê de Remuneração e Pessoas

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

- nome e setor de atividade da empresa: Latam Airlines Brasil; Aéreo

- cargos: Vice-Presidente de Pessoas e Gestão (infraestrutura); Vice-Presidente de Pessoas

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim. Membro Independente escolhida pelos integrantes do Conselho de Administração indicados pela União.

Comitê de Riscos e de Capital

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Vilmar Gongora	12/03/1963	Presidente do Comitê	19/09/2019	2019/2021
042.568.298-65	Aposentado	Comitê de Risco	19/09/2019	100.,00%
	2	Não aplicável.		
Não há.		Comitê de Riscos e de Capital		
<p>. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S/A -Financeiro.</p> <p>- cargos: Gerente Executivo.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p>				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
José Guimaraes Monforte	06/07/1947	Membro do Comitê (Efetivo)	17/09/2020	2020/2022

447.507.658-72	Aposentado	Comitê de Risco	21/09/2020	-
	0	Não aplicável.		
Membro do Conselho de Administração		Comitê de Riscos e de Capital		
Vide Conselho de Administração. - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim - Resolução CMN nº 4.557/17.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Paulo Roberto Evangelista de Lima	26/02/1957	Membro do Comitê (Efetivo)	19/09/2019	2019/20121
117.512.661-68	Aposentado	Comitê de Risco	19/09/2019	100,00
	0	Não aplicável.		
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade		Comitê de Riscos e de Capital		
Vide Conselho de Administração. - se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim - Resolução CMN nº 4.557/17.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Regina Helena Jorge Nunes	04/10/1965	Membro do Comitê (Efetivo)	06/11/2019	2019/2021
112.946.628-05	Administradora de Empresas	Comitê de Risco	06/11/2019	100,00
	0	Não aplicável.		
Não há.		Comitê de Riscos e de Capital		
<p>- principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: RNA Capital Consultoria Financeira Ltda.</p> <p>- cargos: Sócia Fundadora</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Neoenergia S.A.</p> <p>- cargos: Conselheira Independente do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor. Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG</p> <p>- cargos: Conselheira Independente do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Mercado Eletrônico</p> <p>- cargos: Membro do Conselho Consultivo</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não</p> <p>- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: Não há. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: Não há. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há. - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Não.</p> <p>- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não</p> <p>- se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Sim - Resolução CMN nº 4.557/17.</p>				

Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
------	--------------------	---------------	-----------------	------------------

CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Fabio Augusto Cantizani Barbosa	08/06/1978	Membro do Comitê (Efetivo) - Coordenador	24/11/2020	2020/2022
074.379.967-40	Analista de Sistemas	Outros Comitês	24/11/2020	0,00%
	0	Não aplicável		
Membro do Conselho de Administração		Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Gustavo de Souza Fosse	14/05/1972	Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/2020	2020/2022
978.160.007-15	Bancário	Outros Comitês	24/11/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia, Membro do Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital, Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho e Membro do Comitê Executivo de Negócios		Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
------	--------------------	---------------	-----------------	------------------

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Hélio Lima Magalhães	29/12/1951	Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2020	2020/2022
344.224.557-53	Engenheiro	Outros Comitês	18/06/2020	0,00
	0	Não aplicável.		
Presidente do Conselho de Administração		Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Luiz Serafim Spinola Santos	22/02/1947	Membro do Comitê (Efetivo)	18/06/2020	2020/2022
093.068.627-68	Engenheiro Civil	Outros Comitês	18/06/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e Coordenador do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade.		Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitês Não Estatutários**Comitê Executivo de Segurança**

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Ana Paula Teixeira de Sousa	02/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
536.875.581-34	Bancária	Outros Comitês	03/07/2019	50,00%
	2	Não aplicável.		
Diretora de Controles Internos, Membro do Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		Comitê Executivo de Segurança		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Gerson Eduardo de Oliveira	12/01/1969	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
435.431.620-04	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	83,00%
	2	Não aplicável.		

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Diretor de Gestão de Riscos, Membro do Comitê Executivo de Divulgação e Membro do Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas	Comitê Executivo de Segurança
Vide item 12.5/6 acima.	

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Santuza Bretas de Almeida	23/12/1966	Membro do Comitê (Efetivo)	04/11/2020	2019/2021
576.408.826-72	Bancária / Analista de Sistemas	Outros Comitês	04/11/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Diretora de Tecnologia		Comitê Executivo de Segurança		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Luiz Fernando Ferreira Martins	17/09/1968	Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/2020	2019/2021
843.144.517-34	Bancário	Outros Comitês	06/05/2020	00,00%

	0	Não aplicável.
Diretor de Segurança Institucional e Membro do Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		Comitê Executivo de Segurança
Vide item 12.5/6 acima.		

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Thiago Affonso Borsari	07/10/1983	Membro do Comitê (Efetivo)	13/01/2021	2019/2021
305.759.718-19	Bancário	Outros Comitês	01/02/2021	00,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Negócios Digitais		Comitê Executivo de Segurança		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Thompson Soares Pereira César	08/04/1969	Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/2019	2019/2021
995.503.187-53	Bancário	Outros Comitês	07/08/2019	10,00%

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

	0	Não aplicável.
Diretor de Atendimento e Canais		Comitê Executivo de Segurança
Vide item 12.5/6 acima.		

Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Carlos Renato Bonetti	10/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
092.198.248-84	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	100,00%
	2	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos, Membro do Comitê Executivo de Divulgação e Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional		Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Carlos José da Costa André	09/08/1963	Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/2020	2019/2021
834.157.697-04	Bancário	Outros Comitês	01/12/2020	00,00%

	0	Não aplicável.
Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores, Membro do Comitê Executivo de Divulgação, Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho, Membro do Comitê Executivo de Negócios e Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional		Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital
Vide item 12.5/6 acima.		

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Gustavo de Souza Fosse	14/05/1972	Membro do Comitê (Efetivo)	04/11/2020	2019/2021
978.160.007-15	Bancário	Outros Comitês	04/11/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia, Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação, Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho e Membro do Comitê Executivo de Negócios		Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Carlos Motta dos Santos	03/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

933.876.287-49	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	00.00%
	2	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Negócios de Varejo, Membro do Comitê Executivo de Negócios e Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho		Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Bernardo de Azevedo Silva Rothe	09/08/1967	Membro do Comitê (Efetivo)	15/10/2020	2019/2021
776.890.627-68	Bancário	Outros Comitês	20/10/2020	00.00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Negócios de Atacado, Membro do Comitê Executivo de Negócios e Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho		Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitê Executivo de Divulgação

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				

Carlos Renato Bonetti	10/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
092.198.248-84	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	93,00%
	2	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos, Membro do Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital e Membro do Comitê Executivo Administrativo Operacional		Comitê Executivo de Divulgação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Eduardo Cesar Pasa	02/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
541.035.920-87	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	72,00%
	3	Não aplicável.		
Diretor de Contadoria e Membro do Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas		Comitê Executivo de Divulgação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Gerson Eduardo de Oliveira	12/01/1969	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
435.431.620-04	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	68,00%
	02	Não aplicável.		
Diretor de Gestão de Riscos, Membro do Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas e Membro do Comitê Executivo de Segurança.		Comitê Executivo de Divulgação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Felipe Guimarães Geissler Prince	25/05/1978	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/2020	2019/2021
036.345.856-50	Bancário	Outros Comitês	22/01/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Crédito, Membro do Comitê Executivo de Limite de Crédito, Membro do Comitê Executivo de Operações de Crédito e Membro do Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		Comitê Executivo de Divulgação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				

Carlos José da Costa André	09/08/1963	Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/2020	2019/2021
834.157.697-04	Bancário	Outros Comitês	01/12/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores, Membro do Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital, Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho, Membro do Comitê Executivo de Negócios e Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional		Comitê Executivo de Divulgação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Mauricio Nogueira	10/08/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/2019	2019/2021
991.894.537-00	Bancário	Outros Comitês	07/08/2019	66,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Finanças, Membro do Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas e Membro do Comitê Executivo de Operações de Crédito		Comitê Executivo de Divulgação		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitê Executivo de Negócios

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

		Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês			
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.					
Carlos José da Costa André	09/08/1963		Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/2020	2019/2021
834.157.697-04	Bancário		Outros Comitês	01/12/2020	00,00%
	0		Não aplicável.		
Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores, Membro do Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital, Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho Membro do Comitê Executivo de Divulgação e Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional			Comitê Executivo de Negócios		
Vide item 12.5/6 acima.					

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato	
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês			
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.					
Gustavo de Souza Fosse	14/05/1972		Membro do Comitê (Efetivo)	04/11/2020	2019/2021
978.160.007-15	Bancário		Outros Comitês	04/11/2020	00,00%
	0		Não aplicável.		
Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia, Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação, Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho e Membro do Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital			Comitê Executivo de Negócios		
Vide item 12.5/6 acima.					

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Carlos Motta dos Santos	03/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
933.876.287-49	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	50,00%
	2	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Negócios de Varejo, Membro do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital e Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho		Comitê Executivo de Negócios		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Bernardo de Azevedo Silva Rothe	09/08/1967	Membro do Comitê (Efetivo)	15/10/2020	2019/2021
776.890.627-68	Bancário	Outros Comitês	20/10/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Negócios de Atacado, Membro do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital e Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho		Comitê Executivo de Negócios		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
João Pinto Rabelo Júnior	03/03/1969	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
364.347.521-72	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	0,00%
	2		Não aplicável.	
Vice-Presidente de Agronegócios e Governo		Comitê Executivo de Negócios		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Márvio Melo Freitas	09/11/1977	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
692.983.941-87	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	100,00%
	0		Não aplicável.	
Diretor de Estratégia e Organização e Membro do Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional.		Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Lucinéia Possar	08/02/1966	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
540.309.199-87	Bancária, Advogada e Professora Universitária	Outros Comitês	03/07/2019	0,00%
	2	Não aplicável.		
Diretora Jurídica		Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Gerson Eduardo de Oliveira	12/01/1969	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
435.431.620-04	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	98,00%
	2	Não aplicável.		
Diretor de Gestão de Riscos, Membro do Comitê Executivo de Divulgação e Membro do Comitê Executivo de Segurança		Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas		
Vide item 12.5/6 acima.				

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Eduardo Cesar Pasa	02/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
541.035.920-87	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	100,00%
	3	Não aplicável.		
Diretor de Contadoria e Membro do Comitê Executivo de Divulgação		Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Mauricio Nogueira	10/08/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/2019	2019/2021
991.894.537-00	Bancário	Outros Comitês	07/08/2019	95,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Finanças, Membro do Comitê Executivo de Divulgação e Membro do Comitê Executivo de Operações de Crédito		Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Rodrigo Felipe Afonso	26/05/1973	Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2019	2019/2021
173.173.698-37	Bancário	Outros Comitês	02/01/2020	0,00%
	0		Não aplicável.	
Diretor de Governança de Entidades Ligadas		Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Mauro Ribeiro Neto	13/03/1988	Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2019	2019/2021
096.002.066-78	Advogado	Outros Comitês	06/01/2020	0,00%
	0		Não aplicável.	
Vice-Presidente Corporativo, Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade e Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional		Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional		
Vide item 12.5/6 acima.				

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
José Avelar Matias Lopes	07/06/1968	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
300.213.833-91	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	100,00%
	2	Não aplicável.		
Diretor Gestão da Cultura e de Pessoas e Membro do Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Júlio Cesar Rodrigues da Silva	09/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/2020	2019/2021
424.473.131-87	Bancário	Outros Comitês	22/01/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor Comercial Varejo e Membro do Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Márvio Melo Freitas	09/11/1977	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
692.983.941-87	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	91,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Estratégia e Organização, Membro do Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas.		Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Camilo Buzzi	12/01/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
051.569.178-01	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	91,00%
	2	Não aplicável.		
Diretor Corporate Bank		Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
João Leocir Dal Rosso Frescura	03/08/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/2020	2019/2021
488.634.670-72	Bancário	Outros Comitês	17/12/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Operações		Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitê Executivo de Limite de Crédito

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Felipe Guimarães Geissler Prince	25/05/1978	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/2020	2019/2021
036.345.856-50	Bancário	Outros Comitês	22/01/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Crédito, Membro do Comitê Executivo de Divulgação, Membro do Comitê Executivo de Operações de Crédito e Membro do Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		Comitê Executivo de Limite de Crédito		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Marco Túlio de Oliveira Mendonça	30/06/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/2020	2019/2021
749.403.336-04	Bancário	Outros Comitês	22/01/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Soluções em Empréstimos e Financiamentos		Comitê Executivo de Limite de Crédito		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitê Executivo de Operações de Crédito

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Felipe Guimarães Geissler Prince	25/05/1978	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/2020	2019/2021
036.345.856-50	Bancário	Outros Comitês	22/01/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Crédito, Membro do Comitê Executivo de Divulgação, Membro do Comitê Executivo de Limite de Crédito e Membro do Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		Comitê Executivo de Operações de Crédito		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Mauricio Nogueira	10/08/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/2019	2019/2021
991.894.537-00	Bancário	Outros Comitês	07/08/2019	98,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Finanças, Membro do Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas e Membro do Comitê Executivo de Divulgação		Comitê Executivo de Operações de Crédito		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitê Executivo Administrativo Operacional

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Mauro Ribeiro Neto	13/03/1988	Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2019	2019/2021
096.002.066-78	Advogado	Outros Comitês	06/01/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente Corporativo, Membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade e Membro do Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional.		Comitê Executivo Administrativo-Operacional		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Carlos Renato Bonetti	10/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
092.198.248-84	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	0,00%
	2	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos, Membro do Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital e Membro do Comitê Executivo de Divulgação		Comitê Executivo Administrativo-Operacional		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Carlos José da Costa André	09/08/1963	Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/2020	2019/2021
834.157.697-04	Bancário	Outros Comitês	01/12/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores, Membro do Comitê Executivo de Divulgação, Membro do Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital, Membro do Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho e Membro do Comitê Executivo de Negócios	Comitê Executivo Administrativo-Operacional
Vide item 12.5/6 acima.	

Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Júlio Cesar Rodrigues da Silva	09/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/2020	2019/2021
424.473.131-87	Bancário	Outros Comitês	22/01/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor Comercial Varejo e Membro do Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional		Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Felipe Guimarães Geissler Prince	25/05/1978	Membro do Comitê (Efetivo)	21/01/2020	2019/2021
036.345.856-50	Bancário	Outros Comitês	22/01/2020	0,00%

	0	Não aplicável.
Diretor de Crédito, Membro do Comitê Executivo de Limite de Crédito, Membro do Comitê Executivo de Operações de Crédito e Membro do Comitê Executivo de Divulgação		Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais
Vide item 12.5/6 acima.		

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Ana Paula Teixeira de Sousa	02/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
536.875.581-34	Bancária	Outros Comitês	03/07/2019	97,00%
	2	Não aplicável.		
Diretora de Controles Internos e Membro do Comitê Executivo de Segurança		Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
José Avelar Matias Lopes	07/06/1968	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
300.213.833-91	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	91,00%

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

	2	Não aplicável.
Diretor Gestão da Cultura e de Pessoas e Membro do Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional		Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais
Vide item 12.5/6 acima.		

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Luiz Fernando Ferreira Martins	17/09/1968	Membro do Comitê (Efetivo)	06/05/2020	2019/2021
843.144.517-34	Bancário	Outros Comitês	06/05/2020	0,00%
	0	Não aplicável.		
Diretor de Segurança Institucional e Membro do Comitê Executivo de Segurança		Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais		
Vide item 12.5/6 acima.				

Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Carlos José da Costa André	09/08/1963	Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/2020	2019/2021

834.157.697-04	Bancário	Outros Comitês	01/12/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores, Membro do Comitê Executivo de Divulgação, Membro do Comitê Executivo de Gestão Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital, Membro do Comitê Executivo de Negócios e Membro do Comitê Executivo Administrativo-Operacional		Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Gustavo de Souza Fosse	14/05/1972	Membro do Comitê (Efetivo)	04/11/2020	2019/2021
978.160.007-15	Bancário	Outros Comitês	04/11/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia, Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação, Membro do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital e Membro do Comitê Executivo de Negócios		Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:		Tipo de Comitê de Auditoria	

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Carlos Motta dos Santos	03/09/1970	Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2019	2019/2021
933.876.287-49	Bancário	Outros Comitês	03/07/2019	95,00%
	2	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Negócios de Varejo, Membro do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital e Membro do Comitê Executivo de Negócios		Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho		
Vide item 12.5/6 acima.				

Nome	Data de nascimento	Cargo ocupado	Data da Eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Tipo de Comitê	Data de Posse	Percentual de participações nas reuniões
	Número de mandatos consecutivos:	Tipo de Comitê de Auditoria		
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outros comitês		
Experiência profissional/declarações sobre condenações/critérios de independência.				
Bernardo de Azevedo Silva Rothe	09/08/1967	Membro do Comitê (Efetivo)	15/10/2020	2019/2021
776.890.627-68	Bancário	Outros Comitês	20/10/2020	00,00%
	0	Não aplicável.		
Vice-Presidente de Negócios de Atacado, Membro do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital e Membro do Comitê Executivo de Negócios		Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho		
Vide item 12.5/6 acima.				

12.9. Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do Banco do Brasil

Não há.

b. (i) administradores do Banco do Brasil e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, Banco do Brasil

Não há.

c. (i) administradores do Banco do Brasil ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Banco do Brasil

Não há.

d. (i) administradores do Banco do Brasil e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco do Brasil

Não há.

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 03 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco do Brasil e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo Banco do Brasil, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

Conselho de Administração

Vice-Presidente - Waldery Rodrigues Júnior
CPF: 357.025.913-72

Pessoa Relacionada: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.
CNPJ: 27.833.136/0001-39
Cargo/Função: Membro Titular do Conselho Fiscal
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Indireta
Exercício Social: 2017, 2018 e 2019

Diretoria Executiva

Vice-Presidente de Negócios de Atacado - Bernardo de Azevedo Silva Rothe
CPF: 776.890.627-68

Pessoa Relacionada: BB Seguridade Participações S.A.
CNPJ: 17.344.597/0001-94
Cargo/Função: Diretor-Presidente; Membro do Conselho de Administração
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2019 e 2020

Pessoa Relacionada: BB Seguros Participações S.A.
CNPJ: 11.159.426/0001-09
Cargo/Função: Diretor-Presidente
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Indireta
Exercício Social: 2019 e 2020

Pessoa Relacionada: BB Seguros Participações S.A.
CNPJ: 11.159.426/0001-09
Cargo/Função: Membro do Conselho Fiscal
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Indireta
Exercício Social: 2017 e 2018

Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia – Gustavo de Souza Fosse
CPF: 978.160.007-15

Pessoa Relacionada: BB Tecnologia e Serviços
CNPJ: 42.318.949/0001-84
Cargo/Função: Membro do Conselho de Administração
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2017, 2018, 2019 e 2020

Pessoa Relacionada: Banco Patagonia S.A.
CNPJ: 08.884.213/0001-35
Cargo/Função: Director Suplente
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2020

Diretora de Controles Internos - Ana Paula Teixeira de Sousa
CPF: 536.875.581-34

Pessoa Relacionada: BESCVAL - Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 82.518.523/0001-99
Cargo/Função: Diretora-Presidente
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2017 e 2018

Diretor de Meios de Pagamentos e Serviços – Edson Rogério da Costa
CPF: 510.309.260-34

Pessoa Relacionada: Banco Patagonia S.A.
CNPJ: 08.884.213/0001-35
Cargo/Função: Director Suplente
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2017 e 2018

Diretor de Gestão de Riscos – Gerson Eduardo de Oliveira
CPF: 435.431.620-04

Pessoa Relacionada: BB Tecnologia e Serviços
CNPJ: 42.318.949/0001-84
Cargo/Função: Membro do Comitê de Auditoria
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2017 e 2018

Diretor de Controladoria - João Vagnes de Moura Silva
CPF: 584.043.411-68

Pessoa Relacionada: BB Tecnologia e Serviços
CNPJ: 42.318.949/0001-84
Cargo/Função: Presidente
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2019 e 2020

Diretor de Estratégia e Organização – Márvio Melo Freitas
CPF: 692.983.941-87

Pessoa Relacionada: BB Seguridade Participações S.A.
CNPJ: 17.344.597/0001-94
Cargo/Função: Membro do Comitê de Transações de Partes Relacionadas
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2017 e 2018

Pessoa Relacionada: BB Tecnologia e Serviços
CNPJ: 42.318.949/0001-84
Cargo/Função: Membro do Conselho de Administração
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2017 e 2018

Pessoa Relacionada: Banco Patagonia S.A.
CNPJ: 08.884.213/0001-35
Cargo/Função: Membro Titular do Directorio (Diretor Titular)
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2019 e 2020

Diretora de Marketing e Comunicação - Paula Sayão Carvalho Araújo
CPF: 539.989.951-53

Pessoa Relacionada: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.
CNPJ: 27.833.136/0001-39
Cargo/Função: Membro Suplente do Conselho de Administração
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Indireta
Exercício Social: 2020

Diretor de Governança de Entidades Ligadas – Rodrigo Felipe Afonso
CPF: 173.173.698-37

Pessoa Relacionada: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.
CNPJ: 27.833.136/0001-39
Cargo/Função: Membro Suplente do Conselho Fiscal
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Indireta
Exercício Social: 2018, 2019

Vice-Presidente Corporativo – Mauro Ribeiro Neto
CPF: 096.002.066-78

Pessoa Relacionada: BB Seguridade Participações S.A.
CNPJ: 17.344.597/0001-94
Cargo/Função: Membro do Conselho de Administração
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Supervisão
Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
Exercício Social: 2020

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Conselho Fiscal**Membro Suplente – Eduardo Salloum****CPF: 082.852.568-47**

Pessoa Relacionada: BB Administradora de Cartões
 CNPJ: 31.591.399/0001-56
 Cargo/Função: Membro Titular do Conselho Fiscal
 Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
 Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Direta
 Exercício Social: 2017.

Membro Suplente - Lena Oliveira de Carvalho**CPF: 634.710.191-20**

Pessoa Relacionada: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.
 CNPJ: 27.833.136/0001-39
 Cargo/Função: Membro Titular do Conselho Fiscal
 Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Controle
 Tipo de Pessoa Relacionada: Controlada Indireta
 Exercício Social: 2017/2018/2019/2020.

b. controlador direto ou indireto do Banco do Brasil**Conselho de Administração****Vice-Presidente - Waldery Rodrigues Júnior****CPF: 357.025.913-72**

Pessoa Relacionada: Ministério da Economia (extinto Ministério da Fazenda)
 CNPJ: 00.394.460/0001-41
 Cargo/Função: Secretário Especial da Fazenda; Assessor Especial do Ministro da Fazenda
 Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Subordinação
 Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto
 Exercício Social: 2017, 2018 e 2019

Pessoa Relacionada: Senado Federal
 CNPJ: 00.530.279/0001-15
 Cargo/Função: Consultor Legislativo - Política Econômica/Sistema Financeiro
 Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Subordinação
 Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto
 Exercício Social: 2017, 2018 e 2019

Diretoria Executiva**Vice-Presidente Corporativo – Mauro Ribeiro Neto****CPF: 096.002.066-78**

Pessoa Relacionada: Secretaria de Governança e Avaliação de Empresas Estatais – Ministério da Economia
 CNPJ: 00.394.460/0001-41
 Cargo/Função: Diretor de Governança e Avaliação
 Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Subordinação
 Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto
 Exercício Social: 2017, 2018 e 2019

Conselho Fiscal**Membro Titular - Lucas Pedreira do Couto Ferraz****CPF: 205.350.278-93**

Pessoa Relacionada: Ministério da Economia
 CNPJ: 00.394.460/0001-41
 Cargo/Função: Secretário de Comércio Exterior
 Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Subordinação
 Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto
 Exercício Social: 2019/2020

Membro Titular - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita**CPF: 285.292.988-02**

Pessoa Relacionada: Ministério da Economia
 CNPJ: 00.394.460/0001-41
 Cargo/Função: Assessor Especial do Ministro de Estado da Economia
 Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Subordinação
 Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto
 Exercício Social: 2019/2020

Membro Titular - Rafael Cavalcanti de Araújo

CPF: 025.969.274-38

Pessoa Relacionada: Secretaria do Tesouro Nacional/ Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria / Secretaria de Política Econômica (Ministério da Economia / Ministério da Fazenda)

CNPJ: 00.394.460/0001-41

Cargo/Função: Coordenador-Geral de Estudos Econômicos-Fiscais / Subsecretário de Governança Fiscal e Regulação de Loteria / Coordenador-Geral de Política Fiscal e Tributária / Chefe de Gabinete

Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Exercício Social: 2017/2018/2019

Membro Suplente – Iêda Aparecida de Moura Cagni

CPF: 820.132.251-72

Pessoa Relacionada: Ministério da Economia

CNPJ: 00.394.460/0001-41

Cargo/Função: Procuradora da Fazenda Nacional

Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Exercício Social: 2017, 2018 e 2019

Membro Suplente - Lena Oliveira de Carvalho

CPF: 634.710.191-20

Pessoa Relacionada: Ministério da Economia / Secretaria do Tesouro Nacional

CNPJ: 00.394.460/0001-41

Cargo/Função: Coordenadora de Planejamento Estratégico da Dívida Pública; Auditora Federal de Finanças e Controle

Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Exercício Social: 2017/2018/2019/2020.

c. fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Conselho de Administração

Conselheiro - Paulo Roberto Evangelista de Lima

CPF: 117.512.661-68

Pessoa Relacionada: SUSTENTAR - Indústria, Comércio e Logística de Madeiras Ltda.

CNPJ: 16.466.001/0001-66

Cargo/Função: Sócio Majoritário

Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Sócio Majoritário

Tipo de Pessoa Relacionada: Cliente

Exercício Social: 2017, 2018 e 2019

Diretoria Executiva

Diretor de Contadoria – Eduardo Cesar Pasa

CPF: 541.035.920-87

Pessoa Relacionada: Vale S.A.

CNPJ: 33.592.510/0001-54

Cargo/Função: Membro Titular do Conselho Fiscal

Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Cliente

Tipo de Pessoa Relacionada: Cliente

Exercício Social: 2017, 2018 e 2019

Pessoa Relacionada: Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

CNPJ: 05.914.650/0001-66

Cargo/Função: Membro Titular do Conselho Fiscal

Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Cliente

Tipo de Pessoa Relacionada: Cliente

Exercício Social: 2017

Pessoa Relacionada: Petrobrás S.A.

CNPJ: 33.000.167/0001-01

Cargo/Função: Membro Titular do Conselho Fiscal

Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada: Prestação de Serviço

Tipo de Pessoa Relacionada: Cliente

Exercício Social: 2017, 2018 e 2019

12.11. Acordos firmados pelos administradores

Descrição das disposições de quaisquer acordos, incluindo apólices de seguro, que preveem o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

O Banco do Brasil contrata, anualmente, apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para seus Administradores (*Directors & Officers - D&O*), de suas controladas e da Fundação Banco do Brasil, com o objetivo de garantir aos segurados, em âmbito mundial, o reembolso das indenizações que forem obrigados a pagar, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, quando responsabilizados por danos causados a terceiros, em consequência de ações ou omissões involuntárias, não dolosas, praticadas no exercício de suas funções.

Nos termos da Circular Susep nº 553, de 23/05/2017, o seguro de responsabilidade civil é contratado por pessoa jurídica em benefício de pessoas físicas que nela e/ou em suas subsidiárias, e/ou em suas coligadas, exerçam, e/ou passem a exercer, e/ou tenham exercido, cargos de administração e/ou de gestão, executivos, em decorrência de nomeação, eleição ou contrato de trabalho (segurados), ou pela própria pessoa física.

A Lei nº 13.303, de 30/06/2016, estabelece, em seu art. 17, §1º, que "o estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias poderá dispor sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores", o que, no caso do Banco do Brasil, é previsto no art. 54, § único, de seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia-Geral de Acionistas.

Entre as coberturas da apólice contratada pelo Banco do Brasil encontra-se o pagamento de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas ao segurado em procedimentos administrativos originados em um fato gerador e que sejam conduzidos por órgãos estatais ou autogeridos de regulação e fiscalização das atividades do tomador do seguro ou suas controladas. Referida cobertura não se estende a multas e penalidades impostas a um segurado relacionadas a quaisquer atos intencionais, atos de má-fé, atos intencionalmente criminais, atos fraudulentos ou atos dolosos de um modo geral, cometidos pelo segurado.

Todas as coberturas contratadas encontram-se alinhadas às normas vigentes e às boas práticas de governança corporativa em nível global. O Superior Tribunal de Justiça, ao analisar os limites e aplicação do D&O no Brasil, em julgamento de 14/02/2017 (Resp 1601555 SP 2015/0231541-7 - 3ª Turma - DJe de 20/02/2017), manifestou que "esse tipo de seguro constitui instrumento de preservação do patrimônio individual dos que atuam em cargos de direção (segurados), o que acaba por incentivar gestões corporativas inovadoras e mais flexíveis, as quais ficariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade sempre reinante de responsabilização civil ou abertura de processo sancionado pela CVM. Além disso, a natureza dúplice desse seguro também favorece a própria empresa tomadora do seguro e seus acionistas, pois o patrimônio social poderá ser ressarcido de eventuais prejuízos sofridos em razão de condutas faltosas de seus administradores."

A seguradora líder é a Chubb Seguros Brasil S/A, contratada por processo licitatório, em cosseguro com a seguradora Tokio Marine Seguradora S/A. A cobertura da apólice é de R\$ 434 milhões, para um prêmio anual de R\$ 7,1 milhões (já incluído o IOF).

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**Formação dos membros da Diretoria Executiva do Banco do Brasil S.A.****1. André Guilherme Brandão**

Graduação: Ciências da Computação

2. Bernardo de Azevedo Silva RotheGraduação: Tecnólogo em Processos Gerenciais
Especialização: Executive MBA - Trium Global Executive MBA**3. Carlos José da Costa André**Graduação: Engenharia de Produção
Especialização: Finanças**4. Carlos Motta dos Santos**Graduação: Administração
Especialização: Gestão Empresarial**5. Carlos Renato Bonetti**Graduação: Tecnologia em Processamento de Dados
Especialização: Executivo em Gestão Avançada de Negócios
Risco**6. Gustavo de Souza Fosse**Graduação: Administração de Sistemas de Informação
Especialização: Consultoria Financeira e Mercado de Capitais
Governança de Tecnologia da Informação**7. João Pinto Rabelo Júnior**Graduação: Administração de Empresas
Especialização: Marketing
Gestão Pública**8. Mauro Ribeiro Neto**Graduação: Direito
Especialização: Direito Empresarial
Mestrado: Direito Constitucional**9. Ana Paula Teixeira de Sousa**Graduação: Ciências Contábeis
Especialização: Ciências Contábeis
Negócios Internacionais
Mestrado: Economia**10. Antonio Carlos Wagner Chiarello**Graduação: Ciências Jurídicas e Sociais
Especialização: Executivo em Negócios Financeiros**11. Camilo Buzzi**Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: Executivo em Finanças**12. Carla Nesi**Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: Marketing**13. Edson Rogério da Costa**Graduação: Ciências Contábeis
Especialização: Finanças Avançadas
Liderança Estratégica**14. Eduardo Cesar Pasa**Graduação: Ciências Contábeis
Especialização: Ciências Contábeis
Contabilidade Societária
Mestrado: Controladoria e Contabilidade

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

15. Ênio Mathias Ferreira

Graduação: Administração de Empresas
Direito
Especialização: Pós-Graduação Latu Sensu em Gestão Pública
Pós-Graduação Latu Sensu em Marketing
Executivo em Negócios Financeiros

16. Felipe Guimarães Geissler Prince

Graduação: Direito
Especialização: Executivo em Negócios Financeiros
Gestão de Crédito

17. Francisco Augusto Lassalvia

Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: MBA Executivo em Finanças

18. Gerson Eduardo de Oliveira

Graduação: Ciências Econômicas
Mestrado : Economia do Setor Público

19. João Leocir Dal Rosso Frescura

Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: Formação Geral e Desenvolvimento de Executivos em Administração

20. José Avelar Matias Lopes

Graduação: Ciências Contábeis
Especialização: Gestão Pública
Marketing e Comunicação

21. João Vagnes de Moura Silva

Graduação: Engenharia Elétrica
Especialização: MBA Finanças Avançadas
Economia

22. José Ricardo Fagonde Forni

Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: Finanças

23. Julio Cesar Rodrigues da Silva

Graduação: Administração
Especialização: Formação Geral para Altos Executivos
Mestrado: Gestão e Desenvolvimento Regional

24. Lucinéia Possar

Graduação: Direito
Especialização: Direito Econômico e das Empresas
Aperfeiçoamento em Gestão de Serviços Jurídicos
Mestrado: Direito

25. Luiz Fernando Ferreira Martins

Graduação: Administração
Especialização: MBA Executivo Gestão Avançada de Negócios

26. Marco Túlio de Oliveira Mendonça

Graduação: Administração
Especialização: Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos
Risco

27. Marvio Melo Freitas

Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: Controller

28. Mauricio Nogueira

Graduação: Matemática
Especialização: Mercado de Capitais
Mestrado: Matemática - Métodos Matemáticos em Finanças

29. Paula Sayão Carvalho Araujo

Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: Marketing e Comunicação

30. Rodrigo Felipe Afonso

Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: Finanças Corporativas

31. Ronaldo Simon Ferreira

Graduação: Administração de Empresas
Especialização: Estratégia de Negócios Digitais e Inovação Bancária
Risco

32. Thiago Affonso Borsari

Graduação: Sistemas de Informação
Especialização: Administração de Negócios
Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação

33. Santuza Bretas de Almeida

Graduação: Bacharel em Ciência da Computação
Especialização: Gestão Empresarial
Administração Estratégia de Sistemas da Informação

34. Thompson Soares Pereira César

Graduação: Ciências Econômicas
Especialização: Gestão Empresarial

Divulgação dos Cargos Ocupados pelos Membros do Conselho da Administração em Outras Companhias

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, em seu artigo 20, é vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias.

1. André Guimarães Brandão

Presidente do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil - FBB - Conselheiro Nato
Membro do Conselho de Administração da UBS BB

2. Luiz Serafim Spinola Santos

Membro do Conselho de Administração da João Fortes Engenharia S.A.
Membro do Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A.
Vice-Presidente da Abrasca

3. Hélio Lima Magalhães

Membro do Conselho de Administração da Companhia Melhoramentos de São Paulo

4. José Guimarães Monforte

Membro do Conselho de Administração da JBS S.A.
Membro do Conselho de Administração da Cyrela S.A.
Presidente do Conselho Consultivo da Premix S.A.
Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Elos

5. Paulo Roberto Evangelista de Lima

Membro do Conselho Consultivo do Grupo Avidus School
Membro Suplente do Conselho de Administração da Tupy S.A.

Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias ocorridas nos últimos três anos

ASSEMBLEIA	ANO	DATA	2ª CONVOCAÇÃO	QUORUM DE INSTALAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
AGE	2020	09/12/2020	NÃO	2.042.323.712	71,27%
AGO/AGOE	2020	30/07/2020	NÃO	2.054.499.899	72,03%
AGE/AGOE	2020	30/07/2020	NÃO	2.084.507.445	73,08%
AGE	2019	27/11/2019	NÃO	2.094.281.552	73,1%
AGE/AGOE	2019	26/04/2019	NÃO	2.154.159.947	75,2%
AGO/AGOE	2019	26/04/2019	NÃO	2.143.224.089	74,8%
AGOE	2018	25/04/2018	NÃO	2.306.881.088	80,5%

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

AGE	2017	05/07/2017	NÃO	2.247.495.417	78,4%
AGOE	2017	27/04/2017	NÃO	2.180.924.866	76,1%

Descrição do relacionamento mantido entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Auditoria Estatutário, indicando o número de reuniões conjuntas agendadas e realizadas no exercício social anterior e o número de reuniões conjuntas previstas para o exercício em curso.

Informamos que além das reuniões previstas nos Estatutos e Regimentos desses colegiados, podem ser agendadas reuniões extraordinárias, desde que se façam necessárias.

Reuniões previstas no exercício 2018

Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	12
Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal	1
Diretoria Executiva	Não teve previsão

Reuniões realizadas no exercício 2018

Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	24 (12 Ordinárias e 12 Extraordinárias)
Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal	1
Diretoria Executiva	Não houve reunião com participação de outros comitês

Reuniões previstas para o exercício 2019

Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	24
Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal	1
Diretoria Executiva	Não há previsão

Reuniões realizadas no exercício 2019

Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	13 (6 Ordinárias e 7 Extraordinárias)
Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal	1
Diretoria Executiva	Não houve reunião com participação de outros comitês

Reuniões previstas para o exercício 2020

Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	4
Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal	1
Diretoria Executiva	Não há previsão

Descrição, com base no que dispõem seus regimentos internos, as atribuições dos órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração não estatutários. Indicar, também a relação hierárquica entre os referidos órgãos.

Inexistência de órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração não estatutários.

Descreva os programas de treinamento de membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal, indicando, ainda, os temas abordados, a periodicidade dos cursos ministrados no exercício social anterior e o índice de participação, bem como aqueles previstos para o exercício social em curso.

Desde 2017, a capacitação da alta administração do Banco do Brasil está sustentada em três pilares: a) palestras anuais proferidas por profissionais de notório conhecimento sobre o assunto tratado; b) realização de treinamentos internos por meio do Portal UniBB; e c) disponibilização de um book de cursos em turma aberta, que contempla conteúdos estrategicamente relevantes para o Banco, além dos legalmente impostos.

Palestras Anuais

As palestras realizadas para a Diretoria Executiva em 2017 focaram nos impactos da transformação digital sobre o Sistema Financeiro.

Já em 2018, em fevereiro, foi realizada a palestra Lei Anticorrupção Brasileira, ministrada por representante da Controladoria Geral da União – CGU, e, em julho, o encontro Lidera - Empatia para Transformar, no qual foi ministrada uma Aula Magna sobre Ética com o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal – STF Ayres Brito.

Em 2019, em decorrência do processo de revisão da estratégia corporativa, as palestras tiveram como foco uma leitura de cenário e a discussão de tendências no mercado financeiro, na economia e na sociedade de forma geral. Para isso, foram realizados dois encontros, com quatro horas de duração cada. Entre os palestrantes encontram-se analistas de mercado, executivos e professores de instituições renomadas.

Cursos Portal UniBB

Todos os dirigentes e conselheiros fiscais do Banco do Brasil possuem acesso ao Portal UniBB, ao aplicativo UniBB Mobile e a seus respectivos portfólios de cursos, para realização de treinamentos a distância, de livre escolha, sem a necessidade de autorização prévia.

Desde 2017, está disponível no Portal UniBB o curso Alta Administração em Foco. O treinamento foi desenvolvido com o objetivo de ampliar as possibilidades de capacitação a disposição dos administradores e conselheiros fiscais do Banco do Brasil, e está em linha com as exigências da Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais) e do Programa Destaque em Governança de Estatais, da B3.

A próxima tabela lista os blocos do curso Alta Administração em Foco, na qual é possível observar que os blocos 16 e 17 tratam especificamente de sigilo e divulgação de informações.

1. Introdução
2. Código de ética e normas de conduta – o que é ética
3. Código de ética e normas de conduta – a ética de um grupo
4. Código de ética e normas de conduta – a ética do BB
5. Código de ética e normas de conduta – a conduta individual
6. Lei Anticorrupção – um breve caso
7. Lei Anticorrupção – algumas questões básicas
8. Controles internos – um breve caso
9. Controles internos – a importância dos controles internos
10. Controles internos – principais conceitos
11. Controles internos – sustentabilidade do negócio
12. Mercado de capitais – a confiança dos investidores
13. Mercado de capitais – a importância das medidas proativas
14 – Legislação societária – por que cumprir as regras?
15 – Legislação societária – Leis 13/303 e 6.404

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

16 – Sigilo e divulgação da informação – um breve caso
17 – Sigilo e divulgação da informação – a responsabilidade de cada um

No período entre 2017, ano de lançamento do curso, e 2019, o percentual de dirigentes com o treinamento concluído saltou de 70% (em 2017) para 98% (em 2018 e 2019). Cabe destacar que, mesmo frente ao cenário de renovação dos membros da Diretoria Executiva e Conselhos Fiscal e de Administração em 2019, 21 dos 22 dirigentes haviam concluído o curso até o fim deste período.

Também em conformidade com um dos pilares da capacitação da alta administração (b - realização de treinamentos internos por meio do Portal UniBB), houve uma atualização, em 2019, da Trilha Alta Administração, que está disponível no Portal. Os cursos que a compõem atendem às exigências da Lei nº 13.303/16, e do Programa Destaque em Governança de Estatais, da B3. A Tabela a seguir apresenta o percentual de conclusões, para cada um dos cursos da Trilha Alta Administração (exceto o curso Alta Administração em Foco), por diretores e conselheiros.

Curso	% ¹
Conhecendo o Código de Ética e as Normas de Conduta	44%
Sinapse Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo	29%
Prevenção e Combate à Corrupção	16%
O Banco do Brasil Cuida de Valores	25%
Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA	19%
Sinapse Programa de Gestão da Ética no BB	25%

1 - 100% = 48 conselheiros e administradores.

Os cursos mais realizados, além do Alta Administração em Foco, foram: Conhecendo o Código de Ética e Normas de Conduta; Sinapse Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, O BB Cuida de Valores; Sinapse Programa de Gestão da Ética no BB; e Autorregulação do Banco do Brasil. Destaca-se que entre os conteúdos do curso Conhecendo o Código de Ética e Normas de Conduta estão Segurança e Tratamento da Informação e Responsabilidades da Alta Administração.

No ano de 2019, 56% dos dirigentes realizaram ao menos um novo curso dentre os citados na tabela.

Catálogo de Cursos em Turma Aberta

Além dessas ações, foi disponibilizado para a Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal e Comitês de assessoramento ao CA um *book* contendo cerca de 30 cursos ofertados por renomadas escolas de negócios nacionais e internacionais, em temas estratégicos para o BB e/ou requeridos pela legislação, como *compliance* e governança corporativa, gerenciamento de riscos, *banking*, inovação e liderança. Para viabilizar a participação nos cursos, há verba específica alocada no orçamento de Treinamento, Desenvolvimento & Educação (TD&E) do Banco do Brasil.

Além de cursos nacionais sobre temas como governança corporativa, formação de conselheiros de administração e inovação, os dirigentes também participaram de capacitações no exterior em áreas como risco, governança e *compliance*, gestão de ativos e liderança.

É importante destacar que, no período de 2017 a 2019, todos os dirigentes e conselheiros do Banco do Brasil participaram de soluções educacionais oferecidas pelo Banco. Em 2019 não foi diferente, os 48 dirigentes participaram de ao menos uma ação de capacitação educacional disponibilizada pelo Banco.

Por fim, cabe destacar que, desde 2018, essas ações ofertadas aos administradores têm sido formalizadas pela Diretoria Gestão de Pessoas, por meio de um Plano Anual Capacitação para Alta Liderança, aprovado pelo Conselho de Administração. O objetivo desse plano é formalizar perante os órgãos de governança do Banco a oferta de soluções educacionais disponíveis para os dirigentes estatutários e conselheiros fiscais, e reiterar o compromisso do Banco do Brasil com a atuação da sua alta administração em alinhamento aos requisitos legais (Lei nº 13.303/16), à Estratégia Corporativa Banco do Brasil e às melhores práticas de gestão.

Perspectivas para 2020

Para o ano de 2020, mais uma vez, está previsto um plano de capacitação para a alta administração, que contemplará a atualização da trilha Alta Administração, considerando temas como *compliance* e controle e prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a realização de uma palestra anual sobre temas previstos na Lei 13.303/2016 e/ou demais temas relacionados às atividades do Banco do Brasil, e a disponibilização do book de cursos presenciais em turma aberta.

Baseado nos modelos de anos anteriores, o book de 2020 contará com cursos em instituições nacionais e internacionais, que abordam temas previstos na Lei 13.303/2016, como governança corporativa, governança de órgãos colegiados e gestão de riscos, e temas estratégicos para o Banco do Brasil, como Big Data e Analytics, liderança e inovação.

Informação sobre como se tem dado a Governança da companhia com relação aos fatos que tem impactos contra terceiros nas reuniões do Conselho de Administração. Por exemplo, com que antecedência é enviada a pauta da referida reunião para a análise do conselheiro, de forma que ele possa analisar as matérias antes de sua votação.

As pautas das reuniões ordinárias do Conselho de Administração são enviadas com 7(sete) dias de antecedência, nos termos do artigo 21 do Regimento Interno do Colegiado.

Informamos ainda que as informações que possam ter impacto a terceiros tem sido comunicadas à CVM dentro dos prazos estabelecidos, conforme suas instruções.

Esclarecimentos adicionais sobre o item 12.6

O Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu artigo 15 - inciso I, prevê que, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho de Administração perderá o cargo ao deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas, durante o prazo de gestão (mandato de 2 anos).

Percentualmente, a participação mínima exigida dos Conselheiros de Administração nas reuniões ordinárias durante os respectivos mandatos é de 83,3%, sendo permitidos, portanto, 16,7% de ausências no mesmo período.

O Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu artigo 18 - parágrafo 6º dispõe que o Conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, bem como nas demais hipóteses em que ficar configurado o conflito de interesse.

O Regimento Interno do Conselho de Administração do Banco do Brasil, em seu artigo 16, dispõe que o Conselho realizará reunião específica, ao menos uma vez por ano, sem a presença do Conselheiro de Administração que exercer o cargo de Presidente do Banco do Brasil, para aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (RAINT)

Esclarecimentos adicionais sobre o item 12.7

Informamos que a última eleição dos membros do Comitê de Auditoria do BB, ocorrida na reunião do Conselho de Administração de 18.09.2017, seguiu as regras constantes do atual Estatuto Social do BB, alterado para atender a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e seu decreto regulamentador. A contagem de mandatos informada no Formulário de Referência levou em conta regras constantes em Estatutos anteriores, amparadas na legislação vigente à época, especialmente na Resolução CMN 3.198/2004, que disciplina o funcionamento de Comitê de Auditoria para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Portanto, a contagem de mandatos informada no Formulário de Referência não se aplica às regras do atual Estatuto Social do BB.

Outras informações sobre o item 12.5/6

Em razão de limitação do Sistema Empresas.NET as informações relativas aos administradores que não puderam ser inseridas nos quadros onde deveriam ser respectivamente indicadas, estão dispostas nos quadros abaixo:

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Carlos Renato Bonetti	10/09/1970	Pertence apenas à Diretoria.	01/07/2019	2019/2021	2
092.198.248-84	Bancário	19 – Outros Diretores	03/07/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos; Diretor de Gestão de Riscos; Gerente Geral na Unidade Risco Operacional</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: QUOD; Gestora de Crédito.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A.</p> <p>- cargos: Presidente do Comitê Deliberativo</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Rec. de Créditos; Cobrança.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco Votorantim; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Membro do Comitê de Riscos e Capital; Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Securities LLC; Corretora de títulos e valores mobiliários no exterior.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Securities Limited; Corretora de títulos e valores mobiliários no exterior.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p>					

- nome e setor de atividade da empresa: BB Securities Asia Pte. Ltd.; Corretora de títulos e valores mobiliários no exterior.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 - nome e setor de atividade da empresa: Banco CBSS; Instituição financeira.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 - nome e setor de atividade da empresa: FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos; Entidade representativa do setor bancário brasileiro.
 - cargos: Comissão de Gestão de Riscos
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS (Alelo); Bandeira especializada em benefícios para os segmentos de alimentação, cultura, transporte e saúde.
 - cargos: Membro do Conselho de Administração
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 - nome e setor de atividade da empresa: BB Administradora de Consórcios S.A.; Administração de grupos de consórcios.
 - cargos: Membro do Conselho Fiscal
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 - nome e setor de atividade da empresa: CASSI - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil; Prestação de assistência social na modalidade autogestão – planos de saúde.
 - cargos: Membro do Conselho Fiscal
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
 n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.
 iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
 - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
 - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
------	--------------------	---------------------	-----------------	------------------	---------------------------------

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Bernardo de Azevedo Silva Rothe	09/08/1967	Pertence apenas à Diretoria.	15/10/2020	2019/2021	0
776.890.627-68	Bancário	19 – Outros Diretores	20/10/2020	Sim.	0,00%
Não há.		Vice-Presidente de Negócios de Atacado (Vipat).			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Vice-Presidente de Negócios de Atacado; Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relação com Investidores; Gerente Geral de Relação com Investidores.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Seguridade Participações S.A.; holding de participações</p> <p>- cargos: Diretor Presidente; Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Seguros Participações S.A.; holding de participações</p> <p>- cargos: Diretor Presidente.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Brasilprev Seguros e Previdência S.A.; seguros e previdência.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Mapfre SH1 Participações S.A.. holding de participações.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Brasilcap S.A.; capitalização.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Cielo S.A.; adquirência.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB DTVM Gestão de Recursos S.A.; administração de recursos de terceiros.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p>					

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Seguros Participações S.A.; holding de participações.
- cargos: Membro do Conselho Fiscal.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Kepler Weber S.A.; industrial.
- cargos: Membro do Conselho Fiscal.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: BB-Banco de Investimento S.A.; financeiro.
- cargos: Diretor Vice-Presidente.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil; financeiro.
- cargos: Diretor Vice-Presidente.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Administradora de Cartões S.A.; financeiro.
- cargos: Diretor Vice-Presidente.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Elo Cartões Participações S.A.; holding de participações.
- cargos: Diretor Vice-Presidente.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
- n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 - i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.
 - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação de nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Gustavo de Souza Fosse	14/05/1972	Pertence apenas à Diretoria	04/11/2020	2019/2021	0
978.160.007-15	Bancário	19 - Outros Diretores	04/11/2020	Sim	0,00%
Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação.		Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia (Vinet)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia; Membro do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação; Diretor de Tecnologia; e Gerente Geral de Unidade Estratégica.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Tecnologia e Serviços (BBTS); Tecnologia da Informação e Comunicação.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco Patagônia S.A.; Banco.</p> <p>- cargos: Director Suplente</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: CASSI - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil; Operadora de autogestão em saúde.</p> <p>- cargos: Membro do Conselho Deliberativo.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos; Entidade representativa do setor bancário brasileiro.</p> <p>- cargos: Diretor Setorial de Tecnologia e Automação Bancária.</p>					

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: Brasilprev Seguros e Previdência S.A.; Previdência Privada.

- cargos: Membro do Comitê de Tecnologia.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Brasilseg Seguros.

- cargos: Membro do Comitê de Tecnologia

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

- descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
João Pinto Rabelo Júnior	03/03/1969	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
364.347.521-72	Bancário	19 – Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Vice-Presidente de Agronegócios e Governo (Vipag)			
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.					
- cargos: Vice-Presidente de Agronegócios e Governo; Vice-Presidente de Governo; Membro do Comitê de Remuneração e Elegibilidade; Vice-Presidente de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Operações; Vice-Presidente de Serviços, Infraestrutura e Operações; Diretor de Governo.					

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica.
- cargos: Secretário Adjunto para Agricultura, Meio Ambiente e Microcrédito.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Cor Participações S.A.; Empresa de participações (holding) do ramo segurador.
- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Banco da Amazônia S.A.
- cargos: Presidente do Conselho de Administração
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
- cargos: Membro Titular do Conselho de Administração
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: CPFL Energia S.A.
- cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Elo Cartões Participações S.A.
- cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Elo Participações Ltda.
- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Fundação Banco do Brasil.
- cargos: Membro Titular do Conselho Curador
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Previdência
- cargos: Presidente do Conselho Deliberativo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: Banco Votorantim S.A.
- cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: PREVI

- cargos: Membro Suplente do Conselho Deliberativo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
 - nome e setor de atividade da empresa: BBTVM - BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 - cargos: Membro Titular do Conselho de Administração
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
 - nome e setor de atividade da empresa: Fras-le S.A.
 - cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não
 ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
 n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.
 iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
 - se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
 - se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Edson Rogério da Costa	29/12/1970	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
510.309.260-34	Bancário	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Meios de Pagamentos e Serviços (Dimep)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial. - cargos: Diretor de Meios de Pagamentos e Serviços; Diretor de Meios de Pagamento; Diretor Comercial Varejo; Diretor de Distribuição Sudeste; Diretor de Distribuição São Paulo; Diretor de Crédito; Diretor de Corporate Bank; Diretor Comercial; Gerente Geral de Unidade Estratégica. - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p>					

- nome e setor de atividade da empresa: Grupo Segurador BB Mapfre - SH1 e SH2 Participações S.A.; Prover soluções em seguros.
- cargos: Membro do Comitê de Auditoria.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BBTUR Viagens e Turismo Ltda.; Prover soluções em turismo.
- cargos: Membro do Conselho Consultivo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: Cielo S.A.; Realização de transações com cartões de crédito e débito.
- cargos: Membro do Conselho de Governança Corporativa.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Elo Participações S.A.; Realização de transações com cartões de crédito e débito.
- cargos: Membro do Conselho de Administração
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil Aktiengesellschaft, Viena (Áustria); Banco Comercial.
- cargos: Membro do Conselho de Supervisão e Comitês
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Banco Patatonia S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.
- cargos: Director Suplente (Conselheiro Suplente) do Directorio.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Parati S.A.; Participações em Ativos de Energia Elétrica; Holding de Instituições não financeiras.
- cargos: Membro do Conselho de Administração.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: Luce Empreendimentos e Participações S.A. – LEPSA; Holding de instituições não financeiras.
- cargos: Membro do Conselho de Administração
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: Light S.A.; distribuição de energia elétrica.
- cargos: Membro Suplente do Conselho de Administração
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: Light SESA – distribuição de energia elétrica.
- cargos: Membro Suplente do Conselho de Administração
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: Light Energia S.A. – distribuição de energia elétrica.
- cargos: Membro Suplente do Conselho de Administração

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Banco de Investimento S.A.; atuação na área de mercado de capitais incluindo participação societária em empresas privadas.

- cargos: Membro do Conselho Fiscal.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Securities Limited; corretora de títulos e valores mobiliários no exterior.

- cargos: Membro do Conselho de Administração.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil Securities LLC; corretora de títulos e valores mobiliários no exterior.

- cargos: Membro do Conselho de Administração.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: BB Securities Asia Pte. Ltd.; corretora de títulos e valores mobiliários no exterior.

- cargos: Membro do Conselho de Administração.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Eduardo Cesar Pasa	02/09/1970	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	3

Seção 12 - Assembleia Geral e Administração

541.035.920-87	Bancário	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim	0,00%
Não há.		Diretor de Contadoria (Coger)			
<p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.</p> <p>- cargos: Diretor de Contadoria e Gerente Geral da Unidade Contadoria (Contador Geral).</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Seguridade Participações S.A.; Seguros, Capitalização e Previdência.</p> <p>- cargos: Contador.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: BB Tecnologia e Serviços (BBTS); informática.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Banco Votorantim S.A.; Banco múltiplo.</p> <p>- cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.; Gestão de Contas de Pagamento.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Vale S.A.; Mineração.</p> <p>- cargos: Membro do Comitê de Controladoria; Membro Titular do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Energia Elétrica.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Previdência complementar.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Deliberativo.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil; Operadora de autogestão em saúde.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p> <p>- nome e setor de atividade da empresa: Petrobrás S.A.; Petrolífera.</p> <p>- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal.</p> <p>- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.</p>					

- nome e setor de atividade da empresa: Brasilprev Seguros e Previdência S.A.; Previdência.

- cargos: Membro Suplente do Conselho Fiscal.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.

- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.

- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
José Ricardo Fagonde Forni	27/02/1971	Pertence apenas à Diretoria	01/07/2019	2019/2021	2
455.261.501-78	Bancário e Economista	19 - Outros Diretores	03/07/2019	Sim.	0,00%
Não há.		Diretor de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio (Disec).			

- nome e setor de atividade da empresa: Banco do Brasil S.A.; Banco múltiplo, com carteira comercial.

- cargos: Diretor de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio; Diretor de Controles Internos; Gerente Adjunto no Exterior – BB Londres (Inglaterra); Gerente Executivo na Diretoria de Gestão de Riscos.

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: Elopap Participações Ltda.

- cargos: Membro do Conselho Fiscal

- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.

- nome e setor de atividade da empresa: CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil; Prestação de assistência social na modalidade autogestão – planos de saúde.

- cargos: Membro Titular do Conselho Fiscal.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- nome e setor de atividade da empresa: Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros.
- cargos: Presidente do Conselho Fiscal.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BBTur Viagens e Turismo Ltda.
- cargos: Presidente do Conselho Deliberativo.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: Brasilcap Capitalização S.A.; Empresa de Capitalização, regulada pela Susep.
- cargos: Diretor Administrativo, Financeiro, Riscos e Compliance.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Gestão de Recursos DTVM S.A.; Empresa de Gestão e Administração de Recursos (Fundos de Investimentos e Carteiras Administrativas), regulada pela CVM.
- cargos: Gerente Executivo de Produtos; Gerente Executivo de Administração de Fundos.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: BB Asset Management Ireland Limited.
- cargos: Membro do Conselho de Administração.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Sim.
- nome e setor de atividade da empresa: The BB Fund SPC – Grand Cayman (Cayman Islands)
- cargos: Membro do Conselho de Administração.
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Não.
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.
- n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 - i. qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo: sem ocorrência.
 - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional: sem ocorrências.
 - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: sem ocorrência.
- se é pessoa politicamente exposta (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo o motivo para tal caracterização: Sim, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, art. 27, §1º, II, c.
- se é candidato a cargo eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo: Não.

Outras informações sobre o item 12.7/8

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada. Com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil, a administração utiliza comitês de nível estratégico, acionados no âmbito da Diretoria Executiva, sendo estes: (i) Comitê Executivo de Segurança; (ii) Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital; (iii) Comitê Executivo de Divulgação; (iv) Comitê Executivo de Negócios; (v) Comitê Executivo de Governança das Entidades Ligadas; (vi) Comitê Executivo Pessoas e Cultura Organizacional; (vii) Comitê Executivo de Limite de Crédito (viii) Comitê Executivo de Operações de Crédito; (ix) Comitê Executivo Administrativo-Operacional; (x) Comitê Executivo de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais; e (xi) Comitê Executivo de Rentabilidade e Desempenho, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão. Nas tabelas apresentadas no item 12.7/8 apresentamos a composição.

Em 2018, com o objetivo de tornar o processo decisório mais ágil e eficiente, o Banco do Brasil adotou novo sistema que permite a decisão colegiada de forma digital. Por essa razão, a participação dos administradores estatutários em comitês deixou de ser apurada por participação em reunião (metodologia adotada em 2017) e passou a ser por assuntos/processos deliberados separadamente, com exceção do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital, do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade e do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação.

Práticas de Governança Corporativa

O Banco do Brasil, em decorrência da sua listagem no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, adota práticas de governança corporativa diferenciadas, como, dentre as quais destacamos:

- (i) Manutenção de uma estrutura de capital social composta exclusivamente de ações ordinárias;
- (ii) Previsão de conselheiros independentes na composição do Conselho de Administração;
- (iii) Elaboração e divulgação de código de conduta aprovado pelo Conselho de Administração e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- (iv) Elaboração e divulgação de Políticas de Transações com Partes Relacionadas (Política de TPR);
- (v) Instauração de Comitê de Auditoria, estatutário como órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, com autonomia operacional.
- (vi) Instituição da resolução de conflitos entre acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, por meio da arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado¹;
- (vii) Declaração, no Estatuto Social, das obrigações do acionista controlador (União) para os casos de: alienação do controle acionário, fechamento de capital, saída do Novo Mercado, reorganização societária e manutenção de, no mínimo, 25% de ações em circulação².

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

O Banco está comprometido com as melhores práticas de governança corporativa, tendo inclusive adotado algumas das práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal.

Em 2016, como fruto do resultado de um Grupo de Trabalho Interagentes (GT Interagentes), coordenado pelo IBGC, foi produzido o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas (Código).

¹ Considerado o exposto no artigo 54 do Estatuto Social.

² Artigos 56 a 60 do Estatuto Social.

Em referência ao Código, e em conformidade com a Instrução CVM 586/2017, o BB elaborou e divulgou, em seu Site de Relações com Investidores, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa (Informe).

Em sua estruturação foi usado o modelo Aplique ou Explique, reconhecido internacionalmente como o que melhor se adequa a códigos de governança, pois reconhece que a prática da governança não deve se traduzir em um modelo rígido, aplicável igualmente a todas as companhias. Principlológico e flexível, o Informe proporciona às empresas a liberdade para explicar a eventual não adoção de determinada prática. O Informe segue os princípios básicos de governança corporativa – Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.

O Informe está disponível em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/codigo-de-governanca-corporativa> > Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Além da Política de TPR acima citada, o Conselho de Administração do BB também aprovou, em 2017, a criação das Diretrizes de Indicação e Sucessão de Administradores, documento que reúne a Política de Indicação e Sucessão, as práticas e procedimentos que devem ser institucionalmente observados quando do processo de indicação e sucessão de administradores, o Mapa da Indicação e Eleição da Alta Administração e, por fim, o fluxo que deve ser seguido para a indicação e eleição de membros da Alta Administração do BB.

As Diretrizes de Indicação e Sucessão estão disponíveis em: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/estatuto-politicas-e-codigos> > Política de Indicação e Sucessão

Em 2019 o Conselho de Administração aprovou a ampliação do escopo de atuação do Comitê de Remuneração e Elegibilidade, que passou a se chamar Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade. Além de suas atribuições originais, este comitê também assessorará o Conselho de Administração no estabelecimento das políticas de gestão de pessoas do BB.

Além disso, também foi aprovada a criação do Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação, comitê estatutário que assessorará o Conselho de Administração nos temas relacionados a tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, projetos ou iniciativas de inovação para fazer frente a essas tendências e seus efeitos sobre o Banco do Brasil, bem como no acompanhamento da execução da Estratégia Corporativa.

Destacamos que nos últimos anos vimos, continuamente, envidando os maiores esforços para aprimorar nossa governança corporativa, como forma de gerar valor para nossos acionistas e a sociedade, demonstrando, assim, compromisso do BB com resultados crescentes e sustentáveis.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política ou prática de remuneração dos administradores

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Conforme previsto no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 16, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração são fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, observadas as prescrições legais. Os valores são definidos com base em pesquisa de mercado, equilíbrio interno, responsabilidade, desempenho do Banco e individual, entre outros fatores. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios. A remuneração dos membros da Diretoria é maior do que a dos membros do Conselho de Administração, conforme evidenciado no item “b” “iii” abaixo.

As características de remuneração de cada órgão do Banco do Brasil são descritas a seguir.

Conselho de Administração

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração de Administradores tem como objetivos atrair, incentivar, recompensar e reter os Administradores à condução dos negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados nas estratégias de curto, médio e longo prazo, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas. Os Administradores são os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, sendo esta última composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-Presidentes) e Diretores do Banco do Brasil. A referida política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15/10/2018 e pode ser acessada pelo endereço eletrônico: <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/estatuto-politicas-e-codigos/>

b) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários: Os membros do Conselho de Administração fazem jus ao recebimento de honorários, assim entendidos como a remuneração mensal fixa praticada. Para os membros do Conselho de Administração do Banco não há pagamento de remuneração variável ou benefícios.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2017

Honorários: 100%

2018

Honorários: 100%

2019

Honorários: 100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor praticado corresponde a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva e aprovado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Definida no Montante Global de Remuneração (MGR) e aprovado pela Assembleia Geral de acordo com Art. 152 da Lei nº 6.404/76 e Art. 1 da Lei nº 9.292/96.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.

O Presidente do Banco do Brasil não é remunerado pela sua atuação no Conselho de Administração, por tratar-se de atribuição inerente ao cargo. Conforme descrito no Estatuto Social, a União, representada pelo Ministério da Economia, indica entre os seus representantes o Presidente do Banco.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo	Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.
f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos	Não se aplica, remuneração fixa suportada pelo Banco.
g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor	Não se aplica, remuneração e benefícios sem vinculação com eventos societários.
h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor	Conforme previsto no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 16, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração, inclusive do Conselho de Administração, é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária - AGO, observadas as prescrições legais. A remuneração dos membros do Conselho de Administração é definida com base no Art. 152 da Lei nº 6.404/76 e Art. 1 da Lei nº 9.292/96. A Política Específica de Remuneração de Administradores é avaliada, no mínimo, anualmente ou, extraordinariamente, a qualquer tempo pelo Conselho de Administração do Banco. Além disso, conforme previsto no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 16, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração, inclusive do Conselho de Administração, é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária - AGO, observadas as prescrições legais.

Conselho Fiscal

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Para o período de abril de 2020 a março de 2021 os honorários mensais dos titulares do Conselho Fiscal foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 30/07/2020 e fixados em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo o objetivo remunerá-los pelos serviços prestados. A ata da referida assembleia é publicada no site oficial do Banco do Brasil e pode ser acessada pelo endereço eletrônico: https://ri.bb.com.br/publicacoes-e-comunicados/assembleias-e-reunioes/
b) composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles (ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total 2017 2018 2019 (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração (iv) razões que justificam a composição da remuneração	Honorários: Os membros do Conselho Fiscal fazem jus ao recebimento de honorários, assim entendidos como a remuneração mensal fixa praticada para os membros do Conselho Fiscal do Banco. Não há pagamento de remuneração variável ou benefícios. Honorários: 100% Honorários: 100% Honorários: 100% O valor praticado corresponde a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva e aprovado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. Definida por Assembleia Geral de acordo com Art. 162 § 3º da Lei nº 6.404/76 e Art. 1 da Lei nº 9.292/96.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.	Não existem membros não remunerados.
c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração	Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.
d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho	Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.
e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo	Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.
f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos	Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.
g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor	Não se aplica, remuneração e benefícios sem vinculação com eventos societários.

Diretoria Executiva

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Política de Remuneração de Administradores tem como objetivos atrair, incentivar, recompensar e reter os Administradores à condução dos negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados nas estratégias de curto, médio e longo prazo, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas. Os Administradores são os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva sendo esta última composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-Presidentes) e Diretores do Banco do Brasil. A referida política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15/10/2018 e revisada, sem alterações em seu conteúdo, pelo Comitê de Administração da Diretoria Gestão da Cultura e de Pessoas em 18/10/2019. O acesso a mesma está disponível no endereço eletrônico: https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/estatuto-politicas-e-codigos/
b) composição da remuneração, indicando:	
(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles	Os Diretores Executivos fazem jus ao recebimento de honorários, gratificação natalina, remuneração variável e benefícios, conforme descritos abaixo. Honorários: remuneração mensal fixa praticada para os dirigentes do Banco. Representa a recompensa pelos serviços prestados ao Banco. Gratificação Natalina: remuneração equivalente a um honorário mensal. Programa de Remuneração Variável da Diretoria Executiva: programa de remuneração variável que visa reconhecer o esforço dos dirigentes na construção dos resultados alcançados, com base no desempenho apurado de indicadores vinculados à estratégia corporativa. A forma de pagamento vai ao encontro das definições propostas pela Resolução CMN nº 3.921/10, dentre as quais destacamos o pagamento em ações da companhia. Benefícios: parte da remuneração que visa à qualidade de vida dos Administradores, incluindo, moradia, assistência saúde, previdência complementar e seguro de vida.
(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total	

2017	Honorários: 43% Gratificação Natalina: 4% Remuneração Variável da Diretoria Executiva: 43% Benefícios: 10% Honorários: Definido pela AGO, e para tanto são consideradas as análises das melhores práticas de remuneração no mercado bancário, além da variação da inflação do período (Abr/16 – Mar/17). Gratificação Natalina: Definida pela AGO, equivale a 1 honorário mensal.
2018	Honorários: 43% Gratificação Natalina: 4% Remuneração Variável da Diretoria Executiva: 43% Benefícios: 10% Honorários: Definido pela AGO, e para tanto são consideradas as análises das melhores práticas de remuneração no mercado bancário, além da variação da inflação do período (Abr/17 – Mar/18). Gratificação Natalina: Definida pela AGO, equivale a 1 honorário mensal.
2019	Honorários: 40% Gratificação Natalina: 4% Remuneração Variável da Diretoria Executiva: 40% Benefícios: 16% Honorários: Definido pela AGO, e para tanto são consideradas as análises das melhores práticas de remuneração no mercado bancário, além da variação da inflação. Gratificação Natalina: Definida pela AGO, equivale a 1 honorário mensal.
(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração	Honorários: Definidos pela AGO, e para tanto são consideradas as análises das melhores práticas de remuneração no mercado bancário, além da variação da inflação. Gratificação Natalina: Definida pela AGO, equivale a 1 honorário mensal. Remuneração Variável: A Remuneração Variável da Diretoria Executiva é definida pela AGO e não ultrapassará a remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e nem um décimo dos lucros (Art. 152, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76), prevalecendo o limite que for menor, conforme art. 16, parágrafo único do Estatuto Social do Banco. Eventual reajuste nos valores dos honorários mensais automaticamente ajustam os demais componentes da remuneração (décimo terceiro e remuneração variável), uma vez que a definição destes depende da definição daquele.
(iv) razões que justificam a composição da remuneração	O composto de remuneração concedido aos membros da Diretoria Executiva adequa-se aos dispositivos legais referentes a empresas estatais e sociedades anônimas e visa recompensá-los pelo grau de responsabilidade de suas funções e pela fidúcia a elas inerente, bem como o valor de cada profissional no mercado, considerando a política de gestão de riscos da empresa, seus resultados e ambiente econômico em que está inserida.
(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.	Não existem membros não remunerados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Honorários: Atuação no cargo.
Gratificação Natalina: Atuação no cargo.
Benefícios: Atuação no cargo.
Remuneração Variável: A determinação do pagamento e quantia da remuneração variável concedida aos estatutários ocorre mediante apuração de indicadores de desempenho que abrangem quatro níveis: corporativo, colegiado, unidade e individual
Segue relação dos indicadores utilizados no Programa de Remuneração Variável de Administradores - RVA, exercício 2019, por nível:
Corporativo:
- RSPL Ajustado
- Índice de Eficiência Operacional Ajustado
- Valor em risco para cobertura de Risco de Crédito
- Consumo do spread pelo Icred90
- Alocação de Capital Econômico para Cobertura de Risco Operacional
- Pronaf
Colegiado:
- Conformidade Sest
- Avaliação de Desempenho da Diretoria Executiva Individual: - Avaliação Individual de Desempenho Unidade: Bloco Chave ATB.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é acionada mediante atendimento dos indicadores de desempenho de modo que o não cumprimento de algum indicador influenciará diretamente no cálculo da remuneração variável. Da mesma forma a superação da(s) meta(s) definida(s) pode(m) elevar o valor devido.
A remuneração variável utiliza indicadores que avaliam diversos aspectos do desempenho da empresa, dentre os quais destacamos o resultado, inadimplência e eficiência.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração se alinha aos interesses do Banco considerando-se os resultados a serem alcançados no curto, médio e longo prazo, além de análise de tendências de mercado alinhadas às estratégias corporativas para os próximos períodos. Além disso, os indicadores utilizados na política de remuneração variável são desdobramentos da estratégia corporativa, do plano diretor e do plano de mercado da empresa.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração da Diretoria Executiva não é suportada diretamente pelos entes citados. Indiretamente, os resultados de subsidiárias, coligadas e controladas influenciam o resultado do Banco e, conseqüentemente, a prática de remuneração.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica, remuneração e benefícios sem vinculação com eventos societários.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Conforme previsto no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 16, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração, inclusive do Conselho de Administração, é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária - AGO, observadas as prescrições legais.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva é definida com base no Art. 152 da Lei nº 6.404/76 e Art. 1 da Lei nº 9.292/96, conforme itens 13.1 e 13.2.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política Específica de Remuneração de Administradores é avaliada, no mínimo, anualmente ou, extraordinariamente, a qualquer tempo pelo Conselho de Administração do Banco. Além disso, conforme previsto no Estatuto Social do Banco do Brasil, em seu Art. 16, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração, inclusive do Conselho de Administração, é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária - AGO, observadas as prescrições legais.

Comitê de Auditoria

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco não possui uma política de remuneração formalmente aprovada para disciplinar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, no entanto, a prática de remuneração tem como objetivo remunerar os membros do Comitê de Auditoria pelos serviços prestados, conforme valores fixados em Assembleia Geral Ordinária. A ata da referida assembleia é publicada no site oficial do Banco do Brasil e pode ser acessada pelo endereço eletrônico: <https://ri.bb.com.br/publicacoes-e-comunicados/assembleias-e-reunioes/>

b) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus ao recebimento de honorários, assim entendidos como a remuneração mensal fixa praticada para os membros do Comitê de Auditoria do Banco. Não há pagamento de remuneração variável ou benefícios.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2017

2018

2019

Honorários: 100%

Honorários: 100%

Honorários: 100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor praticado corresponde a 90% (noventa por cento) do salário médio mensal do cargo de Diretor do Banco do Brasil S.A. O reajuste decorre da alteração do salário dos Diretores ou por decisão da Assembleia Geral.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é definida pela Assembleia Geral e segue as práticas de mercado para remuneração deste conselho.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.

Não existem membros não remunerados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica, remuneração fixa suportada pelo Banco.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica, remuneração e benefícios sem vinculação com eventos societários.

Comitê de Riscos e Capital

<p>a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A prática de remuneração utilizada para os membros do Comitê de Riscos e Capital foi aprovada pelo Conselho de Administração em 21.06.2017, permanecendo inalterado desde então, sendo o objetivo remunerá-los pelos serviços prestados. A referência utilizada é 90% da remuneração mensal média do cargo de Diretor.</p>
<p>b) composição da remuneração, indicando:</p> <p>(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles</p> <p>(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total</p> <p>2017</p> <p>2018</p> <p>2019</p> <p>(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração</p> <p>(iv) razões que justificam a composição da remuneração</p> <p>(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.</p>	<p>Os membros do Comitê de Riscos de Capital fazem jus ao recebimento de honorários, assim entendidos como a remuneração mensal fixa praticada para os membros do Comitê de Riscos e Capital. Não há pagamento de remuneração variável ou benefícios.</p> <p>Honorários: 100%</p> <p>Honorários: 100%</p> <p>Honorários: 100%</p> <p>Honorários: Definido pelo Conselho de Administração, e para tanto são consideradas as análises das melhores práticas de remuneração no mercado bancário. O reajuste decorre da alteração do salário dos Diretores ou por decisão da Assembleia Geral.</p> <p>A composição da remuneração é definida pelo Conselho de Administração e segue as práticas de mercado para remuneração deste conselho.</p> <p>Não existem membros não remunerados.</p>
<p>c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração</p>	<p>Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.</p>
<p>d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho</p>	<p>Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.</p>
<p>e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo</p>	<p>Não se aplica, remuneração fixa sem indicador vinculado.</p>
<p>f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos</p>	<p>Não se aplica, remuneração fixa suportada pelo Banco.</p>
<p>g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor</p>	<p>Não se aplica, remuneração e benefícios sem vinculação com eventos societários.</p>

Demais Comitês

No Banco do Brasil todas as decisões são tomadas de forma colegiada. Para tanto, a estrutura de Governança abriga comitês não estatutários compostos por membros da Diretoria Executiva. Os membros da Diretoria Executiva, ao serem nomeados, acumulam automaticamente o cargo nos demais comitês do Banco sem que recebam qualquer remuneração adicional pelo acúmulo do cargo.

13.2. Remuneração dos administradores reconhecida no resultado

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2017

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número total de membros	7,08	4,75	36,75
c) Número de membros remunerados	4,92	4,75	45,75
d) Remuneração Segregada em:			
(i) Remuneração Fixa Anual, segregada em:			
- Salário ou pró-labore (R\$)	317.652,03	314.174,43	24.247.454,58
- Benefícios diretos e indiretos	Não Aplicável	Não Aplicável	3.122.722,92
- Remuneração por participação em comitês	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Outros	80.391,67	70.689,00	8.451.736,93
Descrição de Outros	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.
(ii) Remuneração Variável, segregada em (R\$)			
- Bônus	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Participação nos resultados	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Remuneração por participação em reuniões	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Comissões	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Outros	Não Aplicável	Não Aplicável	12.592.980,27
Descrição de Outros	Não Aplicável	Não Aplicável	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.
(iii) Benefícios pós-emprego (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
(iv) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	547.926,99

(v) Remuneração baseada em ações, incluindo opções (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	8.458.520,48
e) Valor anual de remuneração por órgão (R\$)	398.043,70	384.863,43	57.421.342,17
f) Total de remuneração (R\$)			58.204.249,30
Observações	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.

Exercício de 2018

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número total de membros	7,25	5,00	36,33
c) Número de membros remunerados	4,50	5,00	41,42
d) Remuneração Segregada em:			
(i) Remuneração Fixa Anual, segregada em:			
- Salário ou pró-labore (R\$)	323.402,30	376.649,35	28.186.373,35
- Benefícios diretos e indiretos	Não Aplicável	Não Aplicável	3.444.285,29
- Remuneração por participação em comitês	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Outros	82.744,55	84.745,93	9.821.249,41
Descrição de Outros	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.
(ii) Remuneração Variável, segregada em (R\$)			
- Bônus	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Participação nos resultados	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Remuneração por participação em reuniões	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Comissões	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Outros	Não Aplicável	Não Aplicável	19.628.688,96
Descrição de Outros	Não Aplicável	Não Aplicável	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de

Seção 13 - Remuneração dos Administradores

			Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.
(iii) Benefícios pós-emprego (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
(iv) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	344.763,05
(v) Remuneração baseada em ações, incluindo opções (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	14.913.522,06
e) Valor anual de remuneração por órgão (R\$)	406.146,85	461.395,28	76.338.882,12
f) Total de remuneração (R\$)			77.206.424,25

Observações	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.
-------------	---	---	---

Exercício de 2019

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número total de membros	7,00	3,83	35,75
c) Número de membros remunerados	4,25	4,75	42,42
d) Remuneração Segregada em:			
(i) Remuneração Fixa Anual, segregada em:			
- Salário ou pró-labore (R\$)	306.548,08	352.748,43	25.246.856,56
- Benefícios diretos e indiretos	Não Aplicável	Não Aplicável	3.388.688,12
- Remuneração por participação em comitês	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Outros	77.480,13	73.839,16	8.560.473,77
Descrição de Outros	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.
(ii) Remuneração Variável, segregada em (R\$)			
- Bônus	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Participação nos resultados	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Remuneração por participação em reuniões	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Comissões	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Outros	Não Aplicável	Não Aplicável	16.055.741,08

Descrição de Outros	Não Aplicável	Não Aplicável	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.
(iii) Benefícios pós-emprego (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
(iv) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	741.158,21
(v) Remuneração baseada em ações, incluindo opções (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	15.289.660,49
e) Valor anual de remuneração por órgão (R\$)	384.028,21	426.587,59	69.282.578,23
f) Total de remuneração (R\$)			70.093.194,03
Observações	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.	O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.

Exercício 2020 (previsão)

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número total de membros	8,00	5,00	34,00
c) Número de membros remunerados	8,00	5,00	34,00
d) Remuneração Segregada em:			
(i) Remuneração Fixa Anual, segregada em:			
- Salário ou pró-labore (R\$)	567.824,64	354.890,40	24.132.541,81
- Benefícios diretos e indiretos	Não Aplicável	Não Aplicável	7.801.429,90
- Remuneração por participação em comitês	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Outros	135.958,68	79.850,40	8.253.328,98
Descrição de Outros	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.
(ii) Remuneração Variável, segregada em (R\$)			
- Bônus	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

Seção 13 - Remuneração dos Administradores

- Participação nos resultados	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Remuneração por participação em reuniões	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Comissões	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
- Outros	Não Aplicável	Não Aplicável	18.756.554,04
Descrição de Outros	Não Aplicável	Não Aplicável	Os valores constantes do campo "Outros" do item d.i referem-se à contribuição previdenciária patronal e à contribuição fundiária ao FGTS incidentes sobre o salário ou pró-labore dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BB, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/02/2020.
(iii) Benefícios pós-emprego (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
(iv) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	8.633.578,62
(v) Remuneração baseada em ações, incluindo opções (R\$)	Não Aplicável	Não Aplicável	11.138.096,35
e) Valor anual de remuneração por órgão (R\$)	703.783,32	434.740,80	78.715.529,70
f) Total de remuneração (R\$)			79.854.053,82

Observações

O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.

O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.

O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.

13.3. Remuneração variável dos administradores

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020 de 28/2/2020. Para a apuração, foi considerada a quantidade de membros no último dia útil de cada mês.

O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com a Instrução CVM Nº 552, de 9 de outubro de 2014. Para a apuração da média, foram considerados todos os membros que tenham recebido parcelas da Remuneração Variável de Administradores (RVA), inclusive as decorrentes de programas anteriores.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco do Brasil não são público-alvo do Programa de Remuneração Variável dos Administradores do Banco do Brasil.

Exercício 2017

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número total de membros	7,08	4,75	36,75
c) Número de membros remunerados	-	-	59,67
d) Em relação ao bônus (R\$):			
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iii) valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iv) valor efetivamente reconhecido	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
e) Em relação à participação no resultado (R\$):			
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iii) valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iv) valor efetivamente reconhecido	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há

O Programa de Remuneração Variável dos Administradores do Banco do Brasil para o exercício 2017-2018, destinado exclusivamente aos membros da Diretoria Executiva, teve seu valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 27/4/2017 e sua definição, qual seja 50% em pecúnia e 50% em ações, das quais 20% podem vir a ser à vista e 80% diferidas no prazo de quatro anos, foi proposta pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme Resolução CMN nº 3.921/2010. Segue tabela com o detalhamento:

R\$

Remuneração em Pecúnia	12.592.980,27
Programa 2016	3.422.212,10
Adiantamento Programa 2017	4.140.476,29
Encargos Sociais ¹	5.030.291,88
Remuneração em Ações²	8.458.520,48
Programa 2012 (parcela 4/4)	1.495.355,08
Programa 2013 (parcela 3/4)	2.219.099,90
Programa 2014 (parcela 2/4)	1.870.333,93
Programa 2015 (parcela 1/4)	1.962.357,48
Programa 2016 (parcela à vista)	911.374,09
Total de Remuneração	21.051.500,75

1 - Encargos sociais incidentes sobre a Remuneração Variável, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.

2 - Sem os encargos sociais incidentes, os quais estão incluídos na remuneração em pecúnia, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/ Nº 2/2020.

Exercício 2018

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número total de membros	7,25	5,00	36,33
c) Número de membros remunerados	-	-	59,00
d) Em relação ao bônus (R\$):			
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iii) valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iv) valor efetivamente reconhecido	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
e) Em relação à participação no resultado (R\$):			
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iii) valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iv) valor efetivamente reconhecido	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há

O Programa de Remuneração Variável de Administradores do Banco do Brasil para o exercício 2018-2019, destinado exclusivamente aos membros da Diretoria Executiva, teve seu valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 25/4/2018, e sua definição, qual seja 50% em pecúnia e 50% em ações, das quais 20% podem vir a ser à vista e 80% diferidas no prazo de quatro anos, foi proposta pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme Resolução CMN nº 3.921/2010, conforme tabela abaixo:

R\$

Remuneração em Pecúnia	19.628.688,96
Programa 2017	7.273.217,81
Adiantamento Programa 2018	4.062.736,40
Encargos Sociais ¹	8.292.734,75
Remuneração em Ações²	14.913.522,06
Programa 2013 (parcela 4/4)	4.029.428,17
Programa 2014 (parcela 3/4)	3.629.821,51
Programa 2015 (parcela 2/4)	3.890.317,66
Programa 2016 (parcela 1/4)	1.134.100,52
Programa 2017 (parcela à vista)	2.229.854,20
Total de Remuneração	34.542.211,02

1 - Encargos sociais incidentes sobre a Remuneração Variável, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.
2 - Sem os encargos sociais incidentes, os quais estão incluídos na remuneração em pecúnia, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/ Nº 2/2020.

Exercício 2019

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número total de membros	7,00	3,83	35,75
c) Número de membros remunerados	-	-	62,50
d) Em relação ao bônus (R\$):			
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iii) valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iv) valor efetivamente reconhecido	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
e) Em relação à participação no resultado (R\$):			
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iii) valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iv) valor efetivamente reconhecido	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há

O Programa de Remuneração Variável de Administradores do Banco do Brasil para o exercício 2019-2020, destinado exclusivamente aos membros da Diretoria Executiva, teve seu valor aprovado pela Assembleia-geral Ordinária de 26/4/2019, e sua definição, qual seja 50% em pecúnia e 50% em ações, das quais 20% podem vir a ser à vista e 80% no prazo de quatro anos, foi proposta pelo Comitê de Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme Resolução CMN 3.921/2010.

R\$

Remuneração em Pecúnia	16.055.741,08
Programa 2018	5.363.360,38
Adiantamento Programa 2018	3.909.318,41
Encargos Sociais ¹	6.783.062,29
Remuneração em Ações²	15.289.660,49
Programa 2014 (parcela 4/4)	4.495.283,16
Programa 2015 (parcela 3/4)	4.817.965,64
Programa 2016 (parcela 2/4)	1.404.527,27
Programa 2017 (parcela 1/4)	2.751.905,44
Programa 2018 (parcela à vista)	1.819.978,98
Total de Remuneração	31.345.401,57

1 - Encargos sociais incidentes sobre a Remuneração Variável, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.
2 - Sem os encargos sociais incidentes, os quais estão incluídos na remuneração em pecúnia, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/ Nº 2/2020.

Exercício 2020 (previsão)

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número total de membros	8,00	5,00	34,00
c) Número de membros remunerados	-	-	34,00
d) Em relação ao bônus (R\$):			
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iii) valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iv) valor efetivamente reconhecido	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
e) Em relação à participação no resultado (R\$):			
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iii) valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há
(iv) valor efetivamente reconhecido	Não Aplicável	Não Aplicável	Não há

O Programa de Remuneração Variável de Administradores do Banco do Brasil para o exercício 2020-2021, destinado exclusivamente aos membros da Diretoria Executiva, teve seu valor aprovado pela Assembleia-geral Ordinária de 30/07/2020, e sua definição, qual seja 50% em pecúnia e 50% em ações,

das quais 20% podem vir a ser à vista e 80% no prazo de quatro anos, foi proposta pelo Comitê de Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme Resolução CMN 3.921/2010.

R\$

Remuneração em Pecúnia	18.756.554,04
Programa 2020	5.569.048,11
Adiantamento Programa 2020	5.569.048,11
Encargos Sociais ¹	7.618.457,82
Remuneração em Ações²	11.138.096,35
Programa 2016 (parcela 4/4)	2.227.619,27
Programa 2017 (parcela 3/4)	2.227.619,27
Programa 2018 (parcela 2/4)	2.227.619,27
Programa 2019 (parcela 1/4)	2.227.619,27
Programa 2020 (parcela à vista)	2.227.619,27
Total de Remuneração	29.894.650,39

1 - Encargos sociais incidentes sobre a Remuneração Variável, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020.

2 - Sem os encargos sociais incidentes, os quais estão incluídos na remuneração em pecúnia, em conformidade com o item "b" do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/ Nº 2/2020.

13.4. Plano de remuneração dos administradores baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

O Banco possui um Programa de Remuneração de Administradores em que é previsto o pagamento baseado em ações, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de novembro de 2018 para o exercício social encerrado em 2019 e disciplina os principais termos da remuneração baseada em ações.

De acordo com o art. 16 do Estatuto Social, para que haja pagamento de remuneração variável, é necessário que no período sejam pagos os dividendos obrigatórios aos acionistas e a participação de lucros aos empregados. O valor deve ser inferior a remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e um décimo dos lucros.

Para que um administrador do Banco tenha direito à remuneração variável, é obrigatório que ele tenha exercido mandato de Estatutário (Presidente, Vice-Presidente ou Diretor) durante o período para o qual o Plano tenha sido autorizado pela AGO e tenha cumprido as metas de indicadores definidos como pré-requisito para o acionamento do Plano.

b. principais objetivos do plano

Reforçar o compromisso com as estratégias corporativas e reconhecer o esforço de cada administrador, proporcionalmente ao atingimento das metas propostas, por meio de mensuração da atuação em diversas perspectivas.

O Plano visa compatibilizar a remuneração variável à capacidade de geração de fluxo de caixa e à projeção de liquidez, bem como à política de gestão de risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo do Banco.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui diretamente para os objetivos, pois é constituído de diversos indicadores de desempenho que são derivados da Estratégia Corporativa, do Plano de Mercado e do Plano Diretor.

Além disso, o Plano prevê o diferimento de parte da remuneração variável em até 4 anos. Tal parte é transferida para os beneficiários na proporção de 25% por ano, desde que no exercício anterior ao da transferência, o resultado do Banco não tenha apresentado variação negativa superior a 20%, livre de efeitos de eventos extraordinários.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A parte da remuneração baseada em ações faz parte do programa de remuneração variável, que compreende pagamento em espécie e em ações, de acordo com as definições da resolução CMN nº

3.921/2010. Ambas as formas de pagamento são apuradas com base no atingimento de metas definidas para indicadores que abrangem quatro níveis de avaliação: corporativo, da unidade, colegiado e individual.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Considerando os interesses do Banco do Brasil de incremento de resultado e sua perenidade, explicitados na estratégia corporativa para o período, o plano de remuneração dos administradores utiliza indicadores vinculados diretamente à estratégia, que consideram desde resultados negociais, eficiência, risco até liquidez e capacidade de fluxo de caixa do Banco do Brasil. Além disso, estabelece que parte do pagamento é diferido por até quatro anos, sendo condicionado a não variação negativa do resultado.

f. número máximo de ações abrangidas

Não há número máximo de ações. Conforme Art. 16 do Estatuto Social o total utilizado para pagamento da remuneração variável de todos os participantes não pode ser superior a remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e nem a um décimo dos lucros (artigo 152, §1º, da Lei nº 6.404/76), prevalecendo o limite que for menor. Dessa forma, a quantidade máxima seria a razão entre o valor apurado e o valor da ação (critério definido no item i).

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não é prevista utilização de opções de ações.

h. condições de aquisição de ações

Em função de autorização concedida pela CVM, em caráter permanente, por meio da decisão do Colegiado proferida em reunião realizada em 07 de outubro de 2014, no âmbito do Processo Nº RJ2014/10167, foram utilizadas ações em tesouraria para o pagamento de ações aos dirigentes do Banco do Brasil.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço considerado é o preço médio da semana anterior ao pagamento.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Não é prevista utilização de opções de ações.

k. forma de liquidação

Não é prevista utilização de opções de ações.

l. restrições à transferência das ações

A partir do momento em que as ações são transferidas para os administradores, não há restrição.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O programa de remuneração variável é aprovado anualmente. Atualmente, não há previsão de descontinuidade do plano.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O administrador faz jus ao recebimento dos valores de acordo com os dias de atuação no período. Não há alteração em relação às parcelas diferidas ainda não pagas em decorrência de desligamentos ou falecimento.

13.5. Remuneração de administradores baseada em ações reconhecidas no resultado

Em relação à remuneração baseada em ações reconhecidas no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Seção 13 - Remuneração dos Administradores

O programa de remuneração variável compreende pagamento em espécie e em ações, de acordo com as definições da resolução CMN nº 3.921/2010. Ambas as formas de pagamento são apuradas com base no atingimento de metas definidas para indicadores que abrangem quatro níveis de avaliação (corporativo, da unidade, colegiado e individual), conforme descrito nos itens 13.2 e 13.3.

Exercício de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	7,08	36,75
Número de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não Aplicável	Não Aplicável
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não Aplicável	Não Aplicável
Quantidade de opções outorgadas	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo máximo para exercício das opções	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das opções na data da outorga	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	7,25	36,33
Número de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não Aplicável	Não Aplicável
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não Aplicável	Não Aplicável
Quantidade de opções outorgadas	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo máximo para exercício das opções	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das opções na data da outorga	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	7,00	35,75
Número de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
c) Das opções exercidas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não Aplicável	Não Aplicável
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Não Aplicável	Não Aplicável
Quantidade de opções outorgadas	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo máximo para exercício das opções	Não Aplicável	Não Aplicável
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das opções na data da outorga	Não Aplicável	Não Aplicável

13.6. Remuneração de administradores baseada em opções

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Item não aplicável, uma vez que o Banco do Brasil não possuía plano de remuneração baseado em opções no último exercício social.

13.7. Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Item não aplicável, tendo em vista que não existia programa de remuneração variável baseado em opções no Banco do Brasil nos últimos três exercícios sociais.

13.8. Descrição sumária sobre remuneração baseada em ações ou opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

a. modelo de precificação

Utilizando-se para remuneração as ações mantidas em tesouraria, a precificação é obtida com base na cotação média das ações BBAS3 da semana anterior à data do pagamento.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Para obter o preço da semana anterior à data do pagamento são utilizadas as cotações médias diárias e calculado a média aritmética simples. A remuneração variável não se baseia em opções.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A remuneração variável não se baseia em opções.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A remuneração variável não se baseia em opções.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A remuneração variável não se baseia em opções.

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas por administradores

Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Saldo em 31/12/2019	Ação Ordinária do BB
Conselho de Administração	3.581
Diretoria Executiva (exceto Presidente do BB que consta do Conselho de Administração)	76.009
Conselho Fiscal	-

Saldo em 31/12/2019	Ação Ordinária da BB Seguridade
Conselho de Administração	1.280
Diretoria Executiva (exceto Presidente do BB que consta do Conselho de Administração)	10.541
Conselho Fiscal	-

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal não detêm outros valores mobiliários de emissão de acionistas controladores, sociedades controladas ou sob controle comum do Banco.

13.10. Planos de previdência de administradores

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela

a) órgão	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária
b) número total de membros	7	29
c) número de membros remunerados	2	27
d) nome do plano	Plano de Benefícios nº 1 e Plano Previ Futuro	
e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	11
f) condições para se aposentar antecipadamente	<p>Conforme Regulamento Geral do Plano de Benefícios nº1, artigo 44 e Regulamento Geral do Plano Previ Futuro artigo 43, transcritos abaixo:</p> <p>O Complemento Antecipado de Aposentadoria será devido ao participante a partir da data de seu requerimento, desde que este satisfaça as seguintes condições:</p> <p>I – conte com pelo menos 50 (cinquenta) anos de idade;</p> <p>II – tenha cumprido a carência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais para o Plano de Benefícios;</p> <p>III – haja rescisão do vínculo empregatício com a empresa patrocinadora no mesmo ato do requerimento do benefício de que trata este artigo.</p>	
g) valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R\$) ²	1.122.814,26	23.493.852,21
h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R\$) ²	92.217,95	1.680.807,40
i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	<p>Conforme Regulamentos Gerais dos Planos de Benefícios nº 1 e Plano Previ Futuro, será condição para a opção pelo resgate antecipado:</p> <p>a. O comprovado rompimento do vínculo empregatício ou por requerimento de cancelamento da inscrição pelo participante;</p> <p>b. O pagamento do resgate será à vista. Por requerimento do participante o pagamento poderá ser feito pelo prazo de até 12 (doze) meses consecutivos, contados da data de sua opção;</p> <p>c. Ocorrendo o falecimento do interessado antes que lhe tenha sido feito o pagamento da respectiva reserva individual de poupança, o valor correspondente será pago aos seus herdeiros legais, em parcela única;</p> <p>d. No cancelamento da inscrição no Plano de Benefícios é assegurado o resgate do saldo existente em sua reserva individual de poupança, que representa a conta utilizada na PREVI para o registro das contribuições pessoais vertidas pelo participante.</p>	

1 - Consta o Presidente do Banco do Brasil.

2 - Não considera as taxas de carregamento dos Planos.

13.11. Informações adicionais relativas ao CA, à diretoria estatutária e ao CF

Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Seção 13 - Remuneração dos Administradores

Para os valores da menor e maior remuneração individual do CA e do CF foi considerada a remuneração total anual paga a um membro do Conselho sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado.

Os valores para Diretoria Executiva considerou a remuneração total anual paga a um membro aí incluídos os benefícios diretos e indiretos e os encargos sociais incidentes sobre suas parcelas de remuneração, conforme os itens “b” e “j” do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020. A mesma foi apurada sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado.

Exercício 2017

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número de membros (média 12 meses)	7,08	4,75	36,75
c) Número de membros remunerados	4,92	4,75	45,75
d) Valor da maior remuneração individual (R\$) – ano	82.398,66	82.398,66	1.761.973,10
e) Valor da menor remuneração individual (R\$) – ano	82.398,66	82.398,66	1.090.072,24
f) Valor médio de remuneração individual ao ano (R\$) ¹	80.903,19	81.023,88	1.255.111,30

1 - O valor médio apurado para o Conselho de Administração é a razão de R\$ 398.043,70 por 4,92, para o Conselho Fiscal é a razão de R\$ 384.863,43 por 4,75 e da Diretoria Executiva é a razão de R\$ 57.421.342,17 por 45,75. Os divisores correspondem ao número de membros remunerados de cada órgão.

Exercício 2018

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número de membros (média 12 meses)	7,25	5,00	36,33
c) Número de membros remunerados	4,50	5,00	41,42
d) Valor da maior remuneração individual (R\$) – ano	101.929,44	92.448,32	2.344.657,26
e) Valor da menor remuneração individual (R\$) – ano	91.778,31	91.927,80	1.454.413,09
f) Valor médio de remuneração individual ao ano (R\$) ¹	90.254,86	92.279,06	1.843.043,99

1 - O valor médio apurado para o Conselho de Administração é a razão de R\$ 406.146,85 por 4,50, para o Conselho Fiscal é a razão de R\$ 461.395,28 por 5,00 e da Diretoria Executiva é a razão de R\$ 76.338.882,12 por 41,42. Os divisores correspondem ao número de membros remunerados de cada órgão.

Exercício 2019

a) Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
b) Número de membros (média 12 meses)	7,00	3,83	35,75
c) Número de membros remunerados	4,25	4,75	42,42
d) Valor da maior remuneração individual (R\$) – ano	65.230,23	87.443,52	1.810.828,37
e) Valor da menor remuneração individual (R\$) – ano	30.119,43	87.443,52	1.311.325,93
f) Valor médio de remuneração individual ao ano (R\$) ¹	90.359,58	89.807,91	1.633.252,67

1 - O valor médio apurado para o Conselho de Administração é a razão de R\$ 384.028,21 por 4,25, para o Conselho Fiscal é a razão de R\$ 426.587,59 por 4,75 e da Diretoria Executiva é a razão de R\$ 69.282.578,23 por 42,42. Os divisores correspondem ao número de membros remunerados de cada órgão.

13.12. Benefícios aos administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

O Art. 24 do Estatuto Social do Banco do Brasil estabelece que:

§ 7º Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, por um período de seis meses, contados do término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares, de:

- I. exercer atividades ou prestar qualquer serviço a sociedades ou entidades concorrentes das sociedades integrantes do Conglomerado Banco do Brasil;
- II. aceitar cargo de administrador ou conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares; e

III. patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares.

§ 8º Durante o período de impedimento de que trata o §7º deste artigo, os ex-membros da Diretoria Executiva fazem jus a remuneração compensatória equivalente à da função que ocupavam neste órgão, observado o disposto no § 9º deste artigo.

§ 9º Não terão direito à remuneração compensatória de que trata o § 8º deste artigo os ex-membros do Conselho Diretor não oriundos do quadro de empregados do Banco que, respeitado o § 7º deste artigo, optarem pelo retorno, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo, efetivo ou superior, que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada.

O Banco do Brasil não possui compromisso de indenidade que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Para elaboração das tabelas abaixo, a remuneração total do órgão e a remuneração dos membros indicados pelo controlador foram acrescidas dos encargos sociais, conforme o item “b” e “l” do subtítulo 10.2.13 do Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020. No caso dos membros da Diretoria Executiva, a remuneração foi acrescida também dos benefícios diretos e indiretos.

Exercício de 2017

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	398.043,70	384.863,43	57.421.342,17
Remuneração total dos membros indicados pelo controlador (R\$)	337.166,43	243.071,64	57.421.342,17
Percentual da remuneração dos indicados em relação ao total pago	84,71%	63,16%	100,00%

Exercício de 2018

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	406.146,85	461.395,28	76.338.882,12
Remuneração total dos membros indicados pelo controlador (R\$)	336.121,53	276.837,17	76.338.882,12
Percentual da remuneração dos indicados em relação ao total pago	82,76%	60,00%	100,00%

Exercício de 2019

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	384.028,21	426.587,59	69.282.578,23
Remuneração total dos membros indicados pelo controlador (R\$)	329.167,04	333.851,16	69.282.578,23
Percentual da remuneração dos indicados em relação ao total pago	85,71%	78,26%	100,00%

13.14. Outros valores reconhecidos como remuneração de administradores

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do BB como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Nos três últimos exercícios sociais, não houve valores reconhecidos no resultado do Banco do Brasil como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que não a função que ocupam.

13.15. Remuneração de administradores em partes relacionadas

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do BB, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do BB, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal indicados pelo acionista controlador do Banco do Brasil são funcionários públicos e remunerados pela União Federal conforme os cargos exercidos naquela esfera. O Banco do Brasil arca somente com a remuneração mensal dos membros pela participação nos respectivos conselhos. Os conselheiros são remunerados mensalmente, independentemente da quantidade de reuniões. Nenhum membro da Diretoria do Banco do Brasil tem sua remuneração paga pelo acionista controlador ou por controladas. Até 30/08/2016 os membros da Diretoria Executiva que participavam de conselhos de outras sociedades, por indicação do Banco, tinham a remuneração mensal limitada a 25% dos honorários mensais pagos pelo BB, com participação em no máximo 2 conselhos remunerados. O teto de 25% sobre o valor da remuneração foi retirado em 30/08/2016, mantendo-se a limitação a dois conselhos remunerados, em alinhamento a Lei nº 13.303/16.

A tabela a seguir apresenta os valores pagos a título de honorários recebidos pelos membros de cada órgão, que foram arcados por empresas controladas pelo Banco do Brasil.

Exercício de 2017

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Não houve remuneração no período.

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Os valores foram atribuídos a título de atuação como membros de Conselhos Fiscais ou de Administração nas controladas do Banco do Brasil.

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	36.838,29	793.727,41	146.153,34	976.719,04
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício de 2018

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Não houve remuneração no período.

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Os valores foram atribuídos a título de atuação como membros de Conselhos Fiscais ou de Administração nas controladas do Banco do Brasil.

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	51.806,47	862.298,70	187.109,07	1.101.214,24
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício de 2019

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Não houve remuneração no período.

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

Os valores foram atribuídos a título de atuação como membros de Conselhos Fiscais ou de Administração nas controladas do Banco do Brasil.

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	44.715,09	627.223,70	135.856,40	807.795,19
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16. Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Outras informações sobre o item 13.2

As informações relacionadas no item 13.2 acima atendem aos requisitos da Lei nº 13.303/16 e do Decreto nº 8.945/16. Neste sentido, é apresentado o valor global anual da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. As informações não são individualizadas, pois possuem natureza estratégica e, portanto, encontram-se sujeitas ao sigilo empresarial, de fonte constitucional, como decorrência da preservação da intimidade assegurada pelo art. 5.º, inciso X, da Constituição Federal.

Em sede infraconstitucional, destacamos que a proteção ao sigilo empresarial encontra amparo no art. 155, inciso II, da Lei nº 6.404/76, como dever de proteção de direitos da companhia; no art. 4.º, parágrafo 2.º e art. 8.º, parágrafo 3.º, da Lei nº 13.303/16, que submete o Banco ao regime informacional conforme as disposições da Lei nº 6.385/76; e no art. 22 da Lei nº 12.527/11, que impõe restrição de acesso à informação sujeita ao sigilo empresarial.

As tabelas apresentadas neste item demonstram a remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal do Banco do Brasil.

Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do Conselho de Administração foram descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão. Caso do Presidente do Banco do Brasil, que é membro do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020, de 28/2/2020. Para a apuração, foi considerada a quantidade de membros no último dia útil de cada mês. No caso do Conselho Fiscal, foram considerados somente os membros titulares.

O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/CVM/SEP/Nº 2/2020. Para a apuração da média, foram considerados todos os membros remunerados, inclusive os que tenham recebido remuneração proporcional em razão do início e do fim do mandato eletivo, os que tenham recebido acertos referentes a meses anteriores e os que tenham recebido parcelas da Remuneração Variável de Administradores (RVA), inclusive as decorrentes de programas anteriores. No caso do Conselho Fiscal, foram considerados também os membros suplentes que, em decorrência de sua atuação, tenham recebido remuneração.

Estão incluídos, nos benefícios diretos e indiretos, os dispêndios com a contribuição patronal à previdência complementar, apesar de permanecerem sendo utilizados os recursos da "Conta de Utilização da Reserva Especial do Patrocinador".

Cabe ressaltar que a remuneração dos administradores (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva) foi reajustada pela última vez em 2016.

Exercício de 2018

Após o trânsito em julgado do Acórdão 374/2018-TCU-Plenário, prolatado em sede de pedido de reexame do Acórdão 2.600/2016-TCU-Plenário, na sessão ordinária de 28/2/2018, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MP) autorizou, em 25/5/2018, o pagamento da gratificação de natal aos dirigentes de empresas estatais. Por isso, o Banco do Brasil quitou, ainda em 2018, a gratificação de natal referente ao ano de 2017, suspensa em razão do referido processo.

14. RECURSOS HUMANOS**14.1. Descrição dos recursos humanos do Banco do Brasil****a. número de empregados**

	2017	2018	2019
Por Grupos			
Direção Geral	9.370	9.379	9.093
Órgãos Regionais	13.281	12.940	13.002
Agências	76.510	74.570	71.095
Por Categoria			
Gerencial	32.203	32.635	32.046
Técnico	4.110	4.221	4.113
Assessoria	7.745	7.717	7.510
Operacional	55.103	52.316	49.521
Por Localização Geográfica			
Norte	4.440	4.259	4.043
Nordeste	16.637	16.116	15.387
Sul	17.549	16.808	16.327
Sudeste	43.752	42.586	40.864
Centro-Oeste	16.748	17.096	16.546
Exterior	35	24	23
Total de Empregados	99.161	96.889	93.190

b. número de terceirizados

A orientação padrão dos editais de licitação do Banco do Brasil estabelece que os interessados formalizem a proposta de preço, com foco na especificação do serviço a ser executado, e não na quantidade de trabalhadores. Os dados apresentados a seguir, referem-se aos trabalhadores de empresas contratadas pelo Banco para a prestação de serviços de apoio, tais como brigada de incêndio, limpeza, operação de cargas e materiais, vigilância, dentre outros.

O processo de gestão e fiscalização de contratos é concentrado no Centro de Administração de Contratos de Belo Horizonte (Cesup - BH), mas não reflete a localização física dos trabalhadores terceirizados.

	2017	2018	2019
Por Grupos			
Vigilância/Limpeza	24.063	22.903	22.049
Outras Atividades	10.788	7.774	5.932
Por Localização Geográfica			
Belo Horizonte	34.851	30.677	27.981
Total de Empregados	34.851	30.677	27.981

c. índice de rotatividade

	2017	2018	2019
Índice de Rotatividade (%)	1,59	2,21	4,42

14.2. Alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1**Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima**

No ano de 2018, houve o Programa de Adequação de Quadros - PAQ, no qual houve incentivo ao desligamento, motivo da elevação no número de desligamentos comparado ao ano de 2017.

Em Fato Relevante de 29 de julho de 2019, o Banco do Brasil informou que o Conselho de Administração aprovou novo Programa de Adequação de Quadros (PAQ) visando otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e de excessos nas unidades do Banco.

Em Comunicado ao Mercado, de 20 de agosto, e em complemento ao Fato Relevante de 29 de julho de 2019, o Banco do Brasil informou que foram finalizadas as etapas de manifestação de interesse e de validação dos desligamentos no âmbito do Programa de Adequação de Quadros (PAQ) com a validação de desligamento de 2.367 funcionários. Os desligamentos ocorreram de 02/09/2019 a 04/10/2019.

No ano de 2019, a quantidade de terceirizados diminuiu 8,79% em relação ao ano de 2018, em decorrência da reestruturação organizacional que reduziu a rede de agências no país e do investimento na automação dos serviços.

14.3. Políticas de remuneração dos empregados do Banco do Brasil

Descrever as políticas de remuneração dos empregados do Banco do Brasil, informando:

O ingresso no quadro de funcionários do Banco ocorre mediante aprovação em concurso público, realizado por meio de edital. Este processo é efetuado por entidade externa, de acordo com a legislação vigente. Para a carreira administrativa, o cargo único de entrada/admissão é o de escriturário.

Em 2011 foi criada a carreira SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho). Na referida carreira, o provimento dos cargos funcionais ocorre por intermédio de seleção externa específica, para o exercício de atividades inerentes à engenharia de segurança e medicina do trabalho. Os SESMT contemplam os cargos de Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar de Enfermagem do Trabalho.

a. Salários e remuneração variável

No Plano de Carreira e Remuneração do Banco do Brasil os critérios para promoção são antiguidade e mérito, a seguir detalhados:

I) Antiguidade: apresenta doze faixas salariais (A1 a A12), observado o acréscimo de 3% no Vencimento-Padrão (VP) entre cada nível. A promoção ocorre automaticamente pelo tempo de serviço, após 1.095 dias (três anos), descontados eventuais retardamentos, com exceção da primeira, cujo interstício é de 90 dias;

II) Mérito: a ascensão entre os níveis de mérito ocorre, exclusivamente, por meio do exercício de funções gratificadas ou de confiança em caráter efetivo ou substituição. A cada dia, uma pontuação por mérito é acumulada, sendo necessários 1.095 pontos para a promoção a cada nível (M1 a M25).

Além do cargo de escriturário e cargos pertencentes à carreira SESMT, os funcionários podem exercer funções gratificadas ou de confiança. Neste último caso, tratam-se de funções de destaque na estrutura organizacional, investidas de confiança especial decorrente das atividades desenvolvidas, as quais envolvem a capacidade de influenciar a gestão do Banco, além de acesso exclusivo a informações confidenciais.

Quando investidos em função gratificada ou de confiança, além das verbas pessoais, os funcionários recebem adicional de acordo com a posição hierárquica de sua função na organização. As funções de confiança e gratificadas do Banco possuem um piso remuneratório, de modo que pessoas que exercem a mesma função recebem remunerações equivalentes.

Remuneração Padrão

Verbas Pessoais

Vencimento-Padrão: compõe a remuneração base do funcionário. Serve de base para remuneração de todos os cargos efetivos, de todas as carreiras do Banco.

Adicional por mérito: compõe a remuneração base do funcionário. Corresponde ao nível de mérito indicado no item "a", alínea II.

Valor em Caráter Pessoal do Vencimento-Padrão: verba instituída para pagamento da diferença decorrente do enquadramento ao Vencimento-Padrão das carreiras administrativa e técnico-científica.

Valor de Referência (VR): é o piso de remuneração das funções gratificadas e de confiança.

Verbas - Função de Confiança e Função Gratificada

Adicional de Função: parcela adicional paga mediante o exercício de função gratificada ou função de confiança.

Complemento de Função: corresponde à eventual diferença entre o VR e o somatório das verbas pessoais e as verbas vinculadas às funções. Possui caráter temporário e variável.

Ajuste Plano de Funções: mantém a remuneração, em caráter temporário, enquanto o funcionário permanecer na função/código de pagamento no qual tomar posse quando da implantação do plano de funções.

Remuneração por Fatores

A remuneração por fatores prevê a diferenciação entre os adicionais de função e/ou valor de referência para uma mesma função, onde se destaca o fator competência, que se aplica, exclusivamente, aos Gerentes de Relacionamento em Unidade de Negócios, Gerente de Serviços em Unidade de Negócios e Gerente de Módulo em Unidade de Apoio. A remuneração difere-se pelo fator competência, sendo classificada em:

- a) **Básica:** quando do ingresso na função.
- b) **Avançada:** para os funcionários público-alvo que apresentam as melhores classificações, de acordo com critérios de priorização e pontuação, desde que tenham atingido um conjunto de pré-requisitos: tempo de exercício da função na competência básica, deter certificações legais e internas, possuir pontuação mínima na média das três últimas avaliações da Gestão de Desempenho por Competências e a inexistência de impedimentos sob aspectos disciplinares.

Remuneração Variável

Participação nos Lucros ou Resultados

O programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) é um programa anual com previsão de pagamento semestral aos funcionários do Banco composto por dois módulos:

Módulo Fenaban

O módulo Fenaban corresponde a 45% do salário-paradigma acrescido de valor fixo, ambos definidos no Acordo Coletivo de Trabalho. O salário-paradigma é definido conforme abaixo:

- a. para escriturários e integrantes da Carreira Técnico-Científica: Vencimento-Padrão do sexto nível de antiguidade do plano de carreira e remuneração do BB;
- b. para caixas-executivos: Vencimento-Padrão do sexto nível de antiguidade do plano de carreira e remuneração do BB somado à gratificação de caixa;
- c. para comissionados: VR da função ou salário paradigma do caixa-executivo, o que for maior.

Módulo BB

O módulo BB é composto por duas parcelas, a saber:

- a. Parcela Fixa: corresponde a 4% do lucro líquido divulgado no balanço semestral, rateado linearmente entre os funcionários. Para efeito de determinação desta parcela, o número de funcionários corresponde ao somatório dos dias trabalhados por cada funcionário dividido pelo número de dias do semestre;
- b. Parcela Variável: equivalente à diferença entre o valor correspondente à quantidade de salários-paradigma definido pelo Banco e a soma do Módulo Fenaban e da Parcela Linear definida acima, e vinculada ao cumprimento do Acordo de Trabalho (ATB) do respectivo semestre de verificação de lucro líquido.

Em fevereiro de 2020 o Banco lançou o Programa Performa, composto por um conjunto de medidas que objetivam, dentre outros, maior aproximação do BB às práticas de mercado, principalmente no que diz respeito a Remuneração Fixa e Premiação por Desempenho.

Nesse contexto, uma das medidas implementadas refere-se à adequação de valores de remuneração dos ocupantes Funções Gratificadas e de Confiança do Banco, bem como a extinção da diferenciação de remuneração pelo fator Competência. Observou-se, quando da elaboração das medidas, que não é prática do mercado financeiro a vinculação, de forma direta, entre remuneração fixa e o fator competência. Assim sendo, a Remuneração por Fatores foi extinta.

b. Benefícios

Prezando pela qualidade de vida, o Banco do Brasil oferece uma série de benefícios aos funcionários, listados a seguir:

Benefícios	Descrição
------------	-----------

Ajuda Alimentação/Refeição

Valor disponibilizado em cartão eletrônico utilizado para o custeio parcial de despesas com aquisição de alimentos em restaurantes, lanchonetes, mercearias e supermercados. O valor é definido em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Ajuda Deslocamento Noturno

Ressarcimento de despesas com transporte de retorno à residência para funcionários cuja jornada de trabalho termine entre meia-noite e seis horas da manhã.

Auxílio-Creche

Auxílio financeiro com a finalidade de ressarcir despesas realizadas com internamento de cada filho em creches e instituições pré-escolares de livre escolha e, inclusive, nas mesmas condições e valor, as despesas efetuadas com o pagamento da empregada doméstica/babá. O valor é definido em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Auxílio Filho com Deficiência

Auxílio financeiro com a finalidade de atender de forma parcial as necessidades dos funcionários que tenham filhos com deficiência, a partir da constatação da deficiência, sem limite de idade. O valor é definido em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Caixa Executivo - Vantagem em Caráter Pessoal - LER

Pagamento, em caráter pessoal, da gratificação de caixa executivo, por um período de até 540 dias, a partir do momento que o funcionário, afastado por LER (Lesão por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), retorne às atividades no Banco.

Cesta Alimentação

Valor disponibilizado em cartão eletrônico utilizado para o custeio parcial de despesas com aquisição de alimentos em mercearias ou supermercados. O valor é definido em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Faltas Abonadas

Concessão anual de cinco faltas abonadas por ano.

Indenização por Assalto

Indenização em favor do funcionário e seus dependentes legais, no caso de invalidez permanente ou morte, em consequência de sequestro e/ou assalto tentado contra o Banco.

Licença para Acompanhar Pessoa Enferma da Família (LAPEF)

Concessão de afastamento aos funcionários, não superior a 90 dias, após esgotar os saldos de férias, abonos, licença-prêmio e folgas, para acompanhar pessoas enfermas da família em situações transitórias e pontuais.

Licença-Prêmio

Aquisição anual de 18 dias para cada efetivo exercício no Banco. Somente para funcionário admitido até 11/01/1998.

Programa de Assistência a Vítimas de Assalto e Sequestro (PAVAS)

Prestação de assistência médica, psicológica, jurídica e de segurança à população vitimada em situações de atentado ao patrimônio do BB (assalto e sequestro), colaborando ainda para o restabelecimento da rotina da(s) pessoa(s) e dependência envolvida. Prevê atendimento emergencial, que acontece no local do evento, abrangendo não apenas funcionários, mas estagiários, aprendizes e empregados de empresas terceirizadas; e atendimento continuado, caso haja necessidade. Em casos de sequestro, estão cobertos também familiares e empregados domésticos atingidos pela ocorrência. Quanto à segurança da integridade física e emocional do funcionário e seus dependentes, o Banco arca com despesas de deslocamento (passagens, hospedagem e alimentação) no período do afastamento.

Programa de Assistência Social - Adiantamentos - Aquisição de óculos e lentes

Concessão de adiantamento para cobertura de despesas com aquisição de óculos ou lentes, recomendados por médico. A restituição do adiantamento é feita em até 48 meses, sem juros.

Programa de Assistência Social - Adiantamentos - Catástrofe Natural ou Incêndio Residencial

Concessão de adiantamento para cobertura de despesas com aquisição ou reforma de bens essenciais danificados por catástrofe natural como enchente, vendaval, abalo sísmico ou incêndio residencial. A restituição do adiantamento é feita em até 48 meses, sem juros.

Programa de Assistência Social - Adiantamentos - Eventos Extraordinários

Concessão de adiantamento para superação de crise financeira, resultante de causas imprevisíveis, inevitáveis e fortuitas. A restituição do adiantamento é feita em até 48 meses, sem juros.

Programa de Assistência Social - Adiantamentos - Funcionário PcD

Destinado a funcionários portadores de deficiência, trata-se de concessão de adiantamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva (relacionados na Portaria Interministerial nº 604, de dezembro de 2014) e veículo zero quilômetro, quando atendidas as premissas da Lei 8.989/95. A restituição do adiantamento é feita em até 48 meses, sem juros.

Programa de Assistência Social - Adiantamentos - Funeral de Dependente Econômico

Concessão de adiantamento para cobertura de despesas com funeral de dependente econômico, quando ultrapassar os valores cobertos pela Cassi. A restituição do adiantamento é feita em até 48 meses, sem juros.

Programa de Assistência Social - Adiantamentos - Glosas da Cassi

Concessão de adiantamento para pagamento das glosas da Cassi na livre escolha, quando caracterizada a insuficiência/inexistência de recursos médico-hospitalares e laboratoriais credenciados/conveniados na localidade que está sendo realizado o tratamento. A restituição do adiantamento é feita em até 48 meses, sem juros.

Programa de Assistência Social - Adiantamentos - Tratamento Odontológico

Concessão de adiantamento para cobertura de despesas com tratamento dentário, com restituição em até 48 meses, sem juros.

Programa de Assistência Social - Adiantamentos - Tratamento Psicoterápico

Concessão de adiantamento para cobertura de despesas com sessões de psicoterapia após o esgotamento das 200 sessões individuais, disponibilizadas pela Cassi, às quais, tanto o funcionário quanto seus dependentes econômicos têm direito, ao ser admitido no Banco. A restituição do adiantamento é feita em até 48 meses, sem juros.

Programa de Assistência Social - Auxílio - Assistência a Dependentes com Deficiência

Cobertura das despesas com internato, semi-internato, externato e terapias complementares decorrentes de dependentes econômicos ou pensionistas (cadastrados no Banco) portadores de deficiências física, mental e/ou neurossensorial, de caráter permanente, que limite ou gere sua incapacidade para o desempenho da vida diária e/ou do trabalho.

Programa de Assistência Social - Auxílio Arbitrio Especial

Cobertura parcial das despesas médico-hospitalares com doenças graves, quando não existirem recursos médicos no Plano de Associados da Cassi na localidade do evento.

Programa de Assistência Social - Auxílio - Deslocamento para Tratamento de Saúde no Exterior

Ressarcimento de 50% das despesas médico-hospitalares e 100% das despesas com deslocamento para tratamento de saúde no exterior (passagens, hospedagem e refeição) para o paciente e o acompanhante, quando inexistirem recursos adequados ou suficientes no Brasil.

Programa de Assistência Social - Auxílio - Deslocamento para Tratamento de Saúde no País

Ressarcimento das despesas com deslocamento para tratamento de saúde no País (passagens, hospedagem e refeição) para o paciente e o acompanhante, quando inexistir recursos adequados e/ou suficientes no local de origem do funcionário (localidade onde lotado).

Programa de Assistência Social - Auxílio - Doação/Recepção de Órgãos e Transplantes

Ressarcimento de despesas do funcionário com deslocamento para doação/recepção de órgãos para transplante.

Programa de Assistência Social - Auxílio - Enfermagem Especial

Cobertura dos valores glosados pela Cassi sobre serviços de enfermagem hospitalar e domiciliar para paciente que necessite de cuidados permanentes e intensivos de enfermagem, com condição de ser mantido fora da UTI (Unidade de Tratamento Intensivo).

Programa de Assistência Social - Auxílio - Falecimento em Situação de Serviço

Cobertura de gastos com funeral e traslado do corpo, em caso de falecimento de funcionário em situação de serviço fora da região metropolitana de sua dependência de localização, inclusive durante o trânsito.

Programa de Assistência Social - Auxílio - Remoção em UTI Móvel ou Táxi Aéreo

Cobertura de despesas com remoção em UTI móvel ou táxi aéreo para tratamento de saúde, em situações médicas de real gravidade e/ou emergências, caracterizadas pela necessidade de acompanhamento médico no deslocamento.

Programa de Assistência Social - Auxílio - Tratamento com Hormônio do Crescimento

Cobertura de despesas dos valores glosados pela Cassi para despesas decorrentes do tratamento com hormônio de crescimento aos portadores de nanismo hipofisário.

Programa de Assistência Social - Controle do Tabagismo

O funcionário inscrito no Programa de Controle do Tabagismo terá a cobertura integral das despesas de deslocamento, para tratamento até o local mais próximo, quando não houver rede credenciada na localidade do funcionário. Também será ressarcido em 50% do valor dos medicamentos prescritos, se for o caso.

Programa de Assistência Social - Perícia Odontológica

O Banco assume a despesa com perícia odontológica, quando necessária.

Vale-Transporte

Custeio parcial das despesas com transporte urbano de funcionários, nos deslocamentos entre a residência e o local de trabalho e vice-versa. Não se aplica nos deslocamentos aqueles efetuados com transportes seletivos ou especiais.

Vantagem em Caráter Pessoal (VCP)

Continuidade do pagamento da remuneração em caráter pessoal e por determinado período da função exercida pelo funcionário quando há dispensa de função em razão de redução da dotação da dependência ou nomeação em função de remuneração inferior.

Vantagem em Caráter Pessoal (VCP) - Licença Saúde ACT

Pagamento em caráter pessoal da função, por um período de até 360 dias, a partir do momento que o funcionário, afastado por licença saúde, que perdeu a função por ter sido incluído no quadro suplementar, retorna da licença.

Licença-Adoção

É abonado o afastamento para adoção de crianças com idade de até 12 anos incompletos. Adotantes podem afastar-se por 120 dias, na forma da Lei 12.873/2013, contados a partir da data do termo da adoção definitiva ou guarda provisória. Funcionários que adotarem ou obtiverem a guarda de criança para fins de adoção, fazem jus, também, ao salário-maternidade.

Licença-Maternidade

Por ocasião do parto, da adoção ou da guarda judicial para fins de adoção, a funcionária faz jus ao benefício de salário-maternidade e licença-maternidade.

Prorrogação Licença-Maternidade

Opção de estender em 60 dias o período de afastamento em decorrência do parto. Assim, a licença-maternidade poderá ter até 180 dias de duração.

Salário-Maternidade

É adiantado o valor do salário à funcionária durante o período que estiver de licença-maternidade ou licença-adoção é aquele igual à sua remuneração integral devida no mês de afastamento ou à média aritmética dos últimos seis meses, o que for melhor.

Extensão da licença maternidade - Parto Prematuro e Bebê em UTI

Afastamento autorizado após o término da licença-maternidade ou licença-paternidade na quantidade de dias que o recém-nascido prematuro tenha permanecido em UTI, limitado a 60 dias.

Assistência Médica

O Banco do Brasil contribui como patrocinador para um plano de saúde por funcionário, inclusive aqueles oriundos de instituições financeiras incorporadas.

Previdência Complementar

O Banco do Brasil contribui como patrocinador para um plano de benefício em previdência complementar por funcionário, inclusive aqueles oriundos de instituições financeiras incorporadas.

Plano Odontológico

Oferecido pelo Banco do Brasil, por meio da BB Dental, aos funcionários da ativa e seus dependentes diretos. Possui abrangência em todo o território nacional.

Vantagens na Nomeação e Remoção

Destinam-se ao custeio parcial de despesas inerentes ao processo de desinstalação, instalação, deslocamento, entre outros, para os funcionários que efetuem mudança de residência no interesse do serviço e para município não limítrofe do atual e não pertencente a mesma região metropolitana, devido a comissionamento ou remoção por reestruturação.

Portal UniBB Família

Portal direcionado para disseminação de conteúdo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários, dependentes, adolescentes e jovens aprendizes e educadores aposentados.

Benefício aos Funcionários Pais de Filho com Deficiência

Possibilitar a redução da jornada aos funcionários pais de filhos com deficiência, e que apresentem elevado grau de dependência, visando o equilíbrio da rotina de trabalho e o acompanhamento em tratamentos terapêuticos.

Auxílio Educacional para Dependentes

Benefício concedido, por meio de ressarcimento, para dependente de funcionário falecido ou diagnosticado com invalidez permanente, em decorrência de assalto tentado contra o Banco, auxiliando, quando for o caso, todos os ciclos letivos da formação educacional (infantil, fundamental 1 e 2, médio e superior).

c. planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Descrever as características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício.

O Banco do Brasil não dispõe de plano de remuneração baseado em ações para empregados não-administradores.

14.4. Relações entre o Banco do Brasil e sindicatos

Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

Além dos requisitos legais, o Banco adota um modelo de negociação coletiva permanente, acordado junto às confederações, federações e sindicatos, com a realização de reuniões periódicas em que são debatidas questões como saúde no trabalho, ascensão profissional, igualdade de oportunidades, prevenção de conflitos no ambiente de trabalho, dentre outras.

Conforme previsto no acordo coletivo de trabalho, o BB reconhece a figura do representante sindical de base, que atua como facilitador das negociações e soluções de conflitos nos locais de trabalho e ao qual são estendidas as garantias legais, nos termos do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Com esta política, o Banco contribui para a sustentabilidade da democracia, para a consolidação dos direitos e garantias fundamentais e para a manutenção de um relacionamento estável e construtivo com os representantes dos funcionários.

Em 2018, assim como em 2016, o Banco e as entidades sindicais negociaram o Acordo Coletivo de Trabalho por um período de 02 (dois) anos, vigência 2018/2020.

Nos últimos 3 exercícios não houve greve.

14.5. Outras informações relevantes

Todas as informações julgadas relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

15. CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO

15.1/15.2. Posição Acionária

Acionistas						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (unidades)	Total de ações %	
UNIÃO FEDERAL (MINISTÉRIO DA ECONOMIA)						
00.394.460/0001-41	Brasileira-DF	Não	Sim	29/08/2019		
1.432.708.542	50,000%	0	0,000%	1.432.708.542	50,000%	
OUTROS ACIONISTAS						
1.419.459.938	49,538%	0	0,000%	1.419.459.938	49,538%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Última atualização em 30/04/2020						
13.248.540	0,462%	0	0,000%	13.248.540	0,462%	
TOTAL						
2.865.417.020	100,000%	0	0,000%	2.865.417.020	100,000%	

15.3. Distribuição do capital, conforme apurado na última AGO

Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:

Data da última assembleia/ Data da última alteração	30 de julho de 2020
a. Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	699.767
b. Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	14.067
c. Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1.548

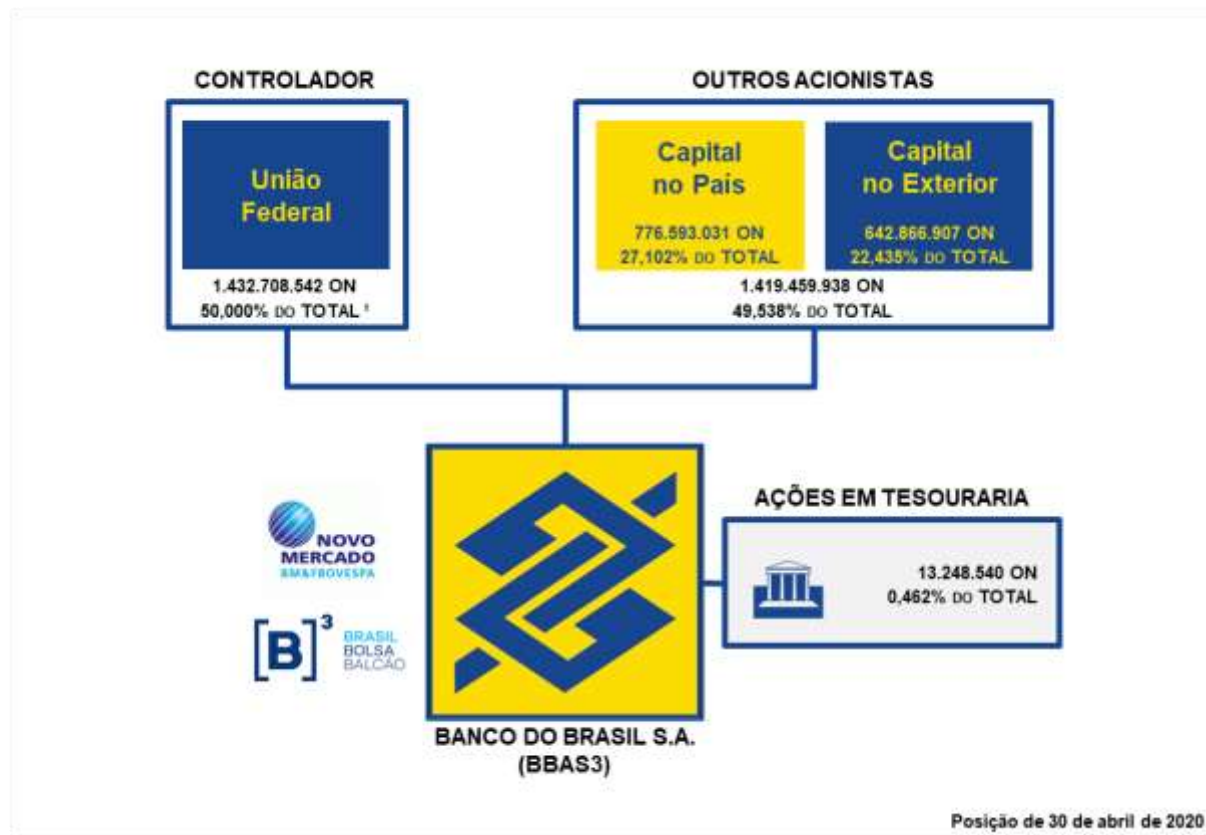
Ações em Circulação (item “d”)

Ações em circulação correspondente a todas as ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria:

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.283.197.221	44,782%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	1.283.197.221	44,782%

15.4. Organograma dos acionistas controladores

Inserir organograma dos acionistas do Banco do Brasil e do grupo econômico em que se insere, indicando: todos os controladores diretos e indiretos do Banco do Brasil; principais controladas e coligadas do Banco do Brasil; participações do Banco do Brasil em sociedades do grupo; participações de sociedades do grupo no Banco do Brasil; principais sociedades sob controle comum.

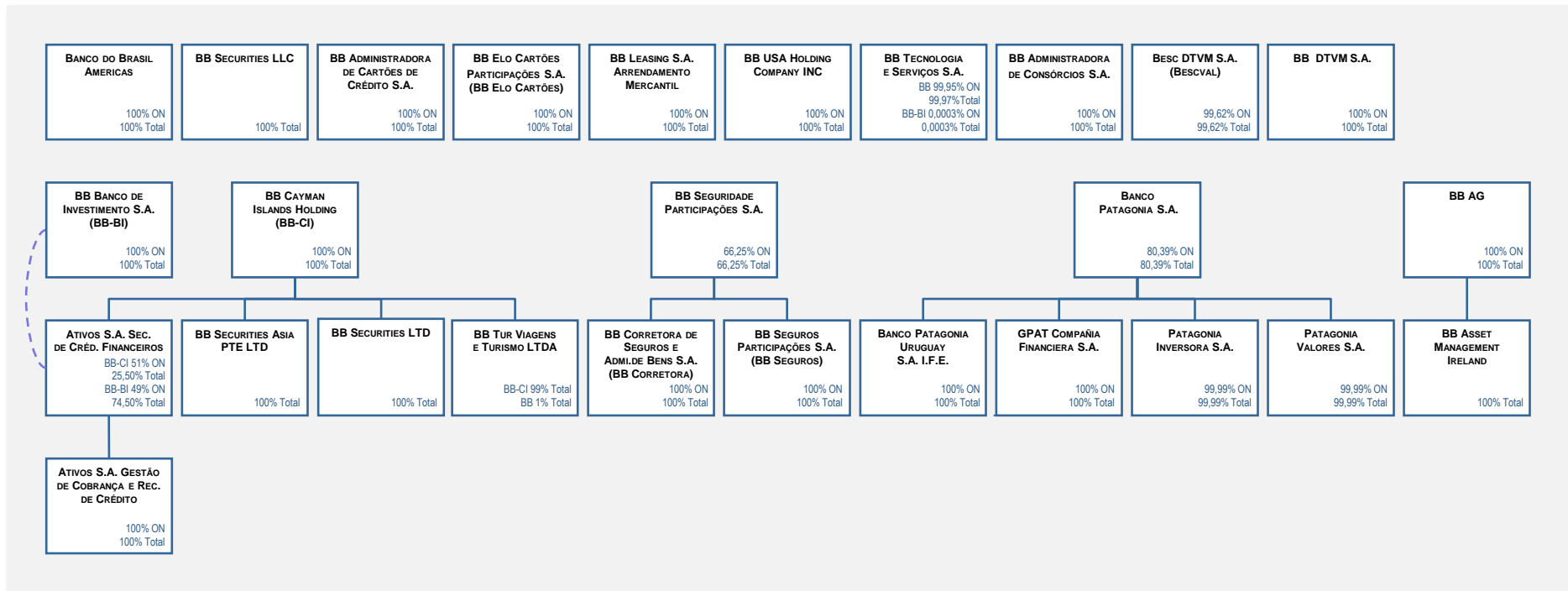


1 - Governo Federal controla o Banco do Brasil S.A. por meio do Ministério da Economia com 50,00000112% do total de ações.

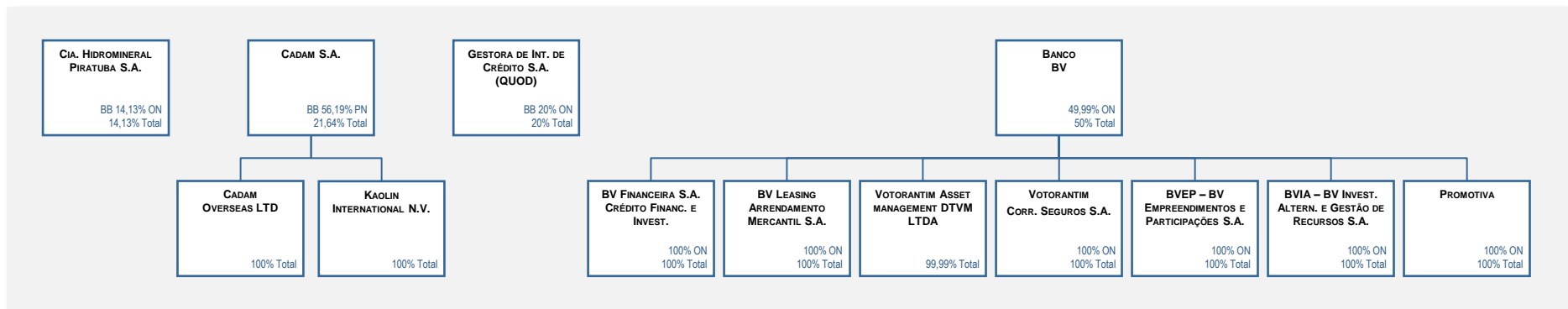
Conglomerado Banco do Brasil

Posição de 30 de abril de 2020

CONTROLADAS

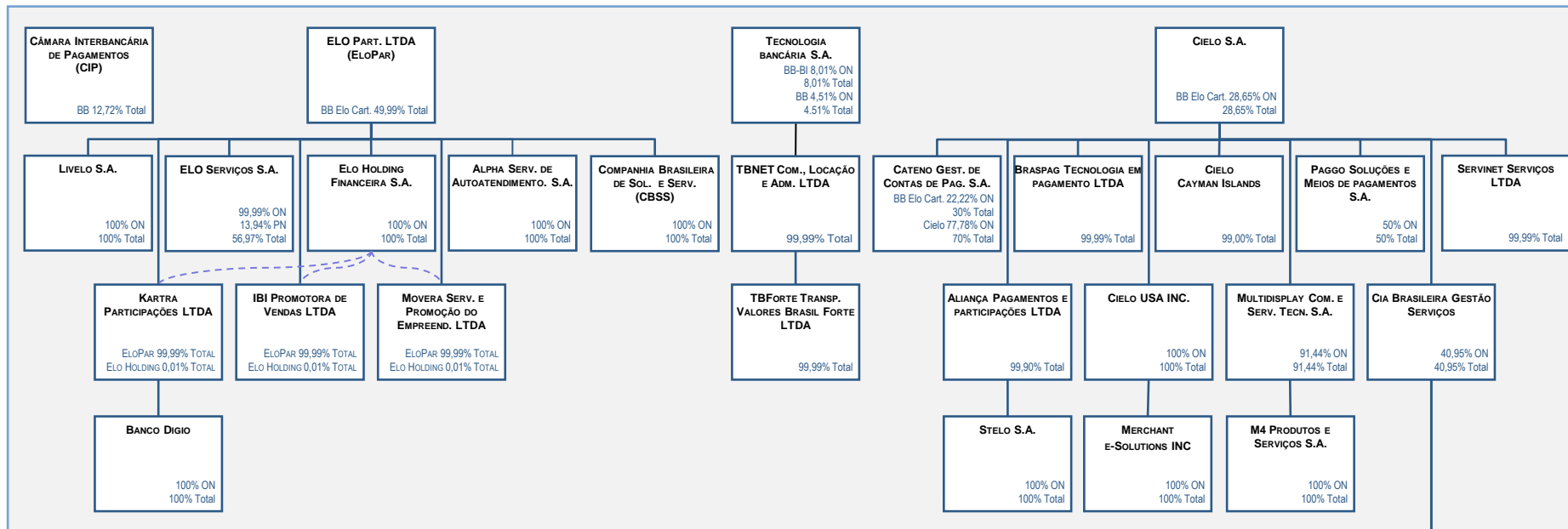


COLIGADAS E SIMPLES PARTICIPAÇÕES – BANCO MÚLTIPLO *

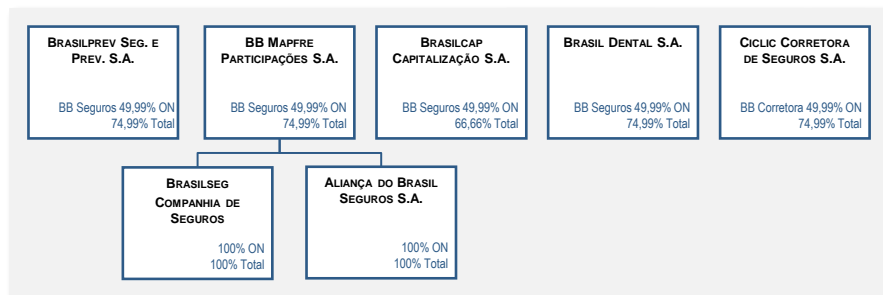


* REPRESENTADAS APENAS AS EMPRESAS NAS QAIS O BANCO DO BRASIL S.A. DETÉM, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, NO MÍNIMO DE 10% DO CAPITAL VOTANTE OU TOTAL.

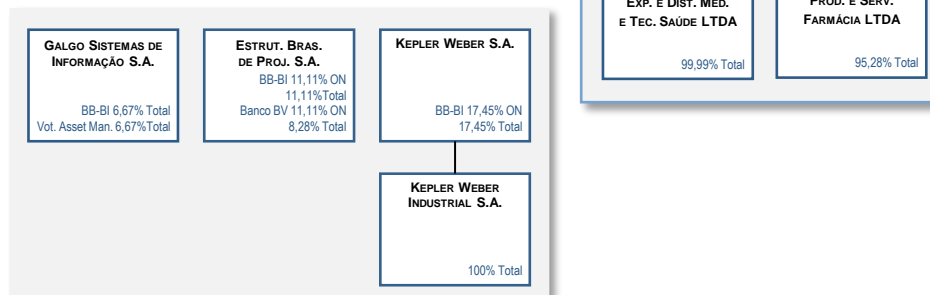
COLIGADAS E SIMPLES PARTICIPAÇÕES – MEIOS DE PAGAMENTO *



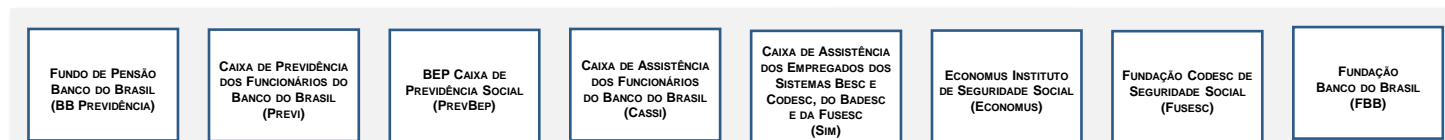
COLIGADAS E SIMPLES PARTICIPAÇÕES – SEGURIDADE *



COLIGADAS E SIMPLES PARTICIPAÇÕES – BB-BI *



ADMINISTRADAS, PATROCINADAS E FUNDAÇÕES – BANCO MÚLTIPLO



* REPRESENTADAS APENAS AS EMPRESAS NAS QAIS O BANCO DO BRASIL S.A. DETÉM, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, NO MÍNIMO DE 10% DO CAPITAL VOTANTE OU TOTAL.

15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede ou do qual o controlador seja parte

Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do Banco do Brasil Não aplicável, uma vez que o Banco do Brasil S.A. não dispõe de acordo de acionistas.

15.6. Alterações relevantes nas participações do grupo de controle

Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do Banco do Brasil

Não aplicável, uma vez que, até a data de publicação deste Formulário de Referência, não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle, acionista vinculado e administradores do Banco do Brasil nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e no exercício social corrente.

15.7. Principais operações societárias

Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o Banco do Brasil, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o Banco do Brasil ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

a. Evento: Reorganização Societária – IRB-Brasil Resseguros S.A.**b. principais condições do negócio**

Em 19 de maio de 2017, a Assembleia Geral de Acionistas (“Assembleia Geral”) do IRB-Brasil Re, no âmbito da Oferta Inicial de Ações de sua emissão, ratificou a decisão da Assembleia Geral de 21 de agosto de 2015 de aprovar: (i) o pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), (ii) a solicitação à CVM de autorização para realizar Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários e (iii) a adesão ao segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Oferta Pública de distribuição secundária foi registrada na CVM em 28 de julho de 2017 e o início das negociações das ações na B3 se deu no dia 31 do mesmo mês.

Em 29 de agosto de 2017, a Oferta Pública de distribuição secundária de 73.554.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do IRB Brasil-RE e de titularidade dos acionistas vendedores foi encerrada. Foram alienadas 21.505.355 ações ordinárias de titularidade do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), 16.206.387 ações ordinárias de titularidade do BB Seguros Participações S.A. (“BB Seguros”), 16.206.387 ações ordinárias de titularidade da Bradesco Seguros, 11.166.019 ações ordinárias de titularidade da Itaú Seguros, 677.400 ações ordinárias de titularidade do Itaú Vida e 7.792.452 ações ordinárias de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona (“FIP Caixa Barcelona”), considerando o exercício da opção de ações do lote suplementar, ao preço de R\$ 27,24 por Ação, perfazendo o montante de R\$ 2.003.610 mil.

A alienação de 16.206.387 ações no âmbito da oferta pública produziu um ganho no valor de R\$ 269.246 mil, sem considerar os efeitos tributários e os custos de distribuição.

Após a Oferta Pública, a BB Seguros, subsidiária integral da BB Seguridade, passou a deter 47.520.213 ações ordinárias do IRB Brasil-RE, equivalente a 15,2% do capital social da Companhia.

c. sociedades envolvidas

IRB-Brasil Resseguros S.A. e seus acionistas vendedores: BB Seguros Participações S.A., Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), Bradesco Seguros S.A., Itaú Seguros S.A. e FIP Caixa Barcelona.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do Banco do Brasil

Não houve alteração no quadro acionário do Banco do Brasil.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração no quadro societário do Banco do Brasil.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, uma vez que o evento não interferiu no tratamento equitativo entre os acionistas do Banco do Brasil. A alienação foi realizada em conformidade com os procedimentos legais e estatutários pertinentes ao tema, e aprovada em Assembleia Geral do IRB-Brasil Resseguros S.A. (realizada em agosto de 2015) e posteriormente ratificada por Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em maio de 2017.

a. Evento: Alienação de participação na Neoenergia S.A.

Em 18 de abril de 2019, o Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. autorizou a alienação, no âmbito de uma oferta pública inicial, das ações emitidas pela Neoenergia S.A. (“Neoenergia”), detidas por sua controlada BB-Banco de Investimento S.A. (“BB-BI”).

No dia 29 do mesmo mês, a assembleia geral extraordinária de acionistas da Neoenergia aprovou a realização de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de sua emissão.

Em 27 de junho de 2019, foi fixado em R\$ 15,65 o preço por ação da Oferta Pública de Ações da Neoenergia, com alienação integral da participação de 9,35% do BB-BI na Neoenergia.

b. principais condições do negócio

Sob Registro da Oferta Pública de Distribuição Secundária nº CVM/SER/SEC/2019/004, em 28 de junho de 2019 (“Oferta”), foram ofertadas, inicialmente, 208.044.383 ações ordinárias de emissão da Neoenergia (“Ações”), de titularidade dos acionistas vendedores - sendo 113.430.487 ações do BB-BI (totalidade da participação na Neoenergia) - ao preço unitário de R\$ 15,65.

A Oferta foi realizada em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente (“Código ANBIMA”), bem como com os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), e demais normativos aplicáveis, e coordenada pelos Coordenadores da Oferta (BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.; BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.; BANCO J.P. MORGAN S.A.; BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.; CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.; e HSBC BRASIL S.A. - BANCO DE INVESTIMENTO).

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional (Banco do Brasil Securities LLC; BofA Securities, Inc.; J.P. Morgan Securities LLC, Inc.; Credit Suisse Securities (USA) LLC; Citigroup Global Markets, Inc.; e HSBC Securities (USA) Inc.) com: (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América (“Estados Unidos”), conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933 dos Estados Unidos (“*Securities Act*”), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o *Securities Act* e com os regulamentos expedidos ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários e (ii) investidores nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non U.S. persons*), em conformidade com os procedimentos previstos na *Regulation S* (“Regulamento S”), editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e cujos investimentos respeitem a legislação aplicável nos seus respectivos países de domicílio (“Investidores Estrangeiros”). Em ambos os casos, apenas foram considerados Investidores Estrangeiros os investidores que invistam no Brasil de acordo com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, sem necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

c. sociedades envolvidas

BB Banco de Investimento S.A., Iberdrola Energia S.A. e Neoenergia S.A.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do Banco do Brasil

Não houve alteração no quadro acionário do Banco do Brasil.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração no quadro societário do Banco do Brasil.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, uma vez que o evento não interferiu no tratamento equitativo entre os acionistas do Banco do Brasil. A alienação da participação do BB-BI na Neoenergia foi realizada em conformidade com os procedimentos legais e estatutários pertinentes ao tema, autorizada pelo Conselho de Administração (CA) e posteriormente aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), conforme informado no item “a” deste evento.

a. Evento: Centralização da Participação da Cielo S.A.

b. principais condições do negócio

Em 18 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. aprovou a cisão parcial do patrimônio do Banco do Brasil Banco de Investimento S.A. (“BB-BI”), referente à participação acionária na Cielo S.A., e a transferência da parte cindida para a BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”).

O movimento societário pretende promover a centralização das participações em empresas do segmento de meios de pagamento sob uma única *holding*, a BB Elo, buscando alinhamento com a estratégia de simplificação da organização societária do Conglomerado Banco do Brasil.

Com a absorção da parte cindida, utilizando valores do encerramento do ano de 2018, a BB Elo terá aumento no Ativo Permanente e no Patrimônio Líquido de R\$ 3.234.600 mil.

Para o Conglomerado Banco do Brasil, a transferência da Cielo para a BB Elo gerará um impacto negativo no resultado de R\$ 28.004 mil, devido à movimentação do crédito tributário gerado pelo ágio.

A operação acima mencionada está sujeita a análise e aprovação dos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme legislação aplicável.

Além do exposto, a BB Elo espera manter o aprimoramento constante do acompanhamento das empresas participadas direta e indiretamente, utilizando-se da estrutura disponibilizada pelo Banco do Brasil. Com a conclusão da operação, a BB Elo passa a deter 28,65% de participação no capital da Cielo S.A.

c. sociedades envolvidas

Banco do Brasil S.A., BB Banco de Investimento S.A., Cielo S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do Banco do Brasil

Não houve alteração no quadro acionário do Banco do Brasil.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração no quadro societário do Banco do Brasil.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Aprovação da proposta pelos órgãos reguladores, uma vez que a cisão proposta, não afeta a participação direta do Banco do Brasil no BB-BI e tampouco na BB Elo Cartões, bem como na indireta da Cielo. Quando da aprovação da cisão parcial do BB-BI, segregando o patrimônio correspondente à participação na Cielo, e, após concedidas as autorizações regulatórias, se procederá a atualização do Acordo de Acionistas da Companhia, contemplando a substituição do acionista BB-BI por BB Elo Cartões que oportunamente será submetida à apreciação das áreas competentes do Banco do Brasil.

a. Evento: Incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia S.A.

Em 24 de agosto de 2017 em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia S.A., conforme divulgado ao mercado em Fato Relevante datado de 8 de junho de 2017, tendo em vista a satisfação da integralidade das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação de Incorporação da Elektro Holding S.A. (“Protocolo de Incorporação”), celebrado em 7 de junho de 2017.

A Elektro Holding S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado cujo objeto consiste na participação em outras sociedades dedicadas à distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como à prestação de serviços às empresas controladas.

Em 04 de julho de 2017, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em 1 de agosto de 2017 foi obtida a autorização da ANEEL e em 17 de agosto de 2017, foi obtida a anuência dos credores.

b. principais condições do negócio

A incorporação foi efetivada via emissões de novas ações da Neoenergia aos acionistas da Elektro, combinando os respectivos ativos. Como consequência, a Neoenergia passa a controlar todas as subsidiárias da Elektro: Elektro Redes S.A., distribuidora de energia, Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil S.A. (Enerbrasil), Elektro Renováveis do Brasil S.A. (Elektro Renováveis), as duas últimas produtoras de energia eólica, Elektro Comercializadora de Energia Ltda. (EKCE) e Elektro Operação e Manutenção Ltda. (Elektro O&M), consistindo em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Em decorrência da conclusão da operação, houve a extinção da Elektro Holding S.A, cujo acervo líquido foi incorporado pela Neoenergia.

Foi aprovada também a relação de substituição das ações de emissão da Elektro por ações de emissão da Companhia (“Relação de Substituição”) fixada em 1:0,4385271074, ou seja, para cada 1 (uma) ação de emissão da Elektro foi atribuída fração de ação de emissão da Companhia correspondente a 0,4385271074, conforme previsto no Protocolo de Incorporação. Tendo em vista a Relação de Substituição, a Incorporação resultou na emissão de 1.654.124.249 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, duzentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, e sem valor nominal da Companhia em substituição às 3.772.000.000 (três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Elektro. Dessa forma, não ocorreu desembolso de caixa para esta incorporação. Os impactos dos efeitos não caixa estão demonstrados como informações complementares das demonstrações financeiras.

c. sociedades envolvidas

Elektro Holding S.A. (extinta na transação), Elektro Redes S.A., Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil S.A. (Enerbrasil), Elektro Renováveis do Brasil S.A. (Elektro Renováveis), Elektro Comercializadora de Energia Ltda. (EKCE), Elektro Operação e Manutenção Ltda. (Elektro O&M) e Neoenergia S.A.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do Banco do Brasil

Não houve alteração no quadro acionário do Banco do Brasil.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração no quadro societário do Banco do Brasil.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, uma vez que o evento não interferiu no tratamento equitativo entre os acionistas do Banco do Brasil. A incorporação foi realizada em conformidade com os procedimentos legais e estatutários pertinentes ao tema, e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), conforme informado no item “a” deste evento.

a. Evento: Exercício de Opção de Venda – Banco Patagonia (BPAT)

Em setembro de 2018, o Banco do Brasil adquiriu 154.014.912 ações (21,4165% do capital votante) do Banco Patagonia (“BPAT”), em decorrência do exercício da opção de venda detida pelos acionistas minoritários Jorge G. Stuart Milne, Ricardo Alberto Stuart Milne e Emilio Carlos González Moreno (“Minoritários”), conforme previsto no Acordo de Acionistas, celebrado em 12 de abril de 2011, entre o Banco do Brasil e os Minoritários.

A aquisição inicial de participação societária do Banco do Brasil no BPAT foi realizada em 12 de abril de 2011, pela qual o Banco do Brasil passou a deter 51% do capital votante da empresa. Em novembro do mesmo ano, mediante realização de Oferta Pública de Aquisição Obrigatória de Ações (OPA) no mercado argentino, o Banco do Brasil passou a deter 58,9731% das ações do BPAT.

b. principais condições do negócio

O Acordo de Acionistas celebrado entre o Banco do Brasil e os Minoritários havia estabelecido uma Opção de Compra detida pelo Banco do Brasil e uma Opção de Venda detida pelos Minoritários, as quais, se exercidas, obrigavam a outra parte a aceitar a venda ou a compra de ações de emissão do BPAT conforme o caso. Em junho de 2018, os Minoritários encaminharam ao Banco do Brasil “Notificação de Exercício de Opção de Venda”, o que implicou a obrigação do Banco do Brasil adquirir a totalidade das ações do BPAT detida pelos Minoritários.

O preço de exercício foi de US\$ 1,314 por ação, totalizando o montante de US\$ 202.375.594,37.

Como consequência desta operação o Banco do Brasil S.A. aumentou sua participação de 58,97% para 80,39% no Banco Patagonia. Os minoritários envolvidos (Jorge G. Stuart Milne, Ricardo Alberto Stuart Milne e Emilio Carlos González Moreno) alienaram a totalidade de suas participações.

c. sociedades envolvidas

Banco do Brasil S.A., Banco Patagonia, Jorge G. Stuart Milne, Ricardo Alberto Stuart Milne e Emilio Carlos González Moreno.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do Banco do Brasil

Não houve alteração no quadro acionário do Banco do Brasil.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração no quadro societário do Banco do Brasil.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

O exercício da Opção de Venda foi realizado nos termos do Acordo de Acionistas do BPAT, o qual havia sido aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 19 de abril de 2010, na ocasião da primeira aquisição de participação acionária no BPAT pelo Banco do Brasil.

a. Evento: Reestruturação da Parceria do Grupo Segurador BB Mapfre

b. principais condições do negócio

Descrição das Cisões, ambas ocorridas em 30 de novembro de 2018:

(a) cisão parcial e proporcional da BB MAPFRE (“BBM”, antiga BB MAPFRE SH1), com a versão de 38.245.074 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da MAPFRE Vida S.A., correspondentes a 100% de seu capital social total e votante, todas de propriedade da BBM (“Acervo Cindido BBM”), para a BB MAPFRE SH2 (“SH2” e “Cisão BBM”, respectivamente); e

(b) em ato subsequente e interdependente da Cisão BBM, cisão parcial e desproporcional da SH2, com a versão de 18.361 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Aliança do Brasil Seguros S.A., correspondentes a 100% de seu capital social total e votante, todas de propriedade da SH2 (“Acervo Cindido SH2” e, em conjunto com o Acervo Cindido BBM, os “Acervos Cindidos”) para a BBM (“Cisão SH2” e, em conjunto com Cisão BBM, as “Cisões”).

Embora as Cisões tenham ocorrido de forma sequencial, ambas fizeram parte de um negócio jurídico único e indivisível, tendo por premissa que as Cisões foram interdependentes, ou seja, não poderiam ser parcialmente implementadas.

As Cisões estavam inseridas em um projeto de reorganização societária envolvendo os grupos societários das SHs, de forma a possibilitar a reestruturação da parceria por meio da redistribuição de participação societária de acordo com as diferentes atividades das subsidiárias das Companhias.

Os Acervos Cindidos foram vertidos por seus respectivos valores patrimoniais contábeis, com base nas demonstrações financeiras não-auditadas da BBM e SH2, conforme o caso, levantadas em 31 de outubro de 2018 (“Data-Base”). Atendendo ao disposto no artigo 227, §3º, da Lei das S.A., os administradores das SHs nomearam empresa especializada “Avaliadora”, para avaliar os Acervos Cindidos, observado que sua escolha foi ratificada pelos acionistas das SHs em sede de AGE, nos termos do artigo 227, §1º, da Lei das S.A.

Ainda em 30 de novembro de 2018, imediatamente após a reorganização societária descrita acima, a BB Seguros Participações S.A. (“BB Seguros”) alienou a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SH2 de sua titularidade à MAPFRE Brasil pelo valor de R\$ 2,4 bilhões, do qual foram deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos, bem como as reduções de capital realizadas pelas seguradoras envolvidas na reestruturação. Com base neste ajuste, a BB Seguros recebeu da MAPFRE, naquela data, o montante de R\$ 2,3 bilhões.

A operação resultou, após a dedução das despesas relacionadas aos assessores financeiros da operação e a incidência de tributos, em uma liberação de capital de R\$ 2,1 bilhões para distribuição aos acionistas da BB Seguridade.

A reestruturação gerou impacto negativo de aproximadamente R\$ 79 milhões no lucro líquido do 4T18 da BB Seguridade, decorrente de efeitos fiscais e das despesas com os assessores financeiros da operação. Considerando o caráter não recorrente do evento, tal perda está classificada como item extraordinário para fins de apuração do lucro líquido ajustado do exercício.

c. sociedades envolvidas

BBM, SH2, Mapfre Vida S.A., Aliança do Brasil Seguros S.A., Cia de Seguros Aliança do Brasil, BrasilVeículos Cia de Seguros, MAPFRE Seguros Gerais S.A.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do Banco do Brasil

Não houve alteração no quadro acionário do Banco do Brasil.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração no quadro societário do Banco do Brasil.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Os movimentos de reorganização societária, que incluíram as cisões parciais de BBM e SH2 e a posterior alienação da participação detida pela BB Seguros no capital social da SH2 foram, nos limites das devidas atribuições, objeto de aprovações prévias pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), Banco Central do Brasil (Bacen), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Após as necessárias aprovações prévias, os movimentos foram deliberados nas respectivas Assembleias Gerais de Acionistas da BBM e da SH2 em 30 de novembro de 2018.

a. Evento: Subscrição de Ações e Integralização de Capital – Ciclic Corretora de Seguros S.A.**b. principais condições do negócio**

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora"), subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A. e a PFG do Brasil 2 Participações Ltda. ("PFG2"), participada da PFG do Brasil Ltda. ("PFG"), após a obtenção das aprovações dos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores competentes assinaram em 10 de setembro de 2018, o Acordo de Acionistas ("Acordo") com vigência até 27 de outubro de 2032, para atuação conjunta na distribuição de produtos de seguridade no canal digital, por meio da Ciclic Corretora de Seguros S.A.

Ato contínuo à assinatura do Acordo, foi realizado o aumento de R\$ 26.997.600,00 no capital da Ciclic, para R\$26.998.600,00, mediante a emissão de 13.498.300 novas ações ordinárias ("ON") e 13.499.300 novas ações preferenciais ("PN"), cabendo à BB Corretora a integralização de R\$ 20.247.600,00 (vinte milhões, duzentos e quarenta e sete mil e seiscentos reais) para aquisição de 6.748.300 ações ON e 13.499.300 ações PN

Com a entrada da BB Corretora no quadro de acionistas da Ciclic, a empresa passou a ter dois acionistas: BB Corretora, detentora de 74,99% do capital total e PFG2, detentora de 25,01% do capital total.

c. sociedades envolvidas

A BB Corretora e a PFG2.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do Banco do Brasil

Não houve alteração no quadro acionário do Banco do Brasil.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração no quadro societário do Banco do Brasil.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, uma vez que o evento não interferiu no tratamento equitativo entre os acionistas do Banco do Brasil.

a. Evento: Oferta Secundária de Ações de Emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. de Titularidade da BB Seguridade Participações S.A.**b. principais condições do negócio**

Em 10 de julho de 2019, o Conselho de Administração do Banco do Brasil deliberou pela aprovação de orientação aos representantes do Banco nos órgãos de governança da BB Seguridade Participações S.A. ("BB Seguridade") - empresa controlada do Banco – no sentido de que fosse dado início à oferta pública com esforços restritos de colocação e distribuição secundária de 15,23% das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB-Brasil RE"), de titularidade de sua subsidiária integral, a BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros").

Em 19 de julho de 2019, a Diretoria da BB Seguros, em linha com orientação do Conselho de Administração da BB Seguridade, fixou o preço por ação em R\$ 88,00.

Dessa forma, com a alienação da participação indireta do Banco do Brasil no capital do IRB-Brasil RE, via BB Seguridade Participações S.A., estima-se impacto positivo no resultado do terceiro trimestre de 2019 do Banco de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, líquido de impostos e aumento positivo residual no índice de capital principal.

c. sociedades envolvidas

BB Seguridade, BB Seguros e IRB – Brasil RE.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do Banco do Brasil

Não houve alteração no quadro acionário do Banco do Brasil.

e. quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração no quadro societário do Banco do Brasil.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, uma vez que o evento não interferiu no tratamento equitativo entre os acionistas do Banco do Brasil.

15.8. Outras informações relevantes

Outras informações sobre o item 15.1/15.2

Não há acionistas ou grupo de acionistas que agem em conjunto ou que representem o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% no capital social do Banco do Brasil, que não o listado no item 15.1.

Outras informações sobre o item 15.3

Consideramos investidores institucionais os fundos de pensão e entidades de previdência privada, montepios, fundações de seguridade social, fundos e clubes de investimentos, companhias de seguros e capitalização e companhias de investimentos. Para se chegar ao número de ações em circulação, do total de ações do Banco do Brasil, foram subtraídas o total de ações pertencentes à União, bem como as ações em tesouraria, as ações de titularidade dos administradores do Banco do Brasil, dos membros do CA, CD e DE, e frações BESC a leiloar. Conforme as melhores práticas, a informação atualizada para o saldo em circulação foi apurada em 30 de abril de 2020.

Todas as informações julgadas relevantes estão detalhadas nos itens anteriores.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Regras, políticas e práticas do BB em transações com partes relacionadas

Descrever as regras, políticas e práticas do BB quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo BB, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política Específica de Transações com Partes Relacionadas (“Política de TPR”), aprovada pelo Conselho de Administração, visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas observando os interesses do Banco do Brasil e de seus acionistas. Ela se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco e a versão vigente, aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em 18.03.2019, pode ser consultada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil na internet (ri.bb.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br). A Política de TPR está em consonância com as boas práticas de governança corporativa e com a legislação aplicável.

A Política de TPR reflete as regras contábeis e os normativos que tratam do tema.

Dentre outras orientações, a Política de TPR incentiva o estabelecimento de um ambiente independente para a negociação, a análise e a aprovação de Transações com Partes Relacionadas a fim de que essas sejam razoáveis, justificadas e equilibradas e que seu resultado seja comutativo e atenda aos interesses do Banco.

Além disso, a Política de TPR determina que devem ser observadas as responsabilidades institucionais, o processo decisório e as competências e alçadas estabelecidas para a negociação, análise e aprovação das Transações com Partes Relacionadas, que por sua vez estão condicionadas à formalização e especificação das características da operação, tais como: partes contratantes, motivação, preço, prazo, termos, condições, riscos e benefícios esperados para o Banco e para as Partes Relacionadas.

A Política de TPR determina ainda que sejam observados todos os requisitos legais e regulamentares de divulgação das Transações com Partes Relacionadas, o que deve ser feito tempestivamente pelo Banco do Brasil.

No processo de aprovação devem ser adotados procedimentos e controles internos adequados para garantir a conformidade das Transações com Partes Relacionadas. Durante o processo decisório, quando houver eventual conflito de interesse, os membros dos órgãos responsáveis pela negociação, análise e aprovação de Transações com Partes Relacionadas são orientados a se declarar impedidos, explicando seu envolvimento na referida transação, devendo, ainda, abster-se de discutir e deliberar sobre a questão.

A Política de TPR estabelece que administradores e empregados do Banco são vedados de participar em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses do Banco ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas no exercício de cargo ou função no Banco.

A Política de TPR determina ainda que todas as Transações com Partes Relacionadas que devam ser submetidas à aprovação pelo Conselho de Administração do Banco sejam submetidas previamente ao Comitê de Auditoria para sua avaliação, sendo vedada a realização de Transações com Partes Relacionadas em condições diversas das de mercado ou que possam prejudicar os interesses do Banco.

Devem ser observadas as condições e limites máximos definidos na Resolução CMN nº 4.693/2018, quando da concessão de operações de crédito às Partes Relacionadas na mencionada regulamentação.

Conforme o Estatuto Social, o Banco do Brasil não realiza transferências de recursos, serviços ou outras obrigações para suas Partes Relacionadas em desconformidade com a Política de TPR, nem realiza transações de compra ou venda de bens de qualquer natureza ao pessoal-chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão descritas nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis do Banco.

16.2. Informações adicionais sobre transações com partes relacionadas

Com exceção das operações realizadas entre o Banco do Brasil e sociedades em que este detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do BB e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

- a. nome das partes relacionadas**
- b. relação das partes com o BB**
- c. data da transação**
- d. objeto do contrato**
- e. se o BB é credor ou devedor**
- f. montante envolvido no negócio**
- g. saldo existente**
- h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir**
- i. garantias e seguros relacionados**
- j. duração**
- k. condições de rescisão ou extinção**
- l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar ainda:**
 - i. natureza e razões para a operação**
 - ii. taxa de juros cobrada**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações relativas ao item 16.2 foram apresentadas no item 16.3 abaixo.

16.3. Outras informações adicionais sobre transações com partes relacionadas

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Os quadros a seguir demonstram os detalhamentos requeridos pelos itens 16.2 e 16.3 dos contratos relevantes (valores superiores a R\$ 811 milhões em 2017, R\$ 811 milhões em 2018 e R\$ 836 milhões em 2019) firmados entre o Banco do Brasil e as partes relacionadas. Os valores de materialidade são utilizados para avaliação quantitativa das contas vinculadas aos processos e sistemas, com base nas demonstrações contábeis em IFRS:

a. nome da parte relacionada:

Banco Votorantim S.A.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Coligada do Banco do Brasil

d. objeto do contrato:

Cessão de Direitos Creditórios, com coobrigação, realizado entre o Banco do Brasil e o Banco Votorantim, para cessão de direitos creditórios de operações de financiamento de veículos.

e. se o BB é credor ou devedor:

Credor.

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

A instituição cedente se obriga a pagar à instituição cessionária 20% das primeiras perdas relativas à carteira cedida.

k. condições de rescisão ou extinção:

Conforme legislação vigente no Brasil.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Não se aplica.

ii. taxa de juros cobrada:

Não se aplica.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O processo decisório das operações no Banco do Brasil é realizado de acordo com a legislação vigente e segregado por função, ou seja, o estabelecimento de limite de crédito, a negociação e a precificação são realizados por áreas especializadas e distintas, em conformidade com as políticas e normativos internos. As operações de cessão de direitos creditórios são realizadas a preços e condições normais de mercado, equivalentes às que seriam adotadas quando contratadas com partes não relacionadas.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

As transações realizadas pelo Banco do Brasil com partes relacionadas são operações comerciais e seguem os padrões comuns para a atividade bancária, não ocasionando qualquer benefício extraordinário ou prejuízo a qualquer das partes. As operações de cessão de direitos creditórios são pactuadas em condições que atendem aos interesses das partes, pela capacidade do Banco do Brasil em captar funding de varejo e do Banco Votorantim em realizar operações de crédito.

Seção 16 - Transações com Partes Relacionadas

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
201200000006 – Rem. 35 , 36	22/03/2013	1.217.842	95	-	-	59
201200000006 – Rem. 37 : 39	27/03/2013	1.925.603	149	-	-	58
201200000006 – Rem. 40	28/03/2013	449.226	104	-	-	59
201200000006 – Rem. 56 , 58	12/06/2013	1.055.358	895	-	-	59
201200000006 – Rem. 57	13/06/2013	604.061	685	-	-	59
201200000006 – Rem. 86	17/12/2013	479.646	2.327	-	-	59
201200000006 – Rem. 83 , 85	18/12/2013	933.383	5.828	-	-	59
201200000006 – Rem. 81 , 82	19/12/2013	707.597	4.593	-	-	59
201200000006 – Rem. 87 : 89	20/12/2013	662.398	4.527	-	-	59
201200000006 – Rem. 90	23/12/2013	247.239	2.150	-	-	59
201200000006 – Rem. 92	26/12/2013	461.579	4.077	-	-	60
201200000006 – Rem. 94 , 95	27/02/2014	1.555.568	14.039	89	-	60
201200000006 – Rem. 96 : 98	24/03/2014	759.243	11.063	282	-	59
201200000006 – Rem. 99 , 100	21/05/2014	968.038	24.652	950	-	59
201200000006 – Rem. 101 , 103	24/09/2014	2.105.155	86.306	3.285	-	59
201200000006 – Rem. 102 , 104	25/09/2014	1.699.323	74.781	3.314	-	59
201200000006 – Rem. 107 , 108	17/12/2014	1.431.770	126.645	5.777	-	59
201200000006 – Rem. 106	18/12/2014	786.657	69.085	2.874	-	59
201200000006 – Rem. 109 : 111	15/01/2015	1.212.465	113.802	5.004	-	59
201200000006 – Rem. 114 , 115	31/03/2015	1.934.304	292.592	22.296	411	60
201200000006 – Rem. 118 : 120	23/06/2015	1.816.427	295.537	42.924	1.359	59
201200000006 – Rem. 121 : 124	29/06/2015	1.668.870	275.368	52.631	1.447	60
201200000006 – Rem. 125 : 127	24/09/2015	1.261.879	216.275	46.591	2.011	59
201200000006 – Rem. 128	29/09/2015	274.898	68.763	19.740	550	61
201200000006 – Rem. 129	17/11/2015	759.714	210.135	60.991	2.119	59
201200000006 – Rem. 132 : 136	11/12/2015	789.131	222.007	64.123	2.780	60
201200000006 – Rem. 137 , 138	21/12/2015	361.876	110.109	36.106	1.578	61
201200000006 – Rem. 139 , 140	15/01/2016	418.764	104.007	28.522	1.818	60
201200000006 – Rem. 141 , 142	28/01/2016	321.905	109.864	38.569	2.686	60
201200000006 – Rem. 143 : 145	17/03/2016	833.260	271.207	92.986	9.695	61
201200000006 – Rem. 146 , 147	31/03/2016	1.670.166	606.538	194.626	11.092	60
201200000006 – Rem. 148 , 149	16/06/2016	691.420	275.794	100.029	14.819	59
201200000006 – Rem. 150 , 151	29/06/2016	638.134	291.305	116.372	19.663	59
201200000006 – Rem. 152	30/06/2016	348.510	165.914	73.359	17.501	61
201200000006 – Rem. 158	22/12/2016	922.779	601.141	279.356	79.476	60
201200000006 – Rem. 159 , 161	27/12/2016	1.193.300	738.028	350.341	106.926	61
201200000006 – Rem. 160	28/12/2016	678.111	407.609	186.237	51.907	59
201200000006 – Rem. 166	29/06/2017	809.190	640.533	333.469	114.911	60
201200000006 – Rem. 169	30/06/2017	189.943	156.119	86.195	35.244	61
201200000006 – Rem. 167 , 168	03/07/2017	1.607.822	1.288.878	674.477	234.824	59
201200000006 – Rem. 170	27/09/2017	858.207	767.938	421.126	159.568	59
201200000006 – Rem. 172	28/09/2017	800.320	716.360	388.891	147.414	59
201200000006 – Rem. 185	26/06/2018	277.542	-	215.571	103.542	59
201200000006 – Rem. 186 , 187	27/06/2018	654.253	-	509.381	246.067	59
201200000006 – Rem. 188 , 189	28/06/2018	525.559	-	411.536	199.471	59
201200000006 – Rem. 194 , 195	29/06/2018	559.969	-	456.761	246.890	59
201200000006 – Rem. 198 , 199	14/12/2018	593.809	-	584.610	350.462	60
201200000006 – Rem. 200 , 201	27/03/2019	1.392.759	-	-	974.036	61
201200000006 – Rem. 202	29/03/2019	581.678	-	-	419.362	59
201200000006 – Rem. 205 , 207	10/07/2019	683.459	-	-	565.044	60
201200000006 – Rem. 204	11/07/2019	449.608	-	-	369.691	61

a. nome da parte relacionada:

Banco Votorantim (BV Financeira)

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Coligada do Banco do Brasil

d. objeto do contrato:

Cessão de Direitos Creditórios com Retenção Substancial dos Riscos e Benefícios (com coobrigação do cedente).

e. se o BB é credor ou devedor:

Credor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

-

i. garantias e seguros relacionados:Coobrigação do Cedente para o Contrato de Cessão
Alienação Fiduciária de cada Ativo constante no Contrato de Cessão**k. condições de rescisão ou extinção:**

Não se aplica

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Não se aplica

ii. taxa de juros cobrada:

Não se aplica

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O BB também realiza negócios com outras instituições financeiras. Assim como ocorre com as outras instituições, o negócio com a parte relacionada decorre da sinergia estratégica entre as instituições. Os procedimentos e medidas adotadas seguem os padrões do mercado de cessões de créditos, sendo formalizadas por intermédio de contratos de cessões de direitos creditórios, validadas e liquidadas na C3 Registradora a preço de mercado.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

Os procedimentos realizados incluem análise de risco e estabelecimento de limite de crédito para a instituição cedente, negociação das condições, análise do processo de originção do crédito, estabelecimento de teto operacional para a cessão, avaliação e seleção da carteira pela área de crédito, precificação a preços de mercado pela área de finanças, formalização e liquidação da cessão na Câmara Registradora de Ativos Financeiros (C3 Registradora) autorizada pelo Banco Central do Brasil.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
201200000006/166	29/06/2017	809.190.652	640.533.480	333.142.482	114.911.429	59
201200000006/167	03/07/2017	796.938.401	639.931.715	334.184.825	35.244.138	58
201200000006/168	03/07/2017	810.884.120	648.946.472	339.699.888	118.786.466	58
201200000006/169	30/06/2017	189.943.222	156.119.488	86.123.995	116.037.450	60
201200000006/170	27/09/2017	858.207.357	767.938.636	421.183.574	159.568.222	59
201200000006/172	28/09/2017	800.320.000	716.360.948	388.920.472	147.413.896	59
201200000006/185	26/06/2018	277.542.258	-	215.346.537	103.542.220	59
201200000006/186	27/06/2018	323.466.818	-	252.273.773	123.425.734	59
201200000006/187	27/06/2018	330.786.403	-	256.673.381	122.641.202	59
201200000006/188	28/06/2018	206.754.506	-	158.140.464	125.763.482	58
201200000006/189	28/06/2018	318.804.762	-	253.091.811	73.707.668	59
201200000006/194	29/06/2018	298.126.707	-	242.434.237	131.196.372	58
201200000006/195	29/06/2018	261.842.247	-	213.753.356	115.693.146	58
201200000006/198	14/12/2018	350.468.898	-	344.390.658	208.466.695	59
201200000006/199	14/12/2018	243.340.042	-	239.200.866	141.995.145	59
201200000006/201	27/03/2019	775.799.886	-	-	540.517.454	60
201200000006/200	27/03/2019	616.958.780	-	-	433.518.709	60
201200000006/202	29/03/2019	581.677.698	-	-	419.361.929	59
201200000006/205	10/07/2019	394.561.814	-	-	326.414.415	60
201200000006/207	10/07/2019	288.897.315	-	-	238.629.830	60
201200000006/204	11/07/2019	449.608.346	-	-	369.691.322	59

Seção 16 - Transações com Partes Relacionadas

a. nome da parte relacionada:

Banco Votorantim S.A.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Coligada do Banco do Brasil

d. objeto do contrato:

Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativa com o Banco Votorantim. No caso do Banco Votorantim se interessar pelo uso efetivo da linha, os desembolsos semanais ficam limitados a 25% do valor total da Linha.

e. se o BB é credor ou devedor:

-

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Sem garantia.

k. condições de rescisão ou extinção:

Conforme legislação vigente no Brasil, renovado automaticamente por períodos de um ano caso as partes não se manifestem previamente contra a renovação. Há o vencimento antecipado das obrigações estabelecidas no contrato nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento financeiro e das demais obrigações do contrato; (ii) violação de compromissos nos termos do contrato; (iii) falsidade ou imprecisão das declarações e garantias prestadas no contrato; (iv) insolvência do Banco Votorantim; (v) execução judicial de títulos ou obrigações superiores a 5% do valor do patrimônio líquido do Banco Votorantim; e (vi) declaração de ilegalidade do contrato.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:

i. natureza e razões da operação:

Empréstimo para fins corporativos em geral e Capital de Giro.

ii. taxa de juros cobrada:

Juros remuneratórios vigentes a época no mercado, não podendo exceder a uma taxa máxima repactuada trimestralmente entre as partes.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O processo decisório das operações no Banco do Brasil é realizado de acordo com a legislação vigente e segregado por função, ou seja, o estabelecimento de limite de crédito, a negociação e a precificação são realizados por áreas especializadas e distintas, em conformidade com as políticas e normativos internos. O Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo adota taxas de mercado, equivalente às que seriam utilizadas em contratos com partes não relacionadas.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

As transações realizadas pelo Banco do Brasil com partes relacionadas são operações comerciais e seguem os padrões comuns para a atividade bancária, não ocasionando qualquer benefício extraordinário ou prejuízo a qualquer das partes. Tendo em vista as condições de extinção e rescisão estabelecidas, não há qualquer privilégio de uma parte à outra, confirmando o caráter comutativo da transação.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
-	04/10/2018	5.000.000	-	-	-	24

a. nome da parte relacionada:

BB Corretora e Seguradora controlada pela BB Mapfre SH1.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlada indireta e coligada, respectivamente.

d. objeto do contrato:

Regular os direitos e obrigações das partes relativamente ao desenvolvimento, divulgação, distribuição e comercialização de produtos de seguros nos segmentos/ramos de pessoas e elementares conforme definido na legislação aplicável atual ou futura, sendo que a distribuição dos produtos de seguros das seguradoras será feita com exclusividade nos canais bancários do Banco do Brasil, por meio da BB Corretora, em âmbito nacional. Em ambos os casos, o recebimento e o repasse às seguradoras dos respectivos prêmios dos seguros será efetuado pelo Banco do Brasil. As partes autorizaram a utilização, por qualquer um dos signatários, das marcas das outras partes deste acordo. A remuneração da BB Corretora e do Banco do Brasil foi estipulada em percentuais variáveis sobre os prêmios líquidos.

e. se o BB é credor ou devedor:

-

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

No Exercício/2019, por meio deste contrato, a Brasilseg Companhia de Seguros e a Aliança do Brasil Seguros S.A. movimentaram respectivamente R\$ 2.317.943.940,99 e R\$ 117.559.715,91 com a BB Corretora e R\$ 42.115.367,32 com o Banco do Brasil.

No Exercício/2018, por meio deste contrato, a Cia de Seguros Aliança do Brasil e a Aliança do Brasil Seguros S.A. movimentaram respectivamente R\$ 1.968.167.020,78 e R\$ 123.808.625,57 com a BB Corretora e R\$ 48.850.998,31 com o Banco do Brasil.

No Exercício/2017, por meio deste contrato, a Cia de Seguros Aliança do Brasil movimentou R\$ 1.714.586.713,13 com a BB Corretora e R\$ 53.568.198,04 com o Banco do Brasil.

i. garantias e seguros relacionados:

Não há.

k. condições de rescisão ou extinção:

O acordo operacional poderá ser rescindido antecipadamente: (a) relativamente à Aliança do Brasil, caso seja resolvido ou rescindido o acordo de acionistas referente à SH1, firmado por Mapfre Brasil e BB Seguros, em 30.06.2011; (b) relativamente à Brasilveículos e AB Seguros, caso seja resolvido ou rescindido o acordo de acionistas referente à SH2, celebrado entre Mapfre Brasil e BB Seguros, em 30/06/2011. O presente acordo poderá ser terminado, a exclusivo critério das demais partes, independentemente de decisão arbitral, na hipótese de qualquer das partes incorrer em intervenção, liquidação extrajudicial, cassação da autorização de funcionamento pelo órgão competente, falência, requerimento de recuperação judicial ou procedimento semelhante ou início de procedimento de recuperação extrajudicial ou ainda, caso a parte tenha sua intervenção, falência ou liquidação requerida e tal situação não seja remediada no prazo de 30 dias a contar da data em que tal parte tomar conhecimento do evento.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Não se aplica.

ii. taxa de juros cobrada:

Não se aplica.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O Estatuto Social da BB Seguridade estabelece regras para administração de conflitos de interesse no âmbito do Conselho de Administração. O artigo 15, § 4º, do Estatuto Social veda os membros do Conselho de Administração de intervir em qualquer ato ou operação social em que tiverem interesse conflitante com o da BB Seguridade, bem como nas deliberações que a esse respeito tomarem os demais administradores, sendo que nestes casos o conselheiro cujo interesse conflitar com o da Companhia deverá notificar seu impedimento, consignando em ata a natureza e extensão do seu interesse.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

As transações realizadas pela BB Seguridade com partes relacionadas são operações comerciais e seguem os padrões comuns não ocasionando qualquer benefício extraordinário ou prejuízo a qualquer das partes.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
-	30/06/2011	-	1.768.154	2.140.827	2.477.619	240

Obs: O contrato é renovável por períodos adicionais de 60 meses.

Seção 16 - Transações com Partes Relacionadas

a. nome da parte relacionada:**BB Tecnologia e Serviços (Cobra Tecnologia S.A.)**

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:Controlada.

d. objeto do contrato:Manutenção de equipamentos de automação bancária - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de disponibilidade operacional dos equipamentos de automação das dependências do Banco do Brasil em todo o território nacional.

e. se o BB é credor ou devedor:-

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:Não possui garantias.

k. condições de rescisão ou extinção:Conforme as regras da Lei 8.666/93.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**Não se aplica.

ii. taxa de juros cobrada:Não se aplica.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:Contrato celebrado com amparo na Lei 8.666/93, cujas regras têm por objetivo evitar conflitos de interesses.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:As condições contratuais de garantias e seguros relacionados, de rescisão e extinção, bem como o montante do negócio, estão dentro das práticas de mercado adotadas para o mesmo tipo de contrato entre empresas não relacionadas.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
2016/85580057	26/08/2016	942.587	734.687	658.085	-	60

a. nome da parte relacionada:**BB Tecnologia e Serviços (Cobra Tecnologia S.A.)****b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:**

Controlada.

d. objeto do contrato:

Manutenção de TAA - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de disponibilidade operacional e atualização tecnológica dos terminais de autoatendimento (TAA) das dependências do Banco do Brasil em todo o território nacional.

e. se o BB é credor ou devedor:

-

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Não possui garantias.

k. condições de rescisão ou extinção:

Conforme as regras da Lei 8.666/93.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Não se aplica.

ii. taxa de juros cobrada:

Não se aplica.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

Contrato celebrado com amparo na Lei 8.666/93, cujas regras têm por objetivo evitar conflitos de interesses.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

As condições contratuais de garantias e seguros relacionados, de rescisão e extinção, bem como o montante do negócio, estão dentro das práticas de mercado adotadas para o mesmo tipo de contrato entre empresas não relacionadas.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
2016/85580058	27/05/2019	2.093.252	-	-	-	40

Seção 16 - Transações com Partes Relacionadas**a. nome da parte relacionada:****BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.****b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:**

Acionista vinculado ao controlador.

d. objeto do contrato:

Captação de recursos para contratação de operações de crédito.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Não há exigência de Garantias.

k. condições de rescisão ou extinção:

A extinção do contrato é condicionada à Liquidação da totalidade do saldo do passivo das operações junto ao BNDES.

Caso o Banco deixe de atender aos padrões de desempenho fixados pelas autoridades monetárias ou pelo BNDES e pela Finame ou não observe, rigorosamente, todas as obrigações assumidas especialmente as constantes das cláusulas sexta e oitava do Contrato de Abertura de Crédito 14.2.0380.1 – CAC, o BNDES e a Finame poderão aplicar sanções de descredenciamento.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Funding para operações de crédito.

ii. taxa de juros cobrada:

Os recursos repassados são remunerados ao BNDES e à Finame por encargos básicos e taxa adicional fixada pelo BNDES por meio de circulares específicas para cada linha de crédito. Para remuneração do Banco também é definido um Del credere específico cuja média da carteira é de 3,29% a.a. para recursos do Programa BNDES e de 2,69% a.a. para recursos da Finame.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O BNDES, alocador dos recursos, estabelece normativos únicos a todas as instituições financeiras autorizadas a operar com aquela instituição, independentemente de serem públicas ou privadas. Desta maneira, não há flexibilidade para alteração nas condições que possam representar conflito de interesses com o Banco.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

As condições contratuais e as taxas de juros são estabelecidas igualmente para todos os agentes financeiros públicos ou privados. O Banco avalia a viabilidade de cada linha e aprova sua operacionalização por meio do mesmo processo decisório aplicado aos demais negócios, que pondera o RSPL (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Exigido) ou Índice de Eficiência, conforme o caso.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
14.2.0380.1	11/09/2014	Variável	46.466.213	36.903.080	27.770.846	68

Obs: A duração do contrato 14.2.0380.1 refere-se ao prazo médio da carteira.

a. nome da parte relacionada:

Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Entidade Patrocinada.

d. objeto do contrato:

Administrar a prestação de serviços de assistência à saúde dos funcionários do Banco do Brasil.

e. se o BB é credor ou devedor:

devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

Passivo atuarial em 2019 (R\$ mil):13.072.731

i. garantias e seguros relacionados:

Não se aplica.

k. condições de rescisão ou extinção:

Não se aplica.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Administração de recursos em favor dos funcionários do Banco do Brasil.

ii. taxa de juros cobrada:

Não se aplica.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

A administração do plano de benefícios é realizada com a observância ds diretrizes de investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Cass, de forma a obter segurança das aplicações e evitar conflitos de interesse.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

Os pagamentos são realizados de acordo com o avençado contratualmente, não havendo qualquer privilégio de uma parte à outra e confirmando o caráter comutativo da transação.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
	27/01/1944	Variável.	1.132.016	1.473.670	1.211.275	-

Seção 16 - Transações com Partes Relacionadas**a. nome da parte relacionada:**

Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Entidade Patrocinada.

d. objeto do contrato:

Administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário e outros autorizados, de forma a assegurar aos seus participantes, beneficiários e assistidos os benefícios previstos nos respectivos regulamentos de cada plano aos quais estejam vinculados.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

Passivo atuarial em 2019 (R\$ mil): 8.232.135

i. garantias e seguros relacionados:

Não se aplica.

k. condições de rescisão ou extinção:

Não se aplica.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Administração de recursos em favor dos funcionários do Banco.

ii. taxa de juros cobrada:

Não se aplica.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

A administração do plano de benefícios é realizada com a observância das diretrizes de investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Previ, de forma a obter segurança das aplicações e evitar conflitos de interesse.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

Os pagamentos são realizados de acordo com o avençado contratualmente, não havendo qualquer privilégio de uma parte à outra e confirmando o caráter comutativo da transação.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
	16/04/1904	Variável.	606.677	891.384	832.757	-

a. nome da parte relacionada:

União (Caixa Econômica Federal).

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlador.

d. objeto do contrato:

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – atuar na condição de Agente Financeiro, para concessão de financiamentos, com recursos do FGTS, no âmbito dos Programas de Apoio à Produção de Habitações, Carta de Crédito Individual, que abrangem os financiamentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, e Pró-Cotista.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

LFT e/ou Caução Hipotecária.

k. condições de rescisão ou extinção:

O AGENTE OPERADOR poderá decretar o vencimento antecipado da totalidade da dívida, considerando automática e imediatamente exigível todas as obrigações financeiras do Banco, rescindindo o Contrato, independente de interpelação judicial, desde que, a critério do AGENTE OPERADOR, a suspensão dos desembolsos não for medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações contratuais, ou ainda na ocorrência das seguintes hipóteses:

- não pagamento pelo Banco de 03 (três) prestações consecutivas de retorno;
- cancelamento do registro do Banco como Agente Integrante do Sistema Financeiro da Habitação;
- cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas neste Contrato, sem prévia e expressa autorização do AGENTE OPERADOR;
- se, reduzida a garantia, prevista no contrato, em virtude de depreciação ou deterioração, e o Banco não a reforçar no prazo de 30 (trinta) dias, depois de devidamente notificado pelo AGENTE OPERADOR.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Funding para operações de crédito.

ii. taxa de juros cobrada:

Os recursos disponibilizados aos tomadores são remunerados pela variação da TR + Juros entre 5% e 6,5% a.a. conforme programa de financiamento vinculado. Ao Banco é garantido um spread de até 2,16% a.a. e uma taxa de administração de R\$ 25,00 por contrato de financiamento ativo no mês.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

A Caixa Econômica Federal, na condição de Agente Operador do FGTS, estabelece normativos únicos a todas as instituições financeiras habilitadas, independentemente de serem públicas ou privadas. Desta maneira, não há flexibilidade para alteração nas condições que possam representar conflito de interesses com o Banco.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

As condições contratuais e as taxas de juros são estabelecidas igualmente para todos os agentes financeiros públicos ou privados. O Banco avalia a viabilidade de cada linha e aprova sua operacionalização por meio do mesmo processo decisório aplicado aos demais negócios, que pondera o RSPLE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Exigido) ou Índice de Eficiência, conforme o caso.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
Contrato s/n firmado entre BB e CEF	23/09/2009	Variável	26.558.065	29.410.468	30.935.463	12
Obs:	Contrato renovável por igual período.					

a. nome da parte relacionada:

União (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste).

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlador.

d. objeto do contrato:

O objeto refere-se à captação de recursos do FDCO - Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste para a contratação de operações de financiamento em linhas de crédito específicas que atendem às políticas de fomento e financiamento do Fundo.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Não são exigidas garantias.

k. condições de rescisão ou extinção:

A rescisão contratual pode ser realizada a qualquer momento por acordo entre as partes. Também poderá ser rescindido por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas que o torne material ou formalmente inexecutável, neste caso mediante comunicação prévia de trinta dias, por escrito, a outra parte.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:

i. natureza e razões da operação:

Funding para operações de crédito.

ii. taxa de juros cobrada:

O Banco paga pelos recursos captados juros de 4,0% a.a. a 10,5% a.a., para operações contratadas até 31/12/2017 e TFD-Remuneração do Banco para as operações contratadas a partir de Janeiro/2018, conforme estabelecido nas normas do Fundo. Ao Banco é garantida uma remuneração de 2,5% a.a. cobrada sobre o saldo devedor de cada operação, complementada pela equalização, quando couber.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O BB atua, na qualidade de agente financeiro, cumprindo as normas definidas pela União sujeito às mesmas condições aplicadas aos demais operadores. Desta maneira, não há flexibilidade para alteração nas condições que possam representar conflito de interesses com o Banco.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

Os critérios para aplicação dos recursos (beneficiários, taxa, prazo, limites de valor) são estabelecidos em Lei/Decreto/Resolução/Contrato. A remuneração dos agentes financeiros é definida em normativo, mas o Banco avalia a viabilidade das linhas de crédito e aprova sua operacionalização por meio do mesmo processo decisório aplicado aos demais negócios, que pondera o RSPL (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Exigido) ou Índice de Eficiência, conforme o caso.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
01/2014	11/03/2014	510.000	-	-	-	-
02/2014	15/05/2014	53.282	-	-	-	-
01/2015	09/11/2015	280.356	-	-	-	-
02/2016	10/05/2016	848.108	-	-	-	-
Total		1.691.746	1.175.704	1.206.319	1.074.649	-
Obs:	Para cada operação a ser contratada é celebrado um Contrato entre o BB e Sudeco.					

a. nome da parte relacionada:

União (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlador.

d. objeto do contrato:

O objeto refere-se à captação de recursos do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste para a contratação de operações de financiamento em linhas de crédito específicas que atendem às políticas de fomento e financiamento do Fundo.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Não são exigidas garantias.

k. condições de rescisão ou extinção:

A rescisão contratual pode ser realizada a qualquer momento por acordo entre as partes. Também poderá ser rescindido por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas que o torne material ou formalmente inexecutável, neste caso mediante comunicação prévia de trinta dias, por escrito, a outra parte.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Funding para operações de crédito.

ii. taxa de juros cobrada:

O Banco paga pelos recursos captados juros de 1,5% a.a. a 10,5% a.a. para operações contratadas até 31/12/2017 e TFD-Remuneração do Banco para as operações contratadas a partir de Janeiro/2018, conforme estabelecido nas normas do Fundo. Ao Banco é garantida uma remuneração de 2,5% a.a. cobrada sobre o saldo devedor de cada operação, além da equalização quando couber.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O BB atua, na qualidade de agente financeiro, cumprindo as normas definidas pela União sujeito às mesmas condições aplicadas aos demais operadores. Desta maneira, não há flexibilidade para alteração nas condições que possam representar conflito de interesses com o Banco.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

Os critérios para aplicação dos recursos (beneficiários, taxa, prazo, limites de valor) são estabelecidos em Lei/Decreto/Resolução/Contrato. A remuneração dos agentes financeiros é definida em normativo, mas o Banco avalia a viabilidade das linhas de crédito e aprova sua operacionalização por meio do mesmo processo decisório aplicado aos demais negócios, que pondera o RSPL (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Exigido) ou Índice de Eficiência, conforme o caso.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
01/2013	24/05/2013	275.994	-	-	-	-
02/2013	24/05/2013	309.060	-	-	-	-
16/2013	24/05/2013	1.998.180	-	-	-	-
20/2013	27/06/2013	24.332	-	-	-	-
21/2013	26/09/2013	31.881	-	-	-	-
22/2013	10/12/2013	63.105	-	-	-	-
01/2014	10/06/2014	51.000	-	-	-	-
01/2015	12/11/2015	125.650	-	-	-	-
01/2016	11/01/2016	34.784	-	-	-	-
03/2016	29/01/2016	40.597	-	-	-	-
06/2016	17/11/2016	25.968	-	-	-	-
07/2016	17/11/2016	265.394	-	-	-	-
08/2016	17/11/2016	4.100	-	-	-	-
09/2016	22/12/2016	166.100	-	-	-	-
01/2019	23/09/2019	86.933	-	-	-	-
02/2019	23/09/2019	86.933	-	-	-	-
Total		3.590.012	2.009.071	1.836.454	1.641.809	-
Obs:	Para cada operação a ser contratada é celebrado um Contrato entre o BB e Sudene.					

a. nome da parte relacionada:

União.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlador.

d. objeto do contrato:

O objeto refere-se à captações de recursos para a contratação de operações de financiamento de linhas de crédito específicas que atendem à programação de fomento e financiamento estabelecido pelo CODEFAT e MTE. As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro.

A Resolução n.º 439, de 2 de junho de 2005 dispõe sobre a alocação de recursos do FAT, em depósitos especiais remunerados. São celebrados pelo MTE/CODEFAT, por intermédio da Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT termos de formalização da aplicação de recursos do FAT, na modalidade de depósito especial, em instituição financeira oficial federal, sendo tal instrumento denominado TERMO DE ALOCAÇÃO DE DEPÓSITO ESPECIAL DO FAT – TADE. O BB celebrou com a Secretaria Executiva do CODEFAT diversos TADEs, cada qual com seu propósito específico, cujos recursos, provenientes principalmente das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, são disponibilizados por meio de diversas linhas de crédito específicas.

A Resolução n.º 801, de 13 de dezembro de 2017, altera a Resolução n.º 439, que dispõe sobre a alocação de recursos do FAT em depósitos especiais remunerados. Intituindo a utilização da Taxa de Longo Prazo - TLP, para operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Não são exigidas.

k. condições de rescisão ou extinção:

Na hipótese de inobservância das condições e critérios nos Termos de Alocação dos Depósitos Especiais, TADEs, o CODEFAT decidirá quanto às sanções a serem aplicadas, respeitada a legislação vigente. A sanção de suspensão de depósitos especiais implicará no resgate total e imediato dos recursos do FAT alocados no depósito objeto da sanção. Existe ainda a possibilidade de resgate imediato dos recursos do FAT alocados em Depósitos Especiais nas instituições financeiras oficiais, segundo o art. 9º da Lei nº 8.019/90.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:

i. natureza e razões da operação:

Funding para operações de crédito.

ii. taxa de juros cobrada:

Os recursos disponíveis são remunerados pela variação da Taxa Média Selic: TMS, após disponibilizados os recursos ao tomadores esses passam a ser remunerados pela TJLP até a data de 31 de dezembro de 2017, e as operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018 passam a ser remunerados pela TLP. A remuneração do Banco varia de 1% e 4% a.a. correspondentes aos encargos adicionais cobrados nas operações de crédito.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O parágrafo único do artigo quinto do estatuto social do Banco estabelece que o Banco ao contratar diretamente com a União ou com sua interveniência, deverá observar as seguintes condições:

I – à colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco e ao estabelecimento da devida remuneração;

II – à prévia e formal definição da adequada remuneração dos recursos a serem aplicados em caso de equalização de encargos financeiros; e

III – à prévia e formal definição da assunção dos riscos e da remuneração, nunca inferior aos custos dos serviços a serem prestados.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

A remuneração dos agentes financeiros é definida em normativo, mas o Banco avalia a viabilidade de cada linha e aprova sua operacionalização por meio do mesmo processo decisório aplicado aos demais negócios, que pondera o RSPLE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Exigido) ou Índice de Eficiência, conforme o caso.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
Lei nº 8.352/91	14/07/1993	Variável	4.360.303	4.284.560	2.465.967	-

a. nome da parte relacionada:

União.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlador.

d. objeto do contrato:

FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste: O Banco do Brasil é o administrador do FCO, conforme dispõe art. 159-c da Constituição Federal e Lei 7.827/89, visando alocação de recursos para funding de operações de crédito, junto aos investimentos de produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, e pessoas jurídicas de direito privado que se dediquem à atividade produtiva nos segmentos agropecuário, mineral, industrial, comercial e de serviços, agroindustrial e turístico da Região Centro-Oeste.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Não são exigidas garantias.

k. condições de rescisão ou extinção:

Na condição de Gestor do Fundo dispositivos legais deverão promover a revogação das normas vigentes e dispor sobre extinção das obrigações do Banco.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Funding para operações de crédito.

ii. taxa de juros cobrada:

Os recursos disponíveis são remunerados pela Taxa Extramercado do Bacen e após disponibilizados aos tomadores passam a ser remunerados conforme encargos da operação de crédito, definidos pelo CMN, por proposta do Ministério da Integração Nacional, podendo ser diferenciados em função da finalidade do crédito, porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.

Ao Banco é garantida uma remuneração a título de del'credere de 6% a.a. para operações de risco integral da instituição financeira, sendo reduzida proporcionalmente ao risco repassado nos casos de compartilhamento.

Em 26/12/2017 foi divulgada a MP 812, convertida na LEI nº 13.682/2018, que altera a metodologia de cálculo para a Taxa (TFC) de Juros de Operações não Rurais que utilizam os recursos do Funding do FCO.

Em 26/06/2018 foi divulgada a Resolução BACEN nº 4.673/2018 que trata da metodologia das Taxas (TRFC) a serem aplicadas nas operações de crédito Rural com recursos que utilizam o Funding do FCO.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

De acordo com a Lei 7.827/89, a administração dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste será distinta e autônoma e, observadas as atribuições previstas em lei, exercidas pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste;

II - Ministério do Desenvolvimento Regional; e

III - Instituição financeira federal de caráter regional e BB.

As atribuições das instituições financeiras administradoras são estabelecidas em Lei. O Ministério da Integração Nacional estabelece as diretrizes a serem observadas pelos Bancos Administradores na aplicação dos recursos. Atuando também como principal agente financeiro do FCO, o BB se sujeita aos limites da legislação e das deliberações do Conselho Deliberativo e do Ministério. As atividades do BB no papel de Administrador do Fundo e de Agente Financeiro são exercidas por áreas diferentes e com atribuições específicas.

As linhas de crédito operacionalizadas com recursos do Fundo são geridas por Diretorias distintas daquela responsável pela sua Administração, sempre observando as políticas e diretrizes corporativas para avaliação do portfólio de produtos.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

Os critérios para aplicação dos recursos (beneficiários, taxa, prazo, limites de valor) são estabelecidos em Lei/Resolução. A remuneração dos administradores e agentes financeiros é definida em normativo, mas o Banco avalia a viabilidade de sua atuação nos dois papéis por meio do mesmo processo decisório aplicado aos demais negócios, que pondera o RSPLE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Exigido) ou Índice de Eficiência, conforme o caso.

Seção 16 - Transações com Partes Relacionadas

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
Lei 7.827/89	27/09/1989	Variável	28.315.284	31.014.460	33.820.700	-

a. nome da parte relacionada:

União.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlador.

d. objeto do contrato:

Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, conforme estabelece a Resolução CMN 2.655/99 e o contrato de prestação de serviços celebrado entre Fundo PIS-PASEP e BB. FAT Abono Salarial, conforme contrato de prestação de serviços celebrado entre União, por intermédio do Ministério da Economia, e o BB.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Não exigido.

k. condições de rescisão ou extinção:

Pasep e FAT Abono Salarial poderão ser rescindidos conforme cláusulas específicas constantes nos respectivos instrumentos legais.

Revogação da Resolução CMN 2.655/99, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Administração de recursos, prestação de serviços e funding para operações de crédito.

ii. taxa de juros cobrada:

Recurso Disponível: Taxa Extramercado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O Banco, na condição de agente do Programa PASEP e do Abono Salarial, cumpre e faz cumprir o estabelecido nos instrumentos legais.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

Pela atuação como operador do Pasep e do Abono Salarial, o Banco faz jus às tarifas estipuladas nos contratos, que são avaliadas preliminarmente sob a ótica de viabilidade financeira e aprovadas na esteira do processo decisório. Como agente financeiro, a Resolução CMN nº 2.655/99 define a remuneração do BB sobre a aplicação de recursos do Fundo PIS-PASEP.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
Resolução CMN nº 2.655-99/Resolução nº7 Fundo PIS-PASEP/Contrato nº 09/2019	05/10/1999	Variável	4.285.199	1.529.566	1.374.355	-

a. nome da parte relacionada:

União.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlador.

d. objeto do contrato:

Aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, conforme o disposto no caput do art.29 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 e Resolução nº 3 do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante — CDFMM, de 17 de dezembro de 2004, publicada do D.O.U. de 17 de janeiro de 2005, que aprovou a habilitação do Banco do Brasil S.A., como Agente Financeiro do FMM, sem envolver transferência voluntária de recursos.

e. se o BB é credor ou devedor:

Devedor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100% do montante envolvido no negócio.

i. garantias e seguros relacionados:

Não exigido.

k. condições de rescisão ou extinção:

Extinção de todas as obrigações decorrentes do contrato de crédito.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:**i. natureza e razões da operação:**

Funding para operações de crédito.

ii. taxa de juros cobrada:

Recurso Aplicado: Linha FMM: 0,1% a.a. (se financiamento de item nacional) ou 0,5% a.a. (se financiamento de item importado), acrescidos de TJLP ou índice de variação cambial do dólar norte-americano. Linha PROFROTA: 7% a 12% a.a., descontado o del credere de 5% a 6% a.a., conforme porte do mutuário.

Recurso Disponível: TMS – Taxa Média Selic.

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O parágrafo único do artigo quinto do estatuto social do Banco estabelece que o Banco ao contratar diretamente com a União ou com sua interveniência, deverá observar as seguintes condições:

I – à colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco e ao estabelecimento da devida remuneração;

II – à prévia e formal definição da adequada remuneração dos recursos a serem aplicados em caso de equalização de encargos financeiros; e

III – à prévia e formal definição da assunção dos riscos e da remuneração, nunca inferior aos custos dos serviços a serem prestados.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

Os critérios para aplicação dos recursos (beneficiários, taxa, prazo, limites de valor) são estabelecidos em Lei/Resolução/Decreto/Contrato. A remuneração dos agentes financeiros é definida em normativo, mas o Banco avalia a viabilidade de cada linha e aprova sua operacionalização por meio do mesmo processo decisório aplicado aos demais negócios, que pondera o RSPL (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Exigido) ou Índice de Eficiência, conforme o caso.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
001/2011 - MTIR	21/11/2011	Variável	8.399.909	8.722.515	7.632.900	60
Obs:	O contrato possui validade de 60 meses, sendo que o último foi assinado em 2016.					

a. nome da parte relacionada:

União.

b. relação da parte com o Banco do Brasil S.A.:

Controlador.

d. objeto do contrato:

A UNIÃO reconhece o crédito em favor do BANCO no valor de R\$ 194.937.581,55 (cento e noventa e quatro milhões, novecentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), referente ao diferencial entre a base conciliada em 25.10.2018, no valor de R\$ 4.551.331.003,89 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e um mil, três reais e oitenta e nove centavos), e o montante constante no referido contrato e aditivos, no montante de R\$ 4.356.393.422,34 (quatro bilhões, trezentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos), respeitadas as posições de cada uma das parcelas pagas (28.06.2001, 14.12.2001 e 26.03.2002), das operações do PESA cedidas ao amparo da MP 2.196/2001.

O valor do crédito de R\$ 194.937.581,55 (cento e noventa e quatro milhões, novecentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) atualizado pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil, na posição de 31.10.2018, totaliza a quantia de R\$ 1.648.791.249,61 (um bilhão, seiscentos e quarenta e oito milhões, setecentos e noventa e um mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos).

Pelo instrumento, o BANCO dá à UNIÃO plena, rasa e total quitação do valor da dívida ora reconhecida, mediante o pagamento por parte da UNIÃO do montante estabelecido na cláusula primeira – parágrafo segundo e moldes estabelecidos na Cláusula Segunda.

e. se o BB é credor ou devedor:

Credor

h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

100%

i. garantias e seguros relacionados:

Não são exigidas.

k. condições de rescisão ou extinção:

Não se aplica.

l. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar:

i. natureza e razões da operação:

Processo conciliatório referente a aquisição da carteira de operações do Pesa pela União.

ii. taxa de juros cobrada:

O valor foi corrigido por SELIC

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

O processo respeitou as condições de comutatividade entre as partes.

b. demons. o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagto. compensatório adequado:

O processo de conciliação conjunto consistiu na verificação das metodologias de cálculo aplicadas aos refinanciamentos na sua totalidade, no tocante aos encargos básicos, adicionais de normalidade e de inadimplemento, taxa de juros, prazo e cronograma de vencimentos sobre a carteira de operações. A atualização contratual deferida para o montante do principal foi a Selic.

nº contrato	c. data da transação	f. montante envolvido (R\$ mil)	g. saldo em (R\$ mil)			j. duração (meses)
			2017	2018	2019	
3º Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos decorrentes das Operações de Renegociação das Dívidas originárias de Crédito Rural celebrado entre a UNIÃO e o BANCO, em 29 de junho de 2001	28/12/2018	1.664.696.849,75	28.112.043	0*	0*	0*
Obs:	* O contrato assinado refere-se à reconhecimento de dívida da União. O aditivo foi assinado em 28/12/2018, e na mesma data, foi atualizada a dívida e o pagamento realizado. Desta forma, os saldos em 31/12/2018 e 31/12/2019 estão zerados. Não havendo backup do ano de 2019 devido ao encerramento da conta.					

16.4. Outras informações relevantes**Fornecer outras informações que o BB julgue relevantes**

Conforme as regras contábeis sobre partes relacionadas, as informações solicitadas nos itens 16.2 e 16.3 são apresentadas a partir de informações divulgadas nas demonstrações contábeis do Banco e em quadros que detalham os contratos relevantes firmados com o controlador, empresas coligadas, *joint ventures*, entidades assistidas e outras partes relacionadas.

O critério de materialidade utilizado para as transações com partes relacionadas foi o valor de 0,8% (oito décimos percentuais) do patrimônio líquido constante das demonstrações contábeis em IFRS do exercício imediatamente anterior ao ano base do Formulário de Referência.

Os quadros referentes aos itens 16.2 e 16.3 são apresentados após os quadros demonstrativos das transações com partes relacionadas.

Quadros demonstrativos das transações com partes relacionadas

Os quadros a seguir foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas e auditadas do Banco do Brasil em IFRS, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e demonstram os saldos das transações com partes relacionadas:

31/12/2019					
R\$ milhões	Controlador¹	Joint Venture e Coligadas²	Pessoal Chave da Administração³	Outras Partes Relacionadas⁴	Total
ATIVOS	2.998	9.777	5	17.401	30.181
Empréstimos a Instituições Financeiras	-	5.054	-	653	5.707
Ativos Financeiros	-	4.294	-	398	4.692
Empréstimos a Clientes ⁵	-	28	5	16.081	16.114
Outros Ativos ⁶	2.998	401	-	269	3.668
Garantias Recebidas ⁷	-	19	-	2.315	2.334
PASSIVOS	7.005	13.688	15	83.939	104.647
Depósitos de Clientes	5.172	555	1	12.555	18.283
Obrigações por Oper. Compromissadas	42	36	-	8.760	8.838
Obrigações de Títulos e Valores Mobiliários	167	-	-	60.742	60.909
Outros Passivos ⁸	1.624	13.097	14	1.882	16.617
Demonstração de Resultado	2.819	5.254	(1)	(2.837)	5.235
Receitas de Juros e Prestação de Serviços ⁹	3.041	5.899	-	1.981	10.921
Despesas de Juros	(222)	(645)	(1)	(4.818)	(5.686)
Garantias e Outras Coobrigações¹⁰	-	5.011	-	714	5.725

31/12/2018					
R\$ milhões	Controlador¹	Joint Venture e Coligadas²	Pessoal Chave da Administração³	Outras Partes Relacionadas⁴	Total
ATIVOS	3.459	12.960	2	28.564	44.985
Empréstimos a Instituições Financeiras	-	6.473	-	353	6.826
Ativos Financeiros	-	3.432	-	512	3.944
Empréstimos a Clientes ⁵	-	2.512	2	27.213	29.727
Outros Ativos ⁶	3.459	543	-	486	4.488
Garantias Recebidas ⁷	-	1.635	-	3.243	4.878
PASSIVOS	5.705	14.332	12	90.205	110.254
Depósitos de Clientes	3.656	890	1	13.315	17.862
Obrigações por Oper. Compromissadas	40	1.507	-	9.263	10.810
Obrigações de Títulos e Valores Mobiliários	166	-	-	66.316	66.482
Outros Passivos ⁸	1.843	11.935	11	1.311	15.100
Demonstração de Resultado	4.087	6.200	(1)	(2.352)	7.934
Receitas de Juros e Prestação de Serviços ⁹	4.916	6.591	-	2.644	14.151
Despesas de Juros	(829)	(391)	(1)	(4.996)	(6.217)
Garantias e Outras Coobrigações¹⁰	-	6.813	-	754	7.567

Seção 16 - Transações com Partes Relacionadas

31/12/2017	Controlador ¹	Joint Venture e Coligadas ²	Pessoal Chave da Administração ³	Outras Partes Relacionadas ⁴	Total
R\$ milhões					
ATIVOS	4.431	17.448	3	32.666	54.548
Empréstimos a Instituições Financeiras	-	9.789	-	301	10.090
Ativos Financeiros	-	3.440	-	683	4.123
Empréstimos a Clientes ⁵	-	3.418	3	31.326	34.747
Outros Ativos ⁶	4.431	801	-	356	5.588
Garantias Recebidas ⁷	-	2.279	-	3.920	6.199
PASSIVOS	860	15.599	19	87.191	103.669
Depósitos de Clientes	263	41	1	8.886	9.191
Obrigações por Oper. Compromissadas	-	1.993	-	3.466	5.459
Obrigações de Títulos e Valores Mobiliários	145	-	-	73.269	73.414
Outros Passivos ⁸	452	13.565	18	1.570	15.605
Demonstração de Resultado	5.139	6.424	(1)	(1.254)	10.308
Receitas de Juros e Prestação de Serviços ⁹	5.211	6.979	-	4.035	16.225
Despesas de Juros	(72)	(555)	(1)	(5.289)	(5.917)
Garantias e Outras Coobrigações¹⁰	-	6.804	-	735	7.539

1 - União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

2 - Compreendem as empresas relacionadas na Nota 26 das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS 2019.

3 - Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

4 - Inclui as transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo como: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

5 - Em 31.12.2019, as operações de crédito possuem R\$ 1.244 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reforço de provisão de R\$ 1.239 mil no exercício/2019). Em 31.12.2018, os empréstimos a clientes com outras partes relacionadas possuem R\$ 420 mil de provisão.

6 - As transações com o Controlador referem-se a títulos, créditos e rendas a receber do Tesouro Nacional (Nota 30).

7 - Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, navios petroleiros, avais e fianças, dentre outras.

8 - Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

9 - Inclui o montante de R\$ 405.713 mil no exercício/2019 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

10 - Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Os saldos das transações com partes relacionadas apresentadas nos quadros anteriores, distribuídos por segmento de atividade, em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, resultam nas seguintes demonstrações:

31/12/2019	Bancário	Investimento	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Demais
R\$ milhões						
ATIVO	7.227	-	-	61	3.742	19.151
Empréstimos a Instituições Financeiras	5.707	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	1.289	-	-	-	3.402	1
Empréstimos a Clientes	-	-	-	-	-	16.114
Outros Ativos	231	-	-	61	340	3.036
PASSIVO	59.501	38	-	1.088	12.205	31.815
Depósitos de Clientes	1.722	4	-	101	96	16.360
Obrigações por Oper. Compromissadas	8.623	34	-	-	2	179
Obrigações de Títulos e Valores Mobiliários	48.775	-	-	-	-	12.134
Outros Passivos	381	-	-	987	12.107	3.142
Demonstração de Resultado	(908)	(2)	-	4.269	457	1.419
Receitas de juros e prestação de serviços	582	-	-	4.279	1.075	4.985
Despesa com captação	(1.490)	(2)	-	(10)	(618)	(3.566)

31/12/2018	Bancário	Investimento	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Demais
R\$ milhões						
ATIVO	7.094	2.517	-	83	3.873	31.418
Empréstimos a Instituições Financeiras	6.826	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	65	-	-	17	3.415	447
Empréstimos a Clientes	-	2.488	-	-	10	27.229
Outros Ativos	203	29	-	66	448	3.742
PASSIVO	63.672	71	-	1.075	11.211	34.225
Depósitos de Clientes	1.429	71	-	223	128	16.011
Obrigações por Oper. Compromissadas	10.630	-	-	-	2	178
Obrigações de Títulos e Valores Mobiliários	51.178	-	-	-	-	15.304
Outros Passivos	435	-	-	852	11.081	2.732
Demonstração de Resultado	(90)	-	-	3.890	1.274	2.860
Receitas de juros e prestação de serviços	843	-	-	3.915	1.664	7.729
Despesa com captação	(933)	-	-	(25)	(390)	(4.869)

31/12/2017	Bancário	Investimento	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Demais
R\$ milhões						
ATIVO	10.378	3.202	-	-	178	4.277
Empréstimos a Instituições Financeiras	10.090	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	214	-	-	-	8	471
Empréstimos a Clientes	-	3.202	-	-	-	31.329
Outros Ativos	74	-	-	-	170	4.713
PASSIVO	55.746	-	-	-	986	13.115
Depósitos de Clientes	754	-	-	-	5	34
Obrigações por Oper. Compromissadas	1.496	-	-	-	-	498
Obrigações de Títulos e Valores Mobiliários	53.494	-	-	-	-	-
Outros Passivos	2	-	-	-	981	12.583
Demonstração de Resultado	(621)	(8)	-	-	3.336	1.430
Receitas de juros e prestação de serviços	1.417	-	-	-	3.356	1.861
Despesa com captação	(2.038)	(8)	-	-	(20)	(431)

No quadro a seguir são apresentados os saldos das transações relevantes com partes relacionadas (montante igual ou superior a R\$ 811 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 811 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 836 milhões em 31 de dezembro de 2019).

R\$ milhões	Controlador			Joint Venture e Coligadas			Outras Partes Relacionadas		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
ATIVOS	3.340	2.404	2.095	15.945	11.715	7.799	30.214	27.213	16.081
Empréstimos a Instituições Financeiras	-	-	-	9.421	5.889	4.462	-	-	-
Ativos Financeiros	-	-	-	3.337	3.337	3.337	-	-	-
Empréstimos a Clientes	-	-	-	3.187	2.489	-	30.214	27.213	16.081
Outros Ativos	3.340	2.404	2.095	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS	-	2.045	4.373	13.586	10.511	10.768	82.010	79.728	72.650
Depósitos de Clientes	-	1.218	4.373	-	-	-	4.360	4.687	2.923
Obrig. por Oper. Compromissadas	-	-	-	1.507	1.491	-	3.349	8.725	8.123
Obrigações de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	73.269	66.316	60.708
Outros Passivos	-	827	-	12.079	9.020	10.768	1.032	-	896

O quadro a seguir apresenta os saldos das demais transações com partes relacionadas, que individualmente ou por entidade têm valores inferiores ao critério de relevância, destacando-se o valor médio por linha do balanço, bem como o maior saldo individual:

R\$ milhões	Demais			Valor Médio			Maior Saldo Individual		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
ATIVOS									
Empréstimos a Instituições Financeiras	669	937	1.245	223	134	78	366	380	300
Ativos Financeiros	786	607	1.355	27	67	123	99	417	800
Empréstimos a Clientes	1.346	25	33	56	13	11	750	24	17
Outros ativos	2.248	2.084	1.573	30	34	26	416	399	398
PASSIVOS									
Depósitos de Clientes	4.830	11.957	10.987	28	168	34	453	791	273
Obrigações por Operações Compromissadas	604	594	715	151	40	55	261	400	500
Obrigações de Títulos e Valores Mobiliários	145	166	201	145	166	67	145	166	167
Outros Passivos	2.494	5.253	4.953	44	27	130	488	802	765

Não são consideradas no cálculo do valor médio das demais transações com partes relacionadas as operações relevantes já demonstradas em quadros individualizados. A distribuição conforme o vínculo com o Banco do Brasil resultou no seguinte quadro:

Parte Relacionada	Quantidade de Entes		
	2017	2018	2019
Controlador ¹	1	1	1
Companhias Controladas e Coligadas	25	25	21
Pessoal Chave da Administração ²	1	1	1
Outras Partes Relacionadas	1	1	1
Total	28	28	24

1 - Compreende à União.

2 - Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

17. CAPITAL SOCIAL**17.1. Informações sobre o capital social**

Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social:

a. capital emitido, separado por classe e espécie	R\$ 90.000.000.000,00 (2.865.417.020 ações ordinárias).
b. capital subscrito, separado por classe e espécie	R\$ 90.000.000.000,00 (2.865.417.020 ações ordinárias).
c. capital integralizado, separado por classe e espécie	R\$ 90.000.000.000,00 (2.865.417.020 ações ordinárias).
d. prazo para integralização do capital não integralizado, separado por classe e espécie	Capital totalmente integralizado.
e. capital autorizado, informando valor, quantidade de ações e data de autorização	R\$ 120.000.000.000,00 (autorizado em 28 de abril de 2015).
f. títulos conversíveis em ações e condições para conversão	Não existem títulos conversíveis em ação.

17.2. Aumentos de capital do emissor

Em relação aos aumentos de capital do Banco do Brasil, indicar:

a. data da deliberação	30 de julho de 2020
b. órgão que deliberou o aumento	Assembleia Geral Extraordinária (AGE)
c. data da emissão	30 de julho de 2020
d. valor total do aumento	R\$ 23.000.000.000,00
e. tipo de aumento	Sem emissão de ações
f. quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie	Não se aplica.
g. critério utilizado para determinação do preço de emissão	Não se aplica.
h. forma de integralização: i. dinheiro, ii. se bens, descrição dos bens, iii. se direitos, descrição dos direitos	Não se aplica.
i. Forma de integralização	Incorporação de parte da Reserva Estatutária para Margem Operacional.

17.3. Desdobramentos, grupamentos e bonificações

Em relação aos desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar em forma de tabela: data da deliberação; quantidade de ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie e quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e no exercício social corrente.

17.4. Reduções de capital do Banco do Brasil

Em relação às reduções de capital BB, indicar: data da deliberação; data da redução; valor total da redução; quantidade de ações canceladas pela redução, separadas por classe e espécie; valor restituído por ação; forma de restituição (dinheiro, se em bens, descrição dos bens, se em direitos, descrição dos direitos); percentual que a redução representa em relação ao capital social imediatamente anterior à redução de capital; razão para a redução

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve deliberação sobre redução do capital social nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e no exercício social corrente.

17.5. Outras informações relevantes

Não houve aumentos de capital do emissor nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

Em 30/07/2020, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou o aumento do capital social do Banco do Brasil mediante a incorporação de R\$ 23.000.000.000,00 (vinte e três bilhões de reais), provenientes do saldo registrado em Reserva Estatutária para Margem Operacional. Com o referido aumento, o capital social do Banco do Brasil passou a ser de R\$ 90.000.000.000,00 (noventa bilhões de reais), a referida capitalização ainda deve ser aprovada pelo Bacen, conforme Art. 2º da Circular nº 2.750/97 deste órgão.

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.1. Direitos de cada classe e espécie de ações emitidas

Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida:

a. direito a dividendos

O Banco do Brasil negocia somente ações ordinárias, que conferem aos seus titulares os direitos, vantagens e as restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social.

O Estatuto Social do Banco do Brasil assegura aos acionistas o recebimento semestral de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, como definido em lei. O dividendo correspondente aos semestres de cada exercício social será declarado por ato do Conselho Diretor ("CD"), aprovado pelo Conselho de Administração. É admitida no estatuto a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores a um semestre e na forma da deliberação do Conselho de Administração, o CD poderá autorizar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, bem como a imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório.

b. direito de voto

Pleno.

c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

Não.

d. direitos no reembolso de capital

Direito de Retirada:

Qualquer acionista do Banco do Brasil dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da sociedade, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) redução do dividendo mínimo obrigatório; (ii) mudança do objeto social; (iii) incorporação de ações envolvendo o Banco. E em situações específicas: (iv) fusão ou incorporação do Banco em outra sociedade; (v) participação do Banco em grupo de sociedades; (vi) cisão do Banco do Brasil.

e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle

100,0%

f. restrições à circulação

Não há restrições à circulação.

g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não existem condições para alteração dos direitos assegurados.

h. possibilidade de resgate de ações, indicando:

i. hipóteses de resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações do Banco do Brasil podem ser resgatadas mediante determinação de seus acionistas em assembleia geral extraordinária, representando, no mínimo, 50% das ações do Banco do Brasil. O resgate deve ser feito por sorteio, e poderá ser pago com os lucros da Companhia, as reservas de lucro ou reservas de capital.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há no estatuto social do Banco do Brasil previsão de resgate de ações. No caso de resgate, será endereçada proposta para definição do cálculo do valor.

iii. outras características relevantes

Não há outras características relevantes.

j. emissores estrangeiros

Emissores estrangeiros devem identificar as diferenças entre as características descritas nos itens "a" a "i" e aquelas normalmente atribuídas a valores mobiliários semelhantes emitidos por emissores nacionais, diferenciando quais são próprias do valor mobiliário descrito e quais são

impostas por regras do país de origem do emissor ou do país em que seus valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável.

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos

Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem previsões estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos, de modo geral ou com relação a alguma matéria específica prevista no Estatuto. Da mesma forma, não existe previsão estatutária que imponha ônus ao exercício de voto com relação a alguma matéria específica prevista no Estatuto.

Conforme dispõem os artigos 56 a 58 do Estatuto Social, são hipóteses que requerem a realização oferta pública de aquisição de ações: (i) alienação do controle acionário do Banco; (ii) fechamento de capital do Banco e conseqüente cancelamento do registro de companhia aberta; e (iii) saída do BB do Novo Mercado da B3.

18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos**Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos prevista no Estatuto Social do Banco.

18.4. Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários

Informar volume de negociações bem como a média diária e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais

A tabela a seguir informa as cotações (média, máximas e mínimas) e volumes negociados na B3 nos 3 últimos exercícios sociais das ações BBAS3.

BBAS3 (R\$)	Mínima	Máxima	Média Diária	Volume (R\$)
Primeiro Trimestre/2017	27,44	35,29	30,48	13.519.013.474
Segundo Trimestre/2017	25,20	35,39	29,21	14.750.375.284
Terceiro Trimestre/2017	26,45	35,97	30,40	14.368.254.691
Quarto Trimestre/2017	29,62	37,83	33,03	16.409.607.148
Primeiro Trimestre/2018	32,09	44,30	37,66	23.447.007.041
Segundo Trimestre/2018	24,14	41,75	31,91	23.120.311.575
Terceiro Trimestre/2018	26,76	34,24	30,13	21.237.200.890
Quarto Trimestre/2018	28,20	46,49	41,32	35.170.978.890
Primeiro Trimestre/2019	46,09	55,91	49,36	35.479.381.794
Segundo Trimestre/2019	44,55	54,28	49,17	33.989.058.551
Terceiro Trimestre/2019	43,44	55,70	47,06	32.043.144.919
Quarto Trimestre/2019	43,01	53,67	46,39	36.690.662.857

18.5. Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrever outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados, indicando:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários (à exceção das ações) emitidos pelo Banco do Brasil, no Brasil, em vigor no último exercício social e no exercício social corrente.

18.5-A. Número de titulares de cada tipo de valor mobiliário descrito no item 18.5, conforme apurado no final do exercício anterior, que sejam:**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não havia valores mobiliários (à exceção das ações) emitidos pelo Banco do Brasil, no Brasil, em vigor no último exercício social.

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações do Banco do Brasil são negociadas no segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A – Brasil, Bolsa Balcão.

18.7. Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

Título:	ADR - BDORY
a. país:	Estados Unidos da América
b. mercado:	Secundário.
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	SEC - Securities and Exchange Commission.
d. data de admissão à negociação:	10/11/2009
e. segmento de negociação:	Segmento de Balcão.
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	02/12/2009
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie no último exercício	Quantidade de ações negociadas - BBAS3: 2.885.417.020 Quantidade de ações negociadas - ADR: 33.976.551 Total de ações negociadas: 2.899.383.571 Percentual de ações negociadas no exterior: 1,1718502565%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	1:1 (1 ADR pra cada Ação Ordinária)
i. banco depositário:	The Bank of New York Mellon
j. instituição custodiante:	Banco do Brasil S.A.

Título:	Bônus Perpétuo 2009
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	20/10/2009
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	20/10/2009
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Deutsche Bank Trust Company Americas

Título:	Bônus Perpétuo 2012
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	20/01/2012
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	20/01/2012
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Bank of New York Mellon

Título:	Bônus Perpétuo 2012(Reabertura)
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	05/03/2012
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	05/03/2012
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Bank of New York Mellon

Título:	Bônus Perpétuo 2013
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	31/01/2013
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	31/01/2013
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Bank of New York Mellon

Seção 18 - Valores Mobiliários

Título:	Dívida Sênior
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	10/10/2012
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	10/10/2012
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	The Bank of New York Mellon.

Título:	Dívida Subordinada Nível 2
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	05/10/2010
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	05/10/2010
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Deutsche Bank Trust Company Americas

Título:	Dívida Subordinada Nível 2
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	26/05/2011
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	26/05/2011
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	The Bank of New York Mellon.

Título:	Dívida Subordinada Nível 2
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	19/06/2012
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	19/06/2012
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	The Bank of New York Mellon.

Título:	GMTN – Série 16
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	22/01/2010
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	22/01/2010
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	The Law Debenture Trust Corporation PLC

Título:	Dívida Sênior - GMTN 2017-1
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	23/10/2017
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	23/10/2017
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Deutsche Bank Trust Company Americas

Seção 18 - Valores Mobiliários

Título:	Dívida Sênior - GMTN 2018-3
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	19/04/2018
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	19/04/2018
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Deutsche Bank Trust Company Americas

Título:	GMTN – Série 20
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	20/12/2013
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	20/12/2013
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	The Law Debenture Trust Corporation PLC

Título:	IECE – Bônus Perpétuo 2014
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	18/06/2014
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	18/06/2014
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	Não se aplica
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Bank of New York Mellon

Título:	Dívida Sênior - EMTN 2019-1
a. país:	Luxemburgo
b. mercado:	Secundário - Balcão
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:	The Luxembourg Stock Exchange
d. data de admissão à negociação:	13/03/2019
e. segmento de negociação:	Euro MTF
f. data de início de listagem no segmento de negociação:	13/03/2019
g. % do vol. de negociações no exterior em relação ao vol. total de negociações de cada classe e espécie:	0%
h. proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:	Não se aplica
i. banco depositário:	Não se aplica
j. instituição custodiante:	Deutsche Bank

18.8. Outros valores mobiliários emitidos no exterior

Descrever títulos emitidos no exterior, quando relevantes, indicando, se aplicável:

a. identificação do valor mobiliário:	Bônus Perpétuo 2009
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	3.621.632.318,40
d. data:	20/10/2009
e. saldo devedor (R\$):	3.621.632.318,40
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	<p>a) Não há hipótese de resgate antecipado a ser exercido pelo investidor.</p> <p>b) O Banco detém opção de resgate, da totalidade dos títulos ou de parte deles, em 20/10/2020 e em cada data de pagamento de cupom a partir desta data, sujeita à aprovação prévia do Bacen ou outra autoridade governamental brasileira.</p> <p>c) Na ocorrência de eventos fiscais ou regulatórios, o Banco poderá resgatar antecipadamente a totalidade dos títulos (mas não parte deles), em qualquer data de pagamento de cupom antes de 20/10/2020. Nesse caso, deverá formal e antecipadamente encaminhar notificação ao trustee, contendo opinião jurídica de consultoria brasileira, atestando as condições legais para o exercício da opção.</p>
ii. fórmula de cálculo:	<p>a) No resgate consequente de evento fiscal, o preço será 100% do principal mais juros acumulados e não pagos ("preço base de resgate").</p> <p>b) No resgate consequente de evento regulatório, o preço será determinado por banco de investimento independente, sendo o maior entre o "preço base de resgate" e o preço resultante da soma de: i) valor presente do principal e ii) valor presente dos juros semestrais acumulados, de acordo com fórmula constante da escritura dos títulos.</p>
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	Perpétuo (sem vencimento) e não há hipótese de vencimento antecipado. Opção de compra em 10/2020 e em cada data de pagamento de cupom a partir dessa data.
ii. juros:	8,50% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	

Sem garantia.

iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:

Não cumulativo de Subordinação Junior.

v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:

à distribuição de dividendos:

Não há.

à alienação de determinados ativos:

Algumas condições.

à contratação de novas dívidas:

Não há.

à emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

à realização de operações societárias:

Poderá ocorrer, em determinadas situações, desde que haja o consentimento de pelo menos 2/3 dos detentores dos títulos.

vi. condições para alteração dos direitos:

Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).

vii. outras características relevantes:

Qualquer pagamento de não principal não será devido e não acumulará se o emissor não distribuir dividendos aos detentores de ações ordinárias com relação ao período correspondente ao período de juros dos títulos.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:

Bônus Perpétuo 2012

b. qtde:

1

c. valor nominal global (R\$):

5.234.778.918,90

d. data:

20/01/2012

e. saldo devedor (R\$):

5.234.778.918,90

f. restrições à circulação:

Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.

g. conversibilidade:

i. condições:

Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.

ii. efeitos sobre o capital social:

Não há.

h. possibilidade de resgate:

i. hipóteses:

- a) Não há hipótese de resgate antecipado a ser exercido pelo investidor, em conformidade com a Resolução CMN 3.444, de 28/02/2007.
- b) O Banco detém opção de resgate da totalidade dos títulos (mas não de parte deles), em 15/04/2023 e em cada data de pagamento de cupom a partir desta data, sujeita a aprovação prévia do Banco Central ou outra autoridade governamental brasileira.
- c) Na ocorrência de eventos fiscais ou regulatórios, o Banco poderá resgatar antecipadamente a totalidade dos títulos (mas não parte deles), em qualquer data de pagamento de cupom antes de 15/04/2023. Nesse caso, deverá formal e antecipadamente encaminhar notificação ao trustee, contendo opinião jurídica de consultoria brasileira, atestando as condições legais para o exercício da opção.

ii. fórmula de cálculo:

- a) No resgate consequente de evento fiscal, o preço será 100% do principal mais juros acumulados e não pagos ("preço base de resgate").
- b) No resgate consequente de evento regulatório, o preço será determinado por banco de investimento independente, sendo o maior entre o "preço base de resgate" e o preço resultante da soma de: i) valor presente do principal e ii) valor presente dos juros semestrais acumulados, de acordo com fórmula constante da escritura dos títulos.

i. quando os valores mobiliários forem dívidas:

i. vencimento e condições de vencimento antecipado:

Perpétuo (sem vencimento) e não há hipótese de vencimento antecipado. Opção de compra em 15/04/2023.

ii. juros:

9,25% a.a.

iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:

Sem garantia.

iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:

Não Cumulativo de Subordinação Junior.

v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:**à distribuição de dividendos:**

Não há.

à alienação de determinados ativos:

Não há.

à contratação de novas dívidas:

Não há.

à emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

à realização de operações societárias:

Poderá ocorrer sob determinadas condições.

vi. condições para alteração dos direitos:

Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).

vii. outras características relevantes:

Qualquer pagamento de não principal não será devido e não acumulará se o emissor não distribuir dividendos aos detentores de ações ordinárias com relação ao período correspondente ao período de juros dos títulos.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:**Bônus Perpétuo 2013****b. qtde:**

1

c. valor nominal global (R\$):

8.013.031.600,00

d. data:

31/01/2013

e. saldo devedor (R\$):

8.013.031.600,00

f. restrições à circulação:

Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.

g. conversibilidade:**i. condições:**

Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.

ii. efeitos sobre o capital social:

Não há.

h. possibilidade de resgate:**i. hipóteses:**

- a) Não há hipótese de resgate antecipado a ser exercido pelo investidor.
- b) O Banco detém opção de resgate da totalidade dos títulos (mas não de parte deles), em 15/04/2024 e em cada data de pagamento de cupom a partir desta data, sujeita a aprovação prévia do Banco Central ou outra autoridade governamental brasileira.
- c) Na ocorrência de eventos fiscais ou regulatórios, o Banco poderá resgatar antecipadamente a totalidade dos títulos (mas não parte deles), em qualquer data de pagamento de cupom antes de 15/04/2024. Nesse caso, deverá formal e antecipadamente encaminhar notificação ao trustee, contendo opinião jurídica de consultoria brasileira, atestando as condições legais para o exercício da opção.

ii. fórmula de cálculo:

- a) No resgate consequente de evento fiscal, o preço será 100% do principal mais juros acumulados e não pagos ("preço base de resgate").
- b) No resgate consequente de evento regulatório, o preço será determinado por banco de investimento independente, sendo o maior entre o "preço base de resgate" e o preço resultante da soma de: i) valor presente do principal e ii) valor presente dos juros semestrais acumulados, de acordo com fórmula constante da escritura dos títulos.

i. quando os valores mobiliários forem dívidas:**i. vencimento e condições de vencimento antecipado:**

Perpétuo (sem vencimento). Somente poderá ocorrer vencimento antecipado do principal na ocorrência de eventos de liquidação, dissolução ou outros similares envolvendo o Banco.

ii. juros:

6,25% a.a.

iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:

Sem garantia.

iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:

A obrigação é subordinada júnior. Os juros não são cumulativos na eventualidade de não pagamento.

v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:

à distribuição de dividendos:

Caso deixe de haver pagamento de juros e não principal, o Banco se compromete a recomendar o não pagamento de dividendos a seus acionistas, no limite da legislação aplicável, até que haja a regularização de pagamentos.

à alienação de determinados ativos:

Não há.

à contratação de novas dívidas:

Não há.

à emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

à realização de operações societárias:

Poderá ocorrer sob determinadas condições.

vi. condições para alteração dos direitos:

O Banco poderá proceder a “alterações qualificadas” nos títulos, sem o consentimento dos investidores, a qualquer momento e quando necessário, na medida estrita para atender novo normativo do Banco Central do Brasil, cumprindo requisitos para manter a qualificação da dívida como Capital de Nível 1 ou Nível 2, devido à implementação de Basileia III. O Banco poderá também proceder a outras alterações (“alterações não qualificadas”), desde que não causem qualquer prejuízo material aos detentores dos títulos, conforme formalmente certificado pelo Banco ao trustee.

As “alterações qualificadas” consistem em:

a) alterações para absorção de perdas (nos estritos limites necessários à adequação da dívida como Capital de Nível 1 ou de Nível 2); e

b) alterações de pagamento de juros e de não principal (sendo previsto que o Banco se compromete a recomendar o não pagamento de dividendos a seus acionistas até que haja o pagamento dos juros e não principal dos títulos relativos a um período).

A ocorrência das alterações qualificadas (a) e (b) implicará na eliminação, nos termos e condições dos títulos, da obrigatoriedade de o Banco pagar juros e não principal caso pague dividendos a seus acionistas.

vii. outras características relevantes:

Qualquer pagamento de não principal não será devido e não acumulará se o emissor não distribuir dividendos aos detentores de ações ordinárias com relação ao período correspondente ao período de juros dos títulos.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	IECE – Bônus Perpétuo 2014
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	8.745.409.790,00
d. data:	18/06/2014
e. saldo devedor (R\$):	8.745.409.790,00
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por Investidores Qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não conversível.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	<p>a) Não há hipótese de resgate antecipado a ser exercido pelo Investidor;</p> <p>b) O Banco detém opção de resgate da totalidade dos títulos (mas não de parte deles), em 18/06/2024 e em cada data de cupom a partir desta data, sujeita à aprovação prévia do Banco Central ou outra autoridade governamental brasileira;</p> <p>c) Após um período de 05 anos a partir da data de emissão, na ocorrência de eventos fiscais ou regulatórios, o Banco poderá resgatar antecipadamente os títulos.</p>
ii. fórmula de cálculo:	No resgate em consequência de evento fiscal ou regulatório, o preço será o “preço base de resgate” (principal mais juros acumulados e não pagos).
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	Perpétuo (sem vencimento). Somente poderá ocorrer vencimento antecipado na ocorrência de eventos de liquidação, dissolução ou outros similares envolvendo o Banco.
ii. juros:	9% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	A obrigação é subordinada júnior.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Caso haja interrupção nos pagamentos de juros e/ou principal, o Banco se compromete a recomendar o não pagamento de dividendos a seus acionistas, no limite da legislação aplicável, até que haja a regularização de pagamentos.
à alienação de determinados ativos:	Não há.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer sob determinadas condições.
vi. condições para alteração dos direitos:	Não há.
vii. outras características relevantes:	O Banco poderá proceder a alterações nos termos e condições dos títulos, sem o consentimento dos investidores, no prazo de um ano da data de emissão, quando necessário, exclusivamente para atender novos normativos do Banco Central do Brasil, cumprindo requisitos para manter a qualificação da dívida como Capital de Nível 1, de acordo com Res. 4.192 e regulamentações subsequentes.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	Dívida Sênior
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	7.294.357.790,00
d. data:	10/10/2012
e. saldo devedor (R\$):	7.294.357.790,00
f. restrições à circulação:	Os títulos são oferecidos e vendidos nos mercados primário e secundário dos Estados Unidos, sem a exigência de registro na SEC (emissão sob a exceção prevista na Seção 3(a)(2) do Securities Act), permitindo o acesso de qualquer investidor residente naquele País.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	O emissor não terá direito a resgatar os títulos antes da respectiva data de vencimento, exceto nos casos de mudança de tratamento tributário. O emissor não poderá resgatar os títulos sem autorização do Banco Central do Brasil.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	10/10/2022 Deixar de efetuar pagamento de capital, deixar de efetuar o pagamento de juros por um período de 15 dias, em casos de processo de falência ou insolvência do emissor, não cumprimento de obrigações da Nota ou da Escritura, mudança de controle, cross default, eventos análogos.
ii. juros:	3,875% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Sênior.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Não há.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer, em determinadas situações, desde que haja o consentimento de pelo menos 2/3 dos detentores dos títulos.
vi. condições para alteração dos direitos:	Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).
vii. outras características relevantes:	As características relevantes da Dívida Sênior estão descritas acima.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,307.

a. identificação do valor mobiliário:	GMTN – Dívida Sênior 2017
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	4.030.700.000,00
d. data:	23/10/2017
e. saldo devedor (R\$):	4.030.700.000,00
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	O emissor não terá direito a resgatar a totalidade dos títulos antes da respectiva data de vencimento, exceto nos casos de mudança de tratamento tributário. O emissor não poderá resgatar os títulos sem autorização do Banco Central.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	15/01/2025 Deixar de efetuar pagamento de capital. Em casos de processo de falência ou insolvência do emissor.
ii. juros:	4,70% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Crédito quirografário.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Não há.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer sob determinadas condições.
vi. condições para alteração dos direitos:	Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).
vii. outras características relevantes:	As características relevantes da Dívida Sênior estão descritas acima.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	GMTN – Dívida Sênior 2018
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	3.023.025.000,00
d. data:	19/04/2018
e. saldo devedor (R\$):	3.023.025.000,00
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	O emissor não terá direito a resgatar a totalidade dos títulos antes da respectiva data de vencimento, exceto nos casos de mudança de tratamento tributário. O emissor não poderá resgatar os títulos sem autorização do Banco Central.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	19/04/2023 Deixar de efetuar pagamento de capital. Em casos de processo de falência ou insolvência do emissor.
ii. juros:	4,875% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Crédito quirografário.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Não há.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer sob determinadas condições.
vi. condições para alteração dos direitos:	Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).
vii. outras características relevantes:	As características relevantes da Dívida Sênior estão descritas acima.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	Dívida Sênior - Certificados de Depósitos - CD
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	4.584.530.272,10
d. data:	-
e. saldo devedor (R\$):	4.584.530.272,10
f. restrições à circulação:	(a) Os títulos são emitidos dentro de programas estabelecidos pelo Banco do Brasil por meio das suas agências de Grand Cayman, Londres, Nova Iorque e Tóquio; (b) como os programas não são registrados em nenhuma bolsa de valores e nem na SEC, restrições de venda se aplicam, de acordo com as várias jurisdições.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	Os instrumentos podem ser resgatados antecipadamente mediante acordo entre as partes.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	Em caso de processo de falência ou insolvência do emissor, não cumprimento de obrigações previstas na documentação dos programas, mudança de controle, cross default e eventos análogos.
ii. juros:	Diversos (taxas fixas ou flutuantes).
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Crédito quirografário.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Não há.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	-
vi. condições para alteração dos direitos:	Não se aplica.
vii. outras características relevantes:	Não se aplica.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	Dívida Subordinada Nível 2
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	2.660.262.000,00
d. data:	05/10/2010
e. saldo devedor (R\$):	2.660.262.000,00
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	O emissor não terá direito a resgatar os títulos antes da respectiva data de vencimento, exceto nos casos de mudança de tratamento tributário. O emissor não poderá resgatar os títulos sem autorização do Bacen.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	15/01/2021 Deixar de efetuar pagamento de capital. Deixar de efetuar o pagamento de juros por um período de 15 dias úteis. Em casos de processo de falência ou insolvência do emissor.
ii. juros:	5,375% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Dívida subordinada Nível 2, de acordo com a Resolução Bacen 3.444.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Algumas condições.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer, em determinadas situações, desde que haja o consentimento de pelo menos 2/3 dos detentores dos títulos.
vi. condições para alteração dos direitos:	Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).
vii. outras características relevantes:	As características relevantes da Dívida Subordinada estão descritas acima.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	Dívida Subordinada Nível 2
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	6.046.050.000,00
d. data:	26/05/2011
e. saldo devedor (R\$):	6.046.050.000,00
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	O emissor não terá direito a resgatar os títulos antes da respectiva data de vencimento, exceto nos casos de mudança de tratamento tributário. O emissor não poderá resgatar os títulos sem autorização do Banco Central.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos na Escritura.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	26/01/2022 Deixar de efetuar pagamento de capital. Deixar de efetuar o pagamento de juros por um período de 15 dias úteis. Em casos de processo de falência ou insolvência do emissor.
ii. juros:	5,8750% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Dívida subordinada Nível 2, de acordo com a Resolução Bacen 3.444.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Algumas condições.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer, em determinadas situações, desde que haja o consentimento de pelo menos 2/3 dos detentores dos títulos.
vi. condições para alteração dos direitos:	Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).
vii. outras características relevantes:	As características relevantes da Dívida Subordinada Nível 2 estão descritas acima.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	Dívida Subordinada Nível 2
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	3.023.025.000,00
d. data:	19/06/2012
e. saldo devedor (R\$):	3.023.025.000,00
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	O emissor não terá direito a resgatar a totalidade dos títulos antes da respectiva data de vencimento, exceto nos casos de alteração de tratamento tributário. O emissor não poderá resgatar os títulos sem autorização do Banco Central.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos na Escritura.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	19/01/2023 Em casos de processo de falência ou insolvência do emissor ou eventos similares.
ii. juros:	5,8750% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Dívida subordinada Nível 2, de acordo com a Resolução Bacen 3444.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Algumas condições.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer, em determinadas situações, desde que haja o consentimento de pelo menos 2/3 dos detentores dos títulos.
vi. condições para alteração dos direitos:	Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).
vii. outras características relevantes:	As características relevantes da Dívida Subordinada Nível 2 estão descritas acima.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	GMTN – Série 16
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	2.015.350.000,00
d. data:	22/01/2010
e. saldo devedor (R\$):	2.015.350.000,00
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	O emissor não terá direito a resgatar a totalidade dos títulos antes da respectiva data de vencimento, exceto nos casos de mudança de tratamento tributário. O emissor não poderá resgatar os títulos sem autorização do Banco Central.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	22/01/2020 Deixar de efetuar pagamento de capital. Deixar de efetuar o pagamento de juros por um período de 15 dias úteis. Em casos de processo de falência ou insolvência do emissor.
ii. juros:	6,00% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Crédito quirografário.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Não há.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer sob determinadas condições.
vi. condições para alteração dos direitos:	Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).
vii. outras características relevantes:	As características relevantes da Dívida Subordinada estão descritas acima.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

a. identificação do valor mobiliário:	GMTN – Dívida Sênior 2019
b. qtde:	1
c. valor nominal global (R\$):	3.023.025.000,00
d. data:	13/03/2019
e. saldo devedor (R\$):	3.023.025.000,00
f. restrições à circulação:	Os títulos só poderão ser adquiridos por investidores qualificados.
g. conversibilidade:	
i. condições:	Não há. Trata-se de títulos não conversíveis.
ii. efeitos sobre o capital social:	Não há.
h. possibilidade de resgate:	
i. hipóteses:	O emissor terá direito a resgatar a totalidade dos títulos antes da respectiva data de vencimento, ao custo de Treasury mais 30 pontos base.
ii. fórmula de cálculo:	100% do valor principal mais juros acumulados e não pagos e todos os outros montantes devidos.
i. quando os valores mobiliários forem dívidas:	
i. vencimento e condições de vencimento antecipado:	20/03/2024 Deixar de efetuar pagamento de capital. Em casos de processo de falência ou insolvência do emissor.
ii. juros:	4,75% a.a.
iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto:	Sem garantia.
iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado:	Crédito quirografário.
v. restrições impostas ao Banco do Brasil em relação:	
à distribuição de dividendos:	Não há.
à alienação de determinados ativos:	Não há.
à contratação de novas dívidas:	Não há.
à emissão de novos valores mobiliários:	Não há.
à realização de operações societárias:	Poderá ocorrer sob determinadas condições.
vi. condições para alteração dos direitos:	Escritura Adicional com consentimento dos detentores dos títulos e Escritura Adicional sem o consentimento dos detentores dos títulos (de forma satisfatória ao Trustee e sem afetar direitos dos detentores).
vii. outras características relevantes:	As características relevantes da Dívida Sênior estão descritas acima.

Taxa de câmbio em 31/12/2019 US\$1,00 = R\$ 4,0307.

18.9. Ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários do Banco do Brasil

Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo Banco do Brasil ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do Banco do Brasil

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários do Banco do Brasil nos exercícios sociais encerrados de 2017 e 2018.

Em 2019 o Banco do Brasil realizou uma oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, de sua emissão, e que estavam mantidas em tesouraria. Os recursos auferidos por meio da venda das ações foram utilizados no reforço da liquidez e do capital principal do Banco. Na operação foram alienadas a quantidade de 64.000.000 ações ao preço de R\$ 44,05 por ação, perfazendo o montante total de R\$ 2,8 bilhões. A Oferta foi registrada na CVM em 18/10/2019 sob nº CVM/SRE/SEC/2019/007.

18.10. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

Caso o Banco do Brasil tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários do Banco do Brasil nos exercícios sociais encerrados de 2017 e 2018.

Em 2019 o Banco realizou uma oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, de sua emissão, e que estavam mantidas em tesouraria.

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos auferidos por meio da venda das ações de sua emissão mantidas em tesouraria foram utilizados no reforço da liquidez e do capital principal do Banco do Brasil.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios na destinação dos recursos auferidos na oferta.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios na destinação dos recursos auferidos na oferta.

18.11. Ofertas públicas de aquisição de valores mobiliários

Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo BB relativas a ações de emissão de terceiro

Não houve oferta pública de aquisição de valores mobiliários feita pelo Banco do Brasil nos exercícios sociais encerrados de 2017, 2018 e 2019.

18.12. Outras informações relevantes

A tabela a seguir informa as cotações (máximas e mínimas) e volumes financeiros nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente dos ADRs BDORY emitidos pelo Banco do Brasil S.A. Conversão cambial diária com base na taxa Ptax Dolar - Venda, apurada e publicada pelo Bacen.

BDORY (R\$)	Mínima	Máxima	Volume (R\$)
Primeiro Trimestre/2017	26,82	35,03	349.113.189
Segundo Trimestre/2017	25,57	35,36	343.622.309
Terceiro Trimestre/2017	26,08	35,99	215.343.107
Quarto Trimestre/2017	29,74	38,12	329.473.961
Primeiro Trimestre/2018	32,27	43,95	464.660.831
Segundo Trimestre/2018	24,56	41,46	460.396.515
Terceiro Trimestre/2018	26,55	34,35	482.009.343
Quarto Trimestre/2018	28,31	46,46	795.556.926
Primeiro Trimestre/2019	46,64	55,85	907.123.560
Segundo Trimestre/2019	44,19	54,45	536.456.114
Terceiro Trimestre/2019	43,47	55,49	725.863.935
Quarto Trimestre/2019	44,83	45,41	569.649.766

Outras informações relativas às Ações de Emissão do Banco:

O Estatuto Social do Banco do Brasil estipula que a alienação do controle acionário do Banco, direta ou indireta, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado

da B3, fazer oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão do Banco de titularidade dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

No caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído ao Banco para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição das ações bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA**19.1. Planos de recompra de ações****Em relação aos planos de recompra de ações do emissor, fornecer as seguintes informações:**

O Banco do Brasil não aprovou planos de recompra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e no exercício social corrente.

Nesse sentido, o Banco do Brasil não realizou operação de aquisição de ações de sua própria emissão nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e no exercício social corrente, em decorrência de planos de recompra.

19.2. Movimentação de ações mantidas em tesouraria

Valores mobiliários mantidos em tesouraria, segregado por tipo, classe e espécie:

	2017	2018	2019
Espécie de ação:	Ações Ordinárias		
a. quantidade inicial	80.666.497	80.463.476	79.886.296
b. quantidade adquirida	-	-	-
c. preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	-	-
d. quantidade alienada	(203.021)	(577.180)	(65.741.276)
e. preço médio ponderado de alienação (R\$)	23,69	29,46	44,11
f. quantidade cancelada	-	-	-
g. quantidade final	80.463.476	79.886.296	14.145.020
h. Percentual em relação aos TVMs em circulação da mesma classe e espécie (%)	6,270	6,000	0,997

19.3. Outras informações relevantes

Em 2018, o Banco do Brasil concedeu três ações ordinárias para cada um de seus funcionários. O projeto, intitulado "Sentimento de Dono", foi lançado no intuito de reconhecer o papel dos colaboradores no resultado da instituição, estimular o desempenho e a gestão de longo prazo, ampliar o "sentimento de dono" e, por fim, estreitar o vínculo do Banco com seus funcionários em busca de resultados melhores e sustentáveis. As ações somente poderão ser comercializadas pelo funcionário após o seu desligamento da empresa. O total de ações alienadas no âmbito do projeto impactaram o saldo de ações em tesouraria em 295.266 ações no período.

Adicionalmente, no mesmo ano, o Banco do Brasil ampliou as possibilidades de premiação por desempenho para seus funcionários através do Programa de Desempenho Gratificado (PDG). As premiações por desempenho podem atingir até um salário e meio por semestre – ou três salários por ano, e 50% do montante passou a ser pago em ações da empresa. O total de ações alienadas no âmbito do programa impactaram o saldo das ações em tesouraria em 1.494.482 unidades nos anos de 2018 e 2019.

Em 2019 foram alienadas 64 milhões de ações mantidas em tesouraria através de oferta pública de distribuição secundária de ações emitidas pelo Banco do Brasil.

No ano corrente (2020), o saldo das ações em tesouraria foi impactado pela alienação de 896.480 ações no âmbito do Programa de Desempenho Gratificado (PDG) e da Remuneração Variável dos Administradores do BB e BB DTVM (RVA).

Em 30 de abril de 2020, o Banco do Brasil possuía 13.248.540 ações em tesouraria, sendo:

- › 29 ações *sub judice* referentes à posição de acionistas dissidentes no processo de incorporação do Besc;
- › 01 (uma) ação *sub judice* oriunda de resíduos de cálculos da incorporação do Besc;
- › 02 (duas) ações referentes aos resíduos de cálculos de incorporações do Nossa Caixa e da Bescleasing;
- › 4.837.557 ações adquiridas no âmbito dos programas de recompra de ações anteriores a 2016;
- › 8.075.350 ações recebidas do Fundo de Garantia para Construção Naval (FGCN) por dação em pagamento;
- › 31 ações adquiridas de acionista dissidente no processo de incorporação da Bescredi;
- › 304.074 ações diferidas referentes ao pagamento da remuneração variável da Diretoria Executiva do BB; e
- › 31.496 ações diferidas referentes ao pagamento da remuneração variável dos administradores da BB DTVM.

Outras informações sobre o item 19.1

Em 2016, houve a dação em pagamento de 8.075.350 ações recebidas do Fundo de Garantia para Construção Naval (FGCN) e 31 ações adquiridas de acionista dissidente no processo de incorporação da Besc Financeira (Bescredi).

Outras informações sobre o item 19.2

Conforme exigência da Instrução CVM 480/09, segue atualização para o ano de 2020 (posição de 30 de abril) do item 19.2, movimentação de ações mantidas em tesouraria, em decorrência da atualização das informações dos itens 15.1 e 15.3 “d”:

Espécie de ação:	2019	2020 (30 de abril)
	Ações Ordinárias	
i. quantidade inicial	79.886.296	14.145.020
j. quantidade adquirida	-	-
k. preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	-
l. quantidade alienada	(65.741.276)	(896.480)
m. preço médio ponderado de alienação (R\$)	44,11	46,94
n. quantidade cancelada	-	-
o. quantidade final	14.145.020	13.248.540
p. Percentual em relação aos TVMs em circulação da mesma classe e espécie (%) ¹	0,997	0,933

¹ – Percentual calculado em relação ao número de ações em circulação informado no item 15.3 “d”.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Política de negociação de valores mobiliários de sua emissão

Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:

O Banco do Brasil, em conformidade com as disposições normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mantém um sistema de autorregulação que regulamenta a negociação com valores mobiliários de sua emissão e de suas controladas por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição, tenham acesso à informação de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, por meio da Política Específica de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão do Banco do Brasil ("Política de Negociação com Valores Mobiliários").

a. órgão responsável pela aprovação da política e data de aprovação

A Política de Negociação com Valores Mobiliários foi aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em 15 de outubro de 2018.

b. pessoas vinculadas

Estão sujeitas à Política de Negociação com Valores Mobiliários: o acionista controlador, os membros do Conselho de Administração, Conselho Diretor, Diretoria Executiva, Comitês vinculados ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, do Auditor Geral, do Ouvidor Geral, além de todas as pessoas a eles vinculadas, conforme descrito no item 20.2.

c. principais características

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital, Comitê de Remuneração e Elegibilidade, Presidente, Vice-presidentes e Diretores, o Auditor Geral, o Ouvidor Geral e quaisquer pessoas sujeitas à autorregulação deverão:

a) comunicar ao Banco do Brasil até o primeiro dia útil após a investidura no cargo, a quantidade e as características dos valores mobiliários ou derivativos de que sejam titulares, direta e indiretamente, de emissão do Banco do Brasil e de suas controladas, além daqueles de titularidade de seus respectivos cônjuges dos quais não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, de companheiros e quaisquer dependentes incluídos na declaração de imposto de renda; e

b) comunicar ao Banco do Brasil, até o quinto dia após a negociação com valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil e de suas controladas, que sejam titulares, além daqueles de titularidade de seus respectivos cônjuges dos quais não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, de companheiros e de quaisquer dependentes incluídos na declaração de imposto de renda.

O Banco do Brasil encaminha à CVM as informações sobre a quantidade de ações, saldo devido e da negociação dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital, do Comitê de Remuneração e Elegibilidade, do Presidente, dos Vice-presidentes e dos Diretores, do Auditor Geral, do Ouvidor Geral por, ele próprio, por suas controladas e por suas coligadas. A negociação abrange as ações de emissão do Banco do Brasil e de suas controladas (se forem companhias abertas). A comunicação ocorre imediatamente após a posse no cargo e até dez dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas.

d. previsão de períodos de vedação de negociações

Previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos

É permitida a negociação com ações de emissão do Banco do Brasil e de suas controladas pelas pessoas sujeitas à autorregulação, desde que realizada de modo predeterminado em plano individual de investimentos (Plano de Negociação) e desde que:

a) seja formalizado ao Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores antes da realização de quaisquer negociações;

b) estabeleça, em caráter irrevogável e irretroatável, as datas e os valores ou quantidades dos negócios a serem realizados; e

c) preveja prazo mínimo de seis meses para que o próprio plano, suas eventuais modificações e cancelamento produzam efeitos.

O Conselho de Administração verifica, ao menos semestralmente, a aderência das negociações dos seus membros, do Conselho Diretor, da Diretoria Executiva, dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, do Auditor Geral e do Ouvidor Geral aos seus Planos de Negociação.

Os membros do Conselho de Administração, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores, o Diretor de Finanças, o Diretor de Contadoria e o Gerente Geral da Unidade Relações com Investidores e Sustentabilidade devem reverter ao Banco do Brasil quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos com suas negociações, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR (Informações Trimestrais de Resultado) e DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas), apesar do Plano de Negociação permitir negociações nos quinze dias que antecedem à divulgação do resultado.

Negociação com demais títulos e valores mobiliários

É permitida a negociação de títulos de dívida emitidos pelo Banco do Brasil no mercado de capitais doméstico e internacional diretamente no mercado financeiro ou por meio de fundos exclusivos, exceto no período de quinze dias que antecedem a divulgação das informações legais trimestrais e anuais e das projeções e estimativas (*Guidance*).

Vedações

São vedadas as operações de aluguel de valores mobiliários e a negociação de ações de emissão do Banco do Brasil e de suas controladas no mercado a termo e no mercado futuro.

Quaisquer pessoas sujeitas à autorregulação, bem como aquelas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco do Brasil, são proibidas de valerem-se de informações relativas a ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, para obter, para si ou para terceiros, vantagem mediante negociação com valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil e de suas controladas.

As pessoas sujeitas à autorregulação são vedadas, bem como seus cônjuges, dos quais não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, de companheiros, e de quaisquer dependentes incluídos na declaração de imposto de renda, de negociar com valores mobiliários sem a formalização prévia de Plano de Negociação.

Em caso de afastamento de cargo, função, posição ou trabalho temporário no controlador, no Banco do Brasil ou em suas empresas controladas e coligadas, é vedado às pessoas sujeitas à autorregulação de negociar com valores mobiliários antes da divulgação pública de informação privilegiada a que tenha tido acesso, mantendo tal condição pelo prazo de seis meses após seu afastamento, ou, até a data prevista em Plano de Negociação, ou até que o ato ou fato relevante a que tenha tido acesso torne-se público, o que ocorrer primeiro.

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações adicionais ao item 20.1:

Responsável pela Política

O Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela Política de Negociação com Valores Mobiliários do Banco do Brasil no âmbito de seu sistema de autorregulação.

Periodicidade de Revisão

A Política de Negociação com Valores Mobiliários é revisada a cada três anos ou, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Pessoas Vinculadas à Política de Negociação com Valores Mobiliários

Além daquelas pessoas descritas no item 20.1, também estão vinculados à Política de Negociação com Valores Mobiliários as pessoas que:

a) ocupem cargos que, segundo definição dos Comitês de Administração das Diretorias, das Unidades Estratégicas e da Auditoria Interna, tenham acesso, mesmo que durante a execução de trabalho temporário, a informações privilegiadas relativas a ato ou fato relevante;

- b) encontrem-se cedidas para ocupar cargos executivos em empresas controladas, coligadas, subsidiárias e entidades patrocinadas;
- c) tenham relação comercial, profissional ou de confiança e que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco do Brasil que possa ensejar ato ou fato relevante;
- d) sejam cônjuges dos quais não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, de companheiros e de quaisquer dependentes incluídos na declaração de imposto de renda; e
- e) sejam autorreguladas e que se afastem da companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante o exercício de sua função na companhia, se estendendo pelo prazo de seis meses após o seu afastamento, ou de acordo com as datas previstas em seu Plano de Negociação, caso esse seja inferior a seis meses.

Penalidades

A transgressão às normas estabelecidas configura infração grave e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.385/76, na Instrução CVM 358/2002, na Lei nº 6.404/1976, nas instruções do Banco do Brasil e dentre outras que vierem a disciplinar, alterar ou acrescentar a matéria.

O uso de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários é considerado prática criminosa e sujeita o infrator às penas da lei.

Outro tipo de penalidade, sujeito à multa determinada pelo órgão regulador, é prevista caso o infrator deixe de comunicar ao Banco do Brasil e, conforme o caso, à CVM, e à B3, imediatamente após a posse nos cargos ou funções sujeitos à autorregulação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil e de suas controladas de que seja titular, ou da propriedade de seu cônjuge, companheiro (a) e qualquer dependente.

Locais onde a política pode ser consultada

Disponível em <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/estatuto-politicas-e-codigos/>, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo Banco do Brasil

Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

O Banco do Brasil tem o compromisso de prover o mercado com informações corporativas objetivas, confiáveis, tempestivas, com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência e equidade, em linha com os requisitos legais, para permitir a melhor decisão de investimento. O Banco do Brasil acredita que esse compromisso é mantido, em todos os momentos, inclusive nos de crise, de modo que os agentes da sociedade, em especial a comunidade de investidores, tenham acesso democrático e rápido a essas informações.

Para isto, em conformidade com a Instrução CVM nº 358/2002, o Banco mantém sistema de autorregulação e Política Específica de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Banco do Brasil (Política de Divulgação), que trata sobre o conceito e o momento de divulgação de ato ou fato relevante, expectativas de desempenho futuro, bem como, do período de silêncio que antecede as divulgações de seu resultado.

A Política de Divulgação orienta o comportamento do Banco do Brasil em relação à divulgação de informações ao mercado com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Adicionalmente, o Banco do Brasil possui normas internas que tratam da adaptação, preparação e consolidação das informações passíveis de serem prestadas ao mercado e estabelece que o acesso às informações antes de sua divulgação é restrito às pessoas encarregadas de sua preparação.

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante

Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Política de Divulgação

O Banco do Brasil possui Política Específica de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a qual foi teve a sua última revisão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 15 de abril de 2019. O Banco do Brasil divulga, com homogeneidade e simultaneidade, os fatos ou atos de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico, capazes de afetar os preços dos seus valores mobiliários e influenciar a decisão dos investidores.

A divulgação de ato ou fato relevante é feita à Comissão de Valores Mobiliários e à B3, nessa ordem, e quando necessário para os reguladores estrangeiros. Após a confirmação do recebimento do comunicado pela CVM, igual conteúdo é divulgado, simultaneamente, para a imprensa e para analistas e investidores e disponibilizado na página de Relações com Investidores do Banco do Brasil na *Internet*, nos idiomas português e inglês (<https://ri.bb.com.br/>). Além disso, o Banco do Brasil também divulga suas informações no portal de notícias na internet “Valor RI” que pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: www.valor.com.br/valor-ri/fatos-relevantes.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva deverão comunicar ao Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores qualquer ato ou fato relevante que tenha conhecimento ou que esteja em curso nos negócios sob sua responsabilidade para decisão sobre a guarda de sigilo ou divulgação.

Sempre que os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva constatarem a omissão do Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores em divulgar ato ou fato relevante de que tenham conhecimento, deverão notificá-lo, por escrito, para que seja realizada a divulgação. Essa notificação, no entanto, não os exime, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, da responsabilidade pela divulgação.

Excepcionalmente, atos ou fatos relevantes poderão deixar de ser divulgados se o acionista controlador ou os administradores do Banco entenderem que sua divulgação coloca em risco interesse legítimo do Banco. Sempre que a administração do Banco decidir pela guarda de sigilo sobre informação de ato ou fato relevante e esta escapar ao seu controle, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores deverá divulgar, imediatamente, aquela informação por meio de fato relevante.

O Banco do Brasil não comenta rumores ou declarações desestabilizadoras, ressalvados os casos que possam gerar solicitação de esclarecimentos por parte de órgãos legais ou que prejudiquem a sua imagem ou negócios, a critério do Conselho Diretor do Banco.

Caso as ações do BB apresentem oscilações atípicas na cotação, preço ou quantidade negociada, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores deverá inquirir, por escrito, as pessoas com acesso a informações relevantes a fim de verificar se são detentoras de conhecimento sobre ato ou fato relevante a ser divulgado ao mercado e, se for o caso, providenciar a imediata divulgação.

A divulgação de ato ou fato relevante ocorre antes do início ou após o encerramento das atividades na B3 e, caso seja imperativa a divulgação durante as negociações, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores poderá solicitar à B3 e às entidades do mercado de balcão organizado a suspensão de negociação dos valores mobiliários do Banco do Brasil, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

Adicionalmente, qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de de acionistas, que adquirir ou alienar a participação, direta ou indireta, que ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social, enviará tais informações ao Banco do Brasil, que por sua vez encaminhará à CVM, à B3 e, se for o caso, aos demais reguladores externos, informações acerca da referida aquisição ou alienação.

A política de divulgação de ato ou fato relevante no Banco do Brasil se aplica:

- a) aos administradores e quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição tenham acesso a informação de ato ou fato relevante, os quais devem guardar sigilo sobre essas informações, até sua divulgação ao mercado, e zelar para que subordinados e outras pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com esses no caso de descumprimento;
- b) aos acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Risco e de Capital, Comitê de Elegibilidade, ao Presidente, aos Vice-Presidentes e Diretores, ao Auditor Geral e ao Ouvidor Geral;
- c) a todos aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco do Brasil, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil ou a eles referenciados;
- d) a quem mantenha os seguintes vínculos com quem tenha acesso a informação de ato ou fato relevante: (i) cônjuge do qual não esteja separado judicial ou extrajudicialmente, (ii) companheiro(a) e (iii) quaisquer dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda; e
- e) a quem tenha acesso a informação de ato ou fato relevante em virtude do cargo, função ou posição e que se afaste do Banco do Brasil antes da divulgação de negócio ou fato iniciado durante o período em que exercia atividades no Banco do Brasil, se estendendo pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento.

Penalidades

A transgressão às normas estabelecidas na Política de Divulgação configura infração grave e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.385/76, na Instrução CVM nº 358/02 e respectivas atualizações, na Lei nº 6.404/76 e nas instruções do Banco.

21.3. Administradores responsáveis pela política de divulgação de informações

Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

No Banco do Brasil, a Unidade Relações com Investidores e Sustentabilidade (URI) realiza as revisões necessárias à Política de Divulgação de Informações, submetendo alterações ao Conselho de Administração, sendo o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores

responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor. Todavia, os demais administradores respondem solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

São disciplinados, por meio de sistema corporativo, as regras e procedimentos a serem observados pelos administradores para avaliação e submissão ao Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores dos assuntos com potencial de geração de ato ou fato relevante.

Conforme informado na seção 20 deste Formulário de Referência, o Banco do Brasil possui, ainda, um sistema de autorregulação, gerido pela URI, subordinada ao Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores.

21.4. Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Periodicidade de Revisão

A Política de Divulgação de Informações é revisada a cada três anos ou, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Projeções ao Mercado (Guidance)

O Banco do Brasil adota a prática de divulgar ao mercado as expectativas de desempenho futuro e realiza acompanhamento para verificação de eventuais diferenças entre o que foi projetado e o que foi realizado, com indicação das razões para eventuais desvios.

Período de Silêncio (Quiet Period)

O Banco do Brasil adota, em acordo com as melhores práticas de mercado, a utilização do período de silêncio nos 15 (quinze) dias que antecedem às divulgações de resultado, de forma a garantir a equidade no tratamento das informações e na sua comunicação ao mercado.

Locais onde a política pode ser consultada

A Política de Divulgação de Informações, bem como as demais políticas, estão disponíveis para o público no endereço eletrônico <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/estatuto-politicas-e-codigos>.

